

Sumário

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 36, n. 1

DOSSIÊ USP – 90 ANOS

Comunhão universitária? Balanços e fraturas na história da Universidade de São Paulo	5
Marcia Consolim e Sergio Miceli	
Fábrica de líderes: a influência da USP na formação da elite dirigente nacional	23
Maria Rita Loureiro, Adriano Codato e Rafael Rodrigues Viegas	
Metamorfoses de uma universidade: os estudantes da USP entre 2000 e 2020	45
Ana Maria F. Almeida, Graziela Serroni Perosa, Guilherme Lamana e Rafael Maia	
A construção da “USP forte”: permanência e mudança no poder institucional da USP (1934-2024)	73
Maria Carlotto	
A carreira acadêmica como profissão de mulheres: algumas histórias a partir da FFCL-USP	111
Mariana Miggiolaro Chaguri e Bárbara Luisa Pires	
Universidade de São Paulo: epicentro de uma controvérsia transnacional	133
Marcia Consolim	

ENTREVISTA

Um olhar francês sobre experiências brasileiras: entrevista com Roger Chartier	173
Por Miguel Palmeira e Mariana Osés	

ARTIGOS

- Intercorrências do tempo no Brasil moderno:
História econômica do Brasil (1945) e *Sobrados e mucambos* (1936) 189
Sergio B. F. Tavoraro
- O Estado e a produção de convenções sociais acerca do mercado de armas
de fogo no Brasil 217
Mateus Tobias Vieira e Maria Chaves Jardim
- Metacoalizão e os novos papéis de broker: o caso Observatório do Clima 239
Frederico Salmi, Monika Dowbor e Lorena Cândido Fleury
- Singular e como todo mundo: visibilidade e as pessoas com deficiência 261
Claudia Linhares Sanz e Giovanna Palatucci
- Os procuradores-gerais do Ministério Público 281
Treicy Giovanella

RESENHAS

- Philippe Steiner, *Faire la fête: Sociologie de la joie* 305
Por Mariana Barreto
- Serge Paugam, *L'attachement social: formes et fondements de la solidarité humaine* 311
Por Lina Penati Ferreira
- Dária Jaremtchuk, *Políticas de atração: relações artístico-culturais entre
Estados Unidos e Brasil (1960-1970)* 319
Por Paula Costa Nunes de Carvalho



Contents

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 36, n. 1

USP DOSSIER – 90 YEARS

University communion? Balances and fractures in the history of the University of São Paulo	5
Marcia Consolim and Sergio Miceli	
Factory of leaders: the influence of USP in the formation of the national ruling elite	23
Maria Rita Loureiro, Adriano Codato and Rafael Rodrigues Viegas	
Metamorphoses of a university: USP students between 2000 and 2020	45
Ana Maria F. Almeida, Graziela Serroni Perosa, Guilherme Lamana and Rafael Maia	
The construction of a “strong USP”: continuity and change in the institutional power of USP (1934-2024)	73
Maria Carlotto	
The academic career as a profession for women: some stories from FFCL-USP	111
Mariana Miggiolaro Chaguri and Bárbara Luisa Pires	
University of Sao Paulo: epicenter of a transnational controversy	133
Marcia Consolim	
INTERVIEW	
A french look at brazilian experiences: an interview with Roger Chartier	173
By Miguel Palmeira e Mariana Osés	

ARTICLES

- The interurrences of time in modern Brazil:
História Econômica do Brasil (1945) e *Sobrados e mucambos* (1936) 189
Sergio B. F. Tavoraro
- The State and the production of social conventions about the firearms
market in Brazil 217
Mateus Tobias Vieira and Maria Chaves Jardim
- Mobilizations and climate change: the case of Observatório do Clima coalition 239
Frederico Salmi, Monika Dowbor and Lorena Cândido Fleury
- Unique and like everyone else: visibility and people with disabilities 261
Claudia Linhares Sanz and Giovanna Palatucci
- The attorneys general of the Public Ministry 281
Treicy Giovanella

REVIEWS

- Philippe Steiner, *Faire la fête: Sociologie de la joie* 305
By Mariana Barreto
- Serge Paugam, *L'attachement social: formes et fondements de la solidarité humaine* 311
By Lina Penati Ferreira
- Dária Jaremtchuk, *Políticas de atração: relações artístico-culturais entre
Estados Unidos e Brasil (1960-1970)* 319
By Paula Costa Nunes de Carvalho



Comunhão universitária?

Balanços e fraturas na história da Universidade de São Paulo

Marcia Consolim*

<https://orcid.org/0000-0002-3622-073X>

Sergio Miceli**

<https://orcid.org/0000-0001-8989-0983>

Uma instituição, como qualquer agente, recebe um nome próprio que sugere uma identidade duradoura e, ao mesmo tempo, tem de atender a múltiplas e conflitantes demandas nos diversos espaços em que atua ao longo de sua existência. A Universidade de São Paulo, desde sua origem, é uma instituição mal definida: criticada por alguns por oferecer uma formação em áreas e/ou cursos sem utilidade direta, segundo a lógica das profissões tradicionais, também foi alvo de ataques por supostamente inculcar uma visão excessivamente engajada a respeito dos problemas sociais. Dependendo da faculdade ou do ponto de vista adotado, tradicional ou moderno, científico ou literário, as relações com a sociedade mais ampla e com as elites dirigentes assumiram forma e função muito distintas. Por um lado, as grandes escolas profissionais, como Direito, Medicina e Engenharia, sempre forneceram, e não apenas no Brasil, uma parcela importante dos quadros políticos e econômicos do país. Por outro lado, em oposição àquelas escolas, as faculdades de ciências e de letras destinaram-se a refletir, para além da realidade imediata, sobre problemas científicos e culturais mais abrangentes – ocupando assim posição distintiva, mas dominada, no campo do poder (Bourdieu, 1996, 2011). Esse é o quadro dos anos 1930, e é importante percorrê-lo com a gravidade dos acontecimentos internacionais dessa década, ainda que em aparência a América Latina e, em particular, o Brasil estivessem

* Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

distantes das transformações econômicas, políticas e intelectuais que mobilizaram os países centrais. Seja olhando para o arsenal de instituições de cooperação intelectual criadas no período, seja para a mobilização dos próprios intelectuais em socorro ao mundo da cultura e da ciência, sob ataque, as expectativas em torno dos “intelectuais” formados por uma cultura humanística eram muito altas (Charle, Luce e Boutry, 2021). Esses são alguns dos elementos que dão a dimensão das expectativas em torno da fundação da Universidade de São Paulo, com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934, sacramentada pela comunhão entre cultura e ciência (Miceli, 1989, 1995; Cardoso, 1982).

Com algum recuo, não se pode deixar de reconhecer a centralidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo durante as primeiras décadas de sua existência, assim como a perda de prestígio e poder subsequente ao desmembramento e fundação dos institutos de ciências a partir dos anos 1970, bem como às novas regras que passam a reger o ensino superior e a produção científica nos anos 1990. Ao que tudo indica, rompeu-se o elo tradicional entre cultura e ciência. A partir desse período, cada unidade se tornou um universo com dilemas próprios e enorme diversidade de funções: a formação “pura” parece ter se restringido aos cursos da nova Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, enquanto nas unidades das ciências biológicas e exatas operou-se uma especialização acelerada e uma aproximação com as franjas mais científicas das faculdades profissionais. Os efeitos desse longo processo e da nova identidade da Universidade de São Paulo ainda estão para ser avaliados. Esta introdução apenas pontua algumas questões deixadas pelos que nos antecederam.

* * *

Ao propor uma análise de alguns dos dossiês publicados por ocasião das celebrações da Universidade de São Paulo, a ideia é identificar as questões mais candentes que marcam as percepções e juízos da comunidade uspiana ao longo desses noventa anos, bem como as possíveis diferenças entre elas segundo as áreas do conhecimento ou unidades institucionais. Em outros termos, procuramos identificar padrões que foram erigidos como critério de excelência a partir da comparação dos dossiês e entre os artigos de cada dossiê, tomando como referência: a obra *Ensaio paulistas*, coletânea de artigos publicados originalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1954, e pela editora Anambi, em 1958; o dossiê publicado na revista *Estudos Avançados* da USP, em 1994; e o dossiê publicado na *Revista USP*, em 2004¹. Em relação aos períodos

1. Há inúmeros dossiês publicados a respeito das diversas unidades da USP que não foram objeto deste

históricos desses três dossiês, no primeiro caso, trata-se dos anos 1950 e, não por acaso, a publicação abrange tanto textos sobre a Universidade quanto sobre o IV Centenário da cidade de São Paulo. Uma relação de complementaridade que não é estranha ao período de fundação e, pelo contrário, revela a cumplicidade entre as elites dirigentes paulistas e o projeto da Universidade. No dossiê publicado nos anos 1990, o contexto é muito diferente, pois trata-se do início do período democrático e a Universidade já está, segundo alguns, em sua “terceira fundação” (Chauí, 2004). Os artigos, nesse caso, buscam tanto homenagear os “pioneiros” quanto dar visibilidade à estrutura das unidades e cursos. Finalmente, no terceiro período, já na primeira década do século XXI, o quadro observado é bastante distinto. Trata-se dos primeiros anos do governo Lula e de um cenário marcado pelas mudanças no ensino superior promovidas pela “Era FHC”.

A despeito de suas diferenças, as três publicações recorrem ao período de fundação da Universidade de São Paulo como se daí fosse possível deduzir todas as transformações posteriores. A reverência aos “pioneiros”, em particular quando reconhecidos internacionalmente, é uma das estratégias mais recorrentes de legitimação da instituição. O mito fundador, como todo mito de origem, tornou-se uma crença coletiva que deve ser considerada como tal, ou seja, com certo distanciamento (Miceli, 1989). Além dele, o mito da “comunhão universitária” tornou-se parte de uma *doxa* que impede muitas vezes a identificação de suas tensões internas, fraturas institucionais, oposições disciplinares, visões de mundo incompatíveis, estilos de vida intelectual conflitantes. Várias foram as linhas de força que produziram essas tensões, entre as quais se destaca a oposição entre as escolas profissionais tradicionais – Direito, Medicina, Engenharia – e a Faculdade de Filosofia². Não por acaso a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a instituição que dá origem à universidade, ocupa mais espaço em cada uma das três publicações. Outro eixo a ser ressaltado é o que separa a Faculdade de Filosofia dos centros ou institutos de ciências naturais ou exatas, criados a partir dos anos 1970, uma vez que as disposições críticas dos ocupantes do primeiro espaço se opõem à neutralidade axiológica dos pertencentes ao segundo. Ao longo do tempo, a própria relação com o “internacional” – isso que definia, afinal de contas, a instituição – passa a ser distinta segundo a posição institucional ou

estudo em razão do critério adotado: escolhemos apenas os dossiês que publicaram artigos sobre as unidades e, além disso, que tratavam do conjunto da universidade. Assim, não incluímos o dossiê de 1984, publicado pela revista *Literatura e Sociedade*, pois ele se restringe a depoimentos de antigos e novos professores. Os dossiês publicados pela Edusp por ocasião dos cinquenta, setenta e oitenta anos da Universidade de São Paulo também foram excluídos por serem publicações com propósitos institucionais e informativos. Para uma análise sociológica dessas publicações, ver M. Carlotto, 2014, 2022.

2. Existem inúmeras publicações sobre as unidades. Ver “130 anos da Escola Politécnica da USP”; Bacalá, 2012.

área do conhecimento. A dimensão “internacional” passou a ser, do ponto de vista dos institutos de ciências, uma marca de excelência, enquanto para os professores da Faculdade de Filosofia, uma adaptação regida por uma lógica heterônoma. Um último ponto também exprime essas fraturas: a relação entre a Universidade e a sociedade mais ampla. Nos institutos de ciências, não se observa nos balanços distinção qualitativa entre o atendimento a demandas sociais e a demandas do mercado, entre financiamento público e privado, e essa indefinição tendeu a gerar avaliações críticas por parte dos professores oriundos dos cursos mais literários – com o recorrente diagnóstico de “crise” da Universidade.

Ensaio paulistas (1954)

A primeira coletânea sobre as celebrações da USP reuniu artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1954. Seu título, *Ensaio paulistas* (1958), diz muito sobre a atmosfera de envolvimento da universidade com a vida política e cultural local. Os textos específicos sobre a história das unidades de ensino e dos cursos da Universidade de São Paulo estão intercalados com outros sobre a história de São Paulo, suas tradições culturais, feitos políticos e personalidades eminentes. Entre os 54 textos que compõem a obra, selecionamos os 14 que dizem respeito à Universidade de São Paulo, pois o restante se refere às celebrações do IV Centenário da cidade. Autores e títulos dos textos seguem no Quadro 1.

QUADRO 1

Mario G. Ferri	A Botânica em São Paulo desde a criação de sua Universidade
Almeida Jr.	A Faculdade de Direito e a cidade
Aroldo de Azevedo	A Geografia em São Paulo
C. H. Liberalli	A Química em São Paulo
Fernando de Azevedo	A Universidade de São Paulo
Oliverio M. de Oliveira Pinto	A Zoologia em São Paulo
Abraão de Moraes e Paulo Saraiva de Toledo	Desenvolvimento da Física em São Paulo
A. Carvalho	Desenvolvimento da Genética em São Paulo nos últimos vinte anos
P. Campos	Estudos da História na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo
Theodoro Henrique Maurer Jr.	Estudos Linguísticos em São Paulo
Afrânio do Amaral	Evolução dos Institutos Científicos
Antonio Candido	Informação sobre a Sociologia em São Paulo
Sem Autor	Instituto Oceanográfico de São Paulo
Antônio de Almeida Prado	Quatro Séculos de Medicina na cidade de São Paulo

Mesmo em uma publicação que se esforça em mostrar a unidade do corpo, pode-se identificar uma primeira fratura que separa os relatos sobre as grandes escolas profissionais e os textos sobre a antiga Faculdade de Filosofia. Um exemplo dessa fratura é a ausência, nesse dossiê, de um texto sobre a Escola Politécnica. Outras estratégias de demarcação se dão através do próprio conteúdo de alguns dos capítulos dessa publicação. Por exemplo, os textos dedicados à Faculdade de Direito e à Faculdade de Medicina enfatizam o período anterior à fundação da Universidade, legitimando-se através da tradição. Almeida Júnior, autor do texto sobre a Faculdade de Direito, exprime mesmo certa nostalgia em relação aos primórdios da Faculdade, caracterizados segundo ele por intensa sociabilidade estudantil em comparação ao período posterior, marcado pelo ensino “massificado” e por alunos-trabalhadores. Já Almeida Prado, responsável pelo texto sobre a Medicina, avalia positivamente a institucionalização das carreiras universitárias, mas não deixa de homenagear os “grandes homens”, ou seja, os professores pioneiros, suas pesquisas e influência sobre os alunos. Assim, a fratura se apresenta, no caso das grandes escolas profissionais, pela ênfase na tradição e nos grandes homens, o que resulta na invisibilidade da “nova” instituição.

Em relação aos textos sobre as ciências naturais – física, química, biologia, zoologia e genética –, alguns traços se destacam como típicos de seu *habitus* científico. Valoriza-se, em primeiro lugar, a vinda de professores internacionalmente reconhecidos para a universidade, mas em seguida aponta-se também a circulação internacional de alunos para fazer especialização no exterior – em geral com bolsas de estudos da Fundação Rockefeller. Essa dupla modalidade de circulação (missões de professores estrangeiros e bolsa de estudos a alunos brasileiros) marca a excelência dos cursos “científicos”. Outro ponto de demarcação é o destaque dado à “ciência de base”, ou seja, à pesquisa “pura”, em oposição à “prática profissional”, uma estratégia de crítica às preferências das escolas profissionais pela importação da ciência feita alhures. A trajetória de Mario Schenberg, nesse caso, é erigida como exemplar: discípulo do professor Wataghin, beneficiou-se de bolsa de estudos para estudar na Itália, Suíça e Estados Unidos; em seguida, como professor, dá aulas no exterior, forma redes internacionais de pesquisa e orienta alunos na Faculdade de Filosofia (*Ensaio paulistas*, 1958, p. 304).

Os textos sobre as ciências naturais e exatas também podem ser comparados aos capítulos que tratam das ciências humanas e sociais. Há entre eles um ponto de convergência: a defesa da produção acadêmica “desinteressada” ou “pura” em relação à ciência aplicada tipicamente produzida nas escolas profissionais. Contudo, a precoce internacionalização dos cursos científicos, seus recursos específicos, como bolsas de estudo, a participação em eventos científicos e publicações internacionais

colocam esses cursos em posição dominante na Faculdade de Filosofia³. Ora, no caso dos cursos de ciências humanas e sociais praticamente não há relatos sobre bolsas de estudo no exterior, eventos ou publicações internacionais. Outra diferença das áreas “científicas” em relação às áreas de “humanas” é a ênfase no *currículum* dos professores estrangeiros que vieram ensinar no Brasil. Além da internacionalização, das bolsas de estudo e da celebridade dos professores estrangeiros, os cursos “científicos” também se distinguem pelo acesso dos alunos brasileiros a pesquisadores premiados no exterior. Assim, a mobilidade internacional de docentes e discentes, bem como os recursos para especialização com “grandes nomes” estrangeiros, torna-se uma estratégia distintiva em relação aos demais cursos. Dois outros fatores completam o quadro dessa posição dominante: a articulação entre ensino e pesquisa e a instalação de laboratórios e aquisição de equipamentos modernos. A publicação no exterior, em coautoria, é considerada o ponto mais alto desse circuito de consagração.

Em relação às ciências humanas e sociais, os textos se referem aos cursos de História, Geografia, Sociologia e Linguística. A Filosofia não conta com um balanço nessa publicação⁴. Alguns aspectos principais desse conjunto podem ser destacados: em primeiro lugar, uma mesma visão sobre a importância do ensino “desinteressado”; em segundo lugar, a valorização da produção científica, que teria deixado a fase “ensaística” ou “empirista” e alçado um padrão de trabalho acadêmico, com emprego de método científico⁵. Em relação à internacionalização, os textos exaltam o trabalho dos professores estrangeiros na organização das cadeiras, a fundação de sociedades científicas e de revistas universitárias⁶. Contudo, no caso desses cursos, não se observam impactos na trajetória dos discentes, pois não recebem bolsas e não cursam especializações no exterior. Os textos sobre as ciências humanas e sociais também são mais políticos e analisam criticamente os efeitos do golpe de 1937 sobre a Uni-

3. “A análise dos fatores que, em apenas vinte anos, permitiram chegar ao estado atual é certamente complexa. Aos autores do presente artigo parece que dois destes fatores tiveram, no entanto, importância capital: capacidade e decidido pendor para as pesquisas físicas encontrados em numerosos estudantes e possibilidade de aperfeiçoamento a eles oferecida por estágios em grandes centros europeus e norte-americanos. [...] Devemos assinalar, aqui, a importância que tiveram os auxílios diversos recebidos pela Faculdade da fundação Rockefeller, Conselho Nacional de Pesquisas, Fundos Universitários de Pesquisas, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Guggenheim e Unesco, sem os quais dificilmente teria o Departamento atingido o estado atual de desenvolvimento”. Moraes e Toledo, 1958, p. 314.

4. Uma hipótese para essa ausência são as mudanças ocorridas na cadeira após a saída de Jean Maugüé.

5. No caso da Geografia, lê-se que “havia um divórcio entre a velha e a moderna Geografia, entre as obras puramente enumerativas e as que apresentavam os resultados de pesquisas científicas” (Azevedo, 1958, p. 68). No caso da História, lê-se que pela primeira vez “trabalhava-se metodicamente” (Campos, 1958, p. 341).

6. Observe-se que os estudos das sociedades tradicionais são chamados por Antonio Candido de “sociologia das sociedades primitivas”. Sobre as relações entre sociologia e etnologia, ver artigo de M. Consolim neste dossiê.

versidade, um deles sendo a “burocratização” crescente da instituição. Essa visão da instituição como “burocrática”, no sentido autoritário, como se verá, volta a rondar os balanços de 1994 e de 2004.

O impacto das transformações científicas e intelectuais do pós-guerra sobre a Universidade pode ser observado nos balanços das ciências humanas e sociais sob a expressão “crise da universidade”. Fernando de Azevedo indica alguns dos problemas enfrentados no caso da Universidade de São Paulo, entre os quais destaca a pequena procura pelos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, resolvida até certo ponto pelo regime de comissionamento dos normalistas, e as lutas entre as faculdades profissionais e a Faculdade de Filosofia em torno do tipo de formação generalista ou especializada. De maneira mais ampla, os principais problemas da universidade se referem ao que Fernando de Azevedo denomina “anti-humanismo” e “profissionalização” da formação, ou seja, à crescente fragmentação entre os que se formam com base em uma cultura geral e os que seguem a especialização precoce nas áreas de ciências exatas e naturais. Nos anos 1950, ele identifica uma crescente estigmatização do intelectual (“o sábio é suspeito”, assinala), o que pode ser considerado um marco no longo processo de separação entre as formações técnicas e científicas, de um lado, e as formações humanas e sociais, de outro. Essas observações são importantes, pois mostram que a Universidade de São Paulo acompanhou as transformações observadas nas instituições de ensino superior ao redor do mundo⁷.

USP 60 anos – revista *Estudos Avançados* (1994)

O dossiê organizado por ocasião do aniversário de sessenta anos da Universidade de São Paulo é muito distinto da coletânea publicada em celebração aos vinte anos⁸. Os artigos não mais tratam do estado de São Paulo e de suas conquistas históricas, mas restringem-se a questões diretamente ligadas à Universidade. Entretanto, é preciso fazer uma diferenciação: dos 163 artigos desse dossiê, em torno de um terço focaliza a memória dos professores pioneiros, e outros dois terços são artigos informativos sobre a estrutura das unidades, cursos de graduação, linhas de pesquisa, número de alunos e docentes, laboratórios de pesquisa, parcerias e publicações.

7. “Certo, a crise por que passa a Universidade, e que não é agora o momento de analisar, nos seus aspectos como em suas causas principais, peculiares ao nosso meio ou de caráter geral, reflete, em parte, na sua ‘profissionalização’ crescente, no seu anti-humanismo e na ausência de qualquer esforço que implique a procura do universal, o agitado ‘clima histórico’, em que vivemos”. Azevedo, 1958, p. 224.
8. Após a edição comemorativa de 1954, foram publicados dossiês apenas de 1984 em diante, ou seja, não houve publicações de coletâneas em 1964 e em 1974, o que pode ser explicado pelo contexto político do país nesse período. I. Cardoso em “Setenta anos de USP”, 2004.

Além desses dois gêneros textuais, pode-se identificar um terceiro conjunto de textos, que abre o dossiê, revelando mais claramente a refração do social através dos muros da universidade. Redigidos por figuras que ocupam posição social e intelectual dominante, Miguel Reale e Marilena Chaui, esses escritos estão associados a universos ideológicos e políticos opostos. A análise desses textos põe em confronto, de um lado, um ex-reitor, eleito por duas vezes (uma delas, inclusive, no período militar, como regente da cadeira de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito), e uma professora do Departamento de Filosofia, regente da cadeira de Filosofia Moderna da Faculdade de Filosofia. No caso de Reale, a abordagem é memorialista e ele encarna a figura do administrador “neuro” diante dos conflitos universitários, opondo-se assim ao texto de veio crítico e político de Chaui. As contribuições de Reale à estruturação da Universidade nos anos 1960⁹ visam a alcançar uma linha diretiva para a instituição, enquanto Chaui observa essa estrutura, saída da “segunda fundação” da Universidade (1969-1987), como início do declínio de sua função pública em nome de lógicas mercantis e regidas pela racionalidade administrativa. A instituição universitária aparece, num caso, como instrumento de harmonia e eficiência e, no outro, como instância de dominação, vigente desde o regime militar à “Era FHC” (Chaui em “Dossiê 60 anos de USP”, 1994, p. 51). Segundo Chaui, ao contrário da integração, a universidade teria realizado a centralização; ao contrário da democracia, a modernização; ao contrário da departamentalização, teria separado ensino e pesquisa.

Considerando-se, ainda nesse dossiê, o conjunto de textos sobre as unidades e os departamentos, destacam-se alguns aspectos: a departamentalização e a consequente especialização da formação; maior diversidade de unidades autônomas, em particular em razão da fundação dos institutos de ciências (química, física etc.) e das novas unidades de humanas (economia, psicologia); maior diversidade de funções e de interações com a sociedade, assumindo-se a formação para o mercado e para a gestão pública, além da formação em pesquisa; interiorização da universidade, com novos *campi* surgindo no interior do estado. Apesar dessas mudanças, podem-se identificar distinções entre os balanços com base nos critérios de excelência erigidos pelos autores sobre as respectivas unidades ou departamentos.

No caso dos balanços sobre as unidades de ciências naturais e exatas, a “origem” assume um peso relevante como critério de excelência, pois os professores estrangeiros, muitos deles premiados internacionalmente, formaram gerações imbuídas do mesmo espírito: a internacionalização estaria cumprindo seu ciclo ao permitir que as novas gerações de pesquisadores brasileiros obtivessem reconhecimento

9. Miguel Reale é nomeado reitor em duas gestões: a primeira em 1949 e a segunda em 1967.

internacional. Além do reconhecimento internacional dos pioneiros e de seus discípulos brasileiros, dois outros aspectos são realçados como marca dessas unidades: a “interdisciplinaridade”, em função da articulação entre “ciência pura” e “ciência aplicada”, e a articulação entre ensino e pesquisa em oposição ao ensino “livresco”¹⁰. O desmembramento em relação à Faculdade de Filosofia é positivamente avaliado em razão da maior liberdade quanto a questões orçamentárias e acadêmicas, como em prol de uma formação especializada. O balanço do Instituto de Física é exemplar nesse sentido: por um lado, o período de funcionamento na antiga FFCL é invisibilizado pelo destaque dado aos “pioneiros”, seguido pelo período posterior em que se mostram os frutos em termos de estrutura, linhas de pesquisa, produção e publicação. As publicações internacionais aparecem novamente como marca de excelência, além de uma relação mais próxima com a sociedade pela ênfase na formação de *experts*. Assim, a extensão é vista como atividade que atende tanto a sociedade quanto o mercado. Outro caso exemplar é o balanço sobre o Instituto de Química. Avalia-se positivamente a criação do instituto exatamente porque foi possível reunir sob um mesmo teto especialistas antes dispersos em várias unidades – resultado da reforma de 1969 (Colli em “Dossiê 60 anos de USP”, 1994, p. 534). Em outros casos, como no balanço das Ciências Biomédicas, a história da unidade é construída de maneira relativamente independente à da universidade¹¹. Tudo se passa como se só houvesse indivíduos e interações entre eles. Os critérios de excelência da área sendo, novamente, a internacionalização dos professores, o financiamento internacional à pesquisa e, finalmente, a associação entre pesquisa de boa qualidade, publicação internacional e programas de pós-graduação com atividades de tempo integral (“Dossiê 60 anos de USP”, 1994, p. 551).

O conjunto de balanços nas áreas de ciências humanas e sociais é o mais significativo¹². Esses textos, por um lado, colocam de maneira mais explícita as relações entre problemas políticos e sociais e as atividades de ensino e pesquisa da Faculdade de Filosofia através das menções aos regimes autoritários, ao perfil dos discentes nos diversos turnos, à falta de recursos e a temas de pesquisa sobre problemas da sociedade brasileira. Por outro lado, não há muita reflexão sobre a passagem das cátedras aos departamentos e tampouco sobre a questão da interdisciplinaridade, que se

10. Em relação aos depoimentos, observe-se que os ex-alunos e professores das seções ou subseções de física, química e geociências enfatizam que precisavam trabalhar para sobreviver enquanto cursavam a faculdade, ou seja, eram oriundos de camadas sociais modestas.

11. “[...] apesar de na atualidade as universidades terem se tornado os centros de pesquisa mais vigorosos do país, os Institutos citados ainda constituem importantes núcleos científicos em muitas das áreas biomédicas básicas.” Malnic e Sampaio em “Dossiê 60 anos de USP”, 1994, p. 550.

12. Ver Quadro 2. Para essa análise, consideramos principalmente os balanços da Filosofia (Franklin); Sociologia (Arruda); História (Novaes, França) e Geografia (Mombeig).

resolve por meio de instituições externas à Universidade. No caso do balanço das Ciências Sociais, da Antropologia, da Ciência Política, mas também da História e da Geografia, valorizam-se a relação entre ensino e pesquisa, a diversidade de linhas de pesquisa, a produção intelectual, a extensão universitária.

Em relação aos cursos da Faculdade de Filosofia, o balanço sobre a Faculdade de Economia e Administração adota postura crítica: críticos da formação puramente “teórica” ou da “discussão abstrata da teoria”, valorizam consequentemente as reformas dos anos 1970 e, em particular, a formação de *experts* para o mercado ou para a burocracia estatal (Diva Pinho, “Dossiê 60 anos de USP”, 1994, p. 365). A justificativa para essa formação se dá sob o pano de fundo da expansão da economia brasileira e dos problemas de uma economia industrial, questões que exigem a colaboração da Universidade. Além disso, a formação internacional, como nas áreas científicas, é valorizada.

Esse dossiê também produziu artigos de informação sobre as atividades do campus São Carlos e Ribeirão Preto. No primeiro, apresentam-se os institutos de Física, Química e Ciências Matemática; no segundo, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Os balanços produzidos, nesses casos, são bastante descritivos e institucionais, ou seja, há pouca articulação ao conjunto sediado na cidade de São Paulo.

QUADRO 2

TÍTULO	AUTOR	ÁREA
Pesquisas no Departamento de Filosofia	Franklin Leopoldo e Silva	Filosofia
A trajetória da pesquisa na Sociologia	Maria Arminda do Nascimento Arruda	Ciências Sociais
Economia política e a História das doutrinas econômicas	Diva Benevides Pinho	Economia
O que é ser antropólogo hoje	Paula Montero	Ciências Sociais
Departamento de Ciência Política	Célia Quirino	Ciências Sociais
Escola uspiana de História	Maria Helena Rolim Capelato; Raquel Glezer; Vera Lúcia Amaral Ferlini	História
Departamento de Geografia: linhas de pesquisa	Antonio Carlos Robert Moraes	Geografia
Faculdade de Educação: antecedentes e origens	Beatriz A. de Moura Fétizon	Educação
O lugar da Educação	Nilson José Machado	Educação
Memória da Psicologia	Ecléa Bosi	Psicologia
Literatura Brasileira: linhas de pesquisa	Antonio Dimas	Letras e Literatura
Teoria Literária e Literatura Comparada	Sandra Nitrini	Letras e Literatura

TÍTULO	AUTOR	ÁREA
Linguística	Irenilde Pereira dos Santos	Letras e Literatura
Arte e História da Arte	Walter Zanini	Arte
Educação Artística	Ana Mae Barbosa	Arte
Música: trajetória de um Departamento	José Eduardo Martins	Arte
Artes Cênicas	Sábato Magaldi	Arte
Escola de Comunicações e Artes	Virgílio Noya Pinto	Arte
Instituto de Matemática e Estatística	Paulo Domingos Cordaro	Matemática
Instituto Astronômico e Geofísico	Marta S. M. Mantovani; Paulo Marques dos Santos	Astronomia
O Instituto de Física e suas principais linhas de pesquisa	Henrique Fleming	Física
O Instituto de Química em 1994	Walter Colli	Química
Instituto de Biociências	Erasmus Garcia Mendes	Biociências
Resumo das linhas de pesquisas	Francisco Gorgônio Nóbrega	Biologia
O ensino das ciências básicas na área da Saúde	Gerhard Malnic; Magda Carneiro Sampaio	Medicina
O Instituto de Geociências	Umberto G. Cordani	Geociências
O lugar da Oceanografia	Afrânio Rubens de Mesquita	Oceanografia
Museu Paulista	Ulpiano T. Bezerra de Menezes	História
Museu de Zoologia	Paulo Emílio Vanzolini	Zoologia
O novo Museu de Arqueologia e Etnografia	José Jobson de Andrade Arruda	História
MAC: uma coleção contemporânea	Lisbeth Rebollo Gonçalves	Sociologia
Instituto de Estudos Brasileiros	José Sebastião Witter	História
Instituto de Estudos Avançados	Mauro Bellesa	Jornalismo
Centro de Biologia	Sem Autor	Biologia
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	José Antunes Rodrigues	Medicina
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto	Francisco de Assis Leone; João Atilio Jorge; José Enrique Rodas Duran; Maria Clotilde Rosseti	Várias
Instituto de Química de São Carlos	Antonio Aprigo; Milan Prsic	Química
O Instituto de Física de São Carlos	Djalma Mirabelli Redondo	Física
Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos	Hidelbrando Munhoz	Matemática

* Em razão da extensão desse dossiê, apenas os textos destacados foram objeto de análise.

Revista USP (2004)

Ao contrário da coletânea e do dossiê de 1994, compostos por grande volume de artigos, a publicação de 2004 contém apenas dez artigos (Quadro 3). Em relação ao equilíbrio das áreas, como nos casos anteriores, apenas um terço focaliza as áreas de ciências exatas e naturais, e o restante aborda as áreas de ciências humanas e sociais. Não há artigo sobre a Faculdade de Direito, sendo que os textos que abordam o funcionamento da medicina e das engenharias não tratam exclusivamente de cada unidade¹³. Esse balanço explicita o sentido das transformações da Universidade de São Paulo que levou à separação entre as áreas “científicas” e as áreas de humanas. A própria organização do dossiê exprime essa fratura, pois há duas apresentações em um mesmo dossiê: Irene Cardoso apresenta apenas os artigos de Franklin Leopoldo e Silva e de Afrânio Catani, mas não os textos das demais áreas, apresentados por Francisco Costa, editor da revista. Além disso, os artigos sobre as áreas de engenharia, medicina e artes foram escritos por jornalistas, e apenas os de ciências humanas e sociais por autores pertencentes ao corpo docente da Universidade. Tudo leva a crer que houve sobreposição de dois projetos conflitantes. O editor chama atenção para o tom otimista e confiante no “progresso da ciência” e em sua capacidade de resolução dos problemas práticos da vida social, no caso dos balanços das áreas “científicas”, e para o tom crítico e pessimista dos textos sobre as ciências humanas.

Nesse dossiê, atinge-se o ponto mais tenso da fratura entre os “velhos tempos”, lembrados pelos professores de ciências humanas e sociais, e os “novos tempos”, período de grande expectativa em relação ao progresso da ciência, enfatizados pelos cientistas (Blasques em “Setenta anos de USP”, 2004, p. 89). O contexto de publicação, entre o fim da “era FHC” e o início do governo Lula, dá indícios de que as reformas do ensino superior levadas a cabo pelo governo FHC foram avaliadas distintamente segundo as áreas do conhecimento na universidade. Nos três balanços que envolvem as unidades “científicas”, a tônica é o imperativo da “adaptação” – à sociedade, à internet, à tecnologia moderna. O elemento novo, no caso desses balanços, é que não há mais separação clara entre as escolas profissionais tradicionais, Escola Politécnica e Faculdade de Medicina, e os institutos de ciências “puras”. Ou seja, as reformas dos anos 1960 levaram, em primeiro lugar, à ruptura com as áreas de humanidades e, em segundo lugar, a uma aproximação com as escolas profissionais.

No balanço sobre as áreas médicas e as ciências biológicas, os critérios de excelência se baseiam agora não apenas em indicadores de internacionalização, mas também

13. Os títulos dos artigos são “As Ciências Exatas” e “Medicina e Ciências Biológicas”. Já no caso da Escola Superior de Agricultura, o texto refere-se exclusivamente a essa unidade. Ver “Setenta anos de USP”, 2004.

de produção, em parcerias entre agências de financiamento públicas e privadas, nacionais e internacionais, em laboratórios e equipamentos de última geração. Os indicadores empregados representam novos meios de exprimir padrões de excelência (Qualis, Capes). Os projetos interdisciplinares são considerados fundamentais, tanto para o avanço das ciências de base quanto para a formulação de políticas públicas. A relevância da internacionalização também pode ser observada pelos laboratórios e equipamentos modernos, pelas agências de financiamento (Rockefeller), pela participação em congressos e associações científicas internacionais. Busca-se também destacar o papel social da ciência através de pesquisas e práticas de extensão de impacto para a população.

Em relação às ciências exatas, menciona-se a origem dos departamentos de Física e de Química na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mas também na Escola Politécnica, o que é uma forma de reconstruir a trajetória da instituição a partir de um ponto de origem mais próximo ao de chegada. Em relação à excelência, também nesse caso recorre-se a indicadores e exalta-se o impacto da tecnologia sobre o ensino e a sociedade em geral. A tônica é a sobrevivência dos melhores pela otimização do “gerenciamento das relações com a sociedade”. O futuro é visto com otimismo (“Setenta anos de USP”, 2004, p. 95). A lista de realizações e de expectativas a respeito de projetos científicos é extensa, mas esses projetos envolvem tanto práticas científicas quanto práticas de mercado. Outras questões de destaque são a “multidisciplinaridade” e a adaptação à revolução digital. A relação com a sociedade é justificada através de projetos específicos, como casas de baixo custo, aumento da produtividade e melhoria do meio ambiente. Pensa-se, também, na formação do “caráter” e na formação de base dos estudantes (*Idem*, pp. 94-96).

Em oposição aos balanços das áreas de ciências, a “crise” das áreas de “humanas” está claramente diagnosticada nesse dossiê, mesmo na declaração de Hansen, para quem “as humanidades e a cultura têm hoje uma importância relativa”. (Hansen em “Setenta anos de USP”, 2004, 80). Tudo é político nos textos de Franklin Leopoldo e de Afrânio Catani, ainda que a abordagem do primeiro seja teórica e a do segundo empírica. Esses textos realçam a figura do “intelectual”, que surge como instância crítica e de resistência contra os avanços da racionalidade instrumental e contra os “novos mandarins” que a figura do *expert* encarna. No artigo de Franklin Leopoldo e Silva, o isolamento da Faculdade de Filosofia, a dominação das antigas escolas profissionais, as contradições entre um projeto crítico e ao mesmo tempo de poder são alguns dos resultados da reforma de 1969, à qual o regime democrático deu continuidade. Os antigos departamentos ou seções de ciências naturais e exatas, ao se transformarem em institutos, se adaptaram ao modelo de produção científica e tecnológica dos países centrais. A Universidade de São Paulo estaria em “crise”,

pois teria perdido sua dimensão crítica diante do discurso baseado na eficiência, produtividade e lógica do mercado. Catani mostra, a partir de dados empíricos, a crescente concentração do poder orçamentário na figura do reitor e, no plano mais amplo do ensino superior, os impactos do crescimento das instituições de ensino superior privadas sobre a relação entre ensino e pesquisa, concluindo que as mudanças separaram essas duas atividades. O diagnóstico acompanha o de Franklin: a era FHC consagra a “mercantilização da educação superior” (“Setenta anos de USP”, 2004, p. 59). O internacional aqui aparece como subordinação e adaptação heterônoma, mas não como escolha autônoma.

Assim, o que no período de fundação aparecia como central à unidade da instituição e à universalidade do conhecimento – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – revela-se por meio desses balanços como “crise”: nos textos de Fernando de Azevedo (1954), Marilena Chaui (1994) ou Franklin Leopoldo e Silva (2004). As transformações institucionais, mas também as regras do campo foram alteradas nesse processo – e, conseqüentemente, os valores e práticas associados à excelência intelectual e científica. A “crise” da Universidade, portanto, não pode ser dissociada da crise das ciências humanas e sociais.

QUADRO 3

TÍTULO	AUTOR	ÁREA
Resgatando os fundadores	Oliveiros S. Ferreira	Ciências Sociais
A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz: sua inclusão na USP e sua contribuição para a pesquisa em ciências agrárias	João Lúcio de Azevedo	Medicina
Uma das derradeiras congregações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)	João Baptista Borges Pereira	Ciências Sociais
Apresentação	Irene Cardoso	Ciências Sociais
A universidade brasileira, a USP e a aliança entre o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade	Afrânio Mendes Catani	Ciências Sociais
A universidade em tempos de conciliação autoritária	Franklin Leopoldo e Silva	Filosofia
Apresentação	Francisco Costa	Jornalismo
As Humanidades e as Artes	KiKa Mandaloufas, Maria Eugênia de Menezes	Jornalismo
Medicina e Ciências Biológicas	Marcia Blasques	Jornalismo
As Ciências Exatas	Fábio de Castro	Jornalismo

* * *

Ao contrário dos dossiês anteriores, que pretendiam oferecer um retrato da totalidade da Universidade de São Paulo, o presente dossiê é fruto de um projeto mais restrito: trata-se de uma contribuição das áreas de ciências sociais. Procuramos mostrar aspectos específicos da universidade que normalmente não são apresentados em épocas de celebração e edições de júbilo. O texto que abre o dossiê, de Maria Rita Loureiro, Adriano Codato, Rafael Viegas e Rodrigo da Silva, objetiva localizar a USP no espaço das elites políticas brasileiras. A pergunta que dá origem ao artigo é qual a parcela de membros oriundos da USP nesse espaço. A resposta foi surpreendente, pois a Universidade ainda hoje parece ocupar posição inigualável nesses meios. Em seguida, o texto de Ana Almeida, Graziela Perosa, Guilherme Lamana e Rafael Maia investiga a outra ponta dessas relações, ou seja, a permeabilidade da Universidade à inclusão de camadas socialmente dominadas da sociedade e que, desde 2012, têm maiores expectativas de ingressar em uma universidade pública. Os resultados foram igualmente surpreendentes, pois o gênero ainda se mostra uma barreira, enquanto os efeitos de raça e classe parecem ter diminuído. O terceiro artigo, de Maria Carlotto, trata da questão da distribuição do poder dentro da própria universidade, e sua análise, baseada no perfil dos reitores desde a fundação, indica que há uma tendência à concentração do poder nas instâncias mais tradicionais da universidade. O quarto artigo, de Mariana Chaguri e Bárbara Pires, sobre três professoras do curso de Ciências Sociais, mostra que, mesmo quando portadoras de trunfos sociais e intelectuais, os efeitos do gênero marcam suas carreiras universitárias, aspecto comum a um conjunto mais amplo de mulheres docentes na história da FFCL. O último artigo apresenta uma controvérsia sobre os programas das cadeiras de Sociologia I e II no período de fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, assim como seu impacto no diálogo entre as diversas redes intelectuais do período, em particular aquelas preocupadas em definir os limites da ação cultural e educacional da Universidade de São Paulo. Fechando este dossiê, apresentamos uma entrevista com Roger Chartier realizada por Miguel Palmeira e Mariana Osés sobre as relações intelectuais entre a França e o Brasil.

Referências Bibliográficas

- “130 ANOS DA ESCOLA POLITÉCNICA DA USP”. s.d. <https://www.poli.usp.br/130anos>, consultado em 29/04/2024.
- AZEVEDO, Aroldo de. (1958), “A Geografia em São Paulo”. In: *Ensaios paulistas* (contribuição de *O Estado de S. Paulo* às comemorações do IV centenário da cidade). São Paulo, Anhambi, pp. 65-80.
- BACCALÁ, Luiz (org.). (2012), *As 100 turmas da Faculdade de Medicina da USP*. São Paulo, Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Medicina da USP.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), “A ilusão biográfica”. In: *Razões práticas*. São Paulo, Papyrus Editora.
- BOURDIEU, Pierre. (2011), *Homo academicus*. Tradução de Ribeiro Valle. 2. ed. Florianópolis, Editora UFSC.
- CAMPOS, P. (1958), “Estudos da História na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo”. In: *Ensaios paulistas* (contribuição de *O Estado de S. Paulo* às comemorações do IV centenário da cidade). São Paulo, Anhambi, pp. 340-349.
- CARLOTTO, Maria. (abr. 2022), “Relato pessoal ou primazia da estrutura? Da história oral à história estrutural como modelo para a sociologia histórica: o caso da história institucional da USP”. *Tempo Social*, 34 (1): 55-82. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.180874>.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. (2014), *Universitas semper reformanda?: a história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. Doutorado em Sociologia, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-19032015-171049>.
- CHARLE, Christophe; LUCE, Marie-Caroline & BOUTRY, Philippe. (2021), *Paris 1 Panthéon-Sorbonne, cinquante ans entre Utopie et Réalités 1971-2021*. Paris, Editions de la Sorbonne. <https://hal.science/hal-03861544>.
- “DOSSIÊ 60 ANOS DE USP”. (1994), *Estudos Avançados*, 8 (22). <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/729>.
- ELIAS, Norbert. (1995), *Mozart: sociologia de um gênio*. Tradução de Sérgio G. de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ENSAIOS PAULISTAS* (contribuição de *O Estado de S. Paulo* às comemorações do IV centenário da cidade). (1958), São Paulo, Anhambi.
- MICELI, Sergio (org.). (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*, 2 vols. São Paulo, Sumaré, vol. 1.
- MICELI, Sergio (org.). (1995), *História das Ciências Sociais no Brasil*, 2 vols. São Paulo, Ed. Sumaré, vol. 2.
- MORAIS, Abraão de & TOLEDO, Paulo Saraiva de. (1958), “Desenvolvimento da Física em São Paulo”. In: *Ensaios paulistas* (contribuição de *O Estado de S. Paulo* às comemorações do IV

centenário da cidade). São Paulo, Anhambi, pp. 300-315.
“SETENTA ANOS DE USP”. (2004), *Revista USP*, 60. <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1061>.

Resumo

Comunhão universitária? Balanços e fraturas na história da Universidade de São Paulo

Trata-se de realizar uma análise das publicações coletivas voltadas a celebrar o aniversário da Universidade de São Paulo. Os dossiês escolhidos referem-se ao vigésimo, sexagésimo e septuagésimo aniversários dessa instituição. Pretende-se identificar padrões de avaliação, bem como percepções e juízos distintos sobre a excelência do ensino, pesquisa e extensão segundo as unidades e as áreas do conhecimento dessa instituição.

Palavras-chave: USP 90 anos; Dossiês Comemorativos; Avaliação Institucional; Expansão e Crise da Universidade.

Abstract

University communion? Balances and fractures in the history of the University of São Paulo

The aim is to analyze the collective publications celebrating the anniversary of the University of São Paulo. The dossiers refer to the institution's twentieth, sixtieth and seventieth anniversaries. The aim is to identify evaluation standards, as well as different perceptions and judgments about excellence in teaching, research, and extension according to the units and areas of knowledge at the institution.

Keywords: USP 90th Anniversary; Commemorative Dossiers; Institutional Evaluation; University Expansion and Crisis.

Texto recebido em 30/04/2024 e aprovado em 01/05/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.224643.

MARCIA CONSOLIM é professora associada da Universidade Federal de São Paulo e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas – Scici – Science in Circulation do Ieac-Unifesp. E-mail: mconsolim@unifesp.br.

SERGIO MICELI é professor titular de Sociologia na Universidade de São Paulo. E-mail: zaem@usp.br.



Fábrica de líderes

A influência da USP na formação da elite dirigente nacional

Maria Rita Loureiro*

<https://orcid.org/0000-0003-3129-4956>

Adriano Codato**

<http://orcid.org/0000-0002-5015-4273>

Rafael Rodrigues Viegas***

<https://orcid.org/0000-0002-8304-2390>

Rodrigo Silva**

<https://orcid.org/0000-0001-7051-9391>

Introdução

Ao completar nove décadas de existência, a Universidade de São Paulo (USP) tornou-se a mais importante e prestigiosa universidade do país, posicionada entre as cem melhores do mundo e como a melhor da América Latina¹. Suas contribuições para as mais diversas áreas das ciências e da cultura são inegáveis. O debate que sua criação nos anos 1930 ofereceu à reafirmação dos valores republicanos de escola pública e da laicidade do ensino no Brasil também merece ser destacado.

O projeto da USP visava a criar uma instituição de ensino de excelência. Almejava também um objetivo político, explicitamente formulado por seus idealizadores: a formação de novas elites dirigentes para o país saído da Revolução de 1930 e em processo de profundas transformações sociais e econômicas².

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

*** Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

1. Conforme avaliação de 1.499 universidades feita pela instituição inglesa QS World University Ranking, para o ano de 2022.
2. Se a pretensão dos mentores da USP inspira-se no positivismo que, como sabemos, teve grande influência nos meios intelectuais e políticos brasileiros e, em particular, nos defensores da República, é plausível supor que o grupo idealizador da USP também tenha se inspirado no exemplo de universidades europeias, como Oxford e Cambridge, na Inglaterra que constituíram o espaço acadêmico por excelência de recrutamento das elites dirigentes daquele país (Williams e Filippakou, 2010).

Este artigo se propõe a investigar se esse objetivo foi concretizado. Entendendo a noção de “elites políticas” como os segmentos politicamente ativos das classes sociais (Codato e Perissinotto, 2011) e de “elites dirigentes” como a parcela das elites políticas que ocupam a alta direção do Estado, buscamos verificar se a USP, além de ser um centro de destaque na produção científica e intelectual, tem também um peso considerável no recrutamento dos altos dirigentes do Estado brasileiro.

O estudo parte de uma crítica à pretensão elitista dos mentores da USP de que o Estado de São Paulo seria portador de uma posição histórica excepcional frente ao restante da federação brasileira, cabendo, portanto, a seus líderes comandarem os rumos do país. Questiona, ainda, a visão positivista implícita no projeto de que a formação intelectual, em particular, a técnico-científica, se tornaria a grande alavanca de novas carreiras políticas no Brasil.

Ao contrário, supomos aqui que as oligarquias historicamente dominantes na política brasileira continuam prevalecendo, não só nas formas tradicionais, mas também em novas versões, representadas por grupos econômicos e financeiros internacionalizados. Tais grupos oligárquicos, dispersos na federação brasileira, parecem constituir as fontes de recrutamento dos dirigentes nas três esferas do poder administrativo (Executivo, Legislativo e Judiciário), seja entre os partidos e clientelas de poder estaduais que controlam sobretudo as casas legislativas, seja entre os diferentes centros universitários do país e do exterior, em que se formam os ocupantes de cargos da alta burocracia econômica do Executivo federal.

O trabalho analisa um banco de dados que vai dos anos 1930 a 2023, contendo informações relativas às instituições em que se formaram no ensino superior todos os ocupantes de cargos de presidente da República, ministros de Estado das cinco pastas principais que existiram durante o período analisado (Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e Ministério da Saúde), dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ainda dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e comandantes do Ministério Público Federal (MPF). Além dessas, foram levantadas também informações referentes aos dirigentes de agências burocráticas encarregadas das políticas de desenvolvimento econômico que, como ampla literatura tem indicado, tiveram papel decisivo na direção do Estado Brasileiro após 1930. São elas: a Assessoria Econômica de Vargas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco Central e a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), órgão do Banco do Brasil embrião do Banco Central³.

3. A importância destes órgãos estatais no processo de planejamento econômico e de desenvolvimento do país foi constatada por vários trabalhos. Ver a respeito Leff (1970), Ianni (1971), Martins (1976), D' Araújo (1982), Sola (1988), Loureiro (1997), Codato (1997).

O texto a seguir está assim organizado: além desta introdução e de uma breve retomada da literatura sobre o tema, são detalhados os aspectos metodológicos do trabalho e esclarecidas as decisões tomadas. Em seguida, os dados são apresentados e os resultados discutidos. Ao final, apontamos algumas conclusões.

A USP e a formação das elites dirigentes: breve retomada da literatura

O projeto de criação da USP partia do diagnóstico de que a crise política que se configurou no Brasil após a Proclamação da República decorria do divórcio entre sua elite intelectual e a “política militante”, ou seja, os políticos profissionais. Seus formuladores consideravam que a criação de uma universidade seria uma tarefa necessária e urgente para formar elites intelectuais desinteressadas, capazes de regenerar a política e superar a crise nacional expressa no sistema partidário-eleitoral da República Velha e no domínio de suas oligarquias.

Embora discutido desde a década de 1920, o projeto só foi posto em prática em 1934, como reação política à derrota militar sofrida por São Paulo na insurreição de 1932 contra o Brasil e após o acordo com o governo Vargas que permitiu a nomeação, como interventor no estado, de Armando de Salles Oliveira, político do Partido Democrático ligado ao grupo dos idealizadores da universidade. Além disso, tal decisão foi tomada com a pretensão explícita de recuperar a hegemonia política de São Paulo, como afirmou Júlio de Mesquita Filho: “Vencidos pelas armas, sabíamos que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação” (Mesquita Filho, 1969, p. 198)⁴.

A ideia de formar uma elite intelectual, por meio da criação de um “instituto de alta cultura” onde se cultivariam “as verdadeiras forças criadoras da civilização”, nas palavras de Fernando de Azevedo (1937), foi atendida, pelo menos formalmente, no decreto que instituiu a USP e no qual se criou, ao mesmo tempo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), pensada como o núcleo central da universidade. Completando esta ideia, houve ainda a iniciativa, bastante enfatizada na história da USP, de trazer professores europeus para formar seu primeiro corpo docente.

A crença de inspiração positivista em um saber “desinteressado” de elites intelectuais que seriam destinadas a conduzir o país, porque portadoras de um “Bem Comum”, não encontrou respaldo na realidade. Além disso, os idealizadores da USP também esbarraram em outros obstáculos.

4. O grupo de Júlio de Mesquita Filho era composto de políticos e intelectuais ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Cabe destacar a participação do educador Fernando Azevedo que, depois, se tornará também professor de renome na USP. Para análise aprofundada do tema, ver Cardoso (1982) e Limongi (1989). Para uma história detalhada da política desse período, ver Codato (2010).

Cardoso (1982) indica que a chegada dos professores franceses produziu um clima de hostilidade por parte de intelectuais católicos e de integralistas que os consideravam de esquerda. Os dirigentes das escolas tradicionais, como as Faculdades de Direito, de Medicina, a Escola Politécnica e outras, reunidas para criar a USP e compondo o grupo político mais forte dentro da nova instituição, rejeitaram frontalmente o projeto de integração de todas as cadeiras de conteúdo não profissionalizante da universidade dentro da FFCL⁵. Segundo Hey e Catani (2016), as escolas profissionalizantes fundamentavam sua rejeição à FFCL e aos professores estrangeiros, argumentando que o Brasil não precisava de humanistas e sim de técnicos para contribuir com seu progresso econômico. Os autores apontam ainda que no final da década de 1930 já era nítida a impossibilidade de realização do modelo proposto⁶.

Além da hostilidade política e ideológica ao projeto de um instituto central de estudos científicos e humanísticos, somou-se uma grande dificuldade por parte da FFCL para recrutar e manter alunos em seus cursos. Limongi (1989) mostra que diferentemente das expectativas dos mentores da USP, as elites paulistas continuaram enviando seus filhos para as escolas tradicionais. A faculdade acabou sendo procurada por grupos sociais com perfil bastante distinto do esperado, ou seja, foram recrutados segmentos médios ou em ascensão social, em grande parte filhos de imigrantes, professores primários no regime comissionado e um elevado contingente de mulheres.

Em suma, por razões político-ideológicas, mas também devido às transformações econômicas e sociais em curso no período em São Paulo, ocorreu o que Miceli denominou de “colisão entre o projeto ‘iluminista’ das elites locais e a irresistível profissionalização de setores médios em ascensão social” (Miceli, 1981, pp. 84-85).

Na verdade, o confronto entre o projeto da USP e seus resultados concretos precisa levar em conta seu conteúdo, eivado de discursos míticos (Cardoso, 1982). Primeiramente, a apologia ao bandeirantismo e à visão elitista da excepcionalidade de São Paulo frente ao restante da federação brasileira. Autointitulando-se como “Comunhão Paulista Ilustrada”, os mentores da universidade argumentavam não só

5. Como salienta Carlotto (2022, p. 76), Florestan Fernandes foi pioneiro em identificar a USP como uma instituição dividida em dois polos: um caracterizado por domínio político e econômico, composto pelas faculdades profissionais tradicionais pré-universitárias, e outro destacando-se pelo domínio acadêmico, mas sujeito à subordinação política e econômica, constituído pela então FFCL.
6. Também, Witter (1984) mostra que a rejeição à FFCL como “célula-mãe” da USP expressava-se no fato de que ela não tinha nem onde se instalar, nas suas primeiras décadas, ocupando espaços emprestados nas salas e laboratórios da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica. Os conflitos gerados por tal situação desdobraram-se em manifestações públicas de repúdio que levaram à expulsão dos membros da FFCL destes espaços e seu deslocamento por diferentes endereços na cidade de São Paulo. Tal situação só será alterada nos anos 1950, quando ela se instala de forma mais estável na rua Maria Antônia, momento que também coincide com seu apogeu (1984, pp. 151-160).

razões históricas, mas o valor excepcional de seus homens para justificar a excepcionalidade de São Paulo⁷. Alimentada pela grande expansão, desde o final do século XIX, da economia e da burguesia cafeeira em São Paulo, tal visão é reiterada por inúmeros intelectuais, inclusive Fernando Azevedo, que vê a “situação à parte” de São Paulo também no plano educacional, o que lhe daria direito a encarar o problema universitário e dar-lhe a solução que ele exige (Cardoso, 1982, pp. 31-32).

Mais eloquente ainda é o mito relativo ao caráter liberal que os mentores da USP atribuíram a si próprios. Cardoso (1982) relembra que eles invocavam um espírito de liberdade, ao mesmo tempo que escamoteavam o contexto ditatorial em que a universidade fora criada, através do compromisso do interventor de São Paulo com Vargas, visando a afastar possíveis ameaças de articulações revolucionárias então em curso no país e ainda a ocultar o empenho anticomunista de seus fundadores⁸.

A construção de uma autoimagem liberal, praticando e acobertando condutas autoritárias e repressivas, se repetirá durante a ditadura militar. A atitude que caracterizou a direção de USP ao longo desse período foi de adesão ao governo ditatorial e de conivência frente aos atos de repressão e violência perpetrados inclusive contra vários de seus professores⁹.

Na verdade, como ampla análise crítica já mostrou, os autoproclamados liberais brasileiros sempre compartilharam o discurso de defesa das liberdades com práticas autoritárias, violentas e repressivas, desde a convivência contraditória com o escravismo na Monarquia (Adorno, 1988; Nogueira, 2010) até a adesão, sem peias, a governos ditatoriais nos tempos mais recentes.

Em suma, se não foi concretizado o modelo de universidade projetado pelos mentores da USP, composto de um núcleo básico científico e humanístico, destinado

7. Mesquita Filho afirma ainda: “Paulistas até a medula, herdáramos de nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à independência e da Regência à República, do que a Universidade” (Mesquita Filho, 1969, p. 192).
8. Vale lembrar que em 1969, no auge da ditadura militar por ele apoiada, Mesquita Filho continuava a repetir: “Éramos irredutivelmente liberais. Tão convictamente liberais que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente liberal” (Mesquita Filho, 1969, p. 192).
9. Uma publicação da Associação dos Docentes da USP (Adusp) relata o controle ideológico ocorrido na USP durante a ditadura: “A reconstituição dos fatos ocorridos na Universidade de São Paulo após 1964, que culminaram em demissões e aposentadorias forçadas, é tarefa necessária para análise do processo que institucionalizou o controle ideológico. A amplitude, o caráter insidioso e os efeitos deletérios de todo este processo não são de conhecimento público. Concretizaram-se através de uma infinidade de atos de arbítrio, de pressões abertas ou veladas, de ilegalidades, mais ou menos ocultas, das quais cada um tem apenas um conhecimento parcial”. Ver a respeito Adusp, 1978. A publicação menciona ainda denúncias anônimas por parte de alguns professores contra colegas perseguidos pelos militares.

a renovar as elites políticas do país, não se podem negar a importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o papel que ela desempenhou na formação de um grande número de professores e pesquisadores em vários ramos da cultura e do desenvolvimento científico do país, alguns mesmo notáveis em suas áreas, como Mario Schenberg, na Física e Matemática, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Antonio Candido nas Ciências Sociais e Literatura, para ficar apenas nestes poucos exemplos.

Se a qualificação intelectual de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes teve influência na ascensão que ambos tiveram a cargos de grande destaque político no Brasil, anos depois do afastamento da USP pelas aposentadorias forçadas, é preciso ressaltar, porém, que isso se deve ao peso de suas ligações aos dois partidos mais importantes de país após a redemocratização, PSDB e PT, respectivamente. Como reforço do argumento, cita-se o exemplo oposto, de outro cientista político de renome, Bolívar Lamounier, também professor da FFCL/USP e membro da Comissão responsável pelo anteprojeto da Constituição Federal que seria aprovada em 1988. Ele se candidatou a deputado federal, em 1986, para compor a Assembleia Constituinte, pelo PSB, partido menos expressivo eleitoralmente, mas não conseguiu se eleger nem seguir carreira política. Faltaram-lhe, muito provavelmente, apoio e força partidária para alavancá-la, mesmo porque, como se sabe, nas democracias contemporâneas e a despeito da crescente influência das redes sociais, os partidos são instituições necessárias para a ascensão ao poder.

Com relação às escolas profissionalizantes da USP, elas tampouco se tornaram espaço privilegiado de recrutamento de novas elites dirigentes. Referindo-se a essa temática, Schwartzman (1979) chega mesmo a falar de marginalidade política do Estado de São Paulo em relação ao poder nacional, ao constatar que o centro econômico e social mais importante do país estava alijado de núcleo do poder. Segundo ele, a explicação para este aparente paradoxo pode ser encontrada no fato de o sistema político brasileiro ser, historicamente, dominado pela simbiose entre um Estado central de características patrimonial-burocráticas e elites regionais oriundas de setores deprimidos da economia nacional e dependentes do apoio político do Estado nacional. Fato que daria, em consequência, mais força política para tais Estados em comparação a São Paulo. Outros autores também têm apontado na mesma direção, constatando que as classes dominantes de estados, cujo baixo dinamismo econômico dificulta sua reprodução social via mercado, empenham-se em garantir, como alternativa, espaços para seus filhos na política e na alta burocracia pública (Miceli, 1981; Canedo, 2016).

Pode-se aventar, ainda, que a própria transformação de São Paulo no mais importante centro urbano-industrial do país constituiu fator de atração dos egressos

da USP para cargos de direção nas empresas do setor industrial e de serviços urbanos paulistas, desobrigando-os, assim, de empenho na disputa por postos no nível federal de governo. Estes dois processos, em conjunto, podem ajudar a interpretar os dados a serem apresentados na próxima seção.

Escrevendo no final dos anos 1970, Schwartzman afirmava nas conclusões de seu texto haver indícios de que a situação da marginalidade política de São Paulo em relação ao centro de poder nacional estava se alterando. Certamente, observava a emergência de lideranças paulistas, como Franco Montoro e Mario Covas, na cena política nacional. Além disso, ocorria, na época, uma então inédita ascensão a cargos de ministros de Estado, de economistas originários da Faculdade de Economia da USP, como Delfim Netto, nos governos militares e de João Sayad, na redemocratização. Isto pode ter sido a base para a hipótese do autor. Vejamos então o que os dados recolhidos nos informam.

Materiais e métodos

A pesquisa concentra-se na análise das elites dirigentes que ocuparam cargos no alto escalão do Estado brasileiro entre 1930 e 2023. Foi considerada a segmentação por “Poder” ou ramo do aparelho do Estado e por tipo de agência dentro de cada ramo. Há quatro grupos principais:

- Poder Executivo: composto de 287 ocupantes de posições de destaque, como presidentes da República, ministros de Estado das pastas indicadas e presidentes do Banco Central do Brasil;
- Poder Judiciário: composto de cem cargos, ocupados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que serviram entre 1934 e 2023;
- Poder Legislativo: composto de 85 ocupantes das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- Ministério Público: composto de trinta Procuradores-Gerais da República (PGR) que serviram desde 1931, sendo que o último procurador considerado tomou posse em 2019 e deixou o cargo em 2023.

Para a construção do banco, as fontes utilizadas foram a Biblioteca da Presidência da República, o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e, quando escassa a informação, os principais jornais e portais de notícia brasileiros (*Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *G1*, *UOL* etc.).

A Tabela 1 resume essas informações e mostra que mais da metade (57%) dos casos analisados são do Poder Executivo.

TABELA 1
Número de casos por Poder ou ramo do aparelho do Estado brasileiro (1930 a 2023)

PODER	N	% DO TOTAL
Executivo	287	57,2
Legislativo	85	16,9
Judiciário	100	19,9
Ministério Público	30	6
Total	502	100

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 é um resumo bem mais detalhado das posições pesquisadas no alto escalão. Ela mostra a distribuição de 502 casos de acordo com o tipo de agência considerada. As contagens e percentuais refletem a frequência desses casos. Esta abordagem quantitativa permitiu examinar as elites dirigentes do Estado brasileiro em várias dimensões, abrangendo mudanças ao longo do tempo e em diferentes setores.

TABELA 2
Frequência de casos por tipo de agência do aparelho do Estado brasileiro (1930-2023)

PODER	AGENTE	AGÊNCIA	N	% DE 502
Executivo	Presidentes*	Banco Central	27	5,4
		Educação	47	9,4
		Educação e Saúde	8	1,6
	Ministros de Estado	Fazenda	48	9,6
		Justiça	66	13,1
		Relações Exteriores	45	9
		Saúde	46	9,2
		Legislativo	Presidentes	Câmara dos Deputados
Senado Federal	44			8,8
Judiciário	Ministros	STF	100	19,9
Ministério Público Federal	Procurador-Geral	Procuradoria Geral da República	30	6
Total Geral			502	100

*Somente a partir de 1965.

Fonte: Elaboração própria.

No Poder Executivo, as posições foram categorizadas por ministérios e pelo Banco Central (que somente foi criado em dezembro de 1964). A seleção dos ministérios foi baseada em sua importância ao longo da história republicana brasileira, considerando seu impacto sobre as políticas públicas, governança e representatividade política.

Para não segmentar demasiadamente os dados apresentados na seção seguinte, os egressos das instituições que posteriormente compuseram a USP foram computados como “USP”, mesmo para o período em que esta instituição ainda não havia sido constituída (isto é, antes de 1934). Assim, todas as informações relativas aos egressos da Faculdade de Direito de São Paulo (antiga Academia de Direito, localizada no largo de São Francisco) foram computadas na rubrica “USP”. O mesmo ocorreu com as Faculdades ou Escolas de ensino superior do Rio de Janeiro e da antiga Universidade do Brasil, cujos egressos foram computados como “UFRJ”. Tal procedimento foi adotado para as demais instituições de ensino superior, sempre conferindo as datas relativas à constituição das atuais universidades e as instituições anteriores que as formaram. Isso permite uma visão mais sintética dos dados.

Resultados e discussão

A Tabela 3 diferencia os egressos e não egressos da USP no período analisado por ramo do aparelho do Estado. Os dados mostram que, no global, a USP tem uma presença muito importante. Ela foi responsável, sozinha, por formar nada menos de 25% (ou 126 membros) da elite dirigente brasileira.

Todas as outras instituições reunidas ficaram responsáveis por 74% dos integrantes da elite (370) e há 6 casos omissos (1%): quatro sem curso superior¹⁰ e dois que seguiram cursos técnicos¹¹.

Todavia, a presença de indivíduos que se formaram na “USP” (ou nas instituições de ensino superior que a precederam) varia significativamente entre os Poderes. No Executivo, cerca de 31% dos membros da elite dirigente estudaram na USP, enquanto no Ministério Público apenas 3% são egressos dessa instituição, ou seja, a quase totalidade dos membros do MPF veio de outras instituições de ensino superior. No Executivo, o ministério mais uspiano foi o da Fazenda, com 42% dos ministros egressos dessa universidade (20 casos em 48 titulares da pasta). A lista aqui compreende Bresser Pereira, Delfim Netto, Fernando Henrique Cardoso, Zélia Cardoso de Mello, Antonio Palocci, Guido Mantega, Fernando Haddad, entre outros. Outras

10. Artur de Sousa Costa (ministro da Fazenda), Pedro Luis Correia e Castro (ministro da Fazenda), Severino Cavalcanti e Joao Paulo Cunha (presidentes da Câmara dos Deputados).

11. Carlos Brandao e Elmo Camões (presidentes do Banco Central do Brasil).

TABELA 3

*Número total de egressos da USP (ou das instituições que a antecederam em São Paulo) e de outras instituições por Poder ou ramo do Estado brasileiro (1930-2023)**

PODER	USP	NÃO USP	NÃO SE APLICA	TOTAL	
Executivo	N	88	195	4	287
	%	30,7%	67,9%	1,4%	100%
Legislativo	N	16	67	2	85
	%	18,8%	78,8%	2,4%	100%
Judiciário	N	21	79		100
	%	21%	79%		100%
Ministério Público Federal	N	1	29		30
	%	3,3%	96,7%		100%
Total Geral	N	126	370	6	502
	%	25,1%	73,7%	1,2%	100%

*Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas na USP ou nas diversas universidades federais do país.

Fonte: Elaboração própria.

duas pastas em que a USP deteve mais de um terço dos formados foram a da Justiça (36%) e a de Relações Exteriores (também 36%).

Esses dados sugerem que a formação na USP é mais prevalente em alguns ramos do Estado do que em outros, o que pode ser relevante para entender oportunidades e opções abertas às elites dirigentes do país. No Judiciário a proporção é praticamente a mesma do Legislativo: aproximadamente 80% não estudaram na USP, e 20% sim.

Merece destaque o papel representado pela Faculdade de Direito dentro da USP. A Tabela 4 mostra que “USP” significa basicamente “Direito”. Nada menos de 75% dos casos analisados (95 em 126) se formaram na Faculdade do Largo de São Francisco¹². Os demais cursos relevantes são Economia (11 casos ou 9%) e Engenharias (8 casos ou 6% do total).

12. Realizou-se um teste de Qui-Quadrado de Pearson, obtendo-se uma estatística de 505,719 e um valor-p < 0,001, sugerindo associação significativa entre cursar a USP e cursar na área de Direito. Devido a contagens esperadas baixas, aplicou-se o Teste Exato de Fisher-Freeman-Halton, que confirmou a associação com valor -p < 0,001. O V de Cramer foi de 0,71, indicando uma associação moderada a forte, com significância estatística confirmada (p < 0,001).

TABELA 4

*Associação entre o tipo de curso superior (Direito e outras carreiras) e ter cursado ou não a “USP” (em %)**

UNIVERSIDADE	DIREITO	NÃO DIREITO	NA	TOTAL
USP	75,4	24,6		100
NÃO USP	66,2	33,8		100
NA			100	100
Total	67,7	31,1	1,2	100

*Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nas universidades mencionadas.

Fonte: Elaboração própria.

No grande contingente de “não USP”, três instituições universitárias são mais importantes: a “UFRJ”, ou melhor, todas aquelas instituições que reunimos arbitrariamente nessa rubrica (tais como a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Escola Livre de Engenharia, Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro etc.) contribuíram com 90 indivíduos (18% do total); a “UFMG” com 43 casos (9% do total); e a “UFPE” com 26 (5%). Nas análises seguintes compararemos a “USP” com essas quatro universidades.

Ao enfatizar os diferentes momentos da história política brasileira ou regimes políticos pelos quais passou o país ao longo de todo o período considerado, os dados revelam tendências interessantes, conforme se pode observar na Tabela 5.

TABELA 5

*Universidades de origem dos dirigentes do Estado por regime político**

REGIME POLÍTICO	“UFMG”	“UFPE”	“UFRJ”	“USP”	OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL
Democracia de 1934	8,7		17,4	52,2	21,7	100
Ditadura Estado Novo	16,1	9,7	35,5	19,4	19,4	100
Democracia de 1946	11,2	4,7	25,2	35,5	23,4	100
Ditadura Militar	8,2	7,3	28,2	13,6	42,7	100
Democracia de 1988	6,5	4,3	7,4	23,8	58,0	100
Total Geral	8,6	5,2	17,9	25,1	43,2	100

*Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nessas instituições com a federalização

Fonte: Elaboração própria.

Durante a democracia de 1934, 52% dos ocupantes dos cargos da elite dirigente vieram da “USP” e apenas 17% da “UFRJ”, ou melhor, de instituições de ensino superior que posteriormente compuseram a USP e a UFRJ. Se nesse período democrático há uma forte presença dos formados em São Paulo entre as elites dirigentes, durante a ditadura do Estado Novo a participação dos egressos do Rio de Janeiro, capital da República, duplica em relação ao período anterior, passando para 35,5%, enquanto os de São Paulo caem para 19%. Tal mudança pode ser associada à centralização do poder ocorrida no primeiro governo de Vargas e à marginalização dos antes poderosos partidos estaduais paulistas (PRP e PD), processo esse que foi traço marcante da história política brasileira naquele momento.

Essa constatação é reforçada quando se observa que, com a instauração da democracia em 1946 e beneficiando-se dos ventos liberais de então, a “USP” retoma sua posição de maior fornecedora de quadros para o Estado brasileiro, mesmo que em patamar mais baixo que o anterior (35,5%), enquanto os egressos da capital federal caem para 25% do total, refletindo muito provavelmente um momento de descentralização política na federação brasileira. Os formados em outras instituições representam apenas 23%.

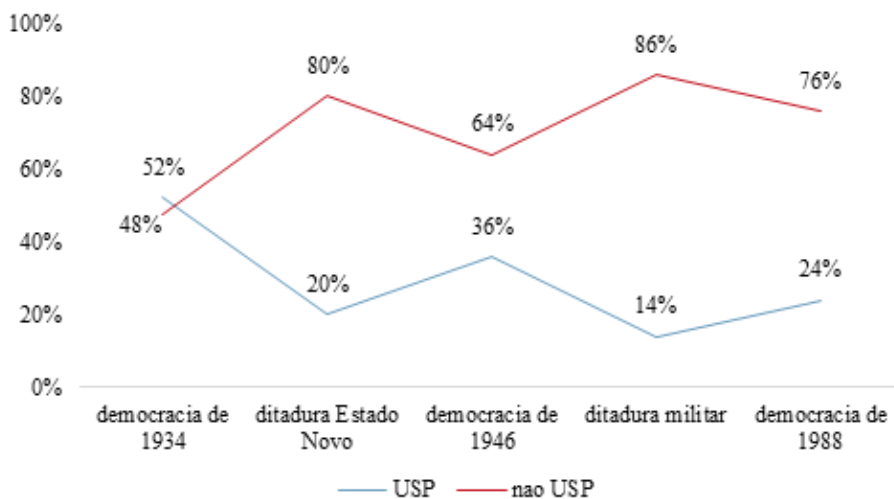
Durante a ditadura iniciada em 1964, embora a frequência dos casos se distribua entre mais instituições no país (43% em outras universidades), por efeito de mudanças nas políticas de ensino superior e de transformações mais amplas ocorridas na sociedade brasileira, há uma inversão de posições: a “UFRJ” passa a ter participação mais elevada, com 28%, e a “USP” tem a sua reduzida para menos de 14%, o menor valor da série. Com o retorno à democracia em 1988, a participação da USP volta a crescer, repetindo o movimento ocorrido na democratização de 1946, mas com percentuais menores (cerca de 24%), pois a expansão das instituições de ensino superior no restante do país continuou a se intensificar, com crescimento elevado de egressos provenientes de outros centros de formação das elites. A categoria “outras universidades” apresenta o maior valor, com 58%.

Para se ter uma visão mais clara destas oscilações, o Gráfico 1 permite mostrar a maior participação da USP na democracia e sua redução na ditadura, configurando uma associação significativa entre o tipo de regime político e a fonte preferencial de recrutamento de elites dirigentes¹³.

13. Os resultados do teste qui-quadrado de Pearson indicaram uma associação significativa entre as variáveis testadas, $\chi^2(8, N = 502) = 24.911, p = .002$. Devido ao fato de que 5 células (33,3%) tinham uma contagem esperada menor que 5, foi realizado um teste exato de Fisher, que também mostrou uma associação significativa ($p = .005$). Além disso, o teste exato de Fisher-Freeman-Halton reforçou essa associação significativa ($p < .001$).

GRÁFICO 1

Frequência de formados pela “USP” em comparação com todas as outras universidades por regime político



Fonte: Elaboração própria.

Tais oscilações podem ser visualizadas também por décadas, comparando os números da USP com os das quatro principais universidades em que se formaram as elites dirigentes do país (Tabela 6).

TABELA 6

*Universidades mais frequentes na formação das elites dirigentes do Brasil por décadas (em %)**

DÉCADAS	“UFMG”	“UFPE”	“UFRJ”	“USP”	OUTRAS	TOTAL
1930	12,8	6,4	25,5	38,3	17	100
1940	12,1	3	39,4	21,2	24,2	100
1950	18,4	2	22,4	44,9	12,2	100
1960	7,5	10	23,8	23,8	35	100
1970	2,3	7	34,9	4,7	51,2	100
1980	8,8	2,9	11,8	23,5	52,9	100
1990	11,1	5,6	7,4	24,1	51,9	100
2000	2	6	6	30	56	100
2010	3	3	7,6	19,7	66,7	100
2020	16,7			8,3	75	100
Total Geral	8,6	5,2	17,9	25,1	43,2	100

* Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nessas instituições com a federalização.

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6 mostra que na década de 1930 as instituições de ensino superior de São Paulo tiveram a frequência mais alta, com quase 40% (38,3%), seguidas pelas instituições do Rio de Janeiro com 25,5%. Os dois estados, juntos, responderam pela grande maioria do recrutamento de elites nessa década (64%). Nos anos 1940, há uma inversão entre essas instituições, sendo que a UFRJ se destaca como a mais frequente, com praticamente 40% do total, enquanto a USP cai praticamente para a metade da década anterior (21,2%). Na década seguinte, a USP volta a ser a instituição com maior número de egressos na alta direção do Estado brasileiro, com impressionantes 45%. Todavia, nos anos 1970, a diversificação das instituições formadoras das elites dirigentes se intensifica: 51,2% estão na categoria “outras universidades”, UFRJ com 35%, e USP representando apenas 4,7% dos egressos. Nas décadas seguintes a diversidade institucional continua aumentando, com destaque para a UFMG, por exemplo, que já aparece com 11% nos anos 1980, configurando um quadro em que a maioria das elites dirigentes do Estado brasileiro é formada em outras instituições que não a USP e a UFRJ.

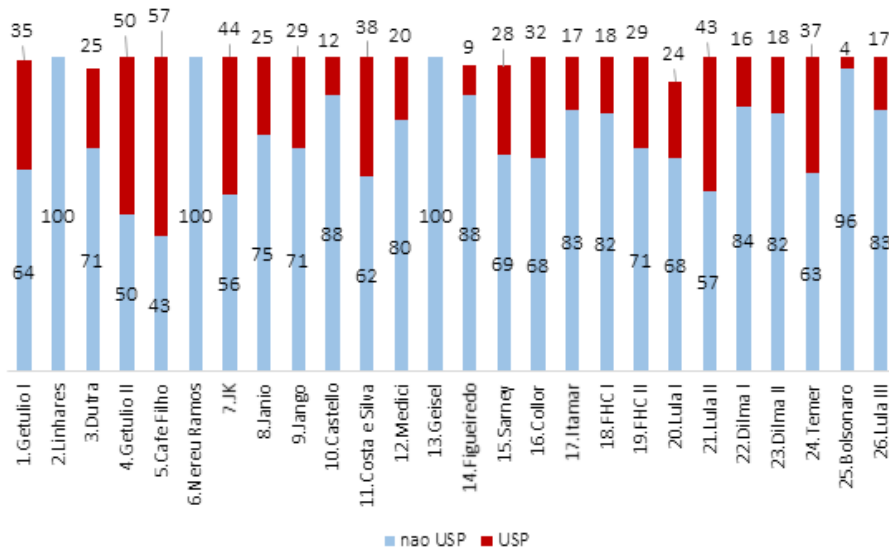
Mesmo assim, olhando o total, USP e UFRJ continuam sendo o viveiro principal de formação das elites dirigentes do país, com 25,1% e 18,3%, respectivamente. No caso da USP, embora seja a instituição que mais oferece quadros para o Estado brasileiro (com um quarto do total), na década de 2020, essa participação diminuiu de forma sensível, caindo para apenas 8,3%. O Gráfico 2 organiza os dados por presidente da República

No primeiro governo Vargas (Estado Novo), as instituições de ensino sediadas em São Paulo que posteriormente formarão a USP tiveram a maior frequência, com 34,5% do total. As do Rio de Janeiro vieram em seguida, com 27,3%. No governo de Eurico Gaspar Dutra, a UFRJ se destacou como a mais frequente, com 33,3%. A UFMG também teve presença considerável, com 16,7%. No segundo governo Vargas e no governo JK, a USP retomou sua posição como a universidade que mais forneceu quadros para o Estado Nacional com respectivamente 50,0% e 44%, e a UFRJ vai de novo para o segundo lugar nesses dois governos, com 28,6% e 20% respectivamente.

Alguns destaques devem ser feitos por governo. Durante a presidência de Ernesto Geisel, a USP teve uma queda abrupta de participação e a UFRJ passa a ter a maior frequência, com 47,4%. No caso dos dois governos de FHC, embora esse presidente seja politicamente originário de São Paulo e egresso da própria USP, seus governos apresentam baixos percentuais de participação da universidade paulista. Se esse fato, à primeira vista, surpreende, ele pode ser explicado, por outro lado, tanto pela necessidade do governo de garantir sua coalizão com partidos que têm mais representação em outros estados da federação, quanto pelo fato de FHC ter recrutado os mentores do Plano Real e futuros dirigentes da área econômica de seu governo entre egressos

GRÁFICO 2

Egressos da “USP” e não USP por presidentes ao longo do tempo (1930-2023) (em %)



Obs.: Para este gráfico foram desprezados 6 casos (1,2% de 502 onde a categorização não se aplica).

Fonte: Elaboração própria.

de centros universitários fora de São Paulo, com destaque para nomes como Pedro Malan, Gustavo Franco, Edmar Bacha, Lara Resende etc.

Em contrapartida, no primeiro governo de Lula, embora tenha aumentado a diversificação de instituições onde ele recrutou seus quadros, a USP tem a maior frequência, com 24%. Nos governos de Dilma Rousseff, a diversificação foi mais significativa ainda, com predominância de outras instituições de ensino superior. No governo de Jair Bolsonaro, os percentuais de egressos da USP caem consideravelmente, sendo o mais baixo após a redemocratização.

Olhando para o recrutamento pelo crivo dos Poderes do Estado (Tabela 7), repete-se um padrão já observado: no Executivo, a USP é a instituição mais proeminente, com 88 membros (31%), vindo em segundo lugar a UFRJ, com cerca de 15% (42 casos do total de 287 indivíduos). De maneira geral, as quatro principais universidades frequentadas pelos membros do Executivo compreendem 55% das formações acadêmicas nesse Poder.

Já no Judiciário, as instituições do Rio de Janeiro têm a maior frequência, representando 26% do total, ficando a USP em segundo lugar, com 21%. Em conjunto, essas duas instituições somam nada menos que 47% das formações acadêmicas dos Ministros do STF.

No Legislativo, a USP continua sendo a primeira fonte de recrutamento, mas em um patamar bem mais baixo do que no Executivo, com cerca de 19% dos casos.

TABELA 7
*Universidades mais frequentes por ramo do aparelho do Estado brasileiro entre 1930 e 2023 (em %)**

PODER	“UFMG”	“UFPE”	“UFRJ”	“USP”	OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL
Executivo	5,6	4,5	14,6	30,7	44,6	100
Judiciário	15	5	26	21	33	100
Legislativo	7,1	7,1	11,8	18,8	55,3	100
Ministério Público Federal	20	6,7	40	3,3	30	100
Total Geral	8,6	5,2	17,9	25,1	43,2	100

* Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nessas instituições com a federalização

Fonte: Elaboração própria.

A diversidade de universidades é bem maior no Poder Legislativo, com 55% dos membros graduados em outras instituições (47 de 85 casos). Esses dados, obviamente, não surpreendem, tratando-se de um Poder que representa o conjunto da federação brasileira. Por fim, no Ministério Público, a formação acadêmica é mais distribuída entre a UFRJ (40% ou 12 casos) e outras instituições (30% ou 9 casos). A USP é francamente minoritária (apenas 1 caso entre 30). Essa é uma constatação que exigirá mais pesquisas para ser explicada. Em síntese, se a formação acadêmica das elites dirigentes varia conforme a esfera de Poder, USP e UFRJ são consistentemente as instituições mais frequentadas. A Tabela 8 calcula esses percentuais para cada agência ou órgão em separado.

Com relação às agências do Poder Executivo, USP e UFRJ continuam predominando (Tabela 8), exceto no Ministério da Justiça em que a UFMG é a segunda colocada com quase 11% dos indicados. No cargo de Presidente do Banco Central, 37% dos membros têm formação naquelas duas instituições. No Ministério da Educação, a USP sobressai com 30% dos ministros, mas há uma variedade maior de instituições de formação dos quadros desta área (quase 50% dos casos são de formados em outras universidades). No Ministério da Fazenda, o padrão geral se reproduz: a USP é novamente a universidade mais frequente, com quase 42% dos ministros (20 de 48), seguida pela UFRJ com 23% (11 casos).

Na pasta da Justiça, a USP se destaca novamente com 36% (24 casos de um total de 66 ministros que serviram nesse período), seguida por outras instituições com 44% (29 ministros), sugerindo que a formação dos membros da Justiça é mais diversificada. Nas Relações Exteriores há maior distribuição entre USP e outras instituições (38% ou 17 de 45 chanceleres), indicando diversidade também na formação de

TABELA 8

*Universidades mais frequentes na formação da elite por Poder e agências do Estado brasileiro entre 1930 e 2023 (em %)**

PODER	AGÊNCIAS	“UFMG”	“UFPE”	“UFRJ”	“USP”	OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL
Executivo	Banco Central			18,5	18,5	63	100
	Educação	2,1	8,5	10,6	29,8	48,9	100
	Educação e Saúde	12,5		37,5	12,5	37,5	100
	Fazenda	6,3		22,9	41,7	29,2	100
	Justiça	10,6	6,1	3,0	36,4	43,9	100
	Relações Exteriores	4,4	4,4	17,8	35,6	37,8	100
	Saúde	4,3	6,5	17,4	17,4	54,3	100
Legislativo	Câmara	9,8	9,8	9,8	26,8	43,9	100
	Senado	4,5	4,5	13,6	11,4	65,9	100
Judiciário	STF	15	5	26	21	33	100
Ministério Público Federal	PGR	20	6,7	40	3,3	30	100
	Total Geral	8,6	5,2	17,9	25,1	43,2	100

* Compreende as instituições de ensino que antecederam as universidades e que depois foram agrupadas nessas instituições com a federalização.

Fonte: Elaboração própria.

membros nesse ramo. O Ministério da Saúde, por sua vez, apresenta situação ímpar: a maioria (54% dos casos, ou seja, 25 ministros dentre 46) formou-se em instituições outras que não essas quatro ressaltadas. Tem-se, aqui, outro fato a ser desvendado em futuras pesquisas.

Com relação ao Judiciário, a UFRJ se destaca como a primeira instituição fornecedora de membros para o Supremo Tribunal Federal com 26%, seguida pela USP com 21% de um total de 100 casos. Essas duas instituições desempenham novamente papel relevante na formação dos membros do STF, como o fizeram nas demais áreas já mencionadas com 47% dos ministros. Com relação ao Poder Legislativo, sendo São Paulo o Estado com maior número de deputados federais, a USP também é a mais frequente. No caso do Senado, onde a representação é igual para todos os Estados da federação, a distribuição é mais equilibrada, com maior diversidade de formação no ensino superior.

Em suma, a USP e a UFRJ emergem como as instituições mais frequentes, com 25% e 18%, respectivamente. Mesmo havendo diversidade de origens educacionais por parte dos ocupantes dos cargos nos altos escalões do Estado brasileiro, estes dois centros universitários se destacam, de forma expressiva e ao longo de décadas, como o núcleo principal de formação das elites dirigentes do país.

Todavia, há uma particularidade quando se examinam as principais agências de política econômica do Brasil: a USP não foi a principal instituição de formação de seus dirigentes. No BNDES, do total dos 38 presidentes da instituição, entre 1950 e 2023, menos de um quarto vieram da USP, havendo um recrutamento preferencial em outras instituições de ensino, particularmente do Rio de Janeiro (14 casos). Na Assessoria Econômica de Vargas, órgão semioficial que funcionou no próprio Palácio do Catete, durante o segundo governo Vargas (1951-1954), sendo responsável pela formulação de importantes projetos de desenvolvimento econômico do país, todos os seus membros vinham do Nordeste (Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Cleanto Paiva Leite e Ignacio Rangel) (D'Araújo, 1982; Lima, 2013). Na Sumoc, o denominado embrião do Banco Central, dos 12 dirigentes com informações disponíveis (no total de 18 membros), apenas 2 eram formados na USP.

Em outras palavras, mesmo sendo uma instituição de renome, a USP não predominou na formação de dirigentes de agências de política econômica no Brasil. Essa tendência, vista ao longo de várias décadas, reflete uma diversidade nas origens educacionais e nas influências na formulação de políticas econômicas no país, além de mostrar como as dinâmicas políticas e econômicas mudaram ao longo do tempo sem a influência direta dos “uspianos”.

Se a importância da USP na formação das elites dirigentes do país é inquestionável, a presente análise revela também uma dinâmica mais complexa, influenciada por mudanças ao longo do tempo e por diferentes contextos políticos. Este estudo reitera ainda a necessidade de compreender que a formação das elites dirigentes exige uma visão mais ampla e que se considere a diversidade de instituições e de trajetórias educacionais aí envolvidas (Miceli, 1981; Canedo, 2016).

Estamos cientes dos limites da abordagem aqui adotada. Entre eles, indica-se a dificuldade de estabelecer quando a USP, como uma nova universidade, começa a ter impactos efetivos no recrutamento de dirigentes do Estado brasileiro no nível federal de governo. Ademais, o fato de um dirigente ter obtido seu diploma em uma determinada instituição de ensino superior não significa que ele tenha ocupado os cargos da alta direção do Estado pelo impacto direto da formação acadêmica nessa instituição. Como exemplo, pode-se evocar o caso de Raul Fernandes, um carioca graduado na Faculdade de Direito de São Paulo no final do século XIX, mas que desenvolveu toda sua carreira política no Rio de Janeiro, desde vereador em Vassouras, sua cidade natal,

até os vários mandatos de deputado estadual e federal pelo Rio de Janeiro, além de se tornar diplomata e relator da Constituição de 1934, credenciais que certamente foram importantes para alavancar seu acesso a futuras posições de Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra e de Café Filho¹⁴. Em suma, se os dados levantados não nos permitem fazer uma avaliação mais consistente do projeto dos mentores da USP, eles apresentam pistas instigantes para futuros desdobramentos analíticos.

Considerações finais

O artigo investiga o impacto significativo da Universidade de São Paulo na geração de lideranças para o Estado brasileiro, salientando sua importância histórica ao longo de quase um século. Os dados revelam que, especialmente durante períodos democráticos, a USP foi preponderante, tendo, porém, sua influência diminuída durante os regimes ditatoriais. Essa oscilação no recrutamento dos quadros dirigentes reflete, por sua vez, a própria oscilação da interação entre o poder econômico e o poder político de São Paulo, desde que perdeu sua hegemonia em 1932, conforme analisado por Schwartzman (1975).

A USP não foi a única, mas é a principal instituição formadora das lideranças estatais no Brasil. Sozinha, reiteramos, ela foi responsável por formar nada menos do que 25% da elite dirigente do país no período estudado. De fato, ela dividiu essa função com as instituições de ensino superior do Rio de Janeiro e, com elas, tem representado o núcleo central de recrutamento de quadros para os altos escalões da esfera federal do governo.

Assim, é possível concluir que a USP teve papel expressivo, mas não exclusivo, na tentativa de recuperar a liderança política de São Paulo. Diversos fatores limitaram esse objetivo, como as políticas centralizadoras de Vargas e dos governos militares e mudanças sociais e econômicas mais amplas por que passou o país no período. Ademais, a expansão do sistema universitário brasileiro no século XX permitiu que outras instituições, como as de Minas Gerais e Pernambuco, também contribuíssem, embora em menor grau, para a formação de lideranças. Esses fatores, em conjunto, impediram a realização completa dos objetivos propostos pelos fundadores da USP.

14. A trajetória de Raul Fernandes pode ser mais bem compreendida se considerarmos que a Academia de Direito de São Paulo, juntamente com a Academia de Direito de Olinda, foram as duas primeiras escolas jurídicas fundadas no Brasil, em 1827, após a Independência e se tornaram as mais importantes na formação de quadros da burocracia do então recém-criado Estado Nacional, não só na Monarquia, mas também na República Velha (Adorno, 1988). Este fato explica a razão pela qual grande parte das elites políticas do período, mesmo as oriundas de outras províncias/estados, tenham sido formados nestas instituições.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. (1988), *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ADUSP. (1978), *O livro negro da USP. O controle ideológico na Universidade*. São Paulo, Associação de Docentes da Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, Fernando de. (1937), “A educação pública em São Paulo: problemas e discussões”. In: *Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CANEDO, Leticia. (2016), “Herança política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)”. *Pro-Posições*, 13 (3): 169-198.
- CARDOSO, Irene. (1982), *A universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo, Cortez.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. (2022), “Relato pessoal ou primazia da estrutura? Da história oral à história estrutural como modelo para a sociologia histórica: o caso da história institucional da USP”. *Tempo Social*, 34 (1): 55-82.
- CODATO, Adriano. (2010), “A elite destituída: a classe política paulista nos anos trinta”. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro & ODALIA, Nilo (orgs.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo, Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, vol. 2, pp. 275-305.
- CODATO, Adriano. (1997), *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo, Hucitec.
- CODATO, Adriano & PERISSINOTTO, Renato. (2011), “Marxismo ou elitismo”. In: *Marxismo como ciência social*. Curitiba, Editora UFPR.
- D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. (1982), *O segundo governo Vargas, 1951-54. Democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HEY, Ana Paula, & CATANI, Afrânio. (2006), “A USP e a formação de quadros dirigentes”. In: MOROSONI, Marília (org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília, Inep, pp. 295-312.
- LEFF, C. (1970), *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek’s Target Plan*. Ithaca, Cornell University Press.
- LIMA, Marcos Costa (org.). (2013), *Os boêmios cívicos: A Assessoria Econômica de Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado/Banco do Nordeste.
- LIMONGI, Fernando. (1989), “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, vol. I.
- LOUREIRO, Maria Rita. (1997), *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- MESQUITA FILHO, Julio. (1969), “Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo”. In: *Política e cultura*. São Paulo, Livraria Martins.
- MICELI, Sérgio. (1981), “Carne e osso da elite política brasileira pós-30”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano – sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (2010), *O encontro de Joaquim Nabuco com a política*. As desventuras do liberalismo. São Paulo, Paz e Terra.
- SOLA, Lourdes. (1988), *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia*. São Paulo, Edusp.
- SCHWARTMAN, Simon. (1975), *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel.
- SCHWARTMAN, Simon. (1979), "São Paulo no poder?" *O Estado de São Paulo*. 24 ago. 1979, p. 2.
- WILLIAMS, G. & Filippakou, O. (2010), "Higher education and UK elite formation in the twentieth century". *High Educ*, 59: 1-20. <https://doi.org/10.1007/s10734-009-9229-6>.
- WITTER, José Sebastião. (1984), *USP, 50 anos. Registro de um debate*. São Paulo, Edusp.

Resumo

Fábrica de líderes: a influência da usp na formação da elite dirigente nacional

A Universidade de São Paulo (USP) é reconhecida por sua importância científica e cultural. O artigo investiga o grau de influência da USP na formação das elites dirigentes do Brasil. O estudo se baseia em uma análise quantitativa da formação acadêmica dos ocupantes do alto escalão da administração pública federal (Presidentes da República, Presidentes do Banco Central, Ministros de Estado, líderes do Legislativo, Judiciário e do Ministério Público) desde os anos 1930 até a atualidade. Os dados revelam que a USP contribuiu significativamente para a formação de membros do alto escalão federal em diferentes esferas e sua influência é dominante. A participação de egressos da USP varia ao longo do tempo e entre diferentes regimes políticos, sendo mais acentuada em períodos democráticos. Além disso, outras instituições de ensino superior também tiveram papéis importantes na formação de elites dirigentes. A diversidade de instituições frequentadas pelos membros do governo reflete a complexidade e a dinâmica da formação das elites brasileiras, influenciada por mudanças políticas e sociais ao longo do tempo.

Palavras-chave: Universidade de São Paulo; Formação acadêmica; Elite dirigente; Política brasileira; Estatística descritiva.

Abstract

Factory of leaders: the influence of usp in the formation of the national ruling elite

The University of São Paulo (USP) is acknowledged for its scientific and cultural significance. This article investigates the extent of USP's influence on the shaping of Brazil's governing elites. The study is founded on a quantitative analysis of the academic background of individuals occupying top positions in the federal public administration (Presidents of the Republic, Presidents of the Central Bank, Ministers of State, leaders of the Legislative, Judiciary, and the Public Prosecutor Service) from the 1930s to the present day. The data reveals that USP has made a significant contribution to the education of high-ranking federal members across various spheres, with its influence being predominant. The participation of USP alumni varies over time and between

different political regimes, being more pronounced during democratic periods. Moreover, other higher education institutions have also played crucial roles in the formation of governing elites. The diversity of institutions attended by government members reflects the complexity and dynamics of the formation of Brazilian elites, influenced by political and social changes over time. Keywords: University of São Paulo; Academic education; Ruling elite; Brazilian politics; Descriptive statistics.

Texto recebido em 29/12/2023 e aprovado em 12/01/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.220846.

MARIA RITA LOUREIRO é socióloga, professora titular aposentada da FEA/USP e da FGV/SP e membro da Diretoria do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). E-mail: marita.loureiro@gmail.com.

ADRIANO CODATO é cientista político, professor associado do Departamento de Ciência Política da UFPR. Editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política* e coordena o INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem). E-mail: adrianocodato@gmail.com.

RAFAEL RODRIGUES VIEGAS é cientista político e pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV-SP (CEAPG). Presidente do Observatório do Controle. E-mail: viegas.r.r@gmail.com.

RODRIGO SILVA é cientista político e historiador. Doutorando e mestre em Ciência Política pela UFPR. Editor-adjunto da *Revista de Sociologia e Política*. E-mail: rodrigodasilva010@gmail.com.



Metamorfoses de uma universidade

Os estudantes da USP entre 2000 e 2020

Ana Maria F. Almeida*

<https://orcid.org/0000-0002-4504-0423>

Graziela Serroni Perosa**

<https://orcid.org/0000-0001-9575-0602>

Guilherme Lamana**

<https://orcid.org/0000-0002-8275-2657>

Rafael Maia*

<https://orcid.org/0000-0001-5736-8269>

A primeira vez que ouvi falar em mérito, essa palavra, o que ela significa, foi dentro da USP, ali perto do Crusp, por um professor aleatório, que me disse “você tem mérito, você passou no vestibular”.

Egresso dos anos 1990, homem, branco, primeiro da família no ensino superior

Introdução

O retorno à democracia teve efeitos importantes sobre as universidades públicas¹. Reivindicações por expansão de vagas, recorrentes pelo menos desde os anos 1960, ressurgiram nos anos 1990, acompanhadas por intensa pressão social para a ampliação do ingresso de grupos historicamente menos representados. Essas demandas foram impulsionadas pelo aumento do número de matrículas no ensino médio entre os jovens de quinze a dezessete anos (Castro, 2009), gerando maiores expectativas de acesso ao nível mais alto de escolarização e às recompensas materiais e simbólicas a elas associadas. Trata-se de uma dinâmica especialmente significativa no caso do Brasil, onde os diplomas de ensino superior são especialmente eficazes para proteger contra o desemprego e para dar entrada às ocupações melhor remuneradas (Reis, 2023; Lima e Abdal, 2007; Inep, 2023, p. 142).

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

** Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Este trabalho contou com apoio do CNPq (Proc. n. 312793/2022-7).

Resultado de iniciativas que levaram à profissionalização da carreira docente, com proteção de salários e benefícios sociais, além de forte investimento na pesquisa, a posição dominante das universidades públicas (Schwartzman e Balbachevsky, 2014) decorreu também de estratégias de fechamento social que se revelaram bastante efetivas para reservar os cursos que dão acesso a essas posições mais valorizadas para os estudantes oriundos dos grupos sociais mais privilegiados (Almeida, 2015). Entre elas, destaca-se a visão dominante de mérito acadêmico que orientou por longo tempo o recrutamento de estudantes para a graduação (Almeida, 2004 e 2007; Feres Jr., 2017; Barbosa e Pires, 2021). Apoiada na confiança exclusiva nas provas do vestibular para avaliar o preparo para o ensino superior, essa visão legitimava a profunda segmentação social da escola básica brasileira, consumando a desigualdade de oportunidades educacionais que não permite aos grupos menos privilegiados se apropriarem dos recursos necessários para uma escolarização de longa duração, principalmente a que leva aos diplomas mais valorizados. Somavam-se a isso a ausência de apoio pedagógico aos estudantes que ingressaram na universidade com menos preparo, em geral oriundos de famílias menos escolarizadas e com menor renda, e a oferta desses cursos mais valorizados em horário integral, com reduzido auxílio financeiro àqueles estudantes que não tinham como se manter durante o ensino superior sem trabalhar.

Em conjunto, essas medidas levaram a uma forte segregação de base econômica e racial no ensino superior, que se fazia sentir já na composição do grupo de estudantes que se dispõe a pleitear a admissão a essas universidades. Em 1999, quando a rede pública do estado de São Paulo era responsável por 84,1% do total de matrículas no ensino médio (Corti, 2016, p. 48), apenas 32,3% dos estudantes se inscreviam para o vestibular da USP (USP, 2000). Esses dados documentam o processo de autoexclusão que resulta, pelo menos em parte, das barreiras mencionadas acima e que levou as universidades públicas a se firmarem como redutos dos estudantes oriundos das camadas médias e privilegiadas, predominantemente formados no ensino médio privado, brancos (Carvalho e Costa Ribeiro, 2018; Prates, Silva e Paula, 2012; Carvalho, 2007). No caso da USP, havia também uma sobrerrepresentação de estudantes autodeclarados amarelos em relação à população total de São Paulo.

Quando logravam superar essas barreiras e ingressar nas universidades públicas, os estudantes oriundos de camadas menos privilegiadas se viam relegados a cursos menos prestigiados socialmente, em geral noturnos (Sampaio, Limongi e Torres, 2000; Setton, 1999). Os outros se viram empurrados para o ensino superior privado, composto, pela maior parte, por instituições orientadas para o ensino, mas sem uma missão acadêmica forte e, a partir do final dos anos 1990, devido a uma importante mudança legal, cada vez mais apoiadas por mantenedoras de natureza comercial, isto é, orientadas para o lucro (Sampaio, 2014).

Esse contexto, marcado por forte valorização social do ensino superior e de denúncia pública das desigualdades de oportunidades em todos os níveis educacionais, impulsionou uma importante expansão da matrícula, muito acima da taxa de crescimento da população brasileira, que foi de pouco menos de 20% entre 2000 e 2022. Entre 2001 e 2010, as matrículas na educação superior passaram de pouco mais de 3.036.113 para 6.379.299, num aumento de mais de 50%, atingindo quase 10 milhões em 2022 (Inep, 2023). No ensino superior público, por sua vez, as matrículas passaram de 939.225 para 1.461.696 entre 2001 e 2010, chegando a 2.076.517 em 2022. Ao longo do período, o quadro se complexificou com o aumento do número de vagas em cursos de graduação a distância, modalidade mais procurada por jovens trabalhadores e, sobretudo, por trabalhadoras (Perosa e Soares, 2021). Entre 2010 e 2022, as matrículas nessa modalidade cresceram mais de 300%, chegando a 4.330.934, estando prestes a ultrapassar o número de matrículas na modalidade presencial, que estava em 5.657.908 (Inep, 2022).

O mesmo contexto impulsionou também experimentos com ações afirmativas, que se multiplicaram pelas universidades públicas, na maioria dos casos por iniciativa de suas próprias instâncias decisórias. Em 2011, um ano antes da promulgação da chamada Lei de Cotas, mais de 70% das universidades públicas as adotavam (Feres Jr., Daflon e Campos, 2011). Progressivamente, essas iniciativas provocaram alterações significativas nas características sociais dos estudantes de graduação dessas universidades (Perosa e Costa, 2015; Almeida e Ernica, 2015; Aguiar e Piotto, 2018; Senkevics e Mello, 2019).

A Universidade de São Paulo não passou incólume por essas transformações. Maior universidade pública brasileira, a USP contava, em 2000, com mais de 60 mil estudantes distribuídos entre graduação e pós-graduação e já formava o maior número de doutores por ano entre as universidades brasileiras, 1.549. Eram mais de 4.500 docentes, dos quais mais de 90% com doutorado e em torno de 77% em contratos em tempo integral e dedicação exclusiva (USP, 2001). Ela já era reconhecida em diversas avaliações pela qualidade da formação oferecida, e era responsável por parte importante da produção científica do país. Além disso, mantinha museus, editora e outras iniciativas de difusão cultural, bem como uma ampla rede de prestação de serviços em saúde na maioria dos seus *campi*.

A posição dominante da USP foi resultado de um investimento de longo prazo (Schwartzman, 2006). Para que esse modelo possa funcionar, exige-se um relativo pequeno número de estudantes por professor (8,9 em 1993; 13,2 em 2000) e um forte investimento em infraestrutura para ensino e pesquisa, como prédios, laboratórios, bibliotecas, entre outros (USP, 1987, 2001). Tudo isso alimenta uma visão um tanto elitista da sua missão, apoiada pela visão de mérito mencionada acima, que pensa essa

universidade quase nos mesmos termos que justificaram sua criação em 1934, voltada para “a formação das classes dirigentes” mediante a “organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes” (São Paulo, 1934). Não obstante, já na sua origem, o caráter híbrido da universidade se impunha, se não como projeto, certamente como necessidade, com a implementação de cursos de formação de professores que iriam atrair boa parte dos estudantes oriundos de famílias menos privilegiadas (Bontempi Jr., 2011).

Pouco mais de vinte anos depois, este texto examina retrospectivamente a forma como a USP respondeu às demandas por mais vagas e maior abertura aos grupos historicamente menos representados, identificando as medidas implementadas e os resultados alcançados em termos da diversificação do corpo estudantil. Mostramos que noções de desigualdade educacional e justiça social passaram progressivamente a ser importantes geradoras de políticas nessa universidade, ecoando o que se passava à época no debate brasileiro em torno da educação (Almeida, 2008). As respostas se manifestaram em três dimensões: expansão de vagas, implementação de ações afirmativas e intensificação do apoio à permanência estudantil, que examinamos na próxima seção. Como resultado, indicamos, na terceira seção, que a composição social do corpo discente se modificou significativamente, acompanhando de perto as transformações no recrutamento, e analisamos a maior ou menor permeabilidade de cursos e unidades a estudantes historicamente menos representados frente a essas mudanças. Na conclusão, apontamos alguns limites desse processo e os desafios que permanecem.

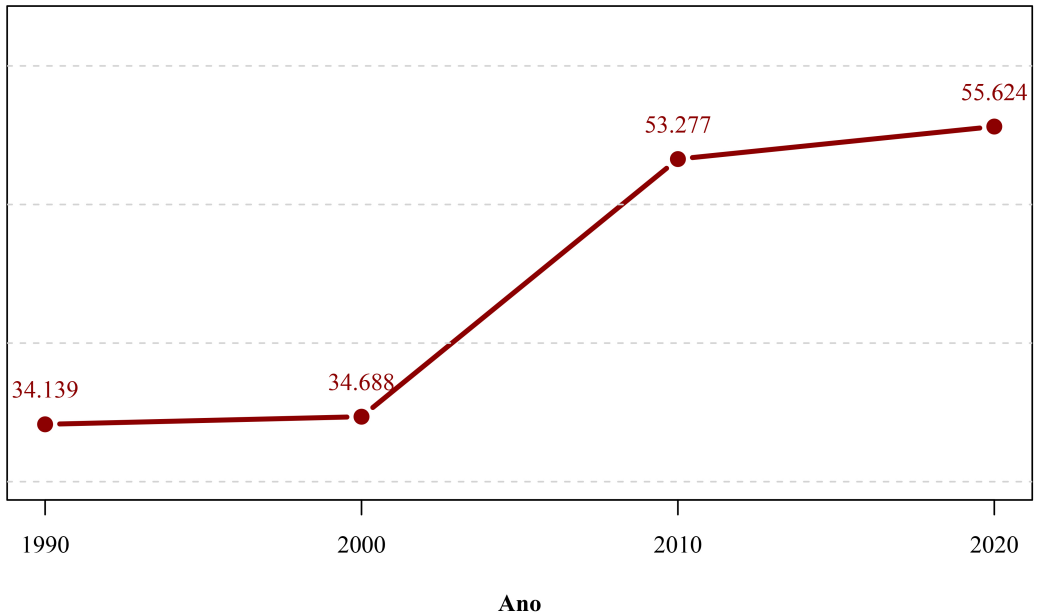
Expansão de vagas, ações afirmativas, políticas de permanência

Expansão de vagas e ações afirmativas foram as principais respostas à demanda por maior acesso ao ensino superior público. Embora não tenham sido objeto de ações coordenadas, essas duas medidas se difundiram rapidamente por todo o espaço do ensino superior ao longo dos anos 2000. Por sua vez, a admissão de maior número de estudantes oriundos de grupos historicamente pouco representados exigiu adaptações e, em especial, levou a investimento nos serviços de apoio aos estudantes.

Expansão de matrículas

Expansão de matrículas exige recursos significativos. Não é surpresa, portanto, que parte importante da ampliação que ocorreu no setor privado e nas universidades federais tenha sido impulsionada por estímulo do governo federal, que ofereceu subvenções, criou novas universidades e disponibilizou incentivos para a amplia-

FIGURA 1
Evolução do número de estudantes matriculados na USP – 1990-2020



Fonte: *Anuários estatísticos da USP*, 1991, 2001, 2010 e 2021. Elaboração dos autores.

ção de vagas nas existentes. O caso das três universidades estaduais paulistas é um pouco diferente. Como gozam de autonomia orçamentária e de gestão, as decisões de expansão de vagas ficam sob o controle dos órgãos colegiados internos, que implementaram diferentes medidas para isso. No início dos anos 2000, pressionadas pelo forte debate sobre a missão das universidades públicas e pelas iniciativas do governo federal, elas aderiram à tendência geral de aumento de vagas. Em paralelo, passaram a pleitear mais recursos do governo do estado para isso, não contando com um programa estruturado de apoio. No caso da USP, o resultado líquido foi um crescimento significativo do número de estudantes matriculados na graduação entre 1990 e 2020, passando de 34.139 para 55.624, como mostra a Figura 1.

O aumento de matrículas nem sempre se apoiou no argumento da democratização. No entanto, esse foi um dos seus efeitos, uma vez que parte significativa das novas vagas foi implementada no noturno, passando de 12.114 para 19.943, ou foi resultado da criação de unidades em regiões com menor tradição universitária. Além disso, como mostra Carlotto (2018), isso se deu principalmente pela criação de cursos ou aumento de vagas em cursos de áreas profissionais não tradicionais.

A criação da EACH, em 2005, no distrito Ermelino Matarazzo é um bom exemplo dessa política de expansão das vagas do início dos anos 2000 e da nova forma de pen-

sar a universidade que tomava corpo nesse período (Garcia e Carlotto, 2013). Com dez novos cursos de graduação, muito diferentes dos tradicionais da USP, a EACH se tornou uma das maiores unidades da USP. Desde 2005 metade dos seus estudantes vinham de escolas públicas e aproximadamente 27% deles residiam na zona leste de São Paulo (Perosa, Santos e Menna-Barreto, 2011; Dantas, 2019).

Ações afirmativas

Os experimentos com ações afirmativas, por sua vez, foram resultado de processos diversos. Os primeiros ocorreram por iniciativa de parlamentares estaduais, no caso das universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia, ou por iniciativa de colegiados internos, no caso da Universidade de Brasília. Até a adoção da chamada Lei de Cotas em 2012, a maioria das iniciativas havia sido resultado de ação local (Daflon, Feres Jr. e Campos, 2013).

A primeira experiência com ações afirmativas na USP ocorreu em 2006, com a implementação do Sistema de Pontuação Acrescida, parte de um programa mais amplo, denominado “Programa de Inclusão Social da USP” (Inclusp). Nesse período, ações afirmativas para ingresso na graduação estavam se difundindo pelo país, na sequência das experiências pioneiras iniciadas por universidades estaduais entre 2002 e 2004. Em 2005, entre as 98 universidades federais e estaduais existentes, 24 haviam implementado alguma iniciativa desse tipo (Feres Júnior, Daflon e Campos, 2011). Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com incentivos econômicos a iniciativas voltadas para a abertura das universidades públicas para grupos menos representados, como expansão de vagas nos cursos noturnos e ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil.

Ainda que houvesse um certo consenso sobre a necessidade de tornar as universidades públicas mais acessíveis aos grupos menos representados, as primeiras experiências com ações afirmativas foram acompanhadas por intenso debate sobre a melhor estratégia a ser adotada. A reserva de vagas, estratégia privilegiada por algumas, estava no centro do debate. Daflon, Feres Jr. e Campos (2013, p. 321) notam bem que universidades de maior prestígio aderiram com menor entusiasmo a ela, reservando um menor número de vagas ou optando pela alternativa da bonificação, como ocorreu nas estaduais paulistas.

No caso dessas universidades, a reserva de vagas foi percebida como uma ameaça à visão de excelência que sustentava sua política universitária, baseada na formação de quadros para a própria reprodução das posições universitárias e para as mais altas posições do serviço público e privado. Mesmo diante da difusão das ações afirmativas

pelo território nacional e do lançamento de vários programas federais orientados para democratizar o ensino superior (Lima, 2010), as três universidades estaduais paulistas mantiveram-se reticentes.

A Unicamp e a USP recuaram mais precocemente dessa posição e implementaram suas primeiras ações afirmativas já em 2005 (Unicamp) e 2006 (USP). Recusando-se a implementar reserva de vagas até à segunda metade da década seguinte, as duas universidades passaram a adicionar pontos à nota dos candidatos, em número suficiente para colocar na dianteira aqueles estudantes oriundos da escola pública cujo desempenho já era bastante alto.

Vão, portanto, continuar insistindo em atribuir ao processo de recrutamento de estudantes a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de sua missão educativa. Esse tipo de política admite a elitização do sistema de ensino e reconhece as universidades como beneficiárias desse processo de elitização. Porém, não atribui às mesmas um papel específico no confronto das desigualdades educacionais. Abertura para grupos até então pouco representados é interpretada como uma ameaça ao *status quo*, percebido como garantia do bom funcionamento dessas universidades, tal como reiterado em *rankings* e avaliações de diferentes tipos que se multiplicaram nesse período. Mais do que isso, currículos e pedagogias em vigor nas universidades são temas de estudo desprestigiados no campo acadêmico e se alteram lentamente.

Apesar dos avanços notáveis da expansão e de dispositivos de políticas de bonificação (Piotto e Nogueira, 2016), os resultados revelaram-se lentos e modestos, exigindo ajustes sucessivos nos anos seguintes. A documentação mostra que essas modificações foram acompanhadas de mudanças no discurso que as justificava. Pouco a pouco, as vozes oficiais parecem abraçar, cada vez com mais convicção e clareza, a disposição a contribuir para a democratização do corpo discente. Em 2016, a USP aderiu parcialmente ao Sisu. O número de vagas era definido pelas unidades até um teto de 30%.

Apesar dos limites, esse foi, ainda assim, um período rico no desenvolvimento de dispositivos institucionais visando a tornar a universidade mais inclusiva, certamente influenciado pela Lei das Cotas de 2012 e pela experiência de tantas outras universidades brasileiras. Gradativamente, observa-se uma mudança institucional da maior importância, em que se fortalece a percepção de que a universidade também é responsável pela formação de jovens vindos de escolas públicas, com atenção aos estudantes pretos e pardos. O argumento que delega exclusivamente à escola básica ou ao indivíduo a responsabilidade por resolver a desigualdade escolar brasileira perdeu força, sem, contudo, desaparecer.

A dificuldade em construir consenso suficiente para instaurar um novo modelo contribuiu para o acirramento progressivo das lutas internas em torno da inclusão

social e racial, que se tornaram mais visíveis na greve de 2016. Após dez anos de Includp, o corpo discente estava mais diverso socialmente e, portanto, mais sensível às reivindicações do movimento negro organizado, como no caso do Núcleo de Consciência Negra da USP, fundado em 1987. Assim, em 2017, em parte como resultado dessa greve e de condições políticas internas favoráveis, a USP implementou, para todos os cursos, a reserva de 50% das vagas para estudantes egressos de escolas públicas e, dentre eles, 37% reservadas aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Isso equivale a 18,5% do total de vagas da universidade. A adoção se deu de forma escalonada, atingindo essa proporção no ingresso em todos os cursos somente em 2021.

A reserva de vagas teve um efeito imediato sobre a composição do corpo discente. Como mostramos na próxima seção, houve alteração em todos os cursos e turnos, mesmo naqueles em que a impermeabilidade aos grupos menos representados havia resistido à política de bonificação em vigor anteriormente (Carlotto, 2018). Antes de discutir esses números, porém, vale a pena tratar de outra iniciativa, as políticas de permanência, que têm efeitos muito concretos sobre os estudantes oriundos de grupos menos representados, afetando seu interesse em ingressar nessa universidade e as chances de concluir seus cursos.

Políticas de permanência

Investimentos em iniciativas para apoiar estudantes oriundos de meios menos abastados não são uma novidade na USP. No entanto, a criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (Prip), em 2022, sinaliza uma mudança significativa, que é a inserção dessas iniciativas entre as principais dimensões da política universitária.

Entre as três universidades estaduais paulistas, a USP foi a primeira a fazer isso. Diferente da situação das universidades federais, em que pró-reitorias de “assuntos estudantis” e “assuntos comunitários” são uma ocorrência comum já há algumas décadas e que contam com um Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) desde 1987, assim como com os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil desde 2007, nas estaduais paulistas, tais iniciativas, em geral bastante robustas aliás, dependem de seus orçamentos próprios e permaneceram espalhadas por diferentes órgãos até muito recentemente.

O processo de institucionalização da assistência e da permanência estudantil como um espaço acadêmico-administrativo autônomo e sua elevação à camada mais alta da hierarquia de poderes universitários nas universidades paulistas merecem mais estudos (Dias e Sampaio, 2020). Investir em permanência estudantil requer modificação no fluxo de recursos, o que, por sua vez, exige mudança na forma de conceber os usos desses recursos, que deixam de ser percebidos apenas como assistência social

para serem pensados como instrumentos de produção da formação de excelência tradicionalmente tratada como missão fundamental desta universidade. Trata-se, em suma, de uma mudança na forma de conceber essa missão no que diz respeito a oferecer “oportunidades para todos”, conforme promete o decreto de criação da USP. Isso não se deu sem lutas.

O caso do Conjunto Residencial da USP (Crusp) é um bom exemplo desse longo processo de institucionalização das políticas de permanência e sua imbricação com a viabilização de recursos. Parte integral do projeto da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, elaborado em 1961, a construção dos primeiros seis dos doze blocos previstos foi viabilizada pelo aporte pontual de recursos do Governo do Estado estrategicamente captados pela USP quando esse se viu diante da obrigação de alojar os atletas que participariam dos Jogos Pan-Americanos de 1963. Os outros blocos foram construídos posteriormente com recursos da universidade, mas parte importante da área foi destinada a outros fins. Na ausência de uma política de moradia universitária, o uso desses prédios como moradia se tornaria nas décadas seguintes objeto de disputas entre o movimento estudantil e as autoridades universitárias, dando ensejo a vários episódios de ocupação dos mesmos pelos estudantes. Hoje ele se tornou objeto de política específica, que reconhece a moradia estudantil como “parte integrante da política de permanência e pertencimento da USP” (Lanna e Rizzi, 2023), e que gerencia habitações em seis dos oito *campi*, além de bolsas “auxílio moradia”, que visam a subvencionar gastos com aluguel.

Da mesma forma, embora a USP tenha implementado ao longo de sua história um conjunto amplo de apoios, financeiros, de alimentação, transporte e saúde, esses não eram tratados como parte de uma política propriamente acadêmica. Até à criação da Prip, essas iniciativas estavam sob a responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), órgão criado em 1969 para gerenciar esses e outros apoios aos diferentes segmentos da comunidade. Por boa parte desse período, os gastos com esses itens eram indicados de forma dispersa no orçamento da universidade, espalhados por diversas alíneas. Em 2009, estimativas de gastos com permanência aparecem em alínea específica, intitulada Política de Permanência e Formação Estudantil. Prevê-se despender pouco mais de R\$ 2.2 mil por estudante (graduação e pós-graduação). Em 2022, prevê-se gastar R\$ 3.3 mil, um aumento de pouco mais de 50% em valores ajustados pela inflação. A estimativa do gasto total para 2024 nesta alínea (USP, 2024) representa um aumento real de 20% em relação a 2022. O peso no orçamento passa de 3,0 para 5,1% entre 2009 e 2024.

Como no caso do aumento de vagas e das ações afirmativas, trata-se de uma mudança significativa das condições institucionais. Resta verificar se e como ela afetou a composição do corpo estudantil.

Transformações na composição social do corpo discente

A expansão de vagas e as políticas afirmativas na universidade, como esperado, levaram a uma diversificação importante do corpo estudantil em termos de origem social, gênero e raça.

Para compreender essas transformações, exploramos um conjunto de informações sobre as características sociais dos estudantes ingressantes entre 2000 e 2020, coletadas pela Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), via questionário socioeconômico preenchido pelo estudante no momento da inscrição no vestibular.

Como a Fuvest não disponibiliza os dados abertos on-line, obtivemos acesso a eles via Lei de Acesso à Informação. Além disso, consultamos os *Anuários estatísticos* das décadas de 1980, 1990 e 2000 disponíveis para consulta online.

Quem são os estudantes que ingressam na USP antes e depois da expansão das matrículas, da adoção de políticas de ações afirmativas e do desenvolvimento de uma política de permanência ocorridos a partir do início dos anos 2000? Quais são as principais clivagens sociais, de classe, de gênero e raça que caracterizam essa população? Enfim, quais são as permanências e mudanças passíveis de observação a partir dos dados estatísticos?

Para responder a essas perguntas, examinamos, para a população de ingressantes, o nível socioeconômico das famílias a partir de informações sobre a escolaridade dos pais, o tipo de escola cursada no ensino fundamental e médio (se pública ou privada), o gênero, a autodeclaração de raça e a carreira escolhida. Concentramos a discussão que se segue no período entre 2000 e 2020.

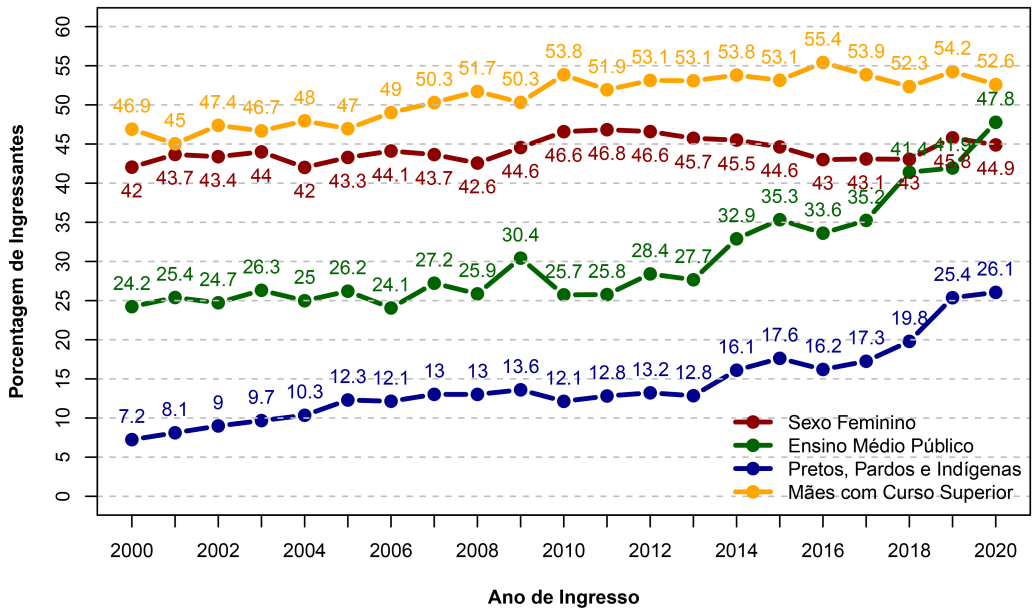
Como houve mudanças na coleta de informações sobre renda e ocupação dos pais ao longo do período, não foi possível explorar esse dado. Entretanto, sabemos que a maior evidência do alto nível da segregação escolar que caracteriza o Brasil é a forte correlação entre tipo de escola frequentada, se privada ou pública, e o nível socioeconômico das famílias. Usamos, então, a primeira informação como *proxy* da segunda.

Optamos aqui por explorar a variável *escolaridade da mãe*, tendo em conta que ela pode ser considerada também como uma *proxy* de nível socioeconômico das famílias e é, principalmente, um indicador de estilo parental e do uso do tempo na educação das crianças e dos jovens (Lareau, 2003; Henri-Panabière, 2021). Mães mais escolarizadas conhecem melhor o sistema educacional, seus jogos e armadilhas, o que tende a facilitar a orientação dos percursos escolares das crianças e jovens desde muito antes do vestibular, levando à procura por escolas técnicas públicas ou por esta ou aquela escola pública e privada etc.

A Figura 2 mostra as principais transformações na composição social dos estudantes da USP no período analisado.

FIGURA 2

Porcentagem de ingressantes por ano de ingresso, segundo algumas características sociodemográficas – 2000-2022



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Fuvest obtidos via Lei de Acesso à Informação.

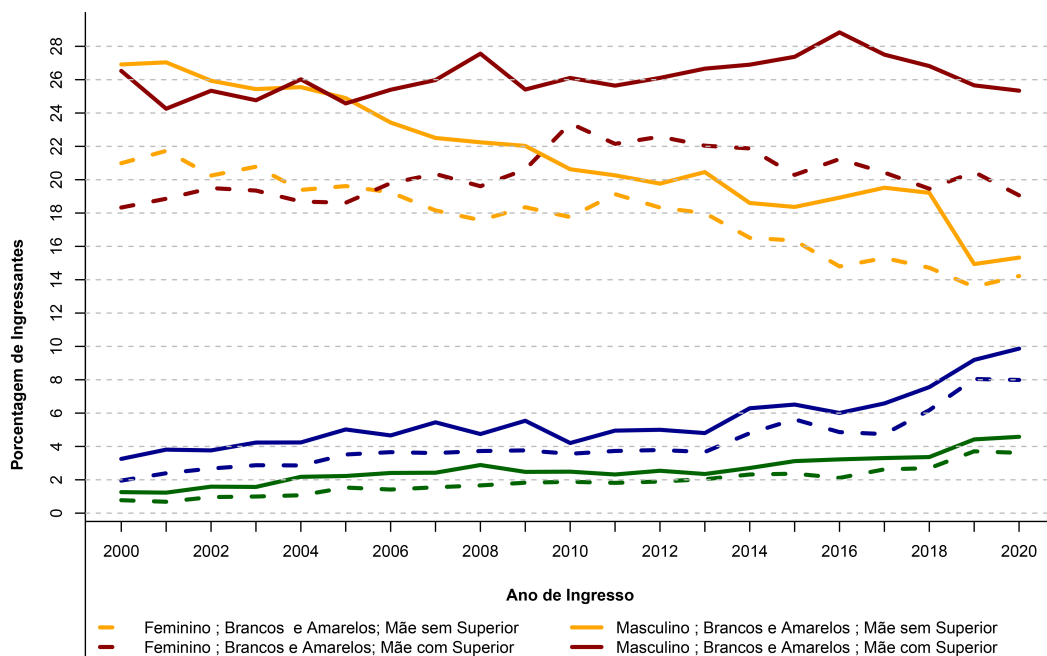
Como vemos, o período foi marcado por duas mudanças substantivas e duas permanências relativas. Por um lado, ainda que o fechamento social da Universidade de São Paulo para estudantes oriundos das camadas menos escolarizadas e com menor renda nunca tenha sido absoluto, uma vez que em 2000, antes da adoção de qualquer ação afirmativa, aproximadamente um quarto dos ingressantes da USP vinha de escolas públicas, esse percentual sobe significativamente ao longo dos anos 2000. Observamos, no entanto, que ele só ultrapassa os 40% dos ingressantes após a adoção das cotas, crescendo nos anos subsequentes.

Outra mudança significativa diz respeito à participação de estudantes pretos, pardos e indígenas na população total de ingressantes, que passa de pouco mais de 7% em 2000 para pouco mais de 25% em 2020. Apesar de ocorrer uma inflexão clara na curva a partir da adoção das cotas, observamos que mesmo antes disso há um aumento progressivo na participação desses estudantes no conjunto da população estudantil.

Com relação às permanências relativas, notamos que a proporção de estudantes cujas mães concluíram o ensino superior se altera pouco ao longo do período, mas a tendência é de aumento. Num período em que são implementadas ações para favorecer o ingresso de estudantes oriundos de grupos historicamente menos representados, esse resultado surpreende e merece ser melhor compreendido. Provisoriamente, ele

FIGURA 3

Porcentagem de ingressantes por ano de ingresso, segundo perfil sociodemográfico obtido pela combinação das variáveis gênero, autodeclaração racial e nível de instrução da mãe (com ou sem Ensino Superior) – 2000-2022



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Fuvest obtidos via Lei de Acesso à Informação.

pode ser atribuído, pelo menos em parte, à expansão do ensino superior no período. De fato, a proporção da população com ensino superior no estado de São Paulo passou de 8% em 1991 para 25% em 2022 (IBGE Censo, 2024; Ipea, 2023).

Outra permanência relativa é a participação feminina, que fica mais ou menos estável, aumentando em 2.9% ao longo desses vinte anos. A USP permanece um universo predominantemente masculino, apesar do inegável avanço na escolarização feminina que ocorreu no Brasil e no resto do mundo nas últimas décadas (Beltrão e Alves, 2009).

Para compreender melhor as mudanças na composição da população estudantil, construímos alguns perfis a partir das variáveis gênero, raça e nível de instrução da mãe, permitindo uma análise mais multidimensional desse grupo de estudantes, como mostra a Figura 3.

Verificamos aqui que o crescimento do número de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas foi bastante expressivo e especialmente alto para aqueles, do sexo masculino e feminino, cujas mães não concluíram curso superior. Isso indica maior inclusão de segmentos das camadas médias, provavelmente muitos recém-chegados a essa posição, e de camadas populares. Vemos ainda, na mesma Figura 3,

que, à medida que aumenta a proporção de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas com mães sem o ensino superior, diminui a proporção de estudantes brancos e amarelos com mães sem o ensino superior.

Assim, os dados examinados neste estudo sugerem que o ingresso dos estudantes pretos, pardos e indígenas não alterou, substantivamente, o ingresso dos estudantes brancos e amarelos, cujas mães concluíram o ensino superior, uma vez que sua proporção se manteve relativamente estável ao longo desses últimos vinte anos. Contudo, parece ter contribuído para a redução do número de estudantes amarelos e brancos cujas mães não concluíram o ensino superior, portanto oriundos de famílias de menor nível socioeconômico.

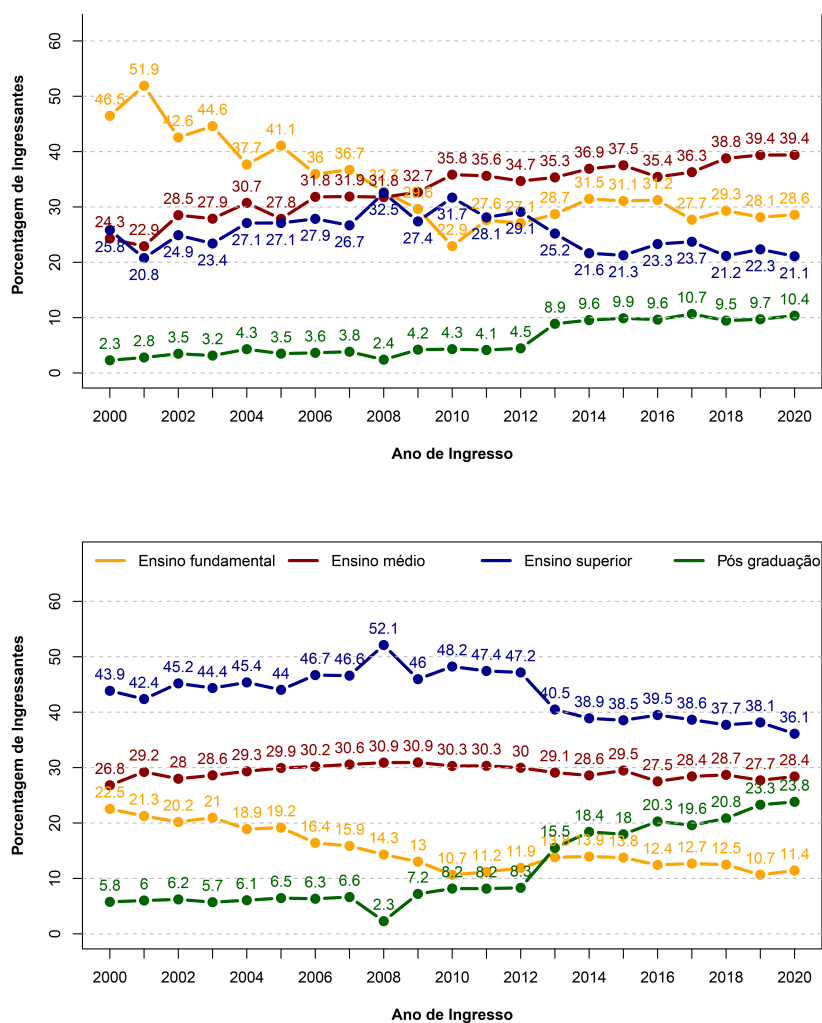
Por fim, podemos notar que a desigualdade de gênero no ingresso é maior entre estudantes brancos e amarelos do que entre os estudantes negros, independente do nível de escolarização das mães. É sobretudo entre os estudantes ingressantes brancos e amarelos que notamos as maiores diferenças de gênero, com uma forte distância nas curvas de ingresso de estudantes do sexo masculino e feminino, em benefício dos estudantes do sexo masculino, independentemente do nível de escolaridade das mães.

Pela sua importância na descrição das mudanças na população estudantil da USP, o atributo escolaridade das mães merece ser melhor explorado. Os gráficos da Figura 4 mostram como variou a população de estudantes em função da escolaridade da mãe em cada grupo racial, evidenciando a ocorrência de movimentos similares, ainda que com intensidades diferentes.

No caso dos ingressantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e dos ingressantes brancos, é possível notar uma diminuição pronunciada do grupo cujas mães concluíram apenas o ensino fundamental, o que segue a tendência da população brasileira. Nota-se também uma diminuição leve do grupo cujas mães concluíram o ensino superior. No entanto, isso ocorre ao mesmo tempo que aumenta a proporção de estudantes cujas mães concluíram uma pós-graduação. Ao mesmo tempo, ocorre um aumento do grupo cujas mães concluíram o ensino médio, mais pronunciado entre os estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas. O saldo líquido é o aumento da proporção de estudantes oriundos de famílias mais escolarizadas.

Examinamos, em seguida, como evoluiu a participação de estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas em alguns cursos selecionados. O objetivo foi compreender, em particular, o que aconteceu nos cursos socialmente mais seletivos. Na Figura 5 temos um dendrograma que apresenta um agrupamento dos cursos listados segundo o perfil de ingressantes pretos, pardos e indígenas ao longo do período estudado. As linhas à esquerda unem cursos mais parecidos entre si. São identificados dois grandes grupos. Na parte superior da figura, encontram-se alguns dos cursos que se mostraram mais impermeáveis a esse grupo de estudantes, isto é, que pouco

FIGURA 4
 USP – Proporção de ingressantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (gráfico da superior) e brancos (gráfico inferior) por ano de ingresso, segundo a escolaridade da mãe, 2000-2020

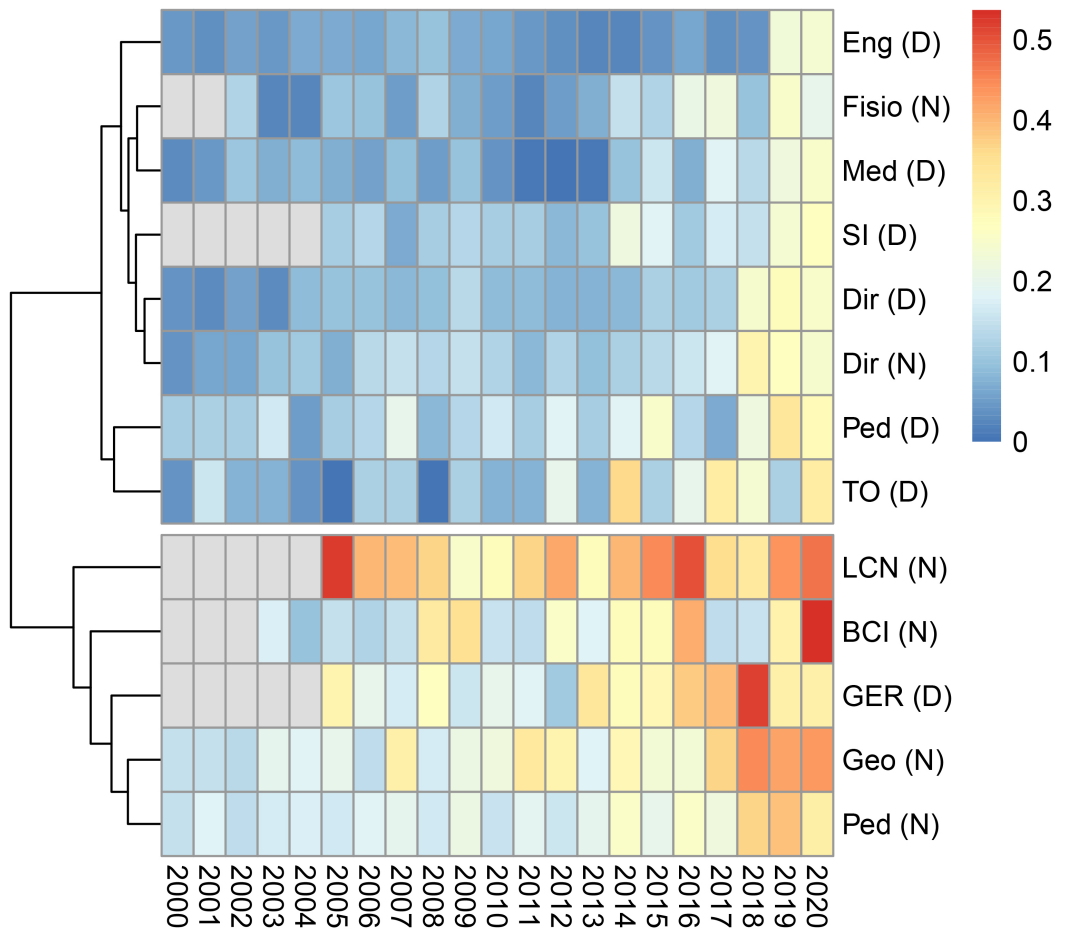


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Fuvest obtidos via Lei de Acesso à Informação.

mudaram sua composição ao longo do período de expansão de vagas e de bonificação. Essa parte da figura indica que tal impermeabilidade só foi reduzida com a adoção de cotas. Na parte inferior, encontram-se alguns cursos particularmente permeáveis a esse grupo de estudantes. Observa-se que não se chega a uma proporção próxima de 40% do conjunto de estudantes, mesma proporção na população do estado de São Paulo em 2022, em todos eles e, nos casos em que isso ocorre, trata-se de uma mudança recente. Parte desses ingressaram por ampla concorrência.

FIGURA 5

Proporção de ingressantes que se declaram pretos, pardos ou indígenas segundo o ano de ingresso, o curso (cursos selecionados) e o turno (D – diurno, N – noturno)



Eng: Engenharias da Escola Politécnica; Fisio: Fisioterapia; Med: Medicina; SI: Sistema de Informação; Dir: Direito; Ped: Pedagogia; TO: Terapia Ocupacional; LCN: Licenciatura em Ciências Naturais; BCI: Biblioteconomia e Ciência da Informação; GER: Gerontologia; GEO: Geografia.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Fuvest obtidos via Lei de Acesso à Informação.

Apresentamos, por fim, os resultados de uma análise de correspondências que permite examinar a extensão das transformações ocorridas na USP comparando três momentos: 2000, 2010 e 2020. As unidades de estudo são os cursos, e as variáveis consideradas foram gênero, autodeclaração de cor, tipo de escola do ensino médio e nível de escolaridade da mãe.

Algo em comum nessa comparação entre três momentos da história da USP é que as variáveis com maior contribuição para diferenciar os estudantes ingressantes ao

longo de todo o período são o nível de escolaridade da mãe, o tipo de escola em que os ingressantes concluíram o ensino médio e o gênero. Porém, a importância dessa contribuição mudou no período mais recente.

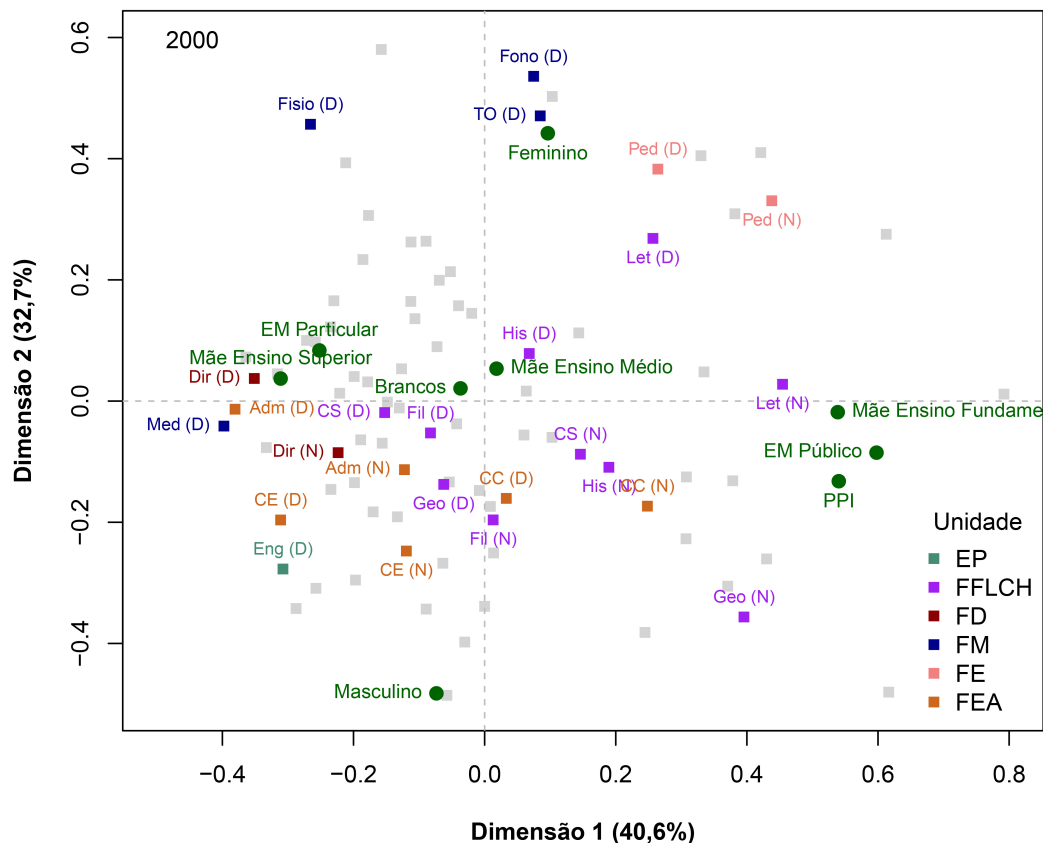
Em 2000 (Figura 6), a primeira dimensão corresponde a 40,6% da variabilidade dos dados, e notamos duas nuvens de correlações importantes. À esquerda do gráfico, observa-se a associação entre mães com ensino superior e estudantes que concluíram o ensino médio em escolas privadas. No extremo oposto, identificamos uma forte correlação entre estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública, mães com ensino fundamental e estudantes pretos, pardos e indígenas. Essa oposição estrutura a primeira dimensão e traduz a grande desigualdade de nível socioeconômico na população estudantil. Isso quer dizer que, em 2000, havia uma associação extremamente forte entre, por um lado, os cursos que recebiam ampla maioria de estudantes vindos de escolas privadas, com mães que tinham concluído o ensino superior e, por outro lado, aqueles ocupados por estudantes pretos, pardos e indígenas, vindos de escolas públicas, com mães que concluíram o ensino fundamental. Os filhos de mães com ensino médio e os estudantes brancos estavam por toda parte e por isso, ocupam essa posição intermediária no diagrama.

Essa primeira dimensão opõe cursos como Medicina (Med), Engenharia (Eng), Administração (Adm) e Direito (Dir) diurnos, que tendem a conduzir ao exercício das profissões liberais ou à alta gestão, localizados à esquerda do gráfico, a cursos como Pedagogia, Letras e Geografia noturnos, à direita do gráfico, que conduzem ao magistério. Vemos, assim, como os cursos de licenciatura foram, até os anos 2000, a grande porta de entrada para os ingressantes cujas mães concluíram apenas o ensino fundamental. Nesse extremo do gráfico, a menor escolaridade das mães aparece muito associada a estudantes pretos, pardos e indígenas, e àqueles que concluíram o ensino médio em escolas públicas. Essa é a estrutura de acesso à Universidade de São Paulo que as políticas de expansão de vagas, as ações afirmativas e os investimentos na permanência buscaram alterar.

Se a primeira dimensão é socioeconômica, a segunda dimensão explica 32,7% da variabilidade dos dados, e a variável com maior contribuição é o gênero. Em 2000, isso opunha cursos como Terapia Ocupacional (TO) e Fonoaudiologia (Fono) diurnos, mais femininos, a cursos como Filosofia (Fil) noturno e Ciência da Computação (CC) diurno, mais masculinos. Observamos também que a discrepância entre a variabilidade explicada por cada dimensão é a menor observada no período, sendo de 40,6% para a primeira dimensão e 32,75 para a segunda, indicando que ambas as dimensões, socioeconômica e de gênero, condicionavam o acesso às carreiras.

FIGURA 6

Biplot obtido a partir da Análise de Correspondência Múltipla para os dados dos ingressantes de 2000. Variáveis consideradas nas análises: Género, Cor, Tipo de escola do Ensino Médio e Níveis de Escolaridade da Mãe



Unidades: EP : Escola Politécnica; FFLCH: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; FD: Faculdade de Direito; FM: Faculdade de Medicina; FE: Faculdade de Educação; FEA: Faculdade de Economia e Administração; Cursos: Eng: Engenharias da Escola Politécnica; Fisio: Fisioterapia; Fono: Fonoaudiologia; Med: Medicina; SI: Sistema de Informação; Dir: Direito; Ped: Pedagogia; TO: Terapia Ocupacional; Geo: Geografia; Adm: Administração; Let: Letras; CS: Ciências Sociais; CC: Ciência da Computação; His: História; Fil: Filosofia; CE: Ciências Econômicas.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação.

Essa situação se mantém em 2010, com discretas alterações. Na Figura 7, vemos que as variáveis *mães que concluíram o ensino superior e estudantes vindos da escola privada* estão fortemente correlacionadas, à esquerda do gráfico. No outro extremo, à direita, nota-se a associação entre *mães que concluíram o ensino fundamental e a conclusão do ensino médio na rede pública*. Os estudantes pretos, pardos e indígenas se deslocam ligeiramente em direção ao centro do gráfico, indicando a maior pene-

tração desse grupo nos cursos à esquerda do gráfico. As mães com ensino médio, que, em 2000, estavam situadas levemente à esquerda, se deslocam para o lado direito do gráfico, posicionando-se entre os estudantes brancos de um lado, e pretos, pardos e indígenas de outro, possivelmente porque muitos desses últimos têm mães com maior escolaridade do que em 2000, talvez resultado do aumento geral da escolarização da população brasileira nos anos precedentes. A maior presença de mães com o ensino médio expressa também a chegada à USP, com maior força, de famílias de classe média baixa, tanto brancas como negras². As mães com ensino médio são em geral filhas de trabalhadores manuais que conseguem prolongar a escolarização e com isso escapar dos trabalhos manuais para compor parte do grande contingente de mulheres que entram no mercado de trabalho em posições intermediárias do setor de serviços (cabeleireiras, vendedoras, recepcionistas, secretárias etc.) (Perosa e Dantas, 2017).

Isso dito, vemos que a estrutura do espaço em 2010 se parece bastante com a de 2000, indicando que as políticas de bonificação tiveram, de fato, pouco efeito sobre as características sociais do corpo estudantil. A primeira dimensão corresponde a 45,9% da variabilidade, e a variável com maior contribuição é a escolaridade da mãe, fortemente correlacionada ao tipo de escola em que os estudantes concluíram o ensino médio, seja pública ou privada. Os extremos desse espaço opõem cursos como Administração e Direito diurno e noturno, Medicina (Med), Engenharia (Eng) e mesmo Ciências Sociais (CS) diurno a, notadamente, Licenciatura em Ciências da Natureza (LCN) diurno e noturno, Geografia (Geo) e Letras noturnos, ambas formações que conduzem ao magistério.

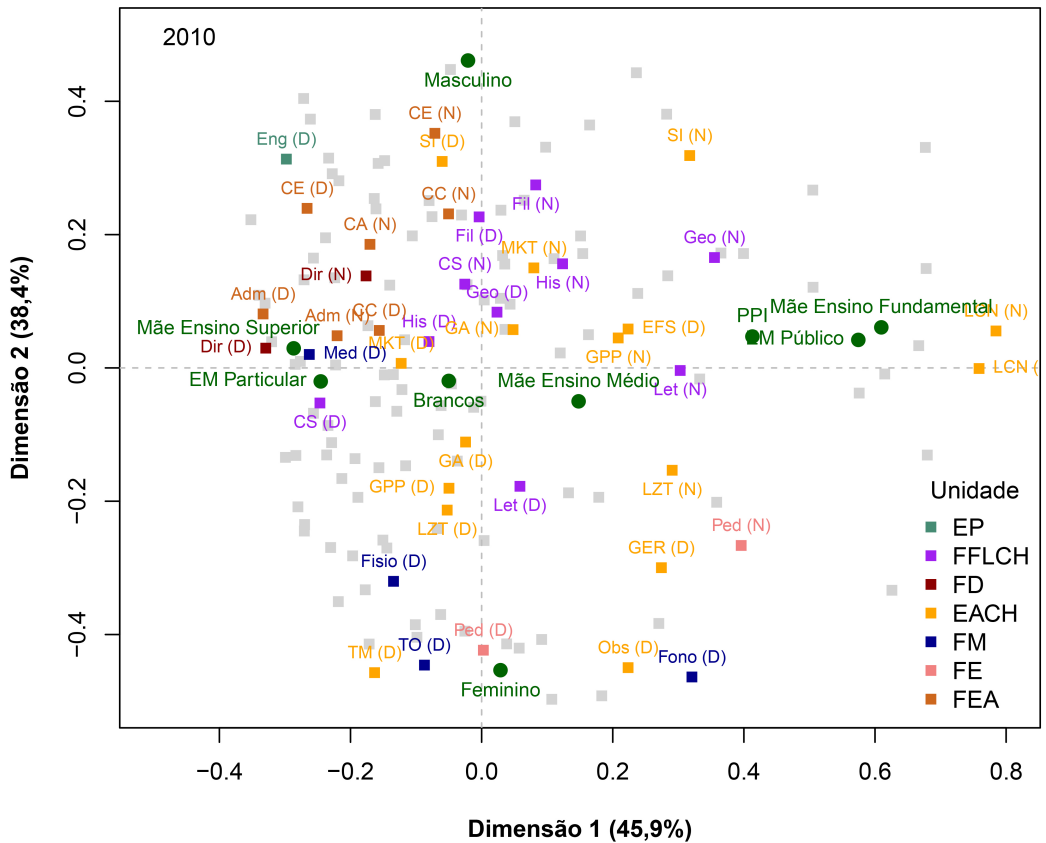
Observa-se que o curso Sistemas de Informação (SI) do período noturno, oferecido pela EACH, encontra-se nessa mesma região do espaço e muito próximo ao polo masculino. Diferente das demais licenciaturas, mais mistas, esse curso parece falar à imaginação dos homens com mães menos escolarizadas e egressos de escolas públicas, pois oferece uma porta de entrada para as ocupações do aquecido setor tecnológico, com a promessa de ascensão social. Ao mesmo tempo, alguns cursos que podem ter sido pensados para favorecer a entrada de estudantes trabalhadores, como Direito (Dir) e Ciências Atuariais (CA) noturnos, estavam ocupados por estudantes com características similares aos cursos mais prestigiados do diurno.

A segunda dimensão é definida pelo sexo dos ingressantes e explica 38,4% da variabilidade dos dados. Ela opõe cursos predominantemente mais masculinos

2. De acordo com estudos anteriores, a posse do diploma de ensino médio está associada, na cidade de São Paulo, a domicílios com renda entre 5 e 10 salários mínimos, mas também àqueles de 2 e 5 salários mínimos. Esse capital escolar intermediário distingue tanto as regiões da cidade ocupadas predominantemente pelos domicílios de renda mais alta, como diferencia as periferias mais precárias das intermediárias. Ver Perosa, Lebaron e Leite, 2015.

FIGURA 7

Biplot obtido a partir da Análise de Correspondência Múltipla para os dados dos ingressantes de 2010. Variáveis consideradas nas análises: Gênero, Cor, Tipo de escola do Ensino Médio e Níveis de Escolaridade da Mãe



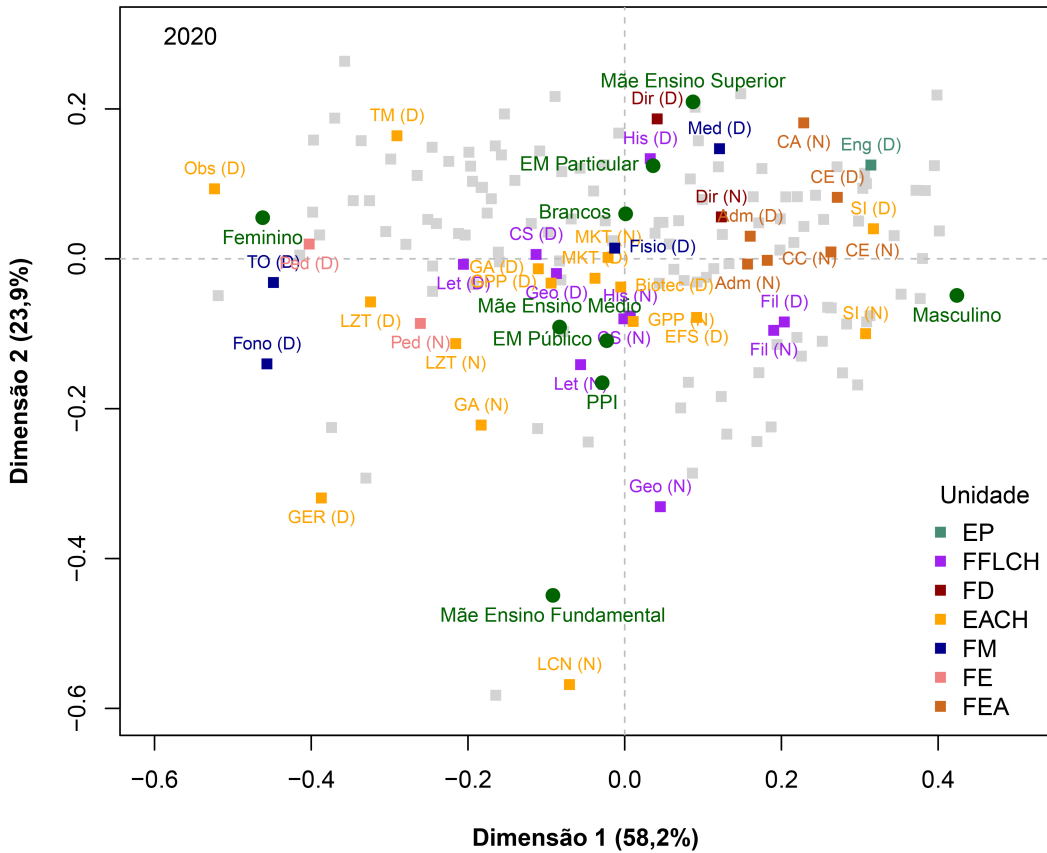
Unidades: EACH: Escola de Artes, Ciências e Humanidades; EP: Escola Politécnica; FFLCH: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; FD: Faculdade de Direito; FM: Faculdade de Medicina; FE: Faculdade de Educação; FEA: Faculdade de Economia e Administração; Cursos: Eng: Engenharias da Escola Politécnica; Fisio: Fisioterapia; Fono: Fonoaudiologia; Med: Medicina; SI: Sistema de Informação; Dir: Direito; Ped: Pedagogia; TO: Terapia Ocupacional; Geo: Geografia; Adm: Administração; Let: Letras; CS: Ciências Sociais; CC: Ciência da Computação; His: História; Fil: Filosofia; CE: Ciências Econômicas; CA: Ciências Atuariais; MKT: Marketing; GA: Gestão Ambiental; GPP: Gestão de Políticas Públicas; TM: Têxtil e Moda; Obs: Obstetrícia; LZT: Lazer e Turismo; EFS: Educação Física e Saúde; LCN: Licenciatura em Ciências da Natureza.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Fuvest obtidos via Lei de Acesso à Informação.

no alto do diagrama, como Ciências Econômicas (CE) noturno, Sistemas de Informação (SI) diurno e noturno, e mesmo Filosofia (Fil), tanto diurno quanto noturno, a cursos tradicionalmente femininos, como Pedagogia (Ped), Obstetrícia (Obs) e Terapia Ocupacional (TO) diurno, Fonoaudiologia (Fono) e Têxtil e Moda (TM) diurnos.

FIGURA 8

Biplot obtido a partir da Análise de Correspondência Múltipla para os dados dos ingressantes de 2020. Variáveis consideradas nas análises: Gênero, Cor, Tipo de escola do Ensino Médio e Níveis de Escolaridade da Mãe



Unidades: EACH: Escola de Artes, Ciências e Humanidades; EP: Escola Politécnica; FFLCH: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; FD: Faculdade de Direito; FM: Faculdade de Medicina; FE: Faculdade de Educação; FEA: Faculdade de Economia e Administração; Cursos: Eng: Engenharias da Escola Politécnica; Físio: Fisioterapia; Fono: Fonoaudiologia; Med: Medicina; SI: Sistema de Informação; Dir: Direito; Ped: Pedagogia; TO: Terapia Ocupacional; Geo: Geografia; Adm: Administração; Let: Letras; CS: Ciências Sociais; CC: Ciência da Computação; His: História; Fil: Filosofia; CE: Ciências Econômicas; CA: Ciências Atuariais; MKT: Marketing; GA: Gestão Ambiental; GPP: Gestão de Políticas Públicas; TM: Têxtil e Moda; Obs: Obstetrícia; LZT: Lazer e Turismo; EFS: Educação Física e Saúde; LCN: Licenciatura em Ciências da Natureza.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fuvest obtidos via Lei de Acesso à Informação.

Já em 2020 (Figura 8), essa situação se inverte. Decresce a importância do nível socioeconômico, medido aqui pela escolaridade das mães, e ganha relevância a dimensão de gênero. Os extremos do espaço opõem os cursos femininos, à esquerda, aos cursos predominantemente masculinos, à direita. A escolaridade da mãe e o tipo de escola de ensino médio dos ingressantes estruturam o espaço em uma segunda dimensão, agora menos importante do que nos anos anteriores.

A primeira dimensão é responsável por explicar 58,2% da variabilidade dos dados, e a variável com maior contribuição é o gênero. Os cursos tradicionalmente femininos são ainda mais homogêneos do que os cursos masculinos, indicando que é maior o número de mulheres que ingressam em cursos masculinos do que de homens que buscam os cursos femininos. Isso opõe, nessa dimensão, cursos como Obstetrícia (Obs), Fonoaudiologia (Fono), Terapia Ocupacional (TO) e Pedagogia (Ped), por exemplo, a cursos como Engenharias e Sistemas de Informação e Ciências Econômicas, diurno e noturno, assim como Ciências Atuariais noturno. Observa-se que Filosofia diurno e noturno permanecem predominantemente masculinos.

A segunda dimensão é responsável por explicar 23,9% da variabilidade dos dados, e a variável nível de instrução da mãe foi a que apresentou maior contribuição. A discrepância entre a variabilidade explicada de cada uma das duas dimensões aumentou bastante, chegando a 34,6%. Em 2000, a diferença entre as duas primeiras dimensões (nível socioeconômico e gênero) era muito menor, da ordem de 7,9%. Isso significa que a contribuição das variáveis socioeconômicas para o ingresso diminuiu consideravelmente. O que surpreende é o fortalecimento da antiga clivagem de gênero no acesso aos cursos, num momento em que as hierarquias de gênero têm sido fortemente desafiadas. A dificuldade em superar essa fronteira está intimamente associada aos tabus reificados pelo sistema de gênero e às diferenças de remuneração e poder que estruturam a hierarquia das profissões. Compreende-se, assim, que as mulheres se dirijam mais às profissões masculinas do que os homens às profissões femininas.

Observações finais

Como mostra nossa análise, a USP de 2020 não é mais a dos anos 1990. Muita coisa mudou. Este artigo registra algumas dessas mudanças e permite inferir o complexo trabalho político que as tornou possíveis e que outros estudos têm se encarregado de analisar (Garcia e Carlotto, 2013; Carlotto, 2014).

A universidade cresceu, e as mudanças organizacionais mencionadas acima contribuíram para alterar a composição geral do corpo estudantil. Por meio das estatísticas de ingresso, notamos o aumento da proporção de estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas. Ainda assim, permanece alto o percentual de estudantes cujas mães concluíram o ensino superior, indicando uma seleção social ainda alta. Notamos, no entanto, que, entre os estudantes pretos, pardos e indígenas, cresceu a proporção de estudantes cujas mães não concluíram o ensino superior. Isso indica outro bom resultado da política de cotas, que tem beneficiado estudantes negros e indígenas de diferentes camadas sociais, atingindo aqueles de origem popular, mas também os recém-chegados nas camadas médias.

Observamos, em particular, o efeito importante da política de cotas sobre a diversificação racial dos cursos. Vemos também como a enorme expansão de vagas dos anos 1990-2010 teve uma contribuição relativamente modesta para essas mudanças, se comparada à política de reserva de vagas. Nessa universidade, como em muitas outras, a democratização do ensino depende não apenas da expansão, mas também de dispositivos de reserva de vagas, capazes de acelerar uma mudança estrutural há muito reivindicada. Apenas a adoção de cotas alcançou diminuir as barreiras nos cursos mais impermeáveis e mesmo naqueles historicamente mais permeáveis. Graças a isso, a população de ingressantes em 2020 é mais diversa socialmente, mais negra e um pouco mais feminina.

Constatamos que a clivagem de classe dos cursos diminuiu e observamos que, graças ao modelo de cotas adotado, que reserva vagas em todos os cursos, não está ocorrendo uma segmentação de base racial. No entanto, há alguns limites que talvez não seja possível à universidade resolver. A proporção de mulheres nessa população ainda é inferior à de homens, e o sistema de gênero se afirmou mais recentemente como o mais importante orientador do fluxo de estudantes pelos diferentes cursos, a despeito dos importantes avanços da escolarização feminina que estão ocorrendo no Brasil e no mundo. Além disso, se a proporção de ingressantes pretos, pardos e indígenas triplicou entre 2000 e 2020, chegando a 26,1%, ela ainda se mantém, em 2020, bem abaixo dos 40,2% que correspondem à sua proporção na população paulista segundo o Censo de 2022 (os dados de 2020 não estão disponíveis).

Por fim, importa notar que a mudança na composição social do contingente estudantil leva a outras mudanças que não foram analisadas neste artigo, mas que são facilmente percebidas por quem circula pela USP e exigem melhor estudo. Um dos egressos ouvidos para este trabalho observou que “ela gera uma interdição a certas formas de violência simbólica que eram absolutamente naturalizadas nas interações dos professores com os estudantes nos anos 1990” e que “seriam um escândalo hoje, certamente na faculdade, e, em alguns casos, escândalo de jornal”. Faz-se referência aqui à expressão do juízo professoral, de resto tão bem analisada por Pierre Bourdieu e Monique de Saint Martin (1998), em comentários depreciativos ou jocosos que assumiam, mais do que indagavam sobre a distância dos estudantes da cultura escolar, como o modo de ler e falar sobre textos, autores e tópicos ou lacunas em conhecimentos tratados como básicos nas áreas de exatas, por exemplo. Refere-se também às falas que contribuíam para explicitar a distância dos estudantes com relação à cultura que professores/as da época consideravam legítima, como certa literatura não escolar e o domínio do inglês, por exemplo, experiências que só podiam ser vivenciadas por sorte do nascimento em famílias que dispunham dos recursos materiais e simbólicos para disponibilizá-las aos filhos ou, por proximidade, aos afilhados e acólitos, mes-

mo no caso daqueles que tiveram a sorte de contar com estruturas públicas como as escolas técnicas ou as bibliotecas que favoreceram o acesso (Almeida, W., 2007).

Na mesma direção, crescem hoje, nessa universidade pós-cotas, mais negra e mais feminina, reivindicações para que ela repense o conteúdo e as formas de ensino, tanto no sentido de diversificar autores e perspectivas quanto de se adotarem pedagogias centradas no estudante. Embora mudanças nos currículos tenham sido constantes desde 1934, elas podem estar aquém do debate especializado sobre as pedagogias do ensino superior e, provavelmente, aquém das demandas, antigas e novas, dos estudantes.

Esse é um desafio particularmente importante para uma comunidade universitária que já investiu tanta energia e recursos para a transformação do recrutamento e das condições de ensino, inclusive implantando o que considera ser “o maior programa de permanência estudantil do país” (USP, 2024, p. 6). Tal programa, por enquanto circunscrito ao apoio material, ainda não contemplando iniciativas de apoio pedagógico, pode não ser suficiente para eliminar os mecanismos que levam à produção de “excluídos no interior” (Bourdieu e Champagne, 2001).

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Márcio M. & PIOTTO, Débora C. (2018), “Desigualdade à brasileira: capital étnico-racial no acesso ao ensino superior”. *Educação*, 41 (3): 478-491. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.3.24897>.
- ALMEIDA, Ana Maria F. (2004), “Língua nacional, competência escolar e posição social”. In: ALMEIDA, Ana Maria F.; CANÊDO, Letícia Bicalho; GARCIA, Afrânio Raul & BITTENCOURT, Agueda Bernardete (orgs.). *Circulação internacional e formação internacional das elites*. Campinas, Editora da Unicamp, pp. 29-46.
- ALMEIDA, Ana Maria F. (2007), “A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil?”. In: ZAGO, Nadir & PAIXÃO, Lea (orgs.). *Sociologia da educação brasileira: Pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, pp. 44-59.
- ALMEIDA, Ana Maria F. (2008), “O assalto à educação pelos economistas”. *Tempo Social*, 20 (1): 163-178. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100008>.
- ALMEIDA, Ana Maria F. (2015), The changing strategies of social closure in elite education in Brazil. In: VAN ZANTEN, Agnès; BALL, Stephen J. & DARCHY-KOECHLIN, Brigitte. *Elites, Privilege, and excellence: The national and global redefinition of educational advantage*, Londres, Routledge.
- ALMEIDA, Ana Maria F. & ERNICA, Maurício. (2015), “Inclusão e segmentação social no Ensino Superior público no Estado de São Paulo (1990-2012)”. *Educação & Sociedade*, 36 (130):

- 63-83. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015139672>.
- ALMEIDA, Wilson M. (2007), “Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade”. *Caderno CRH*, 20 (49): 35-46. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000100004>.
- BARBOSA, Maria Lígia & PIRES, André. (2022), “Uma análise exploratória sobre seleção e inclusão no Ensino Superior brasileiro: do mérito herdado ao mérito relacional”. *Pro-posições*, 33. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0070>.
- BELTRÃO, Kaizô & ALVES, José. (2009), “A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX”. *Cadernos de Pesquisa*, 39 (136): 125-156. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100007>.
- BONTEMPI JR., Bruno. (2011), “Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo”. *Cadernos de Pesquisa*, 41 (142): 188-207.
- BOURDIEU, Pierre & CHAMPAGNE, Patrick. (2001), “Os excluídos do interior”. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- BOURDIEU, Pierre & SAINT MARTIN (1998), “As categorias do juízo professoral”. In : BOURDIEU, Pierre. (2001), *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- CARLOTTO, Maria C. (2018), “A universidade vista ‘a certa distância’: a estrutura social da USP e sua representação simbólica”. *Política & Sociedade*, 17 (38). <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n38p224>
- CARVALHAES, Flávio & COSTA RIBEIRO, Carlos A. (2018), “Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional”. *Tempo Social*, 31 (1): 195-233.
- CARVALHO, José Jorge. (2007), “O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro”. *Padê: Estudos em Filosofia*, 1 (1).
- CASTRO, Jorge A. de (2009), “Evolução e desigualdade na educação brasileira”. *Educação & Sociedade*, 30 (108): 673-697. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003>.
- CORTI, Ana Paula. (2016), Ensino Médio em São Paulo: a expansão das matrículas nos anos 1990. *Educação & Realidade*, 41(1): 41–68. <https://doi.org/10.1590/2175-623655996>
- DAFLON, Verônica T.; FERES JR., João & CAMPOS, Luiz A. (2013), “Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico”. *Cadernos de Pesquisa*, 43 (148): 302-327. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015>.
- DANTAS, Adriana S. R. (2019), “A USP da periferia: a participação política contribuindo para desconstruir as lógicas espaciais”. *Geofronter*, 2 (5). <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/3621>.
- DIAS, Carlos E. S. B. & SAMPAIO, Helena (2020), “Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil”. In: DIAS, Carlos et al. (orgs.). *Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro*. São Carlos, Pedro & João Editores, pp. 27-60.

- FERES JR., João. (2017), “O lugar do mérito no debate sobre as cotas raciais”. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/especial/o-lugar-do-merito-no-debate-sobre-as-cotas-raciais>”.
- FERES JR., João *et al.* (2011), “A ação afirmativa no ensino superior brasileiro”. *Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)*. Rio de Janeiro, Iesp-Uerj, pp. 1-20.
- GARCIA, Sylvia. G. & CARLOTTO, Maria C. (2013), “Tensões e contradições do conceito de organização aplicado à universidade: o caso da criação da USP-Leste”. *Avaliação: Revista Avaliação da Educação Superior*, 18 (3): 657-684. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000300008>.
- HENRI-PANABIÈRE, Gaële. (2021), “Socialisations temporelles pendant l'enfance et inégalités scolaires”. *Regards Croisés sur l'Economie*, 29 (2) : 27-35.
- IBGE. (2024), *Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra*. Censo Populacional, <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7135>.
- INEP. (2023), “Censo da Educação Superior 2022: divulgação dos resultados”. *Inep*, https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf, consultado em 02/02/2024.
- IPEA. (2023), PNAD, <http://ipeadata.gov.br>.
- LANNA, Ana Lúcia & RIZZI, Ester G. (2023), “O Crusp é moradia estudantil”. *Jornal da USP*, São Paulo, 4 de outubro. <https://jornal.usp.br/artigos/o-crusp-e-moradia-estudantil/>.
- LAREAU, Annette. (2003), *Unequal childhoods: Class, race, and family life*. Berkeley, University of California Press.
- LIMA, Márcia. (2010), “Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula”. *Novos Estudos Cebrap*, (87), 77-95. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>.
- LIMA, Márcia & ABDAL, Alexandre. (2007), “Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal”. *Sociologias*, 17: 216-238.
- PEROSA, Graziela. (2019), *Espaço social, relações de gênero e dinâmicas da oferta escolar em São Paulo*. Tese de livre-docência, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.
- PEROSA, Graziela; SANTOS, Gislene A. & MENNA-BARRETO, Luiz. (2011), “Desafios da expansão do ensino superior: a USP no lado Leste da cidade”. In: MAGALHÃES, Valéria & SANTHIAGO, Ricardo (eds.). *Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral*. São Paulo, Letra e Voz, pp. 41-60.
- PEROSA, Graziela & COSTA, Taline L. (2015), “Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Unifesp”. *Educação & Sociedade*, 36 (130): 117-137. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015140518>.
- PEROSA, Graziela; LEBARON, Frédéric, LEITE, Cristiane K. da S. (2015). “O espaço das desigualdades educativas no município de São Paulo”. *Pro-posições*, 26 (2), 99-118. <https://doi.org/10.1590/0103-7307201507705>.

- PEROSA, Graziela & DANTAS, Adriana S. R. (2017), "A escolha da escola privada em famílias dos grupos populares". *Educação & Pesquisa*, 43 (4): 987-1004, <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201704177976>.
- PEROSA, Graziela & SOARES, Alessandro S. (2021), "Educación superior privada: las paradojas de la expansión educativa brasileña". *Propuesta Educativa*, (55): 15-33.
- PIOTTO, Débora C. & NOGUEIRA, Maria Alice. (2016), "Incluindo quem? Um exame de indicadores socioeconômicos do Programa de Inclusão Social da USP". *Educação e Pesquisa*, 42 (3), 625-649. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609134896>.
- REIS, Maurício Cortez. (2023), *Trabalhadores com ensino superior: área de formação, ocupação e diferencial de rendimentos em relação aos trabalhadores com Ensino médio*. Ipea: Texto para Discussão 2861. <http://dx.doi.org/10.38116/td2861>.
- SAMPAIO, Helena. (2014), "Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (84): 43-55.
- SAMPAIO, Helena; LIMONGI, Fernando & TORRES, Haroldo. (2000), *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*, Brasília, Inep. <https://shorturl.at/grvCS>.
- SÃO PAULO. (1934), Decreto n. 6.283 de 25 de janeiro 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. <https://www.leginf.usp.br/antigo/criacao/decreto6283.htm>.
- SCHWARTZMAN, Simon. (2006), "A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social". *Estudos Avançados*, 20 (56): 161-189. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10128>.
- SCHWARTZMAN, Simon & BALBACHEVSKY, Elizabeth. (2014), "Research and teaching in a diverse institutional environment: converging values and diverging practices in Brazil". In: AARREVAARA, Timo & FINKELSTEIN, Martin. *Teaching and research in contemporary higher education*. Dordrecht, Springer, pp. 221-235.
- SENKEVICS, Adriano S. & MELLO, Ursula M. (2019), "O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas?". *Cadernos de Pesquisa*, 49 (172), 184-208. <https://doi.org/10.1590/198053145980>.
- SETTON, M. da G. (1999), "A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 80 (196). <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.80i196.985>.
- USP. (1987-2023), *Anuários estatísticos*, <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>.

Resumo

Metamorfoses de uma universidade: os estudantes da USP entre 2000 e 2020

Com o final do regime autoritário e a expansão do ensino fundamental e médio nos anos 1990, cresceram as demandas por maior acesso ao ensino superior e por maior abertura das universidades públicas aos grupos historicamente menos representados. O artigo explora a forma como a

USP respondeu a essas demandas, discutindo a expansão de vagas, a adoção de ações afirmativas e de políticas de permanência. Em seguida, examinamos as mudanças na composição do corpo estudantil. Ao descrever essas transformações, nossa análise documenta os ganhos, as contradições e as assimetrias do processo recente de democratização dessa universidade.

Palavras-chave: Desigualdades educacionais; Ensino superior público; Democratização do ensino superior; Ações afirmativas; Universidade de São Paulo.

Abstract

Metamorphoses of a university: usp students between 2000 and 2020

Following the end of the authoritarian regime and the increase in elementary and secondary education in the 1990s, there was a rise in demands for broader access to higher education and for public universities to become more inclusive to historically underrepresented groups. This article explores how USP responded to them by discussing the expansion of recruitment and the adoption of affirmative actions and retention policies. Furthermore, we examine the changes in the composition of the student body. Our analysis highlights the gains, contradictions, and asymmetries that have emerged during this university's recent democratization process.

Keywords: Educational inequalities; Public higher education; Democratization of higher education; Affirmative actions; University of São Paulo.

Texto recebido em 21/02/2024 e aprovado em 27/02/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.220846.

ANA MARIA F. ALMEIDA é professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e Diretora Adjunta da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest-Unicamp). E-mail: aalmeida@unicamp.br.

GRAZIELA SERRONI PEROSA é professora titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, coordenadora do programa de pós-graduação em Estudos Culturais e pesquisadora principal do projeto Incasi2 Network. E-mail: gperosa@usp.br.

GUILHERME LAMANA é mestrando na área de Estado, Sociedade e Educação no programa de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). E-mail: guilacam@usp.br.

RAFAEL PIMENTEL MAIA é professor livre-docente do Departamento de Estatística da Universidade Estadual de Campinas e Coordenador de Pesquisa na Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest-Unicamp). E-mail: rpmaia@unicamp.br.



A construção da “USP forte”

Permanência e mudança no poder institucional da USP
(1934-2024)

Maria Carlotto*

<https://orcid.org/0000-0003-4383-9933>

Introdução

Um dos maiores riscos que se correm ao analisar a Universidade de São Paulo é permanecer refém das categorias e visões que emanam das posições de poder da instituição, controladas por seu polo dominante. Especialmente porque uma parte importante da sua historiografia está ligada justamente a essas posições, seja por meio de histórias, escritas diretamente por altos dirigentes (Americano, 1947; Mendes, 1977; Reale, 1986, 1994; Oliveira, 1995; Marcovitch, 2001; Rodas e Motoyama, 2001), seja por meio de projetos de reconstrução histórico-institucional patrocinados ativamente por essas posições (Campos, 1954; Kwaniscka, 1985; Oba, 2006; Motoyama, 2006). Essa tradição historiográfica compartilha a perspectiva metodológica memorialística, seduzida pela técnica da história oral, e a tentativa de estabelecer uma cronologia estabilizada dos “fatos” e “feitos”, apresentada como um processo bem-sucedido de construção institucional, em que a USP de hoje já parece encubada, como projeto, nas escolas profissionais tradicionais criadas no século XIX.

Na contramão dessa tradição ligada ao polo dominante da USP, estão os trabalhos que, em geral, concebem a USP como um projeto não realizado de uma universidade criada nos anos 1930 e integrada a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Escritas desde o campo da filosofia e da história da educação, essas recons-

* Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.

truções falam de um “projeto vencido” de universidade, denunciando, assim, seu lugar estruturalmente mais frágil (Antunha, 1971; Fétizon, 1986; Celeste Júnio, 2013). Compartilhando uma noção historiográfica que enfatiza o papel das “ideias de universidade” como a dimensão mais importante da história institucional, esses trabalhos também revelam esquemas e categorias que enquadram uma visão sobre a USP ligada a uma posição institucionalmente dominada.

O presente artigo procura escapar das armadilhas postas por essas duas tradições historiográficas reivindicando uma terceira tradição, que pode ser sintetizada na noção de “distância” como chave para o esforço de conceber a instituição como um espaço socialmente estruturado. Fazem parte desta tradição trabalhos muito distintos, mas que compartilham, em linhas gerais, a escolha de reconstruir a história institucional a partir da objetivação das posições determinantes da sua estrutura interna (Cardoso, 1982; Fernandes, 1975 e 1984; Hey e Catani, 2006; Limongi, 1988, 1989; Miceli, 1989; Pontes, 1998; Nadai, 1981).

Partindo desse enquadramento teórico, em trabalhos anteriores realizei um esforço de sistematizar a estrutura social da USP (Carlotto, 2018), mostrando como essa estrutura se traduz em padrões distintos de reconstrução da história institucional (Carlotto, 2022). Neste artigo, pretendo recuperar essa abordagem estrutural para analisar não as diferentes visões sobre o passado da instituição, mas a imposição de um projeto dominante sobre o seu futuro. Nesse sentido, proponho analisar a construção institucional da USP como um esforço do polo dominante da instituição – formado pelas escolas profissionais tradicionais que, inclusive, antecedem a própria universidade – no sentido de concentrar poder e criar condições para ir definindo uma política comum para diferentes âmbitos da universidade, enfraquecendo, consequentemente, os órgãos colegiados locais.

É à luz dessa proposta que proponho analisar a história de construção do poder central na USP – representado pela reitoria e seus órgãos subsidiários – assinalando como a construção dessa “USP forte” consolidou o poder das unidades profissionais-tradicionais que, hoje, mais do que nunca, dispõem de instrumentos de força para impor visões e concepções de universidade. A expressão “USP forte” foi retirada de uma das entrevistas realizadas nesta pesquisa, em que, analisando o impacto da criação das pró-reitorias na década de 1980, um dirigente explicita que o poder, na USP, passa pela capacidade de impor regras para o conjunto da universidade, especialmente para as suas unidades mais antigas, o que só começou a ser possível como consequência da reforma de 1968, internalizada pela USP no início dos anos 1970:

Você imagina que a USP é a reunião de Faculdade de Filosofia, da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina, da Veterinária, da Faculdade de Direito [...]. Todas escolas centenárias.

Então, a graduação da Faculdade de Medicina não tinha nada que ver com a USP, você não conseguiria jamais dar uma mesma forma. Enquanto a pós-graduação, por outro lado, já nasceu centralizada, com a reforma de 1972, quer dizer ela já surgiu com *a USP forte*.

Partindo dessa inspiração geral, o objetivo deste artigo é mostrar o que muda e o que permanece do ponto de vista da construção desse poder institucional, entre a fundação da USP em 1934 e a contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo é apresentar a “USP forte” como a construção do polo profissional tradicional no sentido de centralizar poder, o que, no entanto, como já sugere a citação acima, tem impacto profundo inclusive sobre a dinâmica desse mesmo polo. Vale notar que, dado que a USP enquanto universidade pressupõe, em alguma medida, a existência de políticas e orientações comuns a todas as suas unidades, é do longo processo de criação da própria universidade que estamos tratando neste texto.

Do ponto de vista das técnicas de pesquisa mobilizadas, este artigo baseia-se na pesquisa documental em atas e registros oficiais da USP, na análise de trajetória de todos os reitores da USP entre 1934 e 2024, e em entrevistas realizadas com dirigentes da USP entre 1988 e 2010¹. Do ponto de vista metodológico, a proposta é tratar a USP como um espaço socialmente estruturado por meio de uma análise sistemática de dados institucionais, em particular, o perfil do corpo docente, expresso em indicadores do *Anuário Estatístico da USP*, e o perfil socioeconômico dos ingressantes em diferentes cursos e unidades, a partir dos dados do Questionário Socioeconômico da Fuvest (Carlotto, 2014, 2018, 2022).

Do ponto de vista da sua estrutura, o presente artigo se propõe a analisar as mudanças na estrutura de poder da USP, atentando para o que muda e o que permanece. Para tanto, parte de uma caracterização geral dos reitores da universidade para, depois, analisar cronologicamente a história de desenvolvimento do poder institucional. Assim, na segunda parte, intitulada “A era das cátedras e congregações: reitores fortes, USP fraca”, apresenta-se o perfil dos reitores da USP do período e, ao mesmo tempo, a estrutura institucional da USP entre 1934 e os anos 1960. Na segunda parte, “Os

1. No que concerne às entrevistas, dada a proposta de realizar uma história estrutural sem nomes próprios (Carlotto, 2014; 2022), não identifiquei nominalmente os dirigentes da USP, identificando apenas os atributos sociais mais significativos para esta análise, em especial os que distinguem as suas trajetórias no interior da instituição. O universo de dirigentes é formado por: i) todos os reitores da USP que ocuparam o cargo de 1934 a 2014; ii) todos os diretores administrativos, que ocuparam a direção da Codage, depois Vrea, de 1973 a 2014; e iii) todos os pró-reitores que assumiram esse cargo de 1988 a 2014. Desse universo, que reúne ao todo 75 dirigentes, procurei entrevistar todos os reitores, pró-reitores e diretores administrativos que assumiram cargos a partir de 1968, o que, na prática, acabou se viabilizando apenas para os que assumiram cargos no âmbito central a partir de 1986. Ao todo foram realizadas 23 entrevistas.

anos de chumbo: a grande batalha pela reforma universitária e a USP que emerge da ditadura”, o foco recai sobre a disputa em torno da reforma universitária, que seria internalizada pela USP nos anos 1970. A terceira parte, chamada “A redemocratização e a consolidação da perspectiva gerencial: a USP forte”, analisa a transformação da USP na redemocratização, quando a universidade ganha os pilares da sua estrutura atual, especialmente considerando a centralização do ingresso e da produção de dados.

USP entre a permanência e a mudança

O presente artigo parte do reconhecimento de que a estrutura que vertebra a USP opõe, em síntese, as unidades profissionais-tradicionais, especialmente aquelas ligadas aos cursos de medicina, engenharia e direito – que se caracterizam por um poder temporal muito forte, em função dos seus laços com o poder econômico e político e que, por isso mesmo, recrutam seus alunos e professores entre camadas sociais mais elevadas –, às unidades acadêmico-científicas, em especial as que resultaram de um desdobramento da antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que se caracterizam, no geral, por uma abertura maior a setores sociais de menor capital econômico, político e cultural, porém, mais reconhecimento acadêmico-científico (Carlotto, 2014, 2018).

Essa estrutura se traduz, como não poderia deixar de ser, na estrutura de poder da universidade. Nesse sentido, ao analisar o quadro de reitores ao longo dos noventa anos de história da USP (1934-2024), o que salta aos olhos é, justamente, a permanência de um padrão que resulta da primazia do polo dominante da instituição, formado pelas suas unidades voltadas à formação profissional tradicional, com destaque para as escolas de direito, medicina e engenharia, em primeiro plano, economia, farmácia, odontologia e agronomia, em segundo.

TABELA 1
Reitores da USP segundo período no cargo, faculdade de origem e curso de formação

REITORES DA USP (1934-2026*)			
Dirigente	Período no Cargo	Unidade de Origem	Formação na Graduação
Reinaldo Porchat	1934-1937	Faculdade de Direito	Direito
Lúcio Martins Rodrigues	1938-1939	Escola Politécnica	Engenharia
Domingos Rubião Meira	1939-1941	Faculdade de Medicina	Medicina
Jorge Americano	1941-1946	Faculdade de Direito	Direito
Antônio de Almeida Prado	1946-1947	Faculdade de Medicina	Medicina
Benedito Montenegro	1947	Faculdade de Medicina	Medicina

Dirigente	Período no Cargo	Unidade de Origem	Formação na Graduação
Lineu Prestes	1947-1949	Faculdade de Odontologia	Farmácia; Direito
Miguel Reale	1949-1950	Faculdade de Direito	Direito
Luciano Gualberto	1950-1951	Faculdade de Medicina	Medicina
Ernesto Moraes Leme	1951-1953	Faculdade de Direito	Direito
José de Mello Moraes	1954-1955	Esalq	Agronomia
Álpio Correia Neto	1955-1957	Faculdade de Medicina	Medicina
Gabriel de Teixeira de Carvalho	1957-1960	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia	Medicina veterinária
Antonio Barros de Ulhôa Cintra	1960-1963	Faculdade de Medicina	Medicina
Luiz Antonio Gama e Silva	1963-1967	Faculdade de Direito	Direito
Mario Guimarães Ferri	1967-1968	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Botânica
Hélio Lourenço de Oliveira	1968-1969	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	Medicina
Alfredo Buzaid	1969	Faculdade de Direito	Direito
Miguel Reale	1970-1973	Faculdade de Direito	Direito
Orlando Marques Paiva	1973-1979	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia	Medicina veterinária
Waldir Muniz Oliva	1978-1982	Instituto de Matemática e Estatística	Engenharia
Antônio Hélio Guerra Vieira	1983-1986	Escola Politécnica	Engenharia
José Goldemberg	1986-1990	Escola Politécnica/Instituto de Física	Física
Roberto Leal Lobo e Silva	1990-1993	Instituto de Física de São Carlos	Engenharia
Ruy Laurenti	1993	Faculdade de Saúde Pública	Medicina
Flávio Fava de Moraes	1993-1997	Instituto de Ciências Biológicas	Odontologia
Jacques Marcovitch	1997-2001	Faculdade de Economia e Administração	Administração
Adolpho José Melfi	2001-2005	Esalq	Geologia
Suely Vilela Sampaio	2005-2009	Faculdade de Ciências Farmacêutica de Ribeirão	Farmácia
João Grandino Rodas	2010-2014	Faculdade de Direito	Direito
Marco Antonio Zago	2014-2018	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	Medicina
Vahan Agopyan	2018-2022	Escola Politécnica	Engenharia
Carlos Gilberto Carloti Jr.	2022-2026	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	Medicina

Fonte: Motoyama, 2006 para dados até 2005. Levantamento próprio para anos seguintes. Elaboração própria.

Além do caráter hegemonicamente masculino, em parte esperado², o que a Tabela 1 revela é o fato de que praticamente todos os reitores da USP vieram do polo profissional tradicional da universidade, seja quando olhamos para o curso de formação, seja para a unidade de origem. As exceções – ou seja, reitores que nem se formaram nem vieram do polo profissional tradicional – merecem destaque porque não deixam de confirmar a regra, são elas:

- Mário Guimarães Ferri: botânico oriundo da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, enquanto vice-reitor, só se tornou reitor por um curto período, por ocasião do afastamento de Antônio Gama e Silva para assumir o Ministério da Justiça do governo Costa e Silva. Ferri não terminou o mandato, sendo substituído por Hélio Lourenço de Oliveira, um médico.
- José Goldemberg: físico que se tornou o primeiro diretor do Instituto de Física porque era, justamente, o titular da cadeira de Física da Escola Politécnica na Reforma Universitária de 1968. Vale notar que, na entrevista concedida a esta pesquisa, ele ressaltou que a sua origem institucional na USP era, na verdade, a "Poli".

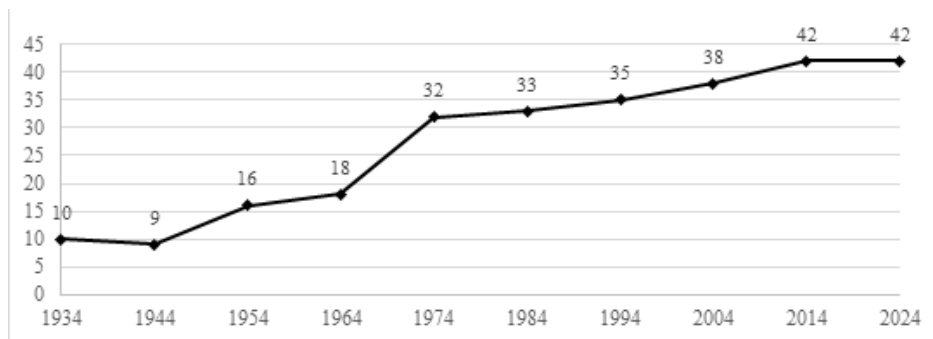
A hegemonia do poder institucional da USP pelo polo profissional tradicional da universidade se dá a despeito das mudanças nos critérios de escolha dos reitores, que se traduz nas diferentes trajetórias dos mais altos dirigentes. Dessa perspectiva, é possível separar a história institucional da USP em três grandes fases que marcam uma progressiva consolidação, de um lado, da autonomia da instituição e, de outro, da sua capacidade executiva central, por meio do fortalecimento da reitoria e órgãos subsidiários. Esses dois processos, profundamente correlacionados, concorrem para consolidar o que estamos chamando de "USP forte", num processo que vai da era das cátedras e fundações (1934-1964), passando pela ditadura militar e a intensificação dos conflitos em torno da reforma universitária (1964-1986), até chegar ao contexto atual, que vai da redemocratização até hoje (1986-2024), que consolidou um padrão institucional de funcionamento marcado pela força do executivo central, ou seja, da reitoria e, ao mesmo tempo, pelas disputas políticas internas cada vez mais autonomizadas, ainda calcadas no poder das unidades profissionais.

Antes de avançar para a análise dessas três fases, é importante frisar que o processo de consolidação do poder institucional da USP é acompanhado por um processo

2. Cabe não naturalizar a ausência de mulheres nas estruturas de poder das instituições universitárias. Em parte, isso é esperado porque as mulheres foram, por muito tempo, minoria no ensino superior brasileiro e especialmente nas unidades mais poderosas da instituição. Por outro lado, a ausência de mulheres em posições de poder é um fenômeno que deve ser compreendido em si mesmo e não como reflexo "natural" da menor presença na universidade como um todo.

GRÁFICO 1

Evolução do número de unidades de ensino e pesquisa da USP



Fonte: *Anuário estatístico da USP*. Elaboração própria.

linear, embora não constante, de crescimento da universidade, o que pode ser observado por alguns indicadores básicos tais como número de unidades, número de estudantes de graduação e pós-graduação e número de docentes.

Do ponto de vista do número de unidades de ensino e pesquisa, o Gráfico 1 mostra a evolução entre 1934 e 2024, período em que a USP passou de 10 para 42 unidades, sendo a maior expansão observada a partir da Reforma Universitária de 1968, que fragmentou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em diferentes unidades.

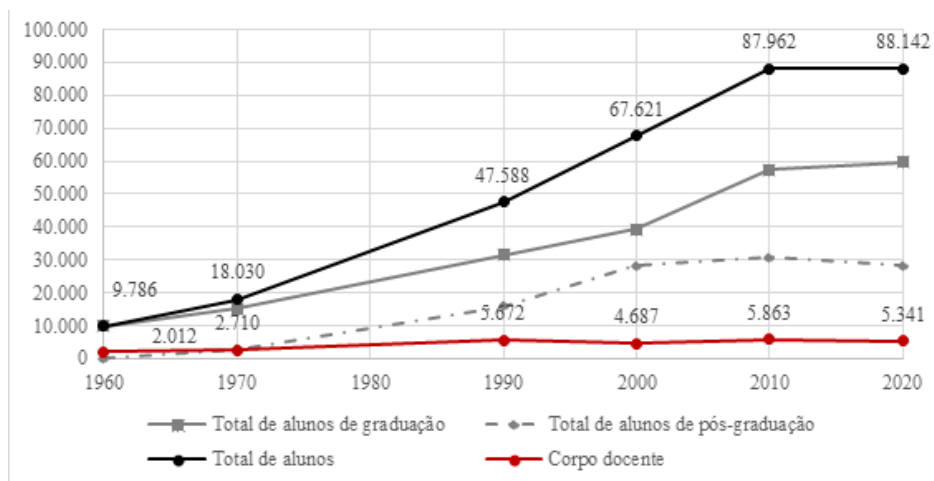
O aumento do número de unidades foi acompanhado pela expansão do alunado, de graduação e pós-graduação, conforme o Gráfico 2, que apresenta, ainda, a evolução do número de docentes.

É relevante salientar, em relação a esses dados, que a sua existência é profundamente dependente da própria constituição da “USP forte”. Nesse sentido, praticamente inexistem dados estatísticos sistematizados sobre a USP no período anterior a 1987, quando se organiza o *Anuário estatístico*, até hoje responsável por sistematizar e padronizar essas informações³. Além disso, cabe notar que esse processo de expansão

3. Para o número de alunos, os dados realmente confiáveis são os consolidados a partir de 1989, quando o processo de coleta e processamento dessas informações pelo anuário se tornou mais sistematizado. Para a década de 1960, os únicos dados estatísticos disponíveis são, primeiro, os fornecidos por Heládio Antunha, que, depois de criticar a universidade por não possuir um serviço de estatística centralizado, afirma ter conseguido, junto à Divisão de Difusão Cultural da Reitoria, alguns dados “não inteiramente satisfatórios” (1971, p. 5) e, segundo, as Estatísticas Educacionais do MEC publicadas em 1972 e 1974 pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura e que sintetizam algumas informações gerais sobre a USP entre 1960 e 1971 (MEC, 1972, p. 107). É importante frisar que, ao longo da pesquisa, procurei ter acesso a esses dados de diversas maneiras, como a consulta a bibliotecas de unidades, ao arquivo da USP e ao *Anuário estatístico* da universidade. Esse último órgão, vale notar, também se engajou, sem sucesso, na busca por essas informações estatísticas referentes aos anos 1960, 1970 e, em certa medida, 1980. A pesquisa mostrou, por fim, que os únicos dados estatísticos anteriores a 1980 e produzidos oficialmente pela USP são uma primeira série de anuários estatísticos produzida de 1934 a 1941, disponível na *Biblio-*

GRÁFICO 2

*Evolução do alunado e do corpo docente da USP (1960-2020)**



Fonte: *Anuário estatístico da USP*. Elaboração própria.

e consolidação da USP que será analisado neste artigo vem acompanhado de um fortalecimento do orçamento da universidade, que tem seus marcos, como veremos, no avanço dos projetos de autonomia universitária, conquistado sobretudo nos contextos de consolidação democrática. Mas antes de entender esse sentido geral é fundamental analisar, em profundidade, os três grandes momentos de consolidação da USP: a era das cátedras e congregações (1934-1964), a grande batalha pela reforma universitária (1964-1985) e a redemocratização e a consolidação de uma burocracia centralizada (1986-2024).

A era das cátedras e congregações: reitores fortes, USP fraca

A primeira grande fase de funcionamento do poder institucional da USP corresponde às três décadas iniciais da instituição, indo da fundação da USP em 1934 ao início da ditadura militar, em 1964. Essa fase pode ser descrita como a “era das cátedras e congregações”, quando o reitor da USP, sempre um catedrático com carreira na política estadual ou nacional, era um personagem politicamente forte, mas, ao mesmo tempo, sem instrumentos internos para afirmar institucionalmente o seu poder. Essa fragilidade institucional do reitor e da reitoria se dava, sobretudo, pela força dos seus pares, outros professores catedráticos, e das congregações de unidade, chamadas então “institutos universitários”.

teca Digital de Obras Raras do Sibi-USP (<http://www.obrasraras.usp.br>, consultado em 21/04/2014). Mas essa série não traz, evidentemente, dados sobre as décadas de 1960 e 1970.

A USP foi criada, oficialmente, por um decreto federal de 25 de janeiro de 1934 (USP, 1934a). Logo depois, o então presidente Getúlio Vargas e o seu ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, seguindo atribuição do Estatuto das Universidades de 1931, aprovaram e publicaram os estatutos da Universidade de São Paulo (USP, 1934b). Portanto, a USP foi originalmente regida pelo Decreto de Fundação (USP, 1934a) e pelos Estatutos do mesmo ano (USP, 1934b).

Posteriormente, no bojo do processo de transição política entre o Estado Novo e a Democracia de 1946, a USP ganhou maior autonomia e passou a se reger pelo Decreto de 29 de fevereiro de 1944, que, apesar de assinado pelo Interventor do Estado de São Paulo e dispor sobre “subordinação da Universidade de São Paulo à Interventoria Federal”, transforma a universidade, pela primeira vez, em “autarquia estadual”. Assim, ainda que “sob a tutela administrativa do Governo do Estado e sob o controle econômico-financeiro da Secretaria da Fazenda, no que diga respeito à tomada de contas e inspeção da contabilidade”, esse decreto concedeu mais autonomia à USP ao passar “para a alçada do Reitor a prática de todos os atos administrativos da Universidade, que antes eram da competência do Secretário de Estado, ou do Diretor Geral da Secretaria da Educação e Saúde Pública” (USP, 1944, artigo 2º, parágrafo 1º, n.p.).

Tanto sob a vigência dos Decretos de 1934 quanto do Decreto de 1944, a escolha do reitor da USP se dava exatamente da mesma maneira: sua nomeação era atribuição do governador do Estado de São Paulo, que o escolhia livremente “entre brasileiros natos, professores catedráticos de qualquer dos institutos universitários” (USP, 1934b, n.p.). Na prática, isso significava que o governador poderia escolher para reitor da USP, por três anos à época, qualquer dos professores catedráticos da instituição. Além de conferir enorme poder ao governador, essa prerrogativa se traduzia em reitores politicamente fortes, porque alinhados com a autoridade máxima do estado, mas institucionalmente fracos, seja porque não estavam necessariamente legitimados pelo consentimento ou apoio explícito de seus pares, seja porque não dispunham, ainda, de estrutura de governo capaz de viabilizar seu poder institucional enquanto USP.

Do ponto de vista da trajetória política dos reitores desse período, o que merece destaque, além de todos serem do polo profissional tradicional, oriundos sobretudo das três grandes escolas que já existiam antes da criação da USP – a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica –, é o fato de que todos tinham forte trajetória política fora da USP, alguns mesmo como políticos profissionais, conforme indicado a seguir.

- Reinaldo Porchat (1934-1937): catedrático da Faculdade de Direito, foi membro fundador do Partido Democrático e senador estadual de São Paulo no início dos

anos 1920. Escrevia regularmente para o periódico *A República*, tendo sido, também, delegado de polícia, juiz eleitoral, membro do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e membro da Academia Paulista de Letras.

- Lúcio Martins Rodrigues (1937-1939): catedrático da Escola Politécnica, integrou a primeira comissão que estudou a possibilidade de implementação de uma universidade em São Paulo, ainda em 1931. Foi chefe da comissão de obras da prefeitura de São Paulo, além de ter dirigido obras estaduais importantes como a estrada de Ferro Central e o Porto de Santos.
- Domingos Rubião Meira (1939-1941): catedrático da Faculdade de Medicina, foi formado pela Escola Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, onde também estudou Adhemar de Barros, que, enquanto interventor em São Paulo entre 1938 e 1941, indicou seu colega de faculdade e correligionário ao cargo de reitor da USP. Rubião Meira era, ainda, irmão de João Alves de Meira Júnior, deputado federal por São Paulo por duas legislaturas (1924 a 1926; 1935 a 1937) e membro fundador do Partido Social Progressista (PSP) em 1946, junto, de novo, com Adhemar de Barros.
- Jorge Americano (1941-1946): catedrático da Faculdade de Direito, foi promotor de justiça de São Paulo, chegando ao cargo de Procurador-Geral da Justiça em 1930. Deputado estadual entre 1927 e 1928 pelo Partido Republicano Paulista (PRP), foi eleito deputado constituinte em 1933. De 1946 a 1945, enquanto era reitor da USP, elegeu-se presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, atual Ordem dos Advogados, saindo para assumir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Sua carreira ao mesmo tempo política, jurídica e acadêmica o levou à direção de outras instituições, como a presidência da Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, da União Cultural Brasil-Estados Unidos e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, além de ter sido diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie por uma década, de 1954 a 1964
- Antônio de Almeida Prado (1946-1947): catedrático da Faculdade de Medicina por convite de Arnaldo Vieira de Carvalho quando da fundação da Faculdade no início do século XX. Presidiu a Academia Brasileira de Medicina entre 1930 e 1931, período em que foi Diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, antes de assumir a Secretaria de Educação de São Paulo por indicação do então interventor Laudo de Carvalho. Foi enquanto Secretário de Educação que nomeou, em 1931, a primeira Comissão para estudar o projeto de uma universidade em São Paulo.
- Benedito Montenegro (1947): catedrático da Faculdade de Medicina, foi secretário da Educação e da Saúde Pública de São Paulo em 1931, durante o período de intervenção. Foi eleito deputado estadual em 1935, pelo Partido Constitucio-

nalista. Promulgou a Constituição de São Paulo em 1935, como presidente em exercício da Assembleia Constituinte. Foi sócio fundador da “União Cultural Brasil – Estados Unidos”.

- Lineu Prestes (1947-1949): catedrático da Faculdade de Odontologia, foi secretário da Fazenda do estado de SP na gestão Adhemar de Barros. Saiu para concorrer à prefeitura da cidade de São Paulo, tendo sido eleito prefeito em 1950 como representante do ademarismo. Pelo PSP de Adhemar de Barros, concorreu à eleição ao Senado por SP e foi eleito senador suplente. Assumiu o cargo de senador em 1957, permanecendo até sua morte, em 1958.
- Miguel Reale (1949-1950): catedrático da Faculdade de Direito, ingressou na vida política na chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”, quando integrou o batalhão universitário Ibrahim Nobre. Ainda na década de 1930, aproximou-se do integralismo, tendo sido, ao lado de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, um dos três nomes mais importantes da Ação Integralista Brasileira. Entre 1942 e 1946, quando o interventor era o getulista Fernando de Souza Costa, foi membro do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo. Em 1947, sob a gestão de Adhemar de Barros, foi nomeado Secretário de Justiça do Estado, saindo para assumir, pela primeira vez e por decisão do governador, a reitoria da USP.
- Luciano Gualberto (1950-1951): catedrático da Faculdade de Medicina, foi, nos anos 1920, vereador por três mandados consecutivos, vice-prefeito de São Paulo e deputado estadual originalmente pelo PRP e, depois, cada vez mais próximo do ademarismo. Foi nomeado reitor do governo Adhemar de Barros. Saiu da reitoria para se tornar secretário de saúde no governo de Lucas Nogueira Garcez.
- Ernesto Moraes Leme (1951-1953): catedrático da Faculdade de Direito, entrou na política em 1932, tendo lutado na chamada “Revolução de 1932”. Foi eleito para a Assembleia Constituinte e Legislativa de São Paulo em 1935 pelo Partido Constitucionalista. Em 1945, entrou para a UDN. Em 1951, foi nomeado reitor da USP por decisão de Lucas Nogueira Garcez (PSP de Adhemar de Barros). Depois de reitor, tornou-se embaixador do Brasil na ONU, chegando até mesmo a presidir o Conselho de Segurança da ONU. Entre 1964 e 1965 tornou-se Secretário de Justiça de SP.
- José de Mello Moraes (1954-1955): catedrático da Escola de Engenharia Luiz de Queiroz (Esalq), foi secretário de agricultura, Indústria e Comércio de SP de Lucas Nogueira Garcez (PSP), cargo que deixou para assumir a reitoria da USP.
- Alípio Correia Neto (1955-1957): catedrático da Faculdade de Medicina, foi fundador e presidente da Associação Paulista de Medicina e da Associação Brasileira de Medicina. Foi expedicionário da FEB, atuando como médico cirurgião na Segunda Guerra Mundial e tornando-se major do exército. A experiência vinha,

em certa medida, da Revolução de 1932. Foi deputado estadual por dois mandatos, nas legislaturas de 1951-1955 e 1955-1959, pelo PSB, deixando o mandato para assumir a reitoria da USP. Ele foi, ainda, Secretário da Educação, e Secretário Municipal de Higiene.

- Gabriel Sylvestre de Teixeira de Carvalho (1957-1959): catedrático da Faculdade de Medicina Veterinária, foi presidente do Conselho Estadual de Educação.
- Antonio Barros de Ulhôa Cintra (1960-1963): catedrático da Faculdade de Medicina, oriundo de família tradicional de São Paulo, era médico formado pela Faculdade de Medicina e foi um dos primeiros contemplados com bolsa da Fundação Rockefeller, o que o levou a construir uma carreira mais voltada à pesquisa do que à clínica médica. Foi conselheiro da Fapesp e Secretário da Educação depois de deixar a reitoria da USP. Apesar de as redes políticas ligadas à sua origem social serem decisivas para que chegasse à reitoria, sua trajetória indica que havia uma mudança em curso ligada ao robustecimento de trajetórias fortes também na estrutura interna de poder da USP.

A força dos reitores da USP no cenário político paulista contrasta com a fragilidade institucional do poder central da universidade. O decreto de fundação da USP previa, no nível central, a existência de três órgãos: i) *Reitoria* que, nesse primeiro momento, contava com apenas duas subseções: a contabilidade e a secretaria, essa última coordenada por um secretário particular da confiança do reitor (USP, 1934b, p. 14-15), atestando sua frágil institucionalização neste momento; ii) o *Conselho Universitário*, expressão de um poder mais colegiado, que reunia todos os diretores de unidade e alguns representantes da comunidade externa, subdividindo-se, por sua vez, em três comissões: ensino e regimentos; legislação e recursos; e orçamento e regência patrimonial (USP, 1934b, p. 17); e, por fim, iii) a *Assembleia Universitária*, composta por todos os professores catedráticos da universidade, reunindo-se pelo menos uma vez por ano para “tomar conhecimento, por exposição do reitor, das principais ocorrências da vida universitária e dos progressos e aperfeiçoamentos realizados nos institutos universitários”, bem como para “assistir à entrega dos títulos honoríficos” (USP, 1934b, p. 18). Além dessa reunião anual de caráter solene, a Assembleia poderia ser convocada a qualquer momento, por proposta do Conselho Universitário, para opinar “sobre alienação de bens imóveis da Universidade e sobre greves universitárias gerais” (USP, 1934b, p. 18).

A Assembleia Universitária, apesar de reunir apenas os professores catedráticos, era a maior expressão, no nível central, do poder colegiado da universidade e seria extinta como consequência do fortalecimento do poder executivo central durante a ditadura militar. Seu nome será reivindicado pelo movimento sindical docente

como forma de nomear a instância principal de deliberação dos docentes, a assembleia geral, que reúne, virtualmente, todos os docentes da universidade. O Conselho Universitário, por sua vez, reunia os diretores de unidade e seria, idealmente, um contraponto ao poder executivo central, contraponto este que, com o tempo, será contrabalanceado pelo peso da reitoria na escolha dos dirigentes de unidade.

A primeira reforma na estrutura de poder da USP ocorreu dez anos depois da fundação, em fevereiro de 1944, quando o decreto-lei n. 13.855 transformou a universidade em autarquia estadual, numa vitória dos defensores da autonomia universitária. Essa mudança estatutária, que vinha no bojo do processo de democratização social no contexto da dissolução progressiva do Estado Novo, fez com que, de um lado, a universidade se tornasse relativamente mais autônoma em relação à vida política nacional e estadual e, de outro, que o poder executivo central se fortalecesse. Isso se deu sobretudo porque a reitoria passou a concentrar “todos os atos administrativos da Universidade, Institutos Universitários e respectivas dependências que antes eram processados pela Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública” (São Paulo, 1944, p. 1), marcando uma tendência crescente de centralização de poder no seu interior.

Nesse sentido, como resultado dessa mudança, foi aprovada, pelo Conselho Universitário, em julho de 1944, a criação de um órgão voltado especificamente para a administração central da universidade (USP, 1945, p. 8): o *Departamento Administrativo*. Vale notar que, embora fosse originalmente vinculado ao Conselho Universitário, esse departamento foi transferido para a reitoria durante a primeira gestão de Miguel Reale (1949-1950), na reforma do Regimento Interno de 1949, realizada sob influência direta do Departamento Administrativo do Serviço Público, o Dasp, ligado ao governo federal (USP, 1950, p. 5). Em um estudo sobre a administração da USP realizado em 1951 pelo Instituto de Administração do Estado de São Paulo, consta que o Departamento de Administração tinha “por finalidade, como órgão centralizador de administração, a coordenação, a execução e a fiscalização de todas as atividades administrativas da reitoria” (Instituto de Administração, 1951, p. 7).

Assim, por consequência da reforma de 1949, as duas subseções originais da reitoria – a contabilidade e a secretaria particular do reitor – transformaram-se em oito subseções: i) a Comissão de Pesquisa Científica; ii) o Gabinete do Reitor; iii) a Secretaria Geral; iv) a Consultoria Jurídica; v) o Departamento Administrativo; vi) o Departamento de Ação Cultural; vii) a Comissão de Compras; e viii) a Tesouraria Central.

A reforma promovida por Miguel Reale em 1949-1950, sob influência direta do Dasp, foi, portanto, a primeira a ampliar consideravelmente o número de órgãos e comissões centrais, dando maior fundamento institucional à reitoria. Ainda assim, pelo menos do ponto de vista da política acadêmica, o alcance dessas instâncias ainda

era restrito, de modo que praticamente não havia coordenação, no nível central, das atividades de ensino, pesquisa e extensão das diferentes unidades.

Nesse sentido, podemos dizer que, nas duas primeiras décadas de existência da USP, o *locus* privilegiado de poder na universidade eram as suas unidades, isto é, as Faculdades e Escolas, algumas delas – em geral as mais poderosas – anteriores à fundação da própria universidade. Nas unidades, o poder estava concentrado nas congregações, órgão colegiado que reunia seus professores catedráticos, estes últimos portadores de enorme poder. Isso porque, na inexistência de departamentos, as cátedras permitiam o controle, vitalício e discricionário, dos professores catedráticos sobre uma enorme estrutura que incluía cargos, verbas e instalações físicas e sobre decisões de caráter científico, pedagógico e administrativo.

Em suma, esse foi o período em que a USP se caracterizava por uma profunda descentralização de poder, em que reitores politicamente fortes atuavam em uma USP institucionalmente fraca. Nesse contexto, professores catedráticos gozavam de enorme poder e autonomia, e as congregações, órgãos colegiados que reuniam todos os catedráticos de uma mesma unidade, eram a verdadeira instância decisória.

Os anos de chumbo: a grande batalha pela reforma universitária e a USP que emerge da ditadura

A historiografia contemporânea sobre a instituição universitária reconhece que uma das transformações mais importantes que atingiram as universidades do século XX foi a emergência de um conhecimento específico sobre “gestão universitária”, que transformou profundamente o exercício do poder institucional até então definido pelo princípio da colegialidade, da própria dinâmica da profissão acadêmica e ancorada na autonomia individual (Charle e Soulié, 2007; Musselin, 2005; Rothblat e Wittrock, 1993; Strathern, 2000).

Para analisar a história da mobilização do conhecimento em gestão no campo do ensino superior brasileiro e dimensionar o seu impacto, é preciso considerar que, no final da década de 1950, o governo brasileiro assinava mais um acordo bilateral com os Estados Unidos para garantir a extensão da assistência técnica à expansão dos cursos de administração no Brasil (Fischer, 1984; Oliveira, 1990). Iniciava-se, assim, no país uma intensa disputa pela definição de um projeto de reforma do ensino superior, que acabou por opor os dois polos da universidade brasileira: o acadêmico-científico, relativamente mais autônomo, e o profissional tradicional, marcadamente mais heterônomo.

A reivindicação por uma reforma profunda das universidades brasileiras foi inicialmente protagonizada pelas áreas científicas das universidades, em geral con-

centradas nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que, existentes em todas as universidades do país, queriam mudanças na estrutura acadêmica e política da universidade. De fato, como apontam as análises de Florestan Fernandes (1975 e 1984), Luiz Antônio Cunha (2007b e 2007c), Heládio Antunha (1971), Beatriz Fétizon (1986), Macioniro Celeste Filho (2013) e Rodrigo Patto Sá Motta (2014), a ideia de que a universidade brasileira precisava passar por uma reforma profunda foi sendo gestada no interior das próprias universidades, ao longo da década de 1950.

As raízes da insatisfação com a organização da universidade residiam em grande medida na fragilidade da carreira de docência e pesquisa, tal como desenhada pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, que regulamentou a organização universitária no país em 1931. Em síntese, esse marco legal incorporou, às universidades criadas a partir da década de 1930, o regime de cátedras vitalícias vigente nas faculdades profissionais pré-universitárias, pelo qual a cada disciplina curricular deveria corresponder um, e somente um, professor catedrático, integralmente responsável pela organização do trabalho e pela contratação docente naquela área do conhecimento. O estatuto de 1931 – assim como a Constituição de 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 que ratificaram os aspectos centrais do Estatuto de 1931 –, apesar de afirmar o caráter vitalício da cátedra, instituiu a obrigatoriedade de concurso de prova e títulos para o provimento desse cargo, a despeito das pressões em contrário por parte de setores da universidade.

Pela lógica de funcionamento do regime, que conferia muita autonomia ao catedrático, o concurso público só se tornou regra⁴ para o grau mais alto da carreira docente, representado justamente pela cátedra. Nos outros níveis da carreira, vigorava a livre vontade do catedrático, o que tornava a carreira docente praticamente uma ficção, conforme explica Celeste Filho:

O Estatuto das Universidades Brasileiras, ao manter a cátedra, acarreta um adiamento da criação de uma carreira docente para o magistério superior. Os diversos auxiliares do catedrático, quer sejam chefes de clínica, chefes de laboratórios, assistentes ou auxiliares de ensino, deveriam ser de confiança do respectivo catedrático. Eram por ele escolhidos, e sua permanência no cargo, dele quase sempre dependia. A ascensão na carreira dos assistentes e auxiliares estava calcada na vontade do catedrático, em decisões tendenciosas e às vezes eivadas de autoritarismo (Celeste Filho, 2013, p. 16).

4. Segundo Maria de Lourdes Albuquerque Fávero, o Estatuto de 1931 previa uma exceção à realização do concurso público: um professor poderia ser nomeado catedrático caso provasse ter “realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor” (2001, p. 225).

Além disso, o regime de cátedras representava um empecilho ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, que pressupunham não só o aumento do corpo de docentes-pesquisadores e a diversificação mais ágil das disciplinas oferecidas, como uma alteração da dinâmica de decisão interna às faculdades, tendo em vista o compartilhamento das decisões sobre a distribuição de recursos e prioridades didáticas e de pesquisa. Como é possível supor, essa fragilidade da docência e da pesquisa sob o regime de cátedras era percebida com mais intensidade nas unidades em que a atividade científica e a cultura acadêmica haviam conseguido se consolidar minimamente, o que significa, em suma, professores que tinham na universidade a sua primeira opção de carreira, pretendendo atingir, portanto, o chamado "tempo integral", na USP denominado de Regime de Dedicção Exclusiva à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

Nesse sentido, ao comparar o percentual de docentes em tempo integral nas diferentes unidades da USP em 1969, Heladio Antunha observa que as unidades profissionais como as Faculdades de Direito e de Arquitetura e Urbanismo eram as que tinham um percentual mais baixo de professores em dedicação exclusiva, justamente em função "da situação privilegiada de certas classes de profissionais para os quais – mercê da alta remuneração que podem receber extramuros – não há interesse em se dedicar inteiramente à Universidade" (1971, p. 167). No outro extremo, o alto percentual de professores em tempo integral era típico, segundo ele, "das escolas e daqueles domínios do saber cujos professores têm em geral menores possibilidades de exercício profissional altamente remunerado fora da universidade, ou então daquelas áreas do conhecimento em que há uma especial motivação para as atividades de pesquisa" (1971, p. 168).

No caso da USP, justamente, esses dois perfis de alto percentual de professores em dedicação exclusiva correspondiam a dois espaços acadêmicos distintos. De um lado, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que, além de concentrar os cursos científicos e pedagógicos da universidade, sofrera diretamente o impacto das missões europeias na consolidação de um padrão relativamente autônomo de pesquisa, que incluía a dedicação exclusiva à docência e à pesquisa. De outro, estavam as áreas básicas da Faculdade de Medicina e das Faculdades de Saúde Pública de São Paulo e de Medicina de Ribeirão Preto, que foram espaços institucionalmente moldados pela Fundação Rockefeller, que procurou instituir uma cultura de pesquisa na área médica da USP, com a expansão do tempo integral, o incentivo à formação de pesquisadores e a promoção da dedicação exclusiva à pesquisa (Marinho, 2001). Não por acaso, portanto, serão essas duas unidades que vão protagonizar, na USP⁵, as tentativas de

5. Essa história será retomada em detalhe na próxima seção. Por ora, cabe notar que a Faculdade de Medicina de São Paulo contou com o apoio da Fundação Rockefeller sobretudo nas áreas básicas, o que

eliminação do regime de cátedras e de criação dos departamentos universitários na década de 1960 (Antunha, 1971; Celeste Filho, 2013; Fernandes, 1975 e 1984).

Nesse sentido, se é verdade que aspectos centrais da reforma universitária realizada pelos militares em 1968 vinham sendo formulados e testados no interior das próprias universidades desde a segunda metade da década de 1950, é preciso abandonar a ideia geral de que a universidade constitui um bloco monolítico, o que implica trazer para o primeiro plano as disputas que se desdobraram em seu interior, por diferentes propostas de reforma universitária, em geral conectadas a diferentes posições na estrutura universitária.

A tensão estrutural da universidade brasileira se torna mais intensa a partir dos anos 1950, quando a instituição passa a sofrer mudanças, também estruturais, ligadas à expansão do corpo docente e discente das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Antunha, 1971; Fernandes, 1975; Fétizon, 1986). Segundo dados do MEC, as FFCLs seguiram um ritmo acelerado de crescimento desde a segunda metade dos anos 1950, de modo que se tornariam, já em 1964, as principais responsáveis pelas matrículas de ensino superior no país, atingindo o patamar de 100 mil alunos matriculados no primeiro semestre de 1969. Em termos proporcionais, isso representava quase um terço do alunado de ensino superior do país naquele ano, um percentual muito superior ao de outras unidades profissionais como as Faculdades de Direito, de Medicina, de Engenharia e de Economia e Administração, que, em 1969, respondiam, respectivamente, por 17,7%, 8,0%, 7,6% e 8,9% das matrículas de ensino superior (MEC, 1972, p. 98). Além disso, os dados mostram que a expansão das Faculdades de Filosofia contemplava especialmente o público feminino, o que tinha consequências importantes para a composição do professorado. Assim, se em 1960 as mulheres já representavam 63% dos alunos de Filosofia, Ciências e Letras do país, em 1971, o percentual de mulheres matriculadas nessas instituições chegou a representar 71% do alunado, sendo considerável a diferença em relação aos demais cursos profissionais como direito, com 25% de mulheres em 1971, medicina com 24%, administração e economia com 15%, e engenharia com apenas 3% (MEC, 1972).

Na USP, os dados estatísticos para o período são frágeis, refletindo a própria fragilidade institucional que marca o período inicial da instituição, mas as informações

gerou uma unidade cindida entre as áreas predominantemente clínicas e as áreas predominantemente científicas. Consequentemente, essa unidade viveu, ao longo dos anos 1960 e particularmente depois de 1964, um violento conflito interno ligado, justamente, às disputas pela modernização da universidade entre um polo “científico” (voltado à formação para a pesquisa) e um polo “profissional” (voltado à formação do médico exclusivamente). Esse conflito resultou na demissão e na aposentadoria de uma significativa parcela dos docentes, especialmente nas áreas básicas (Adusp, 2004), e está na raiz da criação do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), a partir da reforma universitária aprovada na USP em 1969.

parciais disponíveis sugerem que o quadro não variava muito disso, com a FFCL reunindo, em 1969, 40% do alunado de toda a USP, com um perfil marcadamente mais feminino e oriundos de setores sociais menos favorecidos (Antunha, 1971; Fétizon, 1986). Essa fratura estrutural entre, de um lado, a FFCL e setores mais modernos (e minoritários) das faculdades tradicionais e, de outro, a estrutura dominante das faculdades profissionais tradicionais está na origem do embate entre, de um lado, um projeto de reforma que consolidasse a carreira docente, empoderando o conjunto dos professores por meio do fortalecimento dos colegiados departamentais e, de outro, uma proposta que, sem mexer na estrutura original de poder da USP, preservasse o poder dos catedráticos, convertido em professores titulares e força das faculdade tradicionais, centralizando o poder no executivo central, isto é, na reitoria, por elas controlada.

O embate entre esses dois modelos de reforma se seguiu, no país e na USP, durante toda a década de 1960. Nos dois casos, até 1964, a reforma que parecia ganhar força expressava as concepções das áreas acadêmico-científicas da universidade, especialmente concentradas na FFCL, que se expandiam rapidamente. A partir do golpe de 1964, o cenário se modifica. Multiplicam-se as comissões e grupos de trabalhos para estudar uma proposta alternativa de reforma universitária que viabilizasse uma concepção gerencial de inspiração norte-americana, marcada por uma visão muito mais centralizada e hierárquica de universidade, em que a carreira docente e os órgãos colegiados são fragilizados em favor do poder executivo central⁶.

Nesse sentido, a reforma do estatuto da USP aprovada em 1969 e implementada em 1970, inclusive como forma de internalizar a reforma universitária de 1968, orientava o fortalecimento do poder executivo do reitor, em detrimento dos diferentes órgãos colegiados, e hierarquizava pesadamente a carreira docente, concentrando poder administrativo no topo da carreira, agora representado pelos titulares.

Foi nesse sentido que a reforma de 1969 eliminou a Assembleia Universitária – tornada órgão consultivo paritário por proposta de Hélio Lourenço de Oliveira, reitor oriundo da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em exercício afastado e cassado no começo de 1969 – e ampliou dramaticamente os órgãos centrais da universidade: além da Reitoria e do Conselho Universitário, foram criados o Conselho Técnico-administrativo e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (Cepe), este último formado por quatro câmaras: i) a Câmara de graduação; ii) a Câmara de pós-graduação; iii) a Câmara de Pesquisa; e iv) a Câmara de extensão de serviços à comunidade.

6. Para um debate aprofundado dos embates pela reforma universitária em âmbito nacional, ver Carlotto, 2014; Carlotto e Garcia, 2021.

Com a criação dessas novas instâncias de discussão e deliberação, o âmbito central da universidade passou a dispor, pela primeira vez, de poder de agenda sobre as diferentes unidades, formulando uma política de ensino, pesquisa e extensão para a universidade como um todo. Isso se expressa claramente nas atribuições do Conselho Técnico-administrativo, que, segundo o Estatuto de 1969, incluía a deliberação sobre acordos entre as unidades e entidades oficiais, públicas ou privadas externas, o aceite de legados e doações à universidade, a fixação do quadro docente, a criação, modificação e extinção de órgãos em unidades e museus e o estabelecimento de normas para a concessão de bolsas de estudo e afastamento remunerado (USP, 1969, p. 9).

Já o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade incorporou funções ainda mais importantes, tais como: deliberar sobre a criação de novos cursos; organizar currículos; regulamentar cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão; estabelecer as normas de avaliação do ensino e da promoção de alunos, o número de vagas por curso, as formas de ingresso na universidade, o calendário acadêmico comum; e regulamentar o ensino de pós-graduação (*Idem*, pp. 10-1). Ainda que as Congregações seguissem sendo ouvidas nas deliberações, a criação do Conselho foi um passo fundamental no estabelecimento de uma política acadêmica comum a toda a universidade.

As consequências da criação desses órgãos que davam à reitoria poder para definir política de ensino, pesquisa e extensão marcam o início da consolidação da “USP forte” como sinônimo de órgãos executivos centrais fortes. Tanto que, com a reforma de 1969, a reitoria da USP, ao contrário do Conselho Universitário, viu seus órgãos executivos aumentarem, passando a ser composta pelas seguintes subseções, todas sob controle direto do reitor:

- I) Gabinete do Reitor;
- II) Secretaria Geral;
- III) Consultoria Jurídica;
- IV) Coordenadoria Geral de Administração (Codage);
- V) Coordenadoria de Atividades Culturais (Codac);
- VI) Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (Coseas);
- VII) Grupo de Planejamento Setorial;
- VIII) Prefeitura da Cidade Universitária (*Idem*, p. 11).

O Regimento Geral da USP, de 1972, que regulamentou a reforma de 1968-1969, aumentou ainda mais o número de órgãos ligados à reitoria, que passou a incluir:

- IX) a Editora da Universidade;

- x) o Coral da Universidade (Coralusp);
- xi) a TV – Educativa;
- xii) o Centro de Computação Eletrônica (CCE);
- xiii) a Comissão de Extensão de Serviços à Comunidade (Coesco);
- xiv) o Centro de Tecnologia na Educação (Ceteusp) (USP, 1972, p. 11).

Do ponto de vista da organização *administrativa* da universidade, a partir do estatuto de 1969 – consequência direta da reforma universitária aprovada pelo governo federal no ano anterior –, o antigo Departamento de Administração foi promovido à Coordenadoria de Administração Geral (Codage), cujas funções foram regulamentadas pelo Regimento Geral da USP, aprovado em 1972, na segunda reitoria de Miguel Reale, passando a funcionar a partir do ano seguinte. Permanecendo ligado à reitoria, a Codage alcançou um âmbito de atuação mais amplo do que o antigo Departamento de Administração, que se voltava exclusivamente às atividades da reitoria. Segundo o Regimento Geral, constituíam finalidades da Codage “o estudo, a orientação e o controle da *administração geral da USP*, a coordenação e articulação de suas atividades com as [atividades] de outros órgãos da USP; e a execução de serviços de administração geral” (*Idem*, p. 14; grifo meu). Já ao Grupo de Planejamento Setorial caberia “assessorar o Reitor, competindo-lhe orientar, rever e acompanhar as atividades de planejamento, programação e orçamento” (*Ibidem*). Eram os primeiros órgãos voltados à administração e ao planejamento universitário em que passaram a atuar os *experts* em gestão na USP, formados nos espaços nacionais e internacionais de difusão da *expertise* gerencial universitária (Carlotto, 2014; Carlotto e Garcia, 2021).

Do ponto de vista do perfil dos reitores do período, chama a atenção que, em detrimento da dinâmica política de São Paulo, passam a predominar nomes com profundas ligações com o governo militar da época. O caso mais paradigmático foi o de *Luiz Antônio Gama e Silva*, reitor efetivo de 1963 a 1967, e afastado de 1967 a 1970. Filiado ao Partido Republicano Paulista, Gama e Silva foi diretor da Faculdade de Direito, antes de ser nomeado reitor da USP pelo governador de São Paulo em 1963. A partir de 1964, acumulou o cargo de reitor da USP e ministro da Educação e Justiça do governo Castello Branco. Em 1967, afastou-se da reitoria da USP, sem abdicar do cargo de reitor, para assumir novamente o Ministério da Justiça, sendo atribuída a ele a redação do AI-5. Com o afastamento de Gama e Silva, assumiu a reitoria o então vice-reitor e ex-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Mário Guimarães Ferri*, que renunciou ao cargo por pressão poucos meses depois, durante o chamado conflito da Maria Antônia, em outubro de 1968. No lugar de Ferri foi nomeado o vice-reitor, o médico *Hélio Lourenço de Oliveira*, então diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto que, por falta de alinhamento com a

ditadura militar, acabou afastado da reitoria e cassado do cargo de professor da USP em 1969. Na sequência, assumiu a reitoria da USP o ex-diretor da Faculdade de Direito da USP e ex-membro da Ação Integralista Brasileira, *Alfredo Buzaid*, que, em função da sua proximidade com Gama e Silva, tornou-se vice-reitor e depois reitor da USP. Buzaid abandonou a reitoria da USP justamente para suceder a Gama e Silva no Ministério da Justiça em 1969, tendo sido considerado um dos ministros civis mais importantes da ditadura, até ser indicado ao STF por Figueiredo. Ao sair da reitoria em 1969, Buzaid foi substituído por *Miguel Reale*, que dirigiu a USP pela segunda vez entre 1969 e 1973. Como Gama e Silva e Buzaid, Reale constituía o núcleo jurídico da ditadura, tendo redigido a Emenda Constitucional n. 1 e integrado a chamada Comissão de Alto Nível que redigiu a Constituição de 1967.

A partir do final da reitoria de Reale, em 1973, como consequência do fortalecimento do poder central da USP e, ao mesmo tempo, da instituição da lista sêxtupla em detrimento da livre nomeação pelo governador, passa a predominar um perfil mais ambivalente de professores que, não obstante sua lealdade com a ditadura, têm uma atuação política mais discreta, marcada antes por pontes com as estruturas de política científica e tecnológica do regime militar, do que por vínculos com o núcleo político duro do governo, como havia até então. É o caso do médico veterinário Orlando Marques Paiva, reitor de 1973 a 1979, e dos engenheiros, Waldir Moniz Oliva e Antonio Hélio Guerra Vieira, reitores de 1979 a 1983 e 1983 a 1986, respectivamente.

A redemocratização e a consolidação da perspectiva gerencial: a USP forte

A partir da redemocratização, embora o polo dominante da USP, marcado pelo conjunto das escolas profissionais tradicionais, siga dominando o poder reitoral, as unidades de origem se diversificam consideravelmente. Ganham força unidades da capital que nunca tinham dirigido a USP, como a Faculdade de Saúde Pública, a Faculdade de Economia e Administração e o Instituto de Ciências Biológicas, bem como unidades do interior, especialmente a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e a Esalq.

Essa transformação no perfil dos dirigentes máximos da USP expressa tanto a mudança do sistema político nacional e dos seus efeitos sobre o formato da eleição para os cargos executivos da universidade, quanto os impactos da atuação prolongada de *experts* em gestão sobre a complexificação do governo acadêmico a partir da consolidação de novos dispositivos e rotinas, com a consequente imposição de uma nova linguagem, fruto da expansão do discurso gerencial.

A principal mudança na eleição para os cargos executivos das universidades estaduais paulistas durante a redemocratização foi a extinção da lista sêxtupla que, na prática, representava ainda uma enorme possibilidade de intervenção do governo

estadual na escolha dos dirigentes máximos da instituição. Em seu lugar estabeleceu-se uma lista tríplice apresentada ao governador do estado, a quem compete, ainda hoje, a escolha final. Desde o estabelecimento da lista tríplice, a tendência quase unânime foi o respeito por parte dos governadores à eleição interna – a única exceção tendo sido a escolha de João Grandino Rodas pelo então governador José Serra em 2010.

Assim, se, até a redemocratização, a escolha dos reitores da USP se dava exclusivamente em função da trajetória política externa à universidade, a partir de 1987 e progressivamente, torna-se cada vez mais importante a trajetória interna à instituição.

Quanto à forma de eleição para a reitoria, vale notar que no momento da mudança do estatuto da USP, em 1987, havia uma pressão interna, especialmente por parte das entidades representativas – Adusp, Sintusp e DCE – por uma mudança ainda mais radical na forma de eleição dos dirigentes internos, em especial reitores e diretores, através da instituição de mecanismos de eleição direta, paritária ou não, associada ao fim dos privilégios administrativos ligados ao cargo de titular⁷.

Essa posição, no entanto, foi derrotada, no processo de mudança do estatuto durante a redemocratização, por outra, que defendia que a escolha dos dirigentes deveria ser feita por um colégio eleitoral formado apenas pelos órgãos colegiados da universidade mais elevados da Universidade. No interior dessa segunda posição, no entanto, existiam e existem tensões importantes, sobretudo no que concerne à forma de escolha do reitor. A maior parte do Conselho Universitário, em 1988, defendeu um sistema de eleição em dois turnos, que predominou na USP até 2013. Segundo esse sistema, um primeiro turno, para a escolha de oito candidatos, era composto por um colégio eleitoral formado por todas as congregações de unidade ou órgãos análogos, pelo Conselho Universitário e pelos Conselhos Centrais (de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão), e um segundo turno, voltado exclusivamente à elaboração da lista tríplice, era formado somente pelos Conselhos Centrais. A vitória dessa posição, vale dizer, já indica que as propostas centralizadoras preservaram sua força na reforma do estatuto da USP de 1988. Uma outra posição, minoritária à época, mas predominante nos últimos anos, defende a extinção do segundo turno e a formação de um colégio eleitoral único, que envolvesse todas as congregações de unidade e colegiados centrais da USP. Entre os defensores do turno único para a escolha do reitor existe, ainda, uma terceira posição, que defende a ampliação do colégio eleitoral para todos os órgãos colegiados da universidade, incluindo os Conselhos de Departamento. Os defensores dessa última proposta são,

7. Diferente do que ocorre na carreira docente no sistema federal, em que os níveis da carreira não definem propriamente privilégios administrativos, na USP, a dinâmica administrativa segue hierarquizada pelos níveis da carreira. Assim, os titulares têm primazia para cargos como a chefia de departamento e a exclusividade em postos de gestão como diretoria de unidade e reitoria.

em geral, embora não exclusivamente, membros do polo acadêmico-científico que tentam viabilizar um governo universitário que minimize os processos de centralização, conferindo poder aos órgãos colegiados de diferentes instâncias. Essa posição, no entanto, nunca prosperou, e a USP segue tendo um processo de eleição bastante hierarquizado e centralizado quando comparado ao de outras universidades públicas brasileiras. Por fim, uma última e minoritária posição defende a existência de eleições diretas, com a participação paritária de estudantes, funcionários e professores, nos moldes das consultas públicas que existem nas universidades federais. Embora essa posição seja minoritária, a consulta pública informal vem ganhando força na USP, à semelhança do que acontece com outras instituições universitárias do país.

Essas diferentes posições se confrontaram na reforma estatutária da USP de outubro de 2013. Como consequência, passaram a compor o colégio eleitoral da USP: o Conselho Universitário, os Conselhos Centrais (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária), as Congregações das Unidades e os Conselhos Deliberativos de Museus e Institutos Especializados, sendo a eleição em turno único. Em 2013, esse colégio somava 2.134 eleitores, que representavam 1,86% da universidade que, em 2013, tinha 58.303 alunos de graduação, 28.498 alunos de pós-graduação, 5.860 docentes e 16.837 funcionários técnico-administrativos. Esses podiam participar, no entanto, da consulta pública informal à comunidade, durante o processo eleitoral, sem poder vinculante.

Para além das mudanças na forma de escolha do reitor, a reforma de 1987, que resultou no Estatuto universitário de 1988⁸, foi um passo decisivo no fortalecimento do poder central na USP, especialmente a partir da criação das pró-reitorias, sendo elas, na época: i) a pró-reitoria de graduação; ii) a pró-reitoria de pós-graduação; iii) a pró-reitoria de pesquisa; e iv) a pró-reitoria de cultura e extensão.

Com essa mudança, as quatro Câmaras do antigo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) se transformaram em quatro novos conselhos centrais, ligados às respectivas pró-reitorias.

A criação das pró-reitorias representou, na percepção dos dirigentes da USP entrevistados durante esta pesquisa, a principal mudança da estrutura de poder da USP a partir de 1988. A função desses órgãos, segundo o estatuto de 1988, é “promover atividades” de graduação, pós-graduação, pesquisa e cultura e extensão, “estabelecendo as normas que julgar necessárias para esse efeito” (USP, 1988, p. 9).

8. A aprovação do novo estatuto da USP pelo Conselho Universitário ocorreu em dezembro de 1987. Uma vez aprovado no âmbito da universidade, o estatuto seguiu para avaliação do Conselho Estadual de Educação, que, em 31 de agosto de 1988, aprovou o novo estatuto por unanimidade. O estatuto foi publicado no *Diário Oficial do Estado* em 8 de outubro de 1988 pelo então reitor José Goldemberg, sem a prévia autorização do então governador Orestes Quécia.

Em suma, o poder de normatizar as atividades-fim da universidade é o que define as pró-reitorias e orienta a ação dos conselhos centrais cujo presidente, escolhido entre o conjunto de professores titulares da USP, deve ser indicado pelo reitor e sancionado pelo Conselho Universitário, de modo que suas ações estejam "sempre subordinadas aos interesses maiores da Universidade, representada pelo Reitor" (*Ibidem*). De fato, considerando-se a estrutura geral do âmbito central de poder, a criação dos Conselhos Centrais e das pró-reitorias foi a principal mudança no âmbito central da USP, cujos órgãos, depois das mudanças, passaram a ser:

- I) a Reitoria;
- II) o Conselho Universitário;
- III) o Conselho de Graduação;
- IV) o Conselho de Pós-graduação;
- V) o Conselho de Pesquisa;
- VI) o Conselho de Cultura e Extensão;
- VII) a Pró-reitoria de Graduação;
- VIII) a Pró-reitoria de Pós-graduação;
- IX) a Pró-reitoria de Pesquisa;
- X) a Pró-reitoria de Cultura e Extensão;
- XI) o Conselho Consultivo (*Idem*, p. 4).

O Conselho Universitário, que continuou sendo "o órgão máximo [...] com funções normativas e de planejamento, cabendo-lhe estabelecer a política geral da universidade para a consecução de seus objetivos" (*Idem*, p. 5), manteve a sua estrutura interna praticamente inalterada, preservando, com pequenas mudanças de nomenclatura, as mesmas comissões que tinha em 1934, quando foi fundado junto com a universidade, a saber: i) a Comissão de Legislação e Recursos; ii) a Comissão de Orçamento e Patrimônio; e iii) a Comissão de Atividades Acadêmicas. A reitoria da USP, por outro lado, enquanto órgão executivo por excelência, viu suas seções internas aumentarem mais uma vez.

De fato, como é possível observar no Quadro 1, entre 1988 e 2010, a estrutura da reitoria se expandiu consideravelmente. Como consequência de uma série de reformas organizacionais, o executivo central da USP foi ganhando corpo, com destaque para a criação de órgãos que passam a integrar e coordenar as atividades antes descentralizadas e autônomas. Como resultado, formou-se uma enorme estrutura burocrática centralizada e sob o controle direto do reitor, que passou a contar com enorme orçamento e um importante quadro funcional.

O fortalecimento dos órgãos executivos centrais fez com que o percentual gasto pela reitoria e suas seções internas de direção e serviços aumentasse significativamente.

Assim, ao considerar o percentual do orçamento da USP gasto em “outras despesas”, que exclui o gasto com pessoal, vemos que a reitoria se fortaleceu muito. Em 1990, 68,03% das despesas da USP, excluindo gasto com pessoal, eram centralizadas, sendo executadas pelos “órgãos centrais”, “atividades integradas” ou “projetos especiais”. Dessas, 15,41% eram de responsabilidade exclusiva dos órgãos centrais (USP, 1991). Em 2012, mesmo com o aumento do número de unidades de ensino e pesquisa, 73,13% do total de despesas da USP, excluindo gastos com pessoal, eram executadas no âmbito central, 33,78% pelos órgãos centrais de direção e serviços. No mesmo ano de 2012, a FFLCH, maior unidade da USP, gastou 1,01% do orçamento da USP relativo a “outras despesas”. As 42 unidades de ensino e pesquisa da USP executaram, juntas, no mesmo ano, apenas 19,72% do orçamento, excluindo-se o gasto com pessoal⁹.

É no âmbito desse processo contínuo de centralização, que também pode ser descrito como um empoderamento dos órgãos executivos da universidade, em detrimento dos seus órgãos colegiados, inclusive colegiados centrais, que devemos interpretar uma mudança essencial na dinâmica administrativa: o surgimento das estatísticas universitárias centralizadas. Ao analisar a construção de uma gestão acadêmica efetiva, o consultor especial dos acordos MEC-Usaid, Rudolph Atcon, afirmava que, do ponto de vista da “moderna gestão acadêmica”, “conhecimento é poder [porque] sem ele não se pode planejar” (1974, p. 15). Nesse sentido, o desenvolvimento de órgãos capazes de produzir e sistematizar dados estatísticos confiáveis sobre a USP foi ao mesmo tempo consequência do processo de fortalecimento do poder central da USP e pressuposto para o seu recrudescimento a partir dos anos 1990.

Nos estudos que se voltam para a história da Universidade de São Paulo produzidos antes da década de 1980, não é raro encontrar observações sobre a carência de estatísticas sistematizadas e confiáveis sobre a USP. Heládio Antunha, por exemplo, ressalta, na introdução do seu estudo histórico realizado no final dos anos 1960, a inexistência de dados confiáveis sobre a evolução da instituição, razão que o leva a criticar a organização interna da USP:

Tivemos muita dificuldade para obter dados estatísticos sobre o desenvolvimento da Universidade de São Paulo em geral; mesmo os que obtivemos – graças à extrema gentileza da Divisão de Difusão Cultural da Reitoria – não se mostraram inteiramente satisfatórios. Na realidade, uma das nossas críticas à situação atual da USP refere-se exatamente à inexistência, até o presente, de um serviço de estatísticas e informações sobre as ocorrências gerais da Universidade (Antunha, 1971, p. 5).

9. Todos esses dados são, como dito, publicados anualmente no *Anuário Estatístico* da USP. Os dados são de acesso público e estão disponíveis em <https://uspdigital.usp.br/anuario>, consultado em 21/04/2014.

QUADRO 1
Evolução dos órgãos executivos da USP (1998-2010)

	1988	1995	2000	2005	2010
1. Gabinete do Reitor		1. Gabinete do reitor (GR)	1. Gabinete do reitor (GR)	1. Gabinete do reitor (GR)	1. Gabinete do Reitor (GR)
2. Pró-reitoria de Graduação		2. Gabinete do vice-reitor (GVR)	2. Gabinete do vice-reitor (GVR)	2. Gabinete do vice-reitor (GVR)	2. Gabinete do Vice-reitor (GVR)
3. Pró-reitoria de Pós-graduação		3. Secretaria Geral (SG)	3. Secretaria Geral (SG)	3. Secretaria Geral (SG)	3. Pró-reitoria de graduação
4. Pró-reitoria de Pesquisa		4. Consultoria Jurídica (CJ)	4. Consultoria Jurídica (CJ)	4. Consultoria Jurídica (CJ)	4. Pró-reitoria de pós-graduação
5. Pró-reitoria de Cultura e Extensão		5. Assessoria Jurídica do reitor (AJR)	5. Assessoria Jurídica do reitor (AJR)	5. Assessoria Jurídica do reitor (AJR)	5. Assessoria Jurídica do reitor (AJR)
6. Secretaria Geral		6. Coordenadoria de Administração Geral (Codage)	6. Coordenadoria de Administração Geral (Codage)	6. Coordenadoria de Administração Geral (Codage)	6. Pró-reitoria de cultura e extensão
7. Consultoria Jurídica		7. Coordenadoria de Comunicação Social (CCS)	7. Coordenadoria de Comunicação Social (CCS)	7. Coordenadoria de Comunicação Social (CCS)	7. Secretaria Geral (SG)
8. Coordenadoria de Administração Geral		8. Coordenadoria de Assistência Social (Coseas)	8. Coordenadoria de Assistência Social (Coseas)	8. Coordenadoria de Assistência Social (Coseas)	8. Pró-reitoria de pesquisa
9. Coordenadoria de Saúde e Assistência Social		9. Sistema Integrado de Saúde da USP (Sisusp)	9. Sistema Integrado de Saúde da USP (Sisusp)	9. Sistema Integrado de Saúde da USP (Sisusp)	9. Vice-Reitoria Executiva de Administração (Vrea)
10. Grupo de Planejamento Setorial		10. Fundo de Construção da USP (Fundusp)	10. Fundo de Construção da USP (Fundusp)	10. Fundo de Construção da USP (Fundusp)	10. Superintendência de Assistência Social (SAS)
11. Prefeituras dos Campi		12. Centro de Computação Eletrônica (CCE)	11. Centro de Computação Eletrônica (CCE)	11. Centro de Computação Eletrônica (CCE)	11. Procuradoria Geral (PG)
12. Assessoria Jurídica do Reitor		13. Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi)	12. Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi)	12. Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi)	12. Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)

1988	1995	2000	2005	2010
13. Comissão de Planejamento	14. Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepeusp)	13. Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepeusp)	13. Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepeusp)	13. Grupo de Planejamento Setorial (GRS)
14. Comissão Especial de Regimes de Trabalho	15. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp)	14. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp)	14. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp)	14. Prefeitura do <i>campus</i> da capital
15. Comissão de Cooperação Internacional (USP, 1988, p. 9)	16. Comissão Especial de Regimes de Trabalho (Cert)	15. Comissão Especial de Regimes de Trabalho (Cert)	15. Comissão Especial de Regimes de Trabalho (Cert)	15. Prefeitura do <i>campus</i> de Bauru
	16. Comissão de Cooperação Internacional (CCint)	16. Comissão de Cooperação Internacional (CCint)	16. Comissão de Cooperação Internacional (CCint)	16. Prefeitura do <i>campus</i> de São Carlos
	17. Comissão Central de Informática (CCI)	17. Comissão Central de Informática (CCI)	17. Comissão Central de Informática (CCI)	17. Prefeitura do <i>campus</i> de Ribeirão Preto
	18. Conselho Comunitário	18. Conselho Comunitário	18. Conselho Comunitário	18. Prefeitura do <i>campus</i> de Pirassununga
	19. Comissão de Planejamento (CP)	19. Comissão de Planejamento (CP)	19. Comissão de Planejamento (CP)	19. Prefeitura do <i>campus</i> de Piracicaba
	20. Grupo de Planejamento Setorial (GRS)	20. Grupo de Planejamento Setorial (GRS)	20. Grupo de Planejamento Setorial (GRS)	20. Prefeitura do <i>campus</i> de Lorena
	21. Pró-reitoria de Graduação	21. Pró-reitoria de Graduação	21. Pró-reitoria de Graduação	21. Prefeitura do Quadrilátero da Saúde e do Direito
	22. Pró-reitoria de Pós-graduação	22. Pró-reitoria de Pós-graduação	22. Pró-reitoria de Pós-graduação	22. Superintendência Jurídica (SJU)
	23. Pró-reitoria de Pesquisa	23. Pró-reitoria de Pesquisa	23. Pró-reitoria de Pesquisa	23. Comissão de Planejamento (CP)
	24. Pró-reitoria de Cultura e Extensão	24. Pró-reitoria de Cultura e Extensão	24. Pró-reitoria de Cultura e Extensão	24. Comissão Especial de Regimes de Trabalho (Cert)
	25. Prefeitura do <i>campus</i> de São Paulo	25. Prefeitura do <i>campus</i> de São Paulo	25. Prefeitura do <i>campus</i> de São Paulo	25. Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais (VRet)

1988	1995	2000	2005	2010
	26. Prefeitura do <i>campus</i> de São Carlos	26. Prefeitura do <i>campus</i> de São Carlos	26. Prefeitura do <i>campus</i> de São Carlos	26. Superintendência de Comunicação Social (SCS)
	27. Prefeitura do <i>campus</i> de Bauru	27. Prefeitura do <i>campus</i> de Bauru	27. Prefeitura do <i>campus</i> de Bauru	27. Superintendência de Saúde (SAU)
	28. Prefeitura do <i>campus</i> de Ribeirão Preto	28. Prefeitura do <i>campus</i> de Ribeirão Preto	28. Prefeitura do <i>campus</i> de Ribeirão Preto	28. Superintendência de Gestão Ambiental (SGA)
	29. Prefeitura do <i>campus</i> de Piracicaba.	29. Prefeitura do <i>campus</i> de Piracicaba.	29. Prefeitura do <i>campus</i> de Piracicaba.	29. Superintendência de Relações Institucionais (SRI)
		30. Prefeitura do <i>campus</i> de Pirassununga	30. Prefeitura do <i>campus</i> de Pirassununga	30. Superintendência de Segurança (SEG)
		31. Centro de Informática de São Carlos (Cisc)	31. Centro de Informática de São Carlos (Cisc)	31. Editora da USP (Eduusp)
		32. Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Ceace).	32. Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Ceace).	32. Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Ceace).
			33. Centro de Informática do <i>campus</i> Luiz de Queiroz (Ciagri)	33. Centro de Práticas Esportivas (Cepeusp).
			34. Centro de Informática de Ribeirão Preto (Cirp)	
			35. Comissão Central de Recursos Humanos (CCRH)	
			36. Comissão Especial de Saúde Ocupacional (Ceso)	

A observação procede. De fato, até a década de 1980, quando surge o *Questionário socioeconômico da Fuvest* e passa a ser publicado o seu *Anuário estatístico*, a Universidade de São Paulo não dispunha de estatísticas confiáveis sobre a instituição como um todo, resultado da dispersão dessas informações entre as diferentes unidades de ensino e pesquisa, que ainda representavam, apesar das mudanças implementadas a partir da reforma de 1968, um núcleo ativo da vida administrativa da USP. Assim, a história da emergência dessas duas instâncias produtoras de dados – que dão suporte à análise sobre a expansão, diversificação e hierarquização da USP – é inseparável do processo de transformação da universidade em objeto de gestão, através da criação e fortalecimento de órgãos, mecanismos e dispositivos voltados à administração e à construção de instâncias de centralização da política universitária. Dessas, vamos destacar especificamente duas: a criação da Fuvest em 1976 e a criação do *Anuário estatístico* em 1987.

A ênfase na necessidade de centralizar os exames vestibulares como forma de aumentar o planejamento e a eficiência da expansão universitária era um lugar-comum nos diferentes estudos e relatórios que embasaram a Reforma Universitária de 1968. Não por acaso, como visto, a lei 5.540/1968 trazia um artigo específico sobre os exames vestibulares, estabelecendo um prazo para a unificação da sua execução. Foi no âmbito do novo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e atendendo às mudanças exigidas pela lei de 1968, que a USP criou, em 1973, sua primeira Comissão de Vestibulares. Depois de algum tempo de trabalho, a comissão reiterou a importância de realizar um vestibular unificado de todas as áreas e cursos, criando, para tanto, uma Comissão Permanente do Vestibular, composta de sete membros indicados pelo reitor¹⁰.

A Comissão Permanente estabeleceu como objetivo principal criar uma estrutura que permitisse à USP realizar o seu próprio vestibular unificado, o que, na prática, significava colocar todo o processo de recrutamento dos estudantes de graduação, em todas as áreas e cursos, sob um controle único na USP. O caminho de unificação partiu do modelo das organizações responsáveis, na época, pelo processo seletivo unificado de profissões liberais altamente concorridas, tais como a Mapofei (que reunia os cursos de engenharia da Mackenzie, Poli e FEI), o Cescem (Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas) e o Cesea (Centro de Seleção de Candidatos às Escolas de Administração). A solução encontrada pela Comissão para a organização de um vestibular unificado para toda a USP foi a criação de uma *fundação* – forma

10. Data dessa época, pós-reforma universitária de 1968, a prática que se tornou hegemônica de atribuir ao reitor, e não ao Conselho Universitário, a responsabilidade pela nomeação de comissões, órgãos e conselhos no interior da universidade, o que, somado ao poder de escolha dos diretores de unidade pela lista tríplice, atribui ao executivo universitário ainda mais poder.

jurídica proposta como modelo para as instituições educacionais pelos relatórios finais do primeiro acordo MEC-Usaid, da consultoria de Rudolph Atcon e do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e que levou à criação das fundações universitárias ligadas às unidades da USP e que garantem mais flexibilidade para a gestão orçamentária de recursos advindos do pagamento de taxas, matrículas e serviços.

Assim, em fevereiro de 1976, o Conselho Universitário da USP aprovou a criação da Fundação Universitária para o Vestibular, mais conhecida como Fuvest, que alterou completamente as bases de seleção dos ingressantes da USP. A ideia inicial – proposta pela Fundação Seade no âmbito de uma política de racionalização dos gastos do Estado de São Paulo – era que a Fuvest se tornasse responsável pelos vestibulares da USP, da Unesp e da Unicamp, o que foi possível apenas por um curto período. Em 1980, a Unesp abandona o vestibular conjunto para criar a Vunesp, e, em 1987, a Unicamp também se retira da Fuvest, alegando pouca participação na organização das provas, e passa a organizar o seu próprio processo seletivo (Motoyama e Nagamini, 2007, pp. 80ss). Ainda assim, entre 1977, ano seguinte à sua fundação, e 1979, a Fuvest realizou o vestibular unificado das universidades estaduais paulistas, com 92.261 inscritos para 8.218 vagas distribuídas em cinquenta carreiras (*Idem*, p. 530).

Desde 1980, a Fuvest tornou obrigatório, no ato de inscrição, o preenchimento de um *Questionário socioeconômico* que acabou se tornando a primeira fonte confiável de dados sobre a USP produzida por uma instância central, embora referente apenas ao perfil socioeconômico dos inscritos e dos aprovados no vestibular.

A capacidade da Fuvest de gerar e administrar um grande Banco de Dados se explica pelo apoio que a Fundação recebeu, desde os seus primeiros anos de funcionamento, do Centro de Computação Eletrônica da USP (CCE-USP). O CCE foi criado pela Escola Politécnica em 1962, sob a denominação de Centro de Cálculo Numérico. Em 1971, logo depois da reforma universitária, foi incorporado pela reitoria como parte da sua assessoria (Motoyama e Nagamini, 2007, p. 95), no bojo do processo, já analisado, de centralização e empoderamento dos órgãos centrais da universidade.

Foi justamente o apoio do CCE que viabilizou, igualmente, o projeto do reitor José Goldemberg (1986-1989) de criar um *Anuário estatístico* para reunir todas as informações demográficas, acadêmicas e patrimoniais da USP como um mecanismo ao mesmo tempo de gestão e de prestação de contas. Originalmente, o *Anuário* estava ligado a uma comissão central de planejamento, criada por Goldemberg no começo da sua gestão, sob coordenação de Joaquim José de Camargo Engler, que assumiu a função de organizar um Anuário estatístico.

Nesse sentido, compreende-se por que o *Anuário* foi publicado, originalmente, como um volume da coleção Cadernos de Planejamento, que sistematizava informações estratégicas sobre a universidade. No entanto, em 1988, o *Anuário* ganhou

autonomia. Por meio da portaria 2.344/88, o reitor criou a Comissão Coordenadora do Banco de Dados da Universidade de São Paulo, “em vista da necessidade de se consolidar[em] as informações básicas sobre a Universidade, para servir de instrumento para o planejamento de suas atividades e fornecer subsídios para o processo decisório a nível central e nas unidades universitárias” (USP, 1988, n.p.).

A Comissão Coordenadora do Banco de Dados foi presidida, de 1988 até o final da década de 2010, pelo dirigente 36, que passou a integrar a gestão central da USP enquanto diretor da Comissão de Planejamento, criada pelo novo Estatuto de 1988, para fortalecer a capacidade da administração central de traçar planos, estratégias e diretrizes para a universidade, bem como enquanto diretor da Coordenadoria de Administração Geral, responsável pela administração da universidade com um todo. A função da Comissão Coordenadora do Banco de Dados era, basicamente, reunir as informações estatísticas antes concentradas no CCE (Centro de Computação Eletrônica), órgão incorporado pela reitoria em 1971, na Codage (Coordenadoria de Administração Geral), implementada em 1973, e no Sibi (Sistema Integrado de Bibliotecas), criado em 1964. Em um primeiro momento, a execução do *Anuário* ficou a cargo da Coordenadoria Adjunta de Processamento Administrativo do CCE. A partir de 1995, passou para o Departamento de Informática da Codage, que, em 2012, como resultado de um novo processo de reforma administrativa, se tornou Vice-reitoria Executiva de Administração.

Ao relatar a história da criação do *Anuário estatístico*, cuja elaboração coordenou desde a sua primeira edição, o dirigente responsável pela criação do anuário enfatizou, em entrevista, as dificuldades administrativas associadas à ausência de informações estatísticas sobre a USP, indicando que a decisão de centralizar a produção de dados pela reitoria ligou-se diretamente à tentativa de se criar um órgão de planejamento universitário no âmbito do poder central durante a gestão 1986-1989.

É interessante notar que o dirigente abriu o seu relato pelas circunstâncias que o levaram a se aproximar da administração central da USP, nos anos 1970, quando ela se caracterizava, ainda, por um relativo amadorismo, ligado à rigidez das estruturas hierárquicas da administração. Esta não abria espaço para os saberes administrativos mais novos, que o *expert* então possuía não só pela sua área de especialização – em economia aplicada – mas, também, pela sua participação em um programa de formação de dirigentes universitários, resultado de um convênio entre o MEC e a Universidade de Michigan nos anos 1970.

Eu tive um grande aprendizado quando assessorava o Diretor da Esalq. Ele tinha sido meu professor [...] e achava que na área administrativa eu estava bem preparado. Então, quando ele assumiu a diretoria da Esalq, ele me indicou como assessor. Eu era, nessa época [1972-1980],

chefe de departamento e o assessorava na direção da unidade. Com isso, eu vinha muito à reitoria para tratar de assuntos administrativos, principalmente na área financeira, que era considerada um grande tabu em que ninguém mexia: "Seu Marinho é seu Marinho", ninguém queria falar com seu Marinho, que era funcionário e diretor financeiro da universidade, o todo-poderoso (risos). Eu me lembro da primeira vez que eu fui conversar com ele, discutir o problema de uma licitação que estava parada na Esalq, e perguntei se não era possível agilizar, e ele falou: "Bom, o senhor o que é lá na Esalq?". "Sou professor." E ele respondeu: "Ah, então eu não vou perder tempo com o senhor. Professor não entende de administração, professor não entende de finanças, professor isso, professor aquilo." Eu engoli seco e falei: "Tá bom, seu Marinho". Mas eu continuava indo lá a pedido do então diretor da Esalq, de quem ele gostava muito. Eu me lembro que o seu Marinho me atendia, mas antes dizia: "Olha, eu vou te atender só porque o diretor não veio, porque eu só atendo diretor". E eu respondia (em tom humilde): "Tá bom, seu Marinho". E aos poucos ele foi vendo que a minha intenção era ajudar, e eu fui começando a conhecer como funcionava a administração da universidade. [Mais tarde], quando foi eleito o novo reitor e eu terminava meu mandato de diretor na Esalq, ele me chamou e disse: "Bom, você já trabalhou muito na sua unidade, agora eu quero que você me ajude aqui na reitoria. Eu estou querendo criar uma Assessoria de Planejamento e quero que você assuma esse órgão". E eu vim trabalhar na reitoria. Logo de imediato, o reitor tinha um problema com as estatísticas da USP. Ou seja, as diferentes fontes de dados. Se você conversasse com três pessoas diferentes, você tinha três informações diferentes. Se conversasse com dez, você tinha dez, porque cada pessoa tinha um dado. Então, precisava ter uma certa uniformização, uma certa confiança, e disso surgiu o *Anuário estatístico* da USP, que eu comecei a fazer em 1987. [...] O objetivo do anuário era obter informações que fossem fidedignas para a USP. Tanto como uma prestação de contas à comunidade paulista, financiadora da universidade, como também um elemento para planejamento das atividades. Porque toda vez que precisava de alguma informação, ficava aquela correria. Então, por exemplo, quantos docentes a USP tem? Era incrível, a universidade não sabia. E não sabia mesmo! Tinham falhas gritantes na forma de computar esses dados. [...] Como não tinha orçamento na época, não tinha tanto problema. Mas naquele momento, Goldemberg estava negociando melhorias orçamentárias, estava surgindo a nossa autonomia, então essas falhas ficavam mais gritantes. Nós precisávamos saber com que números nós estávamos trabalhando. Mas as informações eram das unidades e cada unidade informava do seu jeito, e o órgão central, quando reunia, reunia mal. Não havia um entrosamento entre os diversos órgãos e a informatização era muito reduzida, então complicava ainda mais.

O relato do dirigente indica claramente o impacto da emergência de um conhecimento especializado sobre a gestão acadêmica, que ele adquiriu em programas de treinamento oferecidos pelo MEC em parceria com universidades norte-americanas

nos anos 1970, sobre a organização do governo acadêmico, com a criação de comissões especiais de planejamento, de procedimentos sistematizados de decisão e, principalmente, de instâncias centralizadas de produção de dados sobre a universidade como um todo que permitissem, ao nível central, conhecer, controlar e planejar a vida universitária. Mas ele não é o único que tem essa percepção. O dirigente 23, que era vice-reitor da USP durante a criação do *Anuário estatístico*, considera que a produção de estatísticas confiáveis sobre a universidade foi pré-condição para o surgimento de uma gestão mais “científica”:

[Pergunta] *Professor, voltando à questão da gestão política e da gestão científica. Qual é a diferença para o senhor?*

[Resposta] Uma gestão científica é aquela que trabalha em cima de dado, exatamente como a gente faz pesquisa [risos]. Então, eu, por exemplo, sempre trabalhei em cima de uma gestão científica. Quando assumi administração, eu disse: “Vou fazer administração do jeito que eu fazia Física. Então eu tenho que ter indicador, eu tenho que ter dados, estudos, para poder tomar uma decisão”. [...] foi por isso que participei da criação do *Anuário*. [...] Porque antes, não tinha um dado confiável!! Então a unidade pedia uma vaga, a reitoria nem sabia quantos alunos por professor ela tinha, qual era o indicador, se tinha mais ali do que na outra, se não tinha, se o pessoal produzia muito ou pouco. Você não tinha um dado confiável. Cada um fazia a coleta do jeito que queria e informava a reitoria do jeito que queria. Como é que se pode fazer uma gestão em cima disso? [...] Então o *Anuário* serviu para começar a dar uma certa estrutura de dados para a Universidade. E foi importantíssimo.

Essa percepção sobre a importância do *Anuário estatístico* reapareceu em várias entrevistas, sobretudo entre *experts* em gestão – ou seja, aqueles dirigentes que se destacaram na administração por seus conhecimentos em gestão, adquiridos ou em cursos de graduação ou pós-graduação em administração – e demais lideranças acadêmicas que, mesmo sem formação formal em gestão, também passam a valorizar essa linguagem.

O que vale destacar é que as duas principais instâncias produtoras de dados sobre a USP, a Fuvest, por meio do seu *Questionário socioeconômico*, e a Coordenadoria de Administração, hoje Vice-reitoria executiva, responsável pela publicação do *Anuário estatístico*, surgem como desdobramentos das mudanças promovidas a partir da reforma universitária da década de 1960, inspirada por uma concepção econômica da educação (Almeida, 1998) e por uma visão gerencial de universidade (Carlotto e Garcia, 2021). Desde então, tais perspectivas marcam definitivamente a consolidação da USP como uma instituição forte, ou seja, como um poder executivo central capaz de definir a política da universidade como um todo.

Esse diagnóstico foi formulado de maneira muito explícita pelo dirigente da USP que talvez melhor expresse as transformações sofridas pela universidade a partir da redemocratização. Trata-se do dirigente 37, que foi responsável pela Coordenadoria Geral de Administração (Codage) de 1991 a 2001, quando saiu do órgão para se tornar vice-reitor da USP, dando continuidade aos programas centrais que desenvolvia na Coordenadoria, como a *Comissão Permanente de Avaliação*, criada em 1992, e o *Programa Permanente de Qualidade e Produtividade*, criado em 1996. O dirigente 37, vale notar, chegou à administração central da USP enquanto um "expert em gestão", uma vez que o reitor da USP, à época, decidiu colocar na direção da Codage um especialista. Para tanto, recorreu formalmente à Faculdade de Economia e Administração (FEA), solicitando que a unidade apresentasse uma indicação formal, como o próprio reitor descreve, em entrevista realizada por mim em 2013:

Chegou um dado momento em que eu resolvi convocar o pessoal da FEA para que eles indicassem um especialista. Eu me lembro que eu disse: "Acho um absurdo uma reitoria que tem uma Faculdade de Economia e Administração não ter o seu coordenador de administração vindo de lá. Me indiquem um nome".

O nome era justamente o do dirigente 37, que fez sua carreira, incluindo a pós-graduação, ligada à administração de ciência e tecnologia, atuando fortemente no Núcleo de Política e Gestão de Ciência e Tecnologia, vinculado, por sua vez, ao Programa de Administração em Ciência e Tecnologia criado em 1973, como resultado do convênio FEA-Vanderbilt, financiado pela Usaid e voltado à formação de economistas e administradores nos Estados Unidos. Ao avaliar os quase quinze anos contínuos em que permaneceu na reitoria à frente da área administrativa, batalhando para "que a linguagem de planos e metas fosse aceita por toda a comunidade", o dirigente 37 assume que o processo de centralização foi central para a USP passar a funcionar como uma universidade, superando a resistência das unidades à preservação da sua autonomia:

Apesar de a USP se organizar como uma federação de unidades, cada vez mais você tem dimensões que são muito centrais. Por exemplo, a contratação de professores, que é o que há de mais importante na universidade, hoje ela é central. Ou seja, a Comissão de Claros Docentes reúne os pedidos das unidades, compara e decide o que se justifica ou não em termos de contratação docente. Então, as unidades perdem um pouco de autonomia nesse aspecto. Na contratação de funcionários também. [...] Então, em certo sentido, as unidades perdem um pouco da liberdade que tinham quando elas eram pequenininhas, sozinhas, no seu canto. Agora elas têm que negociar, têm que se posicionar entre os pares, tudo isso. Então

o “jogo USP” tornou-se muito importante [...] porque o jogo é grande. E você ter uma marca internacional como a USP é muito importante. A autonomia, que, no passado, significava muito, aos poucos foi perdendo importância para a “marca USP”, que passou a contar muito com suas regras, com a sua estabilidade, inclusive. [...]. Então, a USP foi ganhando, com essa centralização, uma necessidade de planejamento. Planejamento significa ter regras comuns. Então, todo mundo tem regras mais ou menos comuns.

Em suma, o processo de autonomização, complexificação e fortalecimento da gestão – que se expressa justamente na crescente centralização do poder – contribuiu para uma mudança profunda na estrutura do poder na USP, que passou a valorizar, de um lado, o jogo político interno e, por outro, as habilidades e competências ligadas à gestão acadêmica, usualmente auferidas por essa experiência pregressa em cargos de direção, especialmente no âmbito executivo central. É o que explica por que o perfil dos reitores a partir de 1988 passa a ser o de figuras com longa trajetória na estrutura de poder interna à USP, com destaque para a direção de unidade e, principalmente, a passagem por pró-reitorias, vice-reitorias e coordenadorias centralizadas. Essa mudança não alterou, porém, o fato de que o corpo dirigente da universidade, representado por seus reitores, seguiu sendo recrutado no polo dominante da instituição, formado pelas faculdades profissionais tradicionais, em especial as escolas de engenharia, medicina e direito.

Conclusão

O presente artigo apresentou o processo de consolidação do poder central da USP a partir de uma análise da permanência e da mudança. Para tanto, segmentou a história da USP em três grandes momentos, a saber: “a era das cátedras e congregações”, quando a universidade não tinha um executivo central estabelecido e o poder se exercia no âmbito das unidades descentralizadas; “os anos de chumbo”, quando se trava “a grande batalha pela reforma universitária”, vencida pelos defensores da centralização; e, por fim, “a redemocratização”, que, de 1988 até hoje, marca o processo de consolidação da “USP forte”. Essa análise chamou a atenção para a dinâmica de escolha dos reitores em cada período e a implicação desse processo para o perfil dos mesmos em cada um desses momentos.

Essas mudanças não devem obliterar, porém, o fato de que o perfil dos reitores da USP entre 1934 e 2024, considerando suas unidades de origem, praticamente não mudou ao longo dos últimos noventa anos. Como mostra a análise que abre este artigo, o poder na USP permaneceu concentrado no polo dominante da instituição, formado pelas faculdades profissionais que ontem, como hoje, recrutam seu alunado

entre os setores sociais mais elitizados da sociedade paulista. Nesse sentido, não parece exagero dizer que a “USP forte” é, também, ao mesmo tempo, a “USP dos mais fortes”.

Referências Bibliográficas

- AMERICANO, Jorge. (1947), *A Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos*. São Paulo, Empresa Revista dos Tribunais.
- ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. (1971), *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. 252f. São Paulo, tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. (1954), *A história da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. (2018), “A universidade vista a ‘certa distância’: a estrutura social da USP e sua representação simbólica”. *Política & Sociedade*, 17 (38): 224-255.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. (2022), “Relato pessoal ou primazia da estrutura? Da história oral à história estrutural como modelo para a sociologia histórica: o caso da história institucional da USP”. *Tempo Social*, 34 (1): 55-82. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.180874>.
- CELESTE FILHO, Macioniro. (2013), *A constituição da Universidade de São Paulo e a reforma universitária da década de 1960*. São Paulo, Editora Unesp.
- CHARLE, Christophe & SOULIÉ, Charles (orgs.). (2007), *Les ravages de la “modernisation” universitaire en Europe*. Paris, Éditions Syllepse.
- FERNANDES, Florestan. (1984), *A questão da USP*. São Paulo, Brasiliense.
- FERNANDES, Florestan. (1975), *Universidade brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. (1986), *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo*. São Paulo, tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 3 vols.
- FISCHER, Tânia. (1984), *O ensino da administração pública no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade*. São Paulo, tese de doutorado em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- HEY, Ana Paula & CATANI, Afrânio. (2006), “A USP e a formação de quadros dirigentes”. In: MOROSONI, Marília (org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília, Inep, pp. 295-312.
- KWANISCKA, Eunice Lacava (org.). (1985), *Universidade de São Paulo: subsídios para uma avaliação*. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- LIMONGI, Fernando. (1988), *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. 1988. 279f.

- Campinas, dissertação de mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- LIMONGI, Fernando. (1989), “Mentores e clientelas na Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, vol. 1, pp. 111-86.
- MARCOVITCH, Jacques. (2001), *Universidade viva, diário de um reitor*. São Paulo, Mandarim.
- MENDES, Josué Camargo. (1977), *Universidade de São Paulo, súmula da sua história*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia; Academia de Ciências do Estado de São Paulo.
- MICELI, Sergio. (1989), “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: MICELI, Sergio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, pp. 72 -110.
- MOTOYAMA, Shozo. (org.). (2006), *USP 70 anos, imagens de uma história vivida*. São Paulo, Edusp.
- MOTTA, André Patto Sá. (2014), *As universidades e o regime militar. Cultura política e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MUSSELIN, Christine. (2005), “Change or continuity in higher education governance?”. In: BLEIKLIE, Ivar & HENKEL, Mary. *Governing knowledge: a study of continuity and change in higher education*. Dordrecht, Springer, pp. 65-80.
- OBA, Rosana. (2006), *Universidade de São Paulo seus reitores e seus símbolos. Um pouco da história*. São Paulo, Edusp.
- OLIVEIRA, Hélio Lourenço de (org.). (1995), *USP 1968-1969: Hélio Lourenço de Oliveira*. São Paulo, Edusp.
- OLIVEIRA, Maurício Roque. (1990), *A importação de metodologias administrativas no Brasil*. 225f. São Paulo, dissertação de mestrado em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- REALE, Miguel. (1994), “Minhas memórias da USP”. *Estudos Avançados*, 8 (22): 25-46. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300004>.
- REALE, Miguel. (1986), “Recordações da Universidade de São Paulo”. *Revista da Universidade de São Paulo*, 3: 91-101.
- RODAS, João Grandino & Motoyama, Shozo. (2011), “História da Universidade de São Paulo”. *Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*, 33 (66): 11-48.
- ROTHBLATT, Sheldon & Wittrock, Björn (orgs.). (1993), *The European and American university since 1800: historical and sociological essays*. Cambridge, Cambridge University Press.
- STRATHERN, Marilyn (org.). (2000), *Audit culture: anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. Londres, Routledge.

Resumo

A construção da "USP forte": permanência e mudança no poder institucional da USP (1934-2024)

A história da Universidade de São Paulo vem sendo contada e disputada por muitas perspectivas. Uma, porém, tem sido pouco explorada: aquela que enfatiza o poder institucional da universidade, ou seja, a formação da sua administração central e do seu corpo dirigente correspondente. Reconhecendo essa lacuna, o presente artigo propõe apresentar o longo processo de construção do poder institucional da USP mostrando como, apesar das mudanças ao longo do tempo, esse poder foi e segue concentrado no polo profissional-tradicional da universidade, formado pelas unidades, em especial das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, da capital e do interior do estado.

Palavras-chave: Universidade de São Paulo; Gestão universitária; Poder.

Abstract

The construction of a "strong USP": continuity and change in the institutional power of USP (1934-2024)

The history of the University of São Paulo has been narrated and contested from various perspectives. However, one perspective has been relatively unexplored: that which emphasizes the institutional power of the university, namely the formation of its central administration and corresponding governing body. Acknowledging this gap, the present article proposes to outline the lengthy process of constructing the institutional power of USP, demonstrating how, despite changes over time, this power has been and continues to be concentrated in the traditional professional hub of the university, comprised notably of the Schools of Law, Medicine, and Engineering, both in the capital and throughout the state's interior.

Keywords: University of São Paulo; University management; Power.

Texto recebido em 22/02/2024 e aprovado em 02/03/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.222361.

MARIA CAMEZ CARLOTTO é cientista social formada pela USP, com mestrado e doutorado pela mesma instituição. É professora da Universidade Federal do ABC, onde coordena o grupo de pesquisa Neoliberalismo, Democracia e Mudança Estrutural do Espaço Intelectual Brasileiro.

E-mail: maria.carlotto@ufabc.edu.br.



A carreira acadêmica como profissão de mulheres

Algumas histórias a partir da FFCL-USP

Mariana Miggiolaro Chaguri*

<https://orcid.org/0000-0002-5201-360X>

Bárbara Luisa Pires*

<https://orcid.org/0000-0002-0461-2034>

Introdução

Este artigo analisa trajetórias individuais e coletivas de mulheres que, pouco a pouco, passaram a ocupar as salas de aula da antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). Recortando o período de vigência do regime de cátedras (1934-1969), argumentamos que diferenças de gênero produziram impactos na distribuição de oportunidades entre homens e mulheres no interior de uma cultura acadêmica e institucional que então começava a se desenhar.

Evidentemente, tal distribuição esteve atravessada por inúmeras ambiguidades e não escapou às contingências que marcam tanto trajetórias individuais quanto histórias coletivas e institucionais. Assimetrias de classe, diferenças de raça, lógicas próprias de atribuição de prestígio e *status* no interior das variadas áreas do conhecimento que então integravam a FFCL¹ também balizaram tal contexto e ajudaram a regulá-lo, uma vez que histórias institucionais e intelectuais são construídas a partir das relações sociais que as tornam possíveis (Connell, 1997; Heilbron, 2022).

No entanto, seguindo pistas de pesquisas pioneiras (Trigo, 1994; Pontes, 1998 e 2010; Cerdeira, 2001; Corrêa, 2003; Spirandelli, 2011; Pinheiro, 2016), focali-

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

1. No período aqui analisado, estavam reunidos nas FFCL os cursos de Filosofia; Letras Estrangeiras e Português; Letras Clássicas e Português; Ciências Sociais e Políticas; Geografia e História; Ciências Matemáticas; Ciências Naturais e Ciências Químicas. Sobre a história da FFCL, ver Galvão, 2020.

zamos o modo como o gênero permeia um amplo domínio das vidas institucionais e intelectuais. Como aponta a bibliografia (Miceli, 1989; Limongi, 1989; Trigo, 1994; Blay e Lang, 2004), a fundação da FFCL foi importante para o acesso de uma parcela consistente de mulheres ao Ensino Superior em São Paulo. Ainda assim, observamos que as possibilidades de inserção profissional das mulheres foram menores e reverberaram em suas carreiras acadêmicas, sobretudo quando nos atentamos ao acesso e a posições institucionais de poder e de prestígio no interior da Faculdade.

Procuramos, então, avançar a hipótese de que certa divisão sexual do trabalho intelectual² se desenhou no interior da nascente cultura institucional da FFCL e marcou as possibilidades de acesso – e de reivindicação – da parcela de mulheres que procuravam ingressar no universo profissional que então se constituía na Faculdade. Para desenvolver o argumento, o artigo está organizado do seguinte modo: em primeiro lugar, apresentamos um breve panorama sobre a presença de mulheres no corpo discente e docente da instituição; em seguida, analisamos as possibilidades abertas de profissionalização na carreira acadêmica naquele contexto para mulheres.

Para investigar tais possibilidades de modo mais aprofundado, recortamos o caso das Cadeiras I e II de Sociologia e, em particular, de três docentes vinculadas a elas: Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018), Marialice Foracchi (1929-1973), Maria Sylvania de Carvalho Franco (1930-). A escolha justifica-se pelos seguintes critérios: (1) suas carreiras podem ser vistas como ilustrativas da gênese da distribuição e da consagração de assimetrias entre homens e mulheres no espaço acadêmico da época; (2) suas trajetórias permitem observar os condicionantes de uma posição que nomeamos como a de *insiders-outsiders*³, comum a um conjunto mais amplo de mulheres docentes que compartilham a ambiguidade de estarem simultaneamente dentro e fora dos espaços de prestígio e de poder dentro da Faculdade.

Sinteticamente, cabe destacar que as três sociólogas possuem origens sociais semelhantes entre si – e com parcela significativa de seus pares homens do período –;

2. De modo sintético, definimos divisão sexual do trabalho como a “separação e a hierarquização das tarefas entre homens e mulheres, a reposição das responsabilidades domésticas e o cuidado com elas e a soma dessas atividades com as do trabalho remunerado são a base da teoria da divisão sexual do trabalho” (Castro e Chaguri, 2020, p. 26). Sobre o tema, ver Hirata e Kergoat, 2007.
3. Patricia Hill Collins (2016; 2019) cunhou o termo *outsider within* para descrever o *status* de mulheres negras na sociedade norte-americana. Em seu argumento, a ambiguidade de estar dentro e fora proporcionaria a tais mulheres um ponto de vista próprio quanto ao *self*, à família e à própria sociedade. No que se refere à produção do conhecimento, a autora observa que todas as pessoas nelas envolvidas devem ser vistas a partir de suas posições de gênero, raça e nacionalidade, pois tais posições incidem na atribuição de prestígio e *status* ao conhecimento científico e aos seus praticantes; na atribuição de sentido aos conceitos e às categorias; e nos modos de recortar e construir temas e objetos de pesquisa. É, portanto, neste sentido que utilizamos a expressão *insiders-outsiders*.

isto é, eram oriundas de famílias brancas que, se não abastadas, mantinham posses e prestígio social. Além disso, possuem alto volume de publicações, atividades regulares de pesquisa e inserção em centros de pesquisa.

Nenhuma das três, no entanto, chegou à posição de catedrática, o que indica suas inserções numa dinâmica coletiva de experiência intelectual, geracional e de gênero, marcada por assimetrias na ocupação de posições de poder institucional no interior da estrutura acadêmica.

Maria Isaura, a mais velha, graduou-se em Ciências Sociais em 1949, doutorando-se sete anos depois, em 1956. Na Cadeira I, sua posição institucional mais elevada foi a de auxiliar de ensino (até 1958). Na Cadeira II, foi promovida à assistente doutor em 1960. Marialice e Maria Sylvia graduaram-se em 1952. A primeira doutorou-se em 1959, enquanto a segunda levou doze anos para defender sua tese. Marialice teve como posição mais elevada na Cadeira I a de primeira assistente, assumida em 1960. Maria Sylvia também foi professora assistente da Cadeira I.

No plano pessoal, Maria Sylvia e Marialice se casaram (ao contrário de Maria Isaura)⁴ e somente Maria Sylvia teve filhos. Contemporânea de todas elas, Gilda de Mello e Souza, ao ser questionada sobre o impacto da FFCL na experiência das primeiras gerações de mulheres que lá ingressam, observou que existiram três esquemas básicos de ajustamento: “o radical” – das mulheres que optaram por assumir integralmente a vida intelectual, recusando o velho modelo feminino, com todos os sacrifícios afetivos que isso implicava; “o cauteloso” – expressão da tentativa de conciliar o velho e o novo modelo, optando pela carreira, mas sem “radicalismos”; e por último, o “conservador” – voltado à antiga dependência “mas convertendo o papel de prisioneira do lar em secretária dedicada” (Souza, 2014, p. 53). Neste contexto, nota-se como o casamento, mais do que uma decisão de foro íntimo, não escapou ao exame da experiência de gênero coletiva e geracional (Pontes, 2010).

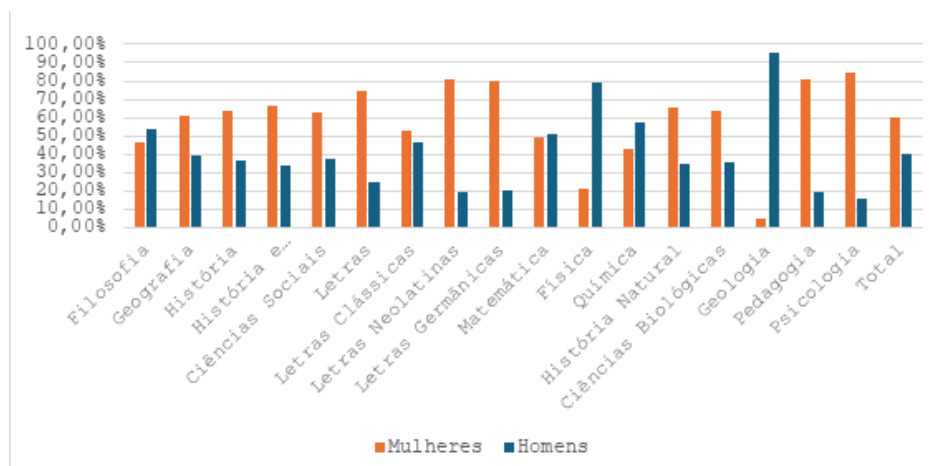
Numerosas, mas não o suficiente

Os primeiros anos da FFCL foram marcados pelo ingresso de expressivo contingente feminino de estudantes, sobretudo oriundo de camadas médias, tanto da capital quanto do interior de São Paulo. Jandyra França Barzagli (1915-2010), aluna da primeira turma de Química da FFCL e primeira doutora da USP, em 1942, relata tal processo do seguinte modo: “primeiro poucas, depois cada vez mais; primeiro cau-

4. É importante destacar que a visibilização do trabalho de cuidado tem sido contemporaneamente apontada como elemento chave para o enfrentamento de desigualdades de gênero na ciência. Para uma reflexão a partir das Ciências Sociais, ver Candido, Marques, Oliveira e Biroli, 2021.

GRÁFICO 1

Distribuição por sexo do número de formandos na FFCL-USP entre 1936 e 1969



Fonte: Elaboração própria a partir de Trigo (1994); Cerdeira (2001) e Inventários dos Arquivos do CAPH-USP.

telosamente como ouvintes, depois como alunas regulares; elas se dirigiam a todas as seções da Faculdade de Filosofia” (Blay e Lang, 2004, p. 80)⁵.

Em 1936, por exemplo, entre os primeiros vinte e quatro alunos que se diplomaram, apenas duas eram mulheres: Ophélia Ferraz do Amaral, graduada em Ciências Sociais e Políticas, e Adélia Dranger, em Filosofia⁶. No ano seguinte, aumenta significativamente o número de mulheres: do total de quarenta e quatro alunos registrados no quadro de formados, nos oito cursos da Faculdade, trinta e dois eram mulheres.

Somados todos os cursos, entre 1936 e 1969, 4.817 mulheres (60,39%) e 3.159 homens (39,61%) se formaram na FFCL (Inventários dos Arquivos do CAPH, 1969). O Gráfico 1 aponta a distribuição de homens e mulheres então presentes nos cursos.

Quando observamos apenas os diplomados na seção de Ciências Sociais e Políticas, a proporção de mulheres no número de formados é expressiva, sobretudo na comparação com outras áreas como a Física ou a Geologia, por exemplo.

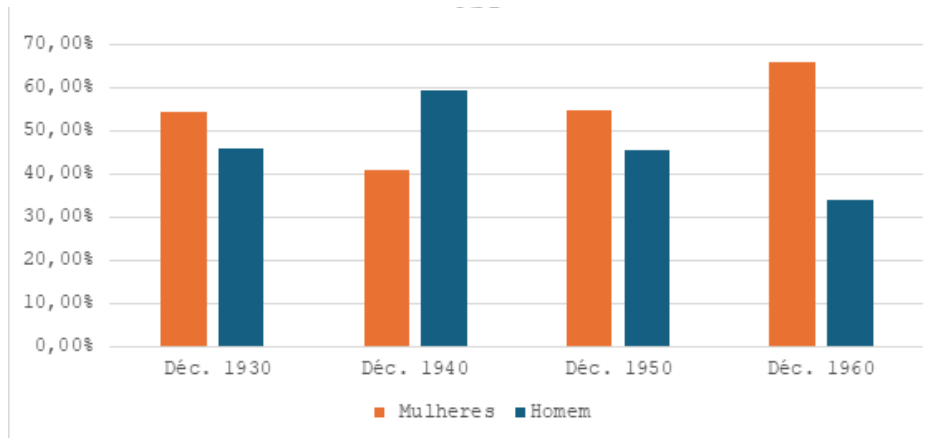
Muitas das alunas que se diplomaram na FFCL puderam fazê-lo a partir do recurso de comissionamento. O regime de comissionamento, implementado pela USP um ano após sua criação, dispensava dos encargos docentes, sem prejuízo dos vencimentos, os professores do quadro do magistério público primário das Escolas Normais do Estado para a realização de um curso superior.

5. Jandyra, após o doutoramento, chegou a lecionar, mas desistiu da carreira para ter filhos.

6. Ophélia Ferraz do Amaral tornou-se membra e sócia fundadora da Sociedade de Etnografia e Folclore (1937-1939). Adélia Dranger, seguiu carreira como técnica em educação.

GRÁFICO 2

Distribuição por sexo do número de formandos em Ciências Sociais na FFCL-USP



Fonte: Elaboração própria a partir de Trigo (1994); Cerdeira (2001) e Inventários dos Arquivos do CAPH-USP.

Segundo Limongi (1989, p. 176), as mulheres representavam 67,5% do total de alunos comissionados, sendo apenas 23,5% entre o corpo discente regular. As alunas comissionadas também compunham a maior taxa de aproveitamento nos cursos da FFCL, ou seja, foram diplomadas na universidade, representando cerca de 70% do total (Limongi, 1989, p. 175)⁷.

Conforme Maria Helena Bueno Trigo (1994, p. 103), entre as alunas, as que tinham um projeto profissionalizante mais claro eram justamente as comissionadas, isto é, aquelas que possuíam uma inserção profissional prévia como professoras primárias (ou de escola normal primária), principalmente no interior de São Paulo, e procuraram a universidade como forma de melhorar a sua posição no mercado de trabalho, ou, até mesmo, ascender na carreira docente, tornando-se professoras do ensino secundário.

No entanto, observando as trajetórias das egressas da FFCL, nota-se que a obtenção de um diploma teve significados variados para os diversos grupos sociais, sendo múltiplas as funções da diplomação. Se para as comissionadas o objetivo do incremento da formação e atuação profissional parecia mais nítido, havia também parcelas que aspiravam, em primeiro lugar, a adquirir uma “boa cultura geral” e, em segundo, uma boa preparação para “a vida do lar” (Gouveia, 1961, p. 128).

7. Nas seções de exatas, a maior parte da participação feminina era de comissionadas, poucas foram as que ingressaram via vestibular. Na área de humanidades, as comissionadas representavam mais de um terço dos formandos. Sobre a presença das comissionadas, ver Limongi, 1989, pp. 175-176.

Na miríade de possibilidades abertas pela diplomação para o grupo de mulheres egressas dos bancos da FFCL, nos interessa, especialmente, as histórias daquelas que optaram por construir carreiras como docentes no interior da própria Faculdade.

O gênero da carreira acadêmica

Com base em entrevistas realizadas com trinta mulheres de diferentes áreas do conhecimento formadas na USP entre as décadas de 1930 e 1950, Cerdeira (2001) destaca que, na percepção das entrevistadas, era comum naquele período certa resistência em aceitar que elas se profissionalizassem como docentes na universidade: “acreditava-se que o aumento do contingente feminino nos cursos poderia acarretar uma desvalorização do conteúdo, se comparado a um curso composto apenas por homens”. (Cerdeira, 2001, p. 122). Sem ser nominalmente identificada, uma das egressas entrevistadas chegou a afirmar que “os primeiros professores da Faculdade de Filosofia criavam declaradamente obstáculos para suas colegas, sob alegação de defesa da Faculdade, que ainda estava lutando para se implantar” (Cerdeira, 2001, p. 123).

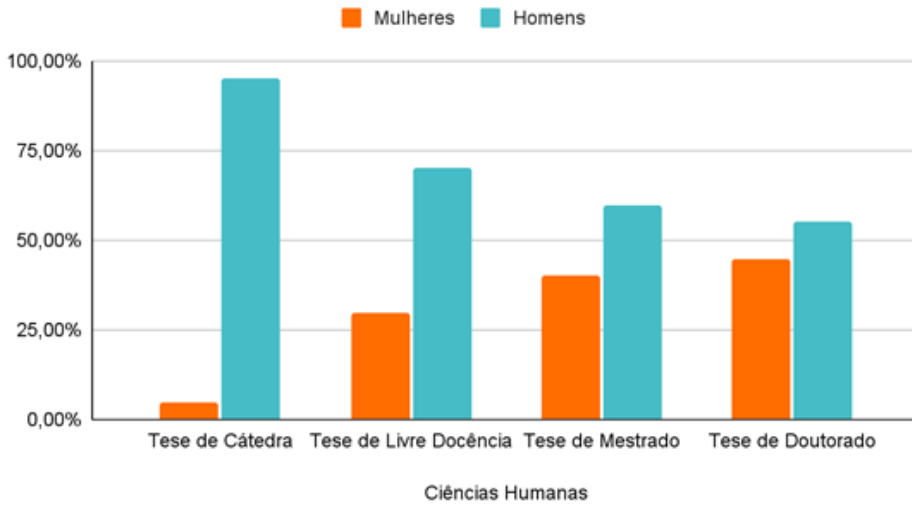
É possível encontrar ecos de tal percepção de época também em depoimentos colhidos por outros pesquisadores. Por exemplo, entrevistada por Blay e Lang (2004, p. 102), Alice Canabrava (1911-2003) comentou que a resistência masculina na Faculdade em aceitar que as mulheres ocupassem cargos e funções no interior da instituição era um reflexo da “arraigada consciência de superioridade” e da “predominância dos padrões masculinos”. Tal concepção baseava-se, ainda de acordo com a historiadora, na ideia de que para os colegas e docentes homens “tornava[-se] necessário proteger o ensino superior do baixo nível das professoras oriundas do magistério primário”.

Se o grupo de alunas era considerado “um elemento de fora”, chegando a receber a alcunha de “paraquedistas”, por outro lado, “nenhuma hostilidade se manifestava às mulheres no exercício de algumas funções administrativas: revelavam-se excelentes datilógrafas” (Blay e Lang, 2004, p. 102).

Os relatos acima transcritos nos permitem perceber indícios de que habilidades, competências e aptidões eram discriminadas também a partir da diferença de gênero, ajudando a estruturar as bases de uma divisão sexual do trabalho. Entre a discriminação velada e a interdição aberta, assimetrias de gênero se fizeram presentes na distribuição de oportunidades entre homens e mulheres no interior de uma cultura acadêmica e institucional que começava a se desenhar.

Por exemplo, no universo das entrevistas realizadas por Cerdeira (2001, p. 129), 50% delas revelaram que o maior obstáculo para o exercício da profissão era a disputa de cargos e títulos, pois a indicação normalmente incidia sobre o homem, desfavorecendo candidatas mulheres mesmo quando eram qualificadas. Os demais

GRÁFICO 3
Teses defendidas na FFCL, 1939-1969



Fonte: Elaboração própria a partir de Trigo (1994); Cerdeira (2001) e Inventários dos Arquivos do CAPH-USP.

obstáculos apontados se referem à origem social inferior (17%) e outros motivos (33%), incluindo “nepotismo” e a dificuldade de conciliar carreira, casamento e filhos.

Se até o ano de 1950 havia apenas duas professoras na lista de docentes, uma interina⁸ e outra catedrática – num total de cinquenta e três professores catedráticos –, a proporção de mulheres aumenta nas categorias hierárquicas mais baixas, as de assistentes (33,3%) e auxiliares de ensino (50%) (Anuário da FFCL, 1950, pp. 19-31).

Até a década de 1960, no que concerne à produção acadêmica, a desigualdade se repete: as mulheres eram mais numerosas nos mestrados e doutorados, enquanto na livre-docência e na tese de cátedra a vantagem das teses escritas por homens aumenta significativamente – nesta última com expressiva desproporção: quarenta teses masculinas e apenas duas femininas (Trigo, 1994, p. 104). O Gráfico 3 aponta essa diferença na área de Ciências Humanas.

Desse modo, as chances de ingressar na graduação por comissionamento, de ser assistente e mesmo de realizar doutoramento eram muito maiores do que a obtenção de uma cátedra. Como apontado em inúmeros depoimentos colhidos por Blay e Lang, era possível “tudo menos a Cátedra!” (Blay e Lang, 2004, p. 113)⁹.

8. Annita de Castilho e Marcondes Cabral, licenciada em Filosofia e Ciências Sociais; doutora em Sociologia, em 1945, foi professora interina de Psicologia.

9. A percepção de que a cátedra esteve fora do alcance das mulheres está presente em quase todos os depoimentos colhidos por Eva Blay e Alice Lang (2004), especialmente nos testemunhos de Gilda de Mello e Souza, Alice Piffer Canabrava, Jandyra França Barzaghi, Maria Vicente de Carvalho e Olga Pantaleão.

O sistema de cátedras adotava um modelo europeu de organização dos cursos em Cadeiras. Nesse modelo, a figura central era o professor Catedrático, detentor do poder institucional e hierárquico de sua disciplina e de seus subordinados, professores assistentes e auxiliares (Spirandelli, 2011, p. 86). Assim, a posição ocupada pelo catedrático, posto final na carreira universitária da época, era também fonte de poder acadêmico, burocrático e científico da universidade e esteve distante do alcance das mulheres.

Em 1937, de acordo com o Anuário da FFCL (1937-1938), as cadeiras de Ecologia, Botânica e Biologia foram as primeiras a contar com mulheres como auxiliares técnicas. O cargo, contudo, restringia-se à prática do laboratório, e suas ocupantes não eram inscritas como membros do corpo docente. Nesse mesmo ano, na área de Ciências Humanas, uma mulher foi contratada para a Cadeira da História da Civilização Americana, mas no posto de auxiliar de ensino.

Entre 1939 e 1949, cresce o número de mulheres no corpo docente, mas nos cargos de interinas e substitutas. As primeiras regências de interinas ocorrem nas cadeiras de Psicologia, Administração Escolar, História da Civilização Moderna e Contemporânea e Biologia.

Noemy Silveira Rudolfer (1902-1980), que veio transferida do Instituto de Educação após sua extinção, foi a primeira mulher a obter a titularidade de uma cátedra na USP, em 1938, substituindo Lourenço Filho (1897-1970) na Cadeira de Psicologia Educacional. Em 1946, Alice Canabrava (1911-2003) disputou com Astrogildo Mello o concurso da Cadeira de História da Civilização Americana; contudo, apesar de ter obtido as melhores notas, não ganhou a titularidade de cátedra, tendo sido escolhido o segundo colocado, um homem, para assumir a regência¹⁰.

A também historiadora Olga Pantaleão regeu interinamente, entre 1946 e 1947, a Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea; porém, por “pressão do grupo masculino do curso de Geografia e História”, teve que deixar a FFCL, tendo feito o restante de sua carreira fora da USP (Blay e Lang, 2004, p. 114). Annita Cabral tornou-se responsável interina pela cadeira de Filosofia após a saída de Maugüé, entre 1943 e a vinda de Otto Klineberg em 1945.

Os casos se repetem nas Ciências Sociais: a falta de título de doutorado que impediu Gioconda Mussolini (1913-1969) de assumir, como todos “esperavam”, a titularidade da Cátedra de Antropologia, no lugar de Egon Schaden (Ciacchi, 2015, p. 181); Gilda de Mello e Souza, assistente mais antiga da Cadeira de So-

10. Após o concurso, Alice Canabrava pediu demissão, ainda em 1946, e se transferiu para a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa da USP, onde se tornou catedrática de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil. Alice é considerada a primeira mulher catedrática da USP, via concurso de cátedra.

ciologia I, foi substituída após a saída de Roger Bastide, em 1954, por Florestan Fernandes, e se transferiu para a Filosofia (Pires, 2019, pp. 56-7); Paula Beiguelman (1926-2009), que era candidata “natural” da Cadeira de Política e aguardava havia anos uma vaga para se candidatar, acabou empatando com Fernando Henrique Cardoso, mas ele foi o escolhido por unanimidade pela banca examinadora (Pineiro, 2016, p. 187).

Não obstante a hierarquia dos postos e dos espaços acadêmicos, temas classificados como mais “nobres” ou “legítimos” teriam ficado a cargo dos homens, enquanto as mulheres acabaram por se engajar em setores das Ciências Sociais considerados, nas hierarquias acadêmicas da época, menos prestigiosos (Corrêa, 2003; Pontes, 2006). Não raro, produções intelectuais de mulheres se concentravam em áreas consideradas tradicionalmente femininas, ligadas, sobretudo, à Educação, como, por exemplo, a Pesquisa Educacional, a Psicologia Educacional, a Administração Escolar e a Didática.

Inserções profissionais marcadas pela diferença de gênero – ainda que não exclusivamente por ela – foram comuns no cotidiano da Faculdade, produzindo efeitos nas estratégias de profissionalização das diplomadas que pretendiam seguir na carreira acadêmica. Também, como afirma Trigo (1994), processos de reconversão de diplomas ocorreram em larga escala. Não encontrando oportunidades docentes em suas áreas de formação na FFCL, mulheres estudantes migraram de área na própria USP e fora dela.

Se a condição de gênero não foi o fundamento exclusivo na caracterização das Cátedras e das disputas simbólicas em seu interior, como demonstram os trabalhos de Pulici (2008) e Spirandelli (2011), é impossível ignorá-la quando se trata de compreender as dificuldades e barreiras interpostas ao grupo de mulheres no jogo complexo das relações desenvolvidas no interior da cultura universitária recém-implantada.

Três autoras, duas cadeiras e uma disciplina: o caso da Sociologia

Para aprofundar algumas dessas questões, passamos à análise de aspectos dos percursos profissionais de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Marialice Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco, a fim de mostrar que, inseridas – primeiro como estudantes, depois como docentes das Cadeiras I e II de Sociologia –, as três acabaram enfrentando obstáculos que indicam como dinâmicas e assimetrias de gênero incidiram em seus percursos profissionais.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018)

Transitando entre a Sociologia política e a da cultura, Maria Isaura dirigiu suas pesquisas para o meio rural e para temas da cultura brasileira, afastando-se “de visões disjuntivas de ‘tradição’ e ‘modernidade’”, que orientavam os assuntos privilegiados pela produção sociológica paulista feita nas décadas de 1950 e 1960 (Botelho, 2019, p. 93). Foi a única mulher da primeira geração de sociólogas formadas na FFCL a acompanhar, em termos de produção intelectual, os seus colegas mais consagrados, e uma das poucas intelectuais de seu tempo que conseguiram reconhecimento e projeção internacional, o que, contudo, não se deu do mesmo modo no Brasil (Ortiz, 2020, p. 293).

Maria Isaura nasceu na cidade de São Paulo em 26 de agosto de 1918. Embora tenha passado sua vida em um ambiente urbano, descendia de uma família tradicional da oligarquia cafeeira do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista. Era sobrinha-neta do ex-presidente Prudente de Moraes (1841-1902), sua linhagem familiar, tanto pelo lado materno (Queiroz Telles), quanto paterno (Pereira de Queiroz), acumula figuras proeminentes na política local ou do país¹¹. Segundo Maria Armanda Arruda (1999, p. 40), tal origem social teria, possivelmente, orientado seus interesses de pesquisa como, por exemplo, em *O mandonismo local na vida política brasileira* (1969), obra na qual a análise da organização familiar (parentela) é fundamental à interpretação da socióloga sobre dominação e mandonismo¹².

O contato com um mundo fora dos limites de sua classe social ocorreu durante sua formação escolar, no ensino público. Maria Isaura estudou no Jardim de Infância da Praça da República, que era porta de entrada para a famosa “Escola Normal da Praça”, também conhecida como Instituto Caetano de Campos, onde sua mãe e tias saíram formadas professoras primárias. No julgamento de seus avós, as mulheres da família deveriam estudar em escolas públicas, “para serem iguais a todas as demais jovens”¹³ (Queiroz, 2000, p. 34).

O ingresso na FFCL lhe pareceu bastante familiar, já que nos primeiros anos de funcionamento da instituição os cursos eram oferecidos no terceiro andar do prédio do Instituto Caetano de Campos. Além disso, ela conhecia de antemão parte dos professores e colegas, alguns deles parentes ou pessoas próximas de sua família (Queiroz, 2000, p. 35).

11. Sobre as origens sociais de Maria Isaura, ver Pulici (2008, p. 126); Lopes (2012, pp. 7-8); Pinheiro (2016, pp. 180-181).

12. Sobre a sociologia política de Maria Isaura, ver Botelho (2019) e Villas Bôas (2010).

13. Curiosamente, em uma pesquisa sobre os corsos e bailes carnavalescos da cidade de São Paulo, a socióloga lembrou que na concepção das famílias de elite, inclusive da sua própria, nem todos os lugares eram “frequentáveis” e nem todas as jovens eram iguais, sendo “impensável que meninas de ‘boa família’ se misturassem com imigrantes italianos e espanhóis e seus descendentes!” (Queiroz, 1992, p. 14).

Formou-se em 1949 e, no ano seguinte, passou a integrar, na condição de “instrutora extranumerária”, a Cadeira de Sociologia I, então dirigida por Bastide. Em 1951, estabilizou-se na vaga como auxiliar de ensino. Nesse mesmo ano, com bolsa do governo francês, ingressou na École Pratique de Hautes Études, em Paris, onde obteve seu doutorado, no ano de 1956, com a tese *La Guerre Sainte au Brésil: le mouvement messianique du “Contestado”*, sendo a banca examinadora composta por Bastide, seu orientador, Claude Lévi-Strauss e Gabriel Le Bras.

Com o retorno definitivo de Bastide para a França em 1954, Florestan Fernandes assumiu interinamente a chefia da Cadeira de Sociologia I. Como novo regente, o sociólogo reformulou as atividades e os programas de pesquisa da cátedra. Tal mudança se refletiu na recomposição dos membros da cadeira: Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Renato Jardim Moreira (1926-2012) ascenderam, respectivamente, aos postos de primeiro e segundo assistentes. Como consequência, Gilda de Mello e Souza (1919-2005), que era a primeira assistente, e Maria Isaura, que era a auxiliar de ensino mais antiga, foram prejudicadas.

O vínculo formal de Maria Isaura com a Cadeira de Sociologia I se manteve até 1958, quando se transferiu para a Cadeira de Sociologia II, então chefiada por Fernando de Azevedo (1894-1974). Em 1960, obteve o reconhecimento de equivalência acadêmica de sua tese de doutorado pela USP, o que lhe permitiu ascender ao posto de “assistente doutor”. No ano de 1963, foi aprovada no concurso de Livre-docente na FFCL com a tese *O messianismo no Brasil e no mundo*, publicada três anos depois e que lhe rendeu o prêmio Jabuti pela melhor obra brasileira de Ciências Sociais.

Ainda assim, as credenciais e o prestígio, nacional e internacional, adquiridos pela socióloga não foram suficientes para que ela ousasse concorrer à disputa pela sucessão de Fernando de Azevedo na Cadeira de Sociologia II, em 1964. No concurso da cátedra inscreveram-se Octavio Ianni e Ruy Coelho, sendo este último o vencedor. Com a mudança, Maria Isaura se tornou “segunda assistente”, posição que se manteve até o final do regime de cátedras, em 1968.

Se ela foi uma das poucas cientistas sociais a acompanhar, em termos quantitativos, o padrão de produtividade de seus colegas homens mais consagrados, alcançando renome e prestígio nacional e internacional, como também se destacando por suas atuações em importantes instituições científicas brasileiras, faltou a ela, como afirma Pinheiro (2016, p. 183), apenas a cátedra, “que aparentemente não teve interesse em disputar”. Tendo em vista o quadro mais amplo que apresentamos anteriormente, pode-se interpretar que essa atitude de recusa na disputa pela posição de catedrática tenha sido uma opção de construção de carreira que buscou transbordar as barreiras impostas pela estrutura do regime de cátedras.

Marialice Mencarini Foracchi (1929-1972)

Entre os poucos pesquisadores que se dedicaram ao estudo da vida e da obra de Marialice Foracchi, Maria Helena Augusto (2005, p. 12) classifica sua produção como “clássica”, na medida em que seus trabalhos permanecem atuais para a discussão das diferenças e desigualdades que marcam a experiência da juventude, bem como dos movimentos sociais de base estudantil.

Alguns fatores podem ter contribuído para o relativo esquecimento de seus trabalhos. Entre eles, sua morte prematura, aos 43 anos e, até certo ponto, o retrocesso sofrido pelo tema de sua tese de doutorado – a condição do estudante e seu protagonismo na atuação política –, particularmente após os anos 1980.

Marialice nasceu na cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 1929. Onze anos mais nova que Maria Isaura, ambas possuíam uma origem de classe semelhante, visto que ela também pertencia a uma família “quatrocentona” da região do Vale do Paraíba, os Marcondes Ferreira. O irmão de sua mãe, Octalles Marcondes Ferreira (1900-1973), foi fundador, junto a Monteiro Lobato (1882-1948), da Companhia Editora Nacional. Por sua vez, o lado paterno era representado por setores da burguesia imigrante ascendente, tendo seu avô, um alfaiate italiano, fundado a empresa “Café Jardim”. Apesar da origem social mista, tudo indica que a família acumulara posses, pois quando ela se casou com outro italiano, Mário Foracchi, de quem herdou o sobrenome, sua mãe impôs como condição aos noivos o regime de separação de bens (Martins, 2010, p. 239).

Diferentemente de Maria Isaura e de outras colegas de sua geração que se formaram normalistas, Marialice estudou em colégios privados da elite paulista: primeiro no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion e, posteriormente, cursou o ginásial e o clássico no Instituto Mackenzie. Em 1952, concluiu o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais na FFCL, sendo escolhida a oradora da turma.

No ano seguinte, assumiu o cargo de “professora assistente” da Cadeira de História e Filosofia da Educação, a convite de Laerte R. de Carvalho (1922-1972), que também foi seu orientador de mestrado. Em 1958, fez uma especialização em Sociologia, oportunidade em que realizou um primeiro estudo sobre “Mannheim e Educação”. Como desdobramento dessa pesquisa, em 1959, defendeu a tese *Educação e planejamento: aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise da Sociologia da Educação*.

Entre 1955 e 1958, tornou-se “assistente extranumerária” na Cadeira de Sociologia I, exercendo, paralelamente, o cargo de professora interina da Cadeira de Sociologia Educacional no Instituto Caetano de Campos. Após a defesa do mestrado, migrou definitivamente para a Cadeira de Sociologia I, atuando como “auxiliar de ensino” (1959) e “primeira assistente” (1960-1969).

Em 1964, defendeu, sob orientação de Florestan Fernandes, a tese de doutorado *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, publicada em 1965 pela Editora Companhia Nacional, obra considerada um marco na formação da Sociologia da Educação e da Juventude no Brasil. Marialice inicia sua formação de socióloga com temas voltados para a pesquisa educacional, avançando, em seguida, para o estudo sobre o tema do estudante, da participação política, dos movimentos estudantis e da construção da juventude enquanto categoria social.

Foi integrante do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), membra do Conselho Deliberativo do Centro de Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo e do Conselho Técnico de Política do Trabalho na Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (Spirandelli, 2011, p. 59). Em 1970, tornou-se professora livre-docente com a tese *A juventude na sociedade moderna*, publicada em 1972 e republicada apenas em 2018.

Nos últimos anos de vida, Marialice se dedicou ao tema da marginalidade social. Poucos dias antes de morrer, em 1972, ela havia preparado, nas palavras de José de Souza Martins (2010, p. 251), “como se fosse uma estudante de pós-graduação”, uma comunicação para apresentar na xxiv Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre a noção de “participação-exclusão” no estudo das populações marginais. Apesar de seu renome e de sua competência como pesquisadora no campo da Sociologia dos movimentos sociais, como evidencia a sua tese de livre-docência, ao contrário de seus alunos, ela não fora convidada para participar da mesa de debate principal sobre o tema na reunião.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1930-)

Maria Sylvia ocupa, ainda hoje, um lugar controverso no âmbito do que se convencionou chamar “escola sociológica paulista”. Se, por um lado, sua tese *Homens livres na ordem escravocrata*, de 1964, obteve diferentes reimpressões ao longo do tempo e continuou sendo revisitada nas disciplinas de “pensamento social” ou de “Sociologia brasileira”, por outro lado, as polêmicas em torno de seus argumentos, suas críticas em relação às interpretações sociológicas hegemônicas, sua trajetória interdisciplinar entre a Sociologia e a Filosofia, parecem ter contribuído para que o legado intelectual da socióloga fosse pouco disputado (Cazes, 2013).

Maria Sylvia nasceu na cidade de Araraquara-SP em 1930. Era filha de um delegado de polícia e, pelo lado materno, descendente dos Pinto Ferraz, família proprietária de terras no interior do estado (Pulici, 2008, p. 134). Ainda na infância, foi morar na capital para estudar em um colégio feminino prestigioso, o *Des Oiseaux*. Ingressou na USP no ano de 1949, onde concluiu o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais, em 1952.

Na Cadeira de Sociologia I, atuou como “assistente extranumerária” (1955-1958); “auxiliar de ensino” (1959-1960); e “assistente” (1961-1969). Em 1964, defendeu sua tese de doutorado *Homens livres na velha civilização do café*, orientada por Florestan Fernandes. A tese foi publicada como livro, cinco anos depois, com o título *Homens livres na ordem escravocrata*. A tese de Maria Sylvia, com sua interpretação sobre a escravidão e o capitalismo brasileiro, divergia das ideias defendidas pelos integrantes do grupo ligado a Florestan Fernandes e, mais amplamente, da Cadeira de Sociologia I.

Analisando as disputas pela sucessão no cargo de primeiro assistente, aberto com a ida de Fernando Henrique Cardoso para a regência da Cátedra de Ciência Política, Luiz Carlos Jackson (2007, p. 126) sugere que, ao explicitar em sua tese essa diferença de interpretação, “a socióloga talvez pretendesse reforçar sua posição no grupo”. Contudo, esse posicionamento poderia ter gerado uma crise interna, possivelmente relacionada com a transferência dela para a Filosofia.

Após a reforma universitária de 1968, Maria Sylvia se manteve trabalhando no departamento de Ciências Sociais da USP até 1970, ano em que defendeu *O moderno e suas diferenças*, sua tese de livre-docência. No contexto repressivo da ditadura militar, em meio a cassações e aposentadorias compulsórias, ela migrou para o Departamento de Filosofia, onde se tornou professora titular.

Marilena Chaui (2011), lembra que, naquele contexto, o departamento se manteve graças aos esforços de duas mulheres, “não filósofas”: Gilda de Mello e Souza e Maria Sylvia. A primeira, como chefe de departamento, por assegurar as defesas, devolvendo o nível de titulação exigida e garantindo a sua autonomia; e a segunda, por atuar na manutenção da burocracia de titulações contra a intervenção da ditadura:

No caso da Maria Sylvia, a coisa foi muito grave. Maria Sylvia escreveu um trabalho que ela nunca publicou porque não era o trabalho que ela queria fazer, mas que fez para o Departamento de Filosofia sobreviver, sacrificando um livro numa tese acadêmica. Quando, anos depois, ela quis fazer o concurso para professor adjunto, alguns alegaram que era impossível porque ela não era bacharel em Filosofia. Além da injustiça patente, também houve desconsideração pela trajetória intelectual de Maria Sylvia, que cruzara com a filosofia e fizera muitos de nós cruzarmos com a história e a política (Chauí, 2011, p. 190).

Conclusão

No final dos anos 1950 e início dos 1960, Maria Sylvia esteve encarregada do programa da disciplina de graduação “Técnicas e Métodos de Investigação”, no âmbito da qual dirigiu uma pesquisa sobre a clientela da FFCL. Segundo os resultados da

pesquisa, “o número de mulheres [era] acentuadamente maior nas sessões de humanidades [e elas] aparecem em maior proporção no grupo proveniente do interior que no de origem paulistana” (Franco, 1962, p. 46).

Como destacado por Moraes (2023), no entanto, na hipótese de Maria Sylvia, “a presença feminina na FFCL não aparece como ruptura com padrões tradicionais”. Mostra, antes, sua manutenção (Moraes, 2023, p. 94), pois no argumento da autora:

[...] entre nós existem alguns setores profissionais que têm sido regularmente supridos por elementos femininos e, desses, o magistério é o mais importante. Ensinar constitui atividade feminina sancionada pela tradição, havendo em relação a ela menor carga de preconceitos do que os que cercam outras ocupações que o mundo urbano moderno vem confiando preferencialmente às mulheres (Franco, 1962, p. 46).

Ao observar que ensinar seria uma “atividade feminina sancionada pela tradição”, Maria Sylvia nos ajuda a compreender aspectos dos temas tratados até aqui. As condições nas quais as ideias e obras de mulheres puderam vir a ser debatidas em seu contexto intelectual não foram as melhores. Em meio às transformações das práticas e da vida intelectual promovidas pela criação de cursos superiores em áreas como Ciências Sociais no Brasil (Miceli, 1989; Pontes, 1998; Arruda, 2015), observamos que a participação do contingente feminino na mudança foi retraduzida a partir de um lugar social tradicional, anterior a tais transformações: a associação entre o feminino e o magistério.

Alocações como auxiliares de ensino ou “instrutoras extranumerárias”, por exemplo, não apenas foram comuns, como também foram tomadas como os espaços mais típicos da presença feminina. Em meio às rotinas de aula e ao trabalho de cuidado – na vida profissional e pessoal –, mulheres pareciam encontrar menos espaços e dispor de menos tempo para a viabilização de suas carreiras acadêmicas, em um dos efeitos mais visíveis do que chamamos de divisão sexual do trabalho intelectual¹⁴.

Impactando os usos do tempo e, portanto, estruturando rotinas pessoais e profissionais, tal divisão do trabalho acabou por inserir no interior da nascente cultura institucional da Faculdade normas de conduta de gênero que tiveram o efeito de naturalizar elementos como os empecilhos no acesso às cátedras, as posições subordinadas em atividades de ensino e de pesquisa, além das dificuldades para a construção de prestígio intelectual no momento mesmo em que produziam e colocavam suas ideias em circulação.

14. O debate sobre usos do tempo, trabalho doméstico e sua delegação é amplo e indica a necessidade de considerar gênero em suas interseções com raça e classe. Sobre o tema, ver Castro e Chaguri, 2020.

José de Souza Martins (2010, p. 238), por exemplo, comenta sobre um mal-estar envolvendo Marialice Forachini e Luiz Pereira (1933-1985), que ocorreu durante a organização conjunta da antologia *Educação e sociedade* (1964). O ponto de queixa de Luiz Pereira era que a edição impressa do livro trazia o nome dela antes do dele, transformando-o em “mero coautor”. Na ocasião, Pereira chegou a afirmar que a troca aconteceu porque o dono da Companhia Nacional era o tio de Marialice; sendo assim, foi à editora e exigiu a mudança da capa e do primeiro caderno que começava a ser distribuído, ficando ela como “mera coautora”¹⁵.

Também segundo relato de José de Souza Martins (2010, p. 221), com a partida de Fernando Henrique para o exílio no Chile, em 1964, e as cassações e perseguições impostas aos estudantes pela ditadura militar, o grupo de Florestan mudou um pouco de rumo e foi reorganizado pela nova composição assumida por Marialice e Luiz Pereira, que era mais novo que ela. Nessa mudança, Marialice se incumbiu de orientar, muitas vezes informalmente, a maioria dos novos pesquisadores recrutados na Cadeira de Sociologia I, articular o grupo de assistentes e montar um seminário sobre os ensaios de metodologia de Max Weber, no estilo do seminário sobre *O capital*.

Pertencentes a uma geração posterior à de Maria Isaura, os integrantes da Cadeira de Sociologia I, como Marialice e Maria Sylvia, além de mais novos, foram todos colegas de graduação e alunos de Florestan Fernandes. No grupo mobilizado em torno dessa cátedra e das agendas de pesquisa coordenadas pelo sociólogo, em que se articulavam os projetos individuais e coletivos de pesquisa, foram estabelecidas relações assimétricas e, por vezes, desiguais. Ao contrário da Cadeira de Sociologia II, havia ali uma hierarquia mais notável. Exercendo uma “função reguladora”, Florestan “administrava o desencontro dos assistentes” (Martins, 2010, p. 257).

Na tentativa de afastar um suposto “despotismo de cátedra” e criar um espaço institucional mais democrático, Florestan constituiu em torno da Cadeira de Sociologia I e do Cesit um “pequeno grupo em que o poder era compartilhado em vários níveis, e no qual apenas havia “concentração de autoridade” quando se “tornava indispensável” (Fernandes, 1977, p. 186). Nesse grupo, segundo o próprio sociólogo, havia uma divisão entre dois escalões: a rotina de trabalho consistia em uma discussão em um primeiro escalão, na qual participavam com ele Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; havia, em seguida, “um desdobramento da discussão em *segundo escalão*”, que contava com a participação de Marialice Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco (*Idem*, grifo nosso). Tal divisão intelectual do trabalho mostra

15. Na edição original e nas posteriores, ficou, contudo, a evidência do que ocorreu na ficha catalográfica, que não foi mudada, em que o nome de Marialice aparece primeiro.

que, se às mulheres restava discutir ideias em “segundo escalão”, mais limitadas ainda eram as possibilidades de disputa por postos de poder.

Maria Isaura foi uma das poucas mulheres a, neste contexto, se engajar numa iniciativa mais comum entre os pares homens: a criação de um centro de pesquisa. Aliando trabalho de campo e pesquisa em equipe, no ano de 1964, ela criou o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru), cujo objetivo inicial era realizar estudos do meio rural brasileiro. Tal iniciativa se desdobraria na revista *Cadernos Ceru*, publicada a partir de 1968, que se consolidou como o principal meio de divulgação das perspectivas teóricas produzidas pelo grupo.

Havia no Ceru uma preponderância feminina de pesquisadoras que foram, direta ou indiretamente, alunas de Maria Isaura. Em depoimento a Spirandelli (2011, p. 192), Zeila de Brito Demartini, que foi aluna de Maria Isaura, recordou que ela as fazia escrever “os nomes completos de mulheres nas citações em texto e bibliográficas, para que todos soubessem que foram feitas por mulheres, ao invés das impessoais e assexuadas iniciais”.

Ainda que não esteja no escopo deste artigo, é importante observar que uma presença mais ampla das docentes mulheres na Faculdade se deu após a extinção do sistema de cátedras, fruto da Reforma Universitária de 1968 que criou os Departamentos¹⁶. Sem nos determos nas assimetrias de gênero que atravessam também a lógica departamental, nos restringimos aqui a apontar que reformar o padrão anterior de atribuição de cargos e de ascensão nas carreiras foi fundamental para diminuir o hiato de gênero nos quadros docentes da Faculdade.

Este artigo evidencia que foram muitas as histórias coletivas presentes nas primeiras décadas de funcionamento da FFCL. Também foi possível observar que o acesso a oportunidades e aos espaços de poder e de autoridade (institucional e intelectual), possui nas relações de gênero um forte elemento funcional. Assim, ao lado da abertura para pensar as múltiplas trajetórias e inserções profissionais no interior da antiga FFCL, seria possível indagar que história da “escola sociológica paulista” emergiria caso a observássemos a partir da contribuição de diferentes autoras.

16. Sobre o tema da Reforma Universitária de 1968, ver Fávero, 2006.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda. “Desafios de uma geração e a originalidade da interpretação”. In: KOSMINSKY, Ethel. (1999), *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília, Unesp-Marília-Publicações; São Paulo, Fapesp.
- ARRUDA, Maria Arminda. (2015), *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. São Paulo, Edusp.
- AUGUSTO, Maria H. (2005), “Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude”. *Tempo Social*, 17 (2): 11-33, novembro.
- BLAY, Eva & LANG, Beatriz. (2004), *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo, Humanitas.
- BOTELHO, André. (2019), *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CANDIDO, Márcia R.; MARQUES, Danusa; OLIVEIRA, Vanessa. E. de & BIROLI, Flávia. (2021), “As ciências sociais na pandemia da covid-19: rotinas de trabalho e desigualdades”. *Sociologia & Antropologia*, 11: 31-65.
- CASTRO, Bárbara & CHAGURI, Mariana M. (2020), “Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma política científica feminista”. *Linha Mestra*, 41: 23-31, dezembro.
- CAZES, Pedro. (2013), *A sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco: personalização, capitalismo e processo social*. 178 p. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CERDEIRA, Cleide M. B. (2001), *O ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CHAUÍ, Marilena. (2011), “Entrevista com Marilena Chauí”. *Trans/Form/Ação*, 34: 179-211.
- CIACCHI, Andrea. (2015), “Mestrança: Gioconda Mussolini e a Antropologia em São Paulo (1938-1969)”. *Tempos Históricos*, 19: 153-186, janeiro.
- COLLINS, Patricia H. (2016), “Aprendendo com a *outsider within*”. *Sociedade & Estado*, 31 (1): 99-127.
- COLLINS, Patricia H. (2019), *Pensamento feminista negro*. São Paulo, Boitempo.
- CONNELL, Raewyn. (1997), “Why is classical theory classical?”. *American Journal of Sociology*, 102 (6): 1511-1557.
- CORRÊA, Mariza. (2003), *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (2006), “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. *Educar em Revista*, (28), 17-36. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>.
- FERNANDES, Florestan. (1977), *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação*

- e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- FRANCO, Maria Sylvania de. (1962), “Os alunos do interior na vida escolar e social da cidade de São Paulo: Técnica e resultados de uma pesquisa de treinamento”. *Boletim 259 da Cadeira de Sociologia I da FFCL-USP*, São Paulo, FFCL-USP.
- GALVÃO, Walnice N. (2020), *Sobre os primórdios da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP*. São Paulo, Edusp.
- GOUVEIA, Aparecida J. (1961), “Milhares de normalistas e milhões de analfabetos”. *Educação e Ciências Sociais*, 9 (17): 114-140.
- HEILBRON, Johan. (2022), *O nascimento da Sociologia*. São Paulo, Edusp.
- HIRATA, Helena & KERGOAT, Danielle. (2007), “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132): 595-609, dezembro.
- JACKSON, Luiz. C. (2007), “Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)”. *Tempo Social*, 19 (1): 115-130, junho.
- LIMONGI, Fernando. M. P. (1989). “Mentores e clientela da Universidade de São Paulo”. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/Idesp, pp. 111-187.
- LOPES, Aline M. (2012), *Vida rural e mudança social no Brasil: tradição e modernidade na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. 259 p. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARTINS, José de S. (2010), “Luiz Pereira e sua circunstância: entrevista com José de Souza Martins, por Conrado Pires de Castro”. *Tempo Social*, 22 (1): 211-276.
- MICELI, Sergio. (1989), “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Edições Vértice/Idesp, vol. 1, pp. 72-110.
- MORAES, Paulo Henrique R. (2023), *Estratificação social e dominação: formas weberianas no pensamento político de Raymundo Faoro Maria Sylvania de Carvalho Franco (1958-1975)*. 167 p. Campinas, tese de doutorado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
- ORTIZ, Renato. (2020), “Pequena homenagem a uma grande senhora”. *Sociologia & Antropologia*, 10 (1): 291-298.
- PINHEIRO, Dimitri. (2016), “Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969)”. *Cadernos Pagu*, 46: 165-196, janeiro.
- PIRES, Bárbara Luisa. (2019), *O tecido das contradições e a trama das equivalências: gênero, arte e sociedade no ensaísmo de Gilda de Mello e Souza*. Campinas, dissertação de mestrado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos mistos. Os críticos do grupo Clima em São Paulo 1940-1968*. São Paulo, Companhia das Letras.
- PONTES, Heloisa. (2006), “A paixão pelas formas”. *Novos Estudos Cebrap*, (74): 87-105.

- PONTES, Heloisa. (2010), *Intérpretes da metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual: 1940-1968*. São Paulo, Edusp.
- PULICI, Carolina. (2008), *Entre sociólogos: versões conflitivas da condição de sociólogo na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. (1992), *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo, Brasiliense.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. (2000), "Palavras da homenageada". In: ANTUNIASSI, Maria & LANG, B. G. (orgs.). *Maria Isaura Pereira de Queiroz: a mestra*. São Paulo, Ceru/Humanitas.
- SOUZA, Gilda de Mello e. (2014), "Entrevista a Walnice Nogueira Galvão". In: GALVÃO, Walnice (org.). *A palavra afiada*. Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul.
- SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. (2011), *Trajetórias intelectuais: professoras do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. São Paulo, Humanitas; Fapesp.
- TRIGO, Maria H. (1994), "A mulher universitária: códigos e relações de gênero". In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo, Marco Zero/FCC, pp. 89-110.
- VILLAS BÔAS, Glaucia. (2010), "Para ler a sociologia política de Maria Isaura Pereira de Queiroz". *Revista Estudos Políticos*, 1 (1): 37-44.

Resumo

A carreira acadêmica como profissão de mulheres: algumas histórias a partir da FFCL-USP

Este artigo explora as trajetórias de diferentes mulheres que fizeram carreira acadêmica nas primeiras décadas de funcionamento da FFCL-USP. Para tanto, traça em primeiro lugar um panorama sobre a presença de mulheres no corpo discente e docente da Faculdade entre 1934 e 1969, observando as interseções entre gênero e carreira acadêmica no período. Em segundo lugar, para aprofundar a investigação, aborda o caso de três docentes que atuaram nas Cadeiras de Sociologia I e II: Maria Isaura Pereira de Queiroz, Marialice Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Argumentamos que diferenças de gênero produziram impactos na distribuição de oportunidades entre homens e mulheres no interior de uma cultura acadêmica e institucional que então começava a se desenhar.

Palavras-chave: Pensamento social; Intelectuais; Gênero; Universidade de São Paulo; Desigualdades de gênero.

Abstract

The academic career as a profession for women: some stories from FFCL-USP

This article explores how different women pursued academic careers in the Faculty of Philosophy, Letters, and Human Sciences at the University of São Paulo (FFCL-USP) from 1934 to 1969. The paper provides an overview of the female presence within the student and faculty body, examining the intersection of gender and the academic profession during this period. To further explore this topic, the study narrows its focus to three female faculty members who

served in the Chairs of Sociology I and II: Maria Isaura Pereira de Queiroz, Marialice Foracchi, and Maria Sylvia de Carvalho Franco. The paper highlights the fact that gender disparities have significantly influenced the opportunities available to both male and female individuals in an evolving academic and institutional culture.

Keywords: Social thought; Brazilian intellectual history; Gender; Gender inequality; University of São Paulo.

Texto recebido em 13/12/2023 e aprovado em 04/01/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.220230.

MARIANA MIGGIOLARO CHAGURI é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. Bolsista Produtividade CNPq, nível E. E-mail: chaguri@unicamp.br.

BÁRBARA LUISA PIRES é doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. E-mail: barbaraluisa.pires@gmail.com.



Universidade de São Paulo

Epicentro de uma controvérsia transnacional

Marcia Consolim*
<https://orcid.org/0000-0002-3622-073X>

A fundação da Universidade de São Paulo está ligada de modo intrínseco às missões francesas e aos primeiros professores estrangeiros da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas¹. Estes deixaram suas digitais através de cursos, conferências e publicações, mas também por meio de redes de sociabilidade e de projetos institucionais e intelectuais. Trata-se, neste estudo, de identificar as transformações operadas no espaço intelectual paulista a partir da vinda de dois professores franceses, Paul Arbusse-Bastide e Claude Lévi-Strauss, para ocupar as cadeiras de Sociologia I e II na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo nos anos 1930. O objetivo aqui, contudo, não é retomar a história das ciências sociais ou das missões francesas em São Paulo, mas mostrar que há nuances a respeito dessa circulação internacional ainda pouco exploradas pelos estudos especializados². O núcleo central da controvérsia entre esses dois professores, a definição legítima das

* Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – e do programa DEA da Fondation Maison des Sciences de l’Homme. Agradeço a Helène Arbusse-Bastide por disponibilizar os arquivos da família para consulta. Ao Rafael Andrade e Bruno Cuer, agradeço o diálogo e a colaboração na elaboração deste estudo.
2. A história das ciências sociais no contexto de fundação da Universidade de São Paulo já foi amplamente analisada por estudos anteriores. Ver Antunha, 1974; Schwartzman, 1979; Cardoso, 1982; Miceli, 1989, 1995; Carlotto, 2014), assim como o papel das missões francesas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ver Massi, 1988; Massi, 1989; Peixoto, 1998, 2001; Suppo, 2001; Petitjean, 1991, 1996, 2001; Lefevre, 1993; Loyer, 2015; Merkel, 2022; Consolim 2021, 2023.

ciências do homem ou das ciências sociais a partir da oposição entre “filosofia social” e “pesquisa empírica”, ou entre “sociologia” e “etnologia”, tem origem nos países centrais, em particular França e Estados Unidos, mas seus impactos são mais fortemente sentidos nos países periféricos, em que as instituições de produção científica ainda estão em construção³. Essas oposições, associadas a um conjunto mais amplo de preferências – relativas a modelos institucionais, práticas de ensino, engajamento político, diplomacia intelectual etc. – são tratadas neste artigo com base na figuração da qual participam ambos os professores, ou seja, de suas relações com o poder social e intelectual. Assim, parte-se das trajetórias desses professores em seu contexto de origem, ou seja, na França, para em seguida observar os meios intelectuais paulistas, condicionantes da circulação daquelas proposições no país.

A fundação da Universidade de São Paulo ocorre em uma década extremamente importante do ponto de vista político, econômico e intelectual. Resultando a Universidade de um projeto intelectual maturado desde a primeira década do século XX e de um contexto de confrontação política entre o estado de São Paulo e o governo federal, o estudo dos diversos grupos intelectuais não pode ser separado de suas relações com os grupos dirigentes (Miceli, 1989, 2001). O objetivo aqui é analisar essas relações a partir do estudo comparado de duas instituições fundadas nesse período, o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo. Além disso, pretende-se articular essa análise às transformações operadas no espaço transnacional e, particularmente, no contexto francês, uma vez que o caso paulista permite complexificar o entendimento dessas transformações (Heilbron *et al.*, 2009). A hipótese deste trabalho é que as simpatias e antipatias, ou melhor, as afinidades eletivas entre professores estrangeiros e intelectuais brasileiros têm por origem uma homologia de posição entre o campo intelectual francês e o campo do poder no estado de São Paulo. A partir de uma comparação entre os espaços intelectuais francês e brasileiro, mostro que a polarização entre os dois professores franceses foi codificada e associada a dois meios intelectuais paulistas: de um lado, Fernando de Azevedo e os professores do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo; de outro lado, Mário de Andrade e os membros do Departamento de Cultura do Município de São Paulo. Essas duas redes ocupam duas posições em relação aos grupos dirigentes: o grupo dos *estabelecidos* compartilha uma mesma origem social que os grupos dirigentes e se beneficia de seus favores, mas sem autonomia institucional, enquanto os *outsiders*

3. A bibliografia especializada faz menção a essa controvérsia, mas de maneira breve e sem a pretensão de extrair do episódio uma chave de interpretação das posições intelectuais e das transferências científicas no período. Ver Cardoso, 1982; Rubino, 1989; Suppo, 2001; Loyer, 2015; Peixoto, 1998; Raffaini, 2001; Valentini, 2011; Silva, 2008, Cerqueira 2014.

conquistam alguma autonomia graças à expansão do mercado editorial e escolar (Miceli, 2001). Uma análise desses grupos e/ou meios intelectuais mostra que eles se opõem segundo dois estilos de vida intelectual: o intelectual-escritor, criador e engajado politicamente, e o intelectual-professor, veículo da cultura legítima e defensor da neutralidade política. O escritor modernista está mais próximo dos grupos dirigentes, e se distingue por seu estilo de vida cultivado e cosmopolita, enquanto o professor universitário se especializa, abraça a universidade e se subordina às classificações escolares porque a ela deve seu destino.

Vários são os fatores que condicionam as transferências científicas e intelectuais de um país ao outro e, em particular, em uma relação de assimetria em termos de poder social e prestígio intelectual⁴. A partir do quadro mais geral da política de irradiação da cultura francesa e do empenho por reconhecimento internacional da parte dos intelectuais brasileiros, as redes formadas por afinidades eletivas são mediações centrais para as transferências intelectuais internacionais. Como as posições de origem ocupadas pelos professores franceses são distintas, avaliam distintamente as diretrizes de Georges Dumas à frente da diplomacia intelectual francesa. Lévi-Strauss, que toma distância crítica em relação a Dumas, é um jovem recém-formado próximo das elites intelectuais parisienses e de Paul Rivet; Arbousse-Bastide, herdeiro da diplomacia de Dumas, é um professor da província que pertence à “antiga geração”. Ou seja, a década que os separa representa muito mais do que uma mera diferença de idade, pois é qualitativa a distância intelectual entre quem se formou no fim da década de 1910 e quem o fez no fim dos anos 1920.

O movimento na direção da renovação ou da conservação das ciências articula-se às transformações (e transferências) nas relações entre os próprios países centrais, em que a oposição retórica entre “velho mundo” e “novo mundo” é constitutiva das disputas “disciplinares”. Assim, a oposição entre “etnologia” e “sociologia” na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo faz parte de um processo de transformações estruturais do espaço transnacional que tem impactos distintos em cada contexto nacional. No caso de São Paulo, a oposição entre essas duas “disciplinas”, entre um saber dominante, a sociologia, e outro dominado, a etnologia, está associada a grupos intelectuais que ocupam posição invertida no campo do poder – o saber dominante está associado aos meios *outsiders*, e o saber dominado aos *estabelecidos*.

4. A esse respeito, conferir os seguintes estudos: Pollak, 2018; Palmeira, 2017; Jeanpierre, 2004, 2002; Kluger, 2018. Ver também Bourdieu, 2002; Sapiro, 2016, 2019.

A Guerra das Cadeiras: controvérsias no Departamento de Sociologia (1935-1937)

Uma controvérsia aparentemente sem maiores consequências rondou todos os três anos de convívio entre Arbousse-Bastide e Lévi-Strauss no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1935, ano de início da controvérsia, Arbousse-Bastide tinha 36 anos e Lévi-Strauss, 27 anos de idade. Arbousse-Bastide havia chegado em 1934 e, como o único professor responsável pelo ensino de sociologia na Universidade de São Paulo, solicitara a criação de uma segunda cadeira de sociologia, sendo nomeado “chefe de departamento”. Lévi-Strauss chega no ano seguinte para assumir a cadeira II e, em princípio, não vira nenhum problema com o título do colega. Pouco tempo depois, no entanto, Lévi-Strauss passa a questionar o título de chefe de departamento do colega em nome da liberdade de cátedra, pois queria autonomia para definir os programas de curso de sua cadeira, enquanto Arbousse-Bastide esperava que o recém-chegado aceitasse os programas e a distribuição proposta por ele para ambas as cadeiras. A partir daí, tem início um conflito que envolve tanto debates sobre a definição legítima das ciências humanas e sociais quanto a função da universidade, ambos associados às relações entre vida política e vida intelectual.

Em carta a Georges Dumas, Arbousse-Bastide se exprime assim sobre o colega: “Quanto a Lévi-Strauss, cegueira ambiciosa com toda a audácia da ambição e os erros da cegueira. LS quer se tornar insuportável para que os brasileiros lhe deem uma cadeira de etnografia a fim de manter a paz. Mas, por enquanto, eles não querem [...]” (Arbousse-Bastide, 1936a). Em carta aos pais, atribui a intransigência de Lévi-Strauss ao interesse em conseguir um posto para sua mulher, Dina Dreyfus, que o acompanhara nas missões francesas (Arbousse-Bastide, 1936b). Quanto a Lévi-Strauss, as cartas aos pais durante seu exílio nos Estados Unidos deixam clara sua percepção do colega, pois pensa em recusar um possível convite para voltar à universidade por causa das “histórias de Arbousse-Bastide”⁵. Lévi-Strauss retorna a essa controvérsia algumas vezes em publicações posteriores, a fim de denunciar uma espécie de complô entre os dirigentes da universidade, Georges Dumas e seu colega de departamento, protegido por ser supostamente parente de Dumas⁶.

5. Ver Lévi-Strauss, *Chers tous deux: lettres à ses parents*, [28/06/1941], 2015.

6. Sobre a crítica ao durkheimismo e ao espírito filosofante, bem como à política de Georges Dumas, ver Lévi-Strauss, *Tristes tropiques*, 1955, pp. 51-52 e 96-97. Mais de quatro décadas depois, Lévi-Strauss volta ao assunto em entrevista a Didier Eribon: “Georges Dumas havia colocado um jovem parente que era sociólogo na universidade em seu primeiro ano. Quando chegou a minha vez, segundo sociólogo no comando, por assim dizer, ele tentou me colocar em uma posição subordinada. Isso não foi do meu agrado e, como resisti, ele tentou me demitir em nome da tradição comtista, da qual ele era especialista e que meu ensino traía. Os chefes da universidade, que eram também os chefes do grande jornal *O Estado*

Esse seria um episódio circunscrito aos bastidores das missões e da história, não fosse sua longa duração, ou seja, o retorno incessante à questão da parte de Lévi-Strauss ou, também significativo, o silêncio de Arbousse-Bastide sobre o colega em suas entrevistas sobre as missões francesas. Nesse sentido, o episódio torna-se aqui um ponto de partida para a reconstrução de dois mundos distintos, ou melhor, de duas formas distintas de legitimação das relações entre intelectuais e poder. A imagem construída por Lévi-Strauss para si mesmo como “pesquisador puro” pode ser contrastada com a imagem de “intelectual de partido” – no caso, socialista – que dele faz Arbousse-Bastide. Por sua vez, a neutralidade ou responsabilidade ética do professor que pretende encarnar Arbousse-Bastide é contraditada pela imagem de “conselheiro do príncipe” – no caso, de Júlio de Mesquita Filho – que dele faz Lévi-Strauss.

De fato, a estratégia de Arbousse-Bastide no Brasil foi orientada ao acúmulo de poder institucional na universidade, o que o tornou relativamente próximo das elites dirigentes paulistas e dos educadores do Instituto de Educação, enquanto Lévi-Strauss priorizava suas pesquisas de campo e, dado o bloqueio a seus projetos na universidade, as instituições mais autônomas em relação à instituição, como o Departamento de Cultura⁷. Contudo, ao considerar o perfil dos intelectuais dessas duas instituições, vê-se que o “pesquisador” tem afinidades com os intelectuais mais próximos do poder, enquanto o “embaixador” se aproxima dos educadores, relativamente mais distantes dos grupos dirigentes. Essas preferências tiveram consequências nos meios paulistas, uma vez que se constituíram como duas redes em uma figuração específica, com práticas intelectuais distintas, sociedades científicas diversas e políticas rivais de irradiação francesa na América Latina.

Paul Arbousse-Bastide: trajetória de um “embaixador”

A primeira forma de oposição entre os dois professores diz respeito à definição legítima e aos limites da sociologia ou, mais amplamente, das ciências sociais. A apresentação dos programas das cadeiras de Sociologia I e II chama atenção por sua forma polêmica: a exposição se faz em tom de defesa contra supostos ataques e, ao mesmo tempo, em tom de crítica velada ao programa do colega (Anuário, 2009, pp. 157-174). O programa de Arbousse-Bastide é essencialmente teórico, estruturado

de S. Paulo, lhe deram ouvidos simpáticos”. Ver Eribon, 1998, p. 33. Ver também Lévi-Strauss, 1996, e J. Mangué, 1982, p. 85. Ao contrário do que afirma Lévi-Strauss, não há qualquer parentesco entre Dumas e Arbousse-Bastide.

7. Arbousse-Bastide chega a publicar editoriais anônimos no jornal *Oesp*, enquanto Lévi-Strauss publica muito pouco nesse jornal.

com base no “pensamento” dos autores “clássicos” da sociologia, e eclético, pois combina autores da sociologia, filosofia e psicologia⁸. Admite a inspiração nas “diretrizes gerais” de *L'Année Sociologique*, mas recusa que seja um programa dogmático considerando-se a abertura da própria revista a diversas “tendências doutrinárias” e a liberdade dos professores quanto à escolha dos autores e tópicos de sua preferência. Defende-se contra as críticas feitas ao programa, em particular ao caráter “filosófico” do curso, que ele justifica do seguinte modo: o público brasileiro é admirador de Comte e, portanto, a sociologia para eles é uma disciplina “sistemizada”, constituída por “ideias” e por reflexões “metodológicas” (Arbousse-Batide, *Anuário*, 2009). A partir da transcrição de alguns de seus cursos, pode-se analisar sua proposta mais detidamente⁹. Arbousse-Bastide utiliza principalmente dois tipos de fonte: manuais de sociologia publicados na França nesse período e artigos publicados em revistas francesas da época, como *L'Année Sociologique*, *Revue Internationale de Sociologie* e *Revue de Synthèse*. Em relação à bibliografia, em torno de 75% dos títulos são de autores franceses, entre eles principalmente Émile Durkheim, Gabriel Tarde, Marcel Mauss, René Worms, além de René Lacombe e Daniel Essertier. Também são referenciados os psicólogos franceses, como Théodule Ribot, Georges Dumas, Pierre Janet e Charles Blondel. Em relação aos temas dos cursos, a ênfase recai na relação entre psicologia e sociologia, em tópicos de metodologia e epistemologia, bem como na “sociologia das formas” e do Estado de vertente alemã¹⁰.

Seu projeto de formação no ensino superior é claro e implica um combate em duas frentes distintas. Em primeiro lugar, uma crítica ao modelo norte-americano, à formação especializada e orientada aos problemas sociais com base em métodos estatísticos e em documentação social (*Idem*, p. 158). Em segundo lugar, um combate

8. No programa original que consta do decreto de janeiro de 1934, aparecem como constitutivas do curso as seguintes disciplinas: Psicologia Social, Antropologia Social e Sociologia Política. Ver *Oesp*, 25/01/1934. No *Anuário*, o programa publicado foi incluído dentro da rubrica “Sociologia” e dentro dos seguintes cursos: 1º Ano: Sociologia Geral; 2º Ano: Sociologia Mental e Intermental, Sociologia Especial (Ciências dos Costumes, Sociologia Jurídica, Sociologia Criminal, Sociologia Econômica); 3º Ano: Sociologia Especial (doméstica, política, estética, religiosa, linguística, normativa e aplicada, além de noções de etnologia). Ver *Anuário*, [1934-1935] 2009. Esse programa foi aprovado pelo decreto 7069 de 06/04/1935.
9. Agradeço ao professor Fernando Pinheiro Filho por disponibilizar essa documentação. Trata-se de um resumo de 130 páginas aproximadamente sobre os conteúdos ministrados nos dois semestres do primeiro ano e no primeiro semestre do segundo ano, realizados possivelmente por uma aluna, no ano de 1938.
10. No caso da relação entre psicologia e sociologia, outras fontes são utilizadas: o *Traité de Psychologie* de Dumas, textos sobre a IV Semaine de Synthèse de Henri Berr e as publicações do Centro de Documentação Social de Bouglé, além dos psicólogos das “multidões”. Entre os anglo-saxônicos, encontram-se os clássicos da psicologia social anglo-saxônica: J. Baldwin, W. James, Ellwood e MacDougall. Entre os alemães encontram-se: Freud, Stein, Wundt, von Wiese e Simmel.

à centralidade da etnologia no curso, pois essa ciência seria uma especialização da sociologia e, portanto, deveria ser ensinada apenas no último ano¹¹. Seus artigos sobre a noção de “cultura” publicados na *Revista do Arquivo Municipal* e no jornal *Oesp*, em 1935, são expressão desse duplo combate. Segundo Arbousse-Bastide, a noção antropológica de cultura corresponderia ao nivelamento das “élites” às “massas”, à redução da dimensão espiritual à comportamental/material e, por fim, à mentalidade norte-americana¹². Esses artigos associavam Lévi-Strauss de maneira velada a convicções políticas, culturais e epistêmicas suspeitas. A oposição entre “espírito” e “matéria”, frequentemente evocada, estava longe de ser meramente filosófica no contexto de 1935, quando intelectuais católicos avançavam em suas pautas relativas ao conteúdo dos cursos de ciências sociais e ao papel da universidade, ou seja, em um período em que o ambiente político e intelectual no país se deslocava rapidamente para a direita (Miceli, 2001).

Por outro lado, Arbousse-Bastide também planeja a construção de centros de documentação social, em primeiro lugar no Departamento de Sociologia da FFCL e, em seguida, no Instituto de Educação. Em um contexto internacional de prestígio crescente das pesquisas aplicadas, inserir esses centros nesse circuito internacional era uma forma de legitimação. Assim, entra em contato com vários centros europeus em busca de acordos visando à troca de “documentação” (obras, revistas, relatórios, anuários etc.)¹³. Ainda que, por suas inclinações, Arbousse-Bastide preferisse a explicação de textos ao trabalho de documentação social concreta, o contexto internacional e as relações com o governo paulista impeliem a investir em “um centro de documentação sociológica especialmente organizado em relação aos interesses econômicos e sociais de S. Paulo” (*Anuário*, 2009, p. 169).

Com a aproximação crescente entre Arbousse-Bastide e Fernando de Azevedo, bem como dos conflitos com Lévi-Strauss, esses projetos se deslocam para o Instituto de Educação, onde são fundados dois centros de documentação. Essas iniciativas

11. “Finalmente acrescentamos noções de etnologia no último ano, a fim de lembrar aos estudantes de sociologia que a observação modesta e minuciosa do etnógrafo deve constituir com a estatística judiciosamente manejada um instrumento de valor para o sociólogo [...]” Ver Arbousse-Bastide, *Anuário*, [1934-1935] 2009, p. 163.
12. Arbousse-Bastide, *Oesp*, 1935; *idem*, *Revista do Arquivo Municipal*, 1935. Ver também essa polêmica em Valentini, 2010; Cerqueira, 2014; e Consolim, 2023.
13. Os seguintes centros europeus foram contatados: o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris, o Centro de Documentação Social (CDS) da Escola Normal Superior, o Bureau Internacional de Educação (BIE) e o Bureau Internacional do Trabalho (BIT). Ver Arquivos do Instituto de Educação, 1936 e 1937. Sobre as cartas de Arbousse-Bastide a Bouglé, ver Fundo da Escola Normal Superior dos Archives Nationales. Sobre as cartas ao Bureau International de l’Éducation, em Genebra, ver Arquivos da Unesco. Conferir ainda os relatórios de Arbousse-Bastide às autoridades francesas no Ministère des Affaires Étrangères.

permitiram articular sua trajetória no Brasil às instâncias de representação e de consagração internacionais, mas também ampliar seu envolvimento com a realidade educacional local, em particular colaborar com o *Plano Nacional de Educação*, em 1935, ao lado de professores do Instituto de Educação. Assim, a diplomacia intelectual ao estilo de Georges Dumas encontrava um herdeiro em Arbousse-Bastide para ampliar o domínio intelectual francês no Brasil.

Claude Lévi-Strauss: trajetória de um “pesquisador”

Lévi-Strauss, por sua vez, procurava combater os projetos intelectuais e institucionais de Arbousse-Bastide. Na cadeira de Sociologia II, pretendia ensinar o que denominava “Sociologia Cultural”¹⁴. Para justificar sua proposta, empregara a mesma estratégia de alguns de seus colegas franceses nesse mesmo período: considerar a sociologia como ciência jovem e, por isso, ainda metafísica. Assim, para que essa disciplina se tornasse de fato científica e, além disso, como seu objeto central era o estudo da “cultura”, seria preciso fundir “sociologia” e “etnologia”. Apesar de criticar o caráter filosófico e pouco científico da sociologia, Lévi-Strauss reivindica a “verdadeira” herança durkheimiana para a etnologia¹⁵. Ao mesmo tempo, apressa-se em defender o sentido antropológico de “cultura” contra as suspeitas lançadas pelo colega: a “sociologia cultural” não teria nada a ver com “materialismo histórico”, “comportamentalismo” ou “americanismo” – até porque seus fundadores e apoiadores eram, em sua maioria, europeus que viviam na América do Norte. Em consequência, emprega uma definição ampla de etnologia como ciência dos “modos de vida das coletividades humanas”, uma ciência englobante em relação às demais ciências, de modo que a sociologia seria definida por estudos de fatos culturais e não sociais. Em seu combate ao programa de Arbousse-Bastide, Lévi-Strauss propõe uma revisão completa do programa apresentado pelo colega para o Departamento de Sociologia: 1. Excluir a filosofia social; 2. Tratar a história da filosofia de maneira sociológica; 3. Restringir o ensino da psicologia ao estudo do caráter inato/adquirido das estruturas mentais; 4. Incluir o ensino de lógica; 5. Incluir o ensino da etnografia porque, de acordo com o próprio Durkheim, ela

14. Lévi-Strauss, 1996, pp. 9-10. Inúmeros estudos especializados se debruçaram sobre a obra e a trajetória de Lévi-Strauss. Trata-se aqui apenas de realçar as propriedades que o diferenciam de Arbousse-Bastide. Ver Grupioni, 1998; Suppo, 2001; Massi, 1989; Peixoto, 1998; Merkel, 2022; Loyer, 2015; Eribon, 1998.

15. Segundo ele, o “*fato social*” seria apenas uma dimensão da “cultura” e, em segundo lugar, o estudo da “*cultura material*” seria a forma de tratar a cultura “*como uma coisa*”. Ele ressalta que Durkheim também foi suspeito de “materialismo” (por Tarde). De fato, Lévi-Strauss critica o estudo das “representações” e propõe tratá-las como “*objetos desprovidos de consciência*”. Ver Lévi-Strauss, *Anuário*, [1934-1935] 2009.

seria responsável pelas maiores revoluções na sociologia. Além dessas alterações, o professor francês propõe fundar um seminário de pesquisas desde o primeiro ano do curso para aproximar ensino e pesquisa¹⁶.

Os projetos institucionais de Lévi-Strauss em São Paulo também se diferenciam dos projetos de Arbousse-Bastide. Tratava-se de investir em instituições mais autônomas em relação à universidade, como mostra seu projeto de fundação de um *Instituto de Antropologia Física e Cultural*, inspirado no Instituto de Etnologia de Paris, dirigido por Marcel Mauss, Lucien Lévy-Bruhl e Paul Rivet¹⁷. Esse modelo visava alguns objetivos principais: aproximar ensino e pesquisa; promover uma formação interdisciplinar, em ciências naturais e sociais; formar pesquisadores especializados. Ora, diante da recusa da direção da FFCL em reformar os programas do Departamento de Sociologia, bem como em apoiar a fundação de um Instituto de Antropologia, ele se aproxima do grupo de intelectuais do Departamento de Cultura, no qual, aliás, sua mulher, Dina Dreyfus, conseguira uma posição.

Os poucos artigos que Lévi-Strauss escreveu para o jornal *Oesp*, em comparação com Arbousse-Bastide, indicam que suas relações com a elite dirigente paulista eram mais distantes do que as do colega de departamento. Além disso, como suas publicações constavam do *Anuário* da FFCL, era conhecido seu interesse em Marx, tema de seu memorial. Seus vínculos com Paul Rivet, futuro diretor do Musée de l'Homme e primeiro eleito pelo *Front Populaire*, contribuíram para construir uma imagem pouco apreciada em São Paulo (Laurière, 2008)¹⁸. Lévi-Strauss, como os demais membros das missões, estava proibido de escrever sobre política na imprensa – o que constava inclusive em contrato. Contudo, seu artigo sobre a “Escola Única” no jornal *Oesp* (1935) tinha potencial para ampliar a desconfiança contra ele em razão da defesa que fazia da democratização do sistema escolar francês. Além disso, ele se desgastara

16. O primeiro curso de Lévi-Strauss intitula-se *Formas elementares da vida social*, no qual ele aborda as instituições domésticas, econômicas, políticas e religiosas das sociedades primitivas. O segundo curso intitula-se *O problema do estado de natureza e do estado de sociedade do século XVIII até os dias de hoje*, um curso teórico em que ensina Rousseau, Montaigne, Locke, Hobbes, Spinoza e a Escola de Manchester, observando, contudo, que seu ponto de vista é o da contribuição das ciências positivas “na transição da natureza para a sociedade”. Ver Lévi-Strauss, *Anuário*, 1937. Sobre o caráter teórico dos seus cursos, ver Florestan Fernandes, 1958.

17. Ver Lévi-Strauss, *Oesp*, 1935. Ver também Valentini, 2011. Sobre a importância dessas instituições a partir de 1920, ver Karady, 2011.

18. Arbousse-Bastide relata em carta aos pais: “Aqui só tem notícia ruim da França. Passa por ser presa dos bolcheviques. [...] Lévi-Strauss regressou com uma ‘missão’: a Exposição de 37! No partido se dá um pequeno osso a cada um. Isso aliás terá um efeito muito negativo, pois os brasileiros verão que a Exposição é obra da *Front Populaire*, o que não vai atraí-los”. Arbousse-Bastide, Carta aos pais, 1937. Sobre a desconfiança em relação aos professores franceses, ver Cardoso, 1987; Almeida, 1984. Em 1937, Paul Rivet é expulso da Academia Brasileira de Ciências por criticar Vargas, um episódio em que Dumas foi chamado para tentar reverter. Ver *Atas da ABC*, Rio de Janeiro, 1937.

com Georges Dumas, pois considerava um rebaixamento de status Arbousse-Bastide assumir uma segunda cadeira no Instituto de Educação. Em razão de todos esses revezes, Lévi-Strauss passa a orientar seus investimentos para instituições externas à universidade, mais flexíveis, bem como em meios intelectuais cujas disposições culturais e estéticas eram afins às suas¹⁹.

Campo intelectual e universitário no período entreguerras: as trajetórias francesas

As tomadas de posição dos dois professores franceses estão associadas às suas trajetórias e às respectivas posições ocupadas no campo intelectual francês. É inegável que a decisão de partir para o Brasil nesse período se devesse em parte às dificuldades para encontrar posições mais vantajosas na França e mesmo, em alguns casos, por nem sempre ser possível obter bolsa de estudos fora do país (Charle, 1994a, 1994b; Charle *et al.*, 2004; Loyer, 2015)²⁰. O período entreguerras na França foi marcado por barreiras para a ascensão nas instituições universitárias, em particular em Paris, e a falta de perspectivas de carreira estimulou a circulação internacional de professores e alunos, possibilitada pelo interesse da filantropia norte-americana em investir em pesquisa na França (Mazon, 1988; Tournès, 2008, 2011). Desde meados dos anos 1920, observa-se um relativo movimento de deslocamento do poder intelectual na direção dos Estados Unidos: maior volume de resenhas de obras norte-americanas nas revistas de sociologia e psicologia, aumento da mobilidade docente para eventos ou conferências nos Estados Unidos (Marcel Mauss, Célestin Bouglé, Maurice Halbwachs), aumento do número de bolsistas financiados pela filantropia estadunidense etc. A partir dos anos 1930, a Fundação Rockefeller passa a financiar pesquisa empírica em grande escala (condições de vida etc.) e publicações de instituições e grupos de pesquisa franceses, como o Centro de Documentação Social da Escola Normal Superior ou o Instituto de Etnologia. Contudo, a recepção da pesquisa empírica e aplicada na França dependeu das concepções disciplinares associadas à posição ocupada no campo intelectual francês – o que distingue, por exemplo, Rivet de Mauss²¹.

19. A crítica por parte dos professores franceses marca uma posição: “[...] aqui, todo ensino superior que se assemelhe ao colégio é considerado insuportável e de mau gosto. Acreditamos dar provas de finura ao colocarmos-nos acima de tudo o que possa lembrar o ensino de aulas. Cada um enfrenta essa pequena vaidade e, por aí, acredita que já superou sua época da pedagogia” (Bourdieu, 1992, p. 226).

20. Lévi-Strauss não conseguiu a bolsa da Fundação Rockefeller para os Estados Unidos, assim como Arbousse-Bastide, uma década antes, não conseguira bolsa para cursar a graduação.

21. Mauss se mantém na estrita linha da sociologia durkheimiana: “[...] ‘São necessários sociólogos e etnólogos: uns lançam luz, outros informam’ – e uma subordinação das investigações etnográficas a uma sociologia concebida como ‘a ciência social [...]’”. Nisso ele se distingue de Paul Rivet, preocupado em fazer etnologia (apresentado como um novo nome em substituição ao de antropologia). Ver Hirsch, 2017.

Nos anos 1930, os alunos do Centro de Documentação Social da Escola Normal Superior, em geral normalistas, conseguiram bolsas da Fundação Rockefeller, como foi o caso de Raymond Aron, Robert Marjolin e Jean Stœtzel²². Também os alunos do Instituto de Etnologia receberam bolsas para realizar pesquisas etnográficas em diversos países – em particular nas colônias francesas. Com a política de irradiação da cultura francesa na América Latina, os jovens professores de liceu passam a mirar um percurso internacional no exterior como forma de ascensão a postos universitários. Ainda que Lévi-Strauss não tenha passado pela Escola Normal Superior ou pelo Instituto de Etnologia, sua trajetória pode ser considerada afim à dos jovens filósofos com trajetória escolar parisiense, ligados a partidos de esquerda, cujas relações com as elites intelectuais – Marcel Mauss, Paul Rivet, Lucien Lévi-Bruhl, Célestin Bouglé, Henri Laugier – aumentavam muito as chances de sucesso.

Lévi-Strauss era aproximadamente dez anos mais novo que Arrousse-Bastide, e sua trajetória se opõe em diversos aspectos à do colega do Departamento de Sociologia. Seu avô era compositor e regente de orquestra, e o pai e dois tios eram pintores. Seu pai era “apaixonado por música e literatura”, o que o levou a conhecer desde cedo uma ampla gama de produções e discussões artísticas e culturais em Paris. Embora sua família fosse rica em capital cultural, era economicamente menos provida, em particular após a crise de 1929, quando seu tio, que trabalhava na bolsa de valores, entra em crise. Por outro lado, como afirma Loyer, sua excelência acadêmica compensava a relativa desvalorização social. Em 1925, após obter o *baccalauréat*, chegou a frequentar o curso preparatório para a Escola Normal Superior de Paris, mas desistiu de prestar o concurso. Entre 1926 e 1929, cursa filosofia e direito na Sorbonne, obtendo o diploma de graduação e, em seguida, o diploma de Estudos Superiores com uma dissertação sobre Karl Marx, sob a supervisão de Célestin Bouglé. Em 1931, aos 22 anos de idade, obtém o diploma de *agrégation* em filosofia, mas leciona por apenas dois anos, tomando parte em movimentos sindicais de professores. Desde muito jovem, foi politicamente ativo, ligado ao Partido Socialista e, por certo tempo, assistente de um deputado socialista. Seu vínculo com intelectuais de esquerda havia sido construído desde os anos 1920, o que lhe rendeu um capital de relações sociais muito superior ao do colega de departamento no Brasil²³. As relações de Lévi-Strauss com os meios artísticos de Paris foram expandidas em razão de seu convívio com as vanguardas estéticas em torno da revista *Documents*, na qual publicaram inúmeros surrealistas e etnógrafos²⁴.

22. Sobre os investimentos da Fundação Rockefeller na França, consultar Mazon, 1988; Tournès, 2007, 2008, 2011, 2012; Charle *et al.*, 2004.

23. Sobre a trajetória de Lévi-Strauss, ver Emmanuelle Loyer, 2015.

24. Sobre a relação entre etnografia e vanguardas estéticas, conferir Debaene, 2010; Ver também Loyer, 2015.

Suas relações com as figuras mais importantes nos meios das ciências sociais e das ciências naturais, em particular depois de 1930, foram muito importantes para sua trajetória no Brasil. Ele contatara Marcel Mauss, juntamente com Dina Dreyfus, e este passou a orientar o casal em suas pesquisas de campo. Além disso, mantinha contato com Célestin Bouglé, que o indicou para Georges Dumas para as missões francesas. Com Paul Rivet fizera contato em 1931, época em que seu pai recebeu encomenda para um mural por ocasião da Exposição Colonial. Em razão das redes formadas por praticantes e professores de sociologia, antropologia, etnologia e psicologia, também se beneficiara da boa vontade de Jean Marx, responsável pelo Serviço de Obras no Ministério das Relações Exteriores da França. No período em que esteve no Brasil, Lévi-Strauss e Dina Dreyfus se correspondem com todos esses professores, obtendo orientações científicas de alguns, apoio financeiro de outros – como junto a Henri Laugier, psicólogo, socialista e presidente do CNRS – *Caisse Nationale de la Recherche Scientifique*, embrião do CNRS. Após suas expedições, passa a receber convites para apresentar o resultado de suas pesquisas e, no início da Segunda Guerra, chega a receber convite de Dumas para voltar ao Brasil como professor da Universidade do Brasil²⁵. Lévi-Strauss parece ter feito grande proveito dos diversos mundos em que viveu: podia afirmar-se como herdeiro da tradição durkheimiana e, ao mesmo tempo, criticar sua dimensão “filosofante” em nome da “ciência”, ou seja, da etnologia/etnografia; denunciava a figura do “embaixador” encarnada por seu colega no Brasil e, alguns anos depois, fez figura de “embaixador” nos Estados Unidos²⁶.

É possível que a crítica à sociologia durkheimiana, muito em voga no período, fosse parte da atmosfera de descontentamento com o sistema universitário francês por falta de perspectivas de carreira. Exemplos dessa atmosfera de insatisfação encontram-se em dois balanços da sociologia francesa publicados no período, de Raymond Aron (1937) e de Roger Bastide (1936). Aron considerava fundamental revisar a dimensão filosófica da teoria durkheimiana a fim de elaborar uma ciência positiva; também defendia a aproximação entre as diversas ciências sociais (sociologia, economia, história, psicologia) e condicionava o avanço da sociologia ao investimento

25. Conferir arquivos do Musée National d’Histoire Naturelle. Fundo Paul Rivet. Sobre a correspondência com Bouglé, ver Fundo da Escola Normal, Archives Nationales. A correspondência com Dumas, ver Arquivos do Ministère des Affaires Étrangères. Para a correspondência com Mauss, Arquivos do Collège de France, Fundo Marcel Mauss.

26. O trabalho de Laurent Jeanpierre sobre o exílio de Lévi-Strauss nos Estados Unidos foi o primeiro a apontar a importância do capital social acumulado por Lévi-Strauss para sua carreira e, mais ainda, a investigar a questão opondo seu estilo de vida intelectual ao de Georges Gurvitch. No Brasil, contudo, Lévi-Strauss encarna antes o “pesquisador” do que o “embaixador”, mas mantém em ambos os contextos relações tensas com os professores que adotam perspectiva “teórica”. Ver Jeanpierre, 2004, 2002. Sobre a oposição entre “pesquisador” e “embaixador”, ver Charle, 1994.

em pesquisas empíricas e coordenadas²⁷. Esse último ponto, a realização de pesquisas empíricas e coordenadas, pressupunha o modelo institucional estadunidense do “instituto”, pois os institutos, ao contrário da universidade, “agrupam o resultado das pesquisas especializadas”, produzem “grandes enquetes coletivas” e publicam os resultados em tratados/manuais. Assim, Aron enfatizava a importância de uma reforma institucional pela fundação de novas instituições para o avanço da ciência, projeto que incentivaria um maior contato com a “realidade social” (Aron, 1937, p. 42). Na França, exemplos dessa inovação institucional seriam, segundo ele, o Instituto de Etnologia, o Instituto de Direito Comparado, o Centro de Estudos de Política Estrangeira e o Centro de Documentação Social da Escola Normal Superior. A autonomia em relação à universidade estaria garantida pela criação de um Conselho Nacional formado com membros desses “institutos”. No balanço de Roger Bastide (1936), há diferenças importantes em relação ao de Aron, mas também confluências. Bastide toma por objeto os manuais escolares de sociologia, que deveriam ser revisados para oferecer um ensino mais aplicado ou prático, ou seja, voltado ao ensino de métodos e técnicas de pesquisa para o estudo de problemas “concretos” contemporâneos. O ensino superior deveria incentivar estudos sobre realidades concretas a fim de formar *experts*, como nos Estados Unidos²⁸. Bastide, assim como Aron, considera positiva a fundação de instituições independentes, mas prefere enfatizar reformas pela via do aumento de postos universitários, como, por exemplo, o posto de “diretor de pesquisa” [*directeurs des travaux*]. Assim, esses dois autores, que representam duas posições no período, o professor do ensino secundário e o doutorando do Centro de Documentação Social, associam a crítica à sociologia durkheimiana ou aos manuais de sociologia à crise do sistema universitário francês. Por outro lado, propõem dois tipos de renovação institucional: no caso de Aron, a via é externa à universidade; no caso de Bastide, a preferência se dá pela fundação de novos postos de trabalho dentro da universidade.

Comparando-se essas duas tomadas de posição com as práticas dos dois colegas do Departamento de Sociologia, é inegável que a postura insubordinada de Lévi-Strauss está mais próxima da postura crítica de Aron, enquanto a confiança de Roger Bastide na universidade e seu interesse pelas questões pedagógicas são afins às de seu

27. Segundo Aron: “[...] lamentamos não encontrar Institutos de sociologia em nosso país como existem em muitos países. Nos Estados Unidos, em particular, podem-se medir os serviços que prestam: recolha de resultados de pesquisas especiais, preparação de tratados para a formação de professores, criação de grandes investigações coletivas”. R. Aron, 1937, p. 40.

28. “Nossos legisladores ficariam, portanto, certamente felizes de terem a seu lado experts em sociologia. Sabe-se o papel capital que os professores de sociologia desempenham na vida prática americana. Desejamos que a nossa ciência seja chamada a participar na França também nos debates do fórum” (Roger Bastide, 1936, p. 396).

amigo Arbousse-Bastide. Essas tomadas de posição estão associadas às diferenças entre suas trajetórias²⁹. Arbousse-Bastide (1899-1985) era originário do Gard, no sul da França, de família protestante, cujo pai era pastor. A preocupação do filho, já adulto, em garantir moradia e melhor condição de vida aos pais indica que a família não tinha muitas posses. Sua trajetória escolar e no ensino superior foi trilhada com dificuldades: obteve o diploma do *baccalauréat* em letras (1917) e, após o serviço militar, o diploma de graduação (1920) e o diploma de Estudos Superiores (1921) na Sorbonne. Não conseguiu passar no concurso para a Escola Normal Superior e obteve o diploma de *agrégation* apenas em 1928, após quatro tentativas e sete anos de formado. Durante esse período, teve que trabalhar para continuar seus estudos: entre 1922 e 1925, lecionou em uma escola protestante no sul da França e, após 1925, foi professor em três colégios e liceus. Acumulava, portanto, mais de uma década de magistério quando chegou ao Brasil.

Suas publicações, no início dos anos 1930, estão voltadas às questões pedagógicas e ao ensino de filosofia. Ainda na França fundara com outro professor de filosofia, Georges Bénézé, discípulo de Allain, a revista *Méthode: Revue de l'Enseignement Philosophique*, que durou apenas dois anos, e cujo propósito era a discussão de novos métodos e tópicos de ensino em filosofia. O interesse de Arbousse-Bastide pelo movimento internacional na área de educação se revela, por exemplo, em 1932, quando escreve para o Bureau International de l'Éducation, dirigido por Jean Piaget, em Genebra, para obter informações sobre o Centro de Pedagogia da instituição – o centro Jean-Jacques Rousseau. Em 1936, já à frente da cadeira de Metodologia do Ensino Secundário no Instituto de Educação, volta a contatar o Bureau³⁰. Assim, a trajetória de Arbousse-Bastide se inscreve na geração de professores de filosofia de colégio ou liceu de província que se preocupavam em reformar o ensino de filosofia pela sociologia, principalmente pela teoria sociológica, ainda que demonstrasse interesse em instituições de pesquisa aplicada. Sua vinda ao Brasil, por indicação de Dumas, seu professor na Sorbonne, também se ligava ao interesse pela obra de Comte e pelo positivismo brasileiro – temas de suas teses de doutorado, defendidas naquela universidade em 1954.

No Brasil, as redes de Arbousse-Bastide se concentram nas figuras que ocupam posições de poder na Universidade de São Paulo e no Instituto de Educação, bem como

29. Ver dossiê de aposentadoria de Paul Arbousse-Bastide, Archives Nationales.

30. “Adoraria conversar sobre esses cursos de pedagogia por correspondência que gostaria de organizar para os professores franceses com a colaboração do Instituto J. J. Rousseau. Ver Arbousse-Bastide, 1932. Em 1936, afirma: “Não me esqueci dos projetos de relatórios documentais que gostaria de organizar em São Paulo com o BIE em particular [...]” Arbousse-Bastide solicita um plano de classificação da documentação pedagógica e declara querer se vincular ao BIE. Ver Arbousse-Bastide, 1936.

entre as autoridades do Ministério das Relações Exteriores da França, consulado da França em São Paulo e embaixada no Rio de Janeiro. Seu receio, conforme cartas aos pais, era não poder ocupar um posto universitário ou em um liceu em Paris quando retornasse à França. Nos meios das ciências sociais francesas, mantém poucos contatos, pois não recebe resposta de Paul Rivet e apenas uma breve resposta de Célestin Bouglé à solicitação de orientações para seus cursos e seu projeto de um Centro de Documentação Econômica e Social. A grande maioria de sua correspondência trata de questões administrativas e políticas envolvendo as missões francesas (salários, cargos, funções etc.), em particular com Georges Dumas, a quem recorre para reclamar do colega de departamento, além de Jean Marx e das autoridades brasileiras e francesas. Sua postura é a de “chefe das missões”, posição que exerceu nos primeiros anos, e de professor dedicado à difusão da cultura francesa no Brasil. São disposições associadas à sua longa trajetória como professor de filosofia do ensino secundário, longe da vida intelectual parisiense, fruto da escola republicana à qual se deve sua ascensão.

Comparando-se as duas trajetórias, pode-se dizer que a superação das classificações escolares está ao alcance de Lévi-Strauss em razão de suas disposições, que o predispõem a correr os riscos envolvendo a prática de uma nova ciência e o inclinam à insubordinação em relação à diplomacia “oficial” em nome de um novo tipo de diplomacia intelectual, menos mediada pelo Estado e pela universidade pública e baseada em acordos realizados diretamente entre pesquisadores e financiadores³¹. Ou seja, uma circulação de pessoas e de recursos mais livre das instâncias estatais e universitárias. Por sua vez, Arbousse-Bastide se submete às classificações escolares e às instâncias que delimitam as regras universitárias dada sua trajetória familiar, escolar e profissional na França. Essas posições no campo intelectual francês tiveram impactos no Brasil, pois favoreceram nesse novo contexto afinidades eletivas por homologia de posição: de um lado, a relação entre Lévi-Strauss e o Departamento de Cultura, instituição autônoma em relação à universidade; de outro lado, Arbousse-Bastide e o Instituto de Educação, seu segundo posto na universidade.

Os Meios Intelectuais Paulistas: o campo de possíveis

Durante os anos 1930, as tensões de ordem política e intelectual no país tiveram grande impacto sobre as recém-fundadas universidades, com risco de fechamento

31. Sobre essa nova estratégia, ver Jeanpierre, 2022. De fato, Lévi-Strauss não guardou boas lembranças do Brasil e acenou para um possível retorno apenas no caso de não ter outra opção nos Estados Unidos. Seu contato com Fernando de Azevedo foi feito apenas em 1942, quando o último era diretor da FFCL, e as cartas mostram que o interesse principal era a indicação de professores em situação de risco na Europa para a FFCL. O convite para seu retorno, aliás, nunca aconteceu. Ver Lévi-Strauss, 2015.

ou exoneração de professores³². Uma das estratégias mais utilizadas como forma de combate intelectual era, em relação aos professores brasileiros recém-empoados, apontar a falta de títulos ou a não aprovação em concurso para deslegitimá-los em suas novas funções e, no caso dos franceses, levantar suspeitas sobre suas preferências ideológicas³³. Na ausência de instâncias de consagração internas, os professores brasileiros, em particular do Instituto de Educação, dependiam do reconhecimento dos professores franceses a suas publicações. No contexto de expansão do mercado editorial, os autores de manuais de sociologia, psicologia, biologia etc. esperavam a validação de suas obras pelos professores franceses. Por sua vez, os professores franceses contavam com o prestígio da França e de Dumas junto às autoridades brasileiras, além do apoio dos colegas brasileiros. Ou seja, as relações entre os professores estrangeiros e os meios intelectuais brasileiros não se resumiam a uma cooperação para a transferência de conhecimento, mas foram pautadas pelo apoio mútuo para o benefício de ambas as partes³⁴.

As transferências científicas e intelectuais se deram como fruto de alianças, mas a maneira como cada um acumulou prestígio foi muito distinta. Lévi-Strauss teve suas expedições em parte financiadas, em acordo com Mário de Andrade, pelo Departamento de Cultura; Arbousse-Bastide teve a publicação de sua tese financiada em parte pelo Itamaraty, por intermediação de Fernando de Azevedo. Considerando-se as preferências de Arbousse-Bastide e de Lévi-Strauss, respectivamente, pelo Instituto de Educação e pelo Departamento de Cultura, pode-se colocar a hipótese de que as hierarquias do campo intelectual francês se transferiram para o campo do poder no Brasil, uma vez que, no contexto francês, Lévi-Strauss era figura próxima dos intelectuais parisienses e Arbousse-Bastide estava muito distante desse mundo. Ora, no caso da figuração que se estabelece em São Paulo, os professores do Instituto de Educação, em geral, mantêm certa distância dos grupos dirigentes, pois o princípio de legitimação desse meio é seu capital específico; por sua vez, os escritores modernistas, prestigiados por seu espírito cultivado e capital cosmopolita, possuem relações estreitas com os grupos dirigentes paulistas. Para se diferenciar esses dois meios, comparo a seguir as trajetórias dos principais membros de ambas as instituições.

32. Sobre as universidades paulistas no contexto da Era Vargas, consultar Miceli, 1989, 1995; Schwartzman, 1979; Antunha, 1974, 1975.

33. A correspondência de Arbousse-Bastide à família e a de Fernando de Azevedo a Venâncio Filho são reveladoras a esse respeito. Ver Penna, 1987, e Arquivos da família Arbousse-Bastide.

34. Os intelectuais nacionalistas, católicos e outros críticos da Faculdade de Filosofia publicaram resenhas violentas a esses manuais, como a de Alexandre Correa (1935), na revista católica *A Ordem*. O manual de sociologia de Fernando de Azevedo, por exemplo, foi considerado ultrapassado e dogmático. Ver Correa, 1935.

O Instituto de Educação: a ascensão pela escola

Paul Arbousse-Bastide se aproximou dos professores do Instituto de Educação ao assumir a cadeira de Metodologia do Ensino Secundário, posto que ocupou entre 1936 e 1937³⁵. A iniciativa foi criticada pelos professores franceses próximos de Lévi-Strauss, que viam tal envolvimento, segundo relata Arbousse-Bastide, como desprestígio para os professores da FFCL. De fato, o Instituto de Educação tinha status inferior na Universidade de São Paulo e, mesmo, em comparação com a FFCL, pois a instituição era originária da Escola Normal de São Paulo e, nessa transferência, manteve as escolas de aprendizado e os cursos de formação de professores nos diversos níveis de ensino.

Considerando-se apenas a “elite” do Instituto, ou seja, os catedráticos em 1937, encontram-se os seguintes professores: Fernando de Azevedo, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Roldão Lopes de Barros, Noemy da Silveira (Rudolfer) e Milton da Silva Rodrigues³⁶. Todos foram professores de escola normal primária. Em 1920, Barros reorganizara a Escola Normal do Brás (Padre Anchieta), onde possivelmente conheceu Almeida Júnior, Noemy da Silveira e Milton Rodrigues, professores dessa escola no período. Nesse mesmo ano, realiza um censo das escolas para auxiliar na reforma de Sampaio Doria. Em 1926, parte desse grupo, além de Sampaio Doria e Lourenço Filho, funda o Liceu Rio Branco. Em 1932, Azevedo, Silveira, Barros, Rodrigues e Almeida Júnior lecionavam no curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal de São Paulo (denominada então Instituto Pedagógico). Todos assinaram, com exceção de Milton Rodrigues, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Em razão de sua formação técnico-científica, todos ocuparam cargos técnicos na administração pública do Estado.

Trata-se de um grupo de professores cujas famílias passaram por instabilidade econômica (alguns são órfãos de um dos pais), o que os tornou relativamente mais dependentes da escola como meio de ascensão social³⁷. Ainda que tenham conquista-

35. Durante o período em que ocupou tal cadeira, passou a ser remunerado também por essa posição, conforme indica em sua correspondência aos pais. Arbousse-Bastide teve que deixar sua cadeira no fim de 1937, após o decreto de Vargas proibindo acumular cargos no serviço público. Sua cadeira foi assumida interinamente por Milton da Silva Rodrigues. Sobre a seção de formação para o ensino secundário, ver Evangelista, 1997.

36. Para esta seção foram consultadas as seguintes obras e arquivos: Andrade, 2023; Oriani, 2022; Angelini, 2002; Azevedo, 1936, 1961; Costa, 2007, 2011; Nascimento, 2012. Ver também Bontempi, 2011; Vidal *et al.*, 2019, 2020; Pinheiro e Miceli, 2008.

37. Há dois casos, contudo, em que aparecem outros fatores de instabilidade. Almeida Júnior recebeu herança pela morte da mãe, aos 21 anos, e Fernando de Azevedo, oriundo de família abastada que entrou em declínio, parece recuperar sua posição de origem após o casamento com a filha única de um médico militar e acionista do Banco União, que faleceu pouco tempo depois (Almeida Jr., 1966; Azevedo, 1971).

do diploma superior, com exceção da única mulher do grupo, tiveram que trabalhar concomitantemente aos estudos. Azevedo e Barros ingressam na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1919, com respectivamente 19 e 29 anos de idade; Milton Rodrigues cursa a Escola Nacional de Engenharia no Rio de Janeiro, e Almeida Júnior, medicina na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, formando-se também tardiamente, aos 29 anos. Durante os estudos, Almeida Júnior morava em uma pensão e ensinava no Instituto Disciplinar à noite. Defendeu tese sobre saneamento público, tornou-se assistente no Instituto de Higiene e, em 1931, livre-docente, quando se associou à cadeira de medicina pública da Faculdade de Direito, tornando-se catedrático em medicina legal na década seguinte. Almeida Júnior e Fernando de Azevedo, os mais velhos, excluindo-se Lopes de Barros, ocuparam postos da direção na Secretaria da Educação do Estado, colaboraram na elaboração do código de educação de 1933, bem como no projeto da Universidade de São Paulo. Suas relações com o governo do estado de São Paulo são mediadas por sua contribuição específica à educação, em particular por meio de suas publicações e das reformas educacionais. Entre os mais jovens, Noemy Silveira e Milton Rodrigues, a legitimação como profissionais da educação se dá de maneira ainda mais clara, uma vez que a partir de meados dos anos 1930, com a expansão das matrículas no Instituto de Educação, a demanda por manuais escolares aumenta de modo exponencial (Toledo, 2020).

Assim, esse grupo tem em comum, com algumas diferenças, uma origem social mais modesta, exigindo um investimento muito maior na excelência escolar e na aquisição de conhecimentos voltados à aplicação (estatística, administração escolar, higiene, orientação profissional, assistência etc.): Em relação a seus escritos, ficaram conhecidos pela produção de manuais escolares e pesquisa aplicada, o que indica que esse capital específico foi a base para o papel de “conselheiro do príncipe” que por vezes desempenharam. Destacam-se no domínio da biologia, psicologia e sociologia educacional, mas também em estatística e outros métodos quantitativos (Milton Rodrigues). As competências em psicologia (Noemy Silveira), biologia (Almeida Júnior) e sociologia (Fernando de Azevedo) eram consideradas de maneira integrada, ou seja, seu sentido estava dado pela colaboração mútua, motivo pelo qual é difícil autonomizar o estudo de cada um desses saberes nesse período. Tanto é assim que suas publicações se integram nas coleções pedagógicas: todos eles, com exceção de Barros, publicaram nas três coleções da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Em outros termos, o capital de relações entre os grupos dirigentes, fundamental para sua ascensão, era função do seu capital técnico-científico – acumulado, por vezes, por meio de bolsas de estudo (Silveira e Rodrigues). Além disso, o volume de suas publicações com a ampliação do mercado de livros didáticos dava-lhes certa autonomia em relação aos revezes da política. Ao contrário dos membros do Departamento de Cultura, essas

figuras conquistaram formas mais estáveis de sobrevivência em razão da expansão do mercado editorial. Não publicaram memórias, com exceção de Fernando de Azevedo, não por acaso o mais próximo das elites dirigentes paulistas, de modo que sua posteridade ficou registrada apenas em depoimentos de ex-alunos e de colegas.

Considerando-se a trajetória desse meio e a de Arbousse-Bastide, destaca-se o investimento em questões pedagógicas e institucionais, bem como o interesse em articular ciência (inclusive aplicada) e formação filosófica. Como afirmara Georges Dumas (1924), era preciso que a França valorizasse a formação em ciência aplicada a fim de atuar em países jovens, que demandavam expertise, como os Estados Unidos. Assim, Arbousse-Bastide adota duas frentes de trabalho: por um lado, ajuda a fundar centros de documentação e laboratórios de pesquisa social para legitimar o caráter científico e técnico do Instituto de Educação; por outro lado, ensina filosofia da educação, ou seja, adota uma abordagem normativa das ideias pedagógicas e sociais – tendo por guia a formação “desinteressada”, inspirada no modelo francês³⁸. A orientação à filosofia social e pedagógica, resultado de suas disposições e de sua posição como membro das missões, articula-se aos investimentos em “engenharia social”, resultado de uma reconversão parcial por força de sua inserção no Instituto de Educação³⁹.

Fernando de Azevedo, diretor do Instituto de Educação, também buscava conciliar seu durkheimismo com a expertise, uma vez que seu projeto para o Instituto envolvia incorporar algumas funções da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e, mesmo, transformar a instituição em um futuro modelo da política nacional

38. Ver Carta de Arbousse-Bastide ao Bureau International de l'Éducation, 1937; Carta de Arbousse-Bastide a Bouglé, 1937; Arquivos do Instituto de Educação (AIE), 1937. Carta de Bouglé a Fernando de Azevedo, 1936. Arquivos Nacionais. Nos papéis pessoais da família, encontra-se o registro dos contatos de Arbousse-Bastide com organismos de cooperação intelectual. Em relatório ao Ministério das Relações Exteriores da França, afirma que “São Paulo desejava se beneficiar da documentação de tais organismos e fornecer-lhes por sua vez documentação sobre os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil. Os centros contatados pelo professor foram os seguintes: Centro de Estudos e de Documentação da Escola Normal Superior (Célestin Bouglé); Centro de Estudos de Política Estrangeira (Demery); Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (Charles Rist); Centro de Pesquisas Sociais da Universidade de Paris (Vaucher)”. Ver “Efforts de liaison entre certains organismes de documentation internationale à São Paulo”. Documentos Família Arbousse-Bastide.

39. O perfil do aluno do Instituto de Educação, em particular do curso de formação em pedagogia para o secundário, era homólogo até certo ponto ao dos professores. Ver Evangelista, 1997. Entre 1936 e 1938, havia 113 matriculados. As informações referem-se à idade, sexo, local de nascimento e origem institucional quando da USP. Os alunos tinham uma média de idade de 23 anos, oriundos do interior, majoritariamente mulheres (13% em 1936, e 66% em 1938) e oriundos da FFCL (cursos de filosofia, geografia, história, ciências sociais e políticas e língua estrangeira). Após o segundo ano de funcionamento da FFCL, como se sabe, o perfil dos alunos do IE torna-se semelhante ao da FFCL, pois os professores do ensino primário e secundário são autorizados a cursar a universidade pelo regime de comissionamento. Ver Evangelista, 1997; Limongi, 1989; Miceli, 1989.

de educação, tendo em vista as eleições presidenciais de 1937. Em termos políticos, era imperativo formular uma base de dados sobre a educação em São Paulo e, nesse sentido, os centros de documentação credenciavam a Universidade de São Paulo a trocar informações diretamente com as instituições estrangeiras sem a mediação das instâncias do governo federal. Em relação ao curso de sociologia de Arbousse-Bastide, a afinidade entre eles era total: o manual de sociologia de Azevedo correspondia passo a passo aos temas, classificações e autores dos três cursos ministrados por seu homólogo na Faculdade de Filosofia, e era, possivelmente, adotado como bibliografia obrigatória. Em relação ao modelo pedagógico para o ensino secundário, Arbousse-Bastide e Fernando de Azevedo também concordavam sobre a excelência do modelo francês, baseado em uma cultura humanista, ou seja, contrário à especialização aos moldes norte-americanos, mas mantiveram suas diferenças relativamente ao conteúdo dessa formação: humanidades clássicas, no caso de Arbousse-Bastide, e modernas, no caso de Azevedo (Mokrejs, 1984; Arbousse-Bastide, 1944)⁴⁰.

Dois centros de documentação foram fundados no Instituto de Educação: o Centro de Documentação Pedagógica, ligado à cadeira Metodologia do Ensino Secundário, de Arbousse-Bastide, e o Centro de Documentação Etnográfica e Social, ligado à cadeira de Sociologia da Educação de Fernando de Azevedo. O Centro de Documentação Pedagógica fora projetado para ser um centro “coordenador de todos os dados, informações e iniciativas que interessam aos estudos dos nossos próprios problemas de educação, pública e particular, dentro do Estado, de natureza histórica, estatística e funcional”⁴¹. Ou seja, esse Centro deveria ser um “instrumento de cooperação” e ter em São Paulo o mesmo papel que o Instituto de Cooperação Intelectual de Paris no plano internacional. Seu papel central no projeto educacional do estado de São Paulo está indicado nos objetivos do CDP: dar as diretrizes e viabilizar a colaboração entre todas as cadeiras do Instituto; estabelecer correspondência com órgãos de informação oficiais; instituir um serviço de orientação às pesquisas pedagógicas em São Paulo e fundar um repositório para consulta às pesquisas realizadas;

40. *Formando o homem* (Arbousse-Bastide, 1944), prefaciado por Azevedo, com tradução de Antonio Candido. Ver carta de Arbousse-Bastide agradecendo a Fernando de Azevedo: “Estamos inteiramente de acordo, em alguns pontos essenciais, como por exemplo, quanto à função de cultura geral, desinteressada, que cabe ao ensino secundário, senão exclusiva, ao menos primordialmente, e quanto ao momento excepcional desse tipo de ensino, destinado aos adolescentes”. Azevedo, 1944, p. XVIII.

41. “Embora nascido sob as inspirações do Instituto Internacional de Paris, trazidas até nós por intermédio do ilustre prof. Paul Arbousse-Bastide, o ‘Centro’ só cumprirá bem a missão para a qual é chamado se for lançado nas bases de um serviço eminentemente local, isto é, como órgão coordenador, ele mesmo, de todos os dados, informações e iniciativas que interessam aos estudos dos nossos próprios problemas de educação, pública e particular, dentro do Estado [...]”. Arquivos do Instituto de Educação, vol. 3, 1937, p. 239.

difundir os resultados dessas iniciativas na revista *Archivos* do Instituto de Educação (AIE, 1937, p. 241). Já o Centro de Documentação Etnográfica e Social, fundado em 1937, seria um anexo do Laboratório de Pesquisas Sociais, lotado na cadeira de Sociologia Educacional ocupada por Fernando de Azevedo. O laboratório também abrigava um museu de etnografia, que, inclusive, realizou uma primeira exposição de uma coleção de Curt Nimuendaju⁴². O acervo é considerado, por Fernando de Azevedo, “adequado a objetivar o ensino sociológico” e um “estímulo a pesquisas sociais de cunho rigorosamente científico” (AIE, p. 125). Ora, a terminologia empregada inscreve a exposição etnográfica no domínio das “sociologias das tribos”, o que é indicador das disputas “disciplinares” de classificação envolvendo o Instituto de Educação e o Departamento de Cultura – que, nesse mesmo período, abrigava a Sociedade de Etnografia e Folclore⁴³. Ou seja, a disputa por funções e atribuições institucionais, dentro ou fora da universidade, é acompanhada por controvérsias pela definição legítima das ciências do homem.

A partir de meados dos anos 1930, o Brasil passa a ter um protagonismo maior na *Organização Internacional de Cooperação Intelectual* através da atuação de Miguel Ozório de Almeida, presidente da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual. Em 1936, Ozório de Almeida nomeia uma subcomissão em São Paulo, que conta, entre outros, com Júlio de Mesquita Filho e Mário de Andrade e, no ano seguinte, com Fernando de Azevedo e Almeida Júnior. A Comissão se inspirava na formulação de Paul Valery (1933) segundo a qual aos intelectuais caberia fundar uma “sociedade internacional dos espíritos”⁴⁴. Quanto ao papel do educador, segundo a *Comissão In-*

42. Em janeiro de 1937 Nimuendajú informa a Baldus: “O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo me comprou uma coleção Canela. E não só comprou, como também pagou!!! Fernando de Azevedo estava no meu pé por causa do material pedagógico – brinquedos dos índios entre outros – e, como eu não pude separá-los do restante da coleção, ele comprou logo toda a tralha, 391 peças, por 8 contos”. Carta de Nimuendajú a Baldus, Belém do Pará, 13 de janeiro de 1937. Ver Welper, 2019, p. 63. Ao que Baldus responde: “Seja como for, a aquisição de sua coleção pelo Instituto de Educação deu motivo para que Fernando agora queira organizar ali uma espécie de Museu etnográfico, sob a denominação de ‘Centro de Documentação Social e Etnográfica’, cuja direção ele pretende entregar a mim. Além disso, estimulado por sua carta, quer que eu viaje a fim de arranjar coleções para o acervo”. Baldus, 5 de fevereiro de 1937. Ver a lista de 391 peças na revista AIE, ano 3, pp. 125-6.

43. “O Centro de Documentação Ethnographica e Social, do Instituto de Educação, já se poz em entendimento com outros ethnologos afim de que, a serviço do respectivo Museu, encetem explorações systematicas nas regiões supra-mencionadas, com o intuito de colherem a maior soma possível de material authenticico e significativo. O sr. Herbert Baldus, por exemplo, de quem se conhecem já várias obras a respeito da sociologia geral e especialmente glotológica dos Zamuka e Kashishá, encarregou-se da missão no que toca aos índios Coroados ou Kaingang, com o que o museu em organização ganhará considerável desenvolvimento.” Ver AIE, 1937, p. 126.

44. Tratava-se de incentivar uma “sociedade dos espíritos” para o “desarmamento moral”, baseada na aceitação de uma “doutrina moral universal” e no uso dos “métodos científicos” para entendimento da realidade contemporânea. AIE, 1937, 3: 13-15. Ver Também Dumont, 2008, p. 44; Renoliet, 1981.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (1934-1938)									
FAMÍLIA			ESCOLARIZAÇÃO				ATUAÇÃO PROFISSIONAL		
Ano de Nascimento	Local de Nascimento	Profissão do pai	Escola Secundária	Área	Ensino Superior/Instituição	Ano de Formação	Primeira função/Instituição	Último Cargo/Instituição	Circulação internacional/Recursos
Fernando de Azevedo	São Gonçalo, MG	Comerciante	Companhia de Jesus	Direito	Faculdade de Direito de São Paulo	1919	Professor/Grupo Escolar de Presidente Prudente	Professor/FFCL	-
A. Almeida Junior	Joanópolis, SP	Político, jornalista e historiador	Grupo Escolar Eduardo Prado	Medicina	Faculdade de Medicina de São Paulo	1929	Professor/Escola Normal de São Paulo	Professor/ Faculdade de Direito	EUA (Rockfeller, Bolsa de estudos)
Milton Silva Carvalho Rodrigues	São Paulo, SP	-	-	Engenharia	Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro	192?	Professor/Escola Normal de São Paulo	Professor/FFCL	EUA (Agriculture Graduate School/ Columbia University, Bolsa de estudos)
Noemy da Silveira Rudolfer	Santa Rosa de Viterbo, SP	Farmacêutico	Grupo Escolar de Presidente Prudente	-	-	-	Professor/Escola Normal do Brás	Professor/FFCL	EUA (1928, Teacher's College, Bolsa de estudos)
Roldão Lopes de Barros	São Paulo, SP	Comerciante	Colégio Coração de Jesus	Direito	Faculdade de Direito de São Paulo	1923	Professor/Escola Normal de São Paulo	Professor/FFCL	-

Fonte: Elaboração própria.

ternacional de Cooperação Intelectual, cabia a ele ser mediador entre ciência e política: “cabe ao educador, que deve ser antes de tudo um sociólogo, secundar os diplomatas na tarefa magnífica e capital do desarmamento moral” (Boletim Cici, 1934, p. 57). Além dessa ação, o educador era conclamado a revisar os manuais escolares de seus respectivos países visando inibir qualquer incentivo à mentalidade bélica e nacionalista. No contexto brasileiro, Fernando de Azevedo adapta essas diretrizes aos objetivos de um projeto de “civilização” nacional, tendo como sede o Instituto de Educação e, como recurso estratégico, os manuais escolares, a expertise e as ciências sociais.

O Departamento de Cultura: o cultivo cultural como estilo de vida

Em razão do bloqueio sofrido no Departamento de Sociologia e, mais amplamente, na Universidade de São Paulo, Lévi-Strauss orienta seus investimentos na direção de instituições externas à Universidade de São Paulo⁴⁵. Foi no Departamento de Cultura do Município de São Paulo que considerou a possibilidade de desenvolver alguns de seus projetos, ao lado de Dina Dreyfus⁴⁶. Em princípio, o Departamento de Cultura poderia ser tido como uma instituição que, municipal, ocupa posição dominada em relação ao Instituto de Educação. Contudo, apesar de sua jurisdição municipal, o projeto era ambicioso, conforme relata Dina Dreyfus em um de seus relatórios e como também projetaram seus idealizadores⁴⁷.

Segundo Paulo Duarte, o Departamento de Cultura seria criação sua, enquanto a Universidade, um projeto de Júlio de Mesquita Filho. A ideia, entretanto, era transformar o Departamento Municipal em um “instituto” estadual, o “Instituto Paulista de Cultura”, e havia até mesmo a perspectiva de fundar, uma vez ganhas as eleições de 1937, um futuro “Instituto Brasileiro de Cultura”⁴⁸. O projeto era

45. Muitos anos depois, esse depoimento é significativo das pessoas que permaneceram na memória: “[...] sentia-me infinitamente mais à vontade no Departamento de Cultura da municipalidade. Em torno de Mário de Andrade, grande poeta e espírito profundamente original, apaixonado pelo folclore e as tradições populares, agrupavam-se homens jovens e de grande cultura, historiadores, eruditos, ensaístas, como Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e sobretudo Paulo Duarte, pois nos unimos numa amizade fraterna que prosseguiu em Nova York e em Paris”. Lévi-Strauss, 1996, pp. 10-11.

46. Sobre a relação entre Lévi-Strauss, Dina Dreyfus e o Departamento de Cultura, consultar Cerqueira (2014), Raffaini (2001), Peixoto (1998) e Valentini (2011).

47. “O Departamento de Cultura é a mais importante e a mais fecunda das realizações. Seu objetivo último é a expansão cultural [...]. Sua influência e sua ação crescem a cada dia. Atualmente, a maior parte das manifestações intelectuais e artísticas do estado de São Paulo está sob sua dependência; possui meios práticos (seu orçamento anual está em 3 mil contos de réis) que lhe permitem grandes realizações.” Dina Dreyfus, 1936, *apud* Sandroni, [1983], 2002, pp. 240-1.

48. As cartas entre Paulo Duarte e Mário de Andrade e entre Sérgio Milliet e Mário são reveladoras a respeito desse projeto. Ver Duarte, 2022.

inspirado em parte nas instituições francesas e nas políticas culturais que Paulo Duarte conheceu durante seu primeiro exílio, em 1932, em Paris⁴⁹. Em razão de seu interesse pela Antropologia Criminal e em fundar um Instituto de Criminologia em São Paulo, entrou em contato com Paul Rivet, o que lhe permitiu conhecer várias instituições francesas, em particular o então Museu de Etnografia do Trocadéro (Duarte, 1960, [1971] 2022; Hayashi, 2010, p. 52). A denominação “Instituto de Cultura”, empregada por Paulo Duarte em sua correspondência com Mário de Andrade, é significativa de seu investimento em instituições mais autônomas, voltadas à pesquisa e à prestação de serviços, relativamente independentes da universidade⁵⁰.

Alguns estudos enfatizam o caráter complementar entre o Departamento de Cultura e o Instituto de Educação – imagem que os próprios agentes ajudaram a construir⁵¹. De fato, Fernando de Azevedo contribuiu na elaboração do projeto do Departamento de Cultura, mas ao que parece nos anos seguintes as duas instituições se tornaram, sob certos aspectos, rivais. O ápice desse conflito velado foi em 1937, quando as mesmas funções são incorporadas por ambas as instituições. A oposição entre política cultural e política educacional foi objeto de ampla discussão no período – o que possibilita atribuir uma dimensão sociológica à antipatia entre Mário de Andrade e Fernando de Azevedo⁵². Mário julgava “imprescindíveis” os “institutos culturais” de pesquisa e difusão cultural, pois considerava a formação escolar relativamente restrita em relação ao potencial da formação cultural⁵³. Essa percepção era compartilhada pelos dirigentes do Departamento de Cultura, uma

49. Paulo Duarte conheceu Rivet em 1928, quando este passara por São Paulo para visitar o Museu Paulista.

50. Sobre a importância dos projetos envolvendo o futuro Museu de l’Homme, ver Laurière, 2008; Del-puech, Laurière e Peltier-Caroff (orgs.), 2017; Blanckaert e Coppens, 2015.

51. Moraes, 1982, 2001; Paulo Duarte, 1977/1985; Cerqueira, 2014.

52. Agradeço a Irene Cardoso, a quem Fernando de Azevedo revelou sua antipatia em relação a Mário, essa informação, e a Fabio Keinert por ter mediado esse contato.

53. A citação é longa, mas significativa para o argumento. Segundo Mário, “Cumprir organizar os serviços, forçar a vitalidade dos museus e a criação de institutos culturais que ajam pelos processos educativos extrapedagógicos que cada vez mais estão se tornando os mais capazes de ensinar. O que há talvez de mais admirável na pedagogia contemporânea é o seu caráter, por assim dizer, antipedagógico [...]. Serão assim os museus, os institutos culturais que desejaria espalhados com mais frequência entre nós. Sim, temos enorme necessidade de escolas primárias e de alfabetização. Mas a organização intelectual de um povo não se processa cronologicamente, primeiro isto e depois aquilo. Tanto mais em povos crianças e contemporâneos como o nosso, com avião, parques infantis, rádio, bibliotecas públicas, jornal, e impossibilitados por isso de qualquer Idade Média. Não entrememos, portanto, no sofisma sentimental do ensino primário. Ele é imprescindível, mas são imprescindíveis igualmente os institutos culturais em que a pesquisa vá de mãos dadas com a vulgarização, com a popularização da inteligência. [...] Não basta ensinar o analfabeto a ler. [...] não disseminados organismos outros que salientem no povo o valor e a glória do que se defendeu, tudo será letra morta, gozo sentimental e egoístico de uma elite” (De Mário a Paulo Duarte, [1937] 1977, pp. 231-232).

vez que, ao contrário dos professores do Instituto de Educação, sua relação com a escola era muito distinta, mais “livre” das classificações escolares, ao custo de uma maior dependência em relação às elites dirigentes.

Perfil de Grupo: uma internacional culturalista

Considerando-se o principal idealizador e os diretores do Departamento no período de fundação do Departamento de Cultura, identificam-se os seguintes nomes: Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Nicanor Miranda e o próprio Paulo Duarte. Formavam um grupo mais ou menos homogêneo, ancorado em laços familiares, militância política e estilo de vida cultivado. Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Paulo Duarte, Rubens Borba de Moraes e Nicanor Miranda são figuras, como afirma Moraes, oriundas de famílias oligárquicas ou “primos pobres” dessas famílias. Alguns, como Moraes, viviam de rendas e não precisavam trabalhar; outros, como Paulo Duarte e Sérgio Milliet, haviam “caído em desgraça” e viviam com menos recursos. Contudo, eles tinham parentes e/ou amigos próximos entre os grupos dirigentes paulistas, um capital fundamental nesse período⁵⁴. Paulo Duarte conheceu Nicanor Miranda na Faculdade de Direito, alguém que ele denomina “rapaz culto” e que, nos anos 1920, junto com outros intelectuais, frequentou seu apartamento na avenida São João, lugar de encontro desse grupo intelectual. Milliet divide o apartamento com Paulo Duarte por certo tempo, tornando-se em seguida seu cunhado.

Todos eles, com exceção de Mário, foram marcados por trajetórias internacionais. Milliet fora enviado a Genebra para estudar aos catorze anos, após cursar o colégio São Bento; em razão das reviravoltas da família, segundo ele, “de uma existência de moço rico passei à miséria do exilado sem mesada” (Milliet, *Diário Crítico*, vol. 2, p. 7). Além dos laços familiares, compartilhou com Paulo Duarte o gosto pelo jornalismo, as letras e a militância no Partido Democrático⁵⁵. Borba de Moraes e Milliet se conheceram no colégio São Bento e, juntos, foram estudar na Suíça, tradição das famílias abastadas, segundo entrevista dada por Borba de Moraes. Após quase uma década fora do país, trouxeram de Genebra “novidades” literárias e artísticas – como Aragon, Cocteau, Breton, Cendrars – para compartilhar com intelectuais brasileiros. Borba de Moraes procura Mário, pois ambos eram oriundos de Araraquara, e tudo leva a crer que as afinidades intelectuais terminaram a costura das relações

54. A entrevista de Rubens Borba de Moraes, assim como as Memórias de Paulo Duarte, é muito instrutiva a esse respeito. Ver Moraes, 1982; Duarte, 1977, vol. 2.

55. Sobre Milliet, ver Paollilo, 2019; Hyaishi, 2010.

familiares. O primeiro se tornou bibliófilo e, depois de dirigir a seção de Biblioteca do Departamento de Cultura, é chamado por Capanema para dirigir a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁵⁶.

Paulo Duarte foi contratado pelo jornal *Oesp* em 1919 e, alguns anos depois, funda com esses colegas o *Diário de Notícias*, órgão do Partido Democrático. A militância política desse grupo permite introduzir alguns de seus membros aos meandros das políticas públicas, em particular na área cultural. Mário de Andrade fora escolhido por Paulo Duarte para dirigir o Departamento de Cultura. Não se sabe como se conheceram, mas possivelmente nos meios intelectuais dos anos 1920, envolvidos em projetos políticos e culturais. Mário também era frequentador do apartamento da avenida São João e, em seguida, colaborou com o *Diário de Notícias* e *Oesp*. Em 1934, apesar de autodidata, já tinha dado mostras de profundo conhecedor da “cultura brasileira”. Seus contatos com membros dos grupos “antivarguistas” lhe valeram a indicação aos projetos culturais do município de São Paulo e, em seguida, no governo federal (Miceli, 2001, 2009). A trajetória de Mário mostra um traço característico desse grupo: era o único a não ter um diploma superior, um sinal da insubordinação às classificações escolares e de busca por legitimação por princípios externos à escola. Os laços entre eles foram costurados por outros meios, independentes da trajetória escolar. Além das relações com famílias oligárquicas e do cultivo cultural, que os levou a projetos editoriais comuns, mas efêmeros, como a revista *Klaxon*, também compartilharam posições políticas “socializantes”, entendendo-se pelo termo a ampliação dos direitos políticos e sociais da população.

Assim como sua circulação internacional, outro traço característico desse grupo, quando comparado com o perfil dos professores do Instituto de Educação, é a diversidade de funções desempenhadas (críticos, artistas, professores, jornalistas, tradutores, escritores, políticos etc.). A formação na Suíça, traço da trajetória de Milliet e de Borba de Moraes, permitiu tanto o convívio com as vanguardas literárias e estéticas, quanto contatos com as ideias e instituições voltadas à cooperação intelectual internacional⁵⁷. Na direção da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, busca fazer levantamentos sobre diversos aspectos da vida social do município de São Paulo, em particular sobre padrão de

56. “Quando eu e o Sérgio Milliet chegamos da Suíça, em 1919, depois de termos estudado lá durante muitos anos, nós estávamos muito bem-informados sobre o Movimento Modernista. Nós éramos modernistas em Genebra. Nós tínhamos lido Cocteau, Aragon; a nossa revista era a *Nouvelle Revue Française*; estávamos a par de Apollinaire. Quando nós chegamos ao Brasil, fomos procurar os grupos de intelectuais. Eu fui procurar o Mário por relações de família; disseram que ele era de Araraquara como eu e tal.” Ver Moraes, 1982.

57. Sobre a Sociedade das Nações e os investimentos da Fundação Rockefeller, ver Tournès, 2011, e Mazon, 1988; Renoliet, 1981.

vida, habitação, transporte, assistência social, população etc.⁵⁸. Esses levantamentos estavam articulados às pesquisas que se realizavam na Europa e nos Estados Unidos nesse mesmo período, dado o contexto de tensões sociais e políticas crescentes. No caso do Departamento de Cultura, elas tinham, por um lado, a função de pautar as políticas públicas locais e, por outro lado, dar visibilidade internacional aos estudos sociais realizados no país. Assim, a instituição passa a coordenar pesquisas coletivas com o fim de apresentar resultados em congressos internacionais.

No contexto da Exposição Universal, em 1937, inúmeras são as conferências na área de ciências sociais. O Departamento de Cultura apresenta três trabalhos: Milliet, representando o Departamento de Cultura, no *Congresso Internacional da População* organizado pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual⁵⁹; além dele, Nicanor Miranda, também pelo Departamento de Cultura, apresenta duas pesquisas no *Primeiro Congresso Internacional de Folclore*⁶⁰. Não por acaso esse último congresso fora organizado pelo recém-fundado Museu de Artes e Tradições Populares, dirigido por Georges Henri Rivière, sob a presidência de Paul Rivet⁶¹. Em 1937, eram estreitos os laços entre Lévi-Strauss e Dina Dreyfus com Rivet e com Mário de Andrade, com os quais dialogavam sobre as expedições no Brasil e as exposições em Paris, além de serem mediadores das relações entre o Departamento e o Musée de l'Homme. Assim, a apresentação de trabalhos científicos na França credenciava o Departamento e seus pesquisadores brasileiros, mas também servia como relatório de atividades dos professores franceses às autoridades do seu país⁶².

Os escritores do Departamento de Cultura não se dedicaram ao ensino ou à publicação de manuais escolares, mantendo certa distância em relação aos educadores

58. Várias dessas enquetes foram publicadas na Revista do Arquivo Municipal. Ver também Duarte, [1971] 2022.

59. Publicação do trabalho de Sérgio Milliet no Congresso de População da Comissão Internacional de Recenseamento. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 39, 1937, pp. 281-289. Ver Milliet, 1938, pp. 241-242.

60. Foram dois os trabalhos apresentados em nome da Sociedade de Etnografia e Folclore. O primeiro foi coordenado por Mário de Andrade e Dina Dreyfus, e tratou de proibições alimentares, danças populares e cura de terçol com anel. O segundo trabalho, da autoria de Nicanor Miranda (1944), focalizou o lazer dos trabalhadores na cidade de São Paulo. Nicanor Miranda apresentou os dois trabalhos no congresso. Ver *Revista do Arquivo Municipal*, 1937, 42, pp. 95-96. Os trabalhos foram publicados em *Travaux du 1er Congrès Internationale de Folklore*, Arrault et Cl, Tours, 1938.

61. Nos anos 1920 e 1930, multiplicam-se as conferências internacionais sobre folclore e/ou artes populares. Nesse contexto, Mário de Andrade é convidado a enviar trabalho para o Congresso de Arte Popular, de 1928, realizado em Praga, organizado pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Ver Institut Internationale de Coopération Intellectuelle, 1928; Laurière, 2008. Ver Toni, 2021, e Ducci, 2015.

62. As cartas de Dina Dreyfus e Lévi-Strauss são reveladoras da articulação entre Rivet, o casal e o Departamento de Cultura. Ver Fundo Mário de Andrade, IEB.

DEPARTAMENTO DE CULTURA (1934-1938)									
FAMÍLIA			ESCOLARIZAÇÃO				ATUAÇÃO PROFISSIONAL		
Ano de Nascimento	Local de Nascimento	Profissão do pai	Escola Secundária	Área	Ensino Superior/Instituição	Ano de Formação	Primeira função/Instituição	Último Cargo/Instituição	Circulação internacional/Recursos
Mário de Andrade	São Paulo, SP	Jornalista, professor, comerciante	Conservatório Dramático e Musical de São Paulo	-	-	-	Professor/Conservatório Dramático e Musical de São Paulo	Diretor/Conservatório Dramático e Musical de São Paulo	-
Sérgio Milliet Costa e Silva	São Paulo, SP	Comerciante	Collège de Geneve	Ciências Econômicas e Sociais	Escola de Comércio; Universidade de Berna	1919	Jornalista/ <i>Diário de Notícias</i>	Professor/ELSP	Suíça (1912-1919, Recursos familiares)
Paulo Alpheu Junqueira Duarte	São Paulo, SP	Funcionário público	Instituto Champagnat; Ginásio São Bento	Direito	Faculdade de Direito de São Paulo	1927	Jornalista/ <i>Oesp, Diário de Notícias</i> ; Partido Constitucionalista	Curador/Museu de Arqueologia e Etnografia	Exílio França (1932 / 1938-1940) Recursos familiares; Exílio EUA (1941-1947) Recursos familiares
Rubens Borba de Moraes	Araraquara, SP	Fazendeiro	Collège de Geneve	Letras	Faculdade de Letras de Genebra	1919	Fiscal/Recebedoria de Rendas de São Paulo	Professor/Universidade de Brasília	ONU (1949-1955)
Nicanor Miranda	São Paulo, SP	-	-	Direito	Faculdade de Direito de São Paulo	1929	Diretor/Departamento de Cultura	-	-

Fonte: Elaboração própria.

brasileiros do Instituto de Educação. Os alunos que frequentaram os cursos de Dina Dreyfus, cujo perfil se dividia entre funcionários da prefeitura e alunos da FFCL, não formaram uma base de leitores ampla para dar condições de reprodução desse grupo⁶³. Sem condições de viverem do mercado editorial, como os professores, foram muito mais dependentes das elites dirigentes e do fôlego de seus projetos políticos.

* * *

Fundada em 1936, a Sociedade de Etnografia e de Folclore estava associada ao Departamento de Cultura, e pode ser considerada um dos principais projetos de Lévi-Strauss e Dina Dreyfus⁶⁴. A Sociedade tinha por função institucionalizar as atividades que em parte já haviam sido iniciadas, mas demandavam estatutos e atribuições que Lévi-Strauss resume em uma carta a Mário de Andrade: reuniões periódicas, conferências, comunicações, organização de pesquisas, exposição dos resultados das pesquisas. Ao lado dessas atividades, previam-se serviços de acompanhamento e comunicação do trabalho coletivo, voltado primordialmente à coleta, classificação e fluxo de informações. Dina Dreyfus, à mesma época, também especifica os domínios abarcados pela Sociedade: “orientar, promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos”⁶⁵. Há nessas diretrizes uma delimitação disciplinar nítida, que distingue essa Sociedade da Sociedade de Sociologia, fundada em 1935. No caso desta última, a proposta é abarcar domínios muito mais amplos e compreensivos, como “filosofia social”, “sociologia formal”, “sociologia aplicada” e “antropologia cultural” (AIE, 1936, p. 207). Além dessa diferença, ressaltam-se também outras diferenças entre essas duas Sociedades: a oposição entre teoria e pesquisa; entre macrossociologia e métodos/técnicas de pesquisa de campo. A diferença entre as duas Sociedades, minimizada por alguns estudos, conforme foi apontado por Rubino (1995), não se deve a qualquer tipo de autonomia entre as duas “disciplinas” no período, mas sim às disposições dos grupos que as fundaram e às posições distintas que ocuparam no campo do poder. A Sociedade de Sociologia era dirigida por Fernando de Azevedo e Arbousse-Bastide, enquanto a Sociedade de Etnografia estava nas mãos de Mário de Andrade e Dina Dreyfus. Por isso não

63. Os alunos que frequentaram esses cursos tinham o seguinte perfil: homens e mulheres em fração praticamente equivalente, oriundos majoritariamente do interior, nascidos na década de 1910. Ver Valentini, 2011.

64. As relações entre Lévi-Strauss e Dina Dreyfus com o Departamento de Cultura já foram amplamente documentadas e analisadas. Ver Raffaini, 2001; Valentini, 2011; Cerqueira, 2014; Peixoto, 1998; Pontes, 1998. Interessa aqui apenas diferenciar esses investimentos em relação àqueles feitos por Arbousse-Bastide no Instituto de Educação.

65. Ver arquivos do IEB. Fundo Mário de Andrade.

há coerência nas posições “disciplinares”: Sérgio Milliet, professor de sociologia, ocupa posição no Departamento de Cultura, enquanto Herbert Baldus, etnógrafo, aproxima-se do Instituto de Educação. Fernando de Azevedo o encarregara de organizar um museu de etnografia no Instituto de Educação e de realizar expedições com o apoio do Instituto, além de dar-lhe espaço para publicar em sua coleção⁶⁶. Ou seja, as “filiações” se baseiam na posição ocupada na figuração.

A Sociedade de Sociologia, por sua vez, envia trabalho para o *Conferência Internacional de Ciências Sociais*, organizada no contexto da Exposição Universal de 1937, com o apoio do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. O trabalho foi publicado nos anais do congresso, possivelmente por um acordo entre Azevedo, Arbousse-Bastide, Georges Dumas e Célestin Bouglé. O artigo, assinado por alunos do Instituto de Educação – Aquilles Archero, Alberto Conte e Eudoro Ramos –, intitula-se “A sociologia brasileira contemporânea”⁶⁷. As classificações propostas nesse artigo – “sociologia das questões sociais”, “sociologia pura” e “sociologia aplicada” – dão destaque ao polo “puro” e, como seu principal representante, Fernando de Azevedo⁶⁸. Celestin Bouglé, próximo de Dumas, preside esse congresso e em sua introdução realça a importância do diálogo internacional para “fazer progressivamente desaparecer as marcas nacionais” das ciências sociais (Bouglé, 1937, p. 15).

Apesar da confluência entre várias instituições europeias voltadas ao “internacionalismo” como forma de combater o crescente “nacionalismo”, há diferenças importantes entre os congressos de “ciências sociais” e de “folclore”. No caso do congresso de ciências sociais, os trabalhos são balanços ou revisão de autores e obras; no caso do congresso de folclore, os trabalhos são estudos empíricos que tratam de grupos sociais específicos. Esses congressos abriram uma janela de oportunidades para que intelectuais brasileiros e professores franceses exibissem suas credenciais. Essa circulação ligava sociedade científica, pesquisa, apresentação de trabalho no exterior e publicação internacional, ou seja, é um retrato dos primórdios do processo de “internacionalização” que ocorrerá nas décadas seguintes.

66. Nesse período, as impressões de Baldus sobre Lévi-Strauss são muito ruins, conforme ele declara nas cartas trocadas com Nimuendajú. Destaco a carta de 11/10/1937, na qual critica seu trabalho e mesmo sua postura profissional. Ver Welper *et al.* (orgs.), 2019, p. 71.

67. Sobre Achilles Archêro, Ver Pinheiro e Miceli, 2008. Alberto Conte prestou concurso no Instituto de Educação, mas perdeu para Noemy Rudolfer. Sobre Eudoro Ramos Costa sabe-se apenas que foi um jornalista.

68. A qualidade dos manuais escolares, segundo os autores, fora atestada pelos professores franceses das cadeiras de sociologia I e II, bem como por Armand Cuvillier. Ver Bouglé, 1937. Ver também Rubino, 1995.

Considerações finais

Pretendeu-se mostrar que há diferenças importantes nas trajetórias e nas disposições dos professores que fizeram parte das missões francesas, as quais dizem respeito ao contexto de origem e às transformações no espaço transnacional. Além disso, argumentou-se que a sociabilidade e os projetos desses professores estão necessariamente atrelados ao contexto de destino ou à figuração de que participam. Consideradas isoladamente, a sociologia filosófica e normativa (Arbousse-Bastide) e a etnologia e a pesquisa etnográfica (Lévi-Strauss) ocupam posições distintas no espaço disciplinar: a ciência estabelecida, a sociologia, tenta barrar a ascensão da nova ciência por meio da sua exclusão ou anexação. Entretanto, no caso de São Paulo, os praticantes do novo saber são intelectuais-escritores, em posição socialmente dominante, enquanto os praticantes do saber estabelecido, a sociologia, ocupam posição dominada no campo do poder. Nesse sentido, é significativo o “desprezo” dos professores franceses em relação ao Instituto de Educação, bem como a presença de uma mulher no corpo docente dessa instituição, enquanto Dina Dreyfus não foi contratada pela Faculdade de Filosofia.

Destaca-se o papel dos mediadores na constituição de dois circuitos de diálogo entre os meios intelectuais paulistas e franceses. Nesse contexto, a relação entre Paul Rivet e Lévi-Strauss é central, pois essa cooperação inaugura uma política de irradiação da “ciência francesa” distinta da diplomacia intelectual que praticavam Georges Dumas e Arbousse-Bastide. Não por acaso inexistem praticamente correspondências entre Rivet e Dumas, quando seria de se esperar um diálogo frequente em razão da frequente circulação de ambos na América Latina. Dumas fundara, por seus vínculos com o Ministério das Relações Exteriores francês, e por ser professor da Sorbonne, uma diplomacia “pelo alto”, enquanto Rivet preferiu uma política mediada pelo pesquisador e, do ponto de vista institucional, caracterizada por uma maior abertura aos intelectuais autodidatas. Assim, as preferências distintas dos dois colegas de departamento se articulam a duas modalidades de circulação internacional. Essas preferências permitem atribuir ao primeiro, Lévi-Strauss, uma disposição ao risco para além dos possíveis escolares e, ao segundo, à conservação das práticas escolares e universitárias. Nas décadas seguintes, suas trajetórias na França consolidam essas diferenças: Lévi-Strauss ingressa na Escola Prática de Altos Estudos de Paris e Arbousse-Bastide na Universidade de Rennes.

No que diz respeito à institucionalização da formação em pesquisa na Faculdade de Filosofia, Florestan Fernandes e Antonio Candido, ambos orientados de Fernando de Azevedo, chegam à conclusão de que seria preciso reformular o curso de

ciências sociais (Fernandes, 1958, [1959] 1977; Candido, 1954). Nos anos 1950, esses autores publicam alguns balanços sobre a sociologia e a etnologia em São Paulo no período de fundação. Antonio Candido enfatiza uma relação harmoniosa entre as instituições e agentes, enquanto Florestan prefere realçar a “crise” da sociologia na FFCL dada a falta de recursos para a pesquisa. Referindo-se ao mal-estar causado entre os colegas pela publicação de *Tristes trópicos* (1955), Florestan procura aproveitar o contexto para realçar as analogias entre a formação universitária na França e no Brasil – a formação teórica seria importante, mas as novas gerações, ao contrário das antigas, precisam se especializar.

Tanto o Departamento de Cultura quanto o Instituto de Educação sofreram revezes após o golpe de Vargas, o que mostra o quanto havia em comum entre eles aos olhos de um outro projeto nacional. Não deve ter contado pouco para esse desfecho a enorme ambição de ambos os grupos em nacionalizar uma experiência local, que pretendiam legítima uma vez amparada por instituições internacionais. O grupo do Departamento se dispersou, o que era condizente com um mundo de indivíduos que circulam mais “livremente” em relação às instituições escolares, mas são presas mais fáceis das ingerências políticas; o grupo dos professores do Instituto foi transferido para a FFCL e, apesar da posição subordinada, manteve sua crença no valor da escola e formou as novas gerações.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Antonio Marcos. (1984), “Entrevista com Paul Arbousse-Bastide”. In: *Língua e Literatura*, Numero Comemorativo, ano x: 7-34.
- ANDRADE, Rafael de. (2023), *Uma ciência de serviços: Formação da Ciência Psicológica Paulista (1945-1957)*, Dir. Marcia Consolim. Guarulhos, monografia em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo.
- ANGELINI, Arrigo L. (2002), “Centenário do nascimento da acadêmica Noemy da Silveira Rudolfer (08/08/1902 – 16/12/1980)”. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, ano XXII, n. 4/02. Publicação trimestral. São Paulo, out./dez.
- ANTUNHA, Heladio César Gonçalves. (1974), *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo, SP, MEC-Inep-CRPES (Centro Regional de Pesquisa Educacionais do Sudeste). Estudos e Documentos, vol. 10. jun.
- ANTUNHA, Heladio César Gonçalves. (1975), “As origens da Faculdade de Educação da USP: a introdução dos estudos pedagógicos de nível superior no estado de São Paulo”. *Revista da Faculdade de Educação*, 1. São Paulo, SP.
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências: 1934-1935. (2009), São Paulo, Universidade de São Paulo
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências: 1936. (1937), São Paulo, Universidade de São Paulo
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências: 1937 e 1938. (1939), São Paulo, Universidade de São Paulo
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências: 1939 a 1949. Volumes 1 e 2. (1950), São Paulo, Universidade de São Paulo.
- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. (1932; 1936), *Correspondance*. IBE – Historical Collections. Archives Historiques – BIE – 1925-1969. Arquivos Unesco.
- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul (1934-1945). Correspondência. Arquivos Família Paul Abousse-Bastide.
- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. (1944), *Formando o homem: contribuição para o plano de um ginásio ideal*. São Paulo, Sociologia Editoria.
- ARCHIVOS do Instituto de Educação. (1935), São Paulo, ano I, n. 1; n. 2.
- ARCHIVOS do Instituto de Educação. (1936), São Paulo, ano II, n. 3.
- ARCHIVOS do Instituto de Educação. (1937), São Paulo, ano III, n. 4.
- ARON, R. et al. (1937). *Les Sciences sociales en France: Enseignement et recherche*. Paris, Flammarion.
- ATAS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. (1937), Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, Fernando. (1935), *Princípios de sociologia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- AZEVEDO, Fernando. (1936), *A educação e seus problemas*, tomo I. São Paulo, Melhoramentos.
- AZEVEDO, Fernando. (1956), *Princípios de sociologia*, vols. 1 e 2. São Paulo, Melhoramentos.

- AZEVEDO, Fernando. (1961), *Figuras de meu convívio*. São Paulo, Melhoramentos.
- AZEVEDO, Fernando. (1971), *História da minha vida*. São Paulo, Edusp.
- BASTIDE, Roger. (1936), "L'enseignement de sociologie en France". *Revue Internationale de Sociologie*, pp. 373-402.
- BLANCKAERT, Claude & COPPENS, Yves (orgs.). (2015), *Le Musée de l'Homme: histoire d'un musée laboratoire*. Paris, Musée de l'Homme, Artlys.
- BONTEMPI JR., Bruno. (2011). "Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo". *Cadernos de Pesquisa*, 41 (142): 188-207.
- BOUGLÉ, C. (1937), "Introduction". In: *Les Convergences des Sciences Sociales et l'Esprit Internationale*. Travaux de la conférence internationale des sciences sociales. Centre d'Etudes de Politique Etrangère. Paris, Paul Hartmann.
- BOURDIEU, Pierre. (1992), *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), "As condições sociais da circulação internacional das ideias". Tradução: Fernanda Abreu. *Enfoques*, Rio de Janeiro, 1 (1): IV-XV.
- CARDOSO, Irene. (1982), *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Cortez.
- CARDOSO, Irene. (1987), Entrevista com Roger Bastide: 18/08/1973. *Revista Discurso*, 16: 181-197.
- CARLOTTO, M. (2014), *Universitas sempre reformada? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. São Paulo, tese de doutorado em sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CERQUEIRA, Vera Lucia Cardim de. (2014), *Ciências sociais na gestão Mário de Andrade: contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss*. São Paulo, Annablume.
- CHARLE, Christophe. (1994a), "Ambassadeurs ou chercheurs? Les relations internationales de professeurs de la Sorbonne sous la III^e République". *Genèses*, [s. l.], 14: 42-62.
- CHARLE, Christophe. (1994b), *La République des universitaires (1870-1940)*. Paris, Editions du Seuil.
- CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen & WAGNER, Peter (orgs.). (2004), *Transnational intellectual networks: forms of academic knowledge and the search for cultural identities*. Frankfurt/Main, Campus Verlag.
- CONGRES INTERNATIONAL DE LA POPULATION. (1939), *Congrès international de la population, Paris, 1937. Théorie générale de la population*. Paris, Hermann.
- CONSOLIM, M. (2021), "Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil, 1908-1932". *Tempo Social*, 33 (1): 17-51.
- CONSOLIM, M. (2023), "L'enseignement des sciences sociales au Brésil: Français, Nord-Américains et Brésiliens (1933-1945)". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 42: 15-48.
- COSTA, Hebe C. Boa-Viagem A. (2011), "Resgatando a memória dos pioneiros: Vida e obra de Milton Camargo da Silva Rodrigues – *Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, 80 (1): 8-11, jun.

- COSTA, Hebe C. Boa-Viagem A. (jun. 2007), “Resgatando a memória dos pioneiros em psicologia: Roldão Lopes de Barros. *Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, 27 (1): 17-22.
- DEBAENE, Vincent. (2010), *L’adieu au voyage: l’ethnologie française entre science et littérature*. Paris, Gallimard. (Bibliothèque des Sciences Humaines).
- DELPUECH, André; LAURIÈRE, Christine & PELTIER-CAROFF, Carine (orgs.). (2017), *Les années folles de l’ethnographie: Trocadéro 28-37*. Paris, Muséum National d’Histoire Naturelle Publications Scientifiques. (La Collection “Archives”).
- DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. (1960), *Paul Rivet por ele mesmo*. São Paulo, Anhambi.
- DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. (1977), *Paulo Duarte II* (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.
- DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. ([1971] 2022), *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, Todavia.
- DUCCI, Annamaria. (maio 2015), “Le musée d’art populaire contre le folklore. L’Institut International de Coopération Intellectuelle à l’époque du Congrès de Prague”. *Revue Germanique Internationale*, 21: 133-48.
- DUMONT, Juliette. (2008), *L’institut international de coopération intellectuelle et le Brésil (1924-1946)*. Paris, Ihel/Credal.
- DURKHEIM, Emile. (1937), *As regras do método sociológico*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- ERIBON, Didier. (1998), *De Près et de loin*. Paris. Odile Jacob.
- EVANGELISTA, Olinda. (1997), *A formação do professor em nível universitário: O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)*. São Paulo, tese de doutorado em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FERNANDES, Florestan. (1978), *A condição de sociólogo*. São Paulo, Hucitec.
- FERNANDES, Florestan. (1977), *A sociologia no Brasil*. Petrópolis. Vozes.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (1998), *Coleções e expedições vigiadas: Os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo, Hucitec/ANPOCS.
- HAYASHI, Marli Guimarães. (2010), *Paulo Duarte, um Quixote brasileiro*. São Paulo, Hucitec. (Estudos Históricos, 80).
- HEILBRON, J.; GUILHOT, N. & JEANPIERRE, L. (2009), “Internationalisation des sciences sociales: les leçons d’une histoire transnationale”. In: SAPIRO, Gisèle (éd.). *L’espace intellectuel en Europe. De la formation des États-nations à la mondialisation XIXe-XXIe siècle*. Paris, La Découverte, pp. 319-346.
- HIRSCH, (2017), “I’m the whole show’. Marcel Mauss professeur à l’Institut d’Ethnologie”. In: DELPUECH, A.; LAURIÈRE, C. & PELTIER-CAROFF, C. (dir.). *Les Années folles de l’ethnographie*. Trocadéro 1928-1937. Paris, Publications Scientifique du MNHN: 341-402.
- HYAISHI, Marli Guimarães. (2010), *Paulo Duarte: um Quixote brasileiro*. São Paulo, Hucitec.

- INSTITUT Internationale de Cooperation Intellectuel. (1928), *Art populaire*. Paris, Duchartre.
- JEANPIERRE, Laurent. (2002), “La politique culturelle française aux États-Unis de 1940 a 1947”. In: *Entre rayonnement et réciprocité: Contributions à l’histoire de la diplomatie culturelle*. Paris, Éditions de la Sorbonne.
- JEANPIERRE, Laurent. (2004), “Une opposition structurante pour l’anthropologie structurale: Lévi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux États-Unis”. *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 11: 13-44.
- KARADY, V. (2011), “Durkheim e os primórdios da etnologia universitária”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, 1 (28).
- KLÜGER, E. (2018), “Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: Socializações desiguais, carreiras análogas, modalidades díspares de exercício do poder”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 61: 301-339.
- LAURIÈRE, Christine. (2008), *Paul Rivet: Le savant et le politique*. [S.l.], Publications Scientifiques du Muséum.
- LEFÈVRE, Jean-Paul. (avril-juin 1993), “Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, 38: 24-33.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (2015), “*Chers tous deux: Lettres à ses parents (1931-1942)*”. Paris, Seuil.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1935), *Oesp*.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1996), *Saudades de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, Instituto Moreira Salles.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1955), *Tristes tropiques*. Paris, Plon. Ed. bras.: (1996), *Tristes trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras (pp. 99-100).
- LIMONGI, Fernando. (1989), “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sergio (org.). (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*: 1. São Paulo, Vértice, pp. 111-187.
- LOYER, E., (2015), *Lévi-Strauss*. Paris, Flammarion.
- MASSI, Fernanda. (1989), “Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960)”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice.
- MAUGÜÉ, Jean. (1982), *Les Dents agacés*. Paris, Buchet-Chastel.
- MAZON, Brigitte. (1988), *Aux origines de l’École des hautes études en sciences sociales: Le rôle du mécénat américain (1920-1960)*. Paris, Éditions du Cerf.
- MERKEL, I. (2022), *Terms of exchange. Brazilian intellectuals and the French Social Sciences*. Chicago, University of Chicago Press.
- MICELI, Sérgio. (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vols. 1 e 2. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.
- MICELI, Sérgio. (2001), *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MICELI, Sérgio. (2009), “Mário de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro”. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 160-174.

- MILLIET, Sérgio. ([1944] 1981), *Diário crítico*, vol. II. São Paulo, Martins/Edusp.
- MILLIET, Sérgio. (1937), “Le statistique démographique de la ville de Sao Paulo et la représentation graphique par courbe de niveau”. *Congres de la Population*, vol. 1, pp. 241-2.
- MIRANDA, Nicanor. (1944), *Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos*. São Paulo, Departamento de Cultura.
- MOKREJ, Elisabete. (jul./dez. 1984), “A propósito do cinquentenário do “Curso de Metodologia do Ensino” na USP: uma nota histórica”. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 10 (2): 345-357.
- MORAES, Rubens Borba de. (2001), KANTOR, I. et al. *A Escola Livre de Sociologia e Política*. São Paulo, Ed. Sociologia e Política.
- MORAES, Rubens Borba de. (1982), Entrevista realizada por Marco Aurelio Gomes em 15/08/1982. Rua 7, pp. 96-109.
- NASCIMENTO, Alessandra Santos. (2012), *Fernando de Azevedo: Dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil*. São Paulo, Cultura Acadêmica.
- ORIANI, A. P. (2022), “Higiene para as escolas primárias: A produção escrita de Antonio Ferreira de Almeida Júnior (1922-1939)”. *Educação e Pesquisa*, 48.
- PALMEIRA, Miguel Soares. (2017), “Dos efeitos de um exílio: Moses Finley na Inglaterra”. *Revista de História*, 176: 1-31.
- PAOLLILO, Lucas. (2019), *Sérgio Milliet, sociólogo: entre observações e transições*. Araraquara, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. (2000), *Diálogos brasileiros. Uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo, Edusp.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. (1989), “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, vol. 1, pp. 410-459.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. (1998). “Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo”. *Mana*, 4 (1): 79-107.
- PENNA, Maria L. (1987), *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo, Perspectiva.
- PETITJEAN, P. (dir.). (1996), *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp.
- PETITJEAN, P. (1991), “Dimensão cultural, influências ideológicas e imagens científicas na história das relações franco-brasileiras, 1850-1940”. In: PARVEAUX, S. & REVEL-MOUROZ, J. (dir.). *Images réciproques du Brésil et de la France*. Paris, Éditions de l’IHEAL, pp. 845-860.
- PETITJEAN, P. (2001), “Miguel, Paul, Henri et les autres. Les réseaux scientifiques franco-brésiliens dans les années 1930”. In: VIDEIRA, A. & Salinas, S. (dir.). *A cultura da Física. Contribuições em homenagem a Amélia Império Hamburger*. São Paulo, Editora Livraria da Física, pp. 59-94.
- PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio & MICELI, Sergio. (2008), “Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha”. *Tempo Social*, 20 (2).

- POLLAK, Michaël. (2018), “Paul F. Lazarsfeld: fundador de uma multinacional científica”. *Política & Sociedade*, 17 (38): 94-134
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RAFFAINI, Patricia Tavares. (2001), *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, História Social USP.
- RENOLIET, J.-J. (1981), *L’Unesco oubliée: La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)*. Paris, Éditions de la Sorbonne.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. (1935; 1937; 1938), São Paulo, vols. 15, 18; 39; 52.
- RUBINO, Silvana. (1989), “Clubes de pesquisadores: A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice.
- SANDRONI, C. (2002). “Mário, Oneyda, Dina e Claude”. *Revista do Patrimônio*, 30: 234-46.
- SANDRONI, C. (2022) “Notas sobre etnografia em Mário de Andrade”. *Estudos Avançados*, 36 (104): 205-223.
- SAPIRO, Gisele. (2016), “Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês”. *Revista Pós Ciências Sociais*. 9 (7).
- SAPIRO, Gisele. (2019), “A noção de campo de uma perspectiva transnacional: A teoria da diferenciação social sob o prisma da história global”. *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, 26 (1): 233-265.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1979), *Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SILVA, Dimitri Pinheiro. (2008), *Da Política à Ciência Política; Da Ciência Política à Política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP.
- SUPPO, Rogelio Hugo. (2001), *La politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950*. Paris, tese de doutorado, Paris III.
- TONI, Flávia. (2021), “Fonografia e projeto nacional: o Brasil no Congresso de Arte Popular de Praga (1928)”. In: TONY, Flávia. & PAIXÃO, Fernando. (orgs.). *Estudos brasileiros em três tempos. 1822 – 1922 – 2022*. São Paulo, Fino Traço. pp. 223-251.
- TOURNÈS, Ludovic. (2008), “La fondation Rockefeller et la construction d’une politique des sciences sociales en France (1918-1940)”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 63e année: 1371-1402.
- TOURNÈS, Ludovic. (2007), “La fondation Rockefeller et la naissance de l’universalisme philanthropique américain”. *Critique Internationale*, 35: 173-197.
- TOURNÈS, Ludovic. (2012), “La philanthropie américaine, la Société des Nations et la co-production d’un ordre international (1919-1946)”. *Relations Internationales*, 151: 25-36.
- TOURNÈS, Ludovic. (2011), *Sciences de l’homme et politique Les fondations philanthropiques américaines en France au xxe siècle*. Paris, Classiques Garnie.

- TRAVAUX DU IER CONGRES INTERNATIONAL DE FOLKLORE. (1938), Paris, Arrault et Cie.
- VALENTINI, Luisa. (2011), *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo, dissertação de mestrado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- VALLANTIN, Catherine Velay. (abr. 1999), “Le Congrès International de Folklore de 1937”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 54 (2): 481-506.
- VIDAL, Diana G. & RABELO, Rafaela S. (jan.-abr. 2019), “A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores”. *Cadernos de História da Educação*, 18 (1): 208-220.
- VIDAL, Diana G.; SILVA, José C. S. & ABDALA, Raquel. (2020), *Fernando de Azevedo em releituras. Sobre lutas travadas, investigações realizadas e documentos guardados*. São Paulo, Paco.
- WELPER, Elena (org.). (2019). *Chamado da selva: correspondência entre Curt Nimuendajú e Herbert Baldus*. Rio de Janeiro, Camera Books.

Resumo

Universidade de São Paulo: epicentro de uma controvérsia transnacional

Trata-se de analisar a controvérsia entre dois professores que ocuparam as cadeiras de sociologia I e II na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em seus primeiros anos de funcionamento. Essa controvérsia, que opôs sociologia e etnologia, teoria social e pesquisa empírica, enraizou-se em meios intelectuais distintos: a sociologia, no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, e a etnologia, no Departamento de Cultura do Município de São Paulo. Assim, pretende-se mostrar que as transferências intelectuais dependem das afinidades eletivas estabelecidas entre grupos de intelectuais estrangeiros e brasileiros e que, no caso paulista, os intelectuais relativamente mais próximos aos grupos dirigentes se inclinam para a nova disciplina, etnologia, enquanto os relativamente mais dominados no campo do poder preferem a sociologia, já ensinada nas escolas normais. Para isso, utilizo análises documentais e textuais, bem como estudo de trajetórias e de redes de interdependência.

Palavras-chave: Missões francesas; Universidade de São Paulo; Cadeiras de sociologia; Instituto de Educação; Departamento de Cultura.

Abstract

University of Sao Paulo: epicenter of a transnational controversy

The aim is to analyze the controversy between two professors who occupied the chairs of sociology I and II at the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo in its early years. This controversy, which opposed sociology and ethnology, social theory and empirical research, was rooted in different intellectual circles: sociology, at the Institute of

Education of the University of São Paulo, and ethnology, at the Department of Culture of the Municipality of São Paulo. The aim is to show that intellectual transfers depend on the elective affinities established between groups of foreign and Brazilian intellectuals and that, in the case of São Paulo, the intellectuals relatively closer to the ruling groups lean towards the new discipline, ethnology, while those relatively more dominated in the field of power prefer sociology, already taught in normal schools. To do this, I use documentary and textual analysis, as well as a study of trajectories and networks of interdependence.

Keywords: French missions; University of São Paulo; Chairs of sociology; Institut of Education; Department of Culture.

Texto recebido em 03/04/2024 e aprovado em 08/04/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.223646.

MARCIA CONSOLIM é professora associada IV da Universidade Federal de São Paulo. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Unifesp. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas – Scici – Science in Circulation do Instituto de Estudos Avançados e Convergentes da Unifesp. Suas pesquisas abordam a história e sociologia das ciências humanas e sociais na primeira metade do século XX. Atualmente se dedica a pesquisas sobre circulação internacional das ciências sociais entre Brasil, França e Estados Unidos. E-mail: mconsolim@unifesp.br.



Université de São Paulo

Épicentre d'une controverse transnationale

Marcia Consolim*

<https://orcid.org/0000-0002-3622-073X>

La fondation de l'Université de São Paulo est intrinsèquement liée aux missions françaises et aux premiers professeurs étrangers de la Faculté de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines¹. Ils ont laissé leur empreinte à travers des cours, des conférences et des publications, mais aussi à travers des réseaux de sociabilité et des projets institutionnels et intellectuels. Il s'agit d'identifier, dans cet article, les transformations de l'espace intellectuel de São Paulo à la suite de l'arrivée de deux professeurs français, Paul Arbousse-Bastide et Claude Lévi-Strauss, pour occuper les chaires de sociologie I et de sociologie II de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de l'Université de São Paulo au moment de sa fondation. Je n'escompte pas ici revenir sur l'histoire des sciences sociales ou des missions françaises à São Paulo, mais je souhaite montrer que cette circulation internationale comporte des nuances encore peu explorées par les études spécialisées². Le noyau de la controverse entre ces deux professeurs, la définition légitime des sciences humaines ou des sciences sociales à partir de l'opposition entre "philosophie sociale" et "recherche empirique", est né dans les pays centraux, en par-

* Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Cette recherche a été réalisée avec le soutien de la Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – et du programme DEA de la Fondation Maison des Sciences de l'Homme. Je remercie Hélène Arbousse-Bastide pour la mise à disposition des archives familiales. Je remercie Rafael Andrade et Bruno Cuer pour leur dialogue et leur collaboration dans la préparation de cet article, ainsi que Nadège Mézié et Wolf Feuerhahn pour la révision.
2. Des études antérieures ont développé une histoire des sciences sociales et de l'Université de São Paulo. Voir Antunha, 1974; Schwartzman, 1979; Cardoso, 1982; Miceli, 1989, 1995; Carlotto, 2014. Sur le rôle des missions françaises à la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres, voir Massi, 1988; Peixoto, 1989, 2001; Suppo, 2001; Petitjean, 1996; Lefevre, 1993; Loyer, 2015; Merkel, 2022; Consolim, 2021, 2023.

ticulier la France et les États-Unis, mais ses impacts sont plus fortement ressentis dans les pays périphériques, où les institutions d'enseignement sont encore en construction. Ces oppositions, associées à un ensemble plus large de préférences – relatives aux modèles institutionnels, aux pratiques scientifiques, à l'engagement politique, à la diplomatie intellectuelle, etc. – sont abordées sous l'angle des configurations dans lesquelles les deux professeurs se situent, c'est-à-dire de leurs rapports au pouvoir social et intellectuel. Ainsi, nous partons des trajectoires de ces professeurs dans leur milieu d'origine en France pour, ensuite, considérer les pratiques et représentations propres aux milieux intellectuels de São Paulo, qui ont conditionné la circulation de leurs propositions dans au Brésil. À partir des trajectoires des professeurs étrangers et des intellectuels brésiliens, deux principes de légitimation intellectuelle peuvent être identifiés à travers des affinités électives³.

La fondation de l'Université de São Paulo a eu lieu au cours d'une décennie extrêmement importante d'un point de vue politique, économique et intellectuel. Fruit d'un projet intellectuel mûri depuis la première décennie du *xxe* siècle et d'un contexte de confrontation politique entre l'état de São Paulo et le gouvernement fédéral, l'étude des différents groupes intellectuels ne peut être dissociée de leurs relations avec les groupes au pouvoir (Miceli, 1989, 2001). Il s'agit ici d'analyser ces relations en comparant deux institutions fondées en 1934, l'Institut d'Éducation de l'Université de São Paulo et le Département de la Culture de la Municipalité de São Paulo. Par ailleurs, je souhaite relier cette analyse aux transformations à l'œuvre dans l'espace transnational et notamment dans le contexte français, le cas de São Paulo permettant une compréhension plus complexe de ces transformations (Heilbron *et al.*, 2009). L'hypothèse de ce travail est que les sympathies et les antipathies, ou plutôt les affinités électives entre les professeurs français et les intellectuels brésiliens découlent d'une homologie de position entre le champ intellectuel français et le champ du pouvoir de l'état de São Paulo. À partir d'une comparaison entre ces deux espaces, je montre que la polarisation entre les deux professeurs français a été codifiée et reliée à deux milieux intellectuels de São Paulo: d'une part, Fernando de Azevedo et les professeurs de l'Institut d'Éducation de l'Université de São Paulo; d'autre part, Mário de Andrade et les membres du Département de la Culture de la Municipalité de São Paulo. Ces deux réseaux occupent deux positions distinctes par rapport aux groupes dirigeants: respectivement, le groupe des *outsiders*, qui acquiert une certaine autonomie grâce au marché de l'édition et à l'expansion des

3. La bibliographie spécialisée mentionne cette controverse, mais brièvement et sans prétendre extraire de cet épisode une clé d'interprétation des positions intellectuelles et des transferts scientifiques de la période. Voir Cardoso, 1987; Rubino, 1989; Peixoto, 1998; Suppo, 2001; Loyer, 2015; Silva, 2008, Valentini, 2011; Rubino, 1989; Cerqueira, 2014.

institutions d'enseignement, et le groupe des *établis*, qui a la même origine sociale que les groupes dirigeants et bénéficie de leurs faveurs, mais sans autonomie institutionnelle. L'analyse de ce processus permet d'identifier deux styles de vie intellectuelle: l'intellectuel-professeur, véhicule de la culture légitime et défenseur de la neutralité politique, et l'intellectuel-écrivain, créateur et politiquement engagé. Alors que l'écrivain moderniste est plus proche des groupes dominants et se distingue par son style de vie cultivé et cosmopolite, l'intellectuel-professeur se spécialise, embrasse l'université et se subordonne aux classifications scolaires parce qu'il lui doit son destin.

Différents facteurs conditionnent les transferts scientifiques et intellectuels d'un pays à l'autre qui se trouve être dans une relation d'asymétrie en termes de pouvoir social et de prestige intellectuel⁴. Dans le contexte plus général de la politique d'expansion de la culture française et de la quête de reconnaissance internationale des intellectuels brésiliens, les réseaux formés par les affinités électives sont des médiations fondamentales pour les transferts intellectuels internationaux. Dans le contexte français, les positions d'origine occupées par les professeurs français dans le champ intellectuel sont différentes et, pour cette raison, ces professeurs évaluent différemment la diplomatie intellectuelle de Georges Dumas au Brésil (Consolim, 2021, 2023). Lévi-Strauss, qui prend une distance critique par rapport à Dumas, est un jeune diplômé proche des élites intellectuelles parisiennes et de Paul Rivet; Arbousse-Bastide, héritier de la diplomatie de Dumas, est un professeur de la province qui appartient à la "vieille génération". Autrement dit, la décennie qui les sépare est bien plus qu'une différence d'âge, car la distance intellectuelle entre ceux qui ont été diplômés à la fin des années 1910 et ceux qui l'ont été à la fin des années 1920 est d'ordre qualitative. Ainsi, le mouvement de renouvellement ou de conservation des sciences concerne les transformations (et les transferts) entre les pays centraux eux-mêmes, où l'opposition entre "ancien monde" et "nouveau monde" est constitutive des querelles "disciplinaires".

Ainsi, l'opposition entre "ethnologie" et "sociologie" à la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de l'Université de São Paulo s'inscrit dans un processus de transformations structurelles de l'espace transnational qui a des impacts divers dans chaque contexte national. Cette opposition n'est pas d'ordre disciplinaire, mais plutôt terminologie et manifeste deux styles de vie intellectuel ainsi que deux rapports au pouvoir (Feuerhahn, 2020). Dans le cas de São Paulo, l'opposition entre ces deux "disciplines", entre un savoir dominant, la sociologie, et un savoir dominé, l'ethnologie, est liée à des groupes intellectuels qui occupent une position inversée dans le champ du pouvoir – le savoir dominant est associé aux *outsiders* et le savoir dominé aux *établis*.

4. Sur ce sujet, voir Pollak, 2018; Palmeira, 2017; Jeanpierre, 2004, 2022; Kluger, 2018. Voir aussi Bourdieu, 2002, et Sapiro, 2016, 2019.

La guerre des chaires: controverses au Département de Sociologie (1935-1937)

Une polémique apparemment sans conséquences majeures a entouré les trois années qui ont vu Arbousse-Bastide et Lévi-Strauss passer ensemble au Département de Sociologie de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de l'Université de São Paulo. En 1935, année du début de la polémique, Arbousse-Bastide a 36 ans et Lévi-Strauss 27. Arbousse-Bastide était arrivé en 1934 et, seul professeur responsable de l'enseignement de la sociologie à la Faculté de Philosophie, avait demandé la création d'une seconde chaire de sociologie et avait été nommé "chef de département". Lévi-Strauss arrive l'année suivante pour occuper la chaire de sociologie II et ne voit en principe aucun problème avec le titre de son collègue. Mais peu après, Lévi-Strauss commence à remettre en cause le titre de chef de département de son collègue au nom de la liberté de la chaire, car il veut être libre pour définir les programmes de cours de sa chaire, alors qu'Arbousse-Bastide attend du nouveau venu qu'il accepte les programmes et la répartition proposée pour les deux chaires. Dès lors, un conflit s'engage sur les sciences humaines et sociales et sur le rôle de l'université, ainsi que sur les rapports entre la vie politique et la vie intellectuelle.

Dans une lettre à Georges Dumas, Arbousse-Bastide accuse Lévi-Strauss de "cécité ambitieuse": "Quant à Lévi-Strauss, cécité ambitieuse avec toute l'audace de l'ambition et les erreurs de la cécité. L. S. veut se rendre insupportable pour que les Brésiliens lui donnent une chaire d'ethnographie afin de maintenir la paix. Mais pour l'instant, ils ne veulent pas [...]" (Arbousse-Bastide, 1936). Dans une lettre à ses parents, il attribue l'intransigeance de Lévi-Strauss à sa volonté d'obtenir un poste pour sa femme, Dina Dreyfus, qui l'a accompagné dans les missions françaises (Arbousse-Bastide, 1935). Quant à Lévi-Strauss, ses lettres à ses parents pendant son exil aux États-Unis précisent la perception qu'il a de son collègue: il refuse par avance une éventuelle invitation à retourner à l'université à cause des "histoires d'Arbousse-Bastide"⁵. Lévi-Strauss revient à cette controverse plusieurs fois dans des publications postérieures pour montrer qu'il était bloqué par les élites de São Paulo et par Georges Dumas, qui protégeait son "jeune parent"⁶.

5. Voir Lévi-Strauss, [28/06/1941] 2015.

6. Sur la critique de Lévi-Strauss du durkheimisme et de l'esprit philosophique, ainsi que de la politique de Georges Dumas et des élites de São Paulo, voir Lévi-Strauss, *Tristes tropiques*, 1955, pp. 51-52 et 96-97. Plus de quatre décennies après, Lévi-Strauss revient sur le sujet dans un entretien avec Didier Eribon: "Georges Dumas avait mis un jeune parent sociologue à l'université en première année. Quand ce fut mon tour, le second sociologue en quelque sorte, il essaya de me mettre dans une position subalterne. Cela ne m'a pas plu et, lorsque j'ai résisté, il a essayé de me renvoyer au nom de la tradition comtiste, dont il était spécialiste et que mon enseignement trahissait. Les dirigeants de l'université, qui étaient aussi les dirigeants du grand journal *O Estado de S. Paulo*, lui ont prêté une oreille attentive ». Voir

Il pourrait s'agir d'un épisode confiné aux coulisses des missions et de l'histoire si ce n'était son empreinte dans la mémoire de Lévi-Strauss, j'en veux pour preuve la mention dans divers entretiens et, de manière tout aussi significative, le silence d'Arbousse-Bastide sur cet épisode quand il est interrogé sur les missions. Il est possible de faire de la discorde entre les deux hommes un point de départ pour reconstruire deux mondes différents, ou plutôt deux manières différentes de légitimer les relations entre les intellectuels et le pouvoir. A l'image de Lévi-Strauss comme "chercheur pur" s'oppose celle que dresse de lui Arbousse-Bastide comme un "intellectuel de parti", en l'occurrence socialiste. Inversement, la neutralité ou la responsabilité éthique du professeur que prétend incarner Arbousse-Bastide est contredite par l'image de "conseiller du prince" – en l'occurrence Júlio de Mesquita Filho – que Lévi-Strauss se fait de lui.

En effet, la stratégie d'Arbousse-Bastide au Brésil est orientée vers l'accumulation de pouvoir institutionnel, ce qui le rend relativement proche des propriétaires du journal *O Estado de S. Paulo* (*Oesp*) et des professeurs de l'Institut d'Éducation, tandis que Lévi-Strauss privilégie ses recherches sur le terrain et, compte tenu du blocage de ses projets à l'université, ses contacts avec les institutions plus autonomes par rapport à l'université, comme le Département de la culture⁷. Néanmoins, si l'on considère leurs milieux d'élection, les rapports s'inversent étant donné que le "chercheur" Lévi-Strauss déploie des affinités électives au sein du groupe d'intellectuels plus proche du pouvoir, alors que l'"ambassadeur" Arbousse-Bastide se rapproche d'une institution qui en est plus éloignée (Charle, 1994). Emergent ainsi à São Paulo une figuration composée par deux réseaux spécifiques, deux pratiques intellectuelles distinctes, deux sociétés scientifiques et deux politiques de rayonnement du français en Amérique Latine.

Paul Arbousse-Bastide: la carrière d'un "ambassadeur"

La première forme d'opposition entre les deux professeurs concerne la définition et les limites légitimes de la sociologie ou, plus largement, des sciences sociales. La présentation des programmes des chaires de sociologie I et II est remarquable en raison de son adresse polémique: l'exposé est fait sur le ton de la défense contre de

Lévi-Strauss, in Didier Eribon, 1998, p. 33. L'épisode revient aussi dans *Claude Lévi-Strauss: saudades de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009. Jean Mangué, dans *Les Dents agacées*, reprend la version publiée par Lévi-Strauss selon laquelle Arbousse-Bastide était un parent de Dumas. Cette version a été reprise dans de nombreuses études, mais il n'y a en fait aucun lien de parenté entre Dumas et Arbousse-Bastide.

7. En 1937, Arbousse-Bastide publie des éditoriaux anonymes au journal *Oesp*, alors que Lévi-Strauss publiera très peu dans ce journal.

prétendues attaques et, en même temps, sur le ton de la critique voilée du programme du collègue de l'autre chaire. Le programme d'Arbousse-Bastide est essentiellement théorique, structuré à partir de la "pensée" des auteurs "classiques" de la sociologie, et éclectique, puisqu'il associe des auteurs de la sociologie, de la philosophie et de la psychologie⁸. Arbousse-Bastide reconnaît s'inspirer des "orientations générales" de *L'Année Sociologique*, mais rejette l'idée d'un programme dogmatique, compte tenu de l'ouverture de la revue à différentes "tendances doctrinales" et de la liberté des enseignants de choisir les auteurs et les thèmes qu'ils préfèrent. Il se défend contre les attaques portées au modèle adopté, en particulier, le caractère "philosophique" du cours, justifié de la manière suivante: le public brésilien est un admirateur de Comte et la sociologie est donc pour lui une discipline "systématisée", faite d'"idées" et de réflexions "méthodologiques"⁹. La transcription de certains de ses cours permet d'analyser plus finement cette proposition¹⁰. Arbousse-Bastide utilise principalement deux types de sources: les manuels de sociologie publiés en France et les articles publiés dans des revues françaises de l'époque, telles que *L'Année Sociologique*, la *Revue Internationale de Sociologie* et la *Revue de Synthèse*. En ce qui concerne la bibliographie, environ 75% des titres proviennent d'auteurs français, principalement Émile Durkheim, Gabriel Tarde, Marcel Mauss, René Worms, mais aussi René Lacombe et Daniel Essertier. Les idées des psychologues français tels que Théodule Ribot, Georges Dumas, Pierre Janet et Charles Blondel y sont également exposés. En ce qui concerne les thèmes du cours, l'accent est mis sur la relation entre la psychologie et la sociologie, sur les sujets de méthodologie et d'épistémologie, ainsi que sur la "sociologie des formes" et de l'État selon les auteurs allemands¹¹.

8. Dans le programme original publié par le décret de janvier 1934, les matières suivantes figuraient au programme: psychologie sociale, anthropologie sociale et sociologie politique. Voir *Oesp*, 25/01/1934. Ensuite, Arbousse-Bastide a inclus ces disciplines sous la rubrique "sociologie". Les contenus du cours de sociologie sont les suivants: sociologie générale; sociologie mentale et inter-mentale; sociologies spéciales (science des mœurs, sociologie juridique, sociologie criminelle, sociologie économique); sociologies spéciales (domestique, politique, esthétique, religieuse, linguistique, normative et appliquée, ainsi que des notions d'ethnologie). Voir *Anuário*, [1934-1935] 2009. Ce programme a été approuvé par le décret 7069 du 06/04/1935.
9. Voir *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, [1934-1935] 2009, pp. 157-174.
10. Je tiens à remercier le professeur Fernando Pinheiro Filho d'avoir mis cette documentation à ma disposition. Il s'agit d'un résumé de 130 pages des contenus enseignés pendant les deux semestres de la première année et le premier semestre de la deuxième année, daté de 1938.
11. Dans le cas des rapports entre psychologie et sociologie, d'autres sources sont utilisées: le *Nouveau Traité de Psychologie* de Dumas, les textes sur la IV Semaine de Synthèse d'Henri Berr, les publications du Centre de Documentation Sociale de Bouglé, ainsi que les pratiquants de la psychologie des foules. Parmi les anglo-saxons, on trouve les classiques de la psychologie sociale anglo-saxonne: Baldwin, James, Ellwood et MacDougall. Parmi les Allemands, on trouve: Freud, Stein, Wundt, von Wiese et Simmel.

Son projet de formation supérieure est clair et implique une lutte sur deux fronts différents. D'une part, une lutte contre le modèle nord-américain, c'est-à-dire une formation spécialisée orientée vers les problèmes sociaux, basée sur les méthodes statistiques et la documentation sociale. D'autre part, une lutte contre la centralité de l'ethnologie dans le cursus, cette science étant une spécialité et ne devant donc être enseignée qu'en dernière année¹². À cette époque, il publie plusieurs articles sur la notion de "culture" qui donnent à lire cette double lutte (Cerqueira, 2015; Consolim, 2023). Arbousse-Bastide critique la notion anthropologique de culture parce qu'elle correspond à un nivellement des "élites" par rapport aux "masses", à une réduction du spirituel au comportemental/matériel et, enfin, parce qu'elle représente la mentalité nord-américaine¹³. Ces articles associaient Lévi-Strauss de manière voilée à des convictions politiques, culturelles et épistémiques suspectes. L'opposition souvent évoquée entre "esprit" et "matière" était loin d'être purement philosophique dans le contexte de 1935, lorsque les intellectuels catholiques poussaient leurs agendas concernant le contenu des cours de sciences sociales et le rôle de l'université, c'est-à-dire à une époque où l'environnement politique et intellectuel du pays évoluait rapidement vers la droite (Miceli, 2001).

D'autre part, Arbousse-Bastide prévoyait également la construction de centres de documentation sociale, d'abord dans le Département de Sociologie (projet qui ne s'est pas concrétisé), puis dans l'Institut d'Éducation. Dans un contexte international de prestige croissant de la recherche appliquée produite par les centres de documentation sociale dans divers pays européens, ainsi qu'aux États-Unis, l'insertion de ces institutions dans ce circuit international constituait une forme de légitimation. Les contacts avec divers centres européens s'intensifient à la recherche d'accords visant à l'échange de "documentation" (ouvrages, revues, rapports, annuaires, etc.)¹⁴. Bien que, par inclination, l'explication de textes soit plus importante que le travail de documentation sociale pour Arbousse-Bastide, les transformations dans l'espace transnational

12. "Enfin, nous avons ajouté des notions d'ethnologie la dernière année, afin de rappeler aux étudiants en sociologie que l'observation modeste et minutieuse de l'ethnographe doit constituer, avec la statistique judicieusement maniée, un instrument de valeur pour le sociologue [...]" Voir Arbousse-Bastide, *Anuário*, [1934-1935] 2009, p. 163.

13. Arbousse-Bastide, *Oesp*, 1935; *idem*, *Revista do Arquivo Municipal*, 1935. Voir également cette controverse dans Valentini, 2011; Cerqueira, 2014; Consolim 2023.

14. Arbousse-Bastide a contacté les centres européens suivants: l'Institut international de coopération intellectuelle à Paris, le Centre de documentation sociale (CDS) de l'Escola Normal Superior, le Bureau international d'éducation (BIE) et le Bureau international du travail (BIT). Voir Archives de l'Institut d'Éducation, 1936 et 1937. Pour les lettres d'Arbousse-Bastide à Bouglé, voir les Archives Nationales Fonds de l'École Normale Supérieure. Pour les lettres au Bureau international de l'éducation à Genève, voir les Archives de l'Unesco. Voir aussi les rapports d'Arbousse-Bastide aux autorités françaises du Ministère des Affaires étrangères.

et, en particulier, en France, l'amènent à investir dans "un centre de documentation sociologique spécialement organisé en fonction des intérêts économiques et sociaux de São Paulo" (*Anuário*, [1934-1935] 2009, p. 169). Avec le rapprochement entre Arbousse-Bastide et Fernando de Azevedo, le directeur de l'Institut d'Éducation, ces projets sont transférés à l'Institut, où deux centres de documentation sont fondés. Ces initiatives permettent de lier l'Université de São Paulo à des instances de représentation et de consécration internationales, mais aussi d'élargir sa légitimité sur le domaine scolaire, commencé en 1935, quand il participe à l'élaboration du *Plan National d'Éducation* aux côtés de professeurs de l'Institut d'Éducation. Ainsi, la diplomatie intellectuelle à la Georges Dumas a trouvé en Arbousse-Bastide un héritier pour étendre la suprématie intellectuelle française au Brésil.

Claude Lévi-Strauss: la trajectoire d'un "chercheur"

Lévi-Strauss, quant à lui, cherche à combattre les projets intellectuels et institutionnels d'Arbousse-Bastide. Dans la chaire de sociologie II, il entend enseigner ce qu'il appelle la "sociologie culturelle"¹⁵. Pour justifier sa proposition, il utilise la même stratégie que certains de ses collègues français de la même époque: critiquer la sociologie comme une science jeune et donc encore métaphysique. Ainsi, pour que cette discipline devienne véritablement scientifique, et d'autant plus, du fait que son objet central est l'étude de la "culture", il faudrait fusionner "sociologie" et "ethnologie". Tout en critiquant le caractère philosophique et non scientifique de la sociologie, Lévi-Strauss revendique le "véritable" héritage durkheimien pour l'ethnologie¹⁶. En même temps, il s'empresse de défendre le sens du mot "culture" contre les soupçons de son collègue: la "sociologie culturelle" n'aurait rien à voir avec le "matérialisme historique", le "béhaviorisme" ou l'"américanisme" – notamment parce que les fondateurs et les partisans de l'ethnologie et la culture matérielle étaient pour la plupart des Européens vivant en Amérique du Nord. En conséquence, il utilise une définition large de l'ethnologie comme la science des "modes de vie des collectivités humaines", une science englobante par rapport aux autres sciences, de sorte que la sociologie serait définie par des études culturelles plutôt que sociales.

15. De nombreuses études spécialisées se sont penchées sur l'œuvre et la trajectoire de Lévi-Strauss. Il s'agit ici simplement de souligner les propriétés qui le différencient d'Arbousse-Bastide. Voir Grupioni, 1998; Suppo, 2001; Massi, 1989; Merkel, 2022; Loyer, 2015; Eribon, 1998; Lévi-Strauss, 1996.

16. Selon lui, le "fait social" ne serait qu'une dimension de la "culture" et, d'autre part, l'étude de la "culture matérielle" serait le moyen de traiter la culture "comme une chose". Il souligne que Durkheim a également été soupçonné de "matérialisme" (par Tarde). En effet, Lévi-Strauss critique l'étude des "représentations" et propose de les traiter comme des "objets dépourvus de conscience". Voir Lévi-Strauss, *Anuário*, [1934-1935] 2009.

Dans sa lutte contre le programme d'Arbousse-Bastide, Lévi-Strauss propose une révision complète du programme des chaires de sociologie tel qui impliquerait que: 1. d'exclure la philosophie sociale; 2. de traiter l'histoire de la philosophie de manière sociologique; 3. de restreindre l'enseignement de la psychologie à l'étude du caractère inné/acquis des structures mentales; 4. d'inclure l'enseignement de la logique; 5. d'inclure l'enseignement de l'ethnographie car, selon Durkheim lui-même, elle serait à l'origine des plus grandes révolutions en sociologie. Outre ces changements, il propose la mise en place d'un séminaire de recherche dès la première année du cursus afin de rapprocher l'enseignement de la recherche¹⁷.

Les projets institutionnels de Lévi-Strauss à São Paulo diffèrent également de ceux d'Arbousse-Bastide. Il s'agit d'investir dans des institutions plus autonomes par rapport à l'université, comme le montre son projet de fondation d'un Institut d'Anthropologie Physique et Culturelle, inspiré de l'Institut d'Ethnologie de Paris, dirigé par Marcel Mauss, Lucien Lévy-Bruhl et Paul Rivet¹⁸. Il envisage en effet une institution plus libre des contraintes universitaires, avec quelques objectifs principaux: rapprocher l'enseignement et la recherche, promouvoir une formation interdisciplinaire en sciences naturelles et sociales, et former des chercheurs spécialisés. Cependant, face au refus de la direction de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de reformuler les programmes du Département de Sociologie et de soutenir la création d'un institut d'anthropologie plus autonome par rapport à cette Faculté, il en vient à se rapprocher du groupe du Département de la Culture au sein duquel sa femme, Dina Dreyfus, a trouvé un poste.

Lévi-Strauss écrit très peu dans le journal *Oesp* par rapport à Arbousse-Bastide, c'est un signe des relations plus distantes qu'il a avec l'élite dirigeante de São Paulo. Ses publications sont connues (son mémoire sur Marx), de même que ses liens avec Paul Rivet. Dans le contexte de l'ascension du *Front Populaire*, ce curriculum n'est pas fait pour attirer les milieux à São Paulo¹⁹. Lévi-Strauss, comme les autres membres

17. Le premier cours de Lévi-Strauss s'intitule "Formes élémentaires de la vie sociale", dans lequel il aborde les institutions domestiques, économiques, politiques et religieuses des sociétés primitives. Le second cours s'intitule "Le problème de l'état de nature et de l'état de société du XVIII^e siècle à nos jours", cours théorique dans lequel il enseigne Rousseau, Montaigne, Locke, Hobbes, Spinoza et l'école de Manchester, en précisant toutefois que son point de vue est l'apport des sciences positives "dans le passage de la nature à la société". Voir Lévi-Strauss, *Anuário*, 1936. Sur la nature théorique de ses cours, voir Florestan Fernandes 1978.

18. Voir Lévi-Strauss, *Oesp*, 1935. Voir aussi Valentini, 2011. Sur le rôle de ces instituts, voir Karady, 2011.

19. "La France a toujours eu mauvaise presse ici. [...] Lévi Strauss revient avec une 'mission' à l'Exposition de 37! Dans le parti, il y a un petit os à chacun. Cela aurait alors un très mauvais effet, car les Brésiliens se rendraient compte que l'Exposition est le choix du Front populaire, ce qui n'est pas fait pour les attirer." Arbousse-Bastide, Lettre à ses parents, 1937. Sur la méfiance à l'égard des enseignants français, voir Cardoso, entretien avec Bastide 18/08/1973. Sur les suspicions à l'égard de Lévi-Strauss,

des missions, n'a pas le droit d'écrire sur la politique dans la presse, c'est même inscrit dans son contrat. Il s'efforce donc de s'abstenir d'écrire sur des sujets controversés. Cependant, son article sur l'école unique dans *L'Oesp* (1935) risque d'accroître la méfiance à son égard en raison de sa défense de la démocratisation du modèle scolaire français. En outre, il avait également critiqué l'obtention par Arbousse-Bastide d'une deuxième chaire à l'Institut d'Éducation, considérant cette initiative comme une dévalorisation du statut des missions françaises. Sa prise de position provoque des tensions avec Georges Dumas, qui soutient Arbousse-Bastide. À la suite de tous ces déboires, Lévi-Strauss commence à orienter ses investissements vers des institutions extra-universitaires plus souples, ainsi que vers des milieux intellectuels dont les dispositions sont proches des siennes²⁰.

Le champ intellectuel et universitaire dans l'entre-deux-guerres: les trajectoires françaises

Les positions prises par les deux professeurs français sont liées à leurs trajectoires et à leurs positions respectives dans le champ intellectuel français. Il est indéniable que la décision de partir au Brésil durant cette période est en partie due aux difficultés de trouver des postes plus favorables en France et même, dans certains cas, parce qu'il n'était pas toujours possible d'obtenir une bourse à l'étranger²¹. L'entre-deux-guerres en France est marqué par des barrières à l'avancement dans les institutions universitaires, notamment à Paris, et le manque de perspectives de carrière stimule la circulation internationale des professeurs et des étudiants, ainsi que le rapprochement entre la philanthropie américaine et certaines institutions de recherche en France (Mazon, 1988; Tournès, 2006, 2011). Depuis le milieu des années 1920, on assiste à l'introduction des textes étasuniens en France à travers les recensions de ces ouvrages dans les revues de sociologie et de psychologie, à des mobilités de plus en plus fréquentes de professeurs et étudiants français aux États-Unis (par exemple Marcel Mauss, Célestin Bouglé ou encore Maurice Halbwachs), et à une augmentation des bourses d'études financées par la philanthropie américaine. À partir des années

cf. Loyer, 2015; Almeida, 1984; Grupioni, 1998. En 1937, Paul Rivet est exclu de l'Académie brésilienne des sciences, épisode que Dumas est appelé pour renverser la situation. cf. *Rapports des Réunions de l'Académie Brésilienne de Sciences*, Rio de Janeiro, 1937.

20. La critique des professeurs français adressée à Arbousse-Bastide rappelle une prise de position critique de Bourdieu: "[...] tout enseignement supérieur qui ressemble au collège est considéré comme insupportable et de mauvais goût. On croit faire preuve de finesse en se plaçant au-dessus de tout ce qui peut ressembler à l'enseignement en classe. Chacun fait face à cette petite vanité et croit alors avoir déjà dépassé son époque de pédagogie". Bourdieu, 1992, p. 226.

21. Lévi-Strauss n'a pas obtenu la bourse de la Fondation Rockefeller pour les États-Unis. Voir Loyer 2015. Sur la mobilité des professeurs et étudiants français, voir aussi Charle, 1994, 2004.

1930, la Fondation Rockefeller finance des recherches empiriques (conditions de vie, etc.) et des publications à grande échelle, en partenariat avec des institutions et des groupes de recherche locaux, tels que le Centre de documentation sociale de l'École Normale Supérieure ou l'Institut d'Ethnologie. Cependant, la réception des travaux de sociologie, psychologie, ethnologie et anthropologie étasunienne en France dépend de la position occupée dans le champ intellectuel par les agents – ce qui distingue, par exemple, Rivet et Mauss²².

Dans les années 1930, des étudiants du Centre de documentation sociale de l'École Normale Supérieure, généralement normaliens, obtiennent des bourses de la Fondation Rockefeller, comme ce fut le cas pour Raymond Aron, Robert Marjolin et Jean Stœtzl²³. Des étudiants de l'Institut d'Ethnologie reçoivent également des bourses pour effectuer des recherches ethnographiques dans différents pays, notamment dans les colonies françaises, mais aussi dans les Amériques. Avec la politique de rayonnement de la culture française en Amérique latine, les jeunes professeurs de lycée commencent à viser une carrière internationale à l'étranger pour accéder à des postes universitaires. Bien que Lévi-Strauss n'ait pas fréquenté l'École Normale Supérieure ou l'Institut d'Ethnologie, son parcours peut être assimilé à celui des jeunes philosophes au parcours scolaire parisien, liés aux partis de gauche, dont les rapports avec les élites intellectuelles – Marcel Mauss, Paul Rivet, Lucien Lévy-Bruhl, Célestin Bouglé, Henri Laugier – augmentent considérablement leurs chances de réussite (Jeanpierre, 2004).

Lévi-Strauss avait, je l'ai dit, une dizaine d'années de moins qu'Arbousse-Bastide, et son parcours était, à bien des égards, distinct de celui de son collègue du Département. Son grand-père était compositeur et chef d'orchestre, son père et ses deux oncles étaient peintres. Son père était "passionné de musique et de littérature", ce qui l'a amené à se familiariser dès son plus jeune âge avec un large éventail de productions et de débats artistiques et culturels à Paris. Si sa famille est riche en capital culturel, elle est moins bien lotie économiquement, notamment après la crise de 1929, lorsque son oncle, qui travaille à la bourse, perd sa fortune. En revanche, comme l'indique Loyer (2015), son excellence académique compense sa relative dévalorisation sociale. En 1925, après avoir obtenu son *baccalauréat*, il se présente au

22. Mauss reste dans la stricte lignée de la sociologie durkheimienne. Suivant Hirsch, pour Mauss "[...] 'Il faut des sociologues et des ethnologues: les uns éclairent, les autres renseignent' – et d'une subordination des enquêtes ethnographiques à une sociologie dite "la" science sociale [...]. Il se distingue en cela de Paul Rivet, préoccupé pour sa part de faire de l'ethnologie (présentée comme un nouveau nom remplaçant l'anthropologie) [...]". Cf. Hirsch, 2017, p. 358.

23. Sur les investissements de la Fondation Rockefeller en France, voir Mazon, 1988; Tournès, 2007, 2008, 2011, 2012; Charle *et al.*, 2004.

cours préparatoire de l'École normale supérieure de Paris, mais renonce au concours. Entre 1926 et 1929, il étudie la philosophie et le droit à la Sorbonne, obtenant une licence puis un diplôme d'études supérieures avec un mémoire sur Karl Marx, sous la direction de Célestin Bouglé. En 1931, à l'âge de 22 ans, il obtient l'agrégation de philosophie, mais n'enseigne que deux ans, participant aux mouvements syndicaux des enseignants. Dès son plus jeune âge, il est politiquement actif, lié au Parti socialiste et, pendant un temps, assistant parlementaire d'un député socialiste. Ses liens avec les intellectuels de gauche se sont construits dès les années 1920, ce qui lui confère un capital de relations sociales bien supérieur à celui de son collègue. Les relations de Lévi-Strauss avec les milieux artistiques parisiens s'élargissent du fait de sa fréquentation de l'avant-garde esthétique autour de la revue *Documents*, où publient de nombreux surréalistes et ethnographes²⁴.

Ses relations avec les personnalités les plus importantes des sciences sociales et des sciences naturelles, surtout après 1930, ont été très importantes pour sa carrière au Brésil. D'abord avec Célestin Bouglé, qui l'a recommandé à Georges Dumas pour les missions françaises. Ensuite avec Marcel Mauss, qui commence à guider le couple dans ses recherches sur le terrain. Dès 1931, il est en contact avec Paul Rivet, lorsque son père reçoit une commande de peinture murale pour l'Exposition Coloniale. Grâce aux réseaux constitués par les praticiens et les professeurs de sociologie, d'anthropologie, d'ethnologie et de psychologie, il bénéficie également de la bienveillance de Jean Marx, responsable du Service des œuvres au Ministère Français des Affaires Étrangères. Pendant son séjour au Brésil, Lévi-Strauss et Dina Dreyfus ont correspondu avec tous ces professeurs, obtenant des conseils scientifiques de certains et un soutien financier d'autres – comme Henri Laugier, psychologue, socialiste et président de la Caisse Nationale de la Recherche Scientifique, l'embryon du CNRS. Après ses expéditions, il commence à recevoir des invitations pour présenter les résultats de ses recherches et, au début de la Seconde Guerre mondiale, même Dumas l'invite à retourner au Brésil en tant que professeur à l'Université du Brésil²⁵. Lévi-Strauss semble avoir largement bénéficié des différents mondes dans lesquels il a vécu: il a pu se réclamer de la tradition durkheimienne et, en même temps, critiquer sa dimension "philosophique" au nom de la "science", c'est-à-dire de l'ethnologie/ethnographie; il a pu dénoncer la position d'"ambassadeur" de son

24. Sur les rapports entre ethnographie et avant-garde esthétique, voir Vincent Debaene, 2010; voir aussi Loyer, 2015.

25. Voir les archives du Musée National d'Histoire Naturelle. Fonds Paul Rivet. Sur la correspondance avec Bouglé, voir les Archives Nationales, Fonds de l'École Normale Supérieure. Pour la correspondance avec Dumas, voir les archives du Ministère des Affaires Étrangères. Pour la correspondance avec Mauss, voir les Archives du Collège de France, fonds Marcel Mauss.

collègue du Département de Sociologie et, en même temps, devenir “ambassadeur” aux États-Unis²⁶.

Il est possible que la critique de la sociologie durkheimienne, très en vogue à l'époque, s'inscrive dans un climat d'insatisfaction à l'égard du système universitaire français en raison de l'absence de perspectives de carrière en France. Des exemples de ce climat d'insatisfaction peuvent être trouvés dans deux bilans de la sociologie française publiés à cette époque, par Raymond Aron (1937) et Roger Bastide (1935). Aron considère qu'il est indispensable de réviser la dimension philosophique de la théorie de Durkheim pour parvenir à une science positive; il prône également un rapprochement entre les différentes sciences sociales (sociologie, économie, histoire, psychologie) et conditionne le progrès de la sociologie à l'investissement dans la recherche empirique et coordonnée²⁷. Ce dernier point, la réalisation de recherches empiriques et coordonnées, présuppose le modèle institutionnel américain de l'institut, puisque les “instituts”, contrairement aux universités, “regroupent les résultats de recherches spécialisées”, réalisent de “grandes enquêtes collectives” et publient les résultats dans des traités/manuels. Aron souligne ainsi l'importance d'une réforme institutionnelle avec la fondation de nouvelles institutions pour l'avancement de la science, un projet qui favoriserait un plus grand contact avec la “réalité sociale” (Aron, 1937). En France, les exemples de cette innovation institutionnelle seraient, selon lui, l'Institut d'Ethnologie, l'Institut de Droit Comparé, le Centre d'Études de Politique Étrangère et le Centre de Documentation Sociale de l'École Normale Supérieure. L'autonomie par rapport à l'université serait garantie par la création d'un Conseil national composé de membres de ces “instituts”. Le bilan sur l'enseignement de la sociologie en France que dresse Roger Bastide (1936) a des différences importantes avec celui d'Aron, mais aussi des points de recoupement. Bastide prend pour objet les manuels de sociologie, qui devraient être révisés pour offrir un enseignement plus appliqué ou pratique, c'est-à-dire visant à enseigner les méthodes et techniques de recherche pour l'étude des problèmes contemporains “concrets”. L'enseignement supérieur devrait encourager les études sur les réalités concrètes afin de former des

26. Les travaux de Laurent Jeanpierre sur l'exil de Lévi-Strauss aux États-Unis ont été les premiers à souligner l'importance du capital social accumulé par Lévi-Strauss pour sa carrière et, plus encore, à étudier cette question en opposant son style de vie intellectuel à celui de Georges Gurwitsch. Au Brésil, cependant, Lévi-Strauss incarne le “chercheur” plutôt que l’“ambassadeur”. Néanmoins, dans les deux contextes, il entretient des relations tendues avec les “théoriciens” ou pratiquants d’une “philosophie sociale”. Voir Jeanpierre, 2004, 2022. Cf. aussi Charle, 1994.

27. Selon Aron: “[...] on regrettera, cela va de soi, de ne pas rencontrer chez nous d'Instituts de sociologie comme plusieurs pays en connaissent. Aux États-Unis, en particulier, on peut mesurer les services qu'ils rendent: rassemblent les résultats des recherches spéciales, préparant des traités pour la formation des maîtres, mettant sur pied de grandes enquêtes collectives”. Aron, 1937, p. 40.

“experts”, comme aux États-Unis²⁸. Bastide, comme Aron, considère que la création d’institutions indépendantes est positive, mais préfère mettre l’accent sur les réformes par l’augmentation des postes universitaires, comme celui de “directeur des travaux”. Ainsi, ces deux auteurs, qui occupent deux positions différentes dans le champ intellectuel, Bastide étant professeur dans un lycée de l’enseignant du secondaire en province, Aron doctorant au Centre de documentation sociale à Paris, associent la critique de la sociologie durkheimienne ou des manuels de sociologie à la crise du système universitaire français. D’autre part, ils proposent deux types de renouvellement institutionnel: dans le cas d’Aron, la voie est externe à l’université; dans le cas de Bastide, la préférence va à la fondation de nouveaux postes d’aide à la recherche empirique à l’intérieur de l’université (Karady, 2011).

En comparant ces deux positions avec les pratiques de leurs deux collègues du département, il est indéniable que la position insoumise de Lévi-Strauss est plus proche de la position critique d’Aron, tandis que la confiance de Roger Bastide dans l’université et ses préférences pour les questions pédagogiques rejoignent celles de son ami Arbousse-Bastide. Ces prises de positions sont liées à leurs trajectoires respectives²⁹. Arbousse-Bastide (1899-1985) est originaire du Gard, dans le sud de la France, d’une famille protestante dont le père est pasteur. Le souci du fils adulte d’assurer un logement et un meilleur niveau de vie à ses parents indique que la famille ne possédait pas beaucoup de biens. Son parcours scolaire et supérieur est difficile: il obtient un *baccalauréat* ès lettres (1917) et, après son service militaire, une licence (1920) et un diplôme d’études supérieures (1921) à la Sorbonne. Il ne réussit pas à passer le concours de l’École Normale Supérieure et n’obtient son diplôme de l’agrégation qu’en 1928, après quatre tentatives et sept années d’études. Pendant ce temps, il doit travailler pour poursuivre ses études: entre 1922 et 1925, il enseigne dans une école protestante du sud de la France et, après 1925, dans trois collèges et lycées. Il a ainsi accumulé plus d’une décennie d’enseignement lorsqu’il arrive au Brésil.

Au début des années 1930, ses publications portent sur des questions pédagogiques et sur l’enseignement de la philosophie. Toujours en France, il fonde avec un autre professeur de philosophie, Georges Bénézé, disciple d’Alain, la revue *Méthode: Revue de l’Enseignement Philosophique*, qui ne dure que deux ans et dont l’objectif est de discuter des nouvelles méthodes et des nouveaux sujets dans l’enseignement de la philosophie. L’intérêt d’Arbousse-Bastide pour le mouvement international

28. “Nos législateurs seraient donc certainement honorés d’avoir des professeurs de sociologie à leurs côtés. Nous savons le rôle clé que jouent les professeurs de sociologie dans la vie pratique américaine. Nous savons que notre science a été appelée à prendre part aux débats du forum en France aussi.” Roger Bastide, 1936, p. 396.

29. Voir le dossier de retraite de Paul Arbousse-Bastide, Archives Nationales.

dans le domaine de l'éducation se révèle, par exemple, en 1932, lorsqu'il écrit au Bureau International de l'Éducation, dirigé par Jean Piaget, à Genève, pour obtenir des informations sur le Centre de Pédagogie de l'institution – le Centre Jean-Jacques Rousseau. En 1936, en tant que responsable de la Méthodologie de l'enseignement secondaire à l'Institut d'Éducation de l'Université de São Paulo, il reprend contact avec le Bureau³⁰. Le parcours d'Arbousse-Bastide s'inscrit donc dans la génération des professeurs de philosophie issus de collèges ou de lycées de province, soucieux de réformer l'enseignement de la philosophie par la sociologie, notamment par la théorie sociologique, alors même qu'ils sont intéressés à fonder des centres de documentation. Son séjour au Brésil, recommandé par Dumas, son professeur à la Sorbonne, n'est pas étranger à son intérêt pour l'œuvre de Comte et, plus encore, pour le positivisme brésilien – sujet de ses thèses de doctorat, soutenues dans cette université en 1954.

Au Brésil, les réseaux d'Arbousse-Bastide sont centrés autour des personnes occupant des postes de pouvoir à l'université de São Paulo et à l'Institut d'Éducation, ainsi qu'autour des autorités du Ministère des Affaires Étrangères, du consulat de France à São Paulo et de l'ambassade à Rio de Janeiro. Sa crainte, selon les lettres adressées à ses parents, était de ne pas pouvoir occuper un poste à l'université ou dans un lycée à Paris après son retour en France. Il a peu de contacts dans les milieux parisiens des sciences sociales, puisqu'il ne reçoit aucune réponse de Paul Rivet et seulement une brève réponse de Célestin Bouglé à sa demande d'orientation sur ses cours et son projet de fondation d'un Centre de documentation économique et sociale à São Paulo. La grande majorité de sa correspondance porte sur des questions administratives et politiques concernant les missions françaises (salaires, postes, fonctions, etc.), en particulier avec Georges Dumas, à qui il s'adresse pour se plaindre de son collègue du département, ainsi qu'avec Jean Marx et les autorités brésiliennes et françaises. Son attitude est celle d'un "chef de mission", fonction qu'il a occupée dans les premières années, et d'un professeur qui se consacre à la diffusion de la culture française au Brésil. Ce sont des dispositions liées à sa longue carrière de professeur de philosophie dans le secondaire, loin de la vie intellectuelle parisienne, fruit de l'école républicaine à laquelle il doit son ascension.

En comparant les deux trajectoires, on peut dire que le dépassement des classifications scolaires est à la portée de Lévi-Strauss en raison de ses dispositions qui le

30. "J'aimerais beaucoup vous entretenir de ces cours de pédagogie par correspondance que j'aimerais organiser pour les instituts français avec la collaboration de l'Institut J. J. Rousseau." Voir Arbousse-Bastide, Archives BIE, 1932. En 1936, il déclare: "Je n'ai pas non plus oublié les projets de relations documentaires que je desirais organiser à São Paulo avec le BIE en particulier [...]". Arbousse-Bastide demande un plan de classement de la documentation pédagogique et déclare vouloir adhérer au Bureau. Voir Arbousse-Bastide, Archives du BIE, 1936.

prédisposent à prendre les risques liés à la pratique d'une science nouvelle et l'inclinent à l'insoumission par rapport à la diplomatie "officielle", tout en pratiquant un nouveau type de diplomatie intellectuelle, moins médiatisée par l'État et l'université publique et fondée sur des accords passés directement entre chercheurs et bailleurs de fonds³¹. En d'autres termes, une circulation des personnes et des ressources plus libres des contraintes institutionnelles et étatiques. Arbousse-Bastide, en revanche, est soumis aux classifications scolaires et aux instances qui définissent les règles universitaires, compte tenu de son parcours familial, scolaire et professionnel en France. Ces positions dans le champ intellectuel français ont eu un impact au Brésil, car elles ont favorisé les affinités électives dans ce nouveau contexte.

Les médias intellectuels de São Paulo: le champ des possibles

Au cours des années 1930, les tensions politiques et intellectuelles dans le pays ont eu un impact majeur sur les universités nouvellement créées, avec le risque de fermeture ou de licenciement des professeurs³². L'une des stratégies les plus utilisées comme forme de combat, de la part des intellectuels catholiques, consistait à souligner le manque de qualification ou l'échec au concours des professeurs brésiliens nouvellement nommés, afin de les délégitimer dans leurs nouvelles fonctions et, dans le cas des Français, d'éveiller des soupçons sur leurs préférences idéologiques³³. En l'absence d'instances internes de consécration, les professeurs brésiliens, notamment à l'Institut d'Éducation, dépendaient de la reconnaissance de leurs publications par les professeurs français. Dans le contexte de l'expansion du marché de l'édition, les auteurs des manuels de sociologie, psychologie, biologie, etc. attendaient une validation de leurs ouvrages. Du côté des professeurs français, il fallu compter sur le prestige de la France, et de Dumas en particulier, auprès des autorités brésiliennes, ainsi que sur le soutien de leurs collègues brésiliens. En d'autres termes, les relations entre les professeurs étrangers et les intellectuels brésiliens ne se limitaient pas à une

31. Il est important de souligner que Lévi-Strauss ne gardait pas un souvenir impérissable du Brésil et ne signalait un éventuel retour que s'il n'avait pas d'autre option. Ses contacts avec Fernando de Azevedo n'ont eu lieu qu'en 1942, alors que ce dernier était directeur de la Faculté de Philosophie, et sont restés dans les limites de leurs stricts intérêts. D'ailleurs, l'invitation à revenir n'est jamais venue. Dans ces lettres, il se montrait conscient des tensions lors de son séjour au Brésil et du prestige de sa nouvelle position: "Comme mes collègues de São Paulo semblent me jeter des regards d'envie, je suppose que ma présence à New York a dû redorer mon blason là-bas". Voir Lévi-Strauss, 2015, p. 522.

32. Sur les universités de São Paulo dans le contexte de l'ère Vargas, voir Miceli, 1989, 1995. Voir aussi Schwartzman, 1979; Antunha, 1974, 1975.

33. La correspondance d'Arbousse-Bastide à sa famille et celle de Fernando de Azevedo à Venâncio Filho sont révélatrices à cet égard. Voir Papiers Arbousse-Bastide; Penna, 1987.

coopération pour le transfert de connaissances, mais étaient basées sur un soutien mutuel au profit des deux parties³⁴.

Les transferts scientifiques et intellectuels se font au gré des alliances, et la manière dont chacun accumule du prestige est très différente. Lévi-Strauss a vu ses expéditions financées en partie, en accord avec Mário de Andrade, par le Département de la Culture; Arbousse-Bastide a eu la publication de sa thèse financée en partie par le Ministère des Affaires Étrangères brésilien, par l'intermédiaire de Fernando de Azevedo. En considérant les préférences de Arbousse-Bastide envers l'Institut d'Éducation et de Lévi-Strauss envers le Département de la Culture, on peut faire l'hypothèse que les hiérarchies ont été transférées du champ intellectuel français au champ du pouvoir à São Paulo. Dans le contexte français, Lévi-Strauss était la figure proche des intellectuels parisiens alors qu'Arbousse-Bastide était très éloigné de ce monde; dans la configuration brésilienne, les écrivains du Département de la culture, légitimés par leur esprit cultivé et leur capital cosmopolite, avaient des rapports familiaux et personnels avec les groupes dirigeants de São Paulo, alors que les professeurs de l'Institut d'Éducation étaient plus éloignés des groupes dirigeants, le principe de légitimation de ce milieu étant leur capital spécifique. Afin de différencier ces deux milieux, il faut comparer les trajectoires des principaux membres des deux institutions.

L'Institut d'Éducation: l'ascension scolaire

Arbousse-Bastide se rapproche des professeurs de l'Institut d'Éducation en prenant la chaire de Méthodologie de l'enseignement secondaire, poste qu'il occupe entre 1936 et 1937³⁵. L'initiative est critiquée par les professeurs français proches de Lévi-Strauss, qui voient dans cette implication, selon Arbousse-Bastide, une diminution de leur prestige. En fait, l'Institut d'Éducation avait un statut inférieur à l'Université de São Paulo et même par rapport à la Faculté de Philosophie, puisque l'Institut était issu de l'École Normale primaire et secondaire de São Paulo et maintenant, même à l'université, les écoles d'apprentissage et les cours de formation des enseignants.

34. Les intellectuels nationalistes, catholiques et autres critiques de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres font d'attaques violents à ceux manuels, comme c'est le cas du compte rendu d'Alexandre Correa dans la revue catholique *A Ordem*. Le manuel de sociologie de Fernando de Azevedo, par exemple, a été considéré comme du durkheimisme dépassé et dogmatique, étant donné les critiques de Déploige. Voir Correa, 1935.

35. Pendant la période où il a occupé cette chaire, il a également été rémunéré pour cette fonction, comme l'indique sa correspondance à ses parents. Arbousse-Bastide doit quitter son fauteuil à la fin de l'année 1937, à la suite du décret présidentiel interdisant le cumul des postes dans la fonction publique. Sur la section de l'enseignement secondaire, voir Evangelista, 1997; Bontempi, 2011.

Si l'on ne considère que l'«élite» de l'Institut, c'est-à-dire les professeurs des chaires en 1937, on trouve: Fernando de Azevedo, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Roldão Lopes de Barros, Noemy da Silveira (Rudolfer) et Milton da Silva Rodrigues³⁶. Tous ont été professeurs d'écoles normales primaires ou secondaires, bien qu'ils aient parfois obtenu des diplômes d'ingénieur, de médecin ou de juriste. En 1920, Lopes de Barros réorganise l'École Normale primaire du Brás, une école située dans un quartier ouvrier, où il rencontre Almeida Júnior, Noemy Silveira et Milton Rodrigues, qui y sont alors professeurs. La même année, il effectue un recensement des écoles pour contribuer aux réformes de Sampaio Doria. En 1926, une partie de ce groupe, en plus de Sampaio Doria et Lourenço Filho, fonde le lycée privé Rio Branco, situé dans un quartier «noble». En 1932, Azevedo, Silveira, Barros, Rodrigues et Almeida Júnior dispensaient le cours de perfectionnement à l'École Normale de São Paulo (alors connu sous le nom d'Instituto Pedagógico). La même année, tous, à l'exception de Milton Rodrigues, ont signé le *Manifeste des Pionniers de l'Éducation Nouvelle*. En raison de leur formation technico-scientifique, ils ont tous occupé des postes techniques dans l'administration publique de l'état de São Paulo.

Il s'agit d'un groupe d'enseignants dont les familles ont connu l'instabilité économique (certains sont orphelins d'un parent), ce qui les a rendus relativement plus dépendants de l'école comme moyen de promotion sociale³⁷. Même s'ils ont obtenu des diplômes d'enseignement supérieur, à l'exception de la seule femme du groupe, ils ont dû travailler parallèlement à leurs études. Azevedo et Barros sont entrés à la Faculté de Droit de São Paulo en 1919, âgés respectivement de 19 et 29 ans; Milton Rodrigues a étudié à l'École Nationale d'Ingénieurs de Rio de Janeiro, et Almeida Júnior a étudié la médecine à la Faculté de Médecine et de Chirurgie de São Paulo, obtenant également son diplôme tardivement, à l'âge de 29 ans. Pendant ses études, Almeida Júnior a vécu dans une pension et a enseigné à l'Institut Disciplinaire le soir. Il soutient sa thèse sur l'assainissement public, devient assistant à l'Institut d'Hygiène et, en 1931, maître de conférences, lorsqu'il rejoint la chaire de médecine publique de la Faculté de Droit, devenant professeur de médecine légale au cours de la décennie suivante. Almeida Júnior et Fernando de Azevedo ont occupé des postes importants au sein du Département de l'éducation de l'état de São Paulo, ont collaboré à la rédaction

36. Pour cette section, ont été consultés les ouvrages et les documents suivants: Andrade, 2023; Oriani, 2022; Angelini, 2002; Azevedo, 1936, 1961; Costa, 2007, 2011; Nascimento, 2012; Bontempi, 2011; Vidal *et al.*, 2019, 2020; Pinheiro et Miceli, 2008.

37. Dans deux cas, cependant, d'autres facteurs d'instabilité apparaissent. Almeida Júnior a reçu un héritage à la mort de sa mère à l'âge de 21 ans, et Fernando de Azevedo, issu d'une famille riche en déclin, a semblé retrouver sa position initiale après avoir épousé la fille unique d'un médecin militaire et actionnaire de Banco União, qui est décédé peu de temps après. Cf. Almeida Jr., 1966; Azevedo, 1971.

du code de l'éducation de 1933, ainsi qu'au projet de l'Université de São Paulo. Leurs relations avec le gouvernement de l'état de São Paulo, donc, ont été médiatisées par leur contribution spécifique à l'éducation, notamment par leurs publications. Pour les plus jeunes, Silveira et Rodrigues, leur légitimation en tant que professionnels de l'éducation était encore plus marquée, et ils ont été appelés pour faire de la recherche appliquée dans le but de soutenir des politiques publiques.

Ainsi, ce groupe avait en commun un milieu social plus modeste, nécessitant un investissement beaucoup plus important dans l'excellence scolaire et l'acquisition de savoirs d'application (statistiques, administration scolaire, hygiène, orientation professionnelle, assistance etc.). Dans leurs écrits, ils sont connus pour leur contribution aux questions d'éducation, ce qui indique que ce capital spécifique est à la base du rôle de "conseiller du prince" qu'ils ont parfois joué. Ils excellaient dans les domaines de la biologie, de la psychologie et de la sociologie de l'éducation, mais aussi dans les statistiques et autres méthodes quantitatives (Milton Rodrigues). Leurs compétences en psychologie (Noemy Silveira), en biologie (Almeida Júnior) et en sociologie (Fernando de Azevedo) étaient considérées de manière intégrée, c'est-à-dire que leur sens était donné par leur collaboration mutuelle, raison pour laquelle il est difficile d'autonomiser l'étude de chacune de ces sciences à cette époque. À tel point que leurs publications ont été intégrées dans les mêmes collections didactiques de l'époque: tous, à l'exception de Barros, ont publié dans les trois collections de la Bibliothèque pédagogique brésilienne dirigée par Fernando de Azevedo (Toledo, 2020). En d'autres termes, le capital de relations entre les groupes dirigeants, fondamental pour leur ascension, était fonction de leur capital technico-scientifique – parfois accumulé grâce à des bourses d'études (Silveira et Rodrigues). En outre, le volume de leurs publications, dans le contexte de l'expansion du marché des manuels scolaires, leur a également conféré une certaine autonomie par rapport aux revers politiques. Ils n'ont pas publié de mémoires, à l'exception de Fernando de Azevedo, qui était, ce n'est pas par hasard, le plus proche des élites dirigeantes, de sorte que leur postérité n'est consignée que dans les témoignages d'anciens étudiants et collègues.

En considérant le profil de ce groupe, on peut relever des affinités entre eux et les dispositions d'Arbousse-Bastide, ce qui peut expliquer aussi son investissement dans l'Institut d'Éducation. Comme l'avait dit Georges Dumas (1924), la France devait valoriser les formations en sciences appliquées pour s'imposer dans les pays de l'Amérique Latine qui avaient besoin d'expertise. Arbousse-Bastide adopte donc deux stratégies: d'une part, il participe à la création de centres de documentation et de laboratoires de recherche sociale pour légitimer le caractère scientifique et appliqué de l'Institut d'Éducation; d'autre part, il oriente son enseignement vers la philosophie de l'éducation, en s'appuyant sur une approche normative des idées

pédagogiques et sociales – dans un esprit “désintéressé” et inspirée du modèle des lycées français³⁸. L'orientation vers la philosophie sociale et pédagogique, résultat de ses dispositions et de sa position de membre des missions, est liée à des investissements en “ingénierie sociale”, résultat d'une reconversion partielle due à son inclusion dans l'Institut de l'Éducation et au prestige international lié à ces nouvelles pratiques³⁹.

Fernando de Azevedo, directeur de l'Institut de l'Éducation, a lui aussi cherché à concilier son durkheimisme avec l'expertise, puisque son projet pour l'Institut portait sur l'exercice de certaines fonctions du Département de l'Éducation de l'État de São Paulo et même sur une future politique nationale de l'éducation, en vue de la candidature du gouverneur de São Paulo à la présidence (élections présidentielles de 1937). Sur le plan politique, il était impératif de constituer une base de données sur l'éducation à São Paulo et ces centres de documentation permettaient à l'Université de São Paulo d'échanger des informations directement avec des institutions étrangères, sans passer par l'intermédiation du gouvernement fédéral brésilien – alors adversaire de São Paulo. En matière d'éducation, Arbousse-Bastide et Fernando de Azevedo s'accordent sur le modèle français d'enseignement secondaire, fondé sur une culture humaniste par opposition à une spécialisation à l'américaine, mais maintiennent leurs divergences quant au contenu de cet enseignement: humanités classiques pour Arbousse-Bastide et humanités modernes pour Azevedo (Mokrejs, 1984; Arbousse-Bastide, 1944)⁴⁰.

38. Voir la lettre d'Arbousse-Bastide au Bureau International de l'Éducation, 1937; Lettre d'Arbousse-Bastide à Bouglé, 1937; Archives de l'Institut d'Éducation (AIE), 1937. Lettre de Bouglé à Fernando de Azevedo, IEB, 1936. Dans les papiers personnels de la famille, on trouve trace des contacts d'Arbousse-Bastide avec des organisations de coopération intellectuelle. Dans un rapport au Ministère des Affaires Étrangères, il indique que “São Paulo souhaitait bénéficier de la documentation de ces organisations et leur fournir à son tour une documentation sur les problèmes économiques, sociaux et politiques du Brésil”. Les centres contactés par le professeur sont les suivants: Centre d'études et de documentation de l'École normale supérieure (Célestin Bouglé); Centre d'études de politique étrangère (Demery); Centre de recherches économiques et sociales (Charles Rist); Centre de recherches sociales de l'Université de Paris (Vaucher). Voir “Efforts de liaison entre certains organismes de documentation internationale à São Paulo”. Documents de la famille Arbousse-Bastide.

39. Entre 1936 et 1938, 113 étudiants se sont inscrits à l'Institut d'Éducation pour obtenir le diplôme de professeur primaire ou secondaire. Les informations concernent l'âge, le sexe, le lieu de naissance et l'origine institutionnelle à l'USP. Les étudiants ont une moyenne d'âge de 23 ans, viennent de la campagne, sont majoritairement des femmes (13 % en 1936 et 66 % en 1938) et viennent de la Faculté de Philosophie (cours de philosophie, géographie, histoire, sciences sociales et politiques et langues étrangères). Après la deuxième année de fonctionnement de la Faculté de Philosophie, le profil des étudiants de l'Institut d'Éducation est devenu similaire à celui de la Faculté parce que les enseignants ont été autorisés à fréquenter l'université sur la base d'un commissionnement. Voir Evangelista, pp. 165-168. Voir aussi Limongi, 1989; Miceli, 1989.

40. *Formando o homem* (1944), préfacé par Azevedo, avec une traduction d'Antonio Candido. Voir Lettre d'Arbousse-Bastide remerciant Fernando de Azevedo: “Nous sommes tout à fait d'accord sur

Deux centres de documentation ont été créés à l'Institut de l'Éducation: le Centre de Documentation et *Études Pédagogique* (CDP), lié à la chaire de méthodologie de l'enseignement secondaire d'Arbousse-Bastide, et le Centre de Documentation Ethnographique et Sociale (CDES), lié à la chaire de sociologie de l'éducation de Fernando de Azevedo. Le premier CDP avait été conçu comme un centre "coordonnant toutes les données, informations et initiatives intéressantes pour l'étude de nos propres problèmes éducatifs, publics et privés, au sein de l'État, de nature historique, statistique et fonctionnelle"⁴¹. En d'autres termes, le Centre devait être un "instrument de coopération" et jouer à São Paulo le même rôle que l'Institut de Coopération Intellectuelle de Paris au niveau international. Le rôle central dans le projet éducatif du groupe est indiqué dans les objectifs du CDP: fournir des lignes directrices et permettre la collaboration entre toutes les chaires de l'Institut; établir une correspondance avec les organismes d'information officiels; établir un service pour guider la recherche pédagogique à São Paulo et créer un dépôt pour consulter les recherches effectuées; diffuser les résultats de ces initiatives dans la revue *Archivos do Instituto de Educação* (AIE, 1937, p. 241). Le CDES, fondé en 1937, était une annexe du Laboratoire de Recherche Sociale, installé auprès de la chaire de sociologie de l'éducation de Fernando de Azevedo. Le laboratoire abritait également un musée d'ethnographie, qui a même accueilli la première exposition d'une collection de Curt Nimuendajú⁴². La collection était considérée par Fernando de Azevedo comme "adaptée à l'enseignement de la sociologie" et comme un "stimulant pour la recherche sociale rigoureusement scientifique" (AIE, 1937, p. 125). Cependant, dans la revue *Archivos de l'Institut de*

certains points essentiels, comme la fonction de culture générale et désintéressée que doit remplir, sinon exclusivement, du moins principalement, l'enseignement secondaire, et l'opportunité exceptionnelle de ce type d'enseignement, destiné aux adolescents". Azevedo, 1944, p. XVIII.

41. "Bien qu'il soit né sous l'inspiration de l'Institut international de Paris, qui nous a été apporté par l'intermédiaire de l'illustre professeur Paul Arbousse-Bastide, le 'Centre' ne remplira la mission pour laquelle il est appelé que s'il est lancé sur la base d'un service éminemment local, c'est-à-dire en tant qu'organe de coordination, lui-même, de toutes les données, informations et initiatives qui intéressent les études de nos propres problèmes d'éducation, publique et privée, à l'intérieur de l'État [...]". *Archivos do Instituto de Educação*, 4, 1937, p. 239.
42. En janvier 1937, Nimuendajú déclare à Baldus: "L'Institut d'Éducation de l'Université de São Paulo m'a acheté une collection de Canela. Et non seulement il l'a achetée, mais il l'a payée! Fernando de Azevedo était sur mon dos à cause du matériel pédagogique – des jouets indiens entre autres – et, comme je ne pouvais pas les séparer du reste de la collection, il a immédiatement acheté tout le bric-à-brac, 391 pièces, pour 8 contos". Lettre de Nimuendajú à Baldus Belém do Pará, 13 janvier 1937. Ce à quoi Baldus répond: "En tout cas, l'acquisition de votre collection par l'Institut d'Éducation a donné à Fernando l'envie d'y organiser une sorte de Musée Ethnographique, sous le nom de "Centre de Documentation Sociale et Ethnographique", qu'il a l'intention de me confier. De plus, stimulé par votre lettre, il souhaite que je voyage afin de rassembler des collections pour ce musée". Baldus, 5 février 1937. Voir la liste des 391 pièces dans la revue *Archivos*, 4, 1937, pp. 125-126.

INSTITUT D'ÉDUCATION DE SÃO PAULO (1934-1938)										
FAMILLE			SCOLARITÉ				TRAJECTOIRE PROFESSIONNELLE			
Année de naissance	Lieu de naissance	Profession du père	École secondaire	Domaine d'études	Formation supérieur/Institution	Année de formation	Premier poste/Institution	Dernier poste/institution	Circulation internationale/Ressources	
Fernando de Azevedo	1894	São Gonçalo, MG	Négociant	Société de Jésus	Droit	École de Droit de São Paulo	1919	Enseignant/groupe scolaire de Presidente Prudente	Professeur/FFCL	-
A. Almeida Junior	1892	Joanópolis, SP	Homme politique, journaliste et historien	Groupe scolaire Eduardo Prado	Médecine	École de Médecine de São Paulo	1929	Enseignante/École Normale St. Paul	Professeur/Faculté de Droit	États-Unis (Rockefeller, bourse d'études)
Milton Silva Carvalho Rodrigues	1904	São Paulo, SP	-	-	Ingénierie	École Nationale d'Ingénieurs de Rio de Janeiro	192?	Enseignante/École Normale St. Paul	Professeur/FFCL	États-Unis (École Supérieure d'Agriculture/Université de Columbia, bourse d'études)
Noemy da Silveira Rudolfer	1902	Santa Rosa de Viterbo, SP	Pharmacien	Groupe scolaire de Presidente Prudente	-	-	-	Enseignant/École Normale de Brasil	Professeur/FFCL	États-Unis (1928, Teacher's College, bourse d'études)
Roldão Lopes de Barros	1884	São Paulo, SP	Négociant	Collège du Cœur de Jésus	Droit	École de Droit de São Paulo	1923	Enseignante/École Normale St. Paul	Professeur/FFCL	-

l'Education, l'exposition est inscrite dans le domaine des "sociologies des tribus", ce qui est révélateur des conflits de classification "disciplinaire" impliquant l'Institut de l'Éducation et le Département de la Culture – qui, à cette époque, abritait la Société d'Ethnographie et de Folklore⁴³. En d'autres termes, la dispute sur les fonctions et les attributions institutionnelles s'accompagne de controverses sur la définition légitime des sciences de l'homme.

À partir du milieu des années 1930, le Brésil est devenu un acteur majeur de l'Organisation Internationale de Coopération Intellectuelle grâce au travail de Miguel Ozório de Almeida, président de la Commission Nationale de Coopération Intellectuelle. En 1936, Ozório de Almeida nomme une sous-commission à São Paulo, composée entre autres de Julio de Mesquita Filho et Mário de Andrade, et l'année suivante, encore de Fernando de Azevedo et Almeida Júnior. La Commission était inspirée par la volonté de Paul Valery (1933) de créer une "société internationale des esprits"⁴⁴. Quant au rôle de l'éducateur, il lui revient d'occuper une place prépondérante car son action doit être un médiateur entre science et politique: "[...] à l'éducateur, qui doit être avant tout un sociologue, qu'il appartient de seconder les diplomates dans la tâche magnifique et capitale du désarmement moral" (Bulletin Cici, 1934, p. 57). De plus, il était aussi requis afin d'organiser la révision des manuels scolaires dans le but de réformer la mentalité des élèves au nom de la paix mondiale. Dans le contexte brésilien, Fernando de Azevedo a adapté ces lignes directrices aux objectifs d'un projet de "civilisation" nationale basé sur l'Institut de l'Éducation de l'Université de São Paulo et, comme forme de légitimation, la publication de manuels scolaires, l'expertise et une philosophie sociale.

Le Département de la culture: un style de vie cultivée

En raison du blocus que le Département de Sociologie de la Faculté de Philosophie de l'Université de São Paulo lui impose, Lévi-Strauss réoriente ses investissements vers

43. "Le Centre de documentation ethnographique et sociale de l'Institut de l'Éducation a déjà conclu un accord avec d'autres ethnologues afin qu'ils entreprennent, au service des musées respectifs, des enquêtes systématiques dans les régions susmentionnées, dans le but de recueillir le plus de matériel authentique et significatif possible. M. Herbert Baldus, par exemple, dont on connaît déjà plusieurs travaux sur la sociologie générale et surtout la glottologie des Zamuka et des Kashishá, s'est chargé de la mission concernant les Indiens Coroados ou Kaingang, avec lesquels le musée en cours d'organisation connaîtra un développement considérable." Voir *Archivos do Instituto de Educação*, 1937, 4, p. 126.

44. Il s'agit d'encourager une "société des esprits" pour un "désarmement moral", fondé sur l'acceptation d'une "doctrine morale universelle" et l'utilisation de "méthodes scientifiques" pour comprendre la réalité contemporaine. *Archivos do Instituto de Educação*, vol. 3, 1937, pp. 13-15 et 238-242. Voir aussi Dumont, 2008; Renoliet, 1981.

des institutions extérieures à l'université⁴⁵. C'est au sein du Département de la Culture de la municipalité de São Paulo qu'il envisage la possibilité de développer certains de ses projets, aux côtés de Dina Dreyfus⁴⁶. En principe, le Département de la Culture pourrait être considéré comme une institution qui, parce qu'elle est municipale, occupe une position dominée par rapport à l'Institut d'Éducation. Cependant, malgré sa compétence municipale, le projet était ambitieux, comme le dit Dina Dreyfus dans l'un de ses rapports et comme le prévoyaient également ses créateurs⁴⁷.

Selon Paulo Duarte, le politicien du groupe, le Département de la Culture était sa création, tandis que l'université était celle de Júlio de Mesquita Filho. L'idée était cependant de transformer le Département de la Culture en un "institut" d'état, l'"Institut pauliste de la culture", et il fut même question de fonder, si les élections de 1937 avaient été gagnées par le gouverneur de São Paulo, un futur "Institut brésilien de la culture"⁴⁸. Le projet s'inspirait en partie des institutions et des politiques culturelles françaises dont Paulo Duarte avait pris connaissance lors de son premier exil à Paris en 1932⁴⁹. En raison de son intérêt pour l'anthropologie criminelle et pour la fondation d'un institut de criminologie à São Paulo, il était entré en contact avec Paul Rivet, ce qui lui avait permis de connaître diverses institutions françaises, en particulier le Musée d'Ethnographie du Trocadéro⁵⁰. L'appellation "Institut de culture", utilisée par Paulo Duarte dans sa correspondance avec Mário de Andrade, est significative de son investissement dans des institutions plus autonomes, axées sur la recherche et la prestation de services, relativement indépendantes de l'université (Karady 2011)⁵¹.

45. Lévi-Strauss déclare: "[...] je me sentais infiniment plus à l'aise dans le département de la culture de la municipalité. Autour de Mário de Andrade, grand poète et esprit profondément original, passionné de folklore et de traditions populaires, il y avait des jeunes gens de grande culture, des historiens, des savants, des essayistes, comme Sérgio Milliet, Rubens B. de Moraes et surtout Paulo Duarte, car nous nous sommes liés d'une amitié fraternelle qui s'est poursuivie à New York et à Paris". Lévi-Strauss, 1996, p. 10-11.

46. Sur les relations entre Lévi-Strauss, Dina Dreyfus et le ministère de la Culture, voir Cerqueira 2014; Raffaini 2001; Peixoto, 1998; Valentini, 2011.

47. "Le Département de la Culture est la plus importante et la plus fructueuse des réalisations. Son but ultime est l'expansion culturelle [...]. Son influence et son action s'accroissent chaque jour. Actuellement, la plupart des manifestations intellectuelles et artistiques de l'État de São Paulo sont sous sa dépendance; il dispose de moyens pratiques (son budget annuel est de 3 000 contos de réis) qui lui permettent de faire de grandes réalisations." Dina Dreyfus, 1936, *apud* Entretien de Lévi-Strauss avec Carlos Sandroni, 2002 [1983], pp. 240-241.

48. Les lettres entre Paulo Duarte et Mário de Andrade et entre Sérgio Milliet et Mário de Andrade sont révélatrices de ce projet. Voir Duarte 2022.

49. Paulo Duarte avait rencontré Rivet en 1928, lorsqu'il était venu à São Paulo pour visiter le Musée Paulista.

50. Paulo Duarte a été exilé deux fois pendant les années 1930. Lors de la "révolution de 1932" et après le coup d'État de 1937. Voir Duarte, 1977, vol. 2; Hayashi, 2003.

51. Sur l'importance des projets concernant le futur Musée de l'Homme, Voir Laurière, 2008; Delpuech, Laurière et Peltier-Caroff (orgs.), 2017; Blanckaert et Coppens, 2015.

Certaines études soulignent la complémentarité entre le Département de la Culture et l'Institut de l'Éducation – une image que les agents eux-mêmes ont contribué à construire⁵². En fait, Fernando de Azevedo a participé à l'élaboration du projet du Département de la culture, mais dans les années qui ont suivi, les deux institutions sont devenues, à certains égards, rivales. L'apogée de ce conflit larvé se situe en 1937, lorsque les mêmes fonctions sont incorporées par les deux institutions. L'opposition entre la politique culturelle et la politique éducative, qui n'est pas très nuancée dans la littérature, a fait l'objet de nombreuses discussions à cette époque – ce qui nous permet d'attribuer une dimension sociologique à l'antipathie entre Mário de Andrade et Fernando de Azevedo, les directeurs des deux institutions⁵³. Mário de Andrade considérait que les “instituts culturels” de recherche et de diffusion culturelle étaient “indispensables”, et que l'éducation scolaire était relativement limitée par rapport au potentiel de l'éducation culturelle⁵⁴. Cette perception sera reprise par le groupe de directeurs du Département de la culture, puisque, contrairement aux enseignants de l'Institut d'Éducation, leur relation avec l'école était très différente, plus “libre” des classifications scolaires, au prix d'une plus grande dépendance à l'égard des élites dirigeantes.

Profil du groupe: une internationale culturaliste

Si l'on ne considère que les principaux créateurs et directeurs du département pendant la période de fondation, les noms suivants sont identifiés: Mário de Andrade, Sergio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Nicanor Miranda et Paulo Duarte

52. Moraes, 1982, 2001; Duarte, 1977/1985; Cerqueira, 2014.

53. Je tiens à remercier Irene Cardoso pour les informations – à qui Fernando de Azevedo a révélé son antipathie envers Mário de Andrade – et Fabio Keinert pour la médiation de ce contact.

54. La citation est longue, mais significative pour l'argument. Selon Mário de Andrade, “il faut organiser les services, forcer la vitalité des musées et la création d'instituts culturels qui agissent à travers des processus éducatifs extra-pédagogiques qui deviennent de plus en plus les plus aptes à enseigner. Ce qui est peut-être le plus admirable dans la pédagogie contemporaine, c'est son caractère pour ainsi dire anti-pédagogique [...]. C'est ainsi que seront les musées, les instituts culturels que je voudrais voir se répandre plus fréquemment parmi nous. Oui, nous avons un besoin énorme d'écoles primaires et de centres d'alphabetisation. Mais l'organisation intellectuelle d'un peuple ne se fait pas chronologiquement, d'abord ceci, puis cela. C'est d'autant plus vrai pour un peuple aussi jeune et contemporain que le nôtre, avec des avions, des terrains de jeux, des radios, des bibliothèques publiques, des journaux, et donc pas de Moyen-Âge. Ne nous laissons donc pas piéger par les sophismes sentimentaux de l'enseignement primaire. Il est indispensable, mais tout aussi indispensables sont les instituts culturels où la recherche va de pair avec la vulgarisation, avec la vulgarisation de l'intelligence [...]. Il ne suffit pas d'apprendre à lire aux analphabètes [...]. Si l'on ne diffuse pas d'autres organismes qui indiquent au peuple la valeur et la gloire de ce qui a été défendu, tout restera lettre morte, jouissance sentimentale et égoïste d'une élite”. Lettre de Mário de Andrade à Paulo Duarte. Duarte, 1977, pp. 231-232.

lui-même. Ils formaient un groupe plus ou moins homogène, ancré dans des liens familiaux, un activisme politique commun et un style de vie cultivé. Mário de Andrade, Sergio Milliet, Paulo Duarte, Rubens Borba de Moraes et Nicanor Miranda sont des personnages, comme le dit Moraes, issus de familles oligarchiques ou "parents pauvres" de ces familles. Certains, comme Moraes, vivaient de leurs revenus et n'avaient pas besoin de travailler; d'autres, comme Paulo Duarte et Sergio Milliet, étaient "tombés en disgrâce" et vivaient avec moins de ressources. Cependant, ils avaient des parents et/ou des amis proches parmi les groupes dirigeants de São Paulo, un capital fondamental à cette époque⁵⁵. Paulo Duarte a rencontré Nicanor Miranda à la faculté de droit, qu'il qualifie de "jeune homme cultivé" et qui, dans les années 1920, fréquentait, avec d'autres intellectuels, son appartement de l'Avenida São João, lieu de rencontre de ce groupe d'intellectuels. Milliet partage l'appartement avec Paulo Duarte pendant un certain temps, puis devient son beau-frère.

Tous, à l'exception de Mário de Andrade, ont été marqués par des trajectoires internationales. Milliet avait été envoyé à Genève pour étudier à l'âge de 14 ans après avoir fréquenté le Collège de São Bento; à la suite de bouleversements familiaux, selon lui, "je suis passé d'une vie de jeune homme riche à la misère d'un exilé sans argent de poche" (Milliet, *Diário Crítico*, vol. 2, p. 7). Outre les liens familiaux, il partage avec Paulo Duarte le goût du journalisme, de la littérature et du militantisme au sein du Parti démocratique⁵⁶. Borba de Moraes et Milliet se sont rencontrés au Collège de São Bento et sont partis ensemble étudier en Suisse, une tradition des familles aisées, selon une interview donnée par Borba de Moraes. Après presque dix ans passés à l'étranger, ils ont ramené de Genève des "nouveau-tés" littéraires qu'ils ont partagées avec les intellectuels brésiliens. Borba de Moraes a cherché Mário de Andrade, car ils étaient tous deux originaires de la ville d'Araraquara, et leurs affinités intellectuelles se constituent à travers leurs préférences littéraires et artistiques, comme Aragon, Cocteau, Breton, Cendrars, etc. Borba de Moraes est devenu bibliophile et dirige la section des bibliothèques du Département de la Culture⁵⁷.

Paulo Duarte a été engagé par le journal *Oesp* en 1919 et, quelques années plus tard, il a fondé avec ses collègues le *Diário de Notícias*, un organe du Parti démocra-

55. L'entretien avec Rubens Borba de Moraes, ainsi que les Mémoires de Paulo Duarte, sont très instructifs à cet égard. Voir Moraes, 1982; Duarte, 1977, vol. 2.

56. Sur Milliet, voir Paollilo, 2019; Hyaishi, 2010.

57. "Lorsque Sérgio Milliet et moi-même sommes arrivés de Suisse en 1919, après y avoir étudié pendant de nombreuses années, nous étions très bien informés sur le mouvement moderniste. Nous étions des modernistes à Genève. Nous avons lu Cocteau, Aragon; notre revue était la *Nouvelle Revue Française*; nous connaissions Apollinaire. Lorsque nous sommes arrivés au Brésil, nous sommes partis à la recherche des groupes d'intellectuels. J'ai cherché Mário en raison de liens familiaux; on m'a dit qu'il était originaire d'Araraquara, comme moi, etc." Moraes, 1982.

tique (PD), une dissidence de l'ancien Parti Républicain de São Paulo (PRP). L'activisme politique du groupe lui permet d'initier certains de ses membres aux arcanes des politiques publiques, notamment dans le domaine culturel. Mário de Andrade avait été invité par Paulo Duarte pour diriger le Département de la culture. On ne sait pas comment ils se sont rencontrés, mais possiblement dans les cercles intellectuels modernistes des années 1920, impliqués dans des projets politiques et culturels à São Paulo. Mário de Andrade était également un habitué de l'appartement de l'avenue São João et a collaboré plus tard avec les deux journaux – *Diário de Notícias* et *Oesp*. En 1934, bien qu'autodidacte, il s'était déjà montré très au fait de la "culture brésilienne". Ses contacts avec les membres des groupes contre le président Getúlio Vargas lui ont valu d'être nommé à des projets culturels dans la municipalité de São Paulo et, plus tard, au sein du gouvernement fédéral (Miceli, 2009). La trajectoire de Mário de Andrade présente un trait caractéristique de ce groupe: il est le seul à ne pas avoir de diplôme universitaire, signe d'une insoumission aux classifications scolaires et d'une recherche de légitimation par des principes extérieurs à l'école. Les liens entre eux se sont tissés par d'autres voies, indépendantes de leur scolarité. Outre les relations avec les familles oligarchiques et le capital culturel, qui les conduisent à des projets éditoriaux communs mais éphémères, comme la revue des modernistes *Klaxon*, ils partagent également des positions politiques "socialisantes", le terme étant entendu comme l'élargissement des droits politiques et sociaux de la population.

Outre leur circulation internationale et leur profil politique, une autre caractéristique de ce groupe, par rapport au profil des professeurs, est la diversité des fonctions qu'ils ont assumées (critiques d'art, artistes, professeurs, journalistes, traducteurs, écrivains, politiciens etc.). La formation en Suisse, qui a marqué la carrière de Milliet et Borba de Moraes, leur a permis de connaître l'avant-garde littéraire et esthétique ainsi que les idéaux et les institutions de la coopération intellectuelle internationale⁵⁸. En tant que chef de la section de la Documentation historique et sociale du Département de la culture, Milliet a cherché à réaliser des enquêtes sur divers aspects de la vie sociale dans la municipalité de São Paulo, notamment sur le niveau de vie, le logement, les transports, l'assistance sociale, etc.⁵⁹. Ces enquêtes faisaient partie d'un mouvement international d'études basées sur la recherche appliquée, en Europe et aux États-Unis, pour le développement des politiques publiques. Dans le cas du Département de la culture, elles avaient pour fonction, d'une part, d'orienter les politiques publiques municipales et, d'autre part, de donner une visibilité internationale aux études sociales

58. Sur la Société des Nations et les investissements de la Fondation Rockefeller, voir Tournes, 2011; Mazon, 1988; Renoliet, 1981.

59. Plusieurs des enquêtes ont été publiées dans la *Revista do Arquivo Municipal*. Voir Duarte, 2022, p. 152.

DÉPARTEMENT DE LA CULTURE (1934-1938)									
FAMILLE			SCOLARITÉ				TRAJECTOIRE PROFESSIONNELLE		
Année de naissance	Lieu de naissance	Profession du père	École secondaire	Domaine d'études	Formation supérieure/Institution	Année de formation	Premier poste/Institution	Dernier poste/Institution	Circulation internationale/Ressources
Mário de Andrade	São Paulo, SP	Journaliste, enseignant, homme d'affaires	Conservatoire d'art dramatique et de musique de São Paulo	-	-	-	Professeur/Conservatório Dramático e Musical de São Paulo	Directeur/Conservatório Dramático e Musical de São Paulo	-
Sergio Milliet Costa e Silva	São Paulo, SP	Négociant	Collège de Genève	Sciences économiques et sociales	Ecole de commerce; Université de Berne	1919	Journaliste/ <i>Diário de Notícias</i>	Professeur/Ecole libre de sociologie et politique	Suisse (1912-1919) Ressources familiales
Paulo Alpheu Junqueira Duarte	São Paulo, SP	Fonctionnaire	Institut Champagnat; Gymnase São Bento	Droit	Faculté de droit de São Paulo	1927	Journaliste/ <i>Oesp</i> ; <i>Diário de Notícias</i> ; Politicien/Parti constitutionnaliste	Conservateur/Musée d'Archéologie et d'ethnographie	Exil en France (1932/1938-1940) Ressources familiales; Exil États-Unis (1940-1947) Ressources familiales
Rubens Borba de Moraes	Araraquara, SP	Agriculteur	Collège de Genève	Lettres	Faculté des lettres de Genève	1919	Fiscal des impôts/ Département des Recettes de São Paulo	Professeur/ Université de Brasília	ONU/États-Unis (American Library Association)
Nicanor Miranda	São Paulo, SP	-	-	Droit	École de Droit de São Paulo	1929	Directeur Département Culture	-	-

brésiliennes. Ainsi, le Département de la Culture a investi en recherches collectives afin d'en présenter les résultats lors de congrès internationaux.

Dans le cadre de l'Exposition Universelle de 1937, de nombreuses conférences ont été organisées dans le domaine de la culture et des sciences sociales. Comme représentante du Département de la Culture, Milliet a présenté une communication au Congrès International de la Population organisé par l'Institut international de coopération intellectuelle⁶⁰. Nicanor Miranda, également membre du Département de la Culture, a présenté deux communications au Premier Congrès International de Folklore⁶¹. Ce n'est pas un hasard si ce congrès a été organisé par le tout nouveau Musée des Arts et Traditions Populaires, dirigé par Georges Henri Rivière, et sous la présidence de Paul Rivet⁶². En 1937, Lévi-Strauss et Dina Dreyfus étaient très proches de Rivet, qui leur écrivait au sujet des expéditions au Brésil et des expositions à Paris. Ainsi, la présentation de travaux par le Département de la Culture a été faite dans l'intérêt des deux parties: elle accrédite l'institution et les intellectuels brésiliens, mais présente aussi à Rivet et aux collègues français les activités menées au Brésil par l'orientation des professeurs français.

Se démarquant des éducateurs brésiliens de l'Institut d'Éducation, les écrivains du Département de la Culture ne se consacrent pas à l'enseignement à l'université ou à l'édition de manuels scolaires. Parmi ceux qui suivent les cours de Dina Dreyfus, la majorité est constituée de fonctionnaires de la mairie de São Paulo, mais il y a aussi des étudiants de Lévi-Strauss à la Faculté de Philosophie⁶³. Ne pouvant vivre du marché de l'édition, comme les pédagogues, ils étaient beaucoup plus dépendants des élites dirigeantes et de leurs projets politiques.

60. Publication des travaux de Sergio Milliet au Congrès de la Population de la Commission internationale de recensement. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 39, 1937, pp. 281-289. Voir aussi S. Milliet, "Le statistique démographique de la ville de Sao Paulo et la représentation graphique par courbe de niveau", Congrès International de la Population, 1938, pp. 241-242.
61. Deux communications ont été présentées au nom de la Société d'ethnographie et de folklore. La première, coordonnée par Mário de Andrade et Dina Dreyfus, portait sur les interdictions alimentaires, les danses et la médecine populaire. Le second travail, réalisé par Nicanor Miranda, portait sur les loisirs des travailleurs dans la ville de São Paulo. Nicanor Miranda a présenté les deux travaux au congrès. Voir *Revista do Arquivo Municipal*, numéro 42, 1937, pp. 95-96. Les communications ont été publiées dans *Travaux du 1er Congrès International de Folklore*, Arrault et Cie., Tours, 1938.
62. Dans les années 1920 et 1930, les conférences internationales sur le folklore et/ou les arts populaires se multiplient. C'est dans ce contexte que Mário de Andrade est invité à présenter une communication au Congrès des arts populaires de 1928, organisé à Prague par l'Institut international de coopération intellectuelle. Voir Laurière, 2008; Toni, 2021; Ducci, 2015.
63. Une étude du profil de 63 personnes qui ont suivi le cours de Dina Dreyfus montre quelques propriétés collectives: hommes et femmes dans des proportions presque égales, originaires majoritairement de la province, et nés dans les années 1910. Concernant la fonction, le pourcentage de fonctionnaires est plus élevé, ce qui fait la grande différence avec le profil des élèves de l'Institut de l'Éducation. Voir Valentini, 2011.

* * *

Fondée en 1936, la Société d'ethnographie et de folklore était associée au Département de la Culture et peut être considérée comme l'un des plus importants projets de Lévi-Strauss et de Dina Dreyfus⁶⁴. La Société avait pour fonction d'institutionnaliser des activités déjà développées, mais nécessitait des statuts et des attributions que Lévi-Strauss résume dans une lettre à Mário de Andrade: réunions périodiques, conférences, communications, organisation de la recherche, exposition des résultats de la recherche. À ces activités s'ajoutent des services de suivi et de communication du travail collectif, principalement axés sur la collecte, le classement et la circulation de l'information. Dina Dreyfus, à la même époque, précise également les domaines couverts par la Société: "[...] guider, promouvoir et diffuser les études ethnographiques, anthropologiques et folkloriques"⁶⁵. Dans ces lignes directrices, la délimitation des savoirs de cette Société se distingue de celle de la Société de sociologie, fondée en 1935. Celle-ci recouvrait des domaines beaucoup plus vastes et abstraits, tels que la "philosophie sociale", la "sociologie formelle", la "sociologie appliquée" et l'"anthropologie culturelle" (AIE, 1936, p. 207). A cette première différence, s'en ajoutent d'autres: théorie et macrosociologie *vs.* méthode et recherche de terrain. La différence entre les deux sociétés, minimisée par certaines études, comme cela a déjà été souligné (Rubino, 1995), n'est pas due à une quelconque autonomie entre les deux "sciences" à l'époque, mais aux dispositions des groupes qui les ont fondées et aux différentes positions qu'ils occupaient dans le champ du pouvoir. La Société de sociologie était dirigée par Fernando de Azevedo et Arbousse-Bastide, tandis que la Société d'Ethnographie était entre les mains de Mário de Andrade et Dina Dreyfus. C'est pourquoi Sérgio Milliet, professeur de sociologie, a pris un poste au Département de la Culture, tandis que Herbert Baldus, ethnographe, s'est rapproché de l'Institut de l'Éducation. Dans le cas de ce dernier, Fernando de Azevedo l'avait chargé d'organiser le Musée d'Ethnographie de l'Institut d'Éducation et de réaliser des expéditions avec le soutien de l'Institut, tout en lui offrant un espace pour publier dans sa collection⁶⁶.

Comme la Société d'Ethnographie, la Société de sociologie a envoyé une communication à la Conférence Internationale des Sciences Sociales, organisée dans le

64. Les rapports entre Lévi-Strauss et Dina Dreyfus avec le Département de la Culture ont déjà été largement documentés et analysés. Voir Raffaini, 2001; Valentini, 2011; Cerqueira, 2014; Peixoto 1998; Pontes, 1998. Il est seulement intéressant ici de différencier ces investissements de ceux réalisés par son collègue Arbousse-Bastide à l'Institut d'Éducation.

65. Cf. Archives IEB – Instituto de Estudos Avançados/USP. Fonds Mário de Andrade, 1937.

66. Dans cette période, les impressions de Baldus sur Lévi-Strauss sont très mauvaises. Je souligne la lettre envoyée à Curt Nimuendajú de 11/10/1937 dans laquelle il critique son travail et même sa posture professionnelle. Cf. Welper *et al.* (orgs.), 2019, p. 71.

cadre de l'Exposition Universelle de 1937, avec le soutien de l'Institut International de Coopération Intellectuelle. L'article a été publié dans les actes de la conférence, possiblement par accord entre Azevedo, Arbousse-Bastide, Georges Dumas et Célestin Bouglé. L'article, signé par trois étudiants de l'Institut d'Éducation, Aquilles Archero, Alberto Conte et Eudoro Ramos, s'intitule "Sociologie brésilienne contemporaine"⁶⁷. Dans les classifications de la sociologie proposées par les auteurs – "sociologie des questions sociales", "sociologie pure" et "sociologie appliquée" – il existe une hiérarchie, le pôle scientifique "pur" étant le plus valorisé et, dans cette rubrique, Fernando de Azevedo⁶⁸. Célestin Bouglé, proche de Dumas, préside ce congrès et souligne dans son introduction l'importance du dialogue international pour "faire disparaître progressivement les marques nationales" des sciences sociales (Bouglé, 1937, p. 15).

Malgré la convergence entre ces congrès, axées sur l'"internationalisme" en raison de la croissance du "nationalisme", il existe d'importantes différences entre les congrès. Dans le cas du congrès de sociologie, les communications portaient sur des bilans ou des critiques d'auteurs; dans le cas du congrès de folklore, les communications portaient sur des études empiriques sur des groupes sociaux spécifiques. Cette circulation liait la société scientifique, la recherche (théorique ou empirique) et la présentation des travaux à l'étranger – ce qui a permis, d'une part, de donner de la visibilité aux Brésiliens et, d'autre part, de répondre aux attentes envers des missions françaises.

Considérations finales

L'objectif était de montrer qu'il existe des différences importantes dans les trajectoires et les dispositions des enseignants qui ont participé aux missions françaises, en lien avec le contexte d'origine et les transformations de l'espace transnational. Par ailleurs, la sociabilité et les projets de ces enseignants sont nécessairement liés au contexte de destination ou à la configuration à laquelle ils participent. Considérées isolément, la théorie sociale ou la philosophie sociale (Arbousse-Bastide) et l'ethnologie et la recherche ethnographique (Lévi-Strauss) occupent des positions différentes dans l'espace disciplinaire: la science établie, la sociologie, tente de bloquer l'essor de la nouvelle science par l'exclusion ou l'annexion. Cependant, dans le cas de São Paulo, comme il n'y a pas un champ disciplinaire, les praticiens du nouveau savoir sont des intellectuels-écrivains qui occupent une position dominante, tandis que les praticiens

67. Sur Achilles Arquerro, voir Pinheiro et Miceli, 2008. Alberto Conte a posé sa candidature à l'Institut de l'Éducation, mais a perdu au profit de Noemy Rudolfér. En ce qui concerne Eudoro Ramos Costa, on sait qu'il était un journaliste.

68. Voir Actes du Congrès. *Les Convergences des sciences sociales et l'esprit international*. Bouglé, 1937, Centre d'études de politique étrangère. Juillet 1937. Voir aussi Rubino, 1995.

du savoir "établi", la sociologie, occupent une position dominée dans le champ du pouvoir. En ce sens, le "mépris" des professeurs français à l'égard de l'Institut d'Éducation est significatif, de même que la présence d'une femme dans le corps professoral de cette institution, alors que Dina Dreyfus n'a pas été engagée par la Faculté de philosophie.

Il faut considérer le rôle des médiateurs entre les milieux intellectuels de São Paulo et de la France: la liaison entre Paul Rivet et Lévi-Strauss inaugure une politique de diffusion de la "science française" différente de la diplomatie intellectuelle pratiquée par Georges Dumas et Arbousse-Bastide. Ce n'est pas un hasard si la correspondance entre Rivet et Dumas est pratiquement inexistante, alors qu'on aurait pu s'attendre à un dialogue fréquent en raison de leur circulation en Amérique latine. Dumas, en raison de ses liens avec le Ministère des Affaires Étrangères et de sa position de professeur à la Sorbonne, avait fondé une "diplomatie d'en haut", tandis que Rivet préférait une politique médiatisée par le chercheur et, d'un point de vue institutionnel, caractérisée par une plus grande ouverture aux intellectuels autodidactes. En ce qui concerne les deux collègues du Département de Sociologie, les dispositions de Lévi-Strauss le portent à prendre de risques au-delà des conceptions établies, alors que les dispositions d'Arbousse-Bastide sont plutôt liées à la préservation des pratiques universitaires. Dans les décennies suivantes, leurs carrières respectives en France ont consolidé ces différences: Lévi-Strauss a occupé un poste à l'École Pratique des Hautes Études et Arbousse-Bastide à l'Université de Rennes.

En ce qui concerne l'institutionnalisation de la formation à la recherche à la Faculté de philosophie, sciences et lettres, Florestan Fernandes et Antonio Candido, deux membres de la première génération formée à la Faculté de Philosophie devenus professeurs, sont arrivés à la conclusion qu'il serait nécessaire de reformuler le cours de sciences sociales⁶⁹. Dans les années 1950, ces auteurs ont publié quelques revues sur la sociologie et l'ethnologie à São Paulo pendant les années 1930. Antonio Candido met l'accent sur les relations harmonieuses entre les institutions de l'époque, tandis que Florestan Fernandes préfère souligner la "crise" de la sociologie à la Faculté de Philosophie, due au manque de ressources pour la recherche. Se référant au malaise provoqué parmi les collègues par la publication de *Tristes tropiques* (1955), Florestan Fernandes essaye de profiter du contexte pour souligner les analogies entre l'enseignement universitaire en France et au Brésil – la formation théorique est importante, mais les nouvelles générations, contrairement à l'ancienne génération des professeurs français, avaient besoin de se spécialiser.

Le Département de la Culture et l'Institut de l'Éducation ont tous deux subi des revers après le coup d'État du président Getúlio Vargas, ce qui montre qu'ils avaient

69. Voir Fernandes, 1958, [1959] 1977; Candido, 1954.

beaucoup en commun vis-à-vis de cet autre projet national. L'énorme ambition des deux groupes de nationaliser l'expérience locale de São Paulo, dont ils prétendaient qu'elle était légitime dès lors qu'elle était soutenue par des collègues et des institutions étrangères, a probablement joué un rôle dans ce résultat. Le groupe du Département se disperse, ce qui correspond à un monde d'individus qui circulent plus "librement" par rapport aux institutions scolaires, mais qui sont plus facilement la proie d'interférences politiques; le groupe des enseignants de l'Institut est transféré à la Faculté de Philosophie et, malgré leur position subalterne, maintient sa croyance dans la valeur de l'école et forme les nouvelles générations.

Références

- ALMEIDA, Antonio Marcos. (1984), "Entrevista com Paul Arbousse-Bastide". In: *Língua e Literatura*, Número Comemorativo, ano x: 7-34.
- ANDRADE, Rafael de. (2023), *Uma ciência de serviços: Formação da Ciência Psicológica Paulista (1945-1957)*, Dir. Marcia Consolim. Guarulhos, monografia em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo.
- ANGELINI, Arrigo L. (2002), "Centenário do nascimento da acadêmica Noemy da Silveira Rudolfer (08/08/1902 – 16/12/1980)". *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, ano XXII, n. 4/02. Publicação trimestral. São Paulo, out./dez.
- ANTUNHA, Heladio César Gonçalves. (1974), *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo, SP, MEC-Inep-CRPES (Centro Regional de Pesquisa Educacionais do Sudeste). Estudos e Documentos, vol. 10. jun.
- ANTUNHA, Heladio César Gonçalves. (1975), "As origens da Faculdade de Educação da USP: a introdução dos estudos pedagógicos de nível superior no estado de São Paulo". *Revista da Faculdade de Educação*, 1. São Paulo, SP.
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências: 1934-1935. (2009), São Paulo, Universidade de São Paulo
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências: 1936. (1937), São Paulo, Universidade de São Paulo
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências: 1937 e 1938. (1939), São Paulo, Universidade de São Paulo
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências: 1939 a 1949. Volumes 1 e 2. (1950), São Paulo, Universidade de São Paulo.
- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. (1932; 1936), *Correspondance*. IBE – Historical Collections. Archives Historiques – BIE – 1925-1969. Arquivos Unesco.

- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul (1934-1945). Correspondência. Arquivos Família Paul Abousse-Bastide.
- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. (1944), *Formando o homem: contribui o para o plano de um ginásio ideal*. São Paulo, Sociologia Editoria.
- ARCHIVOS do Instituto de Educa o. (1935), São Paulo, ano I, n. 1; n. 2.
- ARCHIVOS do Instituto de Educa o. (1936), São Paulo, ano II, n. 3.
- ARCHIVOS do Instituto de Educa o. (1937), São Paulo, ano III, n. 4.
- ARON, R. et al. (1937). *Les Sciences sociales en France: Enseignement et recherche*. Paris, Flammarion.
- ATAS DA ACADEMLA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. (1937), Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, Fernando. (1935), *Princípios de sociologia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- AZEVEDO, Fernando. (1936), *A educa o e seus problemas*, tomo I. São Paulo, Melhoramentos.
- AZEVEDO, Fernando. (1956), *Princípios de sociologia*, vols. 1 e 2. São Paulo, Melhoramentos.
- AZEVEDO, Fernando. (1961), *Figuras de meu convívio*. São Paulo, Melhoramentos.
- AZEVEDO, Fernando. (1971), *História da minha vida*. São Paulo, Edusp.
- BASTIDE, Roger. (1936), "L'enseignement de sociologie en France". *Revue Internationale de Sociologie*, pp. 373-402.
- BLANCKAERT, Claude & COPPENS, Yves (orgs.). (2015), *Le Musée de l'Homme: histoire d'un musée laboratoire*. Paris, Musée de l'Homme, Artlys.
- BONTEMPI JR., Bruno. (2011). "Do Instituto de Educa o   Faculdade de Filosofia da Universidade de S o Paulo". *Cadernos de Pesquisa*, 41 (142): 188-207.
- BOUGLÉ, C. (1937), "Introduction". In: *Les Convergences des Sciences Sociales et l'Esprit International*. Travaux de la conférence internationale des sciences sociales. Centre d'Etudes de Politique Etrang re. Paris, Paul Hartmann.
- BOURDIEU, Pierre. (1992), *A economia das trocas simbólicas*. Tradu o de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), "As condi es sociais da circula o internacional das ideias". Tradu o: Fernanda Abreu. *Enfoques*, Rio de Janeiro, 1 (1): IV-XV.
- CARDOSO, Irene. (1982), *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Cortez.
- CARDOSO, Irene. (1987), Entrevista com Roger Bastide: 18/08/1973. *Revista Discurso*, 16: 181-197.
- CARLOTTO, M. (2014), *Universitas sempre reformada? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão   luz da estrutura social*. São Paulo, tese de doutorado em sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CERQUEIRA, Vera Lucia Cardim de. (2014), *Ciências sociais na gestão Mário de Andrade: contribui es de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss*. São Paulo, Annablume.
- CHARLE, Christophe. (1994a), "Ambassadeurs ou chercheurs ? Les relations internationales de professeurs de la Sorbonne sous la IIIe République". *Genèses*, [s. l.], 14: 42-62.
- CHARLE, Christophe. (1994b), *La République des universitaires (1870-1940)*. Paris, Editions du Seuil.

- CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen & WAGNER, Peter (orgs.). (2004), *Transnational intellectual networks: forms of academic knowledge and the search for cultural identities*. Frankfurt/Main, Campus Verlag.
- CONGRES INTERNATIONAL DE LA POPULATION. (1938), *Congrès international de la population, Paris, 1937. Théorie générale de la population*. Paris, Hermann.
- CONSOLIM, M. (2021), “Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil, 1908-1932”. *Tempo Social*, 33 (1): 17-51.
- CONSOLIM, M. (2023), “L’enseignement des sciences sociales au Brésil: Français, Nord-Américains et Brésiliens (1933-1945)”. *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 42: 15-48.
- COSTA, Hebe C. Boa-Viagem A. (2011), “Resgatando a memória dos pioneiros: Vida e obra de Milton Camargo da Silva Rodrigues – *Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, 80 (1): 8-11, jun.
- COSTA, Hebe C. Boa-Viagem A. (jun. 2007), “Resgatando a memória dos pioneiros em psicologia: Roldão Lopes de Barros. *Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, 27 (1): 17-22.
- DEBAENE, Vincent. (2010), *L’adieu au voyage: l’ethnologie française entre science et littérature*. Paris, Gallimard. (Bibliothèque des Sciences Humaines).
- DELPUECH, André; LAURIÈRE, Christine & PELTIER-CAROFF, Carine (orgs.). (2017), *Les années folles de l’ethnographie: Trocadéro 28-37*. Paris, Muséum National d’Histoire Naturelle Publications Scientifiques. (La Collection “Archives”).
- DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. (1960), *Paul Rivet por ele mesmo*. São Paulo, Anhambi.
- DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. (1977), *Paulo Duarte II* (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.
- DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. ([1971] 2022), *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, Todavia.
- DUCCI, Annamaria. (2015), “Le musée d’art populaire contre le folklore. L’Institut International de Coopération Intellectuelle à l’époque du Congrès de Prague”. *Revue Germanique Internationale*, 21: 133-48.
- DUMONT, Juliette. (2008), *L’institut international de coopération intellectuelle et le Brésil (1924-1946)*. Paris, Ihel/Credal.
- DURKHEIM, Emile. (1937), *As regras do método sociológico*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- ERIBON, Didier. (1998), *De Près et de loin*. Paris. Odile Jacob.
- EVANGELISTA, Olinda. (1997), *A formação do professor em nível universitário: O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)*. São Paulo, tese de doutorado em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FERNANDES, Florestan. (1978), *A condição de sociólogo*. São Paulo, Hucitec.
- FERNANDES, Florestan. (1977), *A sociologia no Brasil*. Petrópolis. Vozes.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (1998), *Coleções e expedições vigiadas: Os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo, Hucitec/ANPOCS.

- HAYASHI, Marli Guimarães. (2010), *Paulo Duarte, um Quixote brasileiro*. São Paulo, Hucitec. (Estudos Históricos, 80).
- HEILBRON, J.; GUILHOT, N. & JEANPIERRE, L. (2009), "Internationalisation des sciences sociales: les leçons d' ne histoire transnationale". In: SAPIRO, Gisèle ( d.). *L'espace intellectuel en Europe. De la formation des  tats-nations à la mondialisation XIXE-XXIE siècle*. Paris, La Découverte, pp. 319-346.
- HIRSCH, (2017), "I'm the whole show'. Marcel Mauss professeur à l'Institut d'Ethnologie". In: DELPUECH, A.; LAURIÈRE, C. & PELTIER-CAROFF, C. (dir.). *Les Années folles de l'ethnographie*. Trocadéro 1928-1937. Paris, Publications Scientifique du MNHN: 341-402.
- HYAISHI, Marli Guimar es. (2010), *Paulo Duarte: um Quixote brasileiro*. S o Paulo, Hucitec. et INSTITUT Internationale de Cooperation Intellectuel. (1928), *Art populaire*. Paris, Duchartre.
- JEANPIERRE, Laurent. (2002), "La politique culturelle française aux  tats-Unis de 1940 a 1947". In: *Entre rayonnement et réciprocité: Contributions à l'histoire de la diplomatie culturelle*. Paris,  ditions de la Sorbonne.
- JEANPIERRE, Laurent. (2004), "Une opposition structurante pour l'anthropologie structurale: Lévi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux  tats-Unis". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 11: 13-44.
- KARADY, V. (2011), "Durkheim e os primórdios da etnologia universitária". *Antropol tica: Revista Contemporânea de Antropologia*, 1 (28).
- KL GER, E. (2018), "Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: Socializa es desiguais, carreiras an logas, modalidades díspares de exercício do poder". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 61: 301-339.
- LAURIÈRE, Christine. (2008), *Paul Rivet: Le savant et le politique*. [S.l.], Publications Scientifiques du Muséum.
- LEFÈVRE, Jean-Paul. (avril-juin 1993), "Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930". *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, 38: 24-33.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (2015), *Chers tous deux: Lettres à ses parents (1931-1942)*. Paris, Seuil.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1935), *Oesp*.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1996), *Saudades de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, Instituto Moreira Salles.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1955), *Tristes tropiques*. Paris, Plon. Ed. bras.: (1996), *Tristes trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras (pp. 99-100).
- LIMONGI, Fernando. (1989), "Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo". In: MICELI, Sergio (org.). (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil: 1*. São Paulo, Vértice, pp. 111-187.
- LOYER, E., (2015), *Lévi-Strauss*. Paris, Flammarion.
- MASSI, Fernanda. (1989), "Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960)". In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice.
- MAUG  , Jean. (1982), *Les Dents agac es*. Paris, Buchet-Chastel.

- MAZON, Brigitte. (1988), *Aux origines de l'École des Hautes Études en sciences sociales: Le rôle du mécénat américain (1920-1960)*. Paris, Éditions du Cerf.
- MERKEL, I. (2022), *Terms of exchange. Brazilian intellectuals and the French Social Sciences*. Chicago, University of Chicago Press.
- MICELI, Sérgio. (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vols. 1 e 2. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.
- MICELI, Sérgio. (2001), *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MICELI, Sérgio. (2009), “Mário de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro”. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 160-174.
- MILLIET, Sérgio. ([1944] 1981), *Diário crítico*, vol. II. São Paulo, Martins/Edusp.
- MILLIET, Sergio (1937) “Le statistique démographique de la ville de Sao Paulo et la représentation graphique par courbe de niveau”. *Congres de la Population*, vol. 1, pp. 241-2
- MIRANDA, Nicanor. (1944), *Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos*. São Paulo, Departamento de Cultura.
- MOKREJ, Elisabete. (jul./dez. 1984), “A propósito do cinquentenário do “Curso de Metodologia do Ensino” na USP: uma nota histórica”. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 10 (2): 345-357.
- MORAES, Rubens Borba de. (2001), KANTOR, I. et al. *A Escola Livre de Sociologia e Política*. São Paulo, Ed. Sociologia e Política.
- MORAES, Rubens Borba de. (1982), Entrevista realizada por Marco Aurelio Gomes em 15/08/1982. Rua 7, pp. 96-109.
- NASCIMENTO, Alessandra Santos. (2012), *Fernando de Azevedo: Dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil*. São Paulo, Cultura Acadêmica.
- ORIANI, A. P. (2022), “Higiene para as escolas primárias: A produção escrita de Antonio Ferreira de Almeida Júnior (1922-1939)”. *Educação e Pesquisa*, 48.
- PALMEIRA, Miguel Soares. (2017), “Dos efeitos de um exílio: Moses Finley na Inglaterra”. *Revista de História*, 176: 1-31.
- PAOLLILO, Lucas. (2019), *Sérgio Milliet, sociólogo: entre observações e transições*. Araraquara, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. (2000), *Diálogos brasileiros. Uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo, Edusp.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. (1989), “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, vol. 1, pp. 410-459.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. (1998). “Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo”. *Mana*, 4 (1): 79-107.
- PENNA, Maria L. (1987), *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo, Perspectiva.

- PETITJEAN, P. (dir.). (1996), *A ciência nas rela es Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp.
- PETITJEAN, P. (1991), "Dimensão cultural, influências ideológicas e imagens científicas na história das rela es franco-brasileiras, 1850-1940". In: PARVEAUX, S. & REVEL-MOUROZ, J. (dir.). *Images r ciproques du Brésil et de la France*. Paris,  ditions de l'Heal, pp. 845-860.
- PETITJEAN, P. (2001), "Miguel, Paul, Henri et les autres. Les réseaux scientifiques franco-brésiliens dans les années 1930". In: VIDEIRA, A. & Salinas, S. (dir.). *A cultura da Física. Contribu es em homenagem a Am lia Império Hamburger*. São Paulo, Editora Livraria da Física, pp. 59-94.
- PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio & MICELI, Sergio. (2008), "Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha". *Tempo Social*, 20 (2).
- POLLAK, Micha l. (2018), "Paul F. Lazarsfeld: fundador de uma multinacional científica". *Política & Sociedade*, 17 (38): 94-134
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RAFFAINI, Patricia Tavares. (2001), *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, História Social USP.
- RENOLLET, J.-J. (1981), *L'Unesco oubli e: La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)*. Paris,  ditions de la Sorbonne.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. (1935; 1937; 1938), São Paulo, vols. 15, 18; 39; 52.
- RUBINO, Silvana. (1989), "Clubes de pesquisadores: A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia". In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice.
- SANDRONI, C. (2002). "Mário, Oneyda, Dina e Claude". *Revista do Patrim nio*, 30: 234-46.
- SANDRONI, C. (2022) "Notas sobre etnografia em Mário de Andrade". *Estudos Avançados*, 36 (104): 205-223.
- SAPIRO, Gisele. (2016), "Modelos de interven o política dos intelectuais: o caso francês". *Revista Pós Ciências Sociais*. 9 (7).
- SAPIRO, Gisele. (2019), "A no o de campo de uma perspectiva transnacional: A teoria da diferencia o social sob o prisma da história global". *Plural, Revista do Programa de Pós-Gradua o em Sociologia da USP*, São Paulo, 26 (1): 233-265.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1979), *Um espaço para a ciência: A forma o da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SILVA, Dimitri Pinheiro. (2008), *Da Política   Ciência Política; Da Ciência Política   Política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)*. Disserta o de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP.
- SUPPO, Rogelio Hugo. (2001), *La politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950*. Paris, tese de doutorado, Paris III.
- TONI, Flávia. (2021), "Fonografia e projeto nacional: o Brasil no Congresso de Arte Popular

- de Praga (1928)". In: TONY, Flávia. & PAIXÃO, Fernando. (orgs.). *Estudos brasileiros em três tempos. 1822-1922-2022*. São Paulo, Fino Traço. pp. 223-251.
- TOURNÈS, Ludovic. (2008), "La fondation Rockefeller et la construction d'une politique des sciences sociales en France (1918-1940)". *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 63: 1371-1402.
- TOURNÈS, Ludovic. (2007), "La fondation Rockefeller et la naissance de l'universalisme philanthropique américain". *Critique Internationale*, 35: 173-197.
- TOURNÈS, Ludovic. (2012), "La philanthropie américaine, la Société des Nations et la co-production d'un ordre international (1919-1946)". *Relations Internationales*, 151: 25-36.
- TOURNÈS, Ludovic. (2011), *Sciences de l'homme et politique Les fondations philanthropiques américaines en France au XXe siècle*. Paris, Classiques Garnier.
- TRAVAUX DU IER CONGRES INTERNATIONAL DE FOLKLORE. (1938), Paris, Arrault et Cie.
- VALENTINI, Luisa. (2011), *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- VALLANTIN, Catherine Velay. (abr. 1999), "Le Congrès International de Folklore de 1937". *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 54 (2): 481-506.
- VÍDAL, Diana G. & RABELO, Rafaela S. (jan.-abr. 2019), "A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores". *Cadernos de História da Educação*, 18 (1): 208-220.
- VÍDAL, Diana G.; SILVA, José C. S. & ABDALA, Raquel. (2020), *Fernando de Azevedo em releituras. Sobre lutas travadas, investigações realizadas e documentos guardados*. São Paulo, Paco.
- WELPER, Elena (org.). (2019). *Chamado da selva: correspondência entre Curt Nimuendajú e Herbert Baldus*. Rio de Janeiro, Camera Books.

Résumé

Université de São Paulo: épicerie d'une controverse transnationale

L'objectif est d'analyser la controverse entre deux professeurs qui occupaient les chaires de sociologie I et II à la Faculté de philosophie, sciences et lettres de l'Université de São Paulo dans les premières années de sa fondation. Cette controverse, qui opposait sociologie et ethnologie, philosophie sociale et recherche empirique, était ancrée dans deux milieux intellectuels distincts : la sociologie, à l'Institut d'éducation de l'université de São Paulo, et l'ethnologie, au Département de la culture de la municipalité de São Paulo. Il s'agit de montrer que les transferts intellectuels dépendent des affinités électives établies entre des groupes d'intellectuels étrangers et brésiliens et que, dans le cas de São Paulo, les intellectuels relativement plus proches des groupes dirigeants s'orientent vers la nouvelle discipline, l'ethnologie, tandis que ceux relativement plus dominés dans le champ du pouvoir préfèrent la sociologie, déjà enseignée dans les écoles normales. Dans

cette étude, j'ai recours à l'analyse documentaire et textuelle, ainsi qu'à l'étude des trajectoires et des réseaux d'interdépendance.

Mots-clés: Missions Françaises; Université de São Paulo; Chaires de Sociologie; Institut de l'éducation; Département de la Culture.

Abstract

University of Sao Paulo: epicenter of a transnational controversy

The aim is to analyze the controversy between two professors who occupied the chairs of sociology I and II at the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo in its early years. This controversy, which opposed sociology and ethnology, social theory and empirical research, was rooted in different intellectual circles: sociology, at the Institute of Education of the University of São Paulo, and ethnology, at the Department of Culture of the Municipality of São Paulo. The aim is to show that intellectual transfers depend on the elective affinities established between groups of foreign and Brazilian intellectuals and that, in the case of São Paulo, the intellectuals relatively closer to the ruling groups lean towards the new discipline, ethnology, while those relatively more dominated in the field of power prefer sociology, already taught in normal schools. To do this, I use documentary and textual analysis, as well as a study of trajectories and networks of interdependence.

Keywords: French missions; University of São Paulo; Chairs of sociology; Institut of Education; Department of Culture.

Texto recebido em 03/04/2024 e aprovado em 08/04/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.223646.

MARCIA CONSOLIM   professora associada IV da Universidade Federal de São Paulo. Atua no Programa de Pós-Gradua o em Ciências Sociais na Unifesp. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas – Scici – Science in Circulation do Instituto de Estudos Avançados e Convergentes da Unifesp. Suas pesquisas abordam a história e sociologia das ciências humanas e sociais na primeira metade do século XX. Atualmente se dedica a pesquisas sobre circula o internacional das ciências sociais entre Brasil, França e Estados Unidos. E-mail: mconsolim@unifesp.br.



Um olhar francês sobre experiências brasileiras

Entrevista com Roger Chartier

Por Miguel Palmeira*

<https://orcid.org/0000-0002-3511-9445>

Por Mariana Osés*

<https://orcid.org/0000-0002-0322-1226>

Apresentação

Ao longo das duas últimas décadas, a noção de *circulação* – em especial, circulação “internacional” – de ideias e pessoas se assentou no léxico de sociólogos e historiadores devotados ao estudo da dimensão sóciológica do conhecimento. Sua inspiração intelectual mais evidente é um pequeno texto de Pierre Bourdieu (2002) a respeito das “condições sociais de circulação internacional das ideias”, no qual o autor aponta os efeitos necessariamente transformadores impostos a uma ideia quando ela viaja de um universo de relações a outro. A força do *topos* da circulação vem ainda, segundo nos parece, de um certo ar do tempo: a intensificação da comunicação (inclusive científica) e do trânsito (inclusive de pesquisadores) em escala internacional evidenciou a porosidade de mundos intelectuais antes assimilados a culturas locais. Pessoas, ideias, recursos e artefatos estão em circulação permanente, e seus movimentos ligam, desligam e religam o conhecimento científico a contextos históricos e sociais diversos.

A presença de professores franceses na fundação das primeiras universidades do país é um tema clássico da problemática da “circulação” antes mesmo que tal rótulo se firmasse. O trânsito de pessoas e ideias estabelecido a partir das “missões francesas” impactou trajetórias pessoais e institucionais e, de forma evidentemente

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

desigual, a produção intelectual dos dois lados do Atlântico¹. No caso específico da Universidade de São Paulo, as “missões” tornaram-se parada obrigatória de qualquer evocação do passado da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – seja tal evocação reflexiva, memorialística ou ainda uma mistura das duas coisas. A efeméride dos noventa anos da USP é uma ocasião de reavivamento do interesse pelas origens afrancesadas da instituição. Em tempos nos quais vicejam críticas ao eurocentrismo e se proliferam chamados a interpretações “globais” do mundo intelectual, tem ganhado fôlego a concepção da presença francesa em termos de “circulação” ou de “intercâmbios” que afetam não apenas os brasileiros, como também os franceses. A literatura recente procura então ultrapassar esquemas de análise nos quais os brasileiros “periféricos” estão confinados a papéis estritamente passivos em sua relação com os pares estrangeiros (Merkel, 2024).

A entrevista que aqui se apresenta é um esforço a mais na tentativa de avançar no entendimento da origem da USP e do caráter das trocas intelectuais franco-brasileiras. O entrevistado é, ao mesmo tempo, um personagem de relevo dessas trocas e alguém voltado a refletir sobre o assunto. Nome de proa da história cultural francesa, Roger Chartier é, entre historiadores brasileiros, uma referência formativa incontornável. Seus trabalhos de história do livro e da leitura, extensamente lidos no Brasil, são exemplos lapidares daquilo que se convencionou chamar Nova História Cultural – um enquadramento da história da cultura à luz de suas condicionantes sociais, no qual se dá especial atenção a suportes materiais e condições de produção e circulação de bens culturais, bem como aos grupos sociais envolvidos nesses processos. Obras como *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* (1987), *Origens culturais da Revolução Francesa* (1990), *A ordem dos livros* (1992) e *À beira da falésia* (1998) são apenas alguns dos exemplos da extensa e profícua contribuição de Chartier a esse domínio de estudos. Trata-se, ademais, de um pesquisador constantemente voltado ao diálogo com a sociologia da cultura, como evidenciam suas colaborações com Pierre Bourdieu (Bourdieu, Chartier e Darnton, 1985; Bourdieu e Chartier, 2011) e seu trabalho como um dos introdutores da obra de Norbert Elias na França (Chartier, 1985, 1991, 1993; Chartier e Deluermoz, 2010).

A circulação das ideias do historiador no país extrapola a mediação de seus livros e artigos, estendendo-se à acepção mais literal do termo “presença”. Há décadas, Roger Chartier visita sistematicamente o Brasil, promovendo, por meio de seus cursos e palestras, uma atualização constante do contato do público brasileiro

1. Os intercâmbios intelectuais entre Brasil e França não se iniciaram nem se limitaram, por óbvio, aos primeiros tempos de funcionamento da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal. Ver, por exemplo, Hamburger *et al.* (1996).

com sua produção intelectual. Elegendo o país como entreposto de sua circulação internacional, o historiador também mantém ativa sua interlocução com pares brasileiros, o que aumenta a permeabilidade dessa comunidade profissional às suas contribuições. Diante disso, conversar com Chartier a respeito das trocas intelectuais franco-brasileiras é acessar o tema a partir do olhar de um agente diretamente implicado na perpetuação de transações de conhecimento que estiveram na gênese da Universidade de São Paulo.

Ainda que crucial, esse não é o único ponto de interesse desse diálogo. Nos últimos anos, as trocas intelectuais entre franceses e brasileiros passaram a compor o rol de interesses de pesquisa de Chartier. É o que demonstra o texto “Experiências brasileiras”, capítulo final da coletânea *Um mundo sem livros e sem livrarias?*, publicada pela editora Letraviva em 2020. Ali, o autor centra sua análise em quatro personagens que, por vias distintas, nutriram ao longo de suas carreiras relações ativas com o Brasil – Fernand Braudel, Michel de Certeau, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Sua intenção é apreender a “presença brasileira” nas diversas formas que ela assume nessas quatro trajetórias, propondo assim uma alternativa à tradicional busca por “influências” francesas no Brasil – noção que o autor reconhece como problemática quando não submetida ao devido cuidado crítico. “Nosso tempo”, afirma Chartier (2020a, p. 210), “não é mais um tempo de ‘missões.’” Particularmente sensível aos ventos do presente, o autor convida seu público a uma reflexão sobre as novas formas que as trocas franco-brasileiras podem assumir no mundo contemporâneo, acenando para a necessidade de um bilateralismo efetivo para que se atenuem as assimetrias historicamente características desses intercâmbios.

Parece-nos inegável que, nove décadas após 1934, não vivemos mais o tempo das missões que marcaram a gênese da USP e da antiga Universidade do Distrito Federal. Empreitadas semelhantes seriam irreprodutíveis no Brasil contemporâneo, na ausência da miríade de condições sócio-históricas que as viabilizaram nos anos 1930. Os atuais intercâmbios entre profissionais brasileiros e franceses de ciências humanas há muito se dão em bases institucionais distintas daquelas em que operaram as velhas faculdades de filosofia. As experiências e reflexões de Roger Chartier nos ajudam a compreender essas transformações do sistema de “trocas” intelectuais França-Brasil.

Conforme enfatiza Chartier, tais trocas – sejam as de agora ou as que se efetivaram nos anos 1930 – não podem ser pensadas como cadeias de transmissão do “centro” para a “periferia” da ciência. Ao mesmo tempo, não se deve perder de vista que a circulação de ideias e pessoas entre espaços nacionais distintos não suprime as relações de poder postas de antemão entre tais espaços e seus agentes (De l’Estoile, Neiburg e Sigaud, 2002). *Trocar* não significa entrar em um jogo de reciprocidade equitativa. O interesse de pensarmos ideias e pessoas em trânsito em termos de

circulação internacional da ciência não reside em reverter a marretadas uma subjugação epistemológica do “sul” global pelo “norte”, mas sim em compreender como se formam histórica e sociologicamente as relações de interdependência e os desequilíbrios de poder entre produtores de conhecimento associados a diferentes unidades institucionais e políticas. Trata-se, com efeito, de incrementar nosso conhecimento de certas relações de dominação no universo da ciência, e não de mascará-las sob um discurso normativo movido por boas intenções. No caso das “missões francesas” que estiveram na origem da Universidade de São Paulo, por exemplo, essa perspectiva permite que se identifiquem as constrações que incidiram sobre estrangeiros nas diversas etapas de realização desse projeto. Também permite trazer à luz as múltiplas formas de engajamento que pesquisadores brasileiros encontraram nessas dinâmicas de troca em função de sua posição dominada, e não a despeito dela. Eis o desafio que os estudos recentes têm enfrentado na busca por uma revisão verdadeiramente crítica de tradições institucionais como a uspiana: o de fazer delas objeto de investigação sem, para isso, escorar-se em percepções estereotipadas ou idealizações do mundo intelectual (Rodrigues, 2017; Consolim, 2024; Osés, 2023a e 2023b).

Esse não é um desafio menor, mas enfrentá-lo parece-nos o caminho mais promissor para o estudo da “memória das missões”. É passado, sem dúvida, o tempo do acalento acrítico dessa memória, que a toma por retrato fidedigno da origem de espaços institucionais e práticas profissionais. Algumas das estratégias adotadas para seu rechaço, no entanto, tendem a ignorar aquilo que as feições e a longevidade dessa tradição têm a revelar a respeito do mundo social que a gestou. Por um lado, é verdade que a presença dos “mestres franceses” não teve sobre a produção intelectual brasileira propriamente os efeitos por muito tempo a ela atribuídos. Também é verdade, porém, que a *ideia* dessa presença (e da herança intelectual a ela associada) surtiu, ao longo do século XX, efeitos objetivos sobre o modo como diversas disciplinas se organizaram no Brasil, inspirando práticas, ensejando disputas, reenquadrando antigos conflitos e gestando novas tensões.

No caso da história, por exemplo, a ideia de uma “herança dos Annales” tornou-se, ao longo do século, munição nas lutas pela definição das práticas historiográficas coletivamente aceitas como legítimas. Sua invocação não é, portanto, um gesto retórico, tampouco um ato simples de falseamento do passado. Por décadas, grupos de historiadores por todo o país organizaram sua existência profissional em torno da reivindicação dessa herança. Nesse caso, importa menos a veracidade objetiva do “mito” do que seus efeitos práticos sobre uma coletividade que se apropria dele ativamente e se erige sobre essa apropriação. A transposição da crença na “influência francesa” ao plano das práticas (justificação de métodos e objetos, estratégias de carreira, reconversão intelectual de disputas políticas) marca indelevelmente o pro-

cesso de construção do mundo social dos historiadores brasileiros. Não seria exagero afirmar que, em sua acepção mais clássica – a da “catequização” dos discípulos por seus mestres –, as missões francesas nunca foram uma realidade, mas que, sob a óptica das memórias mitificadas da presença francesa, o “tempo das missões” estende-se até o presente.

A investigação em termos de circulação de ideias e pessoas, que já rendeu frutos importantes para a história e a sociologia da ciência (Almeida *et al.*, 2004), é uma via promissora para se compreenderem historicamente o estabelecimento e o desenvolvimento de vínculos científicos internacionais. Elucidar tais vínculos não se confunde, diga-se, com qualquer forma de justificação epistemológica. As evidentes assimetrias que caracterizam a história das relações intelectuais entre o Brasil e a França não se traduzem bem em tramas de vítimas e algozes: a realidade prática, como costuma ser o caso, é ardua a maniqueísmos.

Roger Chartier demonstra uma consciência aguda desse fato ao eleger o ângulo a partir do qual acessa esse sistema de trocas. Sem apagar a posição dominante ocupada pelos personagens que acompanha, o autor põe a nu o fato de que múltiplos fatores – entre eles o tempo – incidem, também, sobre as possibilidades de ação abertas aos franceses. Ao fazê-lo, fornece pistas importantes a respeito da dimensão histórica da circulação transnacional de ideias e pessoas, reintroduzindo nesse processo variáveis por vezes negligenciadas em estudos de história intelectual, como os afetos, as afinidades políticas, os interesses editoriais. Enquanto personagem e produtor da história dos intercâmbios Brasil-França, é dado a Chartier observar essas relações desde uma perspectiva interessada e, por isso mesmo, interessante.

Pensar circuitos de trocas intelectuais em sua especificidade pode ser mais interessante do que o pareamento açodado entre ideias e contextos nacionais. Ideias e pessoas circulam e, ao circularem, necessariamente se transformam. Mas essa transformação não equivale a aderir pacificamente à cor de fundo de cada paisagem transitada. Como evidencia a experiência franco-espânica, a circulação gera tensões, acomodações, concorrência etc. nos espaços exportadores e importadores; repercute na formulação dos problemas de pesquisa, na construção dos objetos e no âmago mesmo dos produtos intelectuais.

São essas reflexões que orientaram nossa entrevista com Roger Chartier, realizada por e-mail entre janeiro e fevereiro de 2024. O autor escreveu suas respostas diretamente em português. Os entrevistadores agradecem ao entrevistado a presteza com que se dispôs a dividir conosco e com os leitores da *Tempo Social* sua percepção sobre “experiências brasileiras” suas e de conterrâneos que o precederam.

A Universidade de São Paulo acaba de completar noventa anos. Sua fundação se inscreve em uma longa história de intercâmbios intelectuais entre franceses e brasileiros. Tais intercâmbios são precisamente objeto de uma publicação recente sua (Chartier, 2020a). O senhor poderia nos falar como se originou seu interesse pelo tema?

Esta pesquisa foi apresentada na Jornada Intercultural França-Brasil organizada no Instituto Ricardo Brennand, em Recife, no mês de julho de 2019. Minha intenção era de inverter a perspectiva clássica que enfatiza a recepção brasileira dos trabalhos franceses. Trata-se, em contrapartida, de compreender que papel desempenhou o conhecimento do Brasil sobre as obras, ou vidas, de três autores que ficaram vários anos no país (como Fernand Braudel), ou que o visitaram muitas vezes (como Michel de Certeau ou Michel Foucault). Acrescentei à lista Pierre Bourdieu, que nunca viajou ao Brasil, mas que teve estreitas relações com as realidades e com os sociólogos brasileiros. Me parece agora que buscar a presença do Brasil nas obras desses quatro importantes autores de ciências humanas e sociais tem dois sentidos para mim. O primeiro é histórico, e faz lembrar que o Brasil de Michel Foucault e de Michel de Certeau era o Brasil da ditadura militar, que perseguia, torturava e assassinava. Ambos a denunciaram corajosamente. É uma recordação útil no tempo atual, em que assistimos às falsificações da história e feridas infligidas à memória. O segundo sentido é pessoal. Há mais de vinte anos viajo ao Brasil para dar palestras e cursos, participar de congressos e feiras do livro, compartilhar ideias com colegas, encontrar estudantes e leitores. Estas experiências foram para mim inesgotáveis fontes de conhecimentos, reflexões e emoções. Foi comovente encontrar semelhantes pensamentos e sentimentos nas experiências brasileiras de quatro autores que acompanharam, desde o início, minha própria viagem intelectual.

No texto a que nos referimos, o senhor escreveu sobre quatro autores que, sem serem estudiosos especializados na história e na sociedade brasileiras, marcaram fortemente as ciências humanas no Brasil das últimas décadas: Fernand Braudel, Michel de Certeau, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. É possível dizer que as diferentes “presenças” (para recuperar uma expressão sua) deles no Brasil são reveladoras de distintas modalidades de circulação internacional das ideias?

Com certeza. O contraste mais forte é entre Braudel e Foucault. O primeiro, sem ser brasilianista, incluiu Brasil na sua visão global do mundo. Quando estava na USP, Braudel pensou que o tema de sua tese secundária (obrigatória nesse tempo) poderia ser o Brasil no século XVI. Depois da guerra Braudel abandonou o projeto, mas, durante o cativeiro, havia esboçado este livro nunca terminado. O manuscrito

inacabado, cuja data estimada é novembro de 1943, era o resultado de leituras e pesquisas feitas durante os anos passados em São Paulo. Foi encontrado por Luis Corrêa Lima no arquivo privado de Paule Braudel (Lima, 2009). A primeira publicação de Braudel sobre a história do Brasil foi também sua primeira publicação nos *Annales* ou, mais exatamente, nos *Mélanges d'histoire sociale*, que era o título da revista durante os anos da Ocupação alemã. No volume 4 publicado em 1943, o primeiro artigo é um texto dedicado à obra de Gilberto Freyre, que Braudel escreveu no tempo de cativo na Alemanha. Após a tese sobre o mundo mediterrâneo, o Brasil sempre foi presente nas obras de Braudel. Ao contrário, as cinco viagens de Foucault ao Brasil não deixaram nenhum vestígio nos seus livros. Nunca se referem à realidade brasileira. Uma só vez, na discussão que se seguiu às suas conferências na PUC em 1973, Foucault fez uma referência imprecisa a um encontro em 1913 entre psicanalistas alemães e brasileiros no Rio de Janeiro. Depois de sua conferência na Universidade da Bahia em 1976, duas vezes indica que “não sei se é o mesmo no Brasil”, referindo-se tanto à economia capitalista da prostituição como às evoluções do sistema penal.

A presença de Michel de Certeau no Brasil foi diferente. Começou como uma presença militante, a presença de um jesuíta engajado na denúncia da tortura e da ditadura. Mas esta relação forte com o Brasil se encontra também no seu livro, *A invenção do cotidiano*, no qual a cultura popular religiosa brasileira, entendida como apropriação transgressiva das crenças e práticas impostas pela instituição, serve de matriz para pensar a tensão entre táticas e estratégias.

Nos livros de Pierre Bourdieu não se encontram referências às realidades brasileiras (salvo uma ao jogo do bicho num trecho do capítulo das *Meditações pascalianas* dedicado aos “homens sem futuro”). Mas seu esforço para que sejam conhecidos na França os trabalhos dos sociólogos brasileiros foi constante. Os artigos brasileiros publicados na sua revista eram uma forte contribuição à circulação internacional das pesquisas e das ideias.

No recorte eleito pelo senhor, constam quatro autores cujas trajetórias se entrecruzam em diversos pontos (sendo o Brasil um deles). No seu texto, contudo, não se dá peso ao fato de tais autores serem ligados a disciplinas diferentes. Não lhe parece que a pertença disciplinar possa ser um dado adicional para se entender o modo como certos autores circulam internacionalmente? Talvez o exemplo de Braudel seja, nesse ponto, elucidativo. O modo distinto como ele se relaciona, na USP, tanto com os colegas franceses ligados a outras disciplinas quanto com os pares brasileiros ligados à História não seria, ao menos em parte, tributário da organização da disciplina histórica no Brasil e na França e da posição por ela ocupada em cada país?

Semelhante observação faz recordar que a especificidade da história na sua definição francesa após Braudel é sua capacidade de articular as diferentes temporalidades que se encontram contemporâneas em cada momento histórico. É essa construção temporal que sustentava todo o edifício da história e, além dela, da ciência social na perspectiva de Braudel. Segundo ele, no seu artigo “História e Sociologia”, publicado em 1958, “a história situa-se em patamares diferentes; eu distinguiria de bom grado três patamares, mas não passa de uma maneira de falar, simplificando muito. [...] À superfície, uma história événementielle, inscreve-se no tempo curto: é uma micro-história [*sic*]. A meia encosta, uma história conjuntural segue um ritmo mais largo e mais lento. Este ritmo tem sido sobretudo estudado no plano da vida material, dos ciclos ou interciclos econômicos [...] Para além deste ‘recitativo’ da conjuntura, a história estrutural ou de longa duração, põem em causa séculos inteiros; esta história está no limite daquilo que se move e do imóvel, e pelos seus valores muito tempo fixos, faz figura de qualquer coisa que não varia em relação às outras histórias, mais vivas a correr e a realizar-se, e que, em suma, gravitam em torno dela” (Braudel, 1965b, p. 23).

Esta perspectiva fazia da história uma disciplina dominante, cujos conceitos estavam propostos como pedra de toque para a unidade das ciências humanas, tal como propunha o único e famoso artigo de Braudel dedicado a longa duração, publicado em 1958 (e traduzido em português em 1965 na *Revista de História* da USP). Podemos recordar sua conclusão: “Praticamente – pois este artigo tem um fim prático – desejaria que as ciências sociais, provisoriamente, cessem de tanto discutir sobre suas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura [...]. Que elas tratem, antes, de traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se é que há linhas, que orientem uma pesquisa coletiva, e também os temas que permitam atingir uma primeira convergência. Estas linhas, eu as chamo pessoalmente: matematização, redução ao espaço, longa duração...” (Braudel, 1965a, pp. 293-294).

Pensada assim, a convergência das ciências sociais dava uma importância central à história. Inspirava competidores – por exemplo, a sociologia na herança de Durkheim –, mas estabeleceu na França a dominação da história tanto nas instituições acadêmicas (por exemplo, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*) como no espaço social em geral, com o amplo público de leitores das obras de Duby, Le Goff, ou Le Roy Ladurie.

Fora da França, não existia semelhante dominação da história. A recepção das obras francesas se localizava numa geografia disciplinar diferente, que dava à etnologia, à antropologia ou à sociologia um papel essencial. Mostra-o claramente a leitura feita por Braudel dos livros de Gilberto Freyre.

Faz muito tempo que seus trabalhos são lidos por um público universitário brasileiro e que o senhor visita o Brasil. Como o senhor descreveria seu próprio papel na história recente das trocas intelectuais entre brasileiros e franceses? Qual a importância dessas trocas na sua trajetória?

Descrever meu papel nas trocas intelectuais entre Brasil e França seria tarefa para meus colegas e estudantes brasileiros. O que posso dizer é que um melhor conhecimento das pesquisas feitas no Brasil sobre a cultura escrita me ajudou a ampliar minha compreensão da história do livro, da edição e da leitura. A diferença entre alfabetização e letramento, os constrangimentos próprios da dominação colonial sobre a prática da escrita, os conteúdos e as formas da literatura de cordel ou a circulação transatlântica dos impressos são temas que me permitiram aprofundar e localizar numa perspectiva comparativa questões clássicas da história cultural francesa. Assim, atrevi-me a escrever sobre autores brasileiros, como Antônio José da Silva, com um estudo de seu *Don Quixote* (Chartier, 2012), e Machado de Assis, cuja teoria das edições humanas entrou como modalidade secular da metáfora religiosa do ser humano como livro. Também foi uma contribuição essencial para pensar a historicidade do que chamamos “literatura” a análise do regime poético-retórico da criação estética antes da “literatura”, tal como o define João Hansen (Chartier, 2020b). Minhas experiências brasileiras foram também muito importantes para meus estudos recentes da tradução e das traduções – particularmente com as análises das traduções contemporâneas em português de dois livros essenciais da primeira modernidade: a *Brevíssima relación*, de Las Casas, e o *Oráculo manual*, de Gracián (Chartier, 2020c).

A circulação científica frequentemente pressupõe e/ou gera relações de cumplicidade pessoal e política entre viajantes e anfitriões. O senhor de certo modo toca nesses aspectos ao comentar as passagens de Michel de Certeau e Foucault pelo Brasil durante a ditadura militar. Monique de Saint Martin, em um texto recente (Saint Martin, 2023), também assinalou o imbricamento de relações científicas e de amizade na rede de pesquisadores franceses e brasileiros associados a Bourdieu. Não lhe parece que uma visão mais complexa do mundo da erudição e da ciência exige ir além das imagens excessivamente institucionais e intelectuais de autores e obras? Não deveríamos levar analiticamente a sério uma dimensão afetiva da produção de conhecimento e da circulação de quem o produz?

Sua observação incita a evitar uma história puramente intelectual das trocas intelectuais... Com certeza as relações pessoais, os encontros pessoais, as cumplicidades e amizades desempenham um papel importante na definição de projetos comuns ou

na percepção dos mundos sociais e acadêmicos. Mas me parece que não devemos esquecer as condições institucionais e intelectuais que fizeram e fazem possíveis semelhantes relações afetivas. Penso nos programas que financiam as viagens, no conhecimento prévio do trabalho dos interlocutores, na compatibilidade dos “habitus” científicos. Então, o importante seria medir o que se modifica nas trocas intelectuais quando são acompanhados por uma forte relação pessoal e quando não o são.

O senhor faz referência à perda da proeminência francesa no horizonte de historiadores, sociólogos, antropólogos e filósofos brasileiros. Como podemos entender essa transformação dos fluxos das trocas intelectuais no plano internacional das últimas décadas?

Entre a década de 1930 e o final dos anos 1980, a história, a filosofia, a antropologia e a sociologia francesas se tornaram referências fundamentais para os pesquisadores e intelectuais brasileiros durante esses cinquenta anos. As razões eram múltiplas: o conhecimento bastante difundido da língua francesa (as conferências de Foucault foram pronunciadas em francês sem tradução), a força inovadora das propostas intelectuais dos *Annales*, do método filosófico de Foucault ou da sociologia de Bourdieu, a forte presença em Paris de estudantes de doutorado e dos exilados do tempo da ditadura. A situação é diferente hoje. As referências francesas, ainda importantes, não são tão exclusivas ou dominantes. No campo da história, os paradigmas dos *Annales* encontraram outras tradições: as *microstories* de Ginzburg e Levi, a história dos conceitos, proposta por Reinhart Koselleck, a articulação entre história e antropologia praticada por Natalie Zemon Davis ou Robert Darnton, a volta à sociologia histórica de Norbert Elias. No campo da filosofia, Foucault ou Derrida devem coexistir com a filosofia analítica, a escola de Frankfurt e as obras de Jürgen Habermas ou Niklas Luhmann. O diálogo entre a França e o Brasil se encontrou assim localizado num contexto mais amplo, onde se cruzam tradições nacionais e abordagens teóricas. Não devemos deplorar isso nem ter saudade de uma situação apagada. Os entrecruzamentos entre várias tradições nacionais e diferentes abordagens metodológicas me parecem uma característica fundamental do tempo presente e se encontram em todos os campos de pesquisa: os estudos urbanos, a história da arte, a filosofia política ou a história da cultura escrita. Neste campo (que é o meu), a mestiçagem entre a *histoire du livre* (francesa), a tradição bibliográfica (inglesa e americana) e a história global da cultura gráfica (italiana) incitou a construir novos objetos de pesquisa, a introduzir novos conceitos (por exemplo, a materialidade do texto) e a apagar fronteiras herdadas entre obras literárias e documentos práticos, entre *print culture* e *scribal culture*, entre leitura e escritura.

A despeito da ampliação dos circuitos de trocas intelectuais transnacionais, a França ainda é uma parada importante na construção de uma carreira internacional para boa parte dos pesquisadores brasileiros de ciências humanas. É algo que se observa no afluxo constante de estudantes e professores brasileiros para a Ehes, por exemplo. O senhor enxerga diferença no modo como se dão os intercâmbios franceses com outros países da América Latina, como Argentina e México?

Para construir semelhante comparação seria preciso comparar tanto as possibilidades de bolsas oferecidas por cada um dos três países para estudos de doutorado ou pós-doutorado, quanto as presenças institucionais francesas em cada país. Me parece, por exemplo, que o Centro Franco-argentino de Ciências Sociais, fundado nos anos 1990 em Buenos Aires, desempenhou um papel fundamental para permitir a presença de estudantes e pesquisadores argentinos na França (e particularmente na École des Hautes Études en Sciences Sociales). Não existe uma instituição idêntica para o México, mas a Cátedra Foucault em Guadalajara e as colaborações com a Universidad Iberoamericana ou o Instituto Mora ajudaram os pesquisadores que queriam fazer seu doutorado em Paris. Com certeza (e pensando não só na história, mas nas ciências sociais na sua totalidade), parece-me que a relação entre Brasil e França sempre foi a mais importante.

As missões francesas que estiveram na origem da Universidade de São Paulo foram possíveis, entre outras razões, pelo valor estratégico que essa colaboração apresentava para o governo francês no plano da diplomacia científica e também para professores em início de carreira, que viam suas expectativas de inserção institucional frustradas pela crise dos postos universitários na França. Hoje em dia, a despeito de um espaço científico internacional bastante diferente, ainda existe um número relevante de pesquisadores franceses já consagrados que têm o Brasil como um de seus entrepostos intelectuais de predileção ou simplesmente como país com o qual se cultivam relações constantes. A que o senhor atribui essa manutenção, em circunstâncias tão distintas, do interesse de professores franceses em entreter relações com as universidades brasileiras?

Uma razão fundamental é a convergência das preocupações científicas em vários campos das ciências sociais. É o caso para a história com pesquisas paralelas ou conectadas sobre a história da alfabetização e da educação, a história da circulação transatlântica dos textos e dos livros, a história da dominação colonial, a história das práticas culturais, a história da escravidão. São estas questões compartilhadas que estabelecem as condições das colaborações perpetuadas entre pesquisadores franceses e brasileiros. Desempenham um papel fundamental tanto as heranças do

passado – por exemplo, a presença da obra de Bourdieu no Brasil no campo educacional: entre 1971 e 1998 em vinte revistas do campo, 336 artigos faziam referências a Bourdieu e, para os anos de 2007 a 2010, 225 dissertações de mestrado e 72 teses de doutorado defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação apresentavam referências a Bourdieu como quadro teórico da pesquisa (Catani *et al.*, 2001; Medeiros, 2013) – como as novas perspectivas compartilhadas (por exemplo, as histórias conectadas dentro ou fora da dominação colonial). O tempo das missões acadêmicas foi substituído pelo mundo das trocas intelectuais recíprocas, ativadas pelas redes de amizade construídas desde muito tempo e hoje em dia fundamentadas sobre projetos comuns. É a vitalidade das ciências sociais e humanas no Brasil que explica, me parece, o interesse dos pesquisadores franceses para manter ou desenvolver fortes relações com seus colegas brasileiros.

O senhor constata, sem alarde, um “etnocentrismo historiográfico” no entendimento, por Braudel, da história brasileira como uma repetição ou recomeço da história da Europa. O senhor considera o etnocentrismo historiográfico um traço ainda presente na produção de conhecimento histórico – ou sociológico, ou antropológico – de pesquisadores franceses sobre o Brasil e a América Latina?

Os tempos mudaram e os “brasilianistas” franceses (historiadores, etnólogos, sociólogos) seguramente não compartilham mais a visão de Braudel, que percebia o Atlântico como um segundo mar Mediterrâneo. A palavra “etnocentrismo” pode referir-se hoje à ignorância por parte de pesquisadores que não são “brasilianistas” das pesquisas feitas no Brasil sobre temas próximos de suas próprias pesquisas. Essa ignorância está relacionada à limitação linguística das referências intelectuais que privilegiam os livros ou artigos escritos na língua nacional ou em inglês. Essa ignorância das outras tradições e contribuições encontra uma forma paroxística nos Estados Unidos.

Para meus estudantes da Universidade de Pensilvânia, se um texto de história ou de ciência social não existe em inglês, ele não existe, ponto final (e, no entanto, eles conhecem várias línguas).

O senhor critica a noção de “influência” como redutora da complexidade das relações entre seus personagens e os pesquisadores brasileiros. Quais são os desafios conceituais para uma apreciação não estereotipada de tais relações, frequentemente marcadas por assimetria? Considera que sua noção de apropriação (Chartier, 1989) teria um papel a cumprir em uma agenda de pesquisa sobre as trocas entre brasileiros e franceses?

Me parece que sim, se se concebe a apropriação como uma recepção inventiva, como um uso original, como uma elaboração criativa. Os estudos da circulação das obras esquecem frequentemente esta dimensão produtora das recepções que trasladam sobre novos objetos, conceitos e métodos que devem ser redefinidos. É verdade que esses processos de apropriação foram duravelmente caracterizados pela assimetria. Talvez no mundo intelectual de hoje, caracterizado pelas trocas entre tradições nacionais e disciplinas, possa-se reduzir esta desigualdade. Um efeito proveitoso de semelhante situação poderia ser – ou já é, em parte – uma consciência mais forte, na França ou na Europa, da importância e originalidade dos trabalhos de ciências humanas realizados no Brasil (e mais geralmente na América Latina). Hoje, como mencionava, ficam insuficientemente conhecidos e citados pelos pesquisadores europeus (salvo obviamente pelos que se dedicam à história ou à sociologia dos países da América do Sul). Na suposta globalização das comunicações e dos saberes, a realidade apresenta frequentemente uma situação contrária, com uma forte compartimentação linguística das referências. Porém, Braudel, atento leitor dos pesquisadores brasileiros, e Bourdieu, perseverante editor de trabalhos dedicados ao Brasil na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, indicam o caminho que se pode e deve seguir.

O senhor afirma que nosso tempo não é mais o tempo das missões, como aquelas que marcaram os anos iniciais da Universidade de São Paulo, e que deveríamos, alternativamente, caminhar no sentido de um ecumenismo científico nas trocas transnacionais. Como vê essa transição se processando nas práticas de pesquisa de brasileiros e franceses? Considera que estão dadas as condições para a instauração desse ecumenismo?

Havia utilizado a palavra “ecumenismo” pensando numa crítica aguda e talvez um pouco injusta de Fernando Novais contra as missões francesas: “A palavra *missão*, que era oficial, é muito significativa. A primeira missão francesa que chegou ao Brasil foi a artística, com dom João VI. A segunda, na Primeira República, tinha como objetivo instruir os oficiais do Exército. A terceira foi a dos docentes que vieram auxiliar na estruturação da USP e da Faculdade de Filosofia. A palavra *missão*, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação” (Novais, 1994, p. 161). Mas a palavra “ecumenismo” não é adequada para designar práticas científicas que entrecruzam tradições científicas sem as dissolver num modelo único de inteligibilidade. As trocas de conhecimentos, as confrontações dos métodos, as comparações dos resultados definem trocas mais iguais e compreensões recíprocas. Essas trocas podem estabelecer-se entre duas identidades nacionais (por exemplo, França e Brasil), mas hoje são necessariamente localizadas nas redes do mundo cada dia mais globalizado.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Maria; CANÊDO, Letícia; GARCIA, Afrânio & BITTENCOURT, Agueda B. (orgs.). (2004), *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas, Unicamp.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145: 3-8.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger & DARNTON, Robert. (1985), “Dialogue à propos de l’histoire culturelle”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 59: 86-93.
- BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. (2011), *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- BRAUDEL, Fernand. (1965a), “História e ciências sociais: a longa duração”. *Revista de História*, 30 (62): 261-294.
- BRAUDEL, Fernand. (1965b), “História e Sociologia”. *Revista de História*, 30 (61): 11-31.
- CATANI, Afrânio M.; CATANI, Denice B. & PEREIRA, Gilson R. de M. (2001), “As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro”. *Revista Brasileira de Educação*, 17: 63-85.
- CHARTIER, Roger. (1985), “Formation sociale et économie psychique: la société de cour dans le procès de civilisation”. Prefácio a ELIAS, Norbert. *La société de cour*. Paris, Flammarion, pp. I-LXXVII.
- CHARTIER, Roger. (1989), “Le monde comme représentation”. *Annales E.S.C.*, 44 (6): 1505-1520.
- CHARTIER, Roger. (1991), “Conscience de soi et distance sociale”. Prefácio a ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris, Fayard, pp. 7-29.
- CHARTIER, Roger. (1993), “Double lien et distanciation”. Prefácio a ELIAS, Norbert. *Engagement et distanciation*. Paris, Fayard, pp. I-X.
- CHARTIER, Roger. (2012), “O Dom Quixote de Antônio José da Silva, as marionetes do Bairro Alto e as prisões da Inquisição”. *Sociologia & Antropologia*, 2: 161-181.
- CHARTIER, Roger. (2020a), “Experiências brasileiras. Braudel, De Certeau, Foucault, Bourdieu”. In: *Um mundo sem livros e sem livrarias?* São Paulo, Letraviva.
- CHARTIER, Roger. (2020b), “A ordem dos discursos e a materialidade dos textos”. In: CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de; LACHAT, Marcelo & SILVARES, Lavinia (orgs.). *Hidra vocal: Estudos sobre retórica e poética em homenagem a João Adolfo Hansen*. Cotia, Ateliê, pp. 77-94.
- CHARTIER, Roger. (2020c) *Mobilidade e materialidade dos textos. Traduzir nos séculos XVI e XVII*. Chapecó, Argos; Salvador, EDUFBA.
- CHARTIER, Roger & DELUERMOZ. (2010), “Pour un usage libre et respectueux de Norbet Elias”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, 106: 37-52. <https://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2010-2-page-37.htm>.

- CONSOLIM, Marcia. (2024), “Universidade de São Paulo: epicentro de uma controvérsia transnacional”. *Tempo Social*, vol. 36, n. 1.
- HAMBURGUER, Amélia; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel & PETITJEAN, Patrick (orgs.). (1996), *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp; Fapesp.
- L’ESTOÏLE, Benoit de; NEIBURG, Ferderico & SIGAUD, Lygia. (2002), “Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa”. In: L’ESTOÏLE, Benoit de; NEIBURG, Ferderico & SIGAUD, Lygia (orgs.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, pp. 9-37.
- LIMA, Luís Corrêa. (2009), *Fernand Braudel e o Brasil: Vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo, Edusp.
- MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (2013), “Pierre Bourdieu, dez anos depois”. *Educar em Revista*, 47, jan./mar.
- MERKEL, Ian. (2024), *Termos de troca. Intelectuais brasileiros e as Ciências Sociais francesas*. São Paulo, Edusp.
- NOVAIS, Fernando (1994), “Braudel e a ‘missão francesa’”. *Estudos Avançados*, 8 (22): 161-66.
- OSÉS, Mariana. (2023a), “Lembrar e esquecer em história intelectual: o Brasil e as ciências sociais francesas no século XX”. *Revista de História*, 182; 1-9.
- OSÉS, Mariana. (2023b), “Resenha de Ian Merkel, *Terms of Exchange. Brazilian Intellectuals and the French Social Sciences*”. *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 43: 243-251.
- RODRIGUES, Lidiane S. (2017), “Um departamento municipal no ultramar francês: o cosmopolitismo de José Arthur Giannotti”. *Campos*, 18 (1-2): 61-87.
- SAINT MARTIN, Monique. (2023), “La construction d’un réseau d’échanges en sciences sociales Brésil-France dans les années 1960-1990”. In: GARCIA JR., Afrânio et al. (orgs.). *Bourdieu et les Amériques. Une internationale scientifique: génèse, pratiques et programmes de recherche*. Paris, Éditions de L’Iheal, pp. 169-190.

Texto recebido em 09/04/2024 e aprovado em 10/04/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.rs.2024.223829.

MIGUEL PALMEIRA é professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: miguelsp@usp.br.

MARIANA OSÉS é mestre e doutoranda em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: mariana.loses@gmail.com.



Intercorrências do tempo no Brasil moderno

História econômica do Brasil (1945) e *Sobrados e mucambos* (1936)

Sergio B. F. Tavoraro*

<https://orcid.org/0000-0003-2755-3361>

A princípio, motivos não faltariam para que Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre fossem situados em campos distintos, para não dizer diametralmente opostos, do *pensamento brasileiro*¹. Integrantes de uma geração de intelectuais desde longa data louvada por haver redefinido os termos a partir dos quais a vida social no Brasil passou a ser vislumbrada², é comum chamar-se atenção para as dessemelhanças das trajetórias pessoais e profissionais desses personagens, extensivas às suas inclinações políticas e posicionamentos ideológicos. A tomar por essas análises, apreciações inconfundíveis a respeito da formação nacional teriam se desdobrado em prognósticos não menos contrastantes para o país: afora o fato de exprimirem agendas de reflexão próprias, suas obras de maior impacto teriam se amparado em referenciais epistemológicos e parâmetros teórico-metodológicos díspares, disso resultando abordagens irreconciliáveis a propósito da experiência nacional³. No fim das contas, tamanha a distância

* Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

1. O presente artigo é fruto de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Bolsa Produtividade). Agradeço às/aos pareceristas anônimas/os de *Tempo Social* as valiosas sugestões, as quais busquei incorporar no trabalho.
2. As considerações de Candido (1994) e Cardoso (1993) permanecem exemplares de tal percepção difusa acerca da relevância dessa geração, em especial de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.
3. A esta altura, há uma vasta produção acerca dos itinerários pessoais, intelectuais, profissionais e políticos dos dois intérpretes. A respeito de Caio Prado Jr. vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Secco (2008) e Pericás (2016). Sobre Freyre, atente-se para as obras de Pallares-Burke (2005) e Meucci (2015).

a separá-los que, além de fortuitas e pontuais, as consonâncias entre seus retratos do Brasil careceriam de qualquer relevância nas respectivas faturas dos célebres pensadores.

Transcorridas várias décadas desde suas aparições inaugurais, as famigeradas formulações de Freyre e Prado Jr. continuam a ensejar uma gama profusa de controvérsias, concernentes a um conjunto copioso de questões – dentre as quais as influências dos contextos sociais e intelectuais nas obras que os projetaram, as recepções e legados duradouros de suas lucubrações, as continuidades com relação a abordagens analíticas precedentes, as inovações interpretativas então consumadas, os limites, alcances e as indagações suscitadas por suas ideias etc. A par das especificidades de suas trajetórias e projetos intelectuais, parece-me, no entanto, haver correspondências decisivas entre suas cogitações. Está claro que o *leitmotiv* dos prolíficos percursos de ambos consistiu em inquirir os ingredientes e sínteses primordiais dessa sociedade, assim como examinar as dinâmicas históricas que, com o passar do tempo, redundariam na adesão do país às formas de sociabilidade características da modernidade ocidental. Interessado em explorar as intersecções entre suas ideias, o presente artigo propõe-se empreender uma análise crítica de um aspecto em particular que perpassa as edições *princeps* de *Sobrados e mucambos* (*SeM*) e *História econômica do Brasil* (*HEB*)⁴. Convém reconhecer que, embora tenham sua relevância afeiçoada pela fortuna crítica, trata-se de ensaios com frequência ofuscados pela extraordinária visibilidade que *Casa-grande & senzala* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) alcançaram dentro e fora dos círculos acadêmicos. Os *insights* oferecidos por *CGS* e *FBC* no âmbito do pensamento brasileiro, em especial a perícia com que estabeleceram novas veredas para a compreensão do Brasil, dispensam maiores comentários. Dito isso, cabe salientar que foi somente em projetos subsequentes que Prado Jr. e Freyre deram curso à sua ambiciosa agenda de investigação, contemplando uma problemática que, em pouco tempo, se tornaria central nas ciências sociais aqui praticadas – leia-se, as implicações dos processos históricos e dos intercâmbios societários que, a partir do século XIX, compeliram tal experiência a internalizar padrões de sociabilidade via de regra vinculados à modernidade.

Ao menos nessa dimensão, é razoável aventar que *HEB* e *SeM* constituem trabalhos mais fecundos que seus ilustres precedentes, visto terem intentado perscrutar os caminhos e percalços da modernização brasileira sem perder de vista as propaladas origens *sui generis* do país. Não restam dúvidas quanto ao fato de essas obras expressarem motivações e interesses até certo ponto exclusivos, que levaram seus autores

4. Almejo aqui expandir e complexificar um programa de análise que venho desenvolvendo em Tavolaro (2020; 2021; 2022a; 2022b).

a perseguirem preocupações discordantes. Ademais, também é verdade que, em conformidade com seus distintos embasamentos teórico-conceituais, os ensaios em tela conferiram prioridade a diferentes variáveis explicativas, as quais conduziram as reflexões em direções em muitos aspectos discrepantes. Seja como for, como quero já de partida ressaltar, um traço em comum desde pronto salta aos olhos na leitura concomitante de *Sobrados e História econômica*: em um e outro casos, com insuspeita nitidez, é evidente a propensão para posicionar a sociedade brasileira num patamar secundário no concerto moderno – ou, se assim se preferir, para codificá-la como um cenário tributário de outros itinerários sócio-históricos. A bem dizer, ao invés de residual ou ancilar, tal inclinação partilhada revela-se difusa nos trabalhos, presente em vários momentos das argumentações.

Como pretendo desenvolver a seguir, essa orientação convergente é a expressão epidérmica de outra homologia, mais arraigada e penetrante em seus efeitos interpretativos. De acordo com a primeira conjectura do artigo, não obstante os traços irreduzíveis a cada obra e autor, as imagens do país delineadas em *SEM* e *HEB* assentam-se sobre um mesmo referencial epistemológico do *tempo*, que estreita as possibilidades de inteligência de ambos, tanto a respeito dos ingredientes e processos implicados na formação brasileira, quanto acerca do lugar e das perspectivas dessa sociedade no Ocidente moderno. Em virtude desse referencial, os predicados com frequência identificados por Freyre e Prado Jr. como distintivos de tal formação – acervos culturais, estruturas econômicas, arranjos políticos e arcabouços institucionais específicos, ao lado de fatores naturais e aspectos étnico-raciais invulgares – acabam inevitavelmente percebidos como parcial ou integralmente *dessincronizados* da modernidade e, *ipso facto*, responsabilizados pelos disparates e lapsos do país frente a outros contextos coetâneos. Ainda conforme esta conjectura, tais homologias manifestam-se em ao menos três planos dos trabalhos ora analisados: primeiramente, em suas ideias em torno dos legados históricos e dos componentes físico-ambientais e raciais que teriam participado de nossas gêneses; em segundo lugar, nos diagnósticos acerca dos padrões de sociabilidade cristalizados ao longo de tal formação; por fim, nas cogitações das obras a propósito das alardeadas incongruências do tecido social brasileiro e de suas discrepâncias vis-à-vis sociedades tomadas por protagonistas da modernidade.

Decerto, não são poucas as investigações que apontaram para as intermitências do *tempo* nessas e em outras conhecidas fabulações dos intérpretes. Para citar alguns exemplos, Iumatti (2018, p. 484, p. 417) discerne na fatura de Prado Jr. a respeito da realidade nacional a problematização “do conceito de evolução linear por etapas”, ou ainda, “a ruptura com o tempo linear e a percepção de uma multiplicidade de temporalidades, gerais e específicas”. Conservando uma apreciação “positiva da *modernidade* e de suas formas culturais”, o autor de *A revolução brasileira* teria se

debruçado sobre a “questão do descompasso” do país na quadra moderna, palco de transformações que “*somavam-se* dialeticamente ao passado” (*Idem*, p. 483, pp. 480-481). De sua parte, Lage (2016, p. 219, p. 228) defende que, em acréscimo à acepção “linear e progressiva do tempo”, Caio Prado Jr. adota um tipo de registro que lhe permite tornar recíprocos “o velho e o novo”; a concomitância dessas “duas temporalidades”, uma “cíclica” e outra “progressiva”, seria indicativa da “importância da contradição entre as esferas econômica e política, tanto quanto da miscigenação para o futuro da nacionalidade brasileira”. Por fim, Ricupero (2000, p. 161, p. 180) sustenta que, na visão projetada pelo pensador paulista, “em nossa formação econômico-social o tempo custa particularmente a passar”, sendo um de seus principais aspectos “[a] caracterização do presente como praticamente continuação não modificada do passado”.

No que diz respeito às proposições de Freyre, Bastos (2003, p. 122, p. 95, pp. 83-84) destaca a influência do conceito de “*tempo tribio*”, de Ortega y Gasset, sobre o autor de *SEM*, manifesta no diagnóstico da interpenetração entre “*presente, passado e futuro*” na vida brasileira. A isso se articularia a ideia de que, em vez de abruptas, as alterações ocorridas em nossa história constituiriam “um processo que se estende ao longo do tempo, que não ocorre de forma linear, mas tem a conformação de um labirinto”, com “*vaivéns* sinuosos”. De modo análogo, Nicolazzi (2008, p. 263) sustenta que, em *CGS*, “Gilberto desenvolve uma concepção particular de tempo tripartite, segundo a qual, para além de qualquer ruptura, o que fica evidente é a ligação íntima entre passado, presente e futuro”⁵. Já se referindo prioritariamente aos trabalhos elaborados a partir da década de 1950, Motta (2013, p. 215) assevera que “em sua maneira de encarar a civilização brasileira, [Freyre] afasta-se da exaltação da *modernidade*, caracterizada pela racionalidade e pela produtividade” sintetizadas “na *hora inglesa*”. De modo alternativo, o autor preferiria agarrar-se “à *tradição*, ou àquilo que interpreta como *tradição* e que configura na noção do ‘tempo ibérico’, que é um ingrediente básico do Lusotropicalismo”. Enfim, Villas Bôas (2003, p. 123) advoga que, movido pela ambição de compreender as especificidades do itinerário nacional, o intelectual pernambucano abdicou da suposição “de um tempo universal”. Tal desígnio o teria levado “a fundamentar sua obra em uma concepção de duração, permanência de valores e maneira de ser” e a reivindicar a existência de um “tempo primordial” – aquele da “experiência humana de casa-grande” –, de

5. A esse enquadramento, Nicolazzi (2008, p. 268) confere a designação de “tempo homogêneo”, o qual, em seu entendimento, “oculta as rupturas entre passado e presente”. Em sua avaliação, na escrita de *CGS*, “é como se tudo aquilo que fizesse parte do campo de experiência se embaralhasse sem uma ordem de tempo definida de forma linear e progressiva” (*Idem*, p. 298). Agradeço ao parecer anônimo por apresentar-me essa referência.

onde fluiriam “valores e formas de convivência” renovados “nas mais diversas fases históricas” dessa sociedade.

De diferentes maneiras, sobressai-se nessa fortuna o entendimento de que Prado Jr. e Freyre lançaram desafios contundentes às pretensões universalistas de uma dada autorrepresentação dominante da experiência moderna. Nesse caso, o anseio de apreender uma realidade inconfundível – a vida social brasileira – os teria incentivado a problematizar e, em última instância ou ao menos em vários momentos, a transgredir critérios, categorias e parâmetros analíticos vigentes – dentre os quais os sentidos do *tempo* subjacentes a tal imaginário da modernidade. Em resposta a essa influente interpretação, eis a segunda conjectura do artigo: longe de colidirem com os supostos desse referencial hegemônico, os diagnósticos traçados em *História econômica* e *Sobrados* mantêm-se presos aos horizontes de compreensão e experimentação da realidade que Aleida Assman (2020) designa de “regime temporal moderno”. É através das lentes desse enquadramento estrito, em cujo cerne prima a concepção de um *tempo* uniforme e calculável, prospectivo e em constante movimento (Anderson, 1991; Assman, 2020; Giddens, 1991; Gumbrecht, 2015; Koselleck, 2006; Zerubavel, 1982), que as obras aqui interpeladas se remetem às presumidas idiosincrasias do país – de acordo com ambos os pensadores, uma sociedade que, não bastasse ter tardado a ingressar na cena moderna, se manteve emoldurada por visões de mundo e formas societárias erigidas no passado. Disso se segue o retrato de uma *estrutura temporal* compósita, intrincada e irregular, apenas em parte aderente aos códigos da modernidade: configurada por padrões de sociabilidade procedentes de uma pluralidade de épocas e lugares, tratar-se-ia de uma vida social fraturada por *anacronismos* de toda espécie, fruto da convivência de imagens heterogêneas do mundo, de referências cognitivas, estéticas e ético-morais díspares e de modelos institucionais conflitantes. Ao fim e ao cabo, apesar de suas eventuais intenções críticas, e malgrado as diferentes ênfases teórico-explicativas e as distintas repercussões político-ideológicas de seus esforços interpretativos, sustento que os ensaios em tela se alicerçam em supostos epistemológicos convergentes, os quais reiteram o diagnóstico desta como uma trajetória sócio-histórica desconcertada e coadjuvante na quadra moderna.

Antes de entabular o exercício, fazem-se necessárias algumas ponderações metodológicas. Em primeiro lugar, a prioridade dispensada a *Sobrados e mucambos* e *História econômica do Brasil* advém da percepção de se tratar de trabalhos que, conquanto sobejamente examinados, lidaram com questões que continuam a mobilizar as ciências sociais contemporâneas. A meu ver, retornar a essas faturas abre-nos a oportunidade não apenas de reavaliar concepções que sensibilizaram diversas gerações de nossos intérpretes, mas também de indagar, a partir de um viés crítico, pressupostos caros à imaginação sociológica (Tavoraro, 2021; 2023). Por outro lado,

a atenção dedicada às versões *princeps* decorre do anseio de refletir sobre seu estatuto presumivelmente inovador na cena intelectual das décadas de 1930 e 1940, como se sabe, um juízo recorrente em sua fortuna. Nesse caso, extrapola as ambições do artigo cotejá-las com edições posteriores ou com acréscimos e modificações efetuados com o passar dos anos⁶. Por último, saliento que procederei a uma análise interna dos trabalhos, animado pela possibilidade de desvelar afinidades inesperadas e discernir alguns de seus alicerces fundamentais.

Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.: retratos convergentes do Brasil

Conforme apontado pela bibliografia especializada, muitas foram as influências intelectuais das noções de *tempo* que embasaram as formulações desses pensadores: quanto a Freyre, além de Ortega y Gasset, haveria que se levar em conta a presença de Marcel Proust e Henri Bergson em sua “sociologia genética”, sem esquecer Franklin Giddings nem, já na década de 1950, George Gurvitch (Villas Bôas, 2003, p. 123; Burke & Pallares-Burke, 2009, p. 271; Bastos, 2003). No que diz respeito a Prado Jr., fala-se da relevância dos debates e ideias com os quais o autor se engajou desde os anos 1930, na nascente Universidade de São Paulo, por onde passaram Fernand Braudel, Pierre Deffontaines, Claude Lévi-Strauss, dentre outros, fascinados pela simultaneidade de distintos “tempos históricos” na cena nacional (Ricupero, 2000, p. 162; Iumatti, 2018, pp. 417-440; Martinez, 2013). Para iniciar a discussão, deixe-me revisitar alguns dos argumentos centrais de trabalhos de sua autoria que precederam *HEB* e *SEM*.

Recorde-se que, no Prefácio à versão inaugural de *Evolução política do Brasil* (1933), Caio Prado Jr. torna explícita sua predileção por “um método relativamente novo”, que o capacitaria a superar as deficiências de seus pares – a “interpretação materialista” da história (Prado Jr., 1994, p. 7). Como bem sabemos, as ressonâncias dessa opção manifestam-se de um extremo ao outro em seus ensaios de fôlego publicados na década seguinte, em que a dimensão econômica da experiência brasileira e suas inúmeras implicações societárias são expressamente declaradas “as mais importantes e fundamentais” (Prado Jr., 1945, p. 135)⁷. A se considerar o Prefácio à edição inaugural de sua mais conhecida obra, muito diversa é a ênfase

6. A título de ilustração, além de não incluir o Prefácio de janeiro de 1945 que abria a versão *princeps*, a edição de 2008 de *História econômica do Brasil*, também publicada pela editora Brasiliense, traz o capítulo intitulado “A crise em marcha”, bem como um “*Postscriptum*” de 1976 (Prado Jr., 2008). No que se refere a *Sobrados e mucambos*, recorde-se que, a partir da 2ª edição, a obra passou a contar com cinco capítulos inéditos (Freyre, 1996).

7. A propósito das referências marxistas de Caio Prado, vale também conferir Pericás (2016, pp. 49-79).

analítica de Gilberto Freyre. A despeito de saudar o “materialismo histórico” em razão da “influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades”, são outras as referências epistemológicas e teóricas de *Casa-grande & senzala* – em especial os ensinamentos antropológicos de Franz Boas, que o teriam ajudado a perceber “a diferença entre raça e cultura” e, ato contínuo, a compreender a “diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família” (Freyre, 1933, p. XII)⁸. As repercussões desse enquadramento são, à sua vez, igualmente patentes na obra de 1936, agora com enfoque em processos históricos e transformações sociais que se teriam conjugado para solapar a estrutura patriarcal brasileira.

Por sonoros que sejam, tais contrastes não diluem as simetrias entre tais empreendimentos interpretativos, seja no tocante aos diagnósticos do Brasil avançados pelos autores, seja em relação às imagens da modernidade inscritas em suas prestigiadas obras. Desde pronto, urge ressaltar o zelo de ambos com padrões societários que, apesar de cristalizados em tempos remotos, teriam encontrado meios para se perpetuarem e moldarem o presente do país. Ao invés de relíquias de um passado longínquo, as “casas-grandes” mostravam-se a Freyre “até hoje” o cenário mais ilustrativo de nossa identidade – e, mais que isso, expressivas da perenidade dessa experiência (Freyre, 1933, pp. xxx-xxxI). Sendo, para ele, “a história social” desse ambiente nada menos que “a história íntima de quase todo o brasileiro”, sua inquirição representaria um “outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’” (Freyre, 1933, p. xxxi). Também para Caio Prado o “passado colonial” conservava-se vivo entre nós, “em parte modificado, é certo”, mas atuante de maneiras que não se poderia enganar (Prado Jr., 1942, p. 7). De modo algum restrita “a tradições e a certos anacronismos berrantes”, tal situação parecia-lhe estender-se tanto à dimensão econômica, quanto ao “terreno social” e ao “estatuto moral” de vários segmentos da população, inclinados “inteiramente para o passado” (*Idem*, p. 7). Em minha avaliação, tais aproximações não constituem coincidências estereis ou casuais. Ao contrário, são indicativas de pressupostos comuns que delimitam as percepções de Prado Jr. e Freyre a respeito das origens da sociedade brasileira e da posição do país na modernidade.

A natureza e as gentes brasileiras: ingredientes antimodernos da formação nacional

Pontuando a obra em diferentes momentos, fatores naturais e variáveis raciais desempenham papel proeminente na economia interna de CGS (Araújo, 1994; Bastos,

8. Para se ter uma percepção da variada formação intelectual de Freyre, veja-se Burke e Pallares-Burke (2009, pp. 35-68).

2006). Freyre refere-se aos “Grandes excessos e grandes deficiências” enfrentados pelo europeu na “nova terra”: “O solo”, com uma ou outra ressalva, quase sempre “rebelde à disciplina agrícola”; os cursos d’água, por seu turno, “inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família”; adicionem-se a isso “viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem” (Freyre, 1933, p. 22). Nada havia, pois, que se equiparasse às vantagens “encontradas pelos ingleses na América do Norte, a começar pela temperatura: substancialmente a mesma que a da Europa Ocidental (média anual 56° F)”, de acordo com Freyre, “a mais favorável ao progresso econômico e à civilização à europeia” (Freyre, 1933, p. 22). Distante do êxito “rápido e sensacional dos ingleses naquela parte da América de clima estimulante, flora equilibrada, fauna antes auxiliar que inimiga do homem” – a seu ver, “condições agrológicas e geológicas favoráveis, onde hoje esplende a formidável civilização dos Estados Unidos” (Freyre, 1933, pp. 23-24) –, abundavam os infortúnios “para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou *adiantada* de economia e sociedade” (*Idem*, p. 23. *Itálico meu*). Tais contingências ajudariam a compreender o tipo de ordenamento social e econômico que o português se viu compelido a estabelecer no Novo Mundo em meio ao esforço “de criação local de riqueza [...] sob a pressão das circunstâncias americanas” – a saber: “a colonização em larga escala dos trópicos” com “a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata” (*Idem*, p. 24).

Aspectos físico-ambientais e espaciais também são ingredientes-chave na interpretação empreendida em *FBC* (Martinez, 2013; Lumatti, 2018). Pela avaliação de Prado Jr., à diferença do que se passava na região “temperada” norte-americana – marcada por uma paisagem natural bastante similar à europeia, palco de “uma sociedade que, embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina” –, a ocupação da “área tropical e subtropical” do Novo Mundo representou uma experiência sem precedentes. Para isso teriam concorrido circunstâncias ambientais desafiadoras, responsáveis por afastar “o colono que vem como simples povoador, da categoria daquele que procura a zona temperada” (Prado Jr., 1942, pp. 19-21). Ora, para o autor, tais peculiaridades naturais viriam a se tornar um incentivo a certas atividades em detrimento de outras, visto oferecerem “aos países da Europa a possibilidade da obtenção” de provisões escassas no velho continente (*Idem*, p. 22). Não por acaso, a colonização nos trópicos acabaria por seguir “um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada”, especializada na extração de “recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial” (Prado Jr., 1942, p. 25).

A tomar pelos ensaios, qualidades insólitas inerentes aos contingentes populacionais que participaram da formação brasileira ajudaram a reforçar tais discrepâncias. *CGS* preconiza que, dadas as incessantes contrariedades impostas pela natureza tropical,

apenas povos biológica e culturalmente especiais conseguiriam corresponder às extraordinárias exigências desse meio: o português, beneficiado por “condições físicas e psíquicas de êxito e resistência”, propenso como nenhum outro europeu a miscigenar-se e a aclimatar-se a novos ambientes (Freyre, 1933, pp. 9-10); o nativo americano, exímio conhecedor da terra virgem e de seus valiosos recursos (Freyre, 1933, pp. 92-93); o negro africano, elevado de um ponto de vista técnico e cultural, mas também dotado de “predisposição como que biológica e psíquica para a vida nos trópicos” (*Idem*, p. 307). Colocados em contato íntimo, os três agentes teriam concorrido para uma convivência racial harmônica e, de um ponto de vista cultural, favorecida pelas contribuições que os “povos atrasados” proporcionaram ao “adiantado” (*Idem*, p. 88. Itálicos meus). À sua maneira, *FBC* demonstra a mesma tendência para racializar os três segmentos da população, estratificados na obra segundo capacidades supostamente díspares (Melo, 2020). Haveria na colônia uma “diferença profunda de raças”, disso resultando um “obstáculo intransponível à aproximação das classes e dos indivíduos” (Prado Jr., 1942, p. 271). Caio Prado classifica os africanos traficados para o país como “povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu *habitat* natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha” (Prado Jr., 1942, p. 270). *Mutatis mutandis*, os nativos também lhe pareciam “raças inferiores” (*Idem*, p. 25), portadores de culturas igualmente ignóbeis em relação à do colonizador (*Idem*, p. 270). Premidos por condições hostis, pouco teriam colaborado para a formação nacional a não ser no empenho econômico de sua “força bruta, material” (*Ibidem*).

De uma forma ou de outra, essas mesmas concepções reapareceriam nos trabalhos aqui priorizados. Preocupado com as alegadas incongruências entre os diversos estratos da população brasileira, mas também com os alardeados descompassos do país frente aos parâmetros societários da Europa, Gilberto Freyre volta a mencionar a existência de “diferenças psíquicas entre as raças, do mesmo modo que entre os sexos” (Freyre, 1936, p. 156). *SEM* faz por bem advertir que os recorrentes “choques de antagonismos na vida social ou cultural do Brasil” deveriam ser buscados antes nas discordâncias “entre as fases ou os momentos de cultura que, encarnados a princípio pelas três raças diversas, hoje o são por populações ou ‘raças’ puramente sociais” – para o que, aliás, teriam também corroborado “diferenças regionais de progresso técnico”, a “maior ou menor facilidade de contatos sociais e intelectuais de grupos e regiões”, tanto quanto as “distâncias sociais” aprofundadas “com o desenvolvimento da economia industrial” (Freyre, 1936, pp. 373-374). Seja como for, em última análise, consubstancia-se a ideia de um cenário social que, além de internamente refratado, apresentava divergências inequívocas com o padrão de sociabilidade moderno: Freyre chama atenção para as resistências que práticas culturais e “tradições religiosas” trazidas pelos africanos impuseram às coerções niveladoras da Europa, mantendo-se

ativas em instâncias variadas da vida social (Freyre, 1936, p. 363). Ressalta, ademais, as tribulações ditadas pelo meio tropical, também elas responsabilizadas por refrear nossa adesão à norma moderna, preservando ao máximo aqui contornos e tonalidades “antieuropeias” (Freyre, 1936, p. 259).

Se bem que mobilizadas à luz de um espectro distinto de questões, trata-se de variáveis igualmente importantes na arquitetura interpretativa de *HEB*. A julgar pelos retratos ali esboçados, a própria integração nacional viu-se desde pronto perturbada pelos reveses de um meio peculiar, “de relevo acidentado, de coberturas florestais, nos pontos estratégicos, de difícil penetração [...]” (Prado Jr., 1945, p. 117). Aspectos físico-ambientais teriam contribuído também para prefigurar os destinos econômicos do Brasil. Em alguns casos, as “esplêndidas possibilidades naturais” do vasto território – segundo o autor, “tanto em clima como em solos favoráveis” – incentivaram a expansão agrícola, realce feito à produção cafeeira, em determinado momento beneficiada pelas “grandes reservas de terras virgens e inexploradas com solos magníficos, [...] temperaturas amenas, pluviosidade bem distribuída” (Prado Jr., 1945, pp. 170-171). Por outro lado, apesar de referto de minérios, faltaria ao país o “carvão de pedra”, insumo indispensável à industrialização, não por acaso longamente incipiente entre nós, muito aquém dos padrões alcançados nas sociedades capitalistas centrais (Prado Jr., 1945, p. 268-269). Vale dizer: as formulações de Caio Prado aludem ainda ao papel condicionante do meio natural sobre a fisionomia assumida pela população. A partir do século XIX, medidas mais sistemáticas foram tomadas com o fito de promover a migração europeia, portadora de ambições e valores que lhe pareciam estranhos aos “escravos” e “libertos” – a seu ver, “ainda muito próximos do regime servil e de suas *origens semibárbaras*” (*Idem*, p. 262. Itálicos meus). Davam-se ali, segundo o intérprete, passos importantes para a superação dos “*primitivos* quadros econômicos e sociais do país” e, dessa forma, para regular “seu desenvolvimento” (*Ibidem*, Itálico meu). Ocorre que, de acordo com Caio Prado, as regiões do norte ficaram à margem dessa política, não apenas em razão de “suas condições econômicas” precárias, mas também em decorrência de “seu clima acentuadamente tropical”, fatores adversos a “esta nova corrente de colonos” (*Idem*, p. 169). Problemas de adaptação, aliás, teriam inibido o influxo de imigrantes da Europa setentrional, antes prevalecendo “o italiano, tanto pela questão de clima, como de afinidade maior com as condições do Brasil” (*Idem*, p. 199).

A pertinácia da tradição nos padrões societários brasileiros

É lícito afirmar que o interesse continuado por Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre vincula-se, dentre outras razões, à convicção disseminada de que seus trabalhos

abriram trilhas auspiciosas à compreensão de padrões comportamentais, modelos institucionais e códigos de sociabilidade desde longa data operantes no tecido social brasileiro. Como tenho ressaltado, admitidas as distintas referências teóricas e metodológicas das obras, são notáveis as consonâncias entre os retratos da modernização brasileira delineados pelos autores (Tavoraro, 2022b). De maneira geral, sobressai-se em suas faturas o entendimento de que as circunstâncias especiais de nossa formação, notadamente diversas dos contextos originários da modernidade, tiveram efeitos perenes na vida nacional. Recorde-se que, para CGS, em vez de obra do esforço individual, de qualquer empresa mercantil ou mesmo de iniciativa estatal, teria sido a instituição familiar o principal agente da colonização portuguesa na América. (Freyre, 1933, p. 27). Como sabemos, Freyre não se referia a um arranjo doméstico qualquer, mas à família de tipo patriarcal e poligâmico, que abrigava em seu interior esposas e concubinas, descendentes legítimos e “bastardos”, escravos, agregados e dependentes de toda sorte (*Idem*, p. 32), todos sujeitos a regras de sociabilidade primárias (pessoais) e sob o olhar despótico do *pater familias*. Tamanha preponderância dessa instituição fez valer seu peso num sem número de dimensões: de um ponto de vista político, o aparato estatal viu-se quase sempre sobrestado pelos proprietários rurais que logo contiveram “o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo” (Freyre, 1933, p. 27); quanto aos parâmetros ético-morais prevaletentes, foram desde cedo plasmados pelos códigos intimistas da casa-grande e impactados por influências culturais e religiosas africanas e indígenas; no que diz respeito à organização e à dinâmica material, a grande propriedade exportadora, assente no trabalho escravo, conservou-se por longa data soberana, emperrando o florescimento de outras atividades e setores produtivos. As consequências de todos esses fatores revelar-se-iam duradouras na vida brasileira⁹.

Expressivas do sentimento de *defasagem* em relação aos padrões societários erigidos na Europa moderna, tais proposições convergem com ideias caras à FBC. Decerto, inexitem no ensaio de Prado Jr. as mesmas insinuações otimistas de CGS acerca do convívio entre portugueses, africanos e indígenas. De outro modo, abundam as referências ao “forte preconceito discriminador das raças” e aos obstáculos deste para a coesão “da sociedade colonial”, em sua avaliação, mais assemelhada a um “aglomerado incoerente e desconexo, mal amalgamado e repousando em bases precárias” (Prado Jr., 1942, p. 272, pp. 274-275). Para o autor, essa ordem de fatores

9. Na visão de Nicolazzi (2008, p. 297), “Em *CG&S*, de certo modo, a história que privilegia o ‘espaço de experiência’ convive com um modelo propriamente moderno de escrita da história, onde o futuro e o progresso parecem alargar indefinidamente o ‘horizonte de expectativa’, embora o peso reconhecida-mente recaia sobre o primeiro elemento [...]”. Talvez por isso, a seu ver, seria impróprio afirmar “que Freyre rejeitasse o tempo linear, sucessivo e causal” (*Idem*, p. 298).

deixaria marcas indeléveis nos “padrões morais e materiais” vigentes, desvirtuados pela ubiquidade da escravidão e pela conotação “pejorativa e desabonadora” invariavelmente conferida às atividades laborais (*Idem*, p. 268, p. 277). Dito isso, *FBC* aproxima-se novamente dos retratos elaborados por Freyre ao conferir relevância à “grande propriedade monocultural”. Estaria ali, segundo Prado Jr., “a célula fundamental da economia agrária brasileira”, o alicerce primordial de “toda a estrutura do país, econômica e social” (*Idem*, p. 113, p. 117). Sob o comando de poucos e dedicada prioritariamente a atender demandas externas, essa ordenação produtiva tolheu a diversificação da economia, favoreceu “a concentração extrema da riqueza”, ao tempo em que também retardou a ampliação do mercado doméstico (*Idem*, pp. 118-119). Com efeito, as simetrias entre as obras estendem-se à precedência que *FBC* atribui ao “clã patriarcal” na paisagem colonial, entidade a um só tempo produtiva, política e, em alguma medida, cumpridora de funções religiosas (*Idem*, pp. 284-285). Naquelas condições, tamanho o potencial de mando do “senhor rural” que, para se fazer presente na extensão de seu domínio, o poder público, sempre frágil e remoto, via-se compelido a curvar-se ante sua “autoridade e prestígio” (*Idem*, p. 285).

Note-se que, ao se colocarem o desafio de reconstruir os itinerários da modernização brasileira e de estimar o alcance e a profundidade de suas consequências, *SEM* e *HEB* recorrem a várias dessas imagens. Sem dúvida, Gilberto Freyre faz por bem assinalar que “*o desenvolvimento das cidades e das indústrias*” trouxe consigo alterações fundamentais nos padrões então correntes (Freyre, 1936, p. 14. Itálicos no original). A seu ver, o aprimoramento e a ampliação da estrutura econômica para outras direções, combinados ao fortalecimento do aparato político-administrativo, prepararam o terreno para que um conjunto mais diversificado de personagens reclamasse espaço na cena social (o mulato, o burguês, o negociante, o jovem, a mulher, o operário, o funcionário público, o advogado, o médico, o bispo etc.). Na medida em que as instituições e poderes públicos logravam coibir “*os abusos do particular e da casa*” (*Idem*, p. 18. Itálicos no original), padrões comportamentais, valores e códigos de sociabilidade tradicionais viam-se confrontados por uma nova modalidade de referências, doravante mais afinadas aos códigos societários da modernidade. Clivagens e desavenças de variada espécie, outrora irrisórias ou de todo ausentes, não tardariam a irromper – conflitos que envolviam “*os senhores dos sobrados e os negros libertos, ou fugidos, dos mucambos*”, entre estratos abastados e gentes destituídas (*Idem*, pp. 14-16. Itálicos no original). Isso posto, *SEM* reitera que todas essas mudanças ganharam uma azáfama própria e um teor particular no Brasil. Ao lado das dificuldades ditadas pelas circunstâncias tropicais, haveriam também que se contabilizar as resistências oferecidas pelas heranças “antieuropeias” procedentes da África, da Ásia e do mundo islâmico, sedimentadas ao cabo dos trezentos anos de

afastamento em relação ao mundo europeu de além-Pirineus (*Idem*, pp. 257-258). Tão numerosos e profundos os traços distintivos dessa experiência, que os modelos institucionais, valores, referências ético-morais, padrões estéticos, visões de mundo, etc., importados dos contextos modelares da modernidade, assumiriam aqui matizes especiais. No fim das contas, as transformações experimentadas pelo país durante o século XIX ver-se-iam suavizadas, forçosamente abrandadas sob o imenso peso do passado – o que se poderia constatar pelo prestígio continuado da “nobreza rural”, pela ascendência do ambiente doméstico na “formação social do brasileiro de cidade”, pela persistente submissão da mulher ao “páter-famílias burguês”, tanto quanto pela tenacidade das superstições cotidianas e pelas práticas de higiene e hábitos alimentares das diversas classes sociais, todos ainda condicionados pela tradição (*Idem*, p. 21, p. 36, p. 62, p. 162, pp. 246-248).

É com semelhante contumácia que *HEB* refere-se à perseverança de técnicas produtivas datadas na estrutura econômica brasileira. Para isso, certamente teria contribuído “o sistema geral da colonização, fundada no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano”; mas também a “natureza do colono português”, ao que se somava o “regime político e administrativo que a metrópole impôs à sua colônia”, relegando-a à inépcia “de burocratas incapazes e pouco escrupulosos” (Prado Jr., 1945, pp. 98-99). Dito isso, o problema parecia a Caio Prado Jr. possuir raízes ainda mais longínquas, que remontavam ao “anacronismo” de Portugal no novo “equilíbrio mundial de forças” inaugurado na era industrial (*Idem*, p. 131). Aferrados ao capitalismo de tipo comercial e encerrados “hermeticamente dentro de um conservadorismo colonial obsoleto”, os impérios ibéricos teriam travado “a marcha dos acontecimentos” ao obstar o livre desenvolvimento das possessões latino-americanas (*Idem*, pp. 132-133). No caso brasileiro, isso envolveu as “mais drásticas e severas medidas restritivas”, que excluía da colônia a possibilidade de abastecer-se “com produção própria” (*Idem*, pp. 133-134). Conquistada a independência política, tais deficiências originárias continuaram a se fazer presentes: além da permanência de “modestos padrões” desde muito estabelecidos, havia a instabilidade financeira crônica (reforçada pela hiperexposição ao fluxo econômico internacional) e o desenvolvimento industrial diminuto (*Idem*, p. 143). A essas condições desvantajosas adicionava-se a resiliência de práticas agrícolas e métodos de criação ultrapassados, ainda correntes “em princípios do séc. XIX”, tudo isso combinado a “processos que datavam do início da colonização” – segundo a obra, procedimentos “bárbaros, destrutivos, [...] que começavam já pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores” (*Idem*, pp. 95-96). De acordo com o intérprete, o mesmo sucedia com as “indústrias complementares da agricultura”, equipadas com “aparelhos antiquados, de baixo rendimento, apesar dos progressos técnicos [...] que já tinham sido adotados

havia muito em outros lugares” (*Idem*, pp. 97-98). Enfim, conquanto o país tivesse alcançado algum “progresso” nos estertores dos oitocentos, a maior parte de seus avanços conservou-se “dentro dos quadros *tradicionais* da economia”, baseada “na mesma organização *herdada do passado*: a grande propriedade e exploração fundiária” (*Idem*, p. 236. Itálicos meus).

Uma modernização peculiar: descompassos próprios e decalagens externas

A seu modo, ambos *História econômica* e *Sobrados* são categóricos quanto aos impactos que os processos de modernização tiveram no tecido social brasileiro: segundo Caio Prado Jr., a partir do começo do século XIX, “circunstâncias de caráter internacional” despertaram “forças renovadoras latentes” que atuariam “cada vez mais no sentido de transformarem a antiga colônia numa comunidade nacional e autônoma” (*Idem*, p. 134). Na esteira do desembarque da realeza em terras americanas, estímulos diversos teriam se precipitado sobre a vida local, introduzindo de imediato ideias, costumes e expectativas caros à Europa, mas até aquela oportunidade ignorados pelos colonos (*Idem*, p. 145). Tal a magnitude das modificações incitadas pela “abertura dos portos”, num dado momento se tornou impraticável regressar ao que antes existia (*Idem*, p. 136). Dali em diante, afirma o intérprete, “em todos os setores sente-se o influxo da grande transformação operada pela revogação da política de restrições” (*Idem*, p. 140). Em boa medida, é análoga a apreciação de *Sobrados*: sustenta Freyre que tão logo as novas potências modernas – França e Grã-Bretanha – semearam sua hegemonia em planos variados da vida brasileira, tal impulso jamais se interrompeu. Lá pela metade daquele século, percorrendo o interior do vasto território, um viajante britânico não se reconhecia mais “tão fora da Europa [...] como cinquenta anos antes”. A bem dizer, ocasiões havia em que a ambiência dos lares chegava a suscitar a sensação de se “estar na Inglaterra e em pleno século XIX europeu” (Freyre, 1936, p. 77). A par com a gradual monopolização do poder pelo Estado central e com a crescente diversificação da economia, o que quer que nos houvesse emprestado ares de um certo Oriente foi se desbotando, ou melhor, foi se descolorindo ao toque da nova hegemonia europeia (*Idem*, p. 261). Freyre faz menção às sucessivas intervenções urbanísticas que deram vida aos espaços públicos e esmaeceram o convívio doméstico-familiar; ao incremento da circulação de pessoas e mercadorias viabilizado por meios de transporte mais ágeis; à aderência a novos estilos arquitetônicos, estranhos aos gostos e exigências locais; às alterações nos hábitos alimentares e à preferência por itens estrangeiros (quase sempre em prejuízo de sabores e provisões tradicionais); ao uso de vestimentas e adornos infensos ao clima tropical; à adoção de métodos científicos de profilaxia e medicamentos laboratoriais em substituição

às drogas e práticas de cura convencionais etc. (*Idem*, pp. 54-55, pp. 263-264, p. 291, pp. 294-295, pp. 300-301). Tais processos foram seguidos por toda sorte de conflitos, envolvendo estratos sociais e personagens cujos anseios, visões de mundo e padrões comportamentais pareciam apartar-se e descompassar-se a passos largos: jovens e velhos, homens e mulheres, negros, brancos e mulatos, brasileiros e estrangeiros, aristocratas e burgueses, lideranças rurais, políticos e burocratas, empresários e operários etc.

Nessa mesma toada, há outro importante aspecto realçado nos ensaios: com o acolhimento de inventos e valores modernos, a cena urbana adquiria uma cadência especial, disso resultando um cotidiano mais intenso e acelerado (*Idem*, p. 294, p. 300). Caio Prado sustenta que, a partir de meados do XIX, impulsos econômicos diversos nos compeliram aos “altos e baixos violentos da vida financeira contemporânea” (Prado Jr., 1945, p. 163). Além da apreciável elevação dos níveis de bem-estar de alguns estratos, os balanços positivos do café garantiram sustentação a melhorias técnicas, consumadas com a instalação de “estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, mecanização das indústrias rurais, instalação de algumas primeiras manufaturas etc.”. No curso dessas modificações, à medida que atingíamos graus de prosperidade e conforto então desconhecidos, adquiríamos consciência do real significado do “progresso moderno” (*Idem*, p. 179). A certa altura, já removida do insulamento e da “mediocridade” de outrora, “a antiga colônia” enfim “se moderniza e se esforça por *sincronizar* sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo” (*Idem*, p. 206. *Itálico meu*). Dissolvidos “os quadros conservadores” da era imperial, a inauguração do regime republicano – agora sem o fardo da escravidão – se incumbiria de exacerbar cada uma dessas tendências (*Idem*, p. 221), do que resultaria “um *ritmo de crescimento* sem paralelo em qualquer outro período da história brasileira. (*Idem*, p. 222. *Itálico meu*). No início do século XX, à proporção que “o setor nacional da economia” se robustecia, os centros urbanos experimentavam avanços sensíveis, *pari passu* ao aprimoramento do aparato estatal (*Idem*, p. 300, p. 307).

Seja como for, a despeito de convictas quanto às reverberações de tais mudanças no corpo social, as obras são taxativas a respeito dos contornos especiais de sua aderência no país. Nesse caso, enquanto *SEM* trata de acentuar o artificialismo que muitas vezes acompanhou nossa aquiescência aos padrões ocidentais¹⁰, *HEB* reserva-nos o

10. Acerca do alcance das mudanças sociais contempladas por Freyre em *Sobrados*, Araújo (1994, p. 115) adverte que “Não é que devamos desconfiar da extensão e da profundidade das transformações recém-apresentadas, capazes de estabelecer o predomínio do sobrado, do comércio, da monarquia e até de alguma civilidade burguesa no Brasil do século XIX. Sucede apenas que, pouco a pouco, ao longo de sua argumentação, nosso autor vai chamando atenção para a persistência de determinados componentes da tradição colonial, os quais obviamente relativizam aquelas alterações [...]”.

epíteto de “*réplica*, modesta embora e muito afastada de seus modelos” estadunidense e europeu (Freyre, 1936, p. 298; Prado Jr., 1945, p. 206. *Itálico meu*)¹¹. Nessas como em outras ocasiões, Caio Prado e Gilberto Freyre fazem valer a percepção de que as dissonâncias nacionais vis-à-vis os parâmetros societários da modernidade manifestaram-se em dois níveis distintos, embora articulados da realidade: por um lado, são profusas as menções à simultaneidade de códigos de sociabilidade diversos no seio dessa sociedade, fruto da convivência de imagens do mundo, referências ético-morais e padrões estéticos díspares no tecido social. Lastreados em momentos históricos variados, tais referências e parâmetros heterogêneos encontrariam respaldo em distintas frações e personagens da paisagem social (negros, indígenas e brancos; homens e mulheres; velhos e jovens; agricultores, burgueses, profissionais liberais e burocratas; brasileiros e imigrantes, escravos e trabalhadores livres; etc.), atuando em instâncias e âmbitos igualmente diversos (domínios público e privado; família e Estado; capela e Igreja; latifúndio e pequena propriedade; agricultura, comércio e indústria; casa e escola; etc.), espalhados pelas inúmeras localidades e regiões do território (campo e cidade; vilarejos e centros urbanos; Norte/Nordeste e Sul/Sudeste; sertão e litoral; etc.).

Nesse particular, é sugestivo que *Sobrados* refira-se aos retardos – no dizer de Freyre, “atrasos” – de meio século, quando não de um século inteiro entre o “Engenho” e a “Praça” (leia-se, entre a vida no campo e o nascente espaço público cidadão), para advertir acerca dos lapsos que, em pleno XIX, distanciavam a paisagem rural (ainda dominada pela esfera doméstico-familiar) da vida urbana (palco dos códigos sociais modernos) – aquela, contida em sua rotina e hábitos rudimentares; esta, suscetível aos influxos, novidades e agitações do mundo europeu. Além das manias vernaculares identificáveis num e noutra contextos, persistiriam discrepâncias entre maneiras de viver e se deslocar, avultadas por “ridículos de moral e de etiqueta”, em alguns casos separadas por cem, duzentos, ou até trezentos anos (Freyre, 1936, p. 57). Contabilizadas suas oscilações regionais e intrassociais, segundo o intérprete, tais decalagens concorriam para nos revestir de uma pluralidade curiosa de comportamentos, hábitos “e estágios de cultura” (*Ibidem*). De sua parte, mais preocupado com os desafios que, àquela mesma época, estorvavam a inserção do Brasil na ordem industrial, *História econômica* alude às propaladas disparidades morais e cognitivas de nossa força de trabalho, impeditivas ao aprimoramento da produção – tal qual verificado na metade do XIX, quando cativos e imigrantes recém-chegados da Europa dividiam espaço

11. Para Coutinho (2011, p. 215), “Mesmo quando reconhece a ocorrência de fatos novos, o historiador paulista tende a tratá-los como ‘aparências’ que não alteram a ‘essência’ [...], isto é, como manifestações que, longe de implicarem a superação do passado, contribuem para acentuar seus traços mais perversos”.

nas plantações cafeeiras, uma “estranha combinação” fadada a malograr (Prado Jr., 1945, pp. 185-186). Tais disparates acrescentavam-se a toda sorte de fragilidades institucionais e financeiras, agravadas por desequilíbrios regionais que inibiam o acesso da produção nacional aos mercados estrangeiros (*Idem*, p. 206, pp. 230-280).

Em suma, seriam por demais pronunciados os hiatos a nos separar dos contextos pioneiros da modernidade, evidenciados numa ampla variedade de instâncias: de um ponto de vista político, não obstante as melhorias efetuadas desde 1808, o aparato estatal brasileiro permanecera assolado em hábitos administrativos ineficientes e recursos técnicos e pessoais arcaicos, refém de arranjos e códigos de poder típicos de um mundo tradicional (Freyre, 1936, pp. 112-113; Prado Jr., pp. 145-146, p. 197). No tocante ao ordenamento econômico do país, mal conseguíamos aperfeiçoar a agricultura por meio de métodos de produção mais eficazes, quanto menos nos capacitar às exigências tecnológicas, financeiras e laborais da era industrial (Prado Jr., 1945, pp. 241-242, p. 269, p. 274, pp. 281-293). Algo análogo se passaria com os arcabouços ético-morais e cognitivos que permeavam distintos segmentos do corpo social, no mais das vezes destoantes dos modelos comportamentais, visões de mundo e paradigmas jurídico-legais a que aspiravam nossas elites: não bastassem as incontáveis adversidades ditadas pela natureza tropical, a tenacidade dos códigos característicos da grande propriedade rural (Freyre, 1936, p. 23) e a persistência de tradições avessas à dinâmica moderna (*Idem*, p. 364) atestavam a *Sobrados* que os padrões societários inaugurados pela Europa jamais conseguiriam impor-se integralmente no país. Sopesados todos esses lapsos, parecia a *HEB* que a consolidação de uma “comunidade nacional e autônoma” entre nós permanecia inconclusa, “*evoluindo com intermitências* e através de uma sucessão de arrancos bruscos, paradas e mesmo recuos” (Prado Jr., 1945, p. 134. Itálicos meus) – ou, se assim se preferir, repleta de “tropeços”, com “momentâneos retornos ao passado”, ao qual se apegavam “forças poderosas” inclinadas “a manter o país em sua *primitiva situação*” (*Idem*, p. 302. Itálicos meus).

A vida social brasileira e o “regime temporal moderno”

É importante frisar que, a despeito das conhecidas particularidades dos programas intelectuais de Prado Jr. e Freyre, *História econômica* e *Sobrados* compartilham entre si e com tantas obras caras à tradição sociológica a ideia de que o Atlântico Norte – a bem dizer, uma região estrita da Europa, estendida a algumas de suas ex-colônias americanas – constituiu o polo difusor das formas de sociabilidade forjadas na modernidade. Aspectos discernidos nesses contextos – leia-se, os atributos psíquico-emocionais e padrões comportamentais imputados a seus povos, os predicados de

seu meio natural, os legados culturais e transformações históricas vivenciadas por tais sociedades, bem como os arranjos institucionais, as referências cognitivas, os preceitos ético-morais e os juízos estéticos que lhe seriam próprios – oferecem a ambas as obras os crivos através dos quais a realidade brasileira é descrita e apreciada. Nesse caso, a propalada circunspeção das gentes europeias, a sobriedade e o despojamento ensejados pela natureza temperada, a solidez, o senso de justiça e a publicidade das instituições ali erguidas, a racionalidade de seus códigos normativos e imagens do mundo, a complexidade e pluralismo de sua vida social, bem como a sofisticação de suas forças produtivas, são assumidos como parâmetros a partir dos quais ambos os intérpretes aferem nossas qualidades pretensamente mais distintas – dentre elas a opulência e a feracidade do meio tropical, as incongruências de seus segmentos populacionais e a precariedade de sua vida material, o provincianismo e tradicionalismo das ideias e preceitos ético-morais predominantes no país, a simplicidade (indiferenciação) do tecido social brasileiro, tanto quanto a habitual iniquidade de suas instituições. Com poucas exceções, essas imagens contribuem para ratificar a condição *retardatária* e *coadjuvante* do Brasil na cena mundial, em contraste com o *pioneirismo* e *vanguardismo* facultados a um conjunto restrito de trajetórias societárias do Atlântico setentrional (Tavolaro, 2021; 2022b; 2023).

A meu ver, ao invés de fortuitas, as simetrias entre esses diagnósticos denotam uma convergência mais profunda, a saber, certa concepção da *temporalidade moderna* que baliza os horizontes de percepção das interpretações aqui examinadas. Não restam dúvidas de que, conforme amplamente enfatizado pela literatura, as formulações de Freyre e Prado Jr. aludem à existência de uma *configuração temporal* no Brasil diversa daquela entrevista nos chamados contextos precursores da modernidade ocidental – vide a recorrente alegação da “coexistência de diferentes tempos históricos” nessa sociedade, ou o argumento não menos frequente da “interação de passado, presente e futuro” entre nós (Iumatti, 2018, p. 417; Burke & Pallares-Burke, 2009, p. 272). Ocorre que, em minha avaliação, longe de delinearem um enquadramento epistemológico dissidente em suas tentativas de codificar as alegadas especificidades do país, *SEM* e *HEB* apoiam-se em pressupostos alinhados àquela mesma imaginação hegemônica da experiência moderna. De acordo com esse imaginário, concomitantemente à inauguração de padrões societários sem precedentes, a emergência da modernidade instituiu um “cronótopo” também inédito, ancorado em novas acepções e numa nova arquitetura do *tempo* (Gumbrecht, 2015, p. 14) – um *tempo* “vazio” e calculável, destacado de coordenadas espaciais específicas e em constante movimento em direção ao porvir (Anderson, 1991, p. 24; Giddens, 1991, pp. 25-26). Ainda segundo essa perspectiva, em meio a tais mudanças, o *passado* ver-se-ia crescentemente depreciado e apartado do *presente*, por sua vez convertido em antessala

fugidia de um *futuro* hipervalorizado, suscetível às escolhas e intervenções humanas (Gumbrecht, 2015; Koselleck, 2006; Luhmann, 1976). Respalhada no “princípio de racionalidade”, essa conformação uniformizada e mensurável do *tempo* não tardaria a se estabelecer como referência partilhada por uma gama cada vez mais numerosa de contextos societários (Zerubavel, 1982, p. 20, pp. 2-3).

Pois bem, como quero argumentar, admitidas as singularidades de suas análises, os retratos da cena nacional projetados em *Sobrados e mucambos* e *História econômica do Brasil* residem no interior do que Assman (2020) denomina de *regime temporal moderno*¹²: tratar-se-ia, segundo a autora, de uma “semântica e ordenamento” do *tempo* específicos (*Idem*, pp. 9-10), condensados na esteira de alterações (epistemológicas, culturais, políticas, econômicas, institucionais etc.) que, maturadas primeiramente na Europa, encontraram seu ápice na cultura norte-americana. Nos termos desse *regime*, além de o *passado*, o *presente* e o *futuro* terem se desmembrado e se revestido de novos sentidos, o advento da era moderna redundou na prevalência de “um tempo que flui de maneira contínua, regular e irreversível através de todos os eventos” (*Idem*, pp. 13-14)¹³. Conforme a autora, essa *temporalidade* “abstrata” e “homogênea”, apartada “dos ciclos naturais e da atividade humana”, desvencilhou-se da “organização temporal de todas as outras culturas e épocas históricas”, assumindo ares de objetividade e isenção com relação a valores, significados e preceitos particulares (*Idem*, pp. 9-10; pp. 13-14, p. 31). Seriam cinco seus principais traços: 1) a noção segundo a qual a modernidade consumou uma “ruptura” no tempo, ou ainda, uma “caesura” histórica decisiva (*Idem*, p. 93, pp. 95-96); 2) “a ficção do começo”, por sua vez estreitamente vinculada a expectativas otimistas quanto às venturas do “progresso” (*Idem*, pp. 106-107); 3) a “destruição criativa” como método de aniquilação do que antes existia e de construção do devir por meio do “planejamento ativo” (*Idem*, pp. 116-126); 4) “a invenção do histórico” e a representação do *passado* como dimensão irregressível da experiência (*Idem*, pp. 129-131); por fim, 5) a intensificação do ritmo da vida e a incidência generalizada de “diferentes tipos de aceleração” – “do transporte, das tecnologias de comunicação, da transformação sociocultural, e da experiência subjetiva” (*Idem*, p. 136). No fim das contas, as dessemelhanças desse *regime do tempo* ante os ordenamentos *temporais* de sociedades pré-modernas seriam ineludíveis: se, nessas últimas, “O passado era compreendido como o lugar de onde

12. Importa salientar que, para Assman (2020, pp. 8-9), “Todos os regimes do tempo fornecem uma base para valores tácitos, interpretações da história e atividades significativas”, ou seja, “um complexo de pressupostos culturais, valores e decisões profundamente ancorado, que guia desejos, ações, emoções e apreciações humanas, sem que os indivíduos necessariamente tenham ciência desses alicerces”.

13. Donde o argumento de que o cronótopo moderno opera à maneira de “um mecanismo que produz ambos o novo e o velho” (Assman, 2020, p. 13).

tanto o presente quanto o futuro tomavam sua direção e estabilidade” (Assman, 2020, pp. 10-11), a modernidade fez do *futuro* o ponto de referência basilar da vida social. Daí por diante, em vez de infortúnios a serem evitados ou contornados, “transição e mudança” passam a ser positivamente estimadas, enquanto “a inovação torna-se um imperativo cultural central” (pp. 12-13).

É digno de nota que esse “novo padrão temporal” (Assman, 2020, p. 31) abriu caminho para a contração de diferentes “histórias” e de suas “estruturas narrativas temporais” correspondentes (*Idem*, pp. 37-38) em um único arranjo – a saber, “um sistema unificado da história mundial”, capaz de “registrar todos os eventos” num mesmo quadro geral (*Idem*, p. 31). Observe-se, contudo, que, longe de dispô-las em pé de igualdade ou de posicioná-las em patamares equivalentes, essa “história unificada” teve o efeito de sobrelevar “certas formas de estar-no-mundo e [...] marginalizar e fazer impossíveis outras” modalidades de experiência (*Idem*, p. 32)¹⁴. Ora, abrigados no interior desse enquadramento hegemônico, não é de surpreender que *HEB* e *SEM* retratem a sociedade brasileira como uma trajetória inconfundível com a dita *vanguarda* do Ocidente moderno¹⁵. Nesse particular, dois pontos precisam ser recobrados: de um lado, os ensaios dão a entender que, *historicamente*, ingredientes-chave da formação nacional – conforme afirmei, os predicados psíquico-emocionais e comportamentais discernidos em suas gentes, somados às variáveis ambientais do território e a fatores socioculturais próprios a essa experiência – mostraram-se adversos, quando não francamente hostis aos requisitos da modernidade. De outro, ambas as obras aludem à coexistência no país de uma pluralidade de padrões de sociabilidade oriundos de contextos e momentos históricos diversos, isto é, à ocorrência concomitante no tecido social de distintos arranjos institucionais, de uma variedade incongruente de valores e preceitos ético-morais, tanto quanto de um conjunto díspar de referências estéticas e cognitivas. Em última instância, tratar-se-ia de uma vida social que, malgrado estruturalmente impactada pela modernização, permaneceu refratária à primazia do *tempo progressivo-linear*.

Em síntese, ao confirmarem o diagnóstico da chegada *tardia* do país na quadra moderna e de suas renitentes *assincronias* (internas e externas) com relação aos principais parâmetros societários da modernidade, *Sobrados* e *História econômica* acabam por reiterar o estatuto modelar do *regime temporal moderno*. Resta ponderar se, não obstante tais convergências epistemológicas, os trabalhos em tela insinuam algum enquadramento alternativo.

14. No entendimento de Koselleck (2006, p. 286), ao cabo dessas mudanças, “a simultaneidade do não simultâneo passa a ser a experiência básica de toda a história [...]”.

15. Assman (2020, p. 8) vincula o “regime temporal moderno” a “uma transformação mais geral na estrutura do desenvolvimento cultural do Ocidente”.

A configuração temporal moderna desde uma visada compósita e relacional

A tomar pelos retratos esboçados em *HEB* e *SEM*, a contiguidade com o *passado* e a persistência de padrões de sociabilidade tradicionais constituiriam evidências inequívocas da condição destoante do país na cena contemporânea. Em lugar de rupturas definitivas capazes de nos impulsionar rumo ao *futuro*, os processos de modernização aqui experimentados teriam se revelado morosos e intermitentes, além de restritos em seu alcance. Disso se seguiria uma *estrutura temporal* intercorrente, coabitada por sentidos díspares do *tempo*. Importa ressaltar uma vez mais que, dedicados a perquirir uma vida social que se lhes mostrava inconfundível com a vanguarda ocidental, ambos os ensaios aderem a parâmetros que, implícita ou explicitamente, incutem acepções *cronológicas* nas propaladas diferenças entre tais contextos (Tavoraro, 2022b). Iterando uma série de binarismos analíticos recorrentes no imaginário acerca da modernidade, reforça-se o sentimento de que o Brasil e os ditos cenários modernos modelares representam itinerários sócio-históricos irreduzíveis – estes, precursores e protagonistas da modernidade; aquele, uma experiência extemporânea, no mais das vezes suscetível a influências adventícias –, apartados entre si por uma ordem variada de *decalagens* (econômicas, institucionais, políticas, culturais, ético-morais, naturais e/ou comportamentais)¹⁶.

Dito isso, ainda assim, entendo que *História econômica* e *Sobrados* imbuem ao menos duas ideias promissoras para uma abordagem alternativa da *configuração temporal da modernidade*. Refiro-me, em primeiro lugar, à noção conforme a qual o Brasil se ergueu a partir de incontáveis intercâmbios societários, conjugando elementos oriundos de um rol variegado de experiências sociais. Tal percepção, difusa ao longo das obras, tem o efeito de descentrar a vida nacional e situá-la em um amplo feixe de *transações* sócio-históricas. Significa dizer que, apesar de aderirem à concepção de se tratar de um itinerário especial, ambos os ensaios resistem a conceber o país de maneira autossustentada, em prol de uma perspectiva *relacional*¹⁷ da formação nacional. O segundo aspecto diz respeito à proposta igualmente auspiciosa de que, conquanto modificado por processos de modernização, o tecido social brasileiro manteve-se atravessado por *temporalidades* diversas, em virtude do que *passado*, *presente* e *futuro* – via de regra afetados pelos movimentos do mundo natural e

16. Concordo com o parecer anônimo que a noção de “modernização seletiva” desenvolvida por Souza (2000) explora uma rota de interlocução profícua nesse debate. Busquei dialogar com essa linha de interpretação em Tavoraro (2011).

17. Inspiro-me aqui nas formulações de Dépelteau (2013), Emirbayer (1997) e Vandenberghe (2018) em torno de uma visada sociológica *transacional/relacional*. Venho refletindo sobre essas questões em Tavoraro (2020; 2021; 2022a; 2022b).

moldados por aspectos culturais – jamais chegaram a se autonomizar por completo, tampouco a se sucederem de maneira peremptória. A fim de explorar tais *insights* e expandir o potencial heurístico dessas ideias, gostaria de articulá-las com algumas formulações recentes da teoria social.

De início, vale considerar as crescentes críticas à tendência daquele mesmo imaginário hegemônico para atribuir o surgimento da era moderna e de suas correspondentes formas de sociabilidade a mudanças (epistemológicas, culturais, econômicas, políticas, institucionais, comportamentais etc.) endógenas a uma dada região da Europa, donde se teriam difundido mundo afora. Em reação a essa orientação eurocêntrica estrita, ganhou corpo uma vasta literatura propensa a apurar a extensa e intrincada rede de *conexões* sócio-históricas, desde longa data envolvidas tanto no aparecimento quanto na estabilização dos padrões societários modernos. Sem perder de vista as profundas assimetrias constitutivas de tais *relações*, o efeito imediato desse reenquadramento interpretativo é o descentramento da experiência europeia (e do Atlântico Norte) em favor de uma concepção alargada das gêneses da modernidade e de suas sucessivas modificações (Chakrabarty, 2000; Conrad, 2016; Mignolo, 2005; Subrahmanyam, 1997). Levada às últimas consequências, tal mudança de perspectiva indica que, em vez de inerentes a percursos sociais específicos, as imagens do mundo, os preceitos ético-morais, os modelos institucionais e as referências cognitivas e estéticas que coabitam a cena moderna irromperam em meio a *enlaces* societários os mais variados.

Se assim for, as inúmeras “semânticas” e os distintos “ordenamentos do *tempo*” discernidos na modernidade podem, também eles, ser codificados desde um ponto de vista *relacional* – isto é, para além da alegada excepcionalidade de determinados contextos do Atlântico setentrional. Disso se seguem ao menos três ponderações: 1) ao invés de peculiar às ditas sociedades modelares, seria preferível afirmar que aquela compreensão “progressiva, calculável e abstrata do *tempo*” resultou de incontáveis transformações (culturais, econômicas, políticas, institucionais, comportamentais etc.) processadas na esteira de vínculos e intercâmbios envolvendo experiências societárias modelares e cenários sociais não modelares (Chakrabarty, 2000; Quijano, 2005); 2) a despeito de seu estatuto hegemônico e de sua enorme capacidade de se impor sobre outros, aquele *regime temporal* específico com frequência vinculado à modernidade (“vazio, homogêneo e linear”) jamais logrou extinguir formas alternativas de se conceber e vivenciar o *tempo*, as quais continuaram a florescer e a organizar a experiência social não apenas em cenários modernos não modelares, como também no seio dos assim chamados contextos modelares (Althusser, 1970; Harootunian, 2007)¹⁸; 3) percebida dessa forma, seria mais exato qualificar a *estrutura temporal*

18. Assman (2020, p. 31) admite que o “padrão temporal” inaugurado na modernidade “não foi nem

moderna como uma configuração compósita, espessa e irregular, na qual convivem, de maneira tensa e conflituosa, uma profusão de *temporalidades* que, embora coetâneas, nem sempre se acham plenamente sincronizadas (Althusser, 1970; Chatterjee, 2008; Hall, 2011; Harootunian, 2007)¹⁹.

Relidas em diálogo com tais ponderações, as proposições confluentes de *Sobrados e mucambos* e *História econômica do Brasil* estimulam-nos a refletir sobre um conjunto de pressupostos difusos no pensamento brasileiro e a complexificar percepções correntes acerca da modernidade. Na melhor das hipóteses, ao invés de tomá-los por sintomáticos da posição peculiar do país na quadra moderna, os ensaios aqui examinados podem ser vistos como obras que nos animam a interperlar de maneira crítica parâmetros epistemológicos caros à própria imaginação sociológica.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. (1970), “The errors of classical economics: outline of a concept of historical time”. In: ALTHUSSER, Louis & BALIBAR, Étienne. *Reading Capital*. Londres, NLB, pp. 91-118
- ANDERSON, Benedict. (1991), *Imagined communities*. Londres, Verso.
- ARAÚJO, R. B. (1994), *Guerra e paz: Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro, Editora 34.
- ASSMAN, Aleida. (2020), *Is time out of joint? On the rise and fall of the modern time regime*. Ítaca e Londres, Cornell University Press.
- BASTOS, Elide. (2006), *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo, Global.
- BASTOS, Elide. (2003), *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru, Edusc.
- BURKE, Peter & PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. (2009), *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo, Ed. Unesp.
- CANDIDO, Antonio. (1994), “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, pp. XXXIX-L.

abrupta nem uniformemente estabelecido de maneira geral, de modo que a coexistência de diferentes formas temporais continua a caracterizar mesmo a nossa própria era”.

19. Em contraposição ao “espaço-tempo homogêneo e vazio da modernidade”, Chatterjee (2008, pp. 62-63) discorre sobre “a presença de um tempo denso e heterogêneo”, prevalente na maior parte “do mundo moderno”. Longe de “meras sobrevivências de um passado pré-moderno”, a seu ver, “estes ‘outros’ tempos” constituem “os novos produtos do encontro com a própria modernidade”.

- CARDOSO, Fernando H. (1993), "Livros que inventaram o Brasil". *Novos Estudos*, 37 (3): 21-35, nov.
- CHAKRABARTY, Dipesh. (2000), *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. Princeton, Princeton University Press.
- CHATTERJEE, Partha. (2008), *La nación em tempo heterogéneo: y otros estudios subalternos*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- CONRAD, Sebastian. (2016), *What is global history?* Princeton, Princeton University Press.
- COUTINHO, Carlos N. (2011), "A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior". In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas*. São Paulo, Expressão Popular, pp. 201-219.
- DÉPELTEAU, François. (2013), "What is the direction of the 'relational turn'?" In: POWELL, Christopher & DÉPELTEAU, François (eds.). *Conceptualizing relational sociology: ontological and theoretical issues*. Nova York, Palgrave Macmillan, pp. 163-185.
- EMIRBAYER, Mustafa. (1997), "Manifesto for a relational sociology". *American Journal of Sociology*, 103 (2): 281-317, September.
- FREYRE, Gilberto. (1996), *Sobrados e mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2*. Rio de Janeiro, Record.
- FREYRE, Gilberto. (1936), *Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcho rural no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- FREYRE, Gilberto. (1933), *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt Ltda.
- GUMBRECHT, Hans. (2015), *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. São Paulo, Ed. Unesp.
- HALL, Stuart. (2011), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- HAROOTUNIAN, Harry. (2007), "Remembering the historical present". *Critical Inquiry*, 33 (3): 471-494, Spring.
- IUMATTI, Paulo T. (2018), "Temporalidades". In: IUMATTI, Paulo T. *História, dialética e diálogo com as ciências: A gênese de Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr. (1933-1942)*. São Paulo, Intermeios, pp. 417-486.
- KOSELLECK, Reinhart. (2006), *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, Ed. PUC-Rio.
- LAGE, Victor. (2016), *Interpretations of Brazil, contemporary (de)formations*. Rio de Janeiro, 2 vols., 624 p., tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- LUHMANN, Niklas. (1976), "The future cannot begin: Temporal structures in modern society". *Social Research*, vol. 43, n. 1, pp. 130-152, Spring.
- MARTINEZ, Paulo H. (2013), "História da colonização e método histórico". In: NOGUEIRA, Antonio G. & GONÇALVES, Adelaide (orgs.). *Caio Prado Jr.: legado de um saber-fazer histórico*. São Paulo, Hucitec, pp. 191-212.
- MELO, Alfredo. (2020), "Raça e modernidade em Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr.". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35 (102): 1-16.

- MEUCCI, Simone. (2015), *Artesania da sociologia no Brasil: Contribuições e interpretações de Gilberto Freyre*. Curitiba, Ed. Appris.
- MIGNOLO, Walter. (2005), *The idea of Latin America*. Oxford, Blackwell.
- MOTTA, Roberto. (2013), “Tempo, desenvolvimento e (in)correção histórica: a propósito da lusotropicologia de Gilberto Freyre”. In MOTTA, Roberto & FERNANDES, Marcionila (orgs.). *Gilberto Freyre: Região, tradição, trópico e outras aproximações*. Rio de Janeiro, Fundação Miguel de Cervantes, pp. 213-242.
- NICOLAZZI, Fernando. (2008). *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande & senzala e a representação do passado*. Porto Alegre, pp. 399, tese de doutoramento em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13823/000651794.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, consultado em 24/01/2024]
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. (2005), *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos*. São Paulo, Ed. Unesp.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. (2016), *Caio Prado Júnior: Uma biografia política*. São Paulo, Boitempo.
- PRADO JR., Caio. (2008), *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- PRADO JR., Caio. (1994), *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo, Brasiliense.
- PRADO JR., Caio. (1945), *História econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense Ltda.
- PRADO JR., Caio. (1942), *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Livraria Martins Editora.
- QUIJANO, Aníbal. (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Clacso, pp. 227-278.
- RICUPERO, Bernardo. (2000), *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, USP; Fapesp; Editora 34.
- SECCO, Lincoln. (2008), *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo, Boitempo.
- SOUZA, Jessé. (2000), *A modernização seletiva: Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2011), “Freyre, DaMatta e o lugar da natureza na ‘singularidade brasileira’”. *Lua Nova*, 83: 217-257.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2020), “Stasis, motion and acceleration: The senses and connotations of time in *Raízes do Brasil* and *Sobrados e mucambos* (1936)”. *Sociologia & Antropologia*, 10 (1): 243-266.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2021), “Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: do sentimento de descompasso à crítica epistemológica”. *Sociedade e Estado*, 36 (3): 1059-1081.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2022a), “Entre substâncias e relações: formação e modernização do Brasil em *Raízes e Sobrados* (1936)”. *Sociologias*, 59: 238-263.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2022b), “A vida social no Brasil e suas dissonâncias temporais: afinidades de Buarque de Holanda, Prado Jr. e Freyre”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 38: 1-27.

- TAVOLARO, Sergio B. F. (2023), “Nos confins do *tempo histórico*: Representações do Brasil na virada para o século XX”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 15 (30): 413-441. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v15i30.15812>.
- VANDENBERGHE, Frédéric. (2018), “The relation as magical operator: Overcoming the divide between relational and processual sociology”. In: DÉPÉLTEAU, François (ed.). *The Palgrave handbook of relational sociology*. Cham, Palgrave MacMillan, pp. 35-57.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (2003), “Casa grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens”. In: KOSMINSKY, Ethel *et al.* (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, Edusc, pp. 115-134.
- ZERUBAVEL, Eviatar. (1982), “The standardization of time: A sociohistorical perspective”. *American Journal of Sociology*, 88 (1): 1-23, July.

Resumo

Intercorrências do tempo no Brasil moderno: História econômica do Brasil (1945) e Sobrados e mucambos (1936)

Atento às concepções do *tempo* que orientam os retratos da vida social brasileira delineados nas versões inaugurais de *História econômica do Brasil* e *Sobrados e mucambos*, o artigo examina duas hipóteses: primeiramente, as imagens do país projetadas nos ensaios assentam-se sobre um mesmo referencial epistemológico que estreita as possibilidades de intelecção de ambos tanto a respeito dos ingredientes e processos implicados na formação brasileira, quanto acerca do lugar e das perspectivas dessa sociedade no Ocidente moderno. Conforme a segunda hipótese, não obstante suas intenções críticas, *HEB* e *SEM* mantêm-se presos aos horizontes de cognição de certo enquadramento hegemônico da modernidade, o qual conduz Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre a ratificarem a posição retardatária e coadjuvante do país *vis-à-vis* os chamados contextos modernos modelares.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Caio Prado Jr.; Pensamento social brasileiro.

Abstract

The interurrences of time in modern Brazil: História Econômica do Brasil (1945) e Sobrados e mucambos (1936)

While concerned with the conceptions of *time* that orient the portraits of the Brazilian social life outlined in the inaugural editions of *História econômica do Brasil* and *Sobrados e mucambos*, the article examines two hypotheses: first and foremost, despite the specificity of their approaches, the essays rest on a common epistemological ground that constrains Gilberto Freyre's and Caio Prado Jr's perceptions about Brazil's societal formation as well as its place and prospects in the modern scene. Secondly, notwithstanding the critical intentions of these authors, both remain entrenched in the cognitive horizons of a hegemonic frame of reference on modernity, which

ultimately leads Prado Jr and Freyre to ratify the longstanding idea of Brazil as a secondary and delayed experience vis-à-vis the so-called advanced modern societies.

Keywords: Gilberto Freyre; Caio Prado Jr; Brazilian social thought.

Texto recebido em 02/08/2023 e aprovado em 17/01/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.214755.

SERGIO B. F. TAVOLARO é professor associado do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Bolsista de Pesquisa do CNPq. E-mail: sergiotavoraro@unb.br.



O Estado e a produção de convenções sociais acerca do mercado de armas de fogo no Brasil

Mateus Tobias Vieira*

<https://orcid.org/0000-0002-6558-8779>

Maria Chaves Jardim*

<https://orcid.org/0000-0001-5715-1430>

Introdução

A indústria brasileira de armas de fogo pequenas e leves¹ figura como uma das maiores do mundo e foi estruturada com o apoio do Estado, através de investimentos que remontam ao período militar (Jardim e Vieira, 2020). Apesar de o Brasil possuir uma indústria de armas pulsante, o acesso dos civis às armas oscila, havendo, em termos normativos, momentos de maior abertura e outros de maior restrição, sempre em diálogo com os diferentes momentos políticos do país.

O principal momento de expansão da indústria armamentista brasileira se deu durante o Regime Militar (1964-1985), com a Doutrina de Segurança Nacional (Decreto-Lei n. 314 de 13/03/1967), norma que pontua o intento de reprimir qualquer perturbação interna (Schwam-Baird, 1997). Foi durante os governos militares que as plantas produtivas das empresas públicas armamentistas foram reorganizadas e unificadas sob uma única empresa, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), criação autorizada pela Lei n. 6.227, de 1975, que pontuava, em seu artigo 2º, inciso

* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, Brasil.

1. A terminologia *small arms and light weapons* (SALW) – em português, armas pequenas e leves – é retirada do documento A/60/88, de junho de 2005, elaborado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o qual define armas pequenas como aquelas que, em aspecto amplo, são destinadas para uso individual, enquanto armas leves são as projetadas para uso por duas ou três pessoas, servindo como equipe técnica, embora possam ser transportadas e utilizadas individualmente.

II, o intento de cooperar com a iniciativa privada: “Promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria de material bélico de interesse do Exército” (Brasil, 1975, *on-line*).

Se, por um lado, a produção de armas de fogo florescia e aumentava ano a ano, estimulada pelos governos militares, por outro, a regulação da aquisição, posse e porte² de armas de fogo por civis era relativamente inexistente. A única norma relacionada ao tema datava do início dos anos de 1940, no caso, o Decreto-Lei n. 3.688/1941, que previa penas entre quinze dias e seis meses para o porte (artigo 19), e penas entre três meses e um ano para o indivíduo que fabricasse, importasse, tivesse em depósito ou vendesse armas (artigo 18); em ambos os casos, as penas poderiam ser substituídas por multa. Em outras palavras, a legislação era bastante branda em relação à posse e ao porte de armas por civis, mesmo que elas estivessem irregulares.

Somente mais de meio século depois, no terceiro ano do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, com a sanção da Lei n. 9.437, de 1997, é que se criou um órgão administrativo de controle de armas – o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), responsável pelo registro desses objetos e cadastramento de seus proprietários (artigo 3º), o que viabilizou um eventual rastreamento daqueles apreendidos em situação de irregularidade.

Importa chamar a atenção para o fato de que, no desenvolvimento da indústria armamentista nacional, houve forte simbiose entre os setores público e privado, com grande estímulo estatal, ao mesmo tempo que inexistia regulação ou órgãos de fiscalização e controle em relação às armas possuídas por civis, de modo que, até o final dos anos de 1990, era impossível rastrear tanto as armas produzidas quanto quem as possuía.

Diante desse contexto, este artigo busca analisar alguns marcos relevantes para o mercado de armas de fogo, com especial atenção para a influência do Estado na fabricação de predisposições sobre o tema, tanto em termos objetivos, através da legislação, quanto em termos subjetivos, em sua atuação simbólica. Partimos, assim, da produção legislativa sobre armas de fogo, identificando pontos de inflexão que alteram o mercado, ora flexibilizando, ora restringindo a posse civil.

Um marco legal fundamental é a Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), norma que data do primeiro ano do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003) e adotou um conjunto de atos em direção a crenças desarmamentistas. Em seguida, selecionamos um contencioso empírico complementar, o primeiro ano do

2. A distinção entre posse e porte pode ser definida da seguinte maneira: a posse permite ao cidadão manter a arma exclusivamente no interior da residência ou no local de trabalho; o porte é a possibilidade de circulação com a arma de fogo.

governo de Jair Messias Bolsonaro (2019), quando foram publicados oito decretos presidenciais sobre a matéria, enfraquecendo o alcance do Estatuto.

Em termos teóricos, nossa fundamentação vem de: Steiner e Trespeuch (2014), que nos possibilitam compreender esse mercado como sendo um mercado contestado; de Bourdieu (2014), em sua discussão sobre Estado; e, por fim, de Mary Douglas (1998), que nos traz o conceito de convenção social, em sua obra *Como as instituições pensam*.

O artigo está dividido da seguinte forma: primeiro, traçamos um panorama da contribuição de Steiner e Trespeuch, Bourdieu, e Douglas; em seguida, buscamos compreender a relação entre produção de armas e possibilidade de aquisição por parte da população civil; adiante, adentramos no contencioso empírico principal – a aprovação do Estatuto do Desarmamento do primeiro Governo Lula; por fim, analisamos o contencioso empírico complementar – o primeiro ano do Governo Bolsonaro e os oito decretos presidenciais por ele editados em 2019.

A importância do Estado para a consolidação do mercado de armas de fogo

Alguns mercados – como é o caso do das armas de fogo – dependem de um contexto social favorável para que possam emergir e se consolidar, configurando-se enquanto mercados contestados, ou seja, aqueles de bens e serviços cuja circulação não se dá do mesmo modo que mercados convencionais, por força de embates sociais, políticos, jurídicos e culturais em torno de sua existência (Steiner e Trespeuch, 2014).

Mercados contestados propõem reunir perspectivas morais e a ideia de mercados, essa junção é negada pelo discurso econômico *mainstream*, que entende a moral econômica sob a óptica da eficiência, de forma que é preciso apresentar por que razão ser menos eficiente pode ser moralmente justificável e vantajoso em um contexto de muitas potencialidades e recursos limitados e escassos (*Idem*). Dito de outro modo, por que limitar um mercado pode trazer benefícios maiores que os trazidos pelo crescimento desse mesmo mercado?

Mercados como os de drogas, jogos de azar, pornografia, prostituição, entre outros, trazem consigo a percepção de que é preciso estabelecer regras que determinem quem pode transacionar com quem e sob quais circunstâncias, de modo a evitar o risco de que a lógica mercadológica se aplique em áreas consideradas problemáticas e potencialmente danosas à privacidade, à integridade ou à saúde das pessoas. A arma de fogo se insere nesse horizonte, uma vez que é capaz de alterar as dinâmicas de poder; de colocar em risco a soberania de territórios e a segurança dos indivíduos; de, potencialmente, fortalecer grupos terroristas ou ligados ao crime organizado; bem como de alterar a capacidade do Estado de manutenção da ordem pública.

Essas contestações ao mercado vão se operacionalizar através de “campos de força” que colocam os defensores e detratores do mercado em lados opostos na disputa pela movimentação da linha imaginária que separa o mercado do não mercado, cada qual em defesa de uma percepção própria de bem comum (*Idem*, p. 15). A vitória de uma perspectiva sobre outra pode fazer com que o mercado seja banido (caso do mercado de órgãos humanos, por exemplo); proibido, porém com potencial de legalização (caso da *cannabis* em vários países); ou efetivo, porém mais controlado que outros mercados (caso do álcool, tabaco e armas).

O nível de proibição de cada mercado vai se operacionalizar através de dispositivos, ou seja:

[...] por dispositivo, quero dizer um conjunto resolutamente heterogêneo de discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, declarações científicas, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: tanto o dito como o não dito, aqui estão os elementos do dispositivo. O dispositivo em si é a rede que é estabelecida entre esses elementos [...].

[...] espécie de desordens de formação que em dado momento teve a principal função de responder a uma emergência. O dispositivo, portanto, tem uma função estratégica dominante... O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder [...] (Foucault, [1977] 1994 – tradução nossa)³.

Esses dispositivos são, eventualmente, capazes de confinar o mercado a arenas de trocas restritas, banindo a circulação legal do bem ou serviço.

É preciso compreender que, na formação desses campos de força no entorno de uma noção de bem comum, o Estado é mais que o espaço de disputa para regulação dos mercados: ele é um difusor de pontos de vista. De acordo com Bourdieu (2014), o Estado gera formas de pensar entre os atores sociais, inclusive na percepção que os agentes têm do próprio Estado. O Estado é uma forma de poder simbólico, pois é o lugar onde se produzem os princípios de uma representação legítima do mundo pois ele próprio é produto de uma crença coletiva, de uma ilusão bem fundada.

3. “Ce que j’essaie de repeter sous ce nom, c’est, premierement un ensemble resolutement heterogene comportant des discours, des institutions, des amenagements architecturaux, des decisions reglementaires, des lois, des mesures administratives, des enonces scientifiques, des propositions philosophiques, morales, philanthropiques, bref: du dit aussi bien que du non-dit, voila les elements du dispositif. Le dispositif lui-meme c’est le reseau qu’on etablir entre ces elements [...].

[...] par dispositif, j’entends une sorte – disons – de formation qui aun moment donne a eu pour fonction majeure de repondre aune urgence. Le dispositif a done une fonction strategique dominante... Le dispositif est toujours inscrit dans um jeu de pouvoir [...].”

O Estado é um espaço comparativamente independente em relação às forças sociais na luta pelo poder: confere a posição de árbitro em conflitos políticos (Bourdieu, 2014). Ele é o metapoder, ou seja, uma instituição que reúne todas as disputas, todos os capitais e todas as formas de poder. Nessa perspectiva, o Estado não precisa dar ordens ou exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado, ao menos “enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a crença da qual falava Hume, a submissão *dóxica* à ordem estabelecida” (*Idem*, p. 119).

As crenças podem ser estabelecidas através da criação de legislação específica. Essa possibilidade foi encontrada empiricamente durante pesquisas sobre casa própria na França, quando foram feitas mudanças legislativas para estimular o mercado imobiliário e influenciar a demanda por casas através da oferta de crédito (Bourdieu, 2004). No caso das armas de fogo, verificamos que o Estado influenciou a percepção desse mercado de modo variável, de acordo com as crenças de cada governo.

O Estado ganha ainda mais relevância quando o objeto de sua atividade legislante se dirige a um mercado contestado, sempre altamente regulado, dado que a produção de normas age, para além dos limites institucionais, também sobre as predisposições dos agentes. Nosso argumento é que, ao aprovar ou revogar uma lei, o Estado está legislando também no sentido de produzir crenças que determinam disposições sobre a questão.

Nesse ponto, importa destacar que, a despeito da previsão legal trazida pelo artigo 3º. da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n.. 4.657 de setembro de 1942) no sentido de que “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece” (Brasil, 1942, *on-line*), o conhecimento geral da norma é uma *factio iuris* e depende de outras instâncias, para além da pura normatização. Nesse sentido, tanto o Governo Lula quanto o Governo Bolsonaro adotaram uma série de sinais simbólicos que não apenas ajudam na fabricação de predisposições desarmamentistas ou armamentistas, mas também divulgam as inovações legais, tanto no sentido de que se saiba da proibição de possuir armas, quanto para que mais pessoas tomem conhecimento das facilidades de acesso a elas.

Pensando questões semelhantes, Mary Douglas (1998) buscou construir uma teoria para explicar os fundamentos sociológicos da cognição humana. A autora procura compreender como ideias e pensamentos são formados a partir de certas convenções sociais, definindo convenção social como um conjunto de regras segundo as quais os membros de um coletivo – no sentido de Durkheim – figuram um mínimo de consenso social sobre determinado tema.

As convenções sociais são instituições que dependem de um autorreforço cotidiano para que sejam naturalizadas. Especificamente em relação às armas de fogo, a

convenção social seria a busca de algum consenso em relação às propostas armamentistas ou desarmamentistas, as quais, em grande medida, são construídas por ações do próprio Estado e seus agentes.

Para que uma convenção se estabeleça, é necessário um longo trabalho simbólico. As convenções sociais não são criadas isoladamente: para que sejam simbolicamente eficazes, é necessário que umas reforcem as outras. Grandes esforços foram realizados para se estabelecer uma convenção social em favor do desarmamento, no início dos anos 2000 – processo que seria desafiado, a partir de 2018, com a campanha eleitoral para a presidência e o posterior governo de Jair Bolsonaro.

Primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e a Lei 10.826/2003

Não havia no Brasil, até 2003, qualquer esforço normativo no sentido de implementar uma política restritiva em relação ao acesso civil às armas de fogo. O Estatuto do Desarmamento foi a primeira norma realmente proibitiva que visava, primeiro, a restringir o acesso às armas; e, segundo, a drenar aquelas já em posse de civis (Jardim e Vieira, 2020).

O Projeto de Lei 292/1999, que daria origem à Lei Ordinária 10.826/2003, teve origem no Senado Federal e foi apresentado pelo então senador Gerson Camata⁴ (PMDB/ES). O projeto permaneceu com pouco andamento entre 1999 e 2002, até o início do Governo Lula (2003), momento em que se vislumbrou a possibilidade de aprovação de uma norma mais restritiva em relação ao mercado de armas de fogo.

A pauta pelo desarmamento no Brasil é bastante anterior à chegada de Lula ao Executivo Federal. Desde os anos de 1990, pesquisadores apontavam que as armas pequenas e leves têm características como tamanho, custo, portabilidade e falta de controle que as colocam como especial ameaça à segurança humana (Laurance, 2014). Um diálogo entre o sociólogo Antônio Bandeira Rangel e o antropólogo Luiz Eduardo Soares, ambos militantes da causa desarmamentista, demonstra como o tema já estava presente na militância daquele período:

Em 1992, o Iser criou o Núcleo de Pesquisa, e eu passei a coordenar um estudo sobre Violência e Criminalidade. Ao levantarmos os dados sobre o Rio, constatamos que o problema maior não eram os menores de rua, como agências europeias de cooperação acreditavam, mas o tráfico de drogas e de armas. Separando um problema do outro, concluímos que era

4. Em dezembro de 2018, Gerson Camata, então senador, foi assassinado a tiros por um ex-assessor. O fato foi diuturnamente utilizado por grupos armamentistas, sob a afirmação de que o Estatuto do Desarmamento foi incapaz de coibir mesmo a morte de seu proponente.

necessário controlar as armas. Assim, em 1993, quando foi criado o Viva Rio, a questão das armas já estava na nossa agenda. Em 1994, o Viva Rio encaminhou para todos os candidatos a presidente da República propostas que salientavam a questão. Iríamos fazer isso também nas eleições de 2002 (Bandeira, 2019, p. 2816).

Uma iniciativa nesse sentido que merece destaque é o projeto “Rio Desarme-se”, que visava a recolher armas entregues voluntariamente por seus proprietários. A devolução voluntária de armas é uma das estratégias adotadas para drenagem das armas dispersas na sociedade, constitui-se como uma alternativa de se compreender a segurança pública em relação ao enfrentamento policial, e, no caso do projeto apontado, foi uma forma de contraposição a uma iniciativa de ocupação das comunidades cariocas – levada a cabo pelo Governo Federal através das Forças Armadas – que ficou conhecida como “Operação Rio” ou “Rio 1”.

As contestações às armas leves se ampliaram, e movimentos legiferantes se iniciaram. Projetos de lei voltados a banir completamente o mercado de armas de fogo passaram a ser discutidos nos parlamentos estaduais e, em maio de 1999, durante o governo de Joaquim Domingos Roriz, no Distrito Federal, foi promulgada a Lei 2.375/1999, que previa, em seu artigo 1º: “Fica proibida a comercialização de armas de fogo no âmbito do Distrito Federal” (Distrito Federal, 1999). Alguns meses depois, em novembro do mesmo ano, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, promulgou a Lei 3.219/1999, que estabelecia: “Fica proibida a comercialização de armas de fogo, peças avulsas, acessórios, munições e afins em todo território do Estado do Rio de Janeiro [...]” (Rio de Janeiro, 1999).

Esse arcabouço legislativo voltado a banir o mercado de armas de fogo em determinados territórios não vicejou. As normas eram inconstitucionais, e assim o foram declaradas, uma vez que a atribuição de legislar acerca do tema de armamentos é exclusiva da União, através do Congresso Nacional (artigo 21, XI, da Constituição Federal). No caso do Distrito Federal, por mandado de segurança impetrado pelas empresas Atlântica Comercial de Tecido LTDA e Casa Kammel Camping Caça e Pesca LTDA, e concedido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal⁵. A lei carioca, por sua vez, foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Partido Social Liberal (PSL) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a validade da norma⁶.

5. Processo n. 0032985-87.1999.8.07.0001; Registro do Acórdão Número: 134779; julgado em 18/12/2000 pela 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, sob relatoria da Desembargadora Adelith Castro de Carvalho Lopes.

6. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 0002903-13.1999.0.01.0000; julgada em 09/09/1999, sob relatoria da ministra Ellen Gracie.

Apesar da inconstitucionalidade das normas estaduais, estavam lançadas as bases para que normas semelhantes fossem propostas em nível federal. Entre outros projetos com o mesmo objetivo, foi protocolado o PL 292/1999, texto inicial que daria origem à Lei 10.826/2003.

Somente com a vitória de Lula e o início de seu governo é que o tema das armas de fogo ganharia fôlego nacionalmente e, com ele, o PL 292/1999. Lula aloca agentes ligados à causa desarmamentista em postos-chaves do Governo Federal, caso do já mencionado antropólogo Luiz Eduardo Soares, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, e do jurista Márcio Thomaz Bastos, no Ministério da Justiça.

Desse modo, os defensores do desarmamento passaram a contar com importante apoio na esfera federal, que se materializou em um primeiro aceno com o Ato Conjunto n.º 1, de 2003, responsável por criar, no Congresso Nacional, uma Comissão Mista Especial envolvendo tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal, com a finalidade de “consolidar os projetos de lei em tramitação em ambas as Casas que tratem da questão do porte de armas” (Brasil, 2003a).

Restringir com sucesso o mercado de armas de fogo dependia da formação de uma disposição social que fosse sólida o bastante para romper a completa desregulamentação havida até então. Essa disposição se organizou através de várias frentes, e o debate alcançou as ruas, tudo isso apoiado por agentes alocados em postos-chaves do Governo Federal. A atuação desses agentes pode ser exemplificada na caminhada “Brasil sem Armas”, organizada pela ONG Viva Rio (1994), que ocorreu em 14 de setembro de 2003, no Rio de Janeiro, na qual, em meio às 40 mil pessoas presentes, estavam Luiz Eduardo Soares, Márcio Thomaz Bastos, Miro Teixeira, Nilmário Miranda e o então Presidente da Câmara, o deputado federal João Paulo Cunha.

“O Congresso vai ter que se dobrar à vontade popular”, disse o secretário nacional de Segurança, Luiz Eduardo Soares, que participou da caminhada ao lado dos ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Miro Teixeira (Comunicações), do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e do secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Além dos representantes do governo federal, foram a Copacabana o secretário de Segurança do Rio, Anthony Garotinho, quatro secretários estaduais e o vice-governador Luiz Paulo Conde (Cimiciéri e Figueredo, 2003).

Momentos de confluência como esse são capazes de alavancar as contestações ao mercado, movimentando a linha entre mercado e não mercado em favor da restrição ou mesmo do banimento. No início dos anos 2000, havia no país uma confluência de forças políticas e sociais capazes de colocar em questão a parca regulação do mer-

cado armamentista, além de trazer para o debate público os principais argumentos contestatórios que foram gestados na década anterior.

Muitas lutas internas foram travadas no Congresso Nacional durante a tramitação do projeto, mas um dado empírico importante é o fato de que um projeto de lei que permaneceu tramitando lentamente por anos foi capaz de passar pelas duas casas legislativas e pela sanção presidencial em apenas seis meses. A celeridade com que foi tratado pelo Congresso Nacional demonstra o grau de prioridade que o Governo Federal concedeu ao tema, ao adotar uma posição clara; e mais: demonstra o início de uma construção simbólica voltada a fabricar e distribuir crenças e, lentamente, naturalizá-las.

Por ocasião da assinatura do Estatuto do Desarmamento, o presidente Lula declarou que não há nada mais urgente do que construir a paz:

“A paz é o ponto de partida e de chegada. É a linha demarcatória de qualquer sociedade” [...] “É preciso dar à paz o seu verdadeiro nome: justiça social” [...]. O presidente citou dados da Organização Mundial da Saúde que mostram que a cada doze minutos morre uma pessoa assassinada no Brasil, o que, ressaltou ele, é um “recorde funesto” (Agência Estado, 2003).

O trecho demonstra a utilização de uma convenção social naturalizada (a perspectiva acerca da violência urbana e do crime organizado), reforçando a criação de outra (o desarmamento proposto pela norma). Conforme sugerido por Douglas (1998), uma convenção tende a reforçar a outra, visando à sua naturalização, o que, no caso das armas de fogo, significa associar os altos níveis de violência no país ao excessivo espraçamento de armas. É interessante notar que, anos mais tarde, essa convenção seria desafiada de maneira visceralmente oposta, ou seja, a violência seria relacionada à falta de armas.

Se, em seu estudo sobre o mercado imobiliário francês, Bourdieu (2004) observou que o Estado estimulava a disposição econômica dos agentes com campanhas publicitárias, no Brasil, o Estado representado na figura do Governo Lula ajudou a criar, por meio de discursos e práticas, disposições sensíveis à visão desarmamentista a partir de uma série de elementos heterogêneos, mas orientados para o mesmo sentido, tais como discursos, normas, atuação de instituições, eventos e campanhas de devolução voluntária.

A adesão popular ao desarmamento

O Estatuto do Desarmamento, através de seus artigos 31 e 32, adotou a estratégia de devolução voluntária como meio de drenar as armas dispersas pelo país. A cam-

panha superou as expectativas iniciais: dados disponibilizados no Guia Prático do Desarmamento (Souza, 2014) – documento publicado pelo Ministério da Justiça – mostram um grande sucesso, sobretudo, nos primeiros anos, sendo que 550 mil armas foram recolhidas entre 2004 e 2010 (o que representa 84% do total recolhido entre 2004 e 2014), havendo uma redução nos anos subsequentes. Esse volume de armas entregues voluntariamente demonstra a eficácia da legislação e da campanha na criação de uma sensibilidade desarmamentista no país.

Por meio de consulta ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, obtivemos dados sobre as devoluções de armas entre 2005 e 2011, nos quais se percebe que os estados com maiores números de armas devolvidas são Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal⁷ – não coincidentemente, estados onde os debates prévios foram mais aquecidos e que foram pioneiros, inclusive, em legislações proibitivas.

A estratégia de operacionalizar um dispositivo de drenagem de armas via devolução voluntária foi herdada das campanhas realizadas no Rio de Janeiro na década de 1990. O sucesso da abordagem em nível nacional demonstra a construção bem-sucedida de uma predisposição desarmamentista capaz de levar os proprietários a se desfazerem de suas armas.

A confluência de forças sociais e políticas viabilizou a emergência de uma norma altamente restritiva em relação ao mercado de armas de fogo para civis. O Estatuto do Desarmamento se apresentou como um dispositivo de contenção ao mercado, reduzindo seu alcance, dando vazão às contestações e movimentando a linha em favor do não mercado; também como um dispositivo que previu dispositivos de drenagem, em um duplo movimento: reduzindo as armas que chegam às mãos de civis e retirando as que nelas já estavam. Nenhum desses movimentos teria sido possível sem que fossem precedidos da fabricação de predisposições desarmamentistas objetivadas na legislação e distribuídas em campanhas com forte eficácia simbólica.

O modo de compreender o mercado de armas no Brasil é indissociável da forma como o Estado se posiciona e o regula. Mercados contestados são mobilizadores de distintos posicionamentos morais com percepções divergentes acerca do bem comum, e a adoção de uma ou outra perspectiva por parte de agentes eficientes do Estado é capaz de promover tanto uma mudança objetiva, através da regulação, quanto subjetiva, nas formas de percepção. Nas palavras de Bourdieu (2014, p. 308), “as instituições existem sempre sob duas formas: na realidade – o registro civil, o cóni-

7. Informação obtida através do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), em questionamento dirigido ao Departamento de Polícia Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Protocolo n. 08850002291202023. Disponível no *link*: <https://www.dropbox.com/s/8lvd3tr94dbq7xfm/Armas%20devolvidas%202005%20-%202011.pdf?dl=0>.

go civil, um formulário burocrático – e nos cérebros. Uma instituição só funciona quando há correspondência entre estruturas objetivas e estruturas subjetivas”.

O Estatuto do Desarmamento e a campanha subsequente demonstram que “O Estado inculca estruturas cognitivas semelhantes ao conjunto dos agentes submetidos à sua jurisdição. O Estado – e aí cito Durkheim – é o fundamento de um ‘conformismo lógico’ e de um ‘conformismo moral’” (Bourdieu, 2014, p. 310).

Para além das armas devolvidas, esse fato se confirma pela redução do comércio de armas de fogo. É preciso apontar que essa redução se deveu, em alguma medida, às próprias restrições trazidas pela lei; todavia, considerando que não houve o banimento do mercado, ainda era possível adquirir armas legalmente no país, sendo significativo o fato de que, enquanto o ano de 2003 trouxe 19.572 novos registros por pessoas físicas, o ano de 2004 – quando passou a vigorar o Estatuto – registrou 3.055⁸, o que significou uma redução de 84,39%.

Primeiro ano do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019) e a política de ampliação de acesso às armas de fogo

Jair Bolsonaro, então exercendo seu sétimo mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro, logrou se posicionar como um dos favoritos à vitória no pleito presidencial de 2018. Um dos motes centrais de sua campanha foi a crítica à condução dada aos problemas relacionados com a segurança pública no país.

Na proposta de governo protocolada pelo então candidato junto ao Tribunal Superior Eleitoral, chamada de “O caminho da prosperidade”⁹ ou “Projeto Fênix”, o tópico “Segurança e combate à corrupção” é quase inteiramente tomado pela defesa das armas de fogo: “As armas são instrumentos, objetos inertes, que podem ser utilizadas para matar ou para salvar vidas. Isso depende de quem as está segurando: pessoas boas ou más. Um martelo não prega e uma faca não corta sem uma pessoa...” (“O caminho da prosperidade”, 2018, p. 25). Nas conclusões, o documento promete “4º Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros!” (*Idem*, p. 32).

Além de um programa de governo com tônica armamentista, o candidato discursou inúmeras vezes em defesa da ampliação do acesso às armas, permitiu-se fotografar

8. Informação obtida através do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), em questionamento dirigido ao Departamento de Polícia Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Protocolo n. 08850.002292/2020-78. Disponível no *link*: <https://www.dropbox.com/s/x50v2xbynbggfi/armas%20registradas%20no%20Brasil.pdf?dl=0>.

9. Disponível em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf.

portando armas, tendo sido a emulação de uma arma de fogo, feita com os dedos indicador e polegar, um sinal de apoio à sua candidatura adotado largamente tanto por ele quanto por seus apoiadores.

Jair Bolsonaro sagrou-se vencedor, tornando-se o 38º presidente do Brasil. Desde o início do seu mandato, as armas de fogo ocuparam lugar de destaque, tendo sido adotada a perspectiva da posse de arma como um direito individual a ser garantido pelo Estado. Em *tweet* de 29 de dezembro de 2018, ainda antes de tomar posse, Bolsonaro afirmou: “Por decreto pretendemos garantir a posse de arma de fogo para o cidadão sem antecedentes criminais, bem como tornar seu registro definitivo”¹⁰ (Bolsonaro, 2018) – mais do que uma visão sobre a questão de armas no país, era aqui anunciado um modo de colocá-la em prática.

Decretos presidenciais, desarticulação do Estatuto do Desarmamento e fabricação de uma nova convenção social

A desarticulação do Estatuto do Desarmamento foi iniciada logo na primeira quinzena do Governo Bolsonaro. Entretanto, afastando-se do *modus operandi* tradicional – qual seja, a aprovação de uma nova lei que regulasse o tema e revogasse expressa ou tacitamente a norma anterior, de modo a fazer-se necessária a tramitação de um texto por ambas as casas do Congresso Nacional com todos os debates, comissões, audiências públicas e possíveis modificações decorrentes –, optou-se por fazer uma mudança via decretos presidenciais.

Os decretos presidenciais possuem previsão legal no artigo 85, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, e autorizam o presidente da República a regulamentar uma lei já existente. Em outras palavras, os decretos são destinados a operacionalizar, em termos práticos, o modo de aplicação de uma lei, detalhando-a. Os decretos, uma vez que independem de outros poderes da República e podem ser emanados unilateralmente pela autoridade executiva, não podem ir além das disposições da lei, devendo limitar-se aos termos de sua aplicabilidade. Em 15 de janeiro de 2019, foi publicado o primeiro decreto presidencial sobre armas, nesse caso, o Decreto n.º 9.685/2019, que modificou o Decreto n.º 5.123, de 1º de julho de 2004, até então responsável por regulamentar a Lei 10.826/2003. O citado decreto deu novas diretrizes ao registro de posse e comércio de armas de fogo e munições. Um dos seus pontos mais sensíveis foi a modificação do artigo 12, parágrafo 7º, inciso IV, do Estatuto do Desarmamento, que passou a ter a redação a seguir, autorizando a aquisição de armas de fogo para:

10. “Bolsonaro anuncia decreto para facilitar posse de arma a quem não tem antecedente criminal” (29 dez. 2018).

IV – residentes em áreas urbanas com elevados índices de violência, assim consideradas aquelas localizadas em unidades federativas com índices anuais de mais de dez homicídios por 100 mil habitantes, no ano de 2016, conforme os dados do *Atlas da Violência 2018*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2003, *on-line*).

Para compreender o alcance dessa previsão jurídica, é preciso compreender que o *caput* do artigo 4º do Estatuto do Desarmamento previa que uma arma somente poderia ser adquirida por aquele que comprovasse a efetiva necessidade de possuí-la. Com isso, a norma gerava uma espécie de força centrífuga por meio da qual todos os indivíduos eram afastados do mercado por uma presunção de desnecessidade. Provada a efetiva necessidade, não estava ainda garantido o direito à posse de uma arma, era preciso atender outras exigências – no caso, comprovação de idoneidade, apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa, e comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica.

A comprovação de efetiva necessidade se fazia nos termos da Instrução Normativa DPF n.º 23/2005, momento em que o interessado apresentava um documento pontuando seus motivos, o qual seguiria para análise da autoridade responsável, no caso um delegado da Polícia Federal. Ao pontuar que a efetiva necessidade seria presumida nos estados com índices acima de dez homicídios por 100 mil habitantes, o decreto de Bolsonaro criou uma presunção de efetiva necessidade em todo o país, já que, conforme o *Atlas da Violência* de 2018 (Ipea, 2022), o estado com o menor índice era São Paulo, com 10,9 (Cerqueira *et al.*, 2018).

Essa mudança – que, sob o ponto de vista jurídico, parece pequena – representa a total desarticulação de um importante dispositivo de confinamento e um avanço significativo da linha que separa mercado e não mercado. Se, antes, todos estavam presumivelmente fora dos critérios necessários para adquirir uma arma, agora, todos estão presumivelmente dentro, ou seja, a força centrífuga que afastava do mercado todo indivíduo que não estivesse comprovadamente em situação de risco deixa de atuar – presume-se, assim, que todos estão sob risco.

Após esse primeiro decreto, uma série de decretos se seguiu, revogando total ou parcialmente os decretos anteriores. Poucos meses depois, foram editados os Decretos 9.785, de 7 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que revogaram o primeiro decreto. As contestações às aberturas promovidas pelo Governo Federal se articularam rapidamente: ainda em maio de 2019, o Projeto de Decreto Legislativo (PCD) nº 233 foi protocolado pelo Senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), o qual objetivava suspender os efeitos dos decretos recentes; em 12 de junho, o citado projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por quinze

votos a nove, seguindo para votação pelo plenário; em 18 de junho, foi aprovado no Plenário do Senado Federal por 47 votos a 28, seguindo para confirmação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Antecipando a possível suspensão, o Governo Federal editou quatro novos decretos em 25 de junho de 2019. O primeiro foi o Decreto 9.844, que revogou os Decretos 9.785 e 9.797. Além dele, ao longo do dia foram editados os Decretos 9.845, 9.846 e 9.847 – este último, responsável por revogar o Decreto 9.844. Foram quatro decretos relativos a armas em um único dia. A manobra fez com que o PDC nº. 233, de 2019 – que deveria ser confirmado pelo Plenário da Câmara dos Deputados –, perdesse o objeto, já que se referia a decreto agora revogado. No entanto, as aberturas que o PDC visava revogar permaneciam vigentes, uma vez que os novos decretos as reeditavam sob nova roupagem.

Houve, ainda, em 20 de agosto de 2019, a edição do Decreto 9.981/2019, que retificou questões de redação do Decreto 9.847. Foram, assim, oito decretos presidenciais sobre o tema entre janeiro e agosto de 2019. A adoção desses instrumentos normativos como *modus operandi* de atuação no tema das armas demonstra que a estratégia adotada foi realizar uma espécie de revogação real do Estatuto, enquanto permanecia sua vigência formal. Apesar de o governo federal jamais ter realizado nenhuma movimentação séria no sentido de aprovar uma norma substitutiva do Estatuto, ele buscou desarticulá-lo, afastando os dispositivos que o operacionalizavam – a norma se manteve vigente, mas esvaziada em sua teleologia.

O volume de decretos gerou, ainda, uma confusão acerca de quais disposições permaneciam – e por quanto tempo estariam – vigentes. Houve uma hiperprodução normativa que, pela própria confusão gerada, criou os mesmos efeitos de uma revogação. Em termos simbólicos, o trabalho não foi menor: o Governo Bolsonaro atuou como um sólido defensor do tema, performando uma espécie de publicidade de Estado em favor das armas.

Esse *modus operandi* dialoga com as posições de Bolsonaro em defesa visceral da arma de fogo e na busca da construção de uma convenção social favorável. Anteriormente ao Governo Bolsonaro, os dados demonstram o sucesso na construção de uma convenção social desarmamentista: em pesquisa de novembro de 2013, o Datafolha constatou que 68% da população era favorável à proibição de armas, enquanto 30% se colocavam a favor da liberação; em setembro de 2018, já durante a campanha presidencial de Bolsonaro, este índice oscilou para 58% favoráveis à proibição, contra 40%¹¹.

As pesquisas sobre o tema realizadas após o início do Governo Bolsonaro, pelo

11. “55% são contra liberação de armas” (27 out. 2018).

mesmo instituto, demonstram que, em que pese ter ocorrido uma oscilação em favor das armas, a solidez da convenção social anterior se mantinha para a maioria da população. Em pesquisa de abril de 2019, os números variaram para 64% favoráveis à proibição e 34% contrários¹². Dados semelhantes foram encontrados pelo Ibope, que, em pesquisa realizada em junho de 2019, constatou que 61% da população é contrária à flexibilização do uso de armas¹³. Em julho de 2019, o Datafolha constatou que 66% dos entrevistados se declararam contrários à posse de armas¹⁴.

A despeito de a maioria se definir desarmamentista, quando retomamos os dados relativos aos registros de armas de fogo, temos que, em 2017, houve 33.031 registros efetivados por cidadãos; em 2018, esse número teve algum aumento e ficou na ordem de 35.758; em 2019, com os decretos de Bolsonaro em vigor, o número de armas registradas por civis foi de 43.240; e, em 2020, os números saltaram para 122.378 armas registradas¹⁵.

É possível que esse descompasso entre uma maioria desarmamentista e o incremento no número de registro de armas seja apenas aparente, como nos alerta Bourdieu:

O mundo social está semeado de *chamados à ordem*, que só funcionam como tais para aqueles que estão predispostos a percebê-los, e que *reanimam* disposições corporais profundamente enraizadas, que não passam pelas vias da consciência e do cálculo. [...] A submissão à ordem estabelecida é produto do acordo entre as estruturas cognitivas que a história coletiva (filogênese) e a individual (ontogênese) inscreveram nos corpos e nas estruturas objetivas do mundo ao qual se aplicam: a evidência das injunções do Estado só se impõe de maneira tão poderosa porque ele impôs as estruturas cognitivas segundo as quais é percebido (Bourdieu, 1996, pp. 117-118).

O aumento de registros não nos autoriza a presumir que tenha havido uma erosão da convenção social desarmamentista do período anterior, pois, conforme nos pontua Douglas (1998), as convenções sociais dependem de tempo e reiterados reforços para que sejam construídas e naturalizadas. O que podemos afirmar é que

12. “Cresce a parcela de brasileiros contrários à posse de armas” (11 abr. 2019).

13. “61% dos brasileiros são contra flexibilização da posse de armas.” (2019).

14. “66% são contra posse de armas, e 70% rejeitam flexibilizar porte.” (12 jul. 2019).

15. Informação obtida através do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), em questionamento dirigido ao Departamento de Polícia Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Protocolo n. 08198.032105/2020-21. Disponível no *link*: <https://www.dropbox.com/s/osrl3vecdimue9f/6%20-%20armas%20registradas%20entre%201999%20e%202020.zip?dl=0> e n. 08198.010239/2021-72. Disponível no *link*: <https://www.dropbox.com/s/jekt2u8mktbmuqx/15%20-%20Registro%20de%20armas%20cidad%C3%A3o%202020%20completo.csv?dl=0>.

houve um avanço do mercado em suas possibilidades – a fronteira entre mercado e não mercado avançou significativamente em favor dos armamentistas, e essa abertura pode ter sido fundamental para atender a uma demanda reprimida. Em outras palavras, os agentes já favoráveis ao mercado gozaram de um momento para dar vazão aos seus anseios, uma vez que o mercado se ampliou.

Por fim, o assunto das armas está distante de encontrar qualquer consenso na sociedade brasileira, e a disputa se mostra marcada por um acirramento promovido pelo início de um terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2023), que rapidamente retomou a política anterior, revogando os decretos presidenciais do Governo Bolsonaro no primeiro dia de seu governo¹⁶.

Considerações finais

O mercado de armas, em sua característica de contestado, é um mercado altamente moral, cuja viabilidade se dá em um campo de disputas acerca de uma percepção variável de bem comum, capaz de fazer transitar a fronteira entre mercado e não mercado, ampliando o alcance e acesso ou, ao contrário, restringindo o alcance do mercado.

Essas contestações morais existentes no âmbito social possuem uma força que se materializa no terreno político. É possível notar que o peso dos ventos políticos na configuração do mercado é fundamental, de modo que se torna impossível mapeá-lo sem, ao mesmo tempo, fazer uma espécie de sociologia política acerca da posição de cada governo e da sensibilidade dos seus agentes, no sentido de dar esteio a uma ou outra dessas posições antagônicas.

Por longo período, possuir armas não era uma questão nevrálgica, ou ao menos não tomava o debate público com grande força. O trabalho de pesquisadores e de grupos relacionados com o estudo e combate da violência é que iniciou a associação entre violência e armas de fogo, a qual recebeu o seu reconhecimento como marco quando da aprovação do Estatuto do Desarmamento.

Esse instrumento normativo foi a cristalização legal de uma perspectiva em relação às armas e trouxe consigo, para além do relativo fechamento do mercado, mecanismos para o desenvolvimento de uma convenção social desarmamentista. Campanhas de devolução voluntária e de conscientização que ocuparam uma série de espaços trouxeram para o país a ideia de que a crescente violência urbana poderia ser combatida através de uma perspectiva coletiva de segurança viabilizada por um desarmamento amplo e pela concentração do poder armado nas mãos do Estado.

16. . “Governo Lula revoga decretos sobre armas e munições e fixa regras temporárias” (18 jan. 2023).

Essa nova convenção social possibilitou um programa bem-sucedido de drenagem das armas dispersas, já que a posse de uma arma se tornou restrita e, até mesmo, moralmente questionável perante a coletividade.

Por meio de dois contenciosos empíricos, demonstramos as oscilações em relação ao tema promovidas por governos que defendem ora maior restrição, ora maior flexibilização do acesso civil às armas, o que implica uma ampliação ou retração do mercado. Se, até a promulgação do Estatuto do Desarmamento, as armas não eram alvo de grandes debates, após a lei e as políticas públicas que a acompanharam, o tema se tornou alvo de programas políticos, projetos de leis e, inclusive, de plataformas políticas em eleições presidenciais.

A eleição de Jair Bolsonaro e seus decretos representam, sob o ponto de vista legal, uma retomada da regulamentação anterior ao Estatuto, com amplas possibilidades de aquisição de armas. Todavia, diferentemente do momento anterior, o Estado – na figura dos agentes relacionados ao Executivo Federal – passa a operar como um divulgador das armas. Ainda, a forma de operacionalizar a abertura do mercado não se caracteriza por uma desregulamentação nos moldes clássicos de revogação de normas restritivas ou de substituição da norma anterior por uma nova regulação com acesso ampliado – o modelo seguido foi uma abundante produção legiferante, capaz de operar uma revogação prática, ao mesmo tempo que, ao longo de todo o Governo Bolsonaro, o Estatuto do Desarmamento permaneceu vigente.

A opção por formas de regulação frágeis, como são os decretos presidenciais, aumenta ainda mais a insegurança jurídica, uma vez que momentos de transição de governo, como a do início do terceiro mandato de Lula (2023), trazem uma revogação maciça de normas, o que, em si, é ineficaz para trazer o cenário anterior, já que, entre revogações, repristinações e ações judiciais, o bem em questão é durável, e as armas não retornam às fábricas pela força de um novo fechamento das possibilidades do mercado. Um desarmamento bem-sucedido deve, assim, mais uma vez, estabelecer dispositivos de drenagem eficientes.

Dessa disputa, pesquisas apontam que a maioria dos brasileiros permanece desaprovando a possibilidade ampliada de possuir armas, o que revela que, apesar de o mercado estar sob disputa acerca das formas de compreender esse bem, não houve, no período do Governo Bolsonaro, uma naturalização ou a formação de uma convenção definitiva sobre o tema.

Demonstramos, assim, que, nessa disputa, o Estado possui a capacidade de promover convenções sociais ao atuar na modificação das percepções sociais acerca de determinado tema. Primeiro, o Estado consegue atuar simplesmente pautando a questão, mas, para além disso, promove sinais simbólicos aptos a reforçarem ou contestarem certas predisposições. O primeiro Governo Lula, com secretários e mi-

nistros abertamente desarmamentistas, promoveu mudanças legislativas importantes no sentido da restrição do acesso às armas, mas também reforçou predisposições desarmamentistas com sucesso, como podemos objetivar nos números (devoluções e registros). O Governo Bolsonaro, por outra via, atuou em sentido diametralmente oposto, contestando as predisposições anteriormente distribuídas e defendendo uma predisposição armamentista (Proposta de Plano de Governo Bolsonaro, 2018). Assim, as mudanças não ficam adstritas ao âmbito institucional normativo (via Direito), mas alcançam o cultural (produção de disposições).

Por fim, é importante perceber que a criação de convenções sociais é determinante para o sucesso de uma ou outra perspectiva, de forma que o êxito do Estatuto do Desarmamento e da campanha pelo desarmamento pode não encontrar o mesmo resultado caso a estratégia de drenagem seja novamente a devolução voluntária, afinal, se a utilização de formas jurídicas frágeis para a abertura do mercado permitiu uma rápida revogação dos decretos armamentistas, as predisposições construídas ao longo do Governo Bolsonaro são mais sólidas e perenes e podem representar um desafio ainda maior que as alterações legais.

Referências Bibliográficas

- “55% SÃO CONTRA LIBERAÇÃO DE ARMAS”. (27 out. 2018), Datafolha, *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/10/1983767-55-sao-contra-liberacao-de-armas.shtml>.
- “61% DOS BRASILEIROS SÃO CONTRA flexibilização da posse de armas”. (2019), *Ibope Inteligência*. Disponível em <https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/61-dos-brasileiros-sao-contra-flexibilizacao-da-posse-de-armas/>.
- “66% SÃO CONTRA POSSE DE ARMAS, e 70% rejeitam flexibilizar porte”. (12 jul. 2019), *Datafolha, Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988232-66-sao-contra-posse-de-armas.shtml>, consultado em 16/01/2022.
- AGÊNCIA ESTADO. (22 dez. 2003), *Paz é o objetivo do Estatuto do Desarmamento, diz Lula*. São Paulo. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,paz-e-o-objetivo-do-estatuto-do-desarmamento-diz-lula,20031222p10736>, consultado em 28/09/2022.
- BANDEIRA, Antônio Rangel. (2019), *Armas para quê?: o uso de armas de fogo por civis no Brasil e no mundo, e o que isso tem a ver com segurança pública e privada*. São Paulo, LeYa. E-book.
- BOLSONARO, Jair Messias. (2019), @jairbolsonaro. “Por decreto pretendemos garantir a posse de arma de fogo para o cidadão sem antecedentes criminais, bem como tornar seu registro definitivo”. 29 de dez. de 2019, 17h37min. *Tweet*.
- “BOLSONARO ANUNCIA DECRETO para facilitar posse de arma a quem não tem antecedente

- criminal”. (29 dez. 2018), *GI*, Brasília. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/29/bolsonaro-diz-que-por-meio-de-decreto-pretende-garantir-posse-de-armas-a-cidadaos-sem-antecedentes-criminais.ghtml>.
- BRASIL. (2003a), “Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1, de 2003. Designa Comissão Mista para, no prazo de quinze dias, consolidar os projetos de lei em tramitação em ambas as Casas que tratem da questão do porte de armas”. *Diário do Senado Federal*, Brasília, DF, p. 19268-19321, 19 jul. 2003. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/59321>, consultado em 07/12/2022.
- BRASIL. (1942), “Decreto-Lei 4.657, 04 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 13635, 09 set. 1942, Seção 1. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4657-4-setembro-1942-414605-publicacaooriginal-68798-pe.html>, consultado em 07/12/2022.
- BRASIL. (2003b), “Lei 10.826, de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1, 23 dez. 2003, Seção 1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm, consultado em 07/12/2022.
- BOURDIEU, Pierre. (2004), *As estruturas sociais da economia*. Tradução de Lígia Calapez e Pedro Simões. Porto, Campos das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), “Espírito de estado: gênese e estrutura do campo burocrático”. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo, Papirus.
- BOURDIEU, Pierre. (2014), *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo *et al.* (coord.). (2018), *Atlas da violência 2018*. Brasília, Ipea. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432, consultado em 28/09/2022.
- “CRESCER A PARCELA DE BRASILEIROS CONTRÁRIOS À POSSE DE ARMAS” (11 abr. 2019), Datafolha, *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987712-cresce-a-parcela-de-brasileiros-contrarios-a-posse-de-armas.shtml>.
- DISTRITO FEDERAL. (14 maio 1999), “Lei Distrital 2.375, de 13 de maio de 1999. Proíbe a comercialização de armas de fogo no âmbito do Distrito Federal, DF”. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;distrito.federal:distrital:lei:1999-05-13;2375>, consultado em 16/01/2022.
- DOUGLAS, Mary. (1998), *Como as instituições pensam*. São Paulo, Edusc.
- e-SIC, SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO. <https://www.gov.br/abin/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao>.
- FOUCAULT, Michel. (1994), “Le jeu de Michel Foucault”. *Revue Ornicaire*, entretien avec Alain Grosrichard, n. 10, juillet 1977. In: *Dits et écrits*, tome 3, Paris, Gallimard.

- “GOVERNO LULA REVOGA DECRETOS sobre armas e munições e fixa regras temporárias”. (18 jan. 2023), *Agência Senado*. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/01/governo-lula-revoga-decretos-sobre-armas-e-municoes-e-fixa-regras-temporarias#:~:text=Já%20no%20primeiro%20dia%20de,Lei%2010.826%2C%20de%202003>.
- IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2022), *Atlas da violência*. Brasília. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/1/homicidios>, consultado em 28/09/2022.
- JARDIM, Maria Chaves & VIEIRA, Mateus Tobias. (2020), “Mercado de armas de fogo pequenas e leves no Brasil: uma gênese do setor do período militar aos anos Lula”. *Revista Mediações (UEL)*, 25: 225-246.
- LAURANCE, E. J. (2014), “The small arms problem as arms control: A policy driven agenda”. In: BATCHELOR P. & KENKEL, K. M. *Controlling small arms: Consolidation, innovation and relevance in research and policy*. Abingdon, Routledge, pp. 13-35.
- PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO BOLSONARO 2018. (2018), *O caminho da prosperidade*. Partido Social Liberal (PSL). Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf, consultado em 20/05/2022.
- RIO DE JANEIRO. (7 jun. 1999), “Lei 3.219 de 4 de junho de 1999. Proíbe, na forma que dispõe, a comercialização de armas de fogo, munições e afins em todo o território do estado do Rio de Janeiro”. *Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)*: Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c-032564f4005d4bf2/a069c9e96c8c518b03256789006cfa27?OpenDocument>, consultado em 20/05/2022.
- SCHWAM-BAIRD, David. (1997), *Ideas and armaments: Military ideologies in the making of Brazil's arms industries*. Lanham, MD, University Press of America.
- SOUZA, Robson Sávio Reis. (2014), *Guia prático do desarmamento*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2339>, consultado em 20/05/2022.
- STEINER, Philippe & TRESPEUCH, Marie (orgs.). (2014), *Marchés contestes: Quand le marché rencontre la morale*. Toulouse, Presses Universitaires Du Mirail.
- VIVA RIO. *Rio desarme-se*. (1994), Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://vivario.org.br/rio-desarme-se/>, consultado em 20/05/2022.

Resumo

O Estado e a produção de convenções sociais acerca do mercado de armas de fogo no Brasil

O artigo analisa o papel do Estado na formulação de convenções sociais acerca das armas de fogo no Brasil. Selecionamos, como contencioso empírico, a Lei 10.826/2003, aprovada durante o primeiro Governo Lula (2003-2006), ainda, analisamos oito decretos presidenciais do primeiro

ano do Governo Bolsonaro (2019). Na metodologia, analisamos o marco jurídico nos fundamentando nos estudos de Steiner e Trespeuch, acerca dos mercados contestados; de Bourdieu, sobre o Estado e no conceito de convenção social, de Mary Douglas. Os resultados indicam que o Estado influenciou na produção de predisposições e que a convenção social desarmamentista, produzida durante o Governo Lula, foi desafiada, gerando disputas que extrapolam a perspectiva normativa. Palavras-chave: Armas de fogo; Mercados contestados; Governo Lula; Estatuto do Desarmamento; Governo Bolsonaro.

Abstract

The State and the production of social conventions about the firearms market in Brazil

The article analyzes the role of the state in formulating social conventions about firearms in Brazil. We selected Law 10.826/2003, passed during the first Lula Government (2003-2006), as the empirical dispute, and also we analyzed eight presidential decrees from the first year of the Bolsonaro Government (2019). In the methodology, we analyzed the legal framework based on the studies of Steiner and Trespeuch, about contested markets; Bourdieu, about the state and the concept of social convention, by Mary Douglas. The results indicate that the state has influenced the production of predispositions and that the disarmamentist social convention, produced during the Lula Government, has been challenged, generating disputes that go beyond the normative perspective.

Keywords: Firearms; Contested markets; Lula Government; Disarmament Statute; Bolsonaro Government.

Texto recebido em 09/11/2023 e aprovado em 17/01/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.220653.

MATEUS TOBIAS VIEIRA é doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Pesquisador bolsista Fapesp (Processo n.. 2021/05451-7). E-mail: mateus.tobias@unesp.br.

MARIA CHAVES JARDIM é professora livre-docente em sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1D. E-mail: maria.jardim@unesp.br



Metacoalizão e os novos papéis de *broker*: o caso Observatório do Clima

Frederico Salmi*

<https://orcid.org/0000-0002-7043-2816>

Monika Dowbor**

<https://orcid.org/0000-0002-1845-046X>

Lorena Cândido Fleury*

<https://orcid.org/0000-0001-9659-8630>

Introdução

A ideia de formar uma coalizão de organizações da sociedade civil brasileira para discutir mudanças climáticas surgiu em 2001 em Salinópolis, no litoral do Pará, durante um jantar¹.

Seja em prol das questões ambientais nos anos 1970 a 1990, seja engajados em causas da emergência climática, os atores sociais² vêm se associando no Brasil por meio da articulação com uma variedade de organizações e movimentos (Alonso *et al.*, 2007; Jacobi, 2000). Denominadas empiricamente pelos próprios atores de coalizões, redes, aglutinações, coletivos e movimentos, esses agrupamentos atravessam as fronteiras geopolíticas e se mobilizam, entre outros, para incidirem sobre as políticas climáticas. O cenário recente, até dezembro de 2022, era de impermeabilidade de uma parcela da sociedade civil organizada nas estruturas estatais, desmonte planejado das instituições de proteção ambiental e climática e *cupinização institucional* (Salmi, 2022). É neste contexto que o presente trabalho olha para o maior agrupamento que não

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

** Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.

1. Descrição apresentada pelo Observatório do Clima. Disponível em <https://www.oc.eco.br/quem-somos/nossa-historia/>, consultado em 01/09/2023.
2. Agentes, atores e membros são termos utilizados similarmente, uma vez que se trata de categorias oriundas dos diferentes campos e o presente trabalho não visa a mergulhar nessas diferenças teóricas.

é novo na cena política brasileira, o Observatório do Clima, com a pergunta sobre sua atuação nesse período, tanto em relação a sua morfologia quanto em relação aos seus papéis e práticas sociopolíticas. Mais especificamente, este *paper* visa a analisar a composição do Observatório do Clima à luz das categorias que descrevem grandes agrupamentos de atores coletivos, e a entender seus principais papéis.

A Rede Brasileira de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais em Mudanças Climáticas Observatório do Clima (OC) surge em 2002, como mais um dos grandes agrupamentos, fundada por meio de uma articulação entre vinte e seis entidades e uma Carta de Princípios³. Em novembro de 2019, o OC se formaliza como uma associação privada sem fins lucrativos e sem finalidade econômica, de natureza ambiental. Dois anos depois, o OC já possui setenta e dois membros que englobam mais de seiscentas entidades agrupadas em vários subníveis. Em 2023 o número de entidades alcança noventa membros. Há no interior dele vários *clusters*, entre eles, por exemplo, o *cluster* dos povos originários, nucleado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Outro *cluster* é das megacorporações, caso da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalizão Brasil), esse associado ao neoliberalismo rentista extrativista. O OC caracteriza-se pela intensa e regular atuação nas políticas climáticas, inclusive com a ocupação de cargos no Poder executivo a partir de janeiro de 2023 e uma dezena de processos contra o Governo Federal (2019-2022) no sistema de justiça.

Apesar do avanço do tema das mudanças climáticas na agenda política (IPCC, 2023), é notável que as Ciências Sociais brasileiras ainda produzem pouco conhecimento nessa perspectiva (Moraes *et al.*, 2020; Salmi e Fleury, 2022a). Por exemplo, não há estudos na área das Ciências Sociais que mobilizem o Observatório do Clima como objeto analítico. A questão que orienta o presente trabalho é: em tempos de alta corrosividade democrática, como se organiza a coalizão de maior representatividade sobre mudanças climáticas, o Observatório do Clima, no cenário político brasileiro?

Para responder essas perguntas, o trabalho partiu de uma abordagem interdisciplinar com a aproximação de dois campos teóricos: o da sociologia da utopia crítica na questão climática (Salmi, 2022; Salmi e Fleury, 2022b) e o da área de estudos de interações socioestatais (Gurza Lavalle e Von Bülow, 2014, 2015; Lüchmann, 2014; Szwako *et al.*, 2022). Realizou-se uma revisão dos principais conceitos que trabalham com grandes agrupamentos de atores como coalizão de defesa (Brulle, 2019; Ripberger *et al.*, 2014; Sabatier, 1998) e intermediadores (Gurza Lavalle e Von Bülow, 2014).

3. Disponível em <https://www.oc.eco.br/quem-somos/premissas-e-principios/>, consultado em 24 mar. 2024.

Como desdobramento analítico, propomos uma categoria adicional relacionada com intermediadores (*brokers*) denominada por nós autores como *metacoalizão*. Esse acréscimo no plano conceitual-analítico visa a proporcionar análises mais refinadas em estudos futuros que mobilizem a coalizão de organizações no contexto climático. As considerações finais apontam para novas formas de não só se apreender e interpretar o sistema dominante e suas estruturas sociais (el-Ojeili, 2018; Salmi e Fleury, 2022b), mas de compreender a função das coalizões em relação à emancipação social e à transformação política para humanos e não humanos.

Métodos e enquadramentos teóricos

Caminho metodológico

Duas questões específicas orientam este trabalho⁴: (1) Qual a definição do arranjo social do Observatório do Clima? (2) Quais os papéis sociais exercidos nos processos de fomento às políticas climáticas no Brasil?

Os dados sobre as formas de organização do OC foram analisados com a ajuda do aplicativo do *Graph Commons*, que permite a sistematização das relações, priorizando os critérios de adensamento e centralidade. A análise de rede foi acionada para identificar os *clusters*⁵ e conexões entre os membros. Examinaram-se as formas de atuação por meio da análise de narrativa interpretativa crítica. A base de dados foi compilada a partir dos documentos publicados pelo OC no período entre março de 2022 e março de 2023.

Para a análise dos dados são mobilizadas: a interpretação crítica (Feldman *et al.*, 2004; Levitas, 2013; Lynch, 2015; Yanow, 2015), de redes sociais (Brulle, 2019; Gusso, 2022) e de constelações utópicas na chave sociológica (el-Ojeili, 2020; Salmi, 2022; Salmi e Fleury, 2022b).

Como resultado da análise, é apresentada uma categoria sobre coalizão na perspectiva da sociologia política. Os seguintes elementos do quadro teórico-metodológico da sociologia da utopia crítica climática (Salmi, 2022) são mobilizados para organizar os dados coletados⁶ e posterior análise: os agentes sociais (OC

4. O conteúdo do presente artigo foi apresentado nos congressos: (1) “GT02. Crise ambiental global, mudanças climáticas, geopolítica energética e sistema-mundo” do 21º Congresso Brasileiro de Sociologia – SBS 2023; e otimizado e ampliado a partir do (2) “GT43. Movimentos sociais, conflitualidades e dinâmicas da ação coletiva” do 47º Encontro Anual da Anpocs de 2023.

5. Neste artigo os termos em inglês estão em itálico, assim como categorias ou conceitos-chave enfatizados pelo/as autor/as.

6. O presente trabalho faz parte de um projeto mais amplo (Salmi e Fleury, 2022b), e essa etapa específica da análise não compõe o presente recorte.

e seus membros afiliados, formais ou informais) são desdobrados em membros do OC em três níveis.

Sobre definições de coalizão

O presente trabalho dá ênfase à aproximação de duas categorias: 1) coalizão de defesa (Brulle, 2019; Ripberger *et al.*, 2014; Sabatier, 1998) e 2) intermediador (Gurza Lavallo e Von Bülow, 2014, 2015). As categorias de aliança interorganizacional (Diani, 2021) e constelação (el-Ojeili, 2020) não foram utilizadas⁷, pois a primeira não trata dos papéis e a última se concentra na dimensão ideológico-política (que foi utilizada em análise anterior ao presente trabalho). A categoria *coalizão multisetorial de base local* (*place-based multisector coalitions*) (Forno e Wahlen, 2022), por sua vez, tem foco na construção de sistemas alternativos, sem a interação com as estruturas estatais, e, por essa razão, delimita nosso quadro analítico.

As categorias escolhidas podem ser apreendidas em três planos: reflexivo, analítico e empírico, porém algumas ancoram seus estudos mais em um do que em outro plano, a depender da abordagem⁸ teórica-metodológica. Apesar de o plano empírico ser o mais acionado no que tange à observação e à análise das práticas sociopolíticas das organizações em arranjos associativos, há espaço teórico para o refinamento da definição de coalizão a partir da análise em diferentes contextos espaciais e/ou temporais.

A primeira abordagem mobilizada pertence ao quadro teórico-metodológico *Advocacy Coalition Framework* — ACF (Ripberger *et al.*, 2014; Sabatier, 1998; Weible *et al.*, 2011), que define coalizão como arranjo de atores como organizações governamentais e privadas, que (a) partilham um conjunto de crenças normativas e causais e (b) se envolvem num grau não trivial de atividade coordenada ao longo do tempo, orientados para uma mudança política (Sabatier, 1998, p. 7). A coalizão de defesa pode ser entendida como o conjunto de atores políticos com crenças e valores similares que coordenam suas ações de diversas formas na tentativa de influenciar a decisão de governos em todos os momentos do processo de construção de uma po-

7. A terceira corrente teórica é originária do campo da Sociologia Política, em especial da teoria crítica e teoria social radical (el-Ojeili, 2018, 2020). Essa vertente trabalha com a categoria de constelação como um “corpo sintético de pensamentos [ideológicos ou utópicos] e crescentes práticas organizadas”, o qual é “composto por arranjo diverso e implausível de partidos, grupos, *sites* e pensadores” (el-Ojeili, 2020, p. 4; 84). Por fim, a literatura de movimentos sociais trabalha com aliança interorganizacional ou rede multimodal (Diani, 2021, pp. 295-297) – que possui foco em arranjos de organizações formais e movimentos informais em aliança, bem como redes pautadas por um compartilhamento ou aproximação de uma identidade temática com ações coletivas em coalizão.

8. Ressalta-se que este artigo não tem a pretensão de apresentar toda a ecologia sobre coalizão e arranjos sociais associativistas. Para diferentes abordagens, ver el-Ojeili, 2020; Lüchmann, 2014.

lítica pública (Weible *et al.*, 2011). Cabe ressaltar que, ao mesmo tempo que ocorre a “incorporação da categoria sobreposição de clivagens ideológicas no conjunto de variáveis estruturas para coalizões de longo prazo” no quadro ACF, também há “a retirada da figura do *policy broker* do diagrama” (Oliveira e Sanches Filho, 2022, p. 643). Nosso interesse em interseccionar o arcabouço do ACF ao quadro de intermediários/*brokers* (Gurza Lavalle e Von Bülow, 2015) visa a integrar suas diversas dimensões, em especial a política (estruturas organizacionais de coalizões – plano objetivo) e a ideológica (narrativas e conjuntos discursivos como força política – plano subjetivo).

No debate climático, Brulle (2019, p. 18), partindo da necessidade de “uma melhor compreensão da dinâmica institucional de oposição das ações políticas climáticas”, passa a adotar a categoria de *coalizão de defesa*, definindo-a como um conjunto de “padrões de cooperação *regulares e formalizados* no desenvolvimento de ação coletiva [...] compostos por organizações para o desenvolvimento e coordenação de ações políticas coletivas orientadas à adoção de políticas específicas por governos” (Brulle, 2019, p. 5, grifo acrescido). Ainda como parte da definição, um dos critérios para se configurar uma coalizão de defesa é o conjunto de organizações que devem estar associadas por “um longo período, por exemplo, sete a dez anos” (Sabatier, 1998, p. 111).

A segunda abordagem é oriunda do campo da Ciência Política, em especial nos estudos no contexto latino-americano no âmbito da ação coletiva da sociedade civil (Gurza Lavalle e Von Bülow, 2014, 2015; Lüchmann, 2014; Szwako *et al.*, 2022). Essas ações coletivas são orientadas para incidência nas políticas públicas, sendo mais ou menos formalizadas e não necessariamente estáveis por um longo período. Recebem a denominação de intermediadores (*brokers*), e o cerne da sua definição é a atuação para intermediar as relações entre os seus membros e o Estado. Entendem-se *brokers* “[...] como organizações criadas por um grupo mais ou menos delimitado de atores coletivos para cumprir papéis específicos e predeterminados de intermediação” (Gurza Lavalle e Von Bülow, 2014, p. 126). Em relação à morfologia, nessa proposta analítica, os intermediadores institucionalizados “vão desde organizações que coordenam coalizões de organizações não governamentais (ONGs) e federações de sindicatos até associações mais heterogêneas” (Gurza Lavalle e Von Bülow, 2014, p. 127).

Gurza Lavalle e Von Bülow (2014; 2015) propõem a tipologia de intermediadores composta por três tipos: associação pico, conglomerado associativo e entidade multissetorial. Os autores trabalham com duas dimensões para caracterizá-los e diferenciá-los: o grau de formalização e os papéis que eles desempenham. A formalização implica a transferência de recursos (material e simbólico) e autoridade ao intermediador. Podemos sintetizar os tipos de *intermediador institucionalizado* (*institutionalized broker*) como variações de um corpo coletivo (Gurza Lavalle e Von

Bülow, 2014, 2015) orientado por incidir e alterar políticas públicas – nesse sentido, a definição no que tange ao propósito é a mesma do ACF; são eles: 1) *associação pico* (*peak association*), que pressupõe fronteiras rígidas e definidas por normas jurídicas; restrita a um subconjunto específico de atores; 2) *conglomerado associativo* (*association hub*), que pressupõe fronteiras flexíveis, mas definidas por regras explícitas; aberto a uma ampla gama de atores e com objetivos compartilhados entre os afiliados; e 3) *entidade multissetorial* (*multisector body*), que pressupõe não haver fronteiras institucionais nítidas, e aberta a uma ampla gama de atores. Para os autores há quatro papéis possíveis⁹: tradutor, coordenador, articulador e representante.

O recorte do presente trabalho salienta a morfologia e papéis e não mergulha no plano reflexivo – no sentido sabatieriano ou el-ojeiliano, que se concentra mais na esfera das crenças, valores e imaginários ideológico-utópicos; todavia, ressaltamos que os papéis sociais são elementos indissociáveis no plano ideológico-utópico. Desse modo, reforçamos a importância de delimitar o recorte analítico para indicar as fronteiras epistêmicas do presente trabalho, bem como de futuros e potenciais estudos e pesquisas sobre coalizões e redes.

Resultados e os limites conceituais da intermediação diante do caso oc

O Observatório do Clima se autodefine tanto como “rede” quanto “coalizão”. Em relação à fundação das entidades-membro do OC, a sua trajetória apresenta como destaque: a estruturação da própria rede do OC (2002), a entrada da Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura (2016) e a formalização do OC como uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos (2019). Este último ato (a criação de uma pessoa jurídica) leva à elaboração de um estatuto com regramento jurídico (regras rígidas), que passa a regular novos filiados neste espaço. Pode ser observado um aumento gradativo do número de organizações-membros na rede do OC após sua fundação em 2002. Em 2022 a coalizão OC dobra literalmente de tamanho em relação ao número absoluto de entidades-membro, de 36 (em 2002) para 72 (em 2022) e para 90 (em 2023). O OC é composto por uma Assembleia de Membros que se reúne uma vez por ano e, entre outros, aprova o Plano Estratégico do OC, elege o Comitê de Coordenação e aprova a entrada de novas organizações; por um Comitê de Coordenação com cinco a sete membros eleitos pela Assembleia e que se reúne quinzenalmente; por um Secretariado Executivo, composto por sua vez por

9. Gurza Laval e Von Bülow (2014; 2015) identificam que o tradutor é o papel responsável internamente por realizar a recepção e a decodificação, e externamente a transmissão e a codificação da informação. Em ambos os aspectos, é responsável pela difusão da informação.

Coordenação Executiva, Secretário/a Executivo/a e Coordenação de Comunicação, que atuam diariamente. O OC não possui uma formalização jurídica de fato e busca se autodenominar de *rede* ou de *coalizão* nos diferentes espaços digitais que ocupa. A rede OC possui apenas uma figura jurídica que é LabOC, que “permite a captação de recursos para a contratação da equipe do Secretariado Executivo do OC, bem como o apoio financeiro e logístico das ações em rede” (Manual Institucional, 2023, p. 8)¹⁰. A adesão de novos membros desde 2019 passa por um processo formalizado no Manual Institucional. O pedido de adesão é enviado ao Secretariado Executivo, que analisa o caso e o apresenta ao Comitê de Coordenação; se deferido, é sujeito à aprovação da Assembleia de Membros.

O OC promove também *iniciativas* e grupos de trabalho (GT) com agendas específicas. Em 2023 o OC tem as seguintes iniciativas em plena operação: *Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)*¹¹, *MapBiomass*¹² e *Fakebook*¹³. Destaca-se a criação de dois GTs¹⁴ que ganham suas plataformas (*sites*): *Clima e Oceano*¹⁵ e *Gênero e Clima*¹⁶. Os GTs são espaços sociais organizados e estáveis na linha temporal. Enquanto a composição das plataformas científicas digitais *SEEG* e *MapBiomass* é formada por entidades formais (por exemplo, empresas de tecnologia, institutos acadêmicos), a composição dos GTs é mais flexível e inclui não só entidades formais como pessoas singulares. Em janeiro de 2023, os GTs supracitados possuíam cerca de 50 e 170 membros ativos respectivamente. Tal é outra maneira, essa vez informal, da participação do OC.

Foi mapeada, em 2022, a partir do nó principal (o próprio OC) a seguinte composição na rede sociopolítica do Observatório do Clima (OC): setenta e dois membros ativos no primeiro nível. A análise preliminar (Figura 1) revelou alguns agrupamentos (*cluster*) como: o da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e o da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalizão Brasil). Os membros incluem atores que se autodenominam de coalizões, redes, organizações da sociedade civil (OSC), fundações de grandes corporações e outros formatos organizacionais.

10. Em relação à governança, em março de 2022 a Assembleia de Membros elaborou o primeiro *Manual interno do Observatório do Clima* o qual foi atualizado e aprovado em maio de 2023 no Encontro Anual do OC Disponível em <https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/07/Manual-Institucional-2023.pdf>, consultado em 01/09/2023.

11. Disponível em <https://seeg.eco.br/>, consultado em 01/09/2023.

12. Disponível em <https://brasil.mapbiomas.org/>, consultado em 01/09/2023.

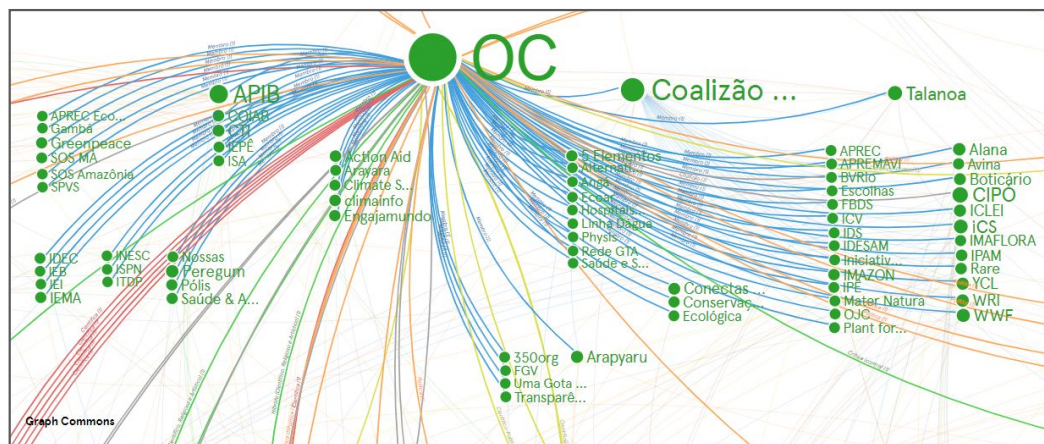
13. Disponível em <https://fakebook.eco.br/>, consultado em 01/09/2023.

14. Outros gts (e.g., Infraestrutura, Clima e Energia – ativo atualmente e com cerca de trinta membros) são exemplos de coalizões temáticas existentes no oc.

15. Disponível em <https://climaeoceano.oc.eco.br/>, consultado em 01/09/2023.

16. Disponível em <https://generoeclima.oc.eco.br/>, consultado em 01/09/2023.

FIGURA 1
A Rede do Observatório do Clima



Nota: recorte dos dois principais agrupamentos: Apib e Coalizão Brasil na rede oc.
Fonte: Salmi, a partir da base de dados do projeto de pesquisa (Salmi, 2022).

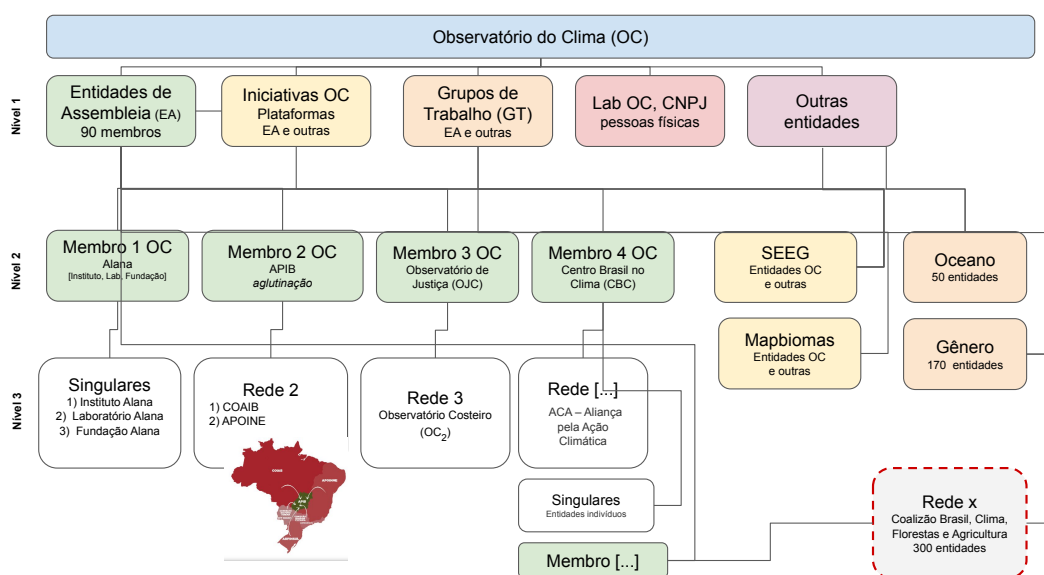
A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, fundada em 2005, é considerada “a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil”¹⁷. É composta, por sua vez, por grandes coalizões, entre elas a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que conta com cerca de trezentas organizações indígenas.

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, fundada em 2015, é composta por trezentos membros, englobando uma diversidade de atores, entre os quais se destaca a presença de organizações da sociedade civil engajadas em causas ambientais (por exemplo, WWF, Youth Climate Leaders), da academia (por exemplo, Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio) e, principalmente, do setor privado. Nesse setor estão: i) corporações industriais e extrativistas, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, CEBDS¹⁸, e outras grandes corporações transnacionais (por exemplo, Basf, Bayer, Unilever, JBS, Marfrig, Klabin, Vale) com suas associações, fundações e institutos; e ii) setor financeiro, como BNP Paribas, BTG Pactual, Santander e Bradesco.

17. A Apib se autodenomina como uma “aglutinação”. Disponível em <https://apiboficial.org>, consultado em 01/09/2023.

18. O CEBDS é um exemplo de coalizão pautada por uma distopia tecnossalvacionista e orientado por princípios neoliberais extrativistas – ver análise à luz da ética climática sobre as políticas de agentes climáticas em coalizão (Salmi, 2023). O presente trabalho não tem o objetivo de explorar a dimensão ideológica, todavia apontar que CEBDS e Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura são pautadas por ideologias neoliberais é parte do argumento da ruptura entre OC e Coalizão Brasil.

FIGURA 2
Arranjo organizacional da rede Observatório do Clima (OC)



Legenda: Em azul: núcleo constelar do arranjo da rede do OC; em verde: membros filiados; em amarelo: membros filiados e aliados; em laranja: membros filiados, aliados e participantes; em rosa: membros associados juridicamente; em roxo: membros filiados, aliados, participantes e informais; e em branco: aberto a uma variedade de arranjos-outras. Fonte: autores.

Na Figura 2, observa-se a composição morfológica do OC em três níveis. No nível 1, trata-se da organização do próprio OC, que inclui entidades de assembleia, iniciativas e grupos de trabalhos que atuam em temas específicos, a pessoa jurídica (LabOC) e outras entidades que se vinculam ao OC em campanhas específicas. No nível 2, encontram-se os denominados membros que compõem oficialmente o Observatório, sendo esse vínculo institucionalizado por adesão. E no nível 3, cada um desses 72 membros – posição de dezembro de 2022 – é decomposto por sua vez em indivíduos, pessoas jurídicas singulares ou outras redes, que se agrupam em mais de mil entidades. Como exemplos desse nível, podemos citar *aglutinação*¹⁹ (Apib), coalizão (Observatório de Justiça e Conservação), organizações singulares (Fundação Alana), indivíduos como associados (Transparência Brasil) e uma combinação desses. Como pode ser notado, o OC é composto por agrupamentos de organizações que por sua vez podem ser agrupamentos de outras organizações.

19. Termos como *aglutinação*, *rede*, *coalizão*, *observatório*, *frente*, quando em itálico, são nativos e, portanto, oriundos da autodenominação das entidades.

Confrontando essa composição do OC à luz da categoria intermediador (*broker*), temos o seguinte: em relação ao tipo (1) *associação pico* (*peak association*), que pressupõe fronteiras rígidas e definidas por normas jurídicas, e é restrita a um subconjunto específico de atores, o OC é “aberto a uma ampla gama de atores”, portanto não se aplica a esse caso. Já em relação ao tipo (2) *conglomerado associativo* (*association hub*), que pressupõe fronteiras flexíveis, mas definidas por regras explícitas, e é aberto a uma ampla gama de atores e com objetivos explícitos compartilhados entre os afiliados, o caso do OC torna desafiador buscar *esses objetivos comuns* entre associações extrativistas (e.g., Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração) e dos povos originários (e.g., Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) ou uma convivência pacífica entre as partes por meio de pautas legislativas comuns. Não por acaso, o OC rompe com a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura em 2020²⁰ por divergências de agenda política – portanto, esse tipo também não se aplica. E, em relação ao tipo (3) *entidade multisetorial* (*multisector body*), que pressupõe não haver fronteiras institucionais nítidas, o OC é uma associação não institucionalizada, aberta a uma ampla gama de atores por minimamente duas vias, por adesão formal e por adesão informal nas frentes temáticas, e simultaneamente (uma parte) é uma organização privada sem fins lucrativos (LabOC). Nesse sentido, é um caso híbrido que não se encaixa em nenhuma das três categorias propostas por Gurza Lavalle e Von Büllow (2014).

Além dos quatro papéis da intermediação já identificados – (i) tradutor, (ii) coordenador, (iii) articulador e (iv) representante –, em estudos anteriores (Gurza Lavalle e Von Büllow, 2014), observam-se outros dois papéis na rede do OC: (v) *produtor* (de conhecimento) e (vi) *monitor* (de políticas públicas).

Citamos a título de exemplo alguns elementos que identificam os quatro papéis até então categorizados: o *tradutor* (i) é observado na rede OC quando informações relacionadas a alguma política anticlimática são enviadas pelas entidades-membro e essas são re/decodificadas em forma de tuíte, acompanhado ou não por um *card* (imagem ou vídeo autoral) do tipo denúncia, e esse (tuíte) é divulgado²¹ nas mídias sociais da coalizão. Já o papel de *coordenador* (ii) é nitidamente observado nos espaços dos Grupos de Trabalho (GT), em especial no GT Gênero e Clima, em que uma série de organizações, em particular, locais, compõem os subgrupos de trabalho e fomentam a entrada de novos participantes. O papel de *articulador* (iii) é notado na função das lideranças dos espaços de trabalho, ocupadas anteriormente pelo papel do

20. OC – Observatório do Clima (23 jun. 2020, atualizado 11 mar. 2024). Disponível em <https://www.oc.eco.br/oc-deixa-coalizao-brasil/>, consultado em 01/09/2023.

21. Exemplo de tuíte produzido pelo papel de *tradutor*, com o tema “MMA exclui informações sobre áreas protegidasdenovosite”. Disponível em <https://twitter.com/obsclima/status/1604139085408280576>, consultado em 01/09/2023.

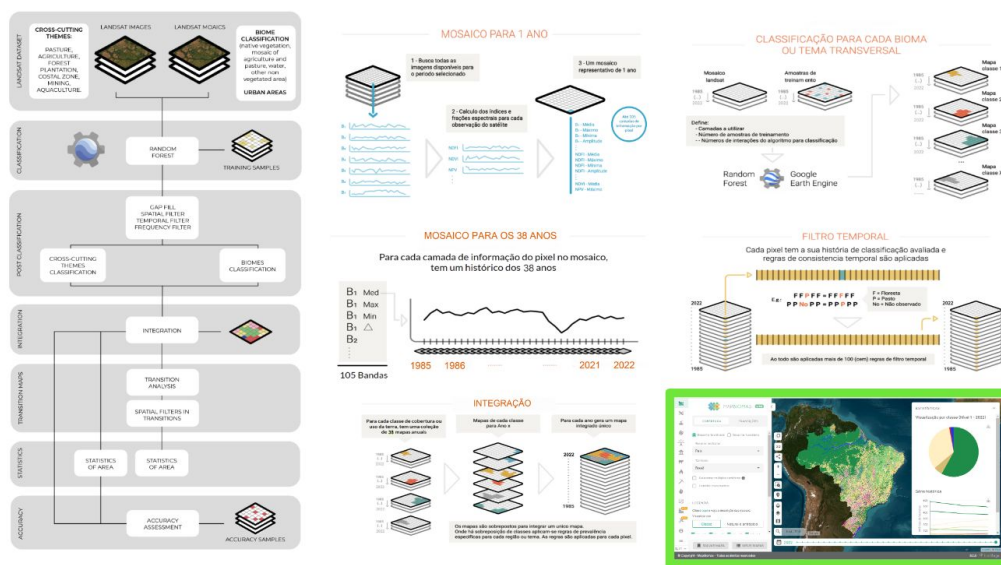
coordenador. O lançamento da Coleção 8 do *MapBiomias* é um exemplo do papel do *articulador* na promoção do diálogo entre diferentes atores dos setores de interesse (e.g., agentes públicos, filantropos, empresas de tecnologia, formuladores de políticas, acadêmicos). E por fim, o papel do *representante*. Esse pode ser visto nos eventos públicos de relevância, como o caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) n. 59 (pedido de reconhecimento da omissão da União em relação à paralisação do Fundo Amazônia), sendo exercido pelas entidades Conectas Direitos Humanos, Instituto Alana e o próprio Laboratório do Observatório do Clima²².

Desse modo, finalizando a tentativa de encaixar os quatro papéis no objeto empírico, ou seja, na morfologia observada na coalizão Observatório do Clima, foram identificados os dois novos papéis: *produtor* (de conhecimento) e *monitor* (de políticas públicas). Antes de apresentar os novos papéis, ressaltamos que identificamos nos dois a presença de um *agente artificial*, no sentido sociológico de Elliott (2022). Nessa linha, a tecnologia digital é entendida como um *agente artificial*, e esse enquadramento é estruturador e estruturante nesses dois novos papéis. Os agentes artificiais ganham relevância analítica, em especial, no âmbito da *big data* e produção em escala industrial de dados digitalizáveis e digitalizados. Aqui a tecnologia digital é aquela associada diretamente à inteligência artificial (IA) ou a sistemas algoritmos de alta complexidade, ou seja, “uma combinação complexa de robótica, melhorias aceleradas em tecnologia de computador, aprendizado de máquina (*machine learning*) e *big data* para gerar sistemas autônomos que rivalizam ou excedem as capacidades humanas” (Elliott, 2022, p. 15). Reforçamos que a tecnologia digital à base de IA não é enquadrada analiticamente como um instrumento passivo, senão como um agente climático artificial ativo. Enfim, tanto o papel do *produtor* de conhecimento como o do *monitor* de políticas públicas é composto por um agente artificial, pois sem esse tipo de *agenciamento não humano* não é possível a existência desses dois novos papéis no contexto contemporâneo.

O papel de *produtor* (*v*) encontra-se na dimensão epistemológica (*épistémè*), do saber, e possui um vínculo indissociável com a dimensão tecnológica (*téchne*). Nesse sentido, o produtor de conhecimento extrapola as tarefas de decodificação e recodificação de dados ou informações recebidas. O produtor epistêmico possui a função específica de produzir saberes, sejam eles científicos ou ancestrais, em conjunto com entidades acadêmicas ou organizações do tipo *think tank* (por exemplo, Instituto de Energia e Meio Ambiente – Iema). Um exemplo desse papel é a plataforma

22. ADO 59 no STF: “STF começa a julgar ação sobre paralisação do Fundo Amazônia”. (6 out. 2022). Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=495418&cori=1alla>, consultado em 01/09/2023.

FIGURA 3
 Conteúdo do Produtor MapBiomias (Coleção 8)



Com base na plataforma *MapBiomias*, em especial da seção “Visão Geral da Metodologia”, a partir de bases algorítmicas. Em destaque (borda verde-floresta), a plataforma em sua versão ao usuário final de acesso público e gratuito. Fonte: autores.

científica digital *MapBiomias*. Os processos de produção de conhecimento científico do *MapBiomias* podem ser observados em um esquema simplificado na Figura 3.

A versão ao usuário final é de acesso público e gratuito. Atualmente o *MapBiomias* encontra-se na versão “Coleção 8”. Nota-se que “a partir da Coleção 2 do *MapBiomias* as notas metodológicas foram substituídas pelo ATBD (*Algorithm Theoretical Basis Document*), que descreve todo o processo de desenvolvimento e produção dos mapas e os algoritmos utilizados”²³. O agente artificial das *big techs* é o *Google Earth Engine*. Todo o processo de captura de dados inicia-se na base dos satélites do INPE (Landsat) e percorre um longo caminho (Figura 3) até a versão ao usuário final (*end user*), que pode ser de um cidadão comum até um especialista ou formuladores de políticas públicas climáticas. Como pode ser observado, são “sistemas autônomos que rivalizam ou excedem as capacidades humanas” (Elliott, 2022, p. 15), uma vez que a plataforma é integrada às bases de dados e disponibiliza as informações estruturadas e palatáveis de modo *on-line* a qualquer sujeito²⁴.

23. ATBD (Algorithm Theoretical Basis Document), MapBiomias. Disponível em <https://brasil.mapbiomas.org/download-dos-atbds-com-metodo-detalhado/#>, consultado em 01/09/2023.

24. Sujeito entendido como um ator/agente político com capacidade de reflexão (sobre os dados e informações) e de incidência (sobre as políticas climáticas).

FIGURA 4

Conteúdo do Monitor da Reconstrução da plataforma Política por Inteiro do Instituto Talanoa



A partir da plataforma *Política por Inteiro*. Fonte: autores.

Essa plataforma digital científica, o *MapBiomass*, é fruto da coalizão das entidades-membro do tipo assembleia do OC com a participação de outras entidades: a Universidade Federal de Goiás (Lapig/UFG), Universidade de São Paulo (Quapá-FAU/USP; Nepa e YBY), Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de São Carlos (NEEPC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Centro de Estudos sobre o Pampa/UFRGS), entre outras.

Já o papel de *monitor de políticas públicas (vi)* encontra-se na dimensão tecnológica (*téchne*), do fazer, o qual opera em dois planos. No plano tecnológico, encontram-se práticas de desenvolvimento de algoritmos para busca, monitoramento e coleta de dados a partir de bancos de dados e plataformas existentes, assim como das publicações das legislações produzidas ou decisões jurídicas (e.g., Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal). E no plano analítico, podem ser examinadas práticas relacionadas à organização, filtragem, análise e consolidação dos dados oriundos de bancos de dados existentes. Parte dessas atividades é realizada pelo produtor de conhecimento, e outra parte por diferentes membros na rede do OC. Além do *Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa* (SEEG) e do *MapBiomass*, produtos do papel de monitor de políticas climáticas desdobrados por

outras entidades-membro do OC, é o caso do Monitor da Reconstrução (Figura 4) na plataforma *Política por Inteiro*²⁵ do Instituto Talanoa²⁶.

No Monitor da Reconstrução, as políticas públicas relacionadas à pauta climática estão sendo monitoradas de modo autônomo pela plataforma (Figura 4). Decretos, medidas provisórias (MP), instruções normativas (IN), portarias e despachos são monitorados pelos algoritmos da plataforma. Assim como na metodologia do *MapBiomass*, os sistemas autônomos da plataforma *Política por Inteiro* realizam seu monitoramento na base de dados do *Diário Oficial da União* – atividade que para ser feita diariamente exigiria um volume gigante de seres humanos. O método do Monitor da Reconstrução foi desenhado de tal forma que “os atos normativos publicados no *Diário Oficial da União* são capturados, *todas as manhãs*, a partir do *sistema de inteligência artificial desenvolvido* para extrair normas ambientais, de mudança do clima”²⁷ (grifos acrescidos).

Metacoalção e os novos papéis de intermediação

Ao analisar a morfologia (composição de seus membros) e as práticas sociopolíticas da coalizão OC, este trabalho tensiona os limites das categorias em foco, em particular, de intermediador (*broker*). Os autores Sabatier, Weible, Jenkins-Smith, Brulle e Diani possuem noções amplas, ou mesmo genéricas, sobre uma tipologia de grandes agrupamentos (Brulle, 2019; Diani, 2021; Sabatier, 1998; Weible *et al.*, 2011). Incluem em suas definições “organizações governamentais” e “valores similares” como condição para o enquadramento de uma coalizão de defesa ou rede. Já a tipologia de Gurza Lavalle e Von Büllow (2014) enfatiza os graus de formalização e especifica bastante os papéis desses grandes agrupamentos. Por isso, nós nos concentramos em aprimorar nossa definição de agrupamento, baseados no estudo de caso da rede do OC a partir de Gurza Lavalle e Von Büllow (2014), visando a enquadrar o OC em um dos três tipos dos autores. Isso posto, entendemos que o OC não se enquadra adequadamente em nenhum dos três tipos e, portanto, propomos uma nova categoria: *metacoalção*. Também expandimos o quadro conceitual de Gurza Lavalle e Von Büllow (2014) em relação aos papéis, ao identificarmos e incluirmos dois papéis nitidamente diversos dos quatro papéis até então existentes no quadro. A Tabela 1 apresenta a tipologia expandida com a nova categoria de agrupamento

25. *Política por Inteiro*. Disponível em <https://politicaporinteiro.org/monitor-da-reconstrucao/>, consultado em 01/09/2023.

26. Talanoa, 2022. Trata-se da parceria entre oc e Instituto Talanoa, ver p. 6, disponível em <https://x.gd/qL95I>, consultado em 01/09/2023.

27. Disponível em <https://politicaporinteiro.org/metodologia/>, consultado em 01/09/2023.

TABELA 1

Quatro tipos de brokers institucionalizados e características correlatas

Tipos	Regras de Pertencimento		Características Correlacionadas		Principais papéis externos de intermediação	Exemplos empíricos
	Formalização	Pluralidade	Relação com membros	Definição de objetivos		
<i>Associação Pico</i>	Fronteiras rígidas com regras jurídicas	Restrita a um subconjunto específico de agentes	Membros tendem a ser filiados	Objetivos amplos a partir dos membros filiados	Tradutor, Coordenador, Articulador e Representante	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)
<i>Conglomerado Associativo</i>	Limites flexíveis, mas regras explícitas	Aberto a uma ampla gama de agentes	Membros tendem a ser aliados (campanhas)	Objetivos explícitos compartilhados pelos aliados	Tradutor, Coordenador e Representante	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
<i>Entidade Multissetorial</i>	Sem limites nítidos e às vezes com regras vagas	Aberto a uma ampla gama de agentes	Membros tendem a ser participantes de espaços afins	Adesão de consensos sobre questões específicas	Tradutor, Coordenador, Articulador	Fórum da Saúde
<i>Metacoalidação</i>	Todas as anteriores simultaneamente	Aberto a uma ampla gama de agentes	Todas as anteriores simultaneamente	Todas as anteriores simultaneamente	Tradutor, Coordenador, Articulador, Representante, Produtor e Monitor	Observatório do Clima

Fonte: autores. Adaptado e ampliado a partir de Gurza Lavalle e Von Büllow (2014).

e os dois novos papéis (Tabela 1). Ressaltamos que os três primeiros tipos e as características correlatas associadas aos mesmos são oriundos de Gurza Lavalle e Von Büllow (2014), incluindo os exemplos empíricos. Nossa contribuição limita-se ao tipo número 4 (Tabela 1) e suas características correlatas a partir do estudo de caso da coalizão Observatório do Clima.

Entendemos a metacoalidação em dois planos: intermediação (no sentido de *brokers*) e ideológico-utópico (no sentido das crenças e valores). No plano da intermediação (*brokers*), em relação à *formalização* – no sentido lavalle-büllowiano –, a metacoalidação pode ser entendida como um agrupamento que possui regras explícitas e implícitas simultaneamente. Ela possui uma fronteira rígida ao se formalizar como pessoa jurídica na dimensão legal, ou seja, institucionaliza-se formalmente. Outra

característica é que sua fronteira permite modalidades não rígidas, ou seja, a aprovação de novos membros pode ocorrer sem que a nova entidade (organização) seja um agente formalizado legalmente ou ainda fora de regulamentos explícitos. Nesse plano, a metacoalção possui fronteiras rígidas e flexíveis simultâneas no que tange à formação, à manutenção e à evolução do agrupamento de coalizão. Em relação à *pluralidade de agentes*, ela não é “restrita a um subgrupo específico de atores” nem “aberta a uma ampla gama de atores” (Gurza Lavalle e Von Bülow, 2014, p. 140). A pluralidade de membros encontra-se mais pautada no sentido de uma *abordagem policêntrica* (Lofthouse e Herzberg, 2023), ou seja, subagrupamentos se adensam em espaços temáticos específicos ao mesmo tempo que uma ampla gama de agentes diversos pode compor esses diferentes espaços nucleares em uma constelação, a metacoalção. Nessa linha são formadas *coalizões de sentido* que se configuram em coalizões de coalizões até a forma, amorfa e multipolar, da metacoalção. Em relação ao *relacionamento dos membros*, há membros filiados formalmente, aqueles que tendem a se filiar, os que participam somente de grandes campanhas e os que coabitam apenas espaços afins. Em relação à *definição de objetivos*, há um macro-objetivo compartilhado e objetivos específicos compartilhados entre algumas redes-coalizões, bem como adesões por consensos sobre políticas específicas. E finalmente, em relação aos *papéis de intermediação*, a metacoalção possui, tanto interna como externamente, seis papéis: tradutoras, coordenadoras, articuladoras, representantes, produtoras e monitoras.

Os dois papéis identificados complementares (produtor e monitor) são ancorados em um agente artificial (e.g., bases de dados, rede de satélites, *big data*, algoritmos e inteligência artificial, plataformas digitais). Entre as competências do produtor de conhecimento que opera essencialmente na dimensão epistêmica – porém ressaltamos a indissociabilidade da dimensão tecnológica para a produção de novos saberes –, citamos: fazer saber (produção de conhecimento) por meio do saber-fazer (configurações tecnológicas necessárias). Já entre as competências do monitor de políticas públicas que opera fundamentalmente na dimensão tecnológica, destacamos: a competência modal do *saber fazer* por meio da mobilização do conhecimento tecnológico para fins de cumprir seu papel de intermediação.

Considerações finais

O Observatório do Clima é caracterizado aqui como uma *metacoalção*, entendida como uma coalizão de coalizões que se estende por dois planos: intermediação e ideológico-utópico. Esse achado analítico contribui para a tipologia mais robusta de grandes agrupamentos de atores, construída por Gurza Lavalle e Von Bülow (2014;

2015). Adicionamos a ela um novo arranjo, apontando para a nova configuração de fronteiras, bem como para novos papéis, o de minerador (de leis, ou, em outros termos, de normatividade) e o de produtor de conhecimento (científico). Ressaltamos que os atuais achados são fruto da inclusão da abordagem dos estudos sociais das ciências e das tecnologias (ESCT), principalmente de novos agenciamentos das tecnologias digitais.

Futuros estudos podem incluir coalizões de elementos ideológico-utópicos do plano reflexivo, para gerar uma melhor compressão do *deep core beliefs* – como sublinhado pela atual equipe que dá continuidade à abordagem de Sabatier (Brulle, 2019; Ripberger *et al.*, 2014). Talvez a prospecção sociológica de que a utopia brasileira seja uma *colcha de retalhos* ideológico-utópica (Alegria, 2018) tenha se materializado na arena das políticas climáticas no Brasil. Algumas utopias climáticas democráticas só são possíveis em um estado de heterotopias híbridas com múltiplas fronteiras, rígidas e flexíveis, e uma diversidade de papéis em coexistência. Essa convivência heterotópica não é pacífica nem harmonizada e, apesar de tensionada, essa constelação de agentes *produz* materialidades e subjetividades aderentes a uma utopia climática realista possível.

Referências Bibliográficas

- ALEGRIA, Rosa. (2018), “La utopía brasileña o la colcha de retazos. El largo plazo y la política como obstáculo”. In: PAZ, Guillermina Baena (org.). *Escenarios futuros para America Latina y el Caribe*. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 191-202. Disponível em <http://ciid.politicas.unam.mx/semprospectiva>.
- ALONSO, Angela *et al.* (2007), “Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro”. *Novos Estudos Cebrap*, 79: 151-167. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300008>.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – Apib. Disponível em <https://apiboficial.org>, consultado em 01/09/2023.
- ATBD (Algorithm Theoretical Basis Document), *MapBiomass*. Disponível em <https://brasil.mapbiomas.org/download-dos-atbds-com-metodo-detalhado/#>, consultado em 01/09/2023.
- BRULLE, Robert J. (2019), “Networks of opposition: A structural analysis of U.S. climate change countermovement coalitions 1989-2015”. *Sociological Inquiry*, 91 (3): 603-624. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soin.12333>.
- DIANI, Mario. (2021), “From environmental (movement) organizations to the organizing of environmental collective action”. In: GRASSO, Maria & GIUGNI, Marco (orgs.). *The Routledge handbook of environmental movements*. Londres, Routledge, pp. 293-309.

- EL-OJEILI, Chamsy. (2018), "Reflecting on post-fascism: utopia and fear". *Critical Sociology*, 45 (7): 1149-1166. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0896920518768867>.
- EL-OJEILI, Chamsy. (2020), *The utopian constellation: future-oriented social and political thought today*. Cham, Springer International Publishing.
- ELLIOTT, Anthony. (2022), *Making sense of AI: our algorithmic world*. Cambridge, UK; Medford, MA, Polity Press.
- FAKEBOOK.ECO. Disponível em <https://fakebook.eco.br/>, consultado em 01/09/2023.
- FELDMAN, M. S. *et al.* (2004), "Making sense of stories: a rhetorical approach to narrative analysis". *Journal of Public Administration Research and Theory*, 14 (2): 147-170. Disponível em <https://academic.oup.com/jpart/article-lookup/doi/10.1093/jpart/muh010>.
- FORNO, Francesca & WAHLEN, Stefan. (2022), "Environmental activism and everyday life". In: GRASSO, Maria & GIUGNI, Marco (orgs.). *The Routledge handbook of environmental movements*. Londres, Routledge, pp. 434-448.
- GÊNERO E CLIMA. Disponível em <https://generoeclima.oc.eco.br/>, consultado em 01/09/2023.
- GURZA LAVALLE, Adrian & VON BÜLOW, Marisa. (2015), "Institutionalized brokers and collective actors: different types, similar challenges". In: ROSSI, Federico & VON BÜLOW, Marisa (orgs.). *Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. Burlington, Routledge, pp. 157-180.
- GURZA LAVALLE, Adrian & VON BÜLOW, Marisa. (2014), "Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes". *Política & Sociedade*, 13 (28): 125-165. Disponível em <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p125>.
- GUSSO, Ramon. (2022), "Análise de redes e associativismos". In: SZWAKO, José; DOWBOR, Monika & PEREIRA, Mateus (org.). *Métodos em movimento*. Rio de Janeiro, Eduerj, pp. 129-168.
- IPCC. (2023), *Summary for policymakers | Synthesis report of the IPCC sixth assessment report (IPCC AR6 SYR SPM)*. IPCC. Disponível em <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>.
- JACOBI, Pedro Roberto. (2000), "Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas". *Revista de Administração Pública (RAP)*, 34 (6): 131-158. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6353/4938>.
- LEVITAS, Ruth. (2013), *Utopia as method*. Londres, Palgrave Macmillan UK.
- LOFTHOUSE, Jordan K. & HERZBERG, Roberta Q. (2023), "The continuing case for a polycentric approach for coping with climate change". *Sustainability*, 15 (4): 3770. Disponível em <https://www.mdpi.com/2071-1050/15/4/3770>.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. (2014), "Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (85): 159-178. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=en, consultado em 29/03/2023.
- LYNCH, Cecelia. (2015), "Critical interpretation and interwar peace movements: challenging

- dominant narratives”. In: YANOW, Dvora & SCHWARTZ-SHEA, Peregrine (orgs.). *Interpretation and method: empirical research methods and the interpretive turn*. Londres; Nova York, Routledge, pp. 300-308.
- MAPBIOMAS. Disponível em <https://brasil.mapbiomas.org/>, consultado em 01/09/2023.
- “MMA EXCLUI INFORMAÇÕES sobre áreas protegidas de novo site”. Disponível em <https://twitter.com/obsclima/status/1604139085408280576>, consultado em 01/09/2023.
- MORAES, Flávio *et al.* (2020), “Mudanças climáticas e ciências sociais: uma análise bibliométrica”. *Revista Virus*, 1: 1-13. Disponível em <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=17&lang=pt>.
- OC – Observatório do Clima. (maio 2023), *Manual interno do Observatório do Clima*. Disponível em <https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/07/Manual-Institucional-2023.pdf>, consultado em 01/09/2023.
- OC – Observatório do Clima. “Nossa história”. *Observatório do Clima*. Disponível em <https://www.oc.eco.br/quem-somos/nossa-historia/>, consultado em 01/09/2023.
- OC – Observatório do Clima. (2023), *Nunca mais outra vez. Observatório do Clima*. Disponível em <https://www.oc.eco.br/nunca-mais-outra-vez-4-anos-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro/>.
- OC – Observatório do Clima. (23 jun. 2020, atualizado 11 mar. 2024). “OC deixa Coalizão Brasil”. Disponível em <https://www.oc.eco.br/oc-deixa-coalizacao-brasil/>, consultado em 01/09/2023.
- OC – Observatório do Clima. “Premissas e Princípios”. Disponível em <https://www.oc.eco.br/quem-somos/premissas-e-principios/>.
- OLIVEIRA, Henrique Campos de & SANCHES FILHO, Alvino. (2022), “Uma breve trajetória dos elementos constitutivos do *Advocacy Coalition Framework* (ACF)”. *Revista de Administração Pública*, 56: 632-653. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0034-761220220049>.
- POLÍTICA POR INTEIRO. Disponível em <https://politicaporinteiro.org/monitor-da-reconstrucao/>, consultado em 01/09/2023.
- RIPBERGER, Joseph T. *et al.* (2014), “Cultural theory and the measurement of deep core beliefs within the advocacy coalition framework: Cultural Theory and the measurement of deep core beliefs”. *Policy Studies Journal*, 42 (4): 509-527. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/psj.12074>.
- SABATIER, Paul a. (1998), “The advocacy coalition framework: revisions and relevance for Europe”. *Journal of European Public Policy*, 5 (1): 98-130. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501768880000051>.
- SALMI, Frederico. (2023), “PLANB index: sociological categories for climate policymakers”. *Brazilian Political Science Review*, 17: 1-38. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1981-3821202300030001>.
- SALMI, Frederico. (2022), “Utopias climáticas: Observatório do Clima e Ato pela Terra”.

- Estudos de Sociologia*, 27 (e022031): 1-25. Disponível em <https://doi.org/10.52780/res.v27i00.16896>.
- SALMI, Frederico & FLEURY, Lorena Cândido, (2022a), “Mudanças climáticas e Ciências Sociais: análise bibliométrica do campo (2011-2021)”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 1 (97): 1-19. Disponível em <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/574/630>.
- SALMI, Frederico & FLEURY, Lorena Cândido, (2022b), “Sociologia da utopia crítica no nexos das mudanças climáticas”. *Tramas Y Redes | Clacso*, 3: 91-111. Disponível em <https://tramasyredes-ojs.clacso.org/ojs/index.php/tyr/article/download/150/59>.
- SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA – SEEG. Disponível em <https://seeg.eco.br/>, consultado em 01/09/2023.
- “STF COMEÇA A JULGAR AÇÃO sobre paralisação do Fundo Amazônia”. (6 out. 2022). Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=495418&ori=1>, consultado em 01/09/2023.
- SZWAKO, José; DOWBOR, Monika & PEREIRA, Mateus (orgs.). (2022), *Métodos em movimento*. Rio de Janeiro, Eduerj.
- TALANOVA. (2022), *Reconstrução: 401 atos do Poder Executivo Federal (2019-2022) a serem revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira*. Instituto Talanova.
- WEIBLE, Christopher M. *et al.* (2011), “A quarter century of the advocacy coalition framework: An introduction to the Special Issue: Weible *et al.*”. *Policy Studies Journal*, 39 (3): 349-360. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1541-0072.2011.00412.x>.
- YANOW, Dvora. (2015), “Thinking interpretively: philosophical presuppositions and the human sciences”. In: YANOW, Dvora & SCHWARTZ-SHEA, Peregrine (orgs.). *Interpretation and method: empirical research methods and the interpretive turn*. Londres; Nova York, Routledge, pp. 5-26.

Resumo

Metacoalção e os novos papéis de broker: o caso Observatório do Clima

Este artigo apresenta uma análise da rede Observatório do Clima à luz da categoria-horizonte coalizão de defesa, em particular da categoria intermediador (*broker*). Foi mobilizado um quadro conceitual-metodológico a partir dos arcabouços teóricos da sociologia da utopia crítica na questão climática e dos estudos de interações socioestatais. A análise interpretativa crítica foi utilizada como estratégia metodológica. Como resultado, é apresentada a proposição de uma nova categoria, a *metacoalção*, e de dois papéis complementares, o *produtor* (de conhecimento) e o *monitor* (de políticas públicas), ao quadro conceitual de Gurza Lavalle e von Bülow (2014,

2015). Adicionalmente, é apresentado um novo agente ao cenário analítico como elemento de configuração estruturador/estruturante dos novos papéis: o *agente climático artificial*.

Palavras-chave: Mobilização climática; Políticas de mudança climática; Coalizão; Intermediador; Metacoalizão.

Abstract

Mobilizations and climate change: the case of Observatório do Clima coalition

This article presents an analysis of the Observatório do Clima network in the light of the categories advocacy coalition, specifically broker. A conceptual-methodological framework was mobilized based on the theoretical frameworks of the sociology of critical utopia on the climate issue and studies of socio-state interactions. Critical interpretive analysis was used as a methodological strategy. The result is the proposal of a new category, metacoalition, and two complementary roles, producer (of knowledge) and monitor (of public policies), to Gurza Lavallo and von Bülow's (2014, 2015) conceptual framework. In addition, a new agent is introduced to the analytical scenario as a structuring configuration element of the new two roles: the artificial climate agent. Keywords: Climate mobilization; Climate change policies; Coalition; Intermediary; Meta-coalition.

Texto recebido em 22/12/2023 e aprovado em 15/03/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.220653.

FREDERICO SALMI é pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Integrante de grupos de pesquisa como Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (Temas/UFRGS) e Red de Investigadores sobre Apropiaçión de Tecnologías Digitales (Riat/Clacso). Contato: salmi.frederico@gmail.com.

MONIKA DOWBOR é professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Integrante de grupos de pesquisa como Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS) e Núcleo de Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDAC/Cebrap). Contato: mdowbor@gmail.com.

LORENA CÂNDIDO FLEURY é professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Integrante de grupos de pesquisa como Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (Temas/UFRGS) e Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS). Contato: lorenafeury@gmail.com.



Singular e como todo mundo

Visibilidade e as pessoas com deficiência

Claudia Linhares Sanz*

<https://orcid.org/0000-0003-0256-817X>

Giovanna Palatucci*

<https://orcid.org/0009-0003-7993-2774>

*Tem tanta gente falando por nós que
ficamos invisíveis na sociedade*

ISABELLA SAVAGET (*Metrópoles*, 2022)

*Somos poucos ainda (nas redes sociais) e somos os
poucos que as pessoas fazem questão de não ver*

NATHÁLIA SANTOS (Nina, 2020).

Isabella Savaget (2022), jovem com paralisia cerebral¹, usa seu canal no *TikTok*², com pouco mais de 200 mil seguidores, para “descomplicar a deficiência”. Nathália Santos, jornalista autodeclarada “cega” e “mamãe do Davi”, compartilha seu cotidiano nas redes sociais visando a contribuir para os brasileiros entenderem melhor a situação das pessoas com deficiência³. Com cerca de 60 mil seguidores no *Instagram*, rei-

* Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

1. Redigido pelas autoras, o artigo é fruto, entretanto, dos debates realizados com a professora Fátima Vidal e as pesquisadoras Mariana Barros, Evelyn Rodrigues, Clara Marinho e Sophia de Oliveira, equipe da pesquisa (In)visibilidades da pessoa com deficiência no regime contemporâneo de imagens, projeto de cooperação entre a Universidade de Brasília e a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes).
2. Quarta maior rede social do mundo, criada na China em 2016, hoje com cerca de 1,5 bilhão de usuários ativos. Para mais informações: <https://infobase.com.br/infografico-tik-tok-rede-social-da-geracao>.
3. “Aqueles pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009).

vindica visibilidade que vá além da deficiência: “Eu não enxergo, mas é a sociedade que não me vê, que me torna invisível” (Santos, 2021). Isabella Savaget (2022) faz exigência semelhante: “Não subestimem nossa capacidade, nem nos superprotejam e nos infantilizem ou, muito menos, nos tornem invisíveis”. O apelo é reforçado pela propaganda da Paraolimpíada de 2020, em Tóquio: “Apenas quando vocês nos virem como um de vocês – maravilhosamente comuns, maravilhosamente humanos –, só então todos nós poderemos quebrar essas barreiras que nos mantêm separados”⁴.

Isabella e Nathália, e não só elas⁵, querem furar essa espécie de manto de invisibilidade que ainda hoje encobre suas vidas: “Olhem isto aqui. Olhem, existimos; parem de nos ignorar, o mundo é para todos”. Exigem seus enunciados, criando fissuras nessa espécie de paisagem humana já consolidada, bastante homogênea e erguida à custa de lógicas de inclusão e exclusão da normalidade. Assim denunciam a economia de poder que exerce sobre elas – pessoas com deficiência – espécie de indiferença, alienação social, desprezo moral e consentimento (ele, sim, invisível) de que elas deveriam ficar à margem, ausentes do espaço público.

De fato, nenhum diagrama de poder se institui sem que um diagrama de *visibilidade* também seja implantado, fazendo com que certas verdades e saberes se manifestem em determinados momentos históricos, bem como certos grupos sociais a serem dotados do “direito” de recusar o olhar ou da “capacidade de ver através” de seus subordinados ou excluídos (Honneth, 2001)⁶. Trata-se de uma arquitetura de visibilidades em sentido amplo, ligada à percepção e à atenção de certa atualidade, em que se abrem diferenças incomensuráveis entre aqueles grupos sociais autorizados

4. Propaganda do WETHE15 (2022), “movimento global de direitos humanos que visa tornar visíveis as pessoas com deficiência, que representam 15% da população mundial”. Liderado pelo Comitê Paralímpico Internacional e pela Aliança Internacional para a Deficiência, o WETHE15 reúne organizações internacionais do esporte, de direitos humanos, políticos, empresas, das artes e do entretenimento que trabalham pelas “mudanças a favor do maior grupo marginalizado do mundo”.

5. Busca no *Google*, em 23 de junho de 2023, utilizando palavras-chave referentes a pessoa com deficiência, aponta, com os descritores “Instagram”, “perfil” e “PCD”, 583 mil resultados; com os descritores “Tiktok”, “perfil” e “PCD”, 131 mil resultados. Qualquer navegação pelas duas redes sociais evidencia o crescente número de perfis de pessoas com deficiência compartilhando seus cotidianos. Nesse primeiro momento da pesquisa nos interessou pensar se alguns desses perfis tratavam do tema da visibilidade explicitamente, que sentidos atribuíam ao ser invisível e ao ser visível, como acionavam a invisibilidade. Tratou-se, portanto, de etapa exploratória de análise dos enunciados publicados na rede.

6. Professor de filosofia social na Universidade de Frankfurt, diretor do Instituto de Pesquisa Social desde maio de 2001. Considerado teórico da terceira geração da Escola de Frankfurt, desenvolve sua teoria do reconhecimento social a partir dos escritos de Hegel, para quem a reciprocidade seria condição essencial do reconhecimento social (cf. Honneth, 2003, p. 121). Argumenta que os conflitos sociais atuais se baseiam em lutas pelo reconhecimento social, fundamentalmente vinculadas à própria ideia de autorreconhecimento (p. 273). Nessa e nas demais citações de textos em idiomas estrangeiros a tradução é nossa.

a serem vistos e aqueles que desaparecem socialmente. Se, nessas falas de pessoa com deficiência, o verbo *ver* não se refere ao gesto literal, refere-se, por outro lado, ao esquema de *visibilidade* em que algumas pessoas e não outras são colocadas à luz social, interferindo no que é (e no que não é) passível de ser reconhecido ou ignorado, mostrado ou escondido, valorizado ou desprezado.

É esse desprezo social que também Clarinha Mar (2022), jovem com paralisia cerebral, “influenciadora PCD”, enfrenta cotidianamente quando utiliza o transporte público: “Não olha não, filho, ela tem só um probleminha”. Ao adentrar os espaços, se defronta com desvios de olhares – uma recusa corporal das pessoas sem deficiência que, ante seu corpo, seu andar, seus gestos ou seu jeito de falar, respondem ora com repulsa, ora com rodeios, ora com lamento ou caridade. O que enfrenta não é exatamente o “olhar através” típico da indiferença ou da “superioridade” das classes dominantes, por exemplo, em relação à pobreza, mas mescla de incômodo, pesar, estranhamento, repulsa de quem prefere não olhar. “As pessoas com deficiência até pouco tempo não eram nem vistas pela sociedade; ficavam em casa, não tinham valor social” (Mar, 2020).

Não por acaso, a metonímia da invisibilidade se tornou, pelo menos desde os anos 1980, bastante usada para analisar as dinâmicas a que os grupos à margem social estão submetidos. Relaciona-se a ausência não restrita às imagens circulantes: efeito que se efetiva mediante as omissões de direitos, falta de leis, ineficiência de políticas públicas, privação de bens materiais e imateriais, e acessibilidade negada em múltiplas esferas da vida. O “não ver” se refere a um campo de relações de poder capaz de criar áreas de sombras, desumanizando aqueles cuja existência é colocada em dúvida pela autoridade da visão de classes e grupos hegemônicos.

Tratamos aqui de 18,6 milhões de pessoas de dois anos ou mais de idade com deficiência no Brasil em 2022, o que corresponde a 8,9% da população nessa faixa etária, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 1 (IBGE, 2023). No âmbito mundial, esse valor está atualmente em 15% da população do planeta, quase um bilhão de pessoas (ONU, 2017), integrantes de culturas diversas, alocadas em distintas faixas econômicas e etárias, portadoras de tipos e níveis variados de deficiências – formas plurais de habitar o corpo e estar no mundo (Diniz, 2009). Multiplicidade que compartilha, entre outros elementos, a invisibilidade social, expressa de inúmeras maneiras e intensidades, o que inclui as imagens nos circuitos hegemônicos da comunicação.

Visibilidade hoje, porém, não é questão circunscrita aos grupos historicamente à penumbra social, como o das pessoas com deficiência. Nas últimas décadas, vem ganhando outras camadas de significado, tornando-se espécie de injunção na vida de “todos, todas e todes”, tipo de moeda, negociado como capital – de pessoas ou

empresas – a ser investido e barganhado em troca de uma existência supostamente mais autêntica. Ganha também sentido de competência (ou incompetência, quando não a alcançamos), de habilidade necessária à sobrevivência contemporânea. Torna-se um tipo de senha, metafórica ou explícita, tanto para a vida pautada nas lógicas mercadológicas quanto para conquistas no campo das lutas sociais, adquirindo não raro significados divergentes e contraditórios.

Aprofundar a análise da ideia de visibilidade hoje é o objetivo deste artigo. Compreender a visibilidade como campo de inscrição social e disputa de sentido nos parece fundamental para o avanço na investigação acerca das invisibilidades da pessoa com deficiência na economia imagética atual, tema da pesquisa ora em desenvolvimento⁷. Trata-se de levantar os problemas em torno do conceito e de suas acepções contemporâneas. Articular, portanto, a revisão teórica à espécie de escavação da atualidade, a partir do diálogo com depoimentos de pessoas com deficiência, sobretudo aqueles proferidos nas redes sociais. Diante da complexidade do tema na atualidade e, principalmente, da importância da questão para a luta da pessoa com deficiência, entendemos que, mais do que mapear os números dessa invisibilidade, é necessário colocar em suspensão quando ela pode estar sendo tensionada ou, por outro lado, quando está sendo intensificada, inclusive pelas imagens.

Tal análise se faz em três movimentos: pensar a *visibilidade* no âmbito da luta pelo reconhecimento social (Honneth, 2001), identificando seu vínculo com as injustiças sociais; analisar, com base em Foucault (2019), Courtine (2006) e Lobo (2015), a aparição do visível como efeito de um regime de visibilidade – forma histórica capaz de fazer com que aquilo que estava à sombra se torne objeto do saber ou do poder, do olhar e da evidência, da representação e da vigilância; discutir as configurações atuais do termo *visibilidade*, quando há espécie de redução do seu sentido à exposição e à exibição. Cabe esclarecer que a escolha teórica e metodológica ensaística constitui o modo pelo qual acreditamos ser possível perceber as configurações fluidas, dinâmicas e relacionais da invisibilidade da pessoa com deficiência no regime atual de imagens. Em vez de partir de um universal, a visibilidade, problematizamos a alteridade de seus sentidos no contemporâneo, dentro e fora da luta pela inclusão. Sendo um modo de avançar na pergunta da pesquisa, o ensaio permite reunir um conjunto de práticas discursivas em torno do tema, nelas percebendo, através da perspectiva teórica, o jogo sempre em negociação, constantemente esgarçado e recomposto entre dominação e resistência.

7. Desde 2022 no âmbito do projeto de cooperação entre a UNB e a Fenapaes, sob coordenação de Cláudia Linhares Sanz e Fátima Vidal.

Visibilidade, do reconhecimento social

Sou um homem invisível. Não, não sou um espectro como aqueles que assombravam Edgar Allan Poe; nem sou um ectoplasma do cinema de Hollywood/ Sou um homem com substância, de carne e osso, fibras e líquidos, e talvez até se possa dizer que possuo uma mente. Sou invisível – compreende? – simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver [...] quando se aproximam de mim, só enxergam o que me circunda, a si próprios ou o que imaginam ver – na verdade, tudo, menos eu.

RALPH ELLISON (2020).

No pensamento contemporâneo, o termo *visibilidade* tem sido utilizado em acepções variadas. Nos campos da sociologia, antropologia, psicologia social, ciência política e ética, a expressão *invisibilidade social* vem servindo para tratar da experiência de inexistência social – coletiva, individual, moral ou psicológica –, efeito de processos de alienação e ocultamento de certas realidades e de grupos de pessoas. No já citado texto de Honneth (2001), visibilidade é termo mobilizado no âmbito do debate sobre a luta por reconhecimento, mola propulsora dos conflitos sociais. Interessado em produzir uma teoria social de conteúdo normativo, o autor revitaliza a categoria hegeliana de reconhecimento como ferramenta social para compreender o sofrimento derivado das desigualdades materiais e simbólicas, sofrimento que revelaria, segundo ele, uma vontade emancipatória da sociedade. A estrutura primária da socialização, base social, analisa o autor, seria justamente a busca por reconhecimento, já que ela organiza as trocas sociais, mas também as relações do indivíduo com ele mesmo. Contrapondo-se à ideia de constituição isolada do sujeito, argumenta que as condições intersubjetivas são fundamentais para a autorrealização individual. Assim, a anomalia nas relações interpessoais intervém na experiência subjetiva dos indivíduos, encontrando sua expressão, como afirmação moral, nas lutas sociais.

Sem pretender aprofundar o conceito de reconhecimento social de Honneth (2001), interessa-nos aqui pensar como ele incorpora a ideia de *visibilidade* para discutir as relações sociais de injustiça: “a história cultural oferece inúmeros exemplos nos quais o dominador expressa sua superioridade social aparentando não perceber aqueles que ele domina” (Honneth, 2001, p. 112). E acrescenta: se um nobre se despia diante de seus servos era porque, aos olhos da nobreza, a presença dos que o serviam era tida como ausência. Olhando “através” de seus subordinados, continua o pensador, a nobreza efetivava gestos de indiferença, cinismo e humilhação, como se quem a vestia não estivesse fisicamente no mesmo espaço ou como se nem todos ali merecessem ser reconhecidos, senão como seres inferiores. Para pensar essa tática de segregação, Honneth utiliza também as ricas descrições do prólogo do romance *Homem invisível*, do estadunidense afrodescendente Ralph Ellison (2020), que

empresta a sua reflexão imagens que expressam, encarnam e, simultaneamente, possibilitam, em termos imagéticos, disparar a análise das relações entre visibilidade e reconhecimento social. A cena criada por Ellison é capaz de inscrever o leitor – do romance ou do texto sociológico – na dinâmica especialmente sutil pela qual se realiza a humilhação racista contra o protagonista negro, dinâmica capaz de o tornar invisível, de o fazer desaparecer não da presença física do protagonista, mas expressando antes seu domínio – dinâmica em que aquele que vê e é visto ocupa o lugar do “sujeito universal e essencial”, e quem vê, mas não é reconhecido, se transforma em “predicado contingente e particular” (Costa, 2004).

A visão, então, intervém como método de cisão social, segregação, tática política de corpos e subjetividades. Assimetria variável em intensidade ou forma, como afirma Honneth (2001), em gradiente que vai desde a “desatenção inofensiva” de alguém que esquece de cumprimentar um conhecido em uma festa; passa pela “ignorância distraída” decorrente da falta de atribuição de valor social quando um patrão não vê sua faxineira; até chegar ao olhar através ou desviante de alguém branco que expressa seu racismo evitando reconhecer a presença de alguém negro. Esses exemplos, esclarece o autor, compartilham a propriedade de ser formas de invisibilidade em sentido figurativo e metafórico: “como cada um deles é, sem dúvida, visível, o ‘conhecido’, a ‘faxineira’ e a pessoa negra humilhada representam objetos facilmente identificáveis no campo visual do sujeito em questão; como resultado, a ‘invisibilidade’ aqui não pode designar um fato cognitivo, mas deve significar um tipo de *estado social* de coisas” (Honneth, 2001, p. 119. Grifo nosso).

A invisibilidade, portanto, sugere o autor, é decorrência de comportamento ativo que negligencia, ignora ou despreza socialmente; que não se expressa, ou melhor, que se expressa na ausência de “formas enfáticas de expressão”. Trata-se, segundo Honneth (2001), de ausência performativa realizada publicamente, necessária para que, sendo visível e identificável a partir de suas características, tanto o sujeito afetado se sinta invisível, quanto outras pessoas possam interpretar sua presença como invisibilidade. A invisibilidade social adquire caráter público, portanto e justamente porque se manifesta, de modo paradoxal, em um lapso das formas enfáticas que em geral expressariam o ato de identificação individual. Experimentar-se como invisível revelaria – na perspectiva do autor – que o indivíduo pressupõe ter sido visto e identificado, mas não reconhecido. O sujeito só pode afirmar que quem olha através dele o ignora (ou o negligencia) se pressupuser que essa pessoa o identificou, apesar de não o expressar publicamente – “a invisibilidade no sentido figurativo pressupõe a visibilidade no sentido literal” (*Idem*, p. 114). Ver literalmente e desviar o olhar, perceber e olhar através, identificar e ignorar são formas de afirmar a ausência de validade social desse sujeito visto, mas não reconhecido (*Idem*, p. 122).

A questão que nos interessa especialmente a partir dessa argumentação de Honneth é a profunda relação do sentimento de invisibilidade com o sofrimento, o desrespeito e desprezo social, atuando como formas de exercício de dominação, algo que não depende do ver, mas “da construção de seus olhos internos, aqueles olhos com os quais eles olham para a realidade por meio de seus olhos físicos”, como, aliás, trata Ellison. Esse sentimento de invisibilidade é sintoma da força das relações intersubjetivas na esfera pública, mas igualmente nas relações dos indivíduos com eles mesmos, já que as subjetividades são constituídas na dialética entre indivíduo e sociedade. Trata-se, portanto, de noção relacional, que supõe relações desiguais na interação social, sendo também vinculada à constituição da própria subjetividade dos indivíduos.

Se o raciocínio de Honneth (2003) parte da categoria metafórica de (in)visibilidade, ele não conclui, entretanto, que a *visibilidade* seja o contraponto dessa patologia social. A visibilidade, reiteramos, aparece em seu texto tanto como pressuposto dos processos ativos de invisibilização (vejo, mas olho através; percebo, mas desvio o olhar), quanto antecedente aos vínculos morais de reconhecimento. “Tornar-se visível” emerge no argumento do autor como espécie de fato elementar e primário, vinculado à afirmação da existência do outro e à identificabilidade das características relevantes dessa pessoa, algo que precede a luta pela reciprocidade entre indivíduos, mas não a define. Assim, apesar de visibilidade e reconhecimento social se relacionarem de modo significativo, para o autor não são sinônimos. A visibilidade aparece associada muito mais ao gesto de conhecer (*erkennen*) do que ao eixo fundamental de seu trabalho que é pensar os processos pelos quais o reconhecimento seria o núcleo de um sistema de estima, maneira de os sujeitos validarem uns aos outros, rompendo com suas disposições egocêntricas ou aéticas (Honneth, 2003, p. 39). Nesses termos, Honneth utiliza pontualmente a categoria visibilidade, para logo a abandonar em um sentido literal, em prol de conceito mais complexo, que seria justamente o de reconhecimento como fator social omnipresente e irredutivelmente fundamental.

Retemos aqui, entretanto, alguns aspectos da análise do autor. Primeiro, a visibilidade *per se*, em sua perspectiva, não figura positividade, já que é pressuposto tanto para invisibilidade quanto para reconhecimento. Assim, confere à visibilidade uma espécie de neutralidade que só estaria circunscrita em lógicas éticas e morais quando vertida em reconhecimento. Além disso, interessa notar o vínculo que ele atribui – como próprio da visibilidade – entre presença e identificação dessa presença, para usar seus termos. Nesse sentido, a luta por visibilidade poderia ser pensada, primeiro, como batalha pelo “direito plural e performativo de aparecer, direito que afirma e instaura o corpo em meio ao campo político e que, em sua função expressiva e sig-

nificativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas” (Butler, 2018, p. 7).

Cabe, por outro lado, notar que, se a análise de Honneth (2003, p. 90) demonstra como a *invisibilidade* participa da gênese social da identidade do indivíduo, ela avança menos no debate sobre os sentidos da *visibilidade* propriamente. Nessa perspectiva, as reivindicações daqueles que iluminam a escuridão de sua invisibilidade como modo de se fazer visível poderiam parecer apenas formas ingênuas ou mal formuladas de exigir reconhecimento. Entretanto, é justamente a partir do protagonismo da expressão *visibilidade*, a qual ganha, nas narrativas aqui discutidas, um sentido de valor social, que pretendemos pensar os conflitos atuais e os processos constitutivos da subjetividade contemporânea como sintomas de dinâmicas amplas e contraditórias, características dos jogos de poder da atualidade. Conforme veremos, a luta por *visibilidade* não manifesta apenas sofrimento e desprezo social; é também imperativo cada vez mais generalizado; não sendo, portanto, positividade assegurada. Ser “visível” pode ser a armadilha a que estaríamos todos submetidos e simultaneamente o meio pelo qual algumas pessoas sentem ser possível quebrar o silêncio em torno de suas vidas.

Regime de visibilidade e as imagens do anormal

*O que torna o visual inteligível é ele mesmo invisível.
É um corpo anônimo de práticas espalhadas por diversos lugares*
RAJCHMAN (1988).

Acrescentamos à análise até aqui desenvolvida uma perspectiva que, distante da pressuposta por Honneth, nos ajude a pensar a visibilidade para além de seu aspecto literal, fora de uma constante universal ou de uma análise trans-histórica, investigando em consequência a alteridade dos sentidos que adquire no mundo contemporâneo. Trata-se de compreender como se tornou, especialmente hoje, categoria em disputa, que se vincula à luta indignada de grupos minoritários, sem deixar de aparecer atrelada às novas maneiras de governo de conduta, formas de incorporar os indivíduos a sistemas de dominação e em processos de sujeição inerentes ao tipo contemporâneo de produção de subjetividade. Essa ambiguidade, disjunção bastante característica da atualidade, nos exige pensar a visibilidade no âmbito de relações amplas entre poder e saber, resultado da articulação de dispositivos variados e heterogêneos, materialidades e imaterialidades que configuram as condições de possibilidade até para as normas morais e os arcabouços normativos.

Falamos aqui da relação de forças não excludentes que constituem justamente os diagramas por meio dos quais as coisas são dadas ou tomadas como vistas, as condições para que certos corpos e subjetividades se tornem “visíveis” e valorizáveis, circunstâncias para que certas imagens sejam percebidas e até produzidas. Trata-se do que Michel Foucault chamou de *regime de visibilidade* – forma histórica capaz de fazer com que aquilo que estava à sombra se torne objeto do saber ou do poder, do olhar e da evidência, da representação ou da vigilância, bem como capaz de enfraquecer outros modos de perceber e dar atenção, levando-os à sombra, desprovidos de valor social⁸.

No pensamento foucaultiano a ideia de *regime de visibilidade* se relaciona aos pressupostos que aparecem na própria acepção do termo *regime*⁹: trata-se de forma de reger elementos variados, economias heterogêneas que, articuladas, em luta, em disputa, às vezes em consonância, estabelecem, como efeito sempre provisório e histórico, as condições para que certas coisas, ideias, pessoas, fenômenos se tornem “visíveis”, até como objeto do poder e do saber. Essa regência estabelece as condições de possibilidade para que o visível e o invisível se manifestem como tais, mas também submete, constrange, compromete ou conduz tanto a visão quanto os próprios sujeitos que veem. Nessa perspectiva, nem a visibilidade, nem o reconhecimento estariam “destacados”, autônomos ao regime que, formado por forças sempre em conflito, estabelece as condições para o que se vê e o que se reconhece, como se vê e como se reconhece e para as próprias subjetividades que reconhecem e são reconhecidas, veem ou são vistas. Mais do que isso, são esses regimes também que constroem sentidos à noção de visibilidade, seja ela literal ou simbólica.

Ou seja, embora os regimes de visibilidade sejam as condições de possibilidade de certas formas de ver, não são, entretanto, determinações definitivas. As lutas sociais, as reorganizações epistemológicas, as formas de ver e as imagens produzidas são simultaneamente capazes de transformar esse regime de condições de possibilidades. Colocados em movimento, esses elementos podem funcionar como dispositivos de

8. Foucault usou termos referentes à visibilidade e ao olhar em muitos textos e cursos, para tratar de questões distintas, tanto em seu trabalho arqueológico quanto nas pesquisas mais genealógicas.

9. Derivando do latim *regimen*, de *regere*, regime tem sentido de ação de dirigir, governar, reger (*Houaiss*). Na edição francesa do dicionário *Larousse*, há definições do termo aplicadas a campos diversos, por exemplo: “conjunto de instituições, procedimentos e práticas que caracterizam forma de organizar e exercer o poder”; “conjunto de disposições legais que regem a maneira pela qual alguém ou algo está sujeito a uma instituição”. Em meio às diferentes aplicações, encontramos duas ideias importantes: conjunto de elementos diferentes entre si, instalado em um certo campo, território ou período; tais elementos estão *em relação*. Regime, portanto, é uma “qualidade de relação” entre formas e forças que, articuladas, submetem e conduzem pessoas (ou objetos) a certo ritmo, padrão, limite, possibilidade, demarcação ou procedimento.

incrementação, acréscimo e prolongamento, mas também de desterritorialização e transformação dessa “organização conceitual e prática” que é o regime de visibilidade na perspectiva foucaultiana. Campo de inscrição social, não é espacialidade unificada, mas disposição provisória, aberta ao devir, território em que concorrem modelos mais e menos dominantes, bem como uma série de práticas e culturas hegemônicas e desviantes, em múltiplas frentes – diagramas vulneráveis a esgarçamentos, variações, crises e críticas no próprio tempo que os criou. Se as pessoas são muito menos livres do que pensam para ver, pois haveria nesse ver muito mais “regularidade” do que imaginamos, essa regularidade também é o que permite a transformação, a ampliação ou subversão dos regimes de visibilidade e de reconhecimento, tornando as pessoas muito mais livres do que supomos para ver e reconhecer (Rajchman, 1988).

Na constituição de um regime de visibilidade não há, portanto, submissão direta ou exclusiva à circulação de imagens, seu excesso ou ausência. Tampouco as invisibilidades constituem efeitos de interdição imagética, embora o contrário possa ocorrer – é plenamente possível que as invisibilidades sejam constituídas por milhares de imagens sobrepostas. Breve recuo à modernidade do século XIX nos possibilita encontrar, por exemplo, o estreito vínculo entre a produção de inúmeros dispositivos visuais de exibição da deficiência – fotografias, ilustrações, cartões-postais – e a constituição de uma cultura de profunda estigmatização e invisibilização social. Segundo Courtine (2006), aliás, um dos mais pregnantes modelos de inteligibilidade para ver, reconhecer e interpretar as “anomalias” ou “desvios do corpo” foi o monstro – modelo que reinou muitos anos sem contestação no campo das percepções das diferenças humanas, banalizado por meio de verdadeira festa do olhar (Lobo, 2015; Courtine, 2006). Encarnando temores coletivos, esse modelo entrou em cena e dela saiu algumas vezes durante o século XIX, aparecendo também mais tarde, desbotado ou como sombra, quando legitimou, por exemplo, o lema nazista “eliminar os indesejáveis e multiplicar os desejáveis” (Courtine, 2006, p. 307)¹⁰.

Se a exibição da monstruosidade se converteu progressivamente em exposição do anormal, ela não deixou de configurar uma forma de visibilidade. Entre processos de habilitação e reabilitação, o “anormal” passa, aliás, a estar submetido à visibilidade integral, necessária aos cada vez mais sofisticados sistemas ortopédicos e disciplinares da medicina e da psiquiatria, tão bem estudados por Foucault¹¹. Trata-se aqui de um

10. Estima-se que o programa nazista Aktion T-4 exterminou cerca de um milhão de pessoas pelo fato de possuírem alguma deficiência (*Enciclopédia do Holocausto*).

11. O vaticínio de Foucault (2019) de que a “visibilidade é a armadilha” foi realizado em *Vigiar e punir*, ao tratar do panóptico de vigilância como modelo generalizável para a sociedade disciplinar. O olhar está associado “a um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento do poder” (p. 181).

esquema de “luminosidades” não mais entre servo e nobre, mas entre indivíduos, Estado, lei e polícia, polarizados em vigiados e vigilantes. A modernidade, sabe-se, inventa suas próprias técnicas do “olhar”, integrando-as em regimes próprios de luz como parte indispensável de sua economia de poder.

Segundo Lobo (2015), a deficiência pode ser pensada como a configuração histórica capaz de verter e reduzir a percepção da diferença em exceção, variação em desvio, multiplicidade em desigualdade e subjugação. Foi no âmbito dessas formas de percepção que a exclusão passou a se dar no interior de uma inclusão tipicamente disciplinar, e os “infames da história” – expressão que titula o livro desse autor sobre pobres, escravizados e pessoas com deficiência no Brasil – passaram a estar detidos e aprisionados nas instituições, destituídos das condições humanas, tornados objeto de ódio, desprezo, normalização e medo. A partir da segunda metade do século XX, em decorrência também da luta em defesa da pessoa com deficiência, ocorre o desenvolvimento de outras maneiras de lançar o olhar às diferenças do humano, avançando em muitos sentidos, sem, no entanto, deixar de criar outras contradições. Embaralha-se a fronteira entre normal e anormal, mas empenha-se também em desatenção calculada “que visa reduzir os contatos oculares, multiplicar os afastamentos” (Courtine, 2006, p. 334). As formas de invisibilidade se deslocam, nuançadas (talvez) as perversidades, porém integradas agora em novos regimes de visibilidade. A pessoa com deficiência passa, paradoxal e simultaneamente, a ser percebida e apagada em sua diferença, lembrada e negada, reconhecida e recalçada (*Idem*, p. 335). As novas montagens entre imagem, poder e subjetividade, imanentes às máquinas e às práticas de uma sociedade de mercado, criam, como veremos, novas relações entre, por exemplo, imagem, valor social e desprezo moral.

Injunção da visibilidade, novas contradições

Se acho alguma coisa feia em mim, procuro expor para, de alguma forma, cuidar e superar. E para que outras pessoas com corpos imperfeitos se sintam vistos, se sintam de alguma forma representados, porque não tem graça um ambiente virtual só de corpos perfeitos e de vozes-padrão

IVAN BARON (2022)

Poderíamos, então, articular as duas ideias de visibilidade aqui discutidas – de autores tão distantes quanto Honneth e Foucault –, primeiramente pela constatação de que a luta das pessoas com deficiência por visibilidade participa da luta por reconhecimento, sendo sintoma de um processo histórico de invisibilização, que, nesse caso, é simultaneamente literal – porque, de fato, a história das pessoas com deficiência é marcada

por confinamento significativo e sua ausência no espaço público – e simbólico, porque feito também pela distribuição e circulação de discursos, os imagéticos incluídos, que produzem desprezo social, relações patológicas intersubjetivas e sofrimento pessoal. Em segundo lugar pelo fato de que essa invisibilidade só se torna legível e possível no âmbito de um regime mais amplo de poder e saber que constitui suas condições de possibilidade e opera configurando os próprios sentidos – de visibilidade e invisibilidade.

Trata-se de pensar quais as perspectivas teóricas que possibilitam compreender o protagonismo atual do termo *visibilidade* nas reivindicações da pessoa com deficiência, sem deixar de considerar seus contornos contemporâneos, os sentidos que ele adquire no âmbito de uma sociedade em que *visibilidade* é dispositivo político, econômico e subjetivo fundamental no capitalismo tardio. E, assim, reconhecer a complexidade do problema para identificar que imagens e enunciados de fato trabalham para a formação de uma sociedade menos excludente e injusta, material e simbolicamente; que tipos de visualidade podem participar da formação de relações intersubjetivas com base no respeito mútuo e engendradas em lógicas de solidariedade social; que imagens configuram a visibilidade exigida pelos discursos das próprias pessoas com deficiência, mesmo que neles os entendimentos desse termo extrapolem as elaborações teóricas. Esses discursos nos dizem, aliás, que há um tipo de visibilidade que não parece ser enunciado a partir de um fundamento literal, exigindo interpretações para além de axiomas conceituais consolidados.

Tegan Vincent-Cooke (2020), americana tetraplégica diagnosticada com paralisia cerebral e distonia, aciona o problema da visibilidade ao interrogar seu público: “Você consegue me ver? Aposto que muitos de vocês estão pensando: ‘Bem, é claro, eu consigo ver você’, mas será que você realmente consegue me ver?”. Segundo Tegan, para que o público a veja, é necessário que haja um gesto para além da identificação, “pelo que ela é, além da deficiência: “o mais óbvio é que eu ando e falo de forma diferente da maioria de vocês [...]. Sim, eu tenho uma deficiência, e sim, ela é um desafio [...]. Dito isso, ela é apenas parte de mim. Não sou apenas minha deficiência [...]. Estou vendo você e, agora, você pode me ver”. Ana Paula Oliveira (2023), única brasileira a disputar o Miss Mundo Cadeirante, também compartilha com seus seguidores do *Instagram* sua compreensão acerca de ser visível: “O dia que o cara que eu gostava ficou comigo a segunda vez, ele me puxou pra perto, me enlaçou nos seus braços me beijou em um beijo longo e quente. Disse olhando bem pertinho nos olhos: nem parece que você é deficiente [...]. Eu percebi naquele instante que pra ficar, namorar, beijar, eu preciso primeiro de pessoas ao me redor que vejam além da deficiência, que vejam a mulher que eu sou e respeitem as minhas diferenças”.

Sem dúvida, os enunciados das pessoas com deficiência, sobretudo nas redes sociais, rompem a segregação produzida por narrativas proferidas por “outrem” – seja da

medicina, psiquiatria, mídia, instituições filantrópicas e até de suas famílias. Trata-se de centenas de “perfis PCs”, alguns de conteúdo mais político, outros simples canais de compartilhamento da vida privada, que vão aos poucos modificando a paisagem normativa dos corpos “normais”, “belos” ou “perfeitos”, como trata Baron na epígrafe deste segmento. Questionam, assim, os discursos hegemônicos – do cinema, da televisão, do jornalismo, das propagandas institucionais e mercadológicas, por exemplo –, que vão sendo forçados a abrir espaço para a presença das pessoas com deficiência no campo social, reconhecendo-as como parte fundamental da sociedade. Evidenciam, portanto, que a ampliação da circulação social da pessoa com deficiência passa, necessariamente, pela ocupação dos espaços midiáticos – cujo papel é central e inédito na sociabilidade contemporânea.

Notamos, no entanto, que tais narrativas participam também de um processo amplo em que a *visibilidade* não é mero sintoma de direitos assegurados, laços de reconhecimento ou vínculos sociais democráticos. Desejável por todos, verteu-se na “figurinha fácil” das empresas; apelo constante das nem tão novas tecnologias midiáticas; exigência das instituições; objeto de empenho de políticos e dirigentes supostamente demandados a, tanto quanto realizar ações, divulgá-las, tornando-as “visíveis”. Nesses contextos, a invisibilidade não aparece exatamente como violência decorrente dos esquemas de dominação e de hegemonia, mas como inabilidade de pessoas e instituições.

Não por acaso, ser visível parece ser uma espécie de capital conquistável por quem “investir” adequadamente; algo consumível porque comprável, avaliável metricamente, rastreável, modulável e passível de ser revigorado ilimitadamente (por quem manejar bem a vida). Segundo Sibilia (2008, p. 111), “há uma moral da visibilidade que instaura de maneira generalizada a premissa de que se ninguém vê alguma coisa é bem provável que essa coisa não exista”. Os indivíduos contemporâneos, massiva e indiscriminadamente, passaram a “investir” seu tempo e sua emoção em fazer circularem, proliferarem e indexarem no mundo das telas grandes ou portáteis suas fotografias, seus vídeos, suas *hashtags*, qualquer marca que certifique sua existência. Debord (2000, p. 12), aliás, muito antes das redes sociais, anuncia que o espetáculo se apresenta como positividade indiscutível, sol sem poente, que nada mais diz senão que “o que aparece é bom; o que é bom aparece”. As relações sociais, ele argumenta, passaram a ser mediadas por imagens – não quaisquer imagens, mas aquelas que materializam e intensificam relações contáveis com a vida. Na sociedade do espetáculo há, segundo Debord, indissociável vínculo entre os acúmulos (infinitos) de capital e imagens.

A adesão generalizada ao desejo de visibilidade seria, pontua Birman (2013, p. 48), sintoma de alteração fundamental na tradição social e cultural, responsável por

deslocar “um código de existência fundado na ideia de reconhecimento como valor essencial, para outro código, articulado, dessa vez em torno dos registros da *presença* e da *visibilidade* como valores fundamentais” (p. 49, grifos do autor). A questão que se impõe na vida contemporânea vincula-se justamente a essa “descontinuidade decisiva que leva o cogito a se centrar no registro da imagem e que impõe a injunção da visibilidade como critério definitivo de existência para o sujeito” (*Idem*, p. 53). Nesse contexto, o termo *visibilidade* se entrelaça, e às vezes se confunde, com o regime comunicacional e informacional, do qual as imagens são importante pilar, ganhando acepções específicas: como se só pudesse efetivar-se, necessária e, muitas vezes, exclusivamente, pela exposição desmesurada. Nesse duplo movimento, a existência social se torna equivalente à sua exibição, que parece carregar com ela também o sentido de reconhecimento social, agora, então, cada vez mais, reduzido ao campo de um visível exorbitante. A reciprocidade de olhares aqui é deslocada para tornar-se indispensável à hierarquização avaliativa própria da concorrência generalizada. Ser visto verte-se em “qualidade quantitativa” inerente aos *rankings* produtores de renovados processos de exclusão. As novas acepções, aliás, afastam a visibilidade da chance de ser uma espécie de direito de pertencimento ao pressuposto de direitos universais, para ser cada vez mais incremento ilimitado do sujeito empresarial¹².

Como ficariam as *invisibilidades* nesse regime da superexposição? Como evitar que a pessoa com deficiência, uma vez levada ao regime do espetáculo, não se dilua na mera espetacularização, tornando-se mais uma moeda submetida ao capital? Que imagens, discursos e práticas são capazes de criar as brechas necessárias para que sejam afirmadas as formas de ver da pessoa com deficiência, suas maneiras de existir, sentir, pensar, introduzindo na paisagem neoliberal modos singulares de existência? Como a produção de imagens – veículo privilegiado de subjetivação neoliberal – pode ser potência de disrupção das invisibilidades sociais?

Algumas ponderações a título de breve e provisória conclusão: importante perceber como as dinâmicas desiguais que constituem esses lugares de aparição estão relacionadas hoje à imposição generalizada de sermos todos “visíveis”. Para que o imperativo de exposição permanente se institua, é necessário que seja configurado como economia móvel, sempre desigual, que exclui grupos e pessoas, mas, ao mesmo

12. Segundo Dardot e Laval (2016), as sociedades neoliberais instauram uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo, um “devir-outro dos sujeitos”, para alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, produzindo pessoas inteiramente imersas na competição mundial. “Sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal”, “neossujeito” ou “empresário de si mesmo” denominam o indivíduo convocado a desejar o que se exige que ele cumpra e a nisso se engajar. A coerção econômica e financeira transforma-se, então, em auto-coerção e autoculpabilização, já que somos os únicos responsáveis pelo que nos acontece, visto que as crises sociais são tomadas como crises existenciais.

tempo, os faz girarem em torno dela. Ou seja, o regime de superexposição, sustentado pela experiência da “visibilidade” como capital e moeda neoliberal, vive de uma contradição inerente, já que precisa estar sempre incompleto, pressupondo que sejam de sua natureza uma forma ilimitada (sempre podemos nos tornar mais visíveis) e sua desigualdade (nem todos devem ser visíveis da mesma maneira). Assim, se, em geral, parece ser imposta, essa imperatividade, entretanto, pressupõe a manutenção de seu inverso: a invisibilidade de certos grupos sociais ou indivíduos, sem que o imperativo possa ser de fato realizável por todos, justamente para que ele se mantenha como desejo e motor. Sinônimo de pertencimento, inclusão e identidade, sua preservação pressupõe também processos de ocultamento de certos modos de vida.

Esse não é, contudo, o único aspecto paradoxal de uma sociedade que tem colocado a exposição e a visibilidade no centro de suas dinâmicas sociais e as instituído como eixo fundamental para a constituição das subjetividades contemporâneas. Manter desigual essa economia de aparição social não pressupõe apenas jogos de ausências e silêncios; demanda igualmente formas específicas de incorporação, maneiras de, tornando-os exibíveis, os submeter a certos parâmetros de desempenho, avaliação, superação, *performance*, concorrência e outras sujeições, normalmente mediante imagens compatíveis com racionalidades empresariais. Configuram-se, dessa maneira, maneiras próprias de controle, inerentes às dinâmicas do espetáculo, da avaliação contínua e da vigilância. Trata-se assim, cada vez mais, de reduzir os sentidos de uma visibilidade em sentido amplo ao regime do perceptível, do imagético ou do exibível – sem que necessariamente essa visibilidade se reflita em conquistas simbólicas, singularidades e multiplicidades, direitos e novas liberdades.

Nessa alteridade contemporânea das relações entre imagem, visibilidade e reconhecimento, a luta das pessoas com deficiência (e a de outros grupos sociais) se depara com novos desafios, pois não basta conquistar lugares no espaço do visível, é preciso criar semânticas distintas das impostas hegemonicamente, até pelo regime de imagens. A visibilidade depende também das formas pelas quais as imagens se fazem presentes – das lógicas que elas supõem, propõem e intensificam; depende dos engendramentos *entre* imagens e dos agenciamentos entre elas e outros elementos – como discursos, práticas, normas e leis. Depende das relações entre poder e resistência, saber e dizer, que juntos constituem as condições de possibilidade para os sentidos do visível em certa atualidade.

Essas são algumas das bases teóricas sobre as quais nossa pesquisa pretende avançar – compreendendo que, para a pessoa com deficiência ser de fato integrada socialmente como parte importante do que somos, é necessário que os sentidos dessas imagens que circulam socialmente reverberem reconhecimento, valorização social, inclusão e justiça social. Não basta a pessoa com deficiência ser vista – a forma de

ver precisa diferir dos processos de controle, vigilância e das infinitas sujeições que ocorrem quando passamos a estar sob os holofotes do poder e do saber. A luta pela visibilidade não pode estar restrita à conquista de lugares “no espaço instituído do visível, conformando-se com as convenções semânticas impostas de maneira dominante” (Voirol, 2005, p. 115). É imperioso fazer com que a sociedade veja e ouça formas que rompam com as narrativas hegemônicas, responsáveis pelos atuais modos de subordinação e exclusão. Cabe, então, criar outros esquemas de interpretação, novas formas de dizer e fazer ver, linguagens que deem voz e rosto à multiplicidade do que somos nas muitas formas de habitar o corpo e a vida. Lançar novas peças para subverter, então, os atuais regimes de (in)visibilidade.

Referências Bibliográficas

- BARON, Ivan. (2022), “Veja quem é o ‘Influenciador da Inclusão’”, *Estado de Minas*, 22/07. <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/07/22/noticia-diversidade,1381978/ivan-baron-veja-quem-e-o-influenciador-da-inclusao.shtml>, consultado em 11/06/2023.
- BIRMAN, Joel. (2013), “Sou visto, logo existo: a visibilidade em questão”. In: AUBERT, Nicole & HAROCHE, Claudine. *Tirania da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas*. São Paulo, Editora FAP-Unifesp, pp. 47-62.
- BRASIL. (2009), “Decreto n. 6.949, de 25/08. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007”. *Diário Oficial da União*, Brasília, ano 146, n. 163, 26/08, pp. 3-9. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm, consultado em 05/03/2023.
- BUTLER, Judith. (2018), *Corpos em aliança e políticas das ruas: notas de uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COSTA, Fernando Braga da. (2004), *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo, Globo.
- COURTINE, Jean-Jacques. (2006), “Corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade”. In: COURTINE, Jean-Jacques & VIGARELLO, Georges (orgs.). *História do corpo: as mutações do olhar. O século XX*, 3. Petrópolis, Vozes.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. (2016), *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- DEBORD, Guy. (2000), *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DINIZ, Debora et al. (2009), “Deficiência, direitos humanos e justiça”. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 11 (6): 64-75, dezembro.
- ELLISON, Ralph. (2020), *O homem invisível*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. Washington, DC <https://encyclopedia.ushmm.org/>

- content/pt-br/article/the-murder-of-people-with-disabilities, consultado em 04/06/2023.
- FOUCAULT, Michel. (2019), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- HONNETH, Axel. (2003), *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34.
- HONNETH, Axel. (2001), “Invisibility: on the epistemology of ‘recognition’”. *Aristotelian Society*, Supp. (75): 111-126.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa* (On-line). https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#3, consultado em 29/08/2021.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023), “Pessoas com deficiência 2022: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua”. IBGE, 2023. ISBN 978-85-240-4573-8. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf.
- LAROUSSE. *Dictionnaire Larousse Français, on-line*. <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/régime/67629>, consultado em 22/05/2023.
- LOBO, Lília. (2015), *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro, Lamparina.
- MAR, Clarinha. (2022), “#coisaqueeuescutopcd”. Canal @clarinhamaroficial, postado em 08/04. <https://www.tiktok.com/@clarinhamaroficial/video/7130645793291144454>, consultado em 11/06/2023.
- MAR, Clarinha. (2020), “Da dificuldade do dia a dia ao sucesso nas redes sociais. Direito e inclusão”. *You Tube*, 19/06. <https://www.youtube.com/watch?v=GbsPvstMACU>, consultado em 12/06/2023.
- METRÓPOLES. (2022), “Jovem com paralisia cerebral usa *TikTok* para ‘descomplicar’ deficiência”. Vídeo postado em 13/07. <https://www.youtube.com/watch?v=P8Hwq7WIOoM>, consultado em 07/05/2023.
- NINA, Alana Della. (2020), “Um bate-papo com cinco PCD influenciadores”. *Elastica*, 12/08. <https://elastica.abril.com.br/especiais/pcd-influenciadores-deficiencia>, consultado em 11/06.
- OLIVEIRA, Ana Paula. (2023), “O dia que descobri que era ‘deficiente’, que eu era vista como ‘deficiente’”. Perfil do *Instagram* @lafazamissdela, postado no dia 16 de abril. <https://www.instagram.com/p/CrGDxbxsuNGw/>, consultado em 4/12/2023.
- ONU. (2017), “Disability and development report”. *United Nations*, New York. <https://social.un.org/publications/UN-Flagship-Report-Disability-Final.pdf>, consultado em 03/05/2023
- RAJCHMAN, John. (1988), “Foucault’s art of seeing”. *October*, (44): 89-117.
- SANTOS, Nathália. (2021), “Deficiência visual e maternidade: ‘Eu não enxergo, mas é a sociedade que não me vê’”. *Gshow*. <https://gshow.globo.com/programas/e-de-casa/noticia/nathalia-santos-fala-sobre-deficiencia-visual-e-maternidade-eu-nao-enxergo-mas-e-a-sociedade-que-nao-me-ve.ghtml>, consultado em 11/06/2023.
- SAVAGET, Isabella. (2022), “9º Episódio: Daí minha paixão pela Dança”. *Vamos descomplicar*

juntos? Perfil *TikTok* @bellsavaget. 27/06. <https://www.tiktok.com/@bellsavaget/video/7114051822305824006?q=descomplicar%20Isabella%20savaget&t=1679317109583>, consultado em 05/06/2023.

SIBILIA, Paula. (2008), *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

VINCENT-COOKE, Tegan. (2020), "I see you, can you see me?". *TEDxBristol*. Publicado em 05/02. <https://www.youtube.com/watch?v=bRWJQouDbsw>, consultado em 20/05/2023.

VOIROL, O. (2005), "Les luttes pour la visibilité. Esquisse d'une problématique". *Réseaux*, 129-130 (1): 89-121. <https://www.cairn.info/revue-reseaux1-2005-1-page-89.htm>, consultado em 20/05/2023.

WETHE15. (2022), "Um movimento global de sensibilização para a deficiência cuja missão é transformar a vida de mil milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo". <https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=Wethe15&ie=UTF-8&oe=UTF-8>, consultado em 16/02/2023.

Resumo

Singular e como todo mundo: visibilidade e as pessoas com deficiência

O artigo analisa o conceito de visibilidade, visando a criar bases teóricas para pensar a invisibilidade das pessoas com deficiência na atualidade. Em perspectiva ensaística, articula revisão teórica e depoimentos dessas pessoas nas redes sociais, em três movimentos: pensa a visibilidade como reconhecimento social; discute o visível pela noção de regime de visibilidade; analisa suas configurações atuais, quando seu sentido está sendo reduzido à mera exibição. Trata, enfim, de uma alteridade nas relações contemporâneas entre imagem, visibilidade e reconhecimento, exigindo que a luta pelo direito das pessoas com deficiência conquiste lugares no espaço do visível, mas crie também semânticas distintas das impostas hegemonicamente, até pelas imagens.

Palavras-chave: Visibilidade; Pessoa com deficiência; Imagem; Reconhecimento social.

Abstract

Unique and like everyone else: visibility and people with disabilities

The article analyzes the concept of visibility aiming to create theoretical bases to think about the invisibility of the person with disabilities today. In an essayistic perspective, it articulates theoretical review and testimonials of these people on social networks, in three movements: it thinks of visibility as social recognition; it discusses the visible through the notion of visibility regime; it analyzes its current configurations, when its meaning is being reduced to mere display. It deals, finally, with an alterity in contemporary relations between image, visibility and recognition, requiring that people with disabilities, in addition to conquer places in the space of the visible, create different semantics from those hegemonically imposed, even by images.

Keywords: Visibility; People with disabilities; Image; Social recognition.

Texto recebido em 28/06/2023 e aprovado em 04/11/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.213802.

CLAUDIA LINHARES SANZ é doutora em Comunicação (UFF), professora da Faculdade de Educação e do PPGFAC, ambos da Universidade de Brasília. Líder dos Grupos de Pesquisa (In) vis e Grits. E-mail: claudialinharessanz@gmail.com.

GIOVANNA PALATUCCI é graduanda em artes visuais na Universidade de Brasília, arte-educadora e membro do Grupo de Pesquisa (In)vis. E-mail: gi.palatucci@gmail.com.



Os procuradores-gerais do Ministério Público

Treicy Giovanella*
<https://orcid.org/0000-0002-0328-9327>

Apresentação

O problema central apresentado neste texto versa sobre o processo de institucionalização do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e o percurso daqueles que ocuparam o cargo de chefia da instituição. A vasta bibliografia que se dedicou a compreender a formação do Ministério Público (MP) no Brasil tem deixado de lado as dimensões locais e regionais desse processo. As principais teses sobre o MP generalizam seus achados ao considerarem a instituição como homogênea, ou constroem estudos de maior fôlego sobre o Ministério Público Federal (MPF) não considerando as características regionais de conflitos e disputas pela formação institucional. A proposta deste texto é contribuir com as análises sobre elites dirigentes, focando no problema das disputas locais pelo poder e das estratégias regionais de institucionalização de uma carreira de Estado¹. Nota-se que o caso analisado – o MPSC – é tão somente um espaço empírico de análise do problema de pesquisa, qual seja, a investigação sobre os critérios de hierarquização e estruturação de um grupo de Estado.

Para isto, faço uma breve apresentação dos principais estudos sobre o MP, indicando os achados mais importantes para a compreensão deste espaço. Assumo um olhar

* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

1. O estudo apresentado neste artigo é um aprofundamento do debate discutido no segundo capítulo da minha tese de doutorado (Silveira, 2022). Pesquisa financiada com bolsa de doutorado Capes-DS.

para o problema a partir da sociologia política e, por isso, entendo que a institucionalização é um processo constante de lutas por transformações ou manutenção das regras que organizam e hierarquizam grupos sociais de modo que o investimento e os mecanismos que viabilizam a participação são social e historicamente estabelecidos (Lagroye e Offerlé, 2011). Na sequência faço um levantamento sobre a formação do cargo de promotor, a fim de que seja possível compreender quais eram “os espaços dos possíveis” para os bacharéis em meados do século XX e XXI em Santa Catarina, destacando a morfologia do espaço. Os casos descritos e narrados visam a apresentar a composição social do cargo e as condições de acesso às posições mais altas na hierarquia institucional e demonstrar as transformações históricas. As “trajetórias de sucesso” informam, por fim, o entrelaçamento entre os critérios sociais de hierarquização da carreira, os vínculos sociais de reciprocidade entre os grupos dirigentes da época e o peso das lógicas locais na definição do cargo.

O conjunto de dados apresentados foram coletados e elaborados entre 2017 e 2020 e contemplam uma análise longitudinal desde o fim do século XIX até as primeiras décadas do século XXI. Foram feitas entrevistas com membros ativos e aposentados da carreira do MPSC e buscas em materiais produzidos pela própria instituição, como um conjunto de entrevistas do projeto História Oral (Axt, 2011, 2013a, 2013b). Publicações no *site* da instituição e periódicos de circulação regional também foram consultados. Considerando somente o recorte dos chefes do MP, foram analisados 33 casos.

Os estudos sobre o Ministério Público no Brasil

A bibliografia dedicada a estudar o Ministério Público pode ser dividida em três conjuntos. O primeiro deles envolve os trabalhos cujo objeto é a “criação institucional”. Os trabalhos de maior fôlego estruturados a partir da perspectiva neoinstitucionalista buscaram respostas às perguntas sobre quem compõe o MP, quais são as suas principais demandas e qual era o modelo de instituição pretendido. Os trabalhos elaborados pelo grupo de pesquisadores do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) na década de 1990 (Sadek, 1997) discutiam as posições ideológicas dos membros do MP dentro de um projeto mais amplo de compreender o Judiciário brasileiro. A tese acerca da existência de um “voluntarismo político” desses agentes discorre sobre a articulação política que envolveu o *lobby* pelo desenho institucional do MP na Constituição de 1988 (Arantes, 2002). A defesa de um “mercado de atuação profissional” reconhecia a “hipossuficiência da sociedade civil” (*idem*, p. 127) como critério essencial para a existência de uma instituição do Direito capaz de defender a sociedade.

A conquista da estrutura de carreira próxima à magistratura (formalização dos vencimentos e garantias de estabilidade do cargo) contribuiu para o fortalecimento de uma ideia de independência atrelada ao cargo e à função pública de defesa da sociedade. As análises sobre a instituição passaram então a observar o fenômeno de formação do órgão a partir do problema de modelos democráticos e institucionais. Neste segundo conjunto de trabalhos, a autonomia e independência foram tratadas como um problema de “controle democrático” (Kerche, 2018; 2007) dado que a *accountability* é quase inexistente neste modelo do MP brasileiro. O alto grau de discricionariedade é encontrado tanto na área penal quanto na cível. Na primeira, os promotores têm a capacidade de fazer parte da investigação criminal e “conquistaram uma rara condição de independência para agir discricionariamente e perseguir fins a que eles mesmos se propõem, muitas vezes de maneira individual” (Arantes, 2019, p. 102). Segundo Arantes (2002), a discricionariedade na área cível aparece no poder dos promotores de decidirem sobre o prosseguimento dos casos nas instâncias do Judiciário ou pela atuação extrajudicial na solução do conflito. Não há consenso na bibliografia acerca da avaliação sobre a influência da instituição na judicialização das relações sociais. A presença do MP na judicialização de conflitos sociais é tanto reconhecida como importante para os movimentos de acesso a direitos (Vianna *et al.*, [1999]² 2014) quanto criticada, já que a alta discricionariedade favorece o fortalecimento da “judicialização da política”, por exemplo, e o aumento do investimento institucional em áreas de interesse específico de promotores (Arantes, 2019, p. 111)³. A temática da judicialização da política⁴ e a agência do MP neste fenômeno ou a diminuição de fronteiras entre o direito e a política tem mobilizado parte importante da bibliografia. Segundo as análises que se dedicam a compreender e explicar a Operação Lava Jato, o eixo do problema encontra-se na falta de *accountability* do modelo institucional do MP brasileiro, que possui elevada “autonomia em relação aos políticos e [...] aos cidadãos” (Kercher, 2018, p. 267). Nesse sentido, o caso específico da Operação Lava Jato é emblemático da discussão sobre os limites da atuação não só do MP mas dos órgãos do Judiciário e seus agentes na política e no próprio “jogo democrático” (Kerche e Marona, 2022).

Ainda que algumas análises estejam mais próximas da sociologia política (Engelmann, Pilau e Silva, 2021; Engelmann e Menuzzi, 2020), a maior parte do debate

2. A data entre colchetes refere-se à edição original da obra.

3. Há uma bibliografia extensa sobre a judicialização das relações sociais que discute o papel e as consequências da atuação do MP neste fenômeno. Indico aqui apenas alguns, Vianna *et al.* (2014), Arantes (2019), Oliveira (2019), Ximenes e Silveira (2019).

4. Indico o trabalho de Maciel e Koerner (2002) sobre as diferentes abordagens da “judicialização da política”.

sobre o MP ainda é construída a partir da perspectiva neoinstitucionalista. Mesmo que não seja o objetivo deste texto, vale ressaltar que o “enfoque internalista” (Seidl e Grill, 2013, 9), sobretudo das abordagens neoinstitucionalistas, investiga a instituição com base nos elementos que estruturam e organizam formalmente o espaço. Ao olharem para tais normas e regras, os autores pouco se distanciam “do sentido das práticas que têm lugar no espaço jurídico” (Engelmann, 2023, p. 9), não considerando a capacidade explicativa de compreensão do espaço existente nas transformações morfológicas ou nas características de hierarquização e diferenciação social de um grupo profissional como os promotores de justiça.

Os bacharéis e a ocupação de cargos de Estado

A ocupação de cargos burocráticos do Estado foi um destino comum entre bacharéis recém-formados e com poucas alternativas de emprego durante o século XIX. Tal conquista de ocupações como magistrados ou promotores foi responsável por parte do sistema de estruturação da hierarquia social em jogos de manutenção ou reconversão de posições (Adorno, 1988). Essa dinâmica de transformação e organização do espaço jurídico associado ao poder de Estado implicou diversas modificações nas formas de acesso aos postos. Foram estabelecidas regras e normas que buscavam eclipsar as estratégias de reprodução social no cargo e se aproximar da lógica da neutralidade do direito como princípio universal de regulamento do espaço jurídico.

O modo de estruturação das instituições de justiça no Brasil não se distanciou da lógica de importação de modelos de estruturas administrativas ocidentais como discutido por Badie ([1992] 1995). Para o autor (*idem*, p. 39), ao importarem formas específicas de instituições, as elites locais que operam esse processo incorrem em um efeito de mimetismo dessas instituições, de modo que se confundem com os produtores desses modelos. Ao adaptarem um formato institucional específico em contexto distinto do espaço originário, as elites dirigentes detêm a capacidade de elaborar compreensões e justificativas que definem a estrutura como “moderna”, além de importarem filosofias e técnicas organizadoras do processo de especialização que são desacompanhadas do *ethos* de origem (Coradini, 1997, p. 462).

Em sua formação, a burocracia estatal brasileira do século XIX (em postos como conselheiros ou magistrados, por exemplo) era um espaço ocupado pelos economicamente marginais do sistema escravista e por agentes que se encontravam numa situação de decadência social por consequência das crises no setor de exportação (Carvalho, 2008, p. 40). Os membros dessa elite que tinham acesso aos quadros de Estado, para Carvalho (*idem*), compartilhavam de uma formação superior em direito, ainda muito restrita à extensão dos brasileiros, que promoveu uma sociali-

zação educacional de forte coesão ideológica dos grupos dominantes. Os estudos nos poucos cursos de direito existentes e a passagem dos professores por Coimbra contribuíram para um ensino marcadamente liberal e com vistas a formar membros que compunham a estrutura do Estado (Adorno, 1988). Nota-se, porém, que o acesso à educação superior não foi o único recurso que levou os bacharéis aos postos no Estado. Dado que a taxa de escolarização durante o Império era consideravelmente baixa⁵, o modo de hierarquização social em relação ao *status* da profissão não desconsiderava outros recursos como vínculos de reciprocidade que atenuavam a importância da “competência técnica” do diploma (Coradini, 1997, p. 435). Ainda que nesse período de estruturação do Estado houvesse um predomínio de recrutamento de bacharéis⁶ para postos associados à elite burocrática, somente a posse do diploma não era garantia de acesso aos cargos.

O fenômeno do bacharelismo ainda perdurou ao menos até a década de 1960 e contribuiu para a estruturação da carreira da magistratura (nos critérios e organização da profissão) com fortes traços clientelistas herdados do Império (Carvalho, 2008). Desde a posse aos cargos de promotor, juiz de órfãos ou municipal até a circulação geográfica e mobilidade na “carreira” (*idem*, p. 121), as relações interpessoais figuravam um importante componente de ordenação do espaço. Não obstante, o aumento progressivo no número de diplomados iniciava novas lógicas de disputas entre os bacharéis, uma vez que não havia um mercado estruturado que assegurasse a equivalência entre postos e diplomas (Coradini, 1997, p. 435). Até então, a forte homogeneidade apresentada pelos grupos dirigentes diplomados em direito destacava origens sociais próximas: em grande medida, eram famílias proprietárias de terras. Com o aumento das faculdades de direito⁷, o grupo passou a ser composto também por membros ligados aos estratos médios que eram qualificados sobretudo pela posse de títulos escolares (Miceli, 1979, p. 8). Tal queda no *status* do diploma levou os bacharéis a ocuparem cada vez mais cargos com alta remuneração no serviço público (*idem*, p. 142).

5. A taxa de analfabetismo no início da década de 1870 era de 82,3% entre a população com cinco anos ou mais. Foi somente nos anos 1950 que essa taxa começou a diminuir e atingiu 57,2% para a mesma população (Ferraro, 2002, p. 32).
6. Desde o Império os bacharéis ocuparam os cargos públicos em maior número do que militares ou profissionais liberais como médicos (Venâncio Filho, [1977] 2011, p. 275). Na República Velha essa dinâmica se fortaleceu, e aqueles que possuíam o diploma em direito tinham suas chances de serem recrutados para os cargos do serviço público aumentadas, fosse nas administrações estaduais ou no governo central, ou ainda nas carreiras políticas (Miceli, 1979, p. 40).
7. Segundo os dados do censo do IBGE, até 1932 o país possuía 26 cursos superiores de direito. Em 1935 esse número subiu para 36, mas caiu nos anos seguintes e oscilou entre 21 e 23 até o fim do Regime Vargas. Durante o Regime Militar houve um aumento expressivo no número de faculdades de direito, chegando a 130 em 1982.

A partir dos anos 1930, a atuação em promotorias, nas magistraturas estaduais ou em bancas de advocacia compunha parte importante da trajetória de políticos (Miceli, 2007, p. 697). Uma vez que o sistema de Justiça guardava condições de dependência em relação ao Poder Executivo, as relações de “reciprocidade” (Coradini, 1997, p. 462) envolvendo os ocupantes dos cargos políticos e no direito são significativas para a compreensão das dinâmicas de acesso aos cargos.

Condições sociais de nomeação: os procuradores-gerais de Justiça (pg)

Ainda na década de 1930, em 1932, foi criada a Faculdade de Direito de Santa Catarina (FDSC)⁸ num contexto de aumento da demanda por formação de técnicos que pudessem ocupar os postos em constante especialização. Até a criação da FDSC, só existia um espaço de formação superior em Santa Catarina: o Instituto Politécnico (criado em 1917) com cursos de Farmácia, Odontologia, Comércio e Agrimensura e de Engenheiro Agrônomo (Dallabrida, 2001, p. 244). Os bacharéis catarinenses que compunham as elites dirigentes do estado e que atuavam na política ou na magistratura e em promotorias tinham cursado direito basicamente no Rio de Janeiro e no Paraná (Silveira, 2022, pp. 87-8). O número restrito de instituições de ensino em Santa Catarina na época dotavam os locais de formação como a FDSC e o Colégio Catarinense⁹ de importância excepcional para a socialização das elites dirigentes do estado¹⁰.

Nomes notáveis da história política e do espaço jurídico do estado passaram por essas instituições: Aderbal Ramos da Silva (governador de Santa Catarina entre 1947 e 1951, deputado estadual e advogado); Celso Ramos (governador de SC entre 1961 e 1966 e senador); Heriberto Hülse (além de magistrado, também foi governador de SC entre 1958 e 1961); Jorge Konder Bornhausen (governador de SC entre 1979 e 1982 e advogado); Jorge Lacerda (deputado estadual, federal e governador de SC entre 1956 e 1958); Luíz Gallotti (deputado estadual, Procurador da República do Distrito Federal [Rio de Janeiro], interventor federal em SC, ministro do Supremo Tribunal Federal); Renato de Medeiros Barbosa (promotor público adjunto, advogado, deputado estadual); Udo Deeke (Interventor Federal em SC)¹¹.

8. A Faculdade de Direito de Santa Catarina deu origem à Universidade Federal de Santa Catarina, fundada em 1960.
9. Sobre a importância do Colégio Catarinense na formação e elaboração de vínculos entre as elites dirigentes de Santa Catarina, ver os trabalhos de Norberto Dallabrida (2001, 2008).
10. Neste momento histórico, as instituições de ensino podem ser lidas como estratégicas na formação de elites regionais, pois também retratam um contexto de restrição de acesso à educação em todos os níveis (Bordignon, 2015, p. 159), dado que as taxas de analfabetismo entre os anos 1920 e 1940 para a população de cinco anos ou mais variava entre 71,2% e 61,2% (Ferraro, 2002, p. 33).
11. A principal fonte de dados sobre a história política catarinense é o dicionário elaborado por

Entre os personagens que fizeram parte da história política catarinense são comuns os casos de trajetórias profissionais que incluem a passagem pelos cargos de promotor ou mesmo pelo de chefe do Ministério Público de então, cargo denominado de procurador-geral do Estado (PGE) e escolhido pelo governador do estado (por exemplo, Henrique da Silva Fontes, PGE entre 1934 e 1937, foi secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no governo de Adolpho Konder; Manoel Pedro da Silveira, PGE entre 1937 e 1943, foi secretário do Interior e Justiça no governo de Nereu Ramos e candidato pela UDN). Tais trajetórias não ignoram a “força política” e de influência dos principais clãs familiares do século XX em Santa Catarina: “os Ramos” e os “Konder”¹². Os vínculos de solidariedade dessas “famílias” dilatavam suas estruturas de influência em diferentes domínios das classes dirigentes num momento em que os acessos aos cargos (tanto na magistratura quanto nas promotorias) seguiam indicações do Poder Executivo, além de estarem submetidos a ele.

Nas primeiras gestões da década de 1930, as nomeações para a Procuradoria Geral do Estado seguiam a lógica formal da Procuradoria Geral da República (regulamentada pela Constituição Federal de 1891): a escolha era feita entre membros do Tribunal de Justiça, neste caso, de Santa Catarina, mas também entre juizes de direito (Américo da Silveira Nunes, por exemplo, ocupou o cargo de PG pela primeira vez em 1919 e só foi nomeado desembargador em 1925). As relações entre os órgãos do MP e o Poder Executivo eram muito próximas e de submissão do primeiro ao segundo. Não só o PG era nomeado pelo governador e cumpria funções de defesa do estado, as nomeações de promotores públicos¹³ e adjuntos¹⁴ nas comarcas também eram feitas pelo Executivo, uma vez que eram definidos pela legislação como “auxiliares das autoridades judiciárias” (Santa Catarina, 1895, art. 2). Segundo Brüning (2001, p. 122), no fim do século XIX o “Procurador-Geral” era nomeado “Desembargador [...], Procurador da Soberania do Estado”, e o ocupante do cargo também atuava como desembargador. Na instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em

Walter Fernando Piazza (1994). Além desse material, também coletei informações nos *sites* da Fundação José Arthur Boiteux, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

12. Sobre o protagonismo dos membros das “famílias” Ramos e Konder (entre descendentes, agregados e aliados) que dominaram as disputas políticas do estado catarinense durante o século XX, ver os trabalhos de Cristiane Manique Barreto (2003, 1997).
13. A nomenclatura do cargo seguiu como promotor público até 1981, quando passou a ser promotor de justiça.
14. O cargo de promotor adjunto era de nomeação do chefe do executivo e tinha a principal função de não deixar nenhuma comarca sem promotor. Os relatos de promotores indicam que não apenas o posto era ocupado por pessoas sem formação em direito, como há registros de açougueiros e agentes de rodoviária nomeados. (Axt, 2011, pp. 57-8). Nota-se que o cargo também era ocupado por aqueles que buscavam um posto antes de estabelecerem a carreira na política.

1891 também foi nomeado o primeiro “Desembargador-Procurador da Soberania do Estado”, Edelberto Licínio da Costa Campello.

Observa-se que os procuradores-gerais¹⁵ da Primeira República são filhos de coronéis, presidentes de província, proprietários rurais, membros das elites dirigentes da Paraíba, Pernambuco e Bahia formados sobretudo na Faculdade de Direito do Recife e na Faculdade de Direito da Bahia. Neste primeiro conjunto de dados analisados, a trajetória desses agentes passava menos por posições na política e mais por ocupações ligadas ao direito, como desembargador¹⁶, juiz de direito e promotor público. Tudo indica que a passagem pelo posto estava associada à posição social da família e, por consequência, ao acesso ao ensino superior especializado. Notam-se, entre estes primeiros “chefes do MP” estadual, uma relação com os periódicos de circulação regional e disposições a atuarem nas dinâmicas culturais do estado. Por exemplo, Joaquim Thiago da Fonseca (PG de 1901 a 1917) e João da Silva Medeiros Filho (PG de 1918 a 1919) fizeram parte da fundação do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Também João Medeiros Filho, Heráclito Carneiro Ribeiro¹⁷ (PG de 1920 a 1922) e Ulysses Gerson Alves da Costa (PG de 1917 a 1918) trabalharam como jornalistas: o primeiro foi diretor da *Gazeta Catharinense* em 1910; o segundo, jornalista na *Gazeta do Comércio* de Joinville (SC) em 1914; e o terceiro, diretor do periódico *Diário de Pernambuco*. A circulação nos espaços culturais também é notada nas trajetórias de: Américo da Silveira Nunes (PG de 1914 a 1915, 1919 a 1920 e 1922 a 1930), figura entre os fundadores da FDSC; Heráclito Carneiro Ribeiro, além de um dos fundadores da FDSC, também ajudou a fundar o Instituto Politécnico (Florianópolis) e ocupou o cargo de diretor tanto do Instituto quanto do Ginásio Brasília; e Urbano Müller Salles (PG de 1930 a 1934) foi reitor da FDSC em 1948.

Observa-se que o olhar para os “chefes do MP” entre o fim do século XIX e o início do XX serve tão somente para situar o surgimento do cargo, os critérios de ocupação e as condições morfológicas de acesso ao posto. Seria equivocado e anacrônico tratar a ocupação do cargo de Procurador da Soberania do Estado de Santa Catarina como igual ao cargo de Procurador-geral de Justiça, dado que, até meados do século XX, também tinha função de defesa do próprio governo estadual e a nomeação poderia ser feita entre membros “externos” à carreira. Isso posto, nesse período quase todos

15. Como visto, a primeira denominação do posto foi “Desembargador [...] Procurador da Soberania do Estado”. Com a Constituição Estadual de 1910, mudou para Procurador-Geral do Estado (Brüning, 2001, p. 122).

16. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi criado em 1891.

17. Heráclito Carneiro Ribeiro foi o único bacharel negro a ocupar o cargo mais alto de Procurador-Geral do Estado. Filho do membro fundador da Academia de Letras da Bahia, Ernesto Carneiro Ribeiro. Seu pai também era médico, professor e filólogo.

os ocupantes do cargo de “chefia” nasceram no Nordeste e se formaram ou na Faculdade de Direito de Recife ou na Faculdade de Direito Livre da Bahia. Já entre os primeiros casos de procuradores nascidos em Santa Catarina, a formação foi no Rio de Janeiro: João da Silva Medeiros Filhos, formado na Faculdade de Nacional de Direito do Rio de Janeiro; e Urbano Müller Salles, formado na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

QUADRO 1
Procuradores-gerais na Primeira República

	<i>Período como Desembargador-Procurador da Soberania do Estado/Procurador Geral do Estado</i>	<i>Biografia socioprofissional</i>
Edelberto Licínio da Costa Campello (Recife-PE, 1857-1897) Faculdade de Direito de Recife – 1878	Setembro de 1891 (outra fonte informa a data de outubro de 1892) a abril de 1894; abril de 1895 a 1896. Nomeado pelo governador Gustavo Richard.	Filho do solicitador de capelas Vicente Licínio da Costa Campello. Em Santa Catarina foi nomeado juiz municipal e ocupou o cargo entre 1882 e 1890. Ocupou o cargo de chefe de polícia da província de Santa Catarina entre 1889 e 1890. Foi nomeado desembargador em 1891.
Pedro dos Reyes (Reis) Gordilho (Salvador-BA, 1864-1922) Faculdade de Direito de Recife – 1883	Abril de 1894 e abril de 1895.	Filho do tenente-coronel Pedro Alves Lima Gordilho. Juiz municipal na Bahia. Nomeado juiz municipal da capital catarinense em 1888 e foi juiz de direito de outras comarcas no estado entre 1890 e 1891. Chefe de polícia da capital de Santa Catarina em 1889. Nomeado desembargador em Santa Catarina em 1893. Também foi Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia em 1920.
Felisberto Elyseo (Elysio) Bezerra Montenegro (Maceió-AL, 1851-1927) Faculdade de Direito de Recife – 1879	1896 a 1898.	Filho do bacharel e 1º vice-presidente da província de Alagoas Manoel Januário Bezerra Montenegro. Juiz de direito no Estado do Pará em 1821. Foi juiz municipal em Santa Catarina entre 1882 e 1890. Nomeado desembargador no TJSC em 1898.
José Cavalcanti de Arruda Câmara (Paraíba-?) Faculdade de Direito de Recife – 1886	1898 a 1900.	Filho do coronel e proprietário rural Eufrásio de Arruda Camara e de Joaquina Teófila Bezerra Cavalcanti de Albuquerque. Membro da Assembleia Constituinte e Legislativa da Paraíba (1891), juiz de Direito em Santa Catarina (1891-1894). Foi nomeado chefe de polícia durante os governos de Hercílio Luz (1918 a 1926). Nomeado desembargador

<p>Joaquim Thiago da Fonseca (Recife, 1878-1926)</p>	<p>Julho de 1901 a julho de 1916 (1917)*.</p>	<p>Filiação desconhecida. Juiz de direito em Santa Catarina (1984), desembargador (1901), também atuou como jornalista nos jornais <i>O Dia</i> e na <i>Revista Forense</i>. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).</p>
<p>Antônio Gomes Ramagem (Santo Amaro-BA, 1877-1928) Faculdade Livre de Direito da Bahia – 1898</p>	<p>Interinamente de julho a outubro de 1908, julho de 1916 a novembro de 1917 e por um mês em abril de 1928. Por nomeação entre julho e dezembro de 1920.</p>	<p>Filho do capitão Francisco Gomes de Mendonça Ramagem e Adelaide Silva Lisboa Ramagem. Promotor público em SC em 1900, juiz de direito em SC entre 1901 e 1920. Nomeado desembargador em 1920.</p>
<p>Ulysses (Ulisses) Gerson (Gérson) Alves da Costa (Paraíba?)</p>	<p>Novembro de 1917 a setembro de 1918.</p>	<p>Filiação desconhecida. Chefe de polícia de Recife em 1909. Juiz de direito em Pernambuco 1902 (juiz municipal da cidade de Pau D'Alho [Paudalho] em Pernambuco) e diretor do periódico <i>Diário de Pernambuco</i>. Subinspetor dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas (1908). Promotor público entre 1914 e 1916 em Santa Catarina. Secretário do Interior e da Justiça em SC em 1926. Superintendente municipal de Joinville (SC) entre 1927 e 1930. Nomeado juiz de direito na capital catarinense em 1935.</p>
<p>João da Silva Medeiros Filho (Laguna-SC, 1880-1975) Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro – 1906</p>	<p>Outubro de 1918 a junho de 1919.</p>	<p>Filho de João da Silva Medeiros e Máxima Gonçalves da Silva. Nomeado chefe da polícia do estado de SC em 1917 pelo governador Felipe Schmidt e posteriormente entre 1927 e 1928 por Adolfo Konder. Se tornou promotor público em SC em 1906 e foi nomeado juiz de direito em 1911. Nomeado desembargador em 1919. Também foi poeta, membro do IHGSC e diretor da <i>Gazeta Catharinense</i> em 1910.</p>
<p>Américo da Silveira Nunes (Bahia, 1878-1954) Faculdade de Direito da Bahia – 1899.</p>	<p>Interinamente de outubro de 1914 a janeiro de 1915. Por nomeação entre junho de 1919 a julho de 1920 e agosto de 1922 a novembro de 1930.</p>	<p>Filiação desconhecida. Promotor público em SC de 1906 até 1910 quando foi nomeado juiz de direito. Nomeado desembargador em 1925, foi presidente do Conselho Penitenciário do Estado em 1928. Um dos fundadores da FDSC.</p>
<p>Heráclito (Herachito) Carneiro Ribeiro (Salvador-BA, 1879-1953) Faculdade de Direito da Bahia – 1902</p>	<p>Dezembro de 1920 e agosto de 1922.</p>	<p>Filho de Ernesto Carneiro Ribeiro (médico, professor, filólogo, membro fundador da Academia de Letras da Bahia) e Áurea da Cunha. Além de ser um dos fundadores da FDSC, também contribuiu com a fundação do Instituto Politécnico (Florianópolis), tendo sido seu diretor entre 1930 e 1932, e do Ginásio Brasílico. Juiz de direito em SC entre 1905 e 1920 e nomeado desembargador em 1922. em 1922. Foi jornalista na <i>Gazeta do Comércio</i> de Joinville (SC) (1914).</p>

Ubano Müller Salles (Florianópolis-sc, 1893-1952) Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro – 1917	Interinamente em dezembro de 1930 e nomeado em maio de 1931 para permanecer no cargo até agosto de 1934.	Filho de Júlio Salles e Carolina Müller Salles. Promotor público em SC entre 1917 e 1918. Depois ocupou o cargo de juiz de direito (1920-1929) e tomou posse como desembargador em 1929. Foi reitor da Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1948.
---	--	---

* Foi exonerado do cargo por alguns meses entre 1916 e 1917 (Axt, 2013b, p. 13).

Este quadro está presente em Silveira (2022, p. 93) e aqui se encontra atualizado com informações complementares.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Axt (2013b).

Durante o século XX ocorreram mudanças significativas na organização do MP, de modo que a “instituição” começou a aparecer nos textos constitucionais como órgão mais ou menos estruturado. Já no texto constitucional de 1934 (art. 97), os chefes dos MPs foram impedidos de exercer outra “função pública, salvo o magistério e os casos previstos na Constituição”. A regulação da magistratura e dos Ministérios Públicos foi transmitida aos estados e, pela primeira vez, o MP apareceu no capítulo referente aos “Órgãos de Cooperação nas Atividades Governamentais”¹⁸. Tais normas já indicavam a regulamentação de entrada na carreira através de concurso; ainda assim, não havia padronização neste formato de recrutamento, e as nomeações ficavam a cargo do poder executivo estadual. Fato é que, como anunciado por Getúlio Vargas em veto ao decreto n. 5 de 24 de janeiro de 1935 (texto que tratava de alterações em relação ao provimento dos cargos no Ministério Público Eleitoral e fixava o subsídio e outras vantagens dos juízes e procuradores), “[...] tratando-se, como se trata, de órgão de ‘cooperação na actividade do Governo’ devem, os seus representantes, ser a expressão da confiança directa do Governo.” (Brüning, 2002, p. 138). Ou seja, o cargo de chefe do MP continuava dependente do executivo.

Em Santa Catarina, a Constituição Estadual de 1935 definiu o Procurador Geral do Estado como chefe dos promotores públicos (art. 79), e sua nomeação deveria ser feita “pelo Governador dentre os brasileiros natos, graduados em direito, inscritos na Ordem dos Advogados, secção de Santa Catarina, de notório merecimento e reputação ilibada” (*idem*, art. 80). Apesar de ter os mesmos vencimentos dos desembargadores, o PG poderia ser demitido *ad notum*. Como efeito do processo de profissionalização do direito, neste momento tanto o PG quanto os promotores já tiveram – formalmente – a capacidade de atuação política reduzida: o PGE não poderia exercer outra função pública que não fosse o magistério, e os promotores estavam proibidos de exercer “qualquer atividade político-partidária” (*idem*, art. 85). A mudança seguinte veio com a Constituição Federal de 1946, que estruturou o MP em carreira e estabeleceu o concurso como critério de entrada (art. 127), e com a Lei n. 2588 de 8 de setembro de 1955, que equiparou os vencimentos do PG ao dos desembargadores.

18. O Ministério Público já tinha aparecido anteriormente na Constituição de 1934 quando foi dividido entre MP da União, do Distrito Federal e Territórios, e dos estados.

Dentre os três procuradores-gerais nomeados durante o Estado Novo, somente José Rocha Ferreira (PG de 1943 a 1946) não era catarinense. Para esse grupo restrito continuam vigentes as características sociais dos nomeados anteriormente: membros de famílias do direito ou da política, passaram por cargos de nomeação política e ocuparam posições na magistratura. Manoel Pedro da Silveira (PG de 1937 a 1943) foi o único a ocupar o cargo de promotor público antes de ser nomeado procurador-geral e o único a não exercer atividades nos espaços culturais; Henrique da Silva Fontes (PG de 1934 a 1937) foi membro do IHGSC, da Academia Catarinense de Letras, membro fundador e professor da FDSC, diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia; e José Rocha Ferreira também foi membro do IHGSC e professor na FDSC.

Mesmo com a “atividade político-partidária” vetada entre membros do MP desde a Constituição Estadual de 1947 (art. 91), a proximidade dos PGs com a dinâmica política estadual é evidente. Como a proibição estava restrita ao exercício do cargo, tais vínculos estabelecidos na trajetória dos agentes eram inevitavelmente conservados. Entre os nomeados até o regime militar são notáveis as relações públicas mantidas com os membros da classe política, seja por relações de parentesco, seja por vínculos sociais herdados, seja por proximidade “ideológica”: Milton Leite da Costa (PG de 1946 a 1951 e 1961 a 1965) era amigo pessoal da “família” Ramos¹⁹, “ligado ao PSD” (Silveira Júnior, 2009, p. 30), contribuiu com a elaboração do Plano de Governo de Celso Ramos e, além de ter sido nomeado promotor adjunto durante a graduação, também ocupou vários cargos de confiança no governo; Fernando Ferreira Melo (PG de 1951 a 1952), casado com Alcina Gallotti Ferreira de Melo, foi nomeado prefeito de Rio do Sul (SC) na interventora de Luiz Gallotti e deputado estadual pela UDN antes de ser nomeado PG; e Paulo Henrique Blasi (PG de 1959 a 1961) foi secretário de Estado da Justiça antes de assumir o cargo como PG e posteriormente foi nomeado secretário da Administração e da Educação. Nota-se que entre estes PGs, mais uma vez, a trajetória está associada aos cargos no direito e na política. São ligeiramente distintos os casos de Vitor Lima (PG entre 1952 a 1956), que foi professor de ginásio antes da nomeação, e de Hans Buendgens (PG entre 1957 e 1959, filho de engenheiro), escritor e diretor do Museu de Arte Moderna de Florianópolis também anteriormente à nomeação. É perceptível que a multiposicionalidade desses agentes informa sobre as características da profissionalização do direito no estado, assim como sobre a participação desses personagens na estruturação dos espaços

19. A filha de Milton Leite relatou a proximidade do pai com “os Ramos” em entrevista para Silveira Júnior (2009, p. 30): “A carreira dele sempre foi caracterizada pela relação com Nereu Ramos, a família Ramos. E o Nereu [Ramos] era como se fosse um ídolo para ele, diz, não só no aspecto profissional mas principalmente ‘na retidão e a honestidade’”.

culturais da região: FDSC, Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras.

Alçar o posto de chefe do MP era um reflexo da manutenção de “boas relações” com as elites dirigentes do estado, que eram traduzidas em “notório merecimento e reputação ilibada”, dado que se tratava de um cargo “de confiança do chefe do Poder Executivo”²⁰. A passagem pelo cargo, com algumas exceções, ocorria após a ocupação de vários outros postos. Desde o primeiro PG, só ocorreram quatro casos de bacharéis que foram nomeados com até trinta anos de idade: Pedro dos Reyes Gordilho (filho de tenente-coronel) tinha trinta anos; Joaquim Thiago da Fonseca tinha 23 anos; Milton Leite da Costa (estudou no Colégio Catarinense e o pai era telegrafista) tinha 29 anos; e Paulo Henrique Blasi tinha trinta. Para as outras trajetórias a nomeação ocorreu por volta dos quarenta anos. Dada a diversificação dos postos de trabalho no direito, o tempo entre a obtenção do título e a chegada na PG é muito maior até 1930, passa de dezessete anos para quatro casos, sendo que os outros variam entre onze e treze anos. Depois da Era Vargas, esse tempo diminui para seis ou sete anos, tendo apenas dois casos de percursos mais longos: Fernando Ferreira Melo (egresso do Colégio Catarinense), onze anos, e Vitor Lima, doze anos.

Até este momento, o cargo fazia parte de postos de nomeação política possíveis aos bacharéis membros das elites regionais, uma vez que desde o período anterior havia uma circulação entre posições na magistratura e na política que mantinham o lugar do agente na estrutura hierárquica social. Contudo, a equiparação dos vencimentos entre os cargos do MP e a magistratura só ocorreu no fim do século XX, o que indica algum grau de disputa por prestígio entre essas ocupações e justificava a possibilidade de os promotores receberem parte da dívida cobrada como fiscais na área da Fazenda em seus rendimentos²¹. Todas as alterações nas regras de acesso ao cargo apresentadas até agora não modificaram a morfologia do cargo e indicam pouca diversificação nas trajetórias: título de bacharel, cargos como promotor público ou juiz de direito, postos de indicação política, nomeação como desembargador e PG.

20. Lei Orgânica do Ministério Público Catarinense, n. 733/52, art. 8º. A primeira lei orgânica do MP catarinense foi formulada seguindo as mudanças nos outros estados da federação como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba (Silveira Júnior, 2009, p. 62).

21. Como relata o ex-procurador geral José Daura: “Os juízes ganhavam um pouco melhor, mas não podiam advogar. Então, podia acontecer do Promotor alcançar até um padrão de vida um pouco melhor do que o do Juiz” (Axt, 2011, p. 55). Outro ex-PG também relatou: “o Ministério Público era, do ponto de vista político-administrativo, um órgão de pouca expressão e de reduzido prestígio. O que realmente o sustentava era o exercício da advocacia pública, ou seja, a defesa dos interesses patrimoniais do Estado” (Axt, 2011, p. 154).

QUADRO 2

Procuradores-gerais de Santa Catarina até 1964

	<i>Período como PG</i>	<i>Biografia socioprofissional</i>
Henrique da Silva Fontes (Itajaí-sc, 1885-1966) Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Curitiba – 1927	1934 a 1937.	Filho de Manoel Antônio Fontes (comerciante, jornalista, proprietário de engenho e político) e Ana da Silva Fontes. Foi caixeiro e guarda-livros no colérico do pai. Professor no Ginásio Catarinense e na Escola Normal Catarinense (1910 a 1917) e fundou o semanário <i>A Época</i> em 1910. Encarregado do Serviço de Recenseamento Estadual (1918); “diretor da Instrução Pública, de 1919 a 1926; secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no Governo de Adolpho Konder, de 1926 a 1929; juiz federal substituto, de 1929 a 1934”, juiz e procurador do Tribunal Eleitoral entre 1932 e 1934. Desembargador no Superior Tribunal de Justiça (1937 a 1946). Foi presidente do IHGSC (1935 a 1965). Membro da Academia Catarinense de Letras. Membro fundador e professor na FDSC. Diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia (1951 a 1961). Publicou biografias e livros didáticos.
Manoel Pedro da Silveira (Campo Alegre-sc, 1903-1977) Universidade do Brasil – RJ	Fevereiro de 1937 a fevereiro de 1943.	Filho de Serapião Nunes da Silveira (juiz de paz e dono de armarinho/fazenda) e Maria José da Silveira. Nomeado promotor público em SC em 1927. “Foi secretário do Interior e Justiça nas Interventorias de Ptolomeu de Assis Brasil e Rui” Zobarán. Foi interventor interino do estado em três períodos: 1931, 1932 e 1933. Foi Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça entre 1935 e 1937, nomeado por Nereu Ramos. Entre 1950 e 1959 foi diretor do Instituto do Mate no Rio de Janeiro.
José Rocha Ferreira Bastos (Salvador-BA, 1898-?) Faculdade Livre de Direito da Bahia	Fevereiro de 1943 a março de 1946 e março setembro de 1946.	Filho de Filinto Justiniano Bastos (jurista, professor, promotor público, membro fundador da Academia de Letras da Bahia) e Carolina Rocha Ferreira Bastos. Foi membro do IHGSC e professor na FDSC. Juiz de direito em SC (1924) e consultor jurídico do estado. Exerceu o cargo de delegado. Nomeado desembargador em 1946. Corregedor-geral da Justiça entre 1952 e 1956. Foi membro do Conselho Regional e Nacional de Desportos em 1945.
Milton Leite da Costa (Florianópolis-sc, 1916- 1986) Faculdade de Direito de Santa Catarina – 1938	1946 a 1951 e 1961 a 1965	Pai telegrafista. Estudou no Colégio Catarinense (Florianópolis). Integrou o Departamento Estadual de Estatística, ingressou no MP como promotor público adjunto (1936-1938); curador do Juízo de Menores na Capital (1939); membro do Conselho Penitenciário do Estado (por treze anos); suplente de presidente da Junta de Conciliação e Julgamento (1941); assistente jurídico do Estado (1942); nomeado por Nereu Ramos para a Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais (1944); diretor da Seção Legal do Departamento de Municipalidades (1945); prefeito de Videira (1944); membro fundador e primeiro presidente da Fundação da Associação Catarinense do MP (1959-1961); ministro do Tribunal de Contas do Estado (1963 a 1965); presidente do Departamento de Ciências da Administração e Finanças; professor na Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina.

Fernando Ferreira (de) Melo (Mello) (Alfenas-MG, 1914-1957) Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro – 1940	1951 a 1952	Filho de Donato Ferreira de Melo e Theolinda Coutinho Ferreira de Melo. Estudou no Colégio Catarinense (Florianópolis). Foi advogado no Rio de Janeiro; promotor público em Santa Catarina (1941-1945); prefeito de Rio do Sul (1945-1946); deputado estadual constituinte entre 1947 e 1951 (UDN); Secretário de Estado de Segurança Pública (1952-1953); Secretário de Estado do Interior e Justiça (1952-1953); Secretário do Estado da Saúde e Assistência Social (1953-1954). Também exerceu advocacia em Itajaí, foi presidente do Conselho Penitenciário do Estado e nomeado segundo subprocurador-geral do Estado. Escreveu para periódicos do estado.
Vitor Lima (Florianópolis-sc, 1912-1967) Faculdade de Direito de Santa Catarina – 1940	1952 a 1956	Filho de Jerônimo (Jeronymo) Emiliano de Lima e Emília Mamende de Lima. Foi professor ginasial (1929-1930); promotor público em SC (1941-?); membro do Conselho Penitenciário (1944); nomeado desembargador em 1957; corregedor-geral de Justiça (1964-1965); presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (1966-1967).
Hans Buendgens (? 1917)	1957 a 1959	Filho de Felipe Buendgens (engenheiro) e Augusta Buendgens. Promotor público em Santa Catarina (a partir de 1940); foi terceiro e segundo subprocurador-geral (1953-1958); membro do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina; delegado; integrou a comissão de direção do Museu de Arte Moderna de Florianópolis (1955); escritor.
Paulo Henrique Blasi (Campos Novos-sc, 1929-2013) Faculdade de Direito de Santa Catarina – 1953	1959 a 1961	Filiação desconhecida. Presidente da seção de SC da OAB (1989 a 1991); membro do Conselho Estadual e Nacional da OAB em vários períodos; juiz do TRE/SC; secretário de Estado da Justiça (1958), da Administração (1972) e da Educação (1973-74). Foi professor (1957) e coordenador da Pós-graduação em Direito UFSC (1976-1988); fundador do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Axt, 2013b; Piazza, 1994; Cirimbelli, 2013. Este quadro está presente em Silveira (2022: 108) e aqui se encontra atualizado com informações complementares.

Durante o Regime Militar e o período pré-CF/88, foi reforçada a submissão do MP ao poder executivo. A Emenda Constitucional n. 1 de 1969 retirou o MP da organização judiciária e definiu o presidente da República como “voto único” para a escolha do procurador-geral da República, excluindo a participação do Senado. Em relação aos estados, ao cargo de PG foi atribuído “o poder de solicitar, perante o Tribunal de Justiça, a intervenção nos municípios para assegurar obediência à Constituição estadual, bem como prover execução de lei ou de ordem judicial. (Art. 15, § 3, d)” (Arantes, 2002, p. 42). A alteração mais significativa em relação ao posto de chefia do MP nesse período foi a definição de “tratamento e prerrogativas de Desembargador” ao cargo de Procurador-Geral e a sua nomeação pelo Governador entre os membros da carreira²². Além disso, a partir da Emenda Constitucional catarinense n. 1 de 1970, não seria mais exigida a inscrição na OAB para o ingresso na carreira, e foi extinto o cargo de promotor adjunto.

22. Terceira Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina, Lei Ordinária n. 4557, de 4 de janeiro de 1971.

Os abusos do regime pouco impactaram as relações entre o procurador-geral e o governo estadual. Entre os únicos conflitos encontrados nos relatos estão uma conversa sobre a diferença de vencimento entre membros do MP e de generais aposentados (Axt, 2011, p. 45) e a prisão de um promotor “tido por comunista” (*idem*, p. 44), mas solto em seguida. Aliás, o último PG do período afirmou: “o Ministério Público nunca sentiu a mão pesada do regime militar” (Axt, 2011, p. 76).

Desde o recorte temporal anterior já foi possível perceber um aumento no número de PGs catarinenses formados no estado. Comparados com os grupos anteriores, os PG nomeados durante o regime militar chegaram ao cargo mais velhos (com no mínimo 35 anos) e com mais de vinte anos entre a obtenção do título e a nomeação. A exceção é João Carlos Kurtz, que foi nomeado com onze anos da saída do ensino superior. Kurtz foi procurador-geral entre 1979 e 1987 e entre 1991 e 1995. Estudou na PUC do Rio Grande do Sul, antes de entrar no MP teve uma banca de advocacia por pouco tempo e, com a indicação de amigos do pai (político da UDN), foi nomeado promotor adjunto em 1971 e promotor público no ano seguinte. A proximidade de seu pai com a classe política da região impulsionou a sua ida para a capital; em princípio como convocado para auxiliar o então PG Napoleão Xavier Amarante, posteriormente para ser nomeado pelos governadores Jorge Konder Bornhausen (PDS), em 1979, e Esperidião Amin (PDS), em 1991 (Axt, 2011, p. 75).

Outro PG do período, João José Leal (PG entre março e junho de 1987), fez sua carreira fora da capital e se aposentou sem fazer a progressão até a posição mais alta (cargo de procurador). Durante a faculdade foi Presidente do Centro Acadêmico, membro da UNE e ficou pouco tempo preso por ordem do Dops. Durante a graduação trabalhou na Caixa Econômica Federal, depois de nomeado promotor fez especializações, pós-graduação no exterior e trabalhou como docente até a aposentadoria. Sua curta passagem pela Procuradoria Geral é um indício da mudança nas regras de ocupação do cargo, aumento na disputa pela posse e conseqüente transformação de prestígio atribuído à função. O ex-procurador geral conta que não fez campanha para ser nomeado e “não esperava por tal convite” (Axt, 2011, p. 99). A Associação Catarinense do MP fez oposição ao PG, pois era contrária à desconvocação de alguns promotores que estavam lotados na capital e deveriam voltar para as comarcas no interior²³, e, pouco tempo depois, João José Leal pediu para ser exonerado e voltar ao cargo de promotor.

Nomeado em seguida, Hipólito Luiz Piazza (filho de funcionário público e PG entre 1987 e 1991) era próximo do grupo do PMDB²⁴, contribuiu com a elaboração do plano de governo do então candidato Pedro Ivo Campos que, posteriormente, o

23. Sobre este conflito, ver as entrevistas realizadas por Gunter Axt (2011, 2013a e b).

24. Seu irmão, Aloísio Acácio Piazza, foi deputado pelo PMDB, vereador e prefeito de Florianópolis.

nomeou para a PG (Axt, 2011, p. 118). Filho de funcionário público, Piazza se formou na FDSC, foi funcionário do Tribunal de Contas desde 1956 e teve uma banca de advocacia com seus colegas de turma durante a graduação. Depois de aprovado na prova para o MPSC, cogitou não entrar para a carreira, já que o salário era menor do que recebia como funcionário do Tribunal e advogado (*idem*, p. 105).

As disputas em torno do cargo movimentaram parte dos membros da carreira, que foram se organizando para “colocar seus aliados no cargo”. Até a redemocratização e após 1988, a composição da lista tríplice da procuradoria-geral contou com um conjunto de diferentes estratégias para atingir a nomeação de aliados. Em pesquisa nas atas do Conselho Superior do Ministério Público de Santa Catarina, viu-se que existiram pleitos acirrados com diferença de menos de vinte votos entre o primeiro e o segundo colocado, como foi o caso em três eleições²⁵. As diferentes trajetórias de acesso ao cargo indicam um tensionamento nas regras não oficiais de nomeação. Por isso, encontramos trajetórias distintas de membros que chegaram à chefia do MP e conflitos mais explícitos pelo poder. Em outros termos, trata-se de uma dinâmica de forças pela representação legítima do espaço, que encontra sua forma mais acabada no cargo de procurador-geral.

A questão é que, ao longo deste período pós CF/88 de intensa disputa pela formalização da carreira, a regra de ocupação do cargo de PG se torna mais complexa e vinculada a múltiplos recursos dos “candidatos”. Um reflexo disso são as características de idade, tempo de formação e de carreira dos PG: no mínimo 46 anos de idade, mais de vinte anos de obtenção do título de bacharel e de carreira (com uma exceção discutida anteriormente).

Entre o fim do século XX e o início do XXI, a disputa pela nomeação foi tendencialmente direcionando os esforços para o convencimento da própria classe, já que, neste momento, a nomeação do primeiro nome da lista tríplice parece ser um padrão seguido pelos governos executivos. A passagem por cargos na cúpula da administração superior é uma característica significativa dessas trajetórias²⁶. Com a profissionalização do cargo do promotor de justiça, outros postos são incorporados às “trajetórias de sucesso” como a circulação institucional em cargos de coordenação regional de promotores, de centro de apoio operacional (posições de indicação do PG) ou, ainda, cargos de assessoria subordinados ao PG. A ocupação de cargos como o de secretário-geral (nomeado pelo PG) e de corregedor-geral (eleito pelo Colégio de Procuradores) e a eleição para o Conselho Superior do MP parecem aumentar as

25. Em 1960 o MPSC possuía 37 membros, na década de 1970 esse número aumentou para 110, na década de 2000 chegou a 243 e em 2019, 473.

26. Esta dinâmica também é encontrada no MPF (Viegas, 2020).

chances de uma candidatura de sucesso. Diferente do caso do Ministério Público do Rio Grande do Sul, onde o cargo de presidente da associação é a porta de entrada para a cúpula (Engelmann, 2004, p. 329), aqui esta estratégia de “ser visto” pela classe por meio da ACMP é menos comum. São apenas dois registros: Moacyr de Moraes Lima Filho, presidente da ACMP entre 1984 e 1990 e PG entre 1995 e 1999, e Lio Marcos Marin, presidente da ACMP entre 2002 e 2006 e nomeado PG para a gestão de 2011 a 2014.

Alguns pleitos são exemplares deste período de reestruturação das “regras do jogo”. Na eleição de 1995 o candidato José Galvani Alberton, além de outros cargos na procuradoria-geral, tinha sido secretário-geral na gestão de Kurtz e compunha a lista com um adversário mais próximo da gestão de Piazza (durante a qual ocupou o cargo de corregedor-geral). A articulação para inserir o nome de Alberton como uma continuidade da gestão de Kurtz o posicionou como primeiro colocado da lista tríplice, mas o nomeado pelo governador Paulo Afonso Vieira (PMDB) foi Moacyr de Moraes de Lima Filho. Nas eleições seguintes as disputas continuaram acirradas e os grupos tiveram que elaborar articulações e estratégias para “criar uma forma de obrigar o governador a nomear o nosso candidato” (entrevista com procurador aposentado com idade entre sessenta e setenta anos, entrou no MPSC entre as décadas de 1960 e 1970). Um procurador aposentado chegou a relatar que concorreu cinco vezes à vaga de PG para compor a lista e dar mais chances para seu correligionário. Até o início do século XXI, as mudanças de poder no MPSC foram resultadas das estratégias políticas de fundamentalmente dois grupos que precisavam ao mesmo tempo alcançar os votos da classe para compor uma lista tríplice favorável e conquistar a “simpatia” do governo estadual para a nomeação.

Neste longo processo de institucionalização do MPSC, o grupo de membros do MPSC que ocupou o cargo de PG se tornou um reflexo mais característico da morfologia da própria carreira do que daqueles que compunham o espaço de posições das elites dirigentes do estado (como visto no início do período analisado). A origem social é diversificada entre filhos de pais com baixa escolarização ou com ensino superior e profissionais liberais. Ainda que todos sejam catarinenses²⁷, com a expansão do ensino superior e dos cursos de direito também se diversificaram os locais de ensino onde os PG obtiveram o título de bacharel (metade dos PG se formaram em instituições federais). Em relação ao tempo entre a titulação e a entrada na carreira, os PG parecem seguir o padrão encontrado para o grupo mais amplo de membros do MPSC, mais de três anos (Silveira, 2022, p. 153).

27. Em relação à população total do MPSC em 2018, 88% nasceram na região Sul do país e 57% (169) são de Santa Catarina.

QUADRO 3

Procuradores-gerais durante o Regime Militar e a redemocratização

	<i>Período como PG</i>	<i>Biografia socioprofissional</i>
Rubem Moritz da Costa (Florianópolis-sc, 1916-1983) FDSC – 1940	1965 a 1967	Filho de Florêncio Thiago da Costa (comerciante, membro do Partido Republicano Catarinense e diretor do Banco de Crédito Popular e Agrícola de Santa Catarina) e Carlota Moritz da Costa. Auxiliar do Departamento Estadual de Estatística (1939); Promotor público em Santa Catarina (1941); nomeado subprocurador-geral (1953 e 1961); integrou a Junta de Controle do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo (1964); desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1967), corregedor-geral de Justiça (1973)
Hélio Rosa (Florianópolis-sc, 1920) FDSC - 1943	1967 a 1971	Filho de pai alfaiate. Trabalhou no Consulado Norte-Americano, foi nomeado promotor público no MPSC (1944). Foi professor no Ginásio Industrial Nereu Ramos de Oliveira (1962-1966).
José Daura (Florianópolis-sc, 1921) FDSC – 1945	1971 a 1975	Filho de Comerciantes libaneses. Foi nomeado promotor interino do MPSC em 1947 e em 1952 entrou para a carreira. Convocado para ocupar um cargo na PGE (1962). Ocupou o cargo de secretário de Justiça e secretário da Segurança e Informações do Estado.
Napoleão Xavier do Amarante (Videira-sc, 1939) FDSC – 1963	1975 a 1979	Filho do professor Joaquim Amarante. Mestre em Direito pela FDSC. Nomeado promotor público substituto no MPSC (1964), nomeado promotor em 1966. Nomeado desembargador em 1979. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de SC entre 1991 e 1992. Membro da Academia Catarinense de Letras e do IHGSC e escritor.
João Carlos Kurtz (Caçador-sc, 1944) PUC-RS – 1968	1979 a 1987 e 1991 a 1995	Filho de pai empresário, político (prefeito pela UDN) e militar. Advogado. Nomeado promotor adjunto em 1971 e promotor público em 1972. Convocado para exercer função na PG em 1975. Entre 1990 e 1991 foi corregedor-geral do MPSC e em 1991. Em 1995 se aposentou, foi procurador de Florianópolis (1997-2001) e passou a advogar.
João José Leal (Tijucas-sc, 1941) FDSC – 1966	Março a junho de 1987	Filho de pai pequeno comerciante. Fez especialização e mestrado no exterior e em 1995 tornou-se livre-docente doutor pela Universidade Gama Filho (RJ). Durante a graduação trabalhava na Caixa Econômica Federal. Nomeado promotor adjunto do MPSC em 1967 e no ano seguinte foi nomeado promotor público. Exerceu o magistério superior em escolas técnicas e faculdades. Escritor e membro da Academia Catarinense de Letras.
Hipólito Luiz Piazza (Florianópolis-sc, 1937) FDSC – 1965	1987 a 1991	Filho de Filho de Luiz Boiteux Piazza (funcionário público) e Carolina Taranto Piazza. Funcionário do Tribunal de Contas do Estado (1956), exerceu a advocacia concomitantemente e ingressou no MPSC em 1966. Ocupou o cargo de Procurador-geral de Justiça entre 1987 e 1991, tendo sido nomeado procurador ainda em 1987. Em 2007 se aposentou. Escritor.

Este quadro está presente em Silveira (2022, pp. 108-10) e aqui se encontra atualizado com informações complementares.

Alguns apontamentos finais

A análise apresentada aqui buscou demonstrar as transformações associadas às regras de ocupação do posto mais alto da hierarquia do Ministério Público Estadual, a Procuradoria Geral de Justiça. Os dados analisados indicam que as chances de acesso ao cargo foram sendo transformadas conforme as dinâmicas ligadas à posse do diploma em direito, e a estrutura de postos no estado que recebiam os bacharéis também mudou. A partir da estruturação da carreira com a CF/88 e a separação entre a função de defesa do estado e de chefe do MP em cargos distintos, a nomeação para a PG considera um acúmulo de recursos distintos dos períodos anteriores.

No fim do século XIX e início do XX, a passagem pelo cargo de PG estava associada a trajetórias de bacharéis nascidos no Nordeste, filhos das elites rurais e políticas, diplomados na Faculdade de Direito de Recife ou na Faculdade de Direito da Bahia. Após a PG, esses bacharéis eram nomeados desembargadores no recém-criado Tribunal de Justiça do estado e chegavam a ocupar cargos políticos de confiança.

Ao longo do século XX a morfologia do cargo foi transformada, sobretudo pela ampliação do ensino superior e, quanto mais a carreira no MP foi sendo estruturada, menos comuns se tornaram os postos na magistratura. Contudo, os vínculos sociais herdados ou construídos ao longo da trajetória parecem delimitar as chances de sucesso na nomeação. Mesmo para aqueles que não vieram de famílias dos estratos dirigentes, a passagem pela FDSC parece ter sido determinante para a trajetória.

Nota-se, por fim, que a baixa profissionalização do cargo até meados do século XX estabelece um contexto de maior disposição para o exercício de atividades culturais (atuação como jornalistas, escritores, professores e contribuição na formação do espaço cultural do estado como a FDSC, a Academia de Letras de Santa Catarina e o Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina).

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. (1988), *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ARANTES, R. (2002), *Ministério Público e política no Brasil*. São Paulo, Sumaré.
- ARANTES, R. (2019), “Ministério Público, política e políticas públicas”. In: OLIVEIRA, Vanessa Elias. *Judicialização de políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz.
- BADIE, Bertrand. ([1992] 1995), *L'État importé. Essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris, Fayard.
- BARRETO, Cristiane Manique. (2003), “Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX”. In: RAMPINELLI, Waldir José (org.). *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis, Editora Insular.

- BARRETO, Cristiane Manique. (1997), *Entre laços e nós: formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930)*. 155 p. Porto Alegre, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. (2015), *Elites políticas e intelectuais no Brasil: condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920)*. 410 p. Porto Alegre, tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CARVALHO, José Murilo de. (2008), "A construção da ordem: a elite política imperial". In: *Teatro das sombras: a política imperial*. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CORADINI, Odaci Luiz. (1997), "Grandes famílias e elite 'profissional' na medicina no Brasil". *Manguinhos*, 3 (3): 425-466, nov./fev.
- DALLABRIDA, Norberto. (2001), *A fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na primeira República*. Florianópolis, Cidade Futura.
- DALLABRIDA, Norberto. (2008), "A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede". *História da Educação*, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, 26 (12): 141-163, set./dez.
- ENGELMANN, Fabiano. (2023), "Juristas e politização da justiça no Brasil: desafios analíticos para a abordagem sociopolítica". *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, 1 (20): 9-28, jan./abr.
- ENGELMANN, Fabiano & MENUZZI, Eduardo de Moura. (2020), "The internationalization of the Brazilian public prosecutor's office: Anti-corruption and corporate investments in the 2000s". *BPSR*, 1 (14): 1-35, jun.
- ENGELMANN, Fabiano; PILAU, Lucas & Silva Batista (orgs.). (2021), *Justiça e poder político: elites jurídicas, internacionalização e luta anticorrupção*. Porto Alegre, Editora da UFRGS/ Cegov.
- FERRARO, Alceu Ravello. (2002), "Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?". *Educação & Sociedade*, Campinas, 81 (23): 21-47, dez.
- KERCHE, Fábio. (2007), "Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, 2 (50): 259-279, jul.
- KERCHE, Fábio. (2018), "Independência, Poder Judiciário e Ministério Público". *Caderno CRH*, Salvador, 84 (31): 567-580, mar.
- KERCHE, Fábio & MARONA, Marjorie. (2022), *A política do banco dos réus: operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica.
- LAGROYE, Jacques & OFFERLÉ, Michel. (2011), *Sociologie de l'institution*. Paris, Belin.
- MACIEL, Débora Alves & KOERNER, Andrei. (2002), "Sentidos da judicialização da política: duas análises". *Lua Nova*, São Paulo, 57: 113-134.
- MICELI, Sérgio. (2007), "Carne e osso da elite política brasileira pós-30". In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, tomo III, vol. 10: *O Brasil Republicano*.
- MICELI, Sérgio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.
- OLIVEIRA, Vanessa Elias (org.). (2019), *Judicialização de políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz.

- SADEK, Maria Tereza (org.). (1997), *O Ministério Público e a Justiça no Brasil*. São Paulo, Sumaré, Idesp.
- SEIDL, Ernesto & GRILL, Igor Gastal (orgs.). (2013), “A política como objeto de estudos das ciências sociais”. In: SEIDL, Ernesto & GRILL, Igor Gastal (orgs.). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- SILVEIRA, Treicy Giovanella da. (2022), “Guardião da sociedade”: uma sociologia do Ministério Público. Florianópolis, tese de doutorado em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PSOP0730-T.pdf>.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. ([1977] 2011), *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, M. A. R. de; PALÁCIOS, M. & BURGOS, M. ([1999] 2014), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- VIEGAS, Rafael Rodrigues. (2020), “Governabilidade e lógica de designações no Ministério Público Federal: os ‘procuradores políticos profissionais’”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 33: 1-51 set./dez.
- XIMENES, Salomão Barros & SILVEIRA, Adriana Dragone. (2019), “Judicialização da Educação: caracterização e crítica”. In: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). *Judicialização de políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz.

Outras referências

- AXT, Gunter (org.). (2011), *Histórias de vida: os procuradores-gerais*. Florianópolis, Procuradoria-Geral de Justiça Centro de Estudos e aperfeiçoamento funcional, vol I.
- AXT, Gunter. (2013a), *Histórias de vida*. Florianópolis, Procuradoria-Geral de Justiça Centro de Estudos e aperfeiçoamento funcional, vol II.
- AXT, Gunter. (org.). (2013b), *Procuradores-gerais de Justiça de Santa Catarina: Resumos biográficos*. Florianópolis, MPSC.
- PIAZZA, Walter Fernando (org.). (1994), *Dicionário político catarinense*. Florianópolis, Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 871p.
- SANTA CATARINA. [Constituição (1895)], *Constituição do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1895.
- SANTA CATARINA. [Constituição (1935)], *Constituição do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1835.
- SILVEIRA JÚNIOR, Celso Martins. (2009), *ACMP: Uma associação que deu certo*. Porto Alegre, Magister.

Resumo*Os procuradores-gerais do Ministério Público*

A partir de um olhar histórico e das ferramentas analíticas da sociologia política, o objetivo deste texto é discutir o estabelecimento das regras de ocupação do posto mais alto na hierarquia do Ministério Público estadual: o cargo de procurador-geral de Justiça. Com base numa análise das trajetórias daqueles que ocuparam o cargo desde sua criação (1891) até o período pós 1988, foi possível compreender as mudanças nessas regras (oficiais e não oficiais), assim como a transformação morfológica dos nomeados. Os 33 casos analisados indicam as tensões políticas e sociais que envolvem a alta hierarquia do MP até o século XXI.

Palavras-chave: Elites jurídicas; Sociologia Política; Ministério Público Estadual; Santa Catarina; Procurador-geral de Justiça.

Abstract*The attorneys general of the Public Ministry*

Based on the historical look and the political sociology analytic tools, this text aims to discuss the establishment of rules for occupying the highest position in the hierarchy of the state Public Prosecutor's Office: the position of Attorney General. By analyzing the trajectory of those who held this position from 1891 to after 1988, it was possible to understand the changes in the official and non-official rules regarding the morphological transformation of nominees. The study of 33 cases reveals the political and social tensions surrounding the Public Prosecutor's Office's high hierarchy until the 21st century.

Keywords: Legal elites; Political sociology; Public prosecutor's office; Santa Catarina; Attorney General.

Texto recebido em 23/11/2023 e aprovado em 17/01/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.219169.

TREICY GIOVANELLA é doutora em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política-UFSC. E-mail: treicy.gs@gmail.com.



Philippe Steiner, *Faire la fête: sociologie de la joie*. Paris, PUF, 2023.

Por Mariana Barreto
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,
Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0335-7123>

Uma sociologia da alegria por Philippe Steiner

O sociólogo e professor emérito da Sorbonne, Philippe Steiner, é conhecido dos brasileiros por seus trabalhos sobre sociologia econômica. São inúmeros cursos ministrados em universidades públicas brasileiras, livros traduzidos para o português do Brasil, assim como uma infinidade de artigos publicados em periódicos e conferências realizadas por todo o

país. Além de conhecido dos brasileiros, pode-se dizer que Steiner é também conhecedor do Brasil.

Todavia, seu mais recente livro, *Faire la fête: Sociologie de la joie*, publicado na França em 2023, apesar de tratar de temas caros à identidade nacional brasileira, a festa e a alegria, escapa a uma abordagem analítica e geograficamente situada, embora seu livro seja consagrado às festas tradicionais anuais de verão que acontecem na cidade de Bayonne, situada no sudoeste da França, parte do País Basco, onde Steiner passou sua infância e parte da adolescência. Ele e seu grupo de pesquisa acompanharam as festas de Bayonne, que duram cinco dias, de quarta a domingo, em suas edições de 2017, 2018 e 2019, para a realização de observações diretas, entrevistas, aplicação de questionários, coleta de materiais documentados em arquivos, acervos de artigos e demais produções oriundas da grande imprensa, sobre as quase ininterruptas noventa edições do evento. Não fossem, nos séculos XX e XXI, os anos de Ocupação e os de pandemia causada pelo coronavírus.

Seus objetivos estão bem precisados, seu esforço de construção do objeto não deixa dúvidas quanto a isso. Interessa-lhe a festa de rua onde os grupos de pessoas, que se encontram e se juntam para participar das festas, constituem a atração maior do espetáculo. As pessoas e seus grupos invadem o espaço público, dele se apropriam para dançar, cantar, rir, circular de bar em bar, restaurante em restaurante, para beber e comer as espécies gastronômicas que completam os festejos. As festas de rua de Bayonne deixam ver que a festa é a produção da alegria pelos festeiros, um prazer que dão a si mesmos e aos outros, produzindo a força que move a multidão pelas ruas estreitas da cidade, socialmente uniformizada pelo uso de roupas

nas cores bascas brancas e vermelhas, trajes oficiais da festa.

A força trazida pelas pessoas convidadas para a festa representa, assim, ao lado de outros três elementos imprescindíveis: a ocasião, o lugar e a força anfitriã, a reunião das condições sociais necessárias à realização das celebrações, para fazer a festa. São quatro elementos que sozinhos não funcionam, em separado, não dão conta da produção da alegria que faz a festa acontecer. Parte importante da vida social, triste ou alegre, a existência da festa, seu sucesso, evidentemente, reside nessa estratégia de encontro entre esses elementos situados em temporalidades distintas. Ou seja, a perspectiva relacional que explica a existência da alegria como vínculo social se expressa no anúncio da festa como promessa e no ato de sua preparação pelo anfitrião; na promessa cumprida pela presença física dos convidados, formando um coletivo produtivo que dará vida à atmosfera festiva, fazendo a alegria da festa, a ponto de evocar o momento de alegria em suas memórias, reforçando desse modo a perenidade de sua força criadora.

Assim, Steiner mostra que a atmosfera festiva (*ambience festive*) não se forma ao acaso, de modo espontâneo ou aleatório. Há todo um trabalho de organização que envolve relações de troca intra e extracomerciais. Do ponto de vista do encontro entre economia e cultura no fenômeno das festas, o autor destaca uma tipologia em três modelos: aquelas ancoradas na tradição, que cadenciam a vida cotidiana, cerimônias e ritos de passagem, por exemplo; a festa como evento, em estreita relação com o mercado, com os operadores globais da indústria cultural, os shows de turnês musicais mas também alguns carnavais brasileiros adequam-se como exemplos; e, por último, chamam sua atenção aquelas situadas no mesmo eixo

que as festas públicas de rua, que podem ser marcadas pela centralidade de um momento e muitas vezes indexadas historicamente. As festas de rua de Bayonne estariam situadas nesse eixo, tendo em vista que são financiadas por recursos públicos, operadas por um coletivo voluntariado e apoiadas pela atividade comercial de bares e restaurantes locais. Nesse caso, a atmosfera festiva se completa, não com uma atração artística especial, mas pela energia da participação popular que vai à festa.

Por essa razão, por não prescindir da presença popular, a festa de rua tem uma forma particular de ocupação e aclimação do/no espaço público discordante das celebrações públicas que marcam as festas nacionais ou religiosas. Apoiada em formas sociais mais modestas, sem o peso de instituições específicas, ela toma as ruas de forma menos controlada, mais livre aos encontros, novos e mais antigos. A deriva vadia e livre que invade a rua, não enquadrada de modo ritualizado pelas instituições, marca as conexões sociais que se realizam na alegria levada pela música, pelas exultações mundanas, pela abundância de comida e bebida, fazendo parte dos prazeres da festa.

Uma vez precisado pelo autor o que são as festas de rua, as festas de Bayonne são definidas como festas de rua por excelência. Daí em diante, a estratégia metodológica de inspiração durkheimiana tem em conta o exame de um caso singular bem definido e circunscrito, para seguir às generalizações capazes de complementarem e/ou renovarem a associação estreita, raramente trabalhada pela sociologia, entre festa e alegria.

Nesse sentido, algumas teses apresentadas pelo autor, tais como a de que a festa não prescinde de uma organização, ou mesmo a de que não representa simplesmente um momento de catarse, uma ocasião para escapar às agruras da

vida cotidiana, o fazem convergir com uma tradição de estudos brasileiros dedicados às festas populares, as de carnaval inclusive¹. A diferença encontra-se talvez, e aí reside uma contribuição original do estudo de Steiner para as ciências sociais não só brasileiras, em identificar na alegria o elemento “dinamogênico” da efervescência festiva. Não só por funcionar como sentimento/emoção/força social que mantém as pessoas agrupadas em torno de um acontecimento, mas por assumir a forma da magia social coletivamente produzida, e compartilhada, pela multidão convidada.

Noutros termos, pela alegria, o autor chega a identificar um outro tipo de produção econômica, acrescida à economia material e financeira, isto é, a economia da produção da alegria empreendida por todos os envolvidos no ato de festejar. A mesma alegria (vista positivamente), como ele mesmo marca, tantas vezes rechaçada pelos filósofos ou mesmo cientistas sociais; de Santo Agostinho às visões normativas de Blaise Pascal, com especial atenção a sua ausência nas pesquisas de Pierre Bourdieu² ou mesmo nos trabalhos representados pela teoria do ator racional, pelo individualismo metodológico, cara a Raymond Boudon. Desse lugar parte sua crítica a uma tradição sociológica sem alegria, quando o mundo social não a abandonou, mesmo nas situações onde se exercem as mais duras formas de dominação e onde “as coações às racionalidades dominam o horizonte da vida” (Steiner, 2023, p. 293).

Aos poucos, então, sua questão de pesquisa vai sendo depurada: “Fazer a festa” é produzi-la, organizá-la, mas igualmente dela participar, vivê-la como prática. Só assim ela se realiza, só assim a magia social, engendrada pela alegria coletiva, faz raiar e conservar a atmosfera festiva. A doxa da espontaneidade desse encanto produzido não resiste ao exame das festas de

Bayonne desde sua primeira edição, em 1932, arregimentada pela força anfitriã do arquiteto, conselheiro municipal e empreendedor cultural baionês Benjamin Gomez (1885-1959) e de comerciantes da cidade, com o intuito de reverter as privações comerciais experimentadas pela recessão econômica advinda com a crise de 1929³.

De forma organizada, a efervescência festiva encontra os imperativos do mundo econômico necessários para sua criação. Para além desse aspecto que interpela a ambivalente tese durkheimiana de que a festa supõe uma desregulação, uma supressão das regras e normas da vida cotidiana, para tonar possível a efervescência social, fortalecendo a coesão social, as festas de rua de Bayonne deixam ver que a desordem festiva é restringida por regras instauradas para garantir a segurança dos convidados ou para organizar os fluxos da multidão nos espaços das ruas da cidade, por exemplo. No mundo moderno, a imbricação festa e economia dificulta a clivagem discutida por Durkheim entre a vida ordinária e os momentos de celebração.

A efervescência festiva é racionalizada, o público das festas – como multidão, cujos comportamentos, dentro e fora da tradição sociológica, são marcados pelos sentimentos de imprevisibilidade, incerteza, insegurança, ou mesmo medo – recebe enquadramentos capazes de controlar ou dirimir as condutas excessivas dos indivíduos. A análise que entrecruza economia e cultura assim explica a construção social do público. A multidão afluí ao espaço da festa de forma programada, o que não implica um controle absoluto, a referência do autor às “*mictions sauvages*” (Steiner, 2023, p. 271) não deixa dúvidas quanto a isso. Como fluxo gerado e gerido num tempo e num espaço dados, ela é produzida, acolhida, distribuída e

renovada edição a edição. Esses processos de administração dos movimentos graduem a atmosfera da festa, compreendida como fato social que faz acontecer a efervescência festiva. Esse eixo da reflexão é sintetizado pelo uso do neologismo “*affoulement*”, que realiza as condições sociais de produção dessa multidão festiva, nos seguintes termos:

A aparição/ocorrência de uma multidão num espaço urbano não é algo evidente. Para produzir uma afluência festiva (*affoulement*), dois processos distintos, mas relacionados, são trabalhados. Ao conjunto de ações empreendidas pela organização das festas (organização das chegadas e partidas dos foliões, *festayres*; esforços específicos para atrair as crianças e seus pais para as festas; insistência sobre a importância de vir as festas em grupo) responde à demanda dos próprios foliões: os grupos festivos se formam sobre as bases de relações de amizade, profissionais e de gênero. Assim como em outros casos [...] a multidão presente nas festas de Bayonne é composta por grupos e não indivíduos isolados. (*Idem*, p. 217).

A densidade tantas vezes identificada à multidão, que desde o século XIX se colocou em contraposição ao indivíduo, como lugar onde as individualidades são sufocadas, adquire aqui fluidez. O processo de produção da multidão festiva é igualmente um processo de intervenção sobre a morfologia dessa dimensão da vida social, sobre a física dos grupos e demais indivíduos envolvidos na celebração. A preparação da festa cria condições para fazer fluir a multidão. A análise de sua força para a produção da alegria festiva afasta-se tanto da expressão adquirida na modernidade industrial, quando suscitava a diluição da realização pessoal ou das virtudes políticas e morais do indivíduo, quanto de sua expressão como massa

uniforme e fixa, quando as indústrias culturais trabalharam a cultura em estreita relação com a expansão econômica (Ortiz, 2017, pp. 25-26). As dimensões da técnica e do mercado, que operaram essa transformação na compreensão do indivíduo na modernidade, aparecem na análise de Steiner. Quando trata da multidão, o autor não perde de vista o indivíduo, afinal a desordem da alegria festiva é por ele ordenada (pelas forças de segurança, Samu, por exemplo), produzida, experimentada e renovada pela potência de cada indivíduo, quer seja parte do grupo anfitrião ou do grupo convidado. As coações experimentadas no cotidiano não deixam de se manifestar no universo extraordinário que trazem os dias de festa (Ortiz, 1980, p. 34). Também pela técnica, o ritual da festa impõe aos indivíduos práticas materiais que os condicionam. A segurança realizada pelas câmeras de vigilância evidencia isso.

[...] Uma moça que se autoidentifica como o “olho da prefeitura” examina ao longo da noite um mosaico de doze imagens simultâneas, exibindo sob demanda de uns e outros em uma grande tela de vinte e quatro imagens, graças a um *joystick* que ela manipula com facilidade, para selecionar aquelas que interessam ou modificar a orientação das câmeras e o nível de detalhe desejado nos limites permitidos pelo *zoom*. Como o “olho” vê a tela? Sobre quais incidentes seu olhar se detém? Em suas palavras, a vigilância pouco intensa exercida ao longo da noite se concentra sobre as agitações nas águas [do rio], podendo indicar uma queda no Nive e sobre a aceleração dos movimentos da multidão que ela considera como um indício de algo que merece sua atenção. Pode tratar-se de pessoas que se agarram pelas roupas, ou um deslocamento rápido, especialmente aquele de uma pessoa que não tem, ou não tem completamente, o traje de *festayre* (Steiner, 2023, p. 249)⁴.

A festa de rua como um fenômeno assim produzido, tal como o carnaval brasileiro, “deixa desta forma de ser visto[a] como a oposição da desordem à ordem, do extraordinário ao cotidiano, ele[ela] adquire uma certa heterogeneidade que se insere dentro de sua própria estrutura” (Ortiz, 1980, p. 33). Steiner talvez autorize tal aproximação. Em ambas as festas de rua há todo um trabalho de mediação que faz convergirem as criações de demandas e ofertas, assim como o controle sobre as condições de recepção das festas. As emoções e sentimentos gerados pelas intimidades de instante, pela flexibilidade no respeito à vida íntima, pelo contato entre os corpos impostos pela multidão, conseqüentemente pelos toques entre eles, reprovados pelas convenções urbanas em situações ordinárias, conferem à efervescência sua intensidade, evocando a objetivação das manifestações do sagrado e sua efemeridade, que tende a desfazê-las após as festas. Por essa razão, isto é, por vincularem os indivíduos uns aos outros de maneira tão singular, as festas são, segundo Steiner, “máquinas relacionais” e como tal nos constroem a estudá-las.

A pesquisa do sociólogo está apresentada de forma especialmente clara e especificada. São onze capítulos divididos em três partes, acompanhados pela introdução, conclusão e anexos estatístico e metodológico. Estes últimos, consagrados à explicação da construção do objeto, aos modos de sistematização dos dados e às reorientações operadas, sobretudo, pela pesquisa de campo – observação participante, entrevistas etc. – nas questões centrais para os resultados do trabalho⁵. Na verdade, o pragmatismo da exposição se reflete no controle das sínteses, quando aparecem, compreendidas no início de cada uma das partes e nas conclusões dos capítulos. A escrita direta e a exposição dos capítulos por tópicos rigo-

rosamente subdivididos autorizam tanto uma leitura de consulta à obra, quanto sua ágil e prazenteira leitura integral por um público ampliado. Pela forma e conteúdo da obra, a argumentação em torno de uma sociologia da alegria objetiva, também pela escrita, a intensa leveza da atmosfera festiva que tenta apreender como parte constitutiva de sua construção da festa como fenômeno sociológico.

Sua proposta de encerramento em *Faire la fête* é que a sociologia recupere as emoções positivas da alegria, enfrente os constrangimentos que ela lhe coloca, isto é, que seja alegre. A alegria como fenômeno social não deixa de existir em momentos tristes⁶, em situações de dominação, tampouco nos afasta do pensamento racional ou renega as misérias da vida. Steiner reforça que, como Durkheim já demonstrara, tanto numa situação quanto na outra, a festa, como fenômeno coletivo, restaura o tônus vital do grupo, permitindo ao indivíduo enfrentar os momentos felizes e infelizes da vida, sem necessariamente se constituir como uma compensação pelas agruras experimentadas no dia a dia. A alegria e sua dimensão “dinamogênica” movimentam os corpos, a multidão, os amigos, a cidade; na deriva deambulatória festiva, ela se transmite, se difunde e se impõe aos indivíduos (Steiner, 2023, p. 295), além de tocar-lhes todos os sentidos, visão, audição, olfato, paladar e tato.

Como “dispositivos sociais complexos”, as festas de rua engendram uma dimensão relacional de tipo especial: “oferecem esta alegria que faz o sal da vida, ou melhor ainda, seu *umami*, seu caráter saboroso. Um *umami* da vida que resiste, mesmo que esta permaneça marcada pela finitude e pela dor” (*Idem*, p. 293). Steiner e as ciências sociais nos convidam a refletir sobre uma sociologia da alegria que permita analisar a festa numa perspectiva da sociologia

dos sentidos, sem reduzi-la às teorias do ator racional ou da dominação.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. (2002), *Le bal des célibataires: Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris, Éditions du Seuil.

ORTIZ, Renato. (1980), *A consciência fragmentada: Ensaios de cultura popular e religião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ORTIZ, Renato. (jan./abr. 2017), “A problemática da cultura no mundo contemporâneo”. *Política & Sociedade*, 16 (35): 17-66.

STEINER, Philippe. (2023), *Faire la fête: Sociologie de la joie*. Paris, PUF.

forms/d/e/1FAIpQLSe5gNxgmLoXdezRWHe2Ow-ycV4jWMP-y8_eDcYpcOMJNehnTQ/viewform, consultado em 24/10/2023.

6. Haja vista o que fizeram Jorge Aragão, Dida, Neoci Dias, com letra e música, em “Vou festejar”, e Beth Carvalho, dando-lhe sua mais notável e popular interpretação.

Texto recebido em 13/11/2023 e aprovado em 17/12/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.218851.



Notas

1. Refiro-me aos trabalhos sobre as festas populares brasileiras, carnaval inclusive, de Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Roberto Da Matta, Renato Ortiz, Edson Farias e Celeste Mira, por exemplo.
2. Sua teoria da dominação não destina lugar à alegria, sentencia Steiner (2023, p. 293). Ainda que, de certa forma, tenha tomado uma festa como objeto analítico (Bourdieu, 2002).
3. O improviso é afastado pelo próprio Gomez, já em 1932, dirigindo-se aos donos de restaurantes e hotéis nos seguintes termos: “Estejam certos, não são festas comuns que nós preparamos. Nós estabelecemos as fundações de um edifício que a cada ano subirá um andar. As fundações devem ser admiravelmente calculadas para que o edifício não desmorone pelo peso dos primeiros andares” (*Idem*, p. 63).
4. Para um exemplo bem mais preciso da economia que ajusta a desordem festiva, ver os princípios da “Charte du festayre” de 2014, reproduzida pelo autor, Steiner, 2023, p. 265.
5. Inclusive parte dos instrumentos de pesquisa, notadamente o questionário aplicado aos *festayres* sobre seus comportamentos econômicos e práticas festivas, pode ser visualizado em <https://docs.google.com/>

Serge Paugam, *L'attachement social: formes et fondements de la solidarité humaine*. França, Seuil, 2023. 640 pp.

Por Lina Penati Ferreira
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-8725-828X>

Uma teoria do vínculo social: a sociologia de Serge Paugam¹

O livro mais recente de Serge Paugam, *L'attachement social: formes et fondements de la solidarité humaine*², publicado em 2023 e ainda indisponível em português, oferece uma abordagem aprofundada e atualizada de temas que o autor tem explorado desde o início de sua carreira. Esses temas estão centrados na questão do vínculo social e da solidariedade

humana³. Se de início as seiscentas páginas já chamam a atenção do/a leitor/a, o que realmente surpreende é a densidade do conteúdo desenvolvido ao longo da obra. O modo como Paugam mobiliza uma extensa e atualizada bibliografia, a maturidade com que revisa seus próprios argumentos e teses, a amplitude do estudo comparativo transnacional e, o mais notável, a construção de uma teoria sociológica coesa, fundamentada conceitual, metodológica e epistemologicamente, reafirmam os traços de uma obra sociológica madura. Ademais, o autor apresenta uma leitura generosa e analítica de textos fundamentais da sociologia, desde os clássicos como Durkheim, Mauss, Elias e Bourdieu, aos inúmeros contemporâneos com quem estabelece diálogos temáticos.

É com esse espírito generoso e analítico que o autor começa o livro. A primeira parte da obra é dedicada a uma discussão sociológica sobre o conceito de vínculo social a partir da produção de Émile Durkheim – a grande influência dos seus trabalhos⁴. Além de selecionar e organizar as principais ideias e publicações, Paugam oferece uma leitura original e sistemática sobre o pensamento durkheimiano. Para ele, a obra de Durkheim (1999, 2000, 2004, 2008) está orientada por uma grande questão sociológica: como os indivíduos, cada vez mais autônomos, continuam vivendo em sociedade? (Durkheim, 1999). Ou, em outros termos, como, apesar da diferenciação e individualização que caracteriza as sociedades modernas, a vinculação ao coletivo é possível? Entender o caminho percorrido por Durkheim em busca de respostas a essa pergunta é a porta de entrada para Paugam fundamentar a sua própria teoria do vínculo social.

Assim, segundo o autor, ao se afastar de uma teoria da evolução da solidariedade – determinada pelo conceito de solidariedade me-

cânica e orgânica –, Durkheim avançou rumo a uma teoria do vínculo social. Nesse percurso, o papel dos grupos e a pluralidade de laços sociais e morais a eles vinculados ganharam mais importância. Por isso, na visão de Paugam, o desenvolvimento da obra de Durkheim oferece um terreno fértil para tratar da solidariedade como um fundamento antropológico da vida social, com base na diversidade de vínculos sociais e das moralidades que os sustentam.

A influência decisiva de Durkheim é claramente captada no enquadramento analítico desenvolvido por Paugam. Para o autor do livro, as sociedades estão baseadas em quatro tipos de laços sociais, que, apesar de não serem os únicos, sintetizam as principais relações às quais estamos vinculados. Esses laços têm duas naturezas distintas: os de origem, aos quais estamos ligados desde o nascimento (família e pátria), e os eletivos, desenvolvidos ao longo do processo de socialização (casamento, associativismo, categorias profissionais etc.). Os principais laços sociais são representados em quatro tipos de vinculação social que, por sua vez, representam quatro formas de moralidades: o vínculo de filiação, orientado pela moral doméstica; o vínculo de participação eletiva, relacionado à moral associativa; o vínculo de participação orgânica, regido pela moral profissional; e o vínculo de cidadania, ligado à moral cívica. Os variados vínculos proporcionam aos indivíduos proteção e reconhecimento necessários para a sua existência social. Esse é o principal esquema analítico do autor, que vem sendo defendido desde trabalhos anteriores (Paugam, 2017).

Os dois elementos centrais, proteção e reconhecimento, são as bases do conceito de laços sociais. Para Paugam, proteção “refere-se a todos os recursos que um indivíduo pode mobilizar diante dos riscos da vida (recursos familiares, co-

munitários, profissionais, sociais etc.)” (2023b, s/p, tradução livre), enquanto reconhecimento está relacionado “à interação social que estimula os indivíduos, fornecendo-lhes a prova de sua existência e de seu valor diante dos outros” (*idem*). Eles podem ser sintetizados nas ideias de “poder contar com” (proteção) e “contar para” (reconhecimento). Paugam retoma a herança dos debates sobre solidariedade e Estado de Bem-Estar Social, em especial com Esping-Andersen (1991) e Robert Castel (2015), para as discussões sobre proteção. Do lado do reconhecimento, a conversa é estabelecida com Axel Honneth (2003). Apesar de reconhecer a importância da proposta de Honnet, Paugam considera que ela é demasiadamente teórica, e, por isso, adota uma linha mais empirista e operacional dessas ideias.

Assim, proteção e reconhecimento, ou a ausência deles, são as bases das conexões entre os quatro laços sociais, que não devem ser pensados isoladamente. A sociedade, para Paugam, é na verdade o oposto disso. Ela é tecida no intercruzamento dos diferentes laços sociais que vinculam indivíduos e grupos uns aos outros. Para o autor:

Em cada sociedade, esses quatro tipos de laços constituem o tecido social que preexiste aos indivíduos e a partir do qual eles são chamados a tecer seus vínculos com o corpo social através do processo de socialização. O que chamo de vínculo social corresponde, pois, ao processo de entrelaçamento destes quatro tipos de vínculos, tanto ao nível de cada indivíduo como ao nível da sociedade, uma vez que é neste último nível que hierarquizam as normas sociais e jurídicas a que os indivíduos são obrigados a obedecer (Paugam, 2023b, s/p, tradução livre).

Essa interconexão é representada através da ideia de um mosaico, ilustrada na capa do livro.

Na imagem, pontas de quadrados se interligam, e as sobreposições entre elas formam losangos. Os quadrados são a representação dos laços sociais, e a união deles a formação do tecido social, baseada nos quatro principais tipos de vínculo social. Mas o mosaico também é uma boa representação das periferias do tecido social, caracterizadas pelas pontas dos quadrados não interligados, ou seja, a representação de vínculos deficitários. Com base na representação dessas pontas soltas e de vínculos que não se constituem, Paugam desenvolve as partes seguintes do livro: a parte 2, voltada para a questão das desigualdades sociais, e a parte 3, para as lutas sociais.

A segunda parte do livro aprofunda a ideia de que, sendo os laços sociais desiguais em sua própria constituição, a teoria do vínculo social é capaz de explicar as desigualdades sociais. Ou seja, a possibilidade de manter laços de proteção e reconhecimento ao longo da vida tem relação direta com as estruturas de desigualdade de cada sociedade. Para sustentar essa ideia, Paugam apresenta alguns casos. Vejamos um exemplo. Na França há uma correlação entre a escolaridade e os laços sociais. O que significa que, quanto maior a escolarização, maior a chance de o indivíduo manter laços fortes de proteção e reconhecimento através dos vínculos familiares, eletivos, orgânicos e cidadãos. Assim, uma trama de desigualdades se reproduz através de vínculos sociais.

Empenhado em dar dinamicidade à teoria dos vínculos e à explicação da reprodução das desigualdades, o autor propõe um sistema de diferenciação dos tipos de laços sociais. Paugam chama de “laços que libertam”⁵ aqueles que têm sucesso em promover a proteção e o reconhecimento dos indivíduos. Quando existem, esses laços geram vínculos positivos entre indivíduo e sociedade. No entanto, as relações

que não produzem proteção suficiente, ele chama de “laços que fragilizam”. Comum, por exemplo, entre famílias pobres, em que o laço de filiação é insuficiente para garantir a sobrevivência da família. Quando os laços falham na promoção do reconhecimento, ele denomina de “laços que oprimem”. Para ficarmos no caso da família, isso acontece quando os pais são capazes de prover a reprodução material dos filhos, sem com isso reconhecerem suas identidades sexuais e de gênero, por exemplo. Agora, na ausência de proteção ou reconhecimento, os laços são rompidos, e o indivíduo se desprende do tecido social.

Com base nesse enquadramento analítico dinâmico, o autor retoma suas discussões sobre desqualificação social. Anteriormente, Paugam (2003) havia defendido a tese de que a pobreza seria um processo de desqualificação social, caracterizado não apenas por privações de ordem material, mas também pelo estigma, pela regulação social, pela exclusão e por condições sócio-históricas que fortalecem uma relação de dependência entre os pobres e a sociedade em geral. O que não estava suficientemente explicado nessa tese, segundo o próprio autor, é que a desqualificação social constitui um processo de desproteção – “não poder contar com” – e, ao mesmo tempo, um processo de não reconhecimento – “não poder contar por”. Assim, o autor oferece uma explicação mais sistemática e dinâmica sobre a desqualificação social, agora caracterizada por três fases: fragilidade (falta de proteção), dependência (ausência de reconhecimento) e ruptura (inexistência de laços).

Essas diferentes dinâmicas que os vínculos sociais podem assumir geram resultados em aberto, que podem ir desde a falta de recursos, autoconfiança e comportamentos depressivos, como no caso da desqualificação social, até as várias formas de luta e resistência social, tema

da parte 3 do livro. Nesse momento Paugam propõe uma explicação para as lutas sociais, bem como para seu sucesso ou fracasso, através da teoria da vinculação social. Encontramos, nessa etapa do livro, um excelente exemplo de uma abordagem sociológica das disputas sociais que prioriza as formas de coesão em detrimento de uma perspectiva dos conflitos. Vejamos.

A busca de Paugam por uma teoria social dinâmica também pode ser ilustrada em sua preocupação com as lutas sociais. Isso é, se a fragilidade dos laços pode colocar o indivíduo em risco ou em uma relação de opressão, o fortalecimento e a defesa dos laços podem gerar resultados positivos, o que significa que, apesar das dificuldades de mudança nos sistemas sociais, os resultados das dinâmicas estão sempre abertos. O processo de fortalecimento dos laços sociais, segundo Paugam, pode ser observado nas lutas sociais. Em diálogo com George Simmel (2011), Lewis Coser (1982) e Alain Touraine (1966), o autor propõe um enquadramento que trate das lutas sociais a partir da relação do grupo internamente, com seus opositores e com a sociedade de maneira geral. Sua questão-chave é entender como os vínculos sociais, de naturezas diversas, ajudam a explicar o sucesso ou não de uma luta social. Para isso, ele propõe uma análise de três casos: uma greve de sapateiros no interior da França, no início do século XX; uma ação trabalhista movida por trabalhadores altamente especializados contra a empresa Molex, no início do século XXI; e o movimento contemporâneo dos coletes amarelos, que fugia a grandes organizações modernas como partidos ou sindicatos e se baseava no descontentamento de um grupo diverso da sociedade francesa atual.

Paugam apresenta uma densa descrição histórica e sociopolítica de cada movimento;

contudo, sua reprodução é inviável aqui. Sintetizo algumas conclusões de sua análise. Observa-se que os dois primeiros casos – greve dos sapateiros e ação trabalhista – são lutas trabalhistas tradicionais, enquanto o movimento dos coletes amarelos se opõe ao Estado e às elites que o governam. A greve dos sapateiros reivindicava direitos trabalhistas em um contexto pré-salarial, já as lutas mais recentes buscavam defender os direitos conquistados e denunciar as injustiças em uma sociedade marcada pela crescente insegurança. O mais importante, no entanto, é que nos três casos a durabilidade do movimento e o sucesso alcançado em relação a seus objetivos estão fundamentados na expansão dos vínculos mobilizados; ou seja, todos começam em determinado vínculo (os dois primeiros no laço orgânico e o último no laço de cidadania), baseado em uma moralidade específica, da qual deriva sua legitimidade de reivindicação e através da qual expandem suas alianças, especialmente com políticos e estância republicanas. Nesse sentido, a vitória do movimento representa a expansão e o fortalecimento dos laços sociais, bem como a consolidação de determinada moralidade. Em síntese, para a teoria do vínculo social, o sucesso de uma luta social está associado à capacidade de fortalecer os vínculos sociais com a sociedade.

Na quarta e última parte do livro, Paugam apresenta os resultados da investigação comparativa transnacional que coordenou. Seu objetivo maior era testar empiricamente o enquadramento teórico-analítico construído até então. Baseado no pressuposto nacionalista durkheimiano, o autor define uma sociedade como um estado-nação e, com isso, propõe uma pesquisa sobre a variação dos padrões de vínculos sociais e solidariedade humana através de diferentes sociedades. A pesquisa comparou

34 países, com dados provenientes dos anos de 2014 e 2015. Para isso, ele contou com equipes regionais localizadas em diferentes partes do globo, inclusive no Brasil⁶. O principal critério de seleção dos casos e dos indicadores foi a disponibilidade e a confiabilidade dos dados. Paugam não desconsidera os limites desse tipo de seleção e análise, e reconhece a necessidade de estudos que aprofundem as diferenças regionais de cada país e as variações de indicadores que sintetizam os laços sociais. No entanto, entende que, apesar de o processo ser caracterizado por lacunas e limites, que se justificam pela própria natureza da análise comparativa transnacional, os padrões encontrados nos resultados são convincentes e reforçam a teoria.

Ao trabalhar com índices para cada tipo de vínculo social, que variam de 0 a 1, sendo 0 fraco e 1 forte, a pesquisa demonstra níveis demarcados para cada tipo de vínculo social. Com base na metodologia de classificação hierárquica ascendente, esses índices foram agrupados em tipos-ideais de regimes de vinculação que, por sua vez, representam cinco formas de moralidades que imperam nas sociedades atuais.

De maneira muito sucinta, o resultado da pesquisa comparativa foi a classificação de cinco tipos-ideias de regimes de vínculos sociais. O primeiro deles, o Familista ++, se caracteriza pelo forte vínculo de filiação (0,72), enquanto os índices para os outros três tipos de vínculo são muito baixos. Esse grupo inclui sete países, todos da América Latina (Chile, Colômbia, Peru, El Salvador, Guatemala, México e Nicarágua). O segundo regime é uma variação do primeiro e se chama apenas Familista. Nesse caso, o índice de vínculo familiar é um pouco mais baixo que o do grupo anterior, mas, ainda assim, permanece mais alto em comparação com os demais vínculos. Inclui a maior diver-

sidade de áreas culturais, ao todo onze países (Argentina, Brasil, Estônia, Polônia, Hungria, Grécia, Espanha, Japão, Coreia do Sul, África do Sul e Turquia). Já o regime Organicista é caracterizado pela predominância do índice de vínculo orgânico (0,84) em comparação aos demais. É composto por quatro países (França, Itália, Eslovênia e Uruguai). O tipo Voluntariado é determinado pela força dos laços de participação eletiva (0,91), pela relevância médio do índice de vínculo de cidadania (0,61) e pela fraqueza dos demais. Abrange quatro países (Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Grã-Bretanha). O regime Universalista é definido pela força do índice de cidadania (0,81), considerando ainda a força mediana dos demais vínculos, com exceção do vínculo de filiação, que está próximo de 0. Compõem esse grupo oito países (Dinamarca, Noruega, Finlândia, Suécia, Holanda, Alemanha, Suíça e Austrália).

Os quatro tipos de laço social são organizados, dessa forma, em cinco formas de regime de vínculo social. Essa distribuição justifica-se pela configuração específica da força de cada laço em determinado grupo de países; ou seja, apesar de os dois primeiros serem caracterizados pela predominância dos vínculos de filiação, a força que esse laço exerce no primeiro grupo, bem como a configuração com os demais, é consideravelmente diferente em relação ao segundo grupo, o que justifica a separação.

De maneira analítica, Paugam propõe uma relação entre os resultados encontrados e outras formas de avaliação transnacionais, como o índice de desenvolvimento econômico, a porcentagem de população pobre, o índice de proteção social e a percepção de importância dos direitos. O resultado demonstra sobreposições dos piores índices de desenvolvimento, pobreza, cobertura social e grau de civismo

com os grupos familistas. Por sua vez, os índices melhoram na mesma proporção em que se avança para os demais regimes, seguindo a ordem organicista, voluntarista e universalista. O próprio autor reconhece que é tentador interpretar as variações de regimes de vínculo social como a expressão de uma transformação a longo prazo dos fundamentos da solidariedade; contudo, ele alerta:

Não se trata de estágios, mas de evoluções contrastantes, sob a influência de uma pluralidade de fatores em um esquema determinístico. A questão sociológica agora é saber como esses fatores contribuem para manter os diversos países em um determinado regime e até que ponto pode ocorrer uma transformação (Paugam, 2023b, s/p, tradução livre).

Nessa parte final do livro, Paugam dedica capítulos específicos para aprofundar as explicações sobre cada tipo de regime. Darei atenção pontual às suas discussões sobre o regime familista, dado que engloba o Brasil e a América Latina.

Ao explicar as diferenças entre os sistemas familistas, Paugam retoma as teorias sobre as formas de organização familiar na passagem entre as sociedades pré-modernas e modernas, afirmando que diferentes formas de organização familiar coexistiram em ambos os momentos e que a solidariedade familiar está particularmente presente em contexto de vulnerabilidade e pobreza, como o latino-americano. Ademais, o autor argumenta que, nessas regiões do globo, o familismo, como moral, está presente em instituições e práticas cotidianas que extrapolam a arena familiar. Um exemplo desse significado é que a família é descrita como célula base da sociedade em diversas constituições dos países latino-americanos. Além disso, essa moral pode ser observada nos

espaços públicos e políticos através das relações de compadrio e clientelismo. O autor também afirma que a moral familiar é reforçada pela forte crença entre os latino-americanos de que a desigualdade social e a pobreza são advindas de causas naturais e por isso não podem ser evitadas, se não pelo apoio da própria família, que deve se esforçar para sair da condição de pobreza. Desse modo, ele oferece respostas interpretativas para a relação entre o regime familista e os altos níveis de desigualdade e pobreza na América Latina.

A densidade do enquadramento teórico enfrenta, no final do livro, os desafios do confronto com a realidade empírica. Impressionam a quantidade e a qualidade dos dados mobilizados e, ainda mais, os resultados padronizados que reafirmam o argumento teórico sobre tipos de regime de vinculação social. Diferente de outras comparações transnacionais, é sociologicamente rico o modo como Paugam constrói sua análise: é com base nas formas de solidariedade e vinculação que as sociedades são classificadas, diferentemente de classificações sistêmicas, como a de Esping-Andersen (1991)⁷.

No entanto, não deixa de causar incômodo a uma leitora latina o modo como as avaliações seguem orientações morais e pressupostos de progresso que, ora ou outra, aparecem na análise. As tentativas constantes de não dar um tom evolucionista às formas de regime são ignoradas em certos momentos da investigação. Parte desse incômodo justifica-se, por exemplo, no modo como o autor explica a construção do regime familista, privilegiando referências que dizem respeito à história europeia, quando se trata de um regime propriamente latino-americano. Além disso, as explicações sobre a correlação entre os níveis de pobreza e desigualdade e o regime familista deixam

em aberto um certo tipo de interpretação que culpabiliza os mais pobres por sua condição. Apesar de o próprio autor reconhecer o problema dicotômico nas pesquisas sobre pobreza, ora estruturalistas demais, ora excessivamente individualistas, Paugam não oferece respostas interpretativas suficientes para a relação entre pobreza, desigualdades e os regimes familistas.

Ainda que se elenquem limites na proposta, o livro é um exemplar excepcional e imperdível para os interessados no diálogo com a sociologia. Dos/as iniciantes aos/as seniores, as contribuições e os *insights* de Paugam representam o que há de mais contemporâneo e vigoroso na escola sociológica iniciada por Durkheim.

Referências Bibliográficas

- CASTEL, Robert. (2015), *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. São Paulo, Editora Vozes.
- COSER, Lewis. (1982), *Les Fonctions du conflit social*. Paris, PUF.
- DURKHEIM, Émile. (1999), *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile. (2000), *O suicídio. Estudo de sociologia*. São Paulo, Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile. (2004), *As regras do método sociológico*. Lisboa, Editorial Presença.
- DURKHEIM, Émile. (2008), *A educação moral*. Petrópolis, Vozes.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. (1991), “As três economias políticas do Welfare State”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 24: 85-116.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; PAUGAM, Serge & PRATES, Ian. (2020), “Laços à brasileira: desigualdades e vínculos sociais”. *Tempo Social*, São Paulo, 32 (3): 265-301. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.174291>
- HONNETH, Axel. (2003), *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34.
- PAUGAM, Serge. (2003), *A desqualificação social ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, Editora da PUC-SP.
- PAUGAM, Serge. (2017), “Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada”. *Sociologias*, Porto Alegre, 19 (44): 128-160. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004405>
- PAUGAM, Serge. (2023a), *L'attachement social: formes et fondements de la solidarité humaine*. França: Seuil, 2023.
- PAUGAM, Serge. (2023b), “La structuration des sociétés modernes. La vie des idées”. *La vie des idées*. Disponível em <https://laviedesidees.fr/La-structuration-des-societes-modernes>, consultado em 29/09/2023.
- SERRA, Pedro Martins & BICUDO, Marcus de Campos. (2019), “Desigualdades e laços sociais: por uma renovação da teoria do vínculo: Entrevista com Serge Paugam”. *Plural*, 26 (1): 208-232. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2019.159915>
- SIMMEL, Georg. (2011), “O conflito como socialização”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 10 (30): 568-573.
- TOURAINÉ, Alain. (1966). *La conscience ouvrière*. Paris, Seuil.

Notas

1. Esta resenha se beneficiou das discussões promovidas no curso Temas de Sociologia Contemporânea: as Formas e os Fundamentos da Solidariedade Humana, ministrado pelo professor Serge Paugam, na Universidade de São Paulo, durante os dias 1º e 17 de agosto de 2023. Agradeço ao PPGS/USP, aos demais coorganizadores, representados pela professora Nadya A. Guimarães, aos colegas de classe e ao professor Paugam a possibilidade de construir diálogos tão instigantes como os que compartilhamos durante aqueles dias.
2. Este texto segue discussões anteriores e traduz o termo

“L’attachement social” como vínculo social. Para mais informações, conferir a segunda nota de rodapé do texto de Paugam (2017).

3. Em 2018, Paugam concedeu uma entrevista publicada na *Revista Plural* em que explora os argumentos centrais desse livro ainda no processo de construção (Serra e Bicudo, 2019).
4. Esse debate está publicado no Brasil no texto “Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada” (Paugam, 2017).
5. Para evitar que essa expressão soe como paradoxal, o autor propõe uma breve reflexão sociológica sobre liberdade, através do diálogo entre autores como Hayek, Aron e Simmel, argumentando que a coesão social pode gerar uma liberdade positiva, resultando em laços que libertam.
6. Parte dos resultados relacionados ao Brasil pode ser verificada em Guimarães, Paugam e Prates (2020).
7. Paugam (2023) aprofundou essas comparações em publicação recente.

Texto recebido em 01/10/2023 e aprovado em 02/12/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.216673.



Dária Jaremtchuk, *Políticas de atração: Relações artístico-culturais entre Estados Unidos e Brasil (1960-1970)*. São Paulo, Editora Unesp, 2023.

Por Paula Costa Nunes de Carvalho
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8695-1733>

Uma exploração das políticas de intercâmbio artístico de brasileiros com os Estados Unidos na Guerra Fria

O livro *Políticas de atração: relações artístico-culturais entre Estados Unidos e Brasil (1960-1970)* é resultado de anos de pesquisa da professora de história da arte Dária Jaremtchuk, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each) da Universidade de São Paulo. No trabalho, ela mergulha em documentos oficiais

do governo estadunidense e brasileiro, além de correspondências, entrevistas e acervos pessoais de artistas, para retratar estratégias do governo estadunidense, além da iniciativa privada norte-americana, tanto para divulgar a arte contemporânea produzida no país pela América Latina no período, como para amenizar as críticas ao “imperialismo” americano por parte da elite cultural brasileira.

No período logo após a Revolução Cubana, um dos diagnósticos do Serviço de Informação Norte-Americano (Usis) – braço local nos países latino-americanos da United States Information Agency (Usia) – foi o de que havia uma má imagem dos Estados Unidos, ligada à ideia de imperialismo e reforçada pelas ideologias de esquerda. Para reverter essa impressão, a estratégia da política externa envolvia a promoção de uma arte norte-americana de fração mais intelectualizada¹ (diferentemente, por exemplo, da década de 1930 com a Aliança para o Progresso e a exportação de produtos da indústria cultural ligada sobretudo a Hollywood) e também a atração de artistas, jornalistas e funcionários de museus para os Estados Unidos, para que frequentassem o circuito artístico do país, em especial em Nova York. A ideia desse projeto era que voltassem aos seus países de origem e falassem bem do circuito artístico e do programa de viagens – o que, como Jaremtchuk mostra, funcionava com sucesso dentre os brasileiros.

Como destaca Marcelo Ridenti no também recente “O segredo das senhoras americanas” (2022), livro que trata do mesmo contexto de intercâmbios entre intelectuais, porém com maior destaque à cena universitária, é impossível pensar na Guerra Fria Cultural sem tratar da internacionalização e da circulação de artistas e intelectuais entre os países e universidades. Esse é também o contexto que explica o ter-

mo, cunhado pela professora Jaremtchuk, de “políticas de atração”. Trata-se de

[...] um conjunto de estratégias colocadas em prática por setores do governo estadunidense no ambiente artístico e cultural brasileiro nas décadas de 1960 e 1970. Os propósitos eram explícitos: reverter – dentro da América Latina e não apenas do Brasil – a imagem negativa dos Estados Unidos e tornar o país referência hegemônica no campo artístico. Para chegar a esses resultados, foram lançados projetos e atividades específicas, dentre os quais os intercâmbios pessoais e institucionais, a organização de eventos literários, artísticos e culturais, a promoção do aprendizado da língua inglesa, as traduções de livros, os festivais de teatro e a circulação de exposições culturais e mostras de arte (p. 20).

É esse emaranhado que a autora desenrola a partir de uma localização das instituições que atuavam nessas políticas e trânsitos, além de seus principais agentes, financiadores, artistas beneficiados e relacionamentos com a diplomacia cultural. São grupos como o de jornalistas especializados na crítica de arte; artistas e curadores de museus conectados com o circuito de modernização encampado principalmente pelo Museum of Modern Art de Nova York (o MOMA); instituições como o Instituto Brasil-Estados Unidos (Ibeu), a Organização dos Estados Americanos (OEA); o The Inter-American Foundation in the Arts e o Center for Inter-American Relations (Ciar), além dos vínculos com as três principais fundações estadunidenses, ligadas às famílias Rockefeller, Carnegie e Ford, através das quais se exercia a política externa voltada para a cultura¹. Outro foco da autora também é no escritório do Brazilian-American Cultural Institute (Baci) – um dos pontos altos da pesquisa, que se concentra nas atividades da

diplomacia brasileira nos Estados Unidos e no papel central de José Menache Neinstein, que participou da criação e comandou a instituição dos anos 1970 até o seu fechamento, em meados dos anos 2000.

O livro está dividido em quatro capítulos, que mostram não apenas a “atração” de brasileiros, mas também estratégias de exportação da arte americana, através de exposições itinerantes que circulavam em várias cidades do Brasil, e de maior valorização da arte latino-americana por parte de curadores estadunidenses. Aqui, o principal polo a se conquistar naquele período era o Rio de Janeiro, ainda a capital cultural do país e local de encontro dos artistas nacionalmente. E lá, a “meca” das artes era Nova York. O livro aponta, no entanto, que o lugar conquistado pelos brasileiros ali era ainda muito pouco expressivo: um subgrupo dos “artistas latino-americanos”, numa época em que as galerias e grandes museus ainda só se interessavam, praticamente, pela arte europeia e norte-americana.

O livro

Na primeira parte da publicação, Jaremtchuk explora o que ela chama de “políticas de atração” para o meio artístico brasileiro. O alvo da política externa americana não eram apenas os artistas, mas também, considerando-se a grande influência da imprensa escrita naquele período, os jornalistas e críticos, além de curadores e funcionários de outras áreas dos museus. Em toda a obra, a discussão é feita a partir de casos que ilustram como funcionam as negociações e trânsitos daquele período.

Nesse primeiro capítulo, ela recompõe as viagens dos jornalistas Roberto Pontual e Jaime Maurício aos Estados Unidos. A análise é interessante pois, ao mostrar a diferença entre

os textos pré e pós viagem, Dária Jaremtchuk consegue de certo modo medir o grau de influência do programa nos textos. Fica nítido que Maurício, então funcionário do *Correio da Manhã*, passou de textos mais críticos a reportagens em tom mais laudatório sobre a arte americana. Já Pontual, diz a autora, não aderiu à arte daquele país de forma tão entusiasmada. Mas ela conclui que “nos dois casos, nota-se uma maior difusão de padrões da arte dos Estados Unidos, mesmo que por vezes seu viés fosse crítico” (p. 64).

Ela também estuda as viagens de Walter Zanini (então diretor do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo) e os relacionamentos travados por ele. Em 1970, por exemplo, ele foi a convite do Departamento de Estado norte-americano visitar museus como o Guggenheim, a Corcoran Gallery of Art e a National Gallery. A partir de viagens como essa, a autora resgata as trocas de cartas com diretores de museus norte-americanos e tentativas de trazer exposições e artistas que estavam em alta no circuito estadunidense.

Fossem feitas por jornalistas ou curadores, as viagens ganhavam espaço na imprensa brasileira num tom de colunismo social e de *status*, o que reforça o argumento da pesquisa. Além disso, a autora prova com documentos (especialmente da Bureau of Educational and Cultural Affairs Historical Collection, localizados na University of Arkansas Library) que havia avaliações do projeto por parte do Departamento de Estado americano, e a intenção de que ajudassem a divulgar uma imagem mais positiva dos Estados Unidos na América Latina.

Na segunda parte do livro, Jaremtchuk mostra que não se tratava apenas de “atração” para os Estados Unidos, mas do intercâmbio e da exportação também das tecnologias museológicas desenvolvidas naquele país, sobretudo

a partir da principal instituição desse tipo naquele período, o Museu de Arte Moderna de Nova York (MOMA).

Apesar de ter sido criado em 1952, o International Program do MOMA intensificou visivelmente o seu trabalho na América Latina a partir da década de 1960, o que vai de acordo com a tendência da concentração da Guerra Fria Cultural na América Latina depois da Revolução Cubana. Dária Jaremtchuk também revela que, apesar de ser um trabalho relativamente coordenado entre MOMA e o Departamento de Estado, havia uma série de divergências entre os operadores de cada instituição. Mas localmente existia uma espécie de confusão entre funcionários e diretores de instituições, que confundiam o papel de cada uma das entidades, demonstrando a proximidade desse relacionamento. No Brasil, diz a autora, o principal entrave para a consolidação da política de itinerância das exposições era o financiamento do transporte de obras (por isso, privilegiaram-se a fotografia e a litografia, obras mais baratas de serem deslocadas) e a liberação das obras na alfândega.

O terceiro capítulo fala das instituições americanas que atuavam nas “políticas de atração” e seus circuitos, que demonstram ligações com empresas do setor privado e o envolvimento delas nas “políticas de atração”. Além disso, a autora analisa bolsas como as Guggenheim e o papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da The Inter-American Foundation for the Arts e do Center for Inter-American Relations (Ciar) – estas duas últimas ligadas à família Rockefeller – para a promoção de exposições de brasileiros nos Estados Unidos e a promoção de intercâmbios e bolsas.

Prêmios como os do Ibeu (Institutos Brasil-Estados Unidos), instituição forte no Rio de Janeiro, ou do International Telegraph foram

alguns dos que estimularam viagens de artistas brasileiros para os Estados Unidos. Antonio Maia, Raimundo Colares e Ivan Freitas foram alguns dos beneficiados nestas láureas. O que a autora observa é que, além de amenizar o anti-americanismo, “as viagens parecem ter servido de modelos para que outros artistas quisessem repetir a experiência”. Nada disso parece ter sido casual, principalmente quando se conhecem as prerrogativas das agências estadunidenses, como se pode ler no relatório da Usia: “Desde que a imprensa brasileira continue a estar disponível e receptiva para divulgar materiais de orientação política do Usis, o Posto acredita que suas operações de imprensa sejam um instrumento efetivo” (p. 188).

Na parte final do capítulo, Jaremtchuk analisa o caso de dois artistas vencedores da bolsa Guggenheim. O estudo é interessante para pensar as dinâmicas de circulação transnacionais: embora as viagens representem prestígio e mudança de *status* nacionalmente, a lembrança dos artistas do período em que passaram nos Estados Unidos é de exclusão e isolamento. Embora houvesse um interesse em promover “políticas de atração” de latino-americanos, a autora mostra que existia de fato pouco investimento numa inclusão desses artistas no circuito artístico americano. Ou seja: ao pensarmos em histórias cruzadas (Werner e Zimmermann, 2012), as viagens valiam mais pelo capital adquirido no retorno ao país, e não para uma inserção no campo artístico estadunidense.

O último capítulo explora o papel do Brazilian-American Cultural Institute (Baci), instituição sobre a qual pouco se estuda. Esse órgão funcionava na embaixada brasileira em Washington desde 1961 e em 1964 recebeu o nome oficial, a partir da decisão do então embaixador Roberto de Oliveira Campos. O

Baci ganhou caráter de uma entidade cultural sem fins lucrativos na lei americana (*non-profit organization*), em tese independente da embaixada, sujeita às leis dos Estados Unidos e administrada por um conselho misto, que incluía industriais das multinacionais (dentre eles, David Rockefeller, então diretor do Chase Manhattan Bank) envolvidas no circuito das “políticas de atração”.

Ainda financiada pela embaixada, a ideia é que a instituição se tornasse independente e vivesse com patrocínios de empresas tanto brasileiras como americanas, interessadas em fomentar o circuito entre os dois países, o que nunca aconteceu de forma tão pujante, como mostra a autora. Um dos trunfos dessa parte do texto é trazer os documentos do Arquivo do Itamaraty em Brasília, que mostram, por exemplo, o interesse em 1965 em uma “grande ofensiva cultural brasileira naquele país” (p. 246), após um diagnóstico de que “a tendência dos últimos anos na política internacional das artes plásticas é para a supremacia de Nova York em detrimento de Paris” (*Ibidem*).

A posição do Baci entre Brasil e Estados Unidos é outro achado do trabalho, por demonstrar o lugar em falso que a instituição ocupava tanto no contexto do Brasil como no dos Estados Unidos. Apesar da posição favorável aos americanos por parte da ditadura brasileira, a partir dos anos 1970 são os americanos que buscam distanciar-se das ditaduras na América Latina, influenciados pelos protestos por direitos civis e contra a Guerra do Vietnã. Assim, a autora mostra que parte dos membros influentes do conselho do Baci deixou a instituição a partir desse período. Já do lado brasileiro havia, por um lado, o incentivo para que se fizessem exposições de artistas brasileiros no exterior, e de outro a censura, a partir de uma lista de restrições do Serviço Nacional

de Informação (SNI), que bloqueava alguns dos relacionamentos com artistas. Isso, no entanto, era burlado pela diplomacia mais progressista através da concessão da Ordem Rio Branco, que possibilitava remover os nomes da relação do SNI (p. 258). Também vale destaque a pesquisa em torno do diretor-presidente José Nênstein, que comandou a instituição de 1970 até o seu fechamento em 2006.

O livro de Dária Jaremtchuk se insere no circuito de trabalhos como os de Ridenti (2022), Elizabeth Cancelli (2017), também com Gustavo Mesquita e Wanderson Chaves (2020), Nunez (2021), Fléchet (2017) e outros autores que têm problematizado visões mais nacionalistas da cultura no período da ditadura. Ela também abre caminhos para outras investigações que esmiúcem financiamentos, relacionamentos e agências nas artes do Brasil. O estudo é inovador por ir a fundo nos *grants* oferecidos a artistas brasileiros, nas dificuldades enfrentadas pelos artistas uma vez nos Estados Unidos, e nos meandros das administrações das instituições e organizações civis que promoviam essas viagens, exposições e itinerâncias.

Referências Bibliográficas

- CANCELLI, Elizabeth. (2017), *O Brasil na Guerra Fria Cultural: O pós-guerra em releitura*. São Paulo, Intermeios.
- CANCELLI, Elizabeth; MESQUITA, Gustavo & CHAVES, Wanderson. (2020), *Guerra Fria e Brasil: Para a agenda de integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Alameda Editorial.
- FLÉCHET, Anaís. (2017), *Madureira chorou... em Paris. A Música Popular Brasileira na França do século XX*. São Paulo, Edusp.
- NÚNEZ, German Alfonso (2021), “Melhor acender

uma vela do que maldizer a escuridão: o boicote da representação estadunidense à X Bienal de São Paulo, entre dominantes e dominados”. *Modos: Revista de História da Arte*, Campinas, SP, 5 (2): 272-291.

- RIDENTI, Marcelo. (2022), *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*. São Paulo, Editora Unesp.
- WERNER, M. & ZIMMERMANN, B. (2012), “Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade”. T.E.X.T.O.S. DE H.I.S.T.Ó.R.I.A Revista do Programa de Pós-graduação em História da UNB, 11 (1-2): 89-128.

Nota

1. O professor da Duquesne University, Greg Barnishel, em “Cold War Modernists: Art, Literature, and American Cultural Diplomacy” (2015), cunha essa estratégia como parte do “Modernismo da Guerra Fria”, que trazia o modernismo de sua base mais radical para o liberalismo individualista americano.

Texto recebido em 22/01/2024 e aprovado em 22/02/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.221492.

